

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 205

OUTUBRO - DEZEMBRO

1949

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA EM 1948-1949

Presidente Perpétuo

EMBAIXADOR DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

1.º Vice-Presidente

MINISTRO DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

2.º Vice-Presidente

DR. ALFREDO NASCIMENTO E SILVA

3.º Vice-Presidente

DR. JOSÉ WANDERLEY DE ARAÚJO PINHEIRO

1.º Secretário

DR. VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

2.º Secretário

DR. LEOPOLDO ANTÔNIO FEIJÓ BITTENCOURT

Orador

DR. PEDRO CALMON MUNIZ DE BITTENCOURT

Tesoureiro

CAPITÃO DE MAR E GUERRA CARLOS SILVEIRA CARNEIRO

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 205

OUTUBRO - DEZEMBRO

1949

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA



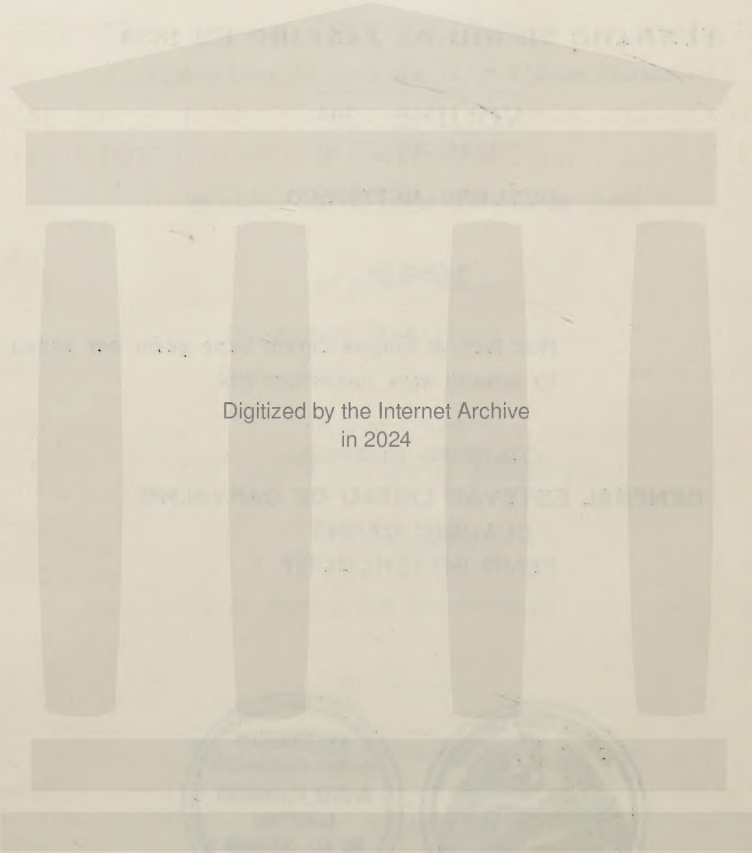
GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

REVISTA

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



Digitized by the Internet Archive
in 2024

INSTALAÇÃO SOLENE, EM 29 DE SETEMBRO
DE 1949. DISCURSO DO EMBAIXADOR JOSÉ
CARLOS DE MACEDO SOARES. RUI E AS INS-
TITUIÇÕES NACIONAIS, CONFERÊNCIA DO
PROFESSOR PEDRO CALMON

Fazendo a abertura do Curso, proferiu o embaixador José Carlos de Macedo Soares o seguinte e expressivo discurso :

“Há certos homens cuja vida pública e particular se identifica estreitamente com a Historia da Pátria. Sua obra reflete a alma nacional com tudo que nela existe de complexo. Ninguém, até hoje, interpretou como o eminente conselheiro Rui Barbosa os sentimentos e as inclinações do povo brasileiro. Daí a fascinação vertiginosa que causa em todos nós a grandeza de sua inteligência, profunda e transbordante.

Rui Barbosa é no Brasil a expressão idealizada da maneira coletiva de pensar e de sentir. Na luminosidade deslumbradora de seu poder verbal, onde se encontram todos os matizes, desenvolveram-se os elementos indispensáveis para que ele pudesse captar os pensamentos e as emoções de um povo jovem, ainda em formação, inquieto e contraditório, que se debatia como até hoje se debate numa série de crises espirituais e materiais.

Rui Barbosa não se contentou, porém, com explicar os fenômenos sociais e políticos de sua época. Ao lado do pensador se achava o homem de atuação política, que amava a luta e não sabia temer nem recuar. O que Rui Barbosa tinha em vista em todo o curso de suas campanhas doutrinárias e políticas, — a abolicionista, pela federação, e a civilista, — não era o efêmero fulgor do sucesso ocasional, e sim a preparação do solo, para que nêle germinassem as idéias construtivas que descortinam novos horizontes e novas perspectivas. O homem que pensa e que atua não vive só do presente : vive também do futuro. E' o que acontece a Rui Barbosa. Aqui

estamos reunidos, e conosco o Brasil inteiro, para comemorarmos o centenário de seu nascimento. Neste curso, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, será estudada a personalidade excelsa, sob vários aspectos, do grande apóstolo da razão, do direito e da liberdade, daquele cuja biografia, na definição de Alcindo Guanabara podia “ser simbolizada por uma reta, traçada entre a liberdade e o direito”.

O homem particular, o jornalista, o parlamentar, o advogado, o jurista, o filólogo, o diplomata, o conferencista, o educador, o político, tudo isso que havia em Rui, revive a tôda hora na imaginação de seus compatriotas. E’ justo, pois, que mereça desta casa uma carinhosa invocação em sinal do muito que o grande brasileiro representa para nós.

E dando a palavra ao Sr. Pedro Calmon o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares assim termina a sua oração :

Vai dar a primeira aula do Curso, focalizando “Rui e as Instituições Nacionais”, o eminente orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Magnífico Reitor da Universidade do Brasil”.

Tomando a palavra, o ilustre acadêmico e professor de Direito discorreu sôbre “Rui e as Instituições Nacionais”, pondo em relêvo a grande e excelsa figura do eminente brasileiro.

Iniciando a sua conferência, disse o professor Pedro Calmon da timidez que o assaltava, falando do imortal brasileiro, seu comprovinciano. Era que a sua palavra tinha três significações : era a voz do Instituto na homenagem centenária, pelo órgão de seu orador costumeiro ; era a voz do professor da Escola Nacional de Direito da Universidade do Brasil ; e, ainda a voz do coestaduano, de quem, como êle, era filho da velha província, que êle tanto amara. A timidez, porém, por isso smesmo se casava com uma certa ufanía.

Traçou em largas pinceladas de mestre o perfil de Rui Barbosa, o portentoso gênio brasileiro, e aludiu, desde logo, aos créditos de orador que alcançara, ainda estudante, em São Paulo, quando saudou José Bonifácio.

Em seguida pôs em relêvo a identificação de Rui com as instituições políticas, mostrando que lhe não aprisionavam as formas de governo, o seu nominalismo, pois que era essencial para êle o regime que pudesse garantir as liberdades civis. Esse é que seria o fundamento, o sólido e indestrutível alicerce do autêntico sistema de governo, e sê-lo-ia bom, dessa forma, qualquer que fôsse o seu batismo. Eis por que, afirma o orador, pôde Rui definir-se ao seu famoso discurso, no Parlamento do Império, em 1879, já se mostrando inclinado e cheio de entusiasmo pelo parlamentarismo vestido à

feição inglesa, porque via nêlê uma forma feliz de assegurar aquelas liberdades. Mas, sem embargo disso, podia Rui manifestar-se favorável ao radicalismo francês, com as suas virtudes políticas, e aos regimes nosso e norte-americano — êstes últimos porque enfeixavam o seu ideal, que era o da federação, da qual se fêz o grande pregoeiro, o invencível apóstolo.

Mostrou com rara felicidade, que a formação liberal de Rui, a sua cultura jurídica, o seu civismo, foram as molas propulsoras de sua ação política, em favor das instituições, assim na monarquia, como na república. Na monarquia já lobrigava a possibilidade de um parlamentarismo adequado à nossa índole e propício às liberdades civis. Queria a neutralidade do imperador, a responsabilidade dos ministros e o pronunciamento da opinião pública nos conflitos entre os poderes políticos. O discurso de 1879 retrata a fisionomia de Rui como pensador e político. Rui houvera se inspirado mais em Fenelon do que em Benjamin Constant o francês.

Queria a descentralização, e portanto o refôrço autonômico das províncias. Êsse o seu ideário no plano da monarquia brasileira.

Em face da república, salienta que Rui não tivera diversa atitude. A república houvera o seu apóstolo em Benjamin Constant, o seu árauto em Silva Jardim, a sua espada em Deodoro, e sua consciência na propaganda que se espraizou por todo o Brasil. Rui, fôra tudo isso, ou mais do que isso tudo, porque fôra a alma da própria instituição republicana.

Rui nunca fôra um impaciente, nem um revolucionário, a quem reduzisse o desmoronamento, o tufão da demagogia, a violência.

Surpreendido com o movimento da reclamação, quando o convidaram para nêlê colaborar, disse que estaria pronto a prestar-lhes os seus serviços. Proclamada a república, é distinguido com a designação para dois ministérios e desde logo redige o Decreto n.º 1, a verdadeira Magna Carta do Brasil em que estrutura o regime, fixa os pontos basilares da nova instituição : a federação, a união indissolúvel dos Estados, a forma republicana. Mostra em como, valendo-se de seu vasto conhecimento das instituições americanas, pôde transplantar para o Brasil o seu regime político, redigindo o anteprojecto de Constituição, que vingou em 91. Fôra o precursor dêsse regime e tivera a antevisão de todos os problemas nacionais que deveriam encontrar raízes na sua primeira Constituição republicana. Notadamente, fixou-se naquilo que andava irmanado ao seu sonho à sua vida, à sua tradição, à sua cultura, à sua formação moral ; a garantia das liberdades. Deve-se-lhe então o especial cuidado e a sabedoria com que esboçou a parte dogmática : a declaração de direitos e deveres.

Em seguida, sempre com exuberância de argumentos impressionantes e conceitos profundos, mostrou como a parte clássica, a parte inviolável, intangível, imutável da Constituição que ele redigiu, passou por herança às demais Constituições : 1934 e 1946. Ele Rui quem houvera a idéia magistral de obrigar aos Estados conservar nas suas Constituições autônomas os princípios básicos da Magna Carta. Essa a parte da estruturação jurídica e política. Mas, depois, Rui faz-se o invencível defensor das próprias instituições, dos apostolados constitucionais. E' ele quem em 1892 vai bater às portas do Supremo Tribunal em defesa das liberdades. Sofre desilusões. Vem o exílio, mas não transige, não arrefece, não descontinua. E' o mesmo espírito alto e combativo, perseverando nas idéias e afirmando-se coerente com os seus princípios. Quer na parte doutrinária, quer na parte pragmática não há quem o exceda em zelos na defesa da Constituição. Quando foi compelido pelas circunstâncias a ser revisionista, fê-lo cautelosamente, e apenas nos pontos que não eram os cardiais. Cifraram-se os aspectos revisionistas em reformas que visaram a dar maior prestígio ao próprio regime, como a federalização da justiça, e a unidade de direito. Um rasgo de vidente, fizera-o, ainda, em 1919 bater-se pela questão social, que sentiu estava às portas, pedindo, imediatamente, solução constitucional a fim de que pudesse ela ser tratada convenientemente e preservar o Brasil de males, que vieram depois pela imprevidência dos estadistas.

Patenteou o conferencista que Rui o liberal, Rui o jurista, Rui o combatente, Rui o patriota teria de imprimir à sua obra e à sua ação política os tons fortes e claros, construtivos e altos, de seu próprio ideal. Ainda uma vez : não importavam figurinos políticos, rótulos de regimes, porém, valem muito, e essencialmente, as idéias. Eis por que compreendera que ainda no império, que os partidos deviam organizar-se em torno de idéias e estas orientarem os problemas do govêrno e nacionais.

Teve ensejo de dar o seu depoimento pessoal da visita de Rui à terra natal após a injustiça que sofrera nas urnas, em 1919. Fá-lo como artista, descrevendo o cenário de sua chegada a Salvador e os efeitos da consagração que o arguardara, voltando à terra de seu berço, como quem leva uma mensagem nova de liberdade, de paz, e de amor. Alude ao seu discurso no Politeama Baiano, aos fulgores de sua eloquência, à fascinação de seu verbo, à contundência de seu sarcasmo, à sua serenidade, à sua expressão verbal assombrosa e à opulência de sua sinonímia, que emprestava às suas orações um tom de magia, de deslumbramento, de êxtase...

Encerra a sua magistral conferência, referindo-se à sua gloriosa e última viagem : aquela que o conduzia ao sono eterno. Teceu,

então, uma página de rara fulguração, com imagens que são de fino esmero literário. Disse da saudade que ainda tinha do grande morto do imortal brasileiro. Quando descreve o cemitério de S. João Batista, ao anoitecer, melancolicamente, o negror da noite sobre os mármoreos brancos, revela-se um primoroso paisagista, um requintado artista.

Remata afirmando que descrê dos monumentos, que se destinam a guardar aqueles que se foram e ficam esquecidos; descrê das apoteoses das biografias, das conferências, das várias formas de encômios, que cercam a celebridade, porém, acredita muito entranhadamente, na lição que êle deixa aos moços, nos ensinamentos que irão servir às gerações novas, nos exemplos que frutificarão nessa mocidade ansiosa e plena de vida e de esperança.

O orador foi entusiasticamente aplaudido e de sua conferência restará, sempre, uma impressão do maravilhoso.

RUI E O FOLCLORE

Conferência realizada pelo professor JOAQUIM RIBEIRO

Os centenários dos grandes escritores quase sempre provocam curioso fenômeno de convergência erudita. Há como que solene convocação de todos os estudiosos para a complexa e grandiosa pesquisa da presença de cada domínio do espírito na obra do autor celebrado.

E', sem dúvida, uma desfiguração intencional de suas perspectivas normais, mas nem por isso perde a personalidade consagrada a nitidez de sua glória, mais realçada ainda, com êstes alongamentos e êstes remígios, só perceptíveis aos olhos da posteridade.

E' a contingência dos séculos.

A imortalidade surge sempre numa projeção, de maior amplitude. E nesses novos horizontes há lugar perdoável para tôdas as indagações e tôdas as curiosidades.

Assim aconteceu com todos os gênios da humanidade, Vergílio, Dante, Camões, Cervantes, Shakespeare, Molière e Goethe. E assim não poderia deixar de acontecer com Rui Barbosa, o gênio da democracia brasileira.

Não se contentam os pósteros com a biografia normal a respeito da arte ou do saber de cada autor imortalizado. Exigem um complemento subsidiário, um rastro bibliográfico que o ligue a outros domínios da cultura. E' o arremate da exegese consagratória.

Eruditos e sábios, cada qual com o seu "background" cultural, examinam, esmiuçam, pesquisam, dissecam e procuram na obra privilegiada os elos e os pontos de contacto com os seus respectivos países espirituais.

Levanta-se tôda uma nova estrutura crítica ao lado da interpretação imediata da personalidade, agora, mais agigantada no tempo e mais enriquecida nos devassamentos suplementares de seu gênio.

Essas figuras excepcionais nunca se restringem às fronteiras de sua obra. Enraizam-se de tal sorte no mundo da cultura em que vicejam, que passam a fazer parte dêlé, integradas na sua órbita, estendendo o seu esplendor a todos os domínios e tornando-se conseqüentemente, a síntese da cultura que iluminam.

Não é desarrazoadá, pois, a mobilização dos estudiosos dos diversos ramos culturais para a grande e total pesquisa de apontar à posteridade os liames do gênio, com os múltiplos setores da criação humana.

Essa convergência erudita é tanto maior quanto mais grandiosa fôr a majestade da glória que se exaltar.

Creio que, nestas palavras, não desculpo, mas justifico a presença de um folclorista nesta comemoração exegética da glória de Rui Barbosa.

Não foi Rui, por certo, folclorista, mas a vastidão de sua obra verdadeiramente solar não poderia deixar de atingir as raízes obscuras e humildes do folclore.

Não lhe faltavam caminhos para alcançar êsse território humano, tão despresado quanto esquecido.

E é natural que indagemos : quais as rotas que o guiaram até ao folclore ? Quais as estradas que o aproximaram da tradição popular ? Quais os atalhos que o levaram até às manifestações espontâneas e anônimas do povo ?

ETNOS & DEMOS

Antes de tudo, Rui Barbosa foi um democrata. E a democracia foi o caminho que lhe apontou o povo.

Não se cingiu Rui a uma percepção puramente política da massa popular. Ao lado do *demos*, êle divisiu também o *etnos*, isto é, percebeu o povo no seu caráter social, nos seus usos e costumes, nos seus comportamentos coletivos, nas suas atitudes tradicionais e nas suas aspirações consuetudinárias. Vía no *demos* o *animus* do povo e no *etnos* a *ánima* das massas.

E por assim perceber, conhecia, perfeitamente, a relatividade da politização democrática do povo brasileiro.

Nunca se iludiu a respeito do marasmo social em que se encontravam as massas populares. Êle conhecia o Brasil, não o Brasil de fachada dos grandes centros urbanos, mas o Brasil brasileiro, típico, popular, rústico e tradicional.

Não foi sem razão que evocou Jeca Tatú, elevando-o a um paradigma da vida de renúncias e de apatismo de nosso homem rural.

Buscava, na interpretação de nossa psicologia étnica, a explicação de nossos males, de nossas fraquezas e de nossas capitulações vitais.

O folclore fornecia-lhe a imagem desejada, fôsse respigada no quadro épico de um Euclides da Cunha, fôsse por intermédio do pincel pitoresco de um Monteiro Lobato.

Há, na verdade, uma profunda identidade no destino do *demos* e do *ethnos*. E' a consequência de uma correlação, facilmente verificável entre a *Democracia* e o *folclore*.

Por que o folclore somente, no século passado, adquiriu foros de ciência ?

Quais os motivos que determinaram, paradoxalmente, que seja tão recente a tradição de uma ciência destinada justamente a estudar as tradições do povo ?

Há, sem dúvida, precursores, porém o trabalho dêsses pioneiros nunca passou de intuição vaga e imprecisa.

Por que não surgiram, há mais tempo, os *postulados gerais* que conferem aos estudos e às pesquisas a dignidade de ciência ?

Por que se evitou a elaboração de uma sistematização geral dos dados folclóricos ? Por que ?

E' que o folclore estava destinado a ser uma ciência de vanguarda e só poderia florescer em pleno clima da Democracia.

Foi o advento da ordem democrática que permitiu a derrubada dos preconceitos condenáveis que impediam o estudo dos fatos populares, humildes e obscuros, que constituem o campo nuclear do folclore.

O sentido eminentemente democrático da obra e da ação de Rui Barbosa não o afastaria jamais da realidade folclórica, a que constantemente alude nos seus escritos.

RUI E AS ARTES POPULARES

O interesse que o grande democrata sempre revelou pela educação nacional, levou-o a apreciar, nos devidos termos, o valor formativo das artes populares, a sua originalidade e, sobretudo, a sua importância social na atenuação dos antagonismos de classe.

E o que disse a respeito possui tal cunho de palpitante atualidade que nada é possível acrescentar para garantir a precisão do que foi, por êle, enunciado.

Nesse ponto, as suas palavras, além de incisivas, demonstram admirável compreensão da arte como força fundamental e irreduzível na criatura humana.

E' êle quem proclama :

"A faculdade de sentir, admirar e gozar o belo existe virtualmente em tôdas as almas ; é, em todos nós, apenas questão de cultivo.

"A arte não tem por missão exclusiva cingir com o friso panatênico a frontaria do Partenon. Ela aformoseia a utilidade : tem para as mais modestas condições humanas o toque de uma sedução ; compraz-se no colossal esplendor de Atené Prômacos ou na beleza inefável de Vênus de Milo, como na concepção singela do mais humilde objeto de uso comum. As linhas de um artefato ordinário podem revelar o dedo de um artista. Utensílios que datam das boas épocas da antiguidade, um cântaro, uma lâmpada, uma ânfora comum do mais baixo valor intrínseco, impressionam, todavia, pela pureza das formas, pela formosura do traço" (*).

Estas palavras, pronunciadas em presença dos pioneiros das artes e ofícios no Brasil, indicam, na sua verdade, a reabilitação da arte popular que prejuízos tolos e desarrazoados relegara a um esquecimento deplorável.

Filho do norte, nascido na mais tradicional cidade do Brasil, onde a vida popular representa grande parte de seu borborinho urbano, Rui estava apto para compreender, na sua substância afetiva, o milagre da arte espontânea e simples do povo.

No Recôncavo, por certo, já apreciara as maravilhosas "rendas do norte", fabricadas pela sensibilidade das velhas praias que parece terem ido se inspirar nas teias de espumas das ondas que nas praias vêm morrer. Poderia evocá-las, mas preferia voltar-se para a Inglaterra como que para argumentar com o exemplo sugestivo de um povo civilizado que não despreza as suas criações populares. E exaltava o "ponto de neve" das rendeiras de Albión, indicando, de modo expressivo, os elos telúricos da arte popular, com estas palavras entusiásticas e sinceras :

"Ao seu toque as próprias asperezas do inverno ártico desencantam-se em poesia ; e os cristais da neve fornecem à indústria uma das mais gentis maravilhas da renda : o *ponto de neve*, cujas formas geométricas, de uma notável beleza intrínseca, de uma infinita variedade, parecem estender, na gaze dos cortinados, a brancura da geada, onde vem poisar iludido o raio do sol estival, como asa de

(*) Rui Barbosa, O Desenho e a arte industrial.

borboleta, ou afulvar-se, na estação dos gelos, a chama alegre do fogão”.

Não poderia ser mais belo o louvor.

E' que Rui compreendia, na plenitude, o segredo telúrico da arte que brota das sugestões fugidias do ambiente com a mesma pujança com que desabrocham, da terra, a côr, o perfume e a forma de uma flor.

Sabia que a arte, no seu poder mágico, “ao próprio barro comunica o espírito e a eternidade”.

Todo o seu discurso proferido, no século passado, no Liceu de Artes e Ofícios, é um convite a essa compreensão democrática da arte.

E vai além. Não esconde que só êsse caminho “representa um dos auxiliares mais eficazes (são palavras, textuais, suas) no nivelamento crescente das distinções de classe entre os homens, não deprimindo as superioridades reais, mas destruindo as inferioridades artificiais, que alonga dessa eminência as camadas laboriosas do povo, isto é, elevando a um plano cada vez mais alto a ação e o pensamento do operário”.

E, após fazer a apologia das “fôrças populares” sôbre as quais deve se apoiar uma Democracia que não deseja ser apenas nominal, conclui afirmando que “certamente, a arte é a mais poderosa propagadora da paz. A nenhuma influência humana assiste porventura tanto o direito de enastrar a frente no ramo da planta simbólica que a lira grega cantava em estrofes imortais, “a oliveira glauca, nutridora da infância, que desvela os olhos de Zeus e a pupila azulada de Atené”.

Esta é a lição de Rui. Atualíssima no que tange ao valor educativo e social da arte popular, coincide perfeitamente com o ponto de vista defendido pela Comissão Nacional de Folclore do IBICC na última convocação de pedagogistas, promovida pela UNESCO em nossa pátria.

RUI E A LINGUAGEM POPULAR

Outro caminho que levou Rui até ao povo foi o idioma.

O renome que o excelso orador grangeou como vernaculista, a fama que adquiriu de mestre do purismo no falar e no escrever, a repercussão que merecidamente obteve de escritor castiço e o aplauso que lhe não negaram de clássico excelente por certo, obumbraram um aspecto bem sugestivo de sua obra : a atenção que demonstra

pela linhagem popular, reconhecendo-a como uma das mais límpidas fontes da riqueza vocabular e fraseológica.

É um engano vulgar que Rui Barbosa, por ser prosador de alto coturno, tinha desprezado o idioma do povo.

E se esse engano adquiriu foros de asserção generalizada só podemos atribuí-lo ao fato paradoxal de que, infelizmente, os grandes escritores são louvados, mas não são lidos.

Quem entra em contacto com a maravilhosa e riquíssima linguagem de Rui Barbosa não poderá jamais negar a grande soma de vocabulos populares que o insigne vernaculista incorporou ao seu magnífico espólio verbal.

Essa atenção que Rui dá às fontes populares do idioma confirma a sua alta visão nesse campo linguístico.

Ele sabia que todo idioma é como Jano, a deusa pagã da mitologia; é bifronte, tem duas faces.

Não há língua do mundo civilizado que não apresente essas duas modalidades, êsses dois aspectos, essas duas camadas fundamentais, bem visíveis e definidas: a linguagem culta e a linguagem popular.

De um lado, está a língua que é falada pelo povo, com toda a espontaneidade da criação coletiva e anônima. E de outro, a língua literária, culta, sujeita à disciplina do bom gosto e dos cânones gramaticais. Aquela revela as tendências espontâneas do idioma ao passo que esta é obra da intervenção erudita e disciplinar dos escritores e dos gramáticos.

Há, sem dúvida, causas que explicam essa dicotomia inevitável.

No aspecto culto — *sermo eruditus* — predominam os fatores culturais e unificadores que levam o idioma a um nivelamento em bases puramente artificiais.

Já no aspecto popular — *sermo vulgaris* — a língua está sob a sujeição direta dos fatores naturais e orienta-se no sentido de intensa diferenciação.

Essas forças antagônicas determinam, naturalmente, duas realidades vivas, concretas, que não podem ser negadas sob pena de mutilar o próprio idioma.

É tão pueril querer negar o direito de vida a língua do povo como também tentar destruir a existência da língua literária.

Uma é a unidade. A outra a diferenciação. Uma é a cultura. A outra é a natureza. Uma é o progresso disciplinado. A outra é a evolução livre. Uma universaliza. A outra regionaliza. Uma só vive em função da literatura. A outra não precisa senão da tradição oral para viver. Enfim, uma é criação da elite pensante. A outra é o povo quem a forja e modela.

Essa verdadeira “luta de classe” na linguagem viva apresenta também certas peculiaridades em função do *meio*.

Nos *centros urbanos*, em virtude do vigor das forças culturais, a linguagem erudita, literária, tem ação poderosa sobre a língua vulgar.

Já o mesmo não acontece nas *zonas rurais*. Aí a linguagem popular adquire indiscutível supremacia e manifesta-se livre em todos os seus movimentos. Justamente por isso, nessas zonas, o idioma desintegra-se facilmente em linguajares regionais.

A cidade unifica a linguagem. O campo a diferencia. A metrópole padroniza o falar. O meio rural gera variações dialectais. A “*urbs*” nivela o idioma. O “*rus*” o desintegra na variedade da linguagem do povo. O burgo é o paraíso da língua literária, culta, erudita. O feudo é o reino da língua popular, rústica, inculta.

Em função do meio, a língua mostra, com maior nitidez, as duas caras. A face citadina é a do semblante cultural do idioma. A face campesina é a do perfil natural da língua. Nunca desaparece esse destino bifronte.

Reconhecida a existência dessas duas camadas, verifica-se que elas não se encontram estagnadas ou paradas. Entre ambas, ao contrário, há uma *luta vertical* facilmente reconhecível no intercâmbio vocabular que se processa entre um campo e outro.

A linguagem popular, mais pujante nos seus impulsos naturais, tenta invadir o espaço vital da linguagem literária. O fenômeno inverso já é menor, embora também visível.

Essa invasão do elemento popular, no entanto, não é infecunda. E' nessa fonte inesgotável que o idioma se retempera e ressurgue, mais poderoso, na sua vitalidade e nas suas tendências criadoras.

Rui Barbosa compreendeu perfeitamente a função dessa mobilidade vertical como fator de enriquecimento linguístico e não trepidou a incorporar à sua linguagem de escol copiosa messe de termos e expressões populares.

Um lexicógrafo do extremo-norte, arguto devassador de áureos filões do nosso idioma, o professor João Lêda no seu *Vocabulário de Rui Barbosa*, reuniu mais de um milhão de palavras perfilhadas por nosso majestoso escritor. Grande parte desse espólio é constituída de brasileirismos.

O próprio Cândido de Figueiredo, argüido a respeito dessa lacuna, confessa que deixara de consignar, no seu inventário do idioma, numerosos vocábulos, endossados pelo autor da *Réplica*, por ignorar o seu significado dêles.

O purismo, a vocação castiça e as excelências literárias jamais impediram que Rui Barbosa fôsse à língua popular colher, no garimpo da tradição oral, a pedra preciosa a ser nobilitada pela sua adoção.

O uso que, no seu entender, era o “árbitro do falar” dava-lhe, a mancheias, a matéria prima desejada.

Vocábulos populares, profundamente plebeus como *batuqueiros*, *escangalhamento*, *cachimbar*, *chave-pêtas*, *lagarar*, *maxixe* etc. figuram na prosa dêsse vernaculista admirável como testemunhas expressivas de que, ao lado de sua assombrosa cultura, não desprezava a linguagem humilde das camadas inferiores de seu povo.

Embora senhor da boa sintaxe e do mais perfeito senso da propriedade vocabular, Rui, além de clássico do idioma, é o grande clássico do Brasil pelos tesouros de brasileirismos que incorporou à sua obra, tornando-a uma das mais significativas fontes dos nossos estudos populares.

O PROBLEMA DA ARCAICIDADE NO LINGUAJAR DO BRASIL

A prodigiosa erudição vernácula que Rui Barbosa demonstrou, sobretudo, na *Réplica*, considerada um dos mais notáveis monumentos filológicos do idioma, levou-o a ventilar diversos problemas linguísticos, com segura proficiência, além de proveitosa fundamentação clássica.

Familiarizado com leituras de velhos autores e dotado de saber filológico, Rui pôde observar, com a desejada amplitude, curioso fenômeno da evolução da língua portuguesa no Brasil.

Refiro-me ao problema da *sobrevivência arcaica* na linguagem popular do Brasil que, com a habitual largueza, o majestoso vernaculista abordou na *Réplica*, documentando fartamente a sua observação.

Tais são as suas palavras :

“Entre as formas clássicas há muito envelhecidas e extintas, uma houve que, não sei porque, passou despercebida até hoje aos estudiosos e aos cientes. Costumam todos designar por brasileirismo (e eu em tal coisa sempre o tive, até não há muito) o uso do pronome pessoal *êle*, *cla*, *êles*, *clas* como objeto do verbo : “*Eu vi êle*”; “*Eu deixei ela*”. Dessa prática, entretanto, bastantes casos se me deparam nos clássicos mais antigos”.

E cita, em seguida, como costumava fazer, um rosário de exemplos colhidos em autores do século XV e XVI : Fernão Lopes e Bernardim Ribeiro.

Na crônica de Dom Fernando, entre outros, colheu o seguinte :

“E às horas que o infante veio, foi recebido por uma mulher de sua casa, e levado escusamente onde D. Maria estava e êle, quando entrou, viu *ela* e seus corregimentos assim dispostos a receber por hóspede”. (*Fernão Lopes*, Dom Fernando, pág. 100).

Dêse teor são as exemplificações reunidas pelo provector vernaculista.

Tem razão Rui Barbosa quando aponta êste fato da linguagem popular brasileira como uma sobrevivência arcaica.

Não é êle o único. Outros fatos de igual índole arcaica podem ser apontados em nosso linguajar.

E, nesse ponto, tenho a satisfação de verificar que foi meu pai, o filólogo João Ribeiro quem primeiro apontou, entre nós, êsse fenómeno de arcaicidade do português falado no Brasil. Já em 1887 escrevia :

“No século XV foi que se formou a linguagem que devia ser popular e plebéia no século seguinte, o da descoberta e primeira colonização do Brasil. Os aventureiros, os exploradores e o povo que emigrou para a América, não falavam a língua culta dos quinhentistas, eivados de erudição latina e italiana, mas a linguagem documentada pelo século XV. A conservação no Brasil de processos arcaicos do português não é um fato anormal nem hipotético”.

Isso dizia João Ribeiro em sua tese de concurso sobre “Morfologia e colocação dos pronomes” (1887), onde aponta vários processos arcaicos de colocação pronominal que vigoram ainda no Brasil. Mais tarde, na *Seleção Clássica* reforça a sua asserção e, por último, em *A linguagem nacional* estuda vários brasileirismos que não passam de persistências arcaicas em nosso falar.

Êste fato, como observou ainda João Ribeiro, não é um fenómeno exclusivo da evolução do português na América.

O mesmo se observa com o inglês nos Estados Unidos.

“Certas selvagerias americanas (comenta João Ribeiro) só existem na imaginação dos ingleses por ignomínia dêles quanto à própria língua. Um crítico inglês notou em Rugert Hughes (romancista norte-americano) um verbo selvagem — *tiptoe* — mas a palavra é pura e inglesa e está no famoso romance *Clarissa Harlowe* do século XVIII (Dêste romance é que tomamos, e em tôdas as línguas cultas, o tipo e o nome de Lovelace).

Ora, a mesma coisa acontece entre portugueses e brasileiros. E' sabido que um crítico brasileiro, Pinheiro Chagas, estranhou em José de Alencar o adjetivo *faccira* que, entretanto, é um vocábulo arcaico, contemporâneo das sécias e peraltas de outro tempo (século XVII a século XVIII).

Muitos dos nossos brasileirismos e muito de nossa gramática, não passam de arcaísmos preservados na América.

A estas observações de João Ribeiro podemos acrescentar : igual fenómeno observa-se no espanhol e no francês da América.

O filólogo espanhol Rafael Lapesa no livro *História de la lengua española*, no capítulo XVIII em que estuda "El español de America" afirma :

"El léxico americano abunda en palabras y acepciones arcaizantes".

Já filólogos hispano-americanos, como Rufino Cuervo, Júlio Calcaño, Juan B. Selva, Augusto Malaret, etc., tinham documentado esta verdade.

No francês da América fatos semelhantes podem ser colhidos.

E' do conhecimento dos romancistas europeus o caráter arcaico do francês no Canadá. Consulte-se, a respeito, o livro *Le Origine neolatine*, de Savy-Lopez.

Onde, porém, o francês antigo se conservou mais puro e arcaico foi nas ilhas de Saint-Pierre e Miquelon. Nestas possessões francesas próximas à Terra Nova, no Atlântico-Norte, justamente por estarem isentas de contatos ameríndios ou negro-africanos, a arcaicidade do francês é operada em largas extensões. E' o que nos ensina o antropogeógrafo Edgar Aubert de La Rue no capítulo "Le parler saint-pierrais" de seu exaustivo estudo sobre o território de "Saint Pierre et Miquelon", publicado no *Journal de la Société des Americanistes*, tomo XXIX.

Como se vê, a observação de Rui Barbosa nas Réplicas transportou-nos para um dos fatos gerais da Linguística românica na América. A expansão e desenvolvimento do português no solo americano tem os seus correspondentes isomórficos na América espanhola e francesa, e, até mesmo, na América inglesa.

E' que Rui é um mundo que nos guia, através de sua órbita espiritual, a todas as direções do universo da cultura.

O SENTIDO HUMANO DO FOLCLORE

Não foi apenas o culto à Democracia nem o culto ao Idioma a encruzilhada que lhe apontou as fontes folclóricas da arte popular e da linguagem do povo.

O próprio sentido humano do folclore o envolveu como envolve a qualquer criatura humana. O folclore está sempre onde estiver o homem. E' como a sombra tranqüila do próprio espírito humano.

É o lado obscuro da vida que todos nós vivemos incorporados, como estamos, a uma comunidade. Dela recebemos os **racontos**, as histórias, as cantigas, as lendas, as superstições, os usos e costumes e mil coisas humildes, anônimas e tradicionais.

É a nossa herança oculta.

É por mais que quisermos renunciá-la, dela nunca nos livraremos. É o fantasma do passado que nos persegue. Está sempre presente, embora fugido, evanescente, variável e disforme nos seus traços superficiais. A substância, o “leit-motiv” da tradição, ao contrário, é permanente e, através de toda a sua variabilidade no tempo e no espaço, se perpetua indefinidamente.

A tradição popular é essa força que enraiza o homem aos elos remotos que não se perderam.

Rui não podia fugir a essa contingência.

Nos seus escritos, esparsamente, encontramos alusões e referências a temas folclóricos, sobretudo na sua fase jornalística.

Lembremos, aqui, dois exemplos : são amostras expressivas, cabíveis nos limites de uma conferência.

Certa vez, num artigo do *Diário de Notícias*, antes da queda do Império, combatendo o barão de Guai, então na direção da pasta da Marinha, denunciando, com veemência, as perseguições dêsse impassível argentário contra as “cercadas” dos humildes pescadores do nosso litoral, Rui Barbosa, desejando mover o ânimo do atribulário barão, evoca a tradição, a tradição popular de seu povo. E assim escreve :

“Em pequeno, nos contavam a *história de Pedro Cem*, e muitas vêzes arripiaram-se-nos os cabelos pensando nas angústias daquele milionário reduzido à miséria...

“Bem sabemos que não há males que o levem àquela desgraça, mas é bom não deixar levar-se pelos encantos da *screia* ou os contos fascinantes da *mãe d’água*.

“A existência de duas mil pessoas (conclui) vale muito mais do que os dois mil contos do nobre ministro da Marinha” (*Obras*, vol. XVI, tomo III, pág. 97).

Todos êsses personagens folclóricos, a que alude, *Pedro Cem*, a *screia* e a *mãe d’água*, pertenciam ao mundo mítico da infância de Rui. Não podia esquecê-los porque o grande brasileiro tinha raízes mergulhadas no chão de nosso tradicionalismo.

As boas leituras de Rui levaram-no a folclores de outros países. Espírito universal por excelência, desconhecia fronteiras e não se importava de rememorar lendas muitos ou **racontos** exóticos, desde

que nesses motivos folclóricos algo encontrasse que pudesse fundamentar as suas invectivas profundamente humanas.

De outra feita, nesse mesmo jornal, comentando com o poder dramático de um trágico de Hélade, a terrível peste que dizimava, então, a cidade de Campinas, relembra esta impressionante lenda eslava dos campônios do Dnieper :

“Diz que estava um dêles, sentado tranqüilamente ao pé de uma árvore, quando se lhe apresenta uma virgem desganhada, desvaivada na expressão do semblante, olhos sombrios, rosto lívido. Era a peste, a qual o exortou a carregá-la de aldeia em aldeia, prometendo-lhe, sob essa condição, poupar-lhe a vida.

Fôrça era obedecer.

Carregado com êsse fardo horrível, lá se foi êle peregrinando de região em região.

Por onde passava o triste romeiro do luto, para logo se espalhar a consternação, a morte fulminante, deixando após si desertos os povoados, insepultos os cadáveres. E de pousada em pousada, a virgem implacável o apressava a novas desgraças.

Afinal chegaram ao sopé de uma colina coroada por um lugarejo. Ao vê-la, o mísero condutor da morte, caiu em convulsiva tremura : quis deter-se, desviar-se, mas a peste o senhoreava, impelia irresistivelmente para aquele têrmo. Caminhou, pois, mas, transpondo o rio que faldejava a colina, atirou-se silenciosamente às águas e afogou-se. E' que sua mulher e seus filhos habitavam essa aldeia, que êle não poderia evitar. A peste amiserou-se a êsse rasgo de devoção, e renunciou a jornada”.

A evolução desta lenda eslava servia a seu propósito de condenar a falta de espírito de sacrifício entre as autoridades que se mostravam incapazes para debelar a sinistra calamidade. E proclamava como “debelador humano de todos os flagelos” o sentimento onipotente que a liberdade robustece, que a civilização generaliza, que as tiranias abominam : o altruismo, a caridade cristã, o espírito de sacrifício, a energia do dever.

O folclore russo oferecia ao intrépido articulista exemplo expressivo para realçar a sua veemente acusação contra os responsáveis pela propagação, cada vez mais terrível, do tétrico flagelo nos altiplanos paulistas.

A presença do folclore nos escritos de Rui Barbosa geralmente surge assim : como elemento comparativo para dar ênfase e realce a uma invectiva, a uma denúncia, a uma abominação.

Constitui um dos seus bordões prediletos. E representa, na sua prosa, um dos recursos mais sugestivos de colorido e de vivacidade.

* * *

Rui, na sua grandeza espiritual, não desprezava o folclore, elaborado, na humildade, pelo espírito obscuro e anônimo do *ctuos*.

E' possível que o seu gênio solar visse nessas minúsculas criações do povo a riqueza de um átomo, contendo, no seu íntimo, um universo infinitesimal.

A obra de Rui Barbosa, já o disse João Mangabeira, é um mundo.

Nela se contém todos os polos da cultura nacional.

E na sua incomensurável grandeza não poderia deixar de conter a presença do povo no que êle possui de mais espontâneo, de mais inocente, de mais sincero.

A verdadeira glória tem êsse poder de aglutinação ; atrai, no seu rastro luminoso, os grandes meteoros e a humilde poeira que se encandece ao calor de sua passagem triunfal.

RUI E A HISTÓRIA POLÍTICA DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA

PROFESSOR AMERICO JACOBINA LACOMBE

O tema que pretendemos estudar na presente aula dêste curso, em tão boa hora organizado pelo benemérito presidente desta casa, é o seguinte : na produção ciclópica de Rui Barbosa, que parte compete à ciência histórica. — Rui foi sócio honorário do Instituto. Seria um devoto da deusa Clio, ou não terá dado jamais atenção a êsse aspecto fundamental da cultura ? Já se tem dito muitas vêzes que na imensa produção de Rui poder-se-ia compilar com um pouco de paciência e atenção vários compêndios de direito. Já houve quem extraísse uma gramática das páginas da *Réplica*. Seria fácil extrair um ensaio sobre o parlamentarismo inglês dos discursos na Câmara Imperial. Será facilímo compilar uma obra inteira sobre as forças armadas e os problemas militares, outra sobre as finanças da República (de que êle aliás publicou um volume), outra (isto já está feito e a Casa Rui Barbosa publicará em breve) acêrca de higiene e os problemas sanitários do Brasil, extraída de seus artigos e discursos; outra sobre assuntos cariocas e problemas da cidade; outra sobre problemas americanos : outra sobre o divórcio (aliás já publicada pelo professor Homero Pires). Sua obra pedagógica pode-se estender em bons dez volumes e já foi cuidadosamente estudada pelo professor Lourenço Filho no primoroso prefácio às lições de coisas. Fernando Néri planejara um volume só com artigos e discursos sobre assunto religioso. A questão do Acre, quer nos discursos no Senado, quer nos artigos de imprensa, fornece material para mais de um tomo.

E assim poderíamos organizar bibliotecas com o material imenso que nos oferece o maior espólio literário da literatura brasileira e certamente um dos maiores do mundo, sem nenhuma exageração.

A parte cabível à história é, como não podia deixar de ser, imensa. Sômente, como em tudo que saiu das mãos artistas de Rui Barbosa, a produção histórica está revestida de um destino que é sempre político.

Rui foi essencialmente político e disso se prezava. Quando ajuntaram o qualificativo *literário* ao seu jubileu, festiva e oficialmente comemorado em todo o Brasil, êle protestou vivamente contra o que lhe parecia uma deformação de sua vida, “uma vida inteira de ação, peleja ou apostolado”, disse êle próprio, onde as letras figuravam apenas incidentalmente, “como a beleza aparente que reflete a beleza interior”. Enumerou cêrca de uma dúzia de produções para concluir : “Tudo o mais é política, é administração, é direito, são questões morais, questões sociais, projetos, reformas, organizações legislativas. Tudo o mais demonstra que êsses cinqüenta anos me não correram na contemplação do belo nos laboratórios da arte, no culto das letras pelas letras. Tudo o mais está evidenciando que a minha vida tôda se desdobra nos comícios e nos tribunais, na imprensa militante ou na tribuna parlamentar, em oposições ou revoluções, em combate a regimes estabelecidos e organização de novos regimes. O que ela tem sido, a datar do seu primeiro dia, a datar do brinde político a José Bonifácio, em 13 de agôsto de 1868, é uma vida inteira de ação, peleja ou apostolado”.

Tal profissão de fé, estranha e curiosa profissão de não-literatura, não impediu que a Academia Brasileira de Letras o tivesse feito seu presidente na sucessão do mais puro homem de letras do Brasil que foi Machado de Assis. Porque as letras, mesmo a serviço de um ideal e de uma vida política — instrumento de trabalho e de campanha — atingiram em Rui Barbosa a um grau de perfeição e de eficiência raramente alcançados por qualquer escritor brasileiro.

Esta mesma feição dominante do seu espírito, explica porque o culto da história na pena de Rui Barbosa também obedeceu ao mesmo rito. A ciência era para êle muito mais a *magistra vitæ*, e a *testis temporum* do que a *nuntia vetustatis*, se fôr possível decompôr a definição de Cícero. O que êle procurava na História, acima de tudo, era o precedente, a experiência, o depoimento. Mas neste caso era sempre exigente ; obedecia àquele conceito que enunciou na *Política e Finanças da República*, quando apelava conforme êle próprio anunciou : “do ódio para a verdade, das facções, para a nação, da confusão contemporânea para a serenidade luminosa do futuro”.

A um senador que o ameaçava com a narrativa de um fato em que êle tomara parte responde êle imediatamente : “Ameaça-me o nobre senador com a história. Bem vinda seja ela. Há que tempo lhe espero eu a hora, e com que ânsia ! Mas advirta bem S. Excia. : a história não é a nesga da verdade, que se espreita pela fisga das portas ; não são as missangas suspeitas, que a curiosidade das ruas escolhe nas mãos dos mascateadores de bisbilhotice ; não são os

pedaços maculados de reputações, que se estracínham na dentuça dos boatos... Após a história *cancannière*, a história de carnaval, o escândalo fantasiado em história eu levantarei diante de vós a verdade na sua sólida plenitude, na sua transparência cristalina, na sua incorruptível sinceridade. A história, então, é que a tereis: o fato, o depoimento, o documento”.

Esta preocupação de ter à sua disposição o material de que precisava para a luta política, em que predomina o *depoimento*, orientava-lhe as preferências na coleção de livros históricos, predominando entre êles soberanamente as memórias, diários e correspondências. Acredito que poucas bibliotecas fora da Inglaterra possuía uma coleção de *Papers Memoirs* e *Letters* dos políticos ingleses do século XIX como a da Casa de Rui Barbosa. E tôdas com sinais evidentes de leitura e de estudo.

E dos políticos franceses a lista não seria menor. Diante delas pasmou o professor Fortunato Strowski, que honrou com a sua sábia autoridade de erudito a tribuna da Casa de Rui Barbosa, proferindo ali uma preciosa dissertação sobre os livros franceses na Biblioteca de Rui.

E' certo que aparecem grandes coleções famosas em seu tempo, como a História de Lavisse e Rambaud, a História Geral do Times e até obras de especialização como a diplomática de Giry. Mas a grande preferência é evidentemente pelas memórias, desde os volumes completos do Cardeal de Retz até as figuras mais secundárias da Revolução Francesa e da época napoleônica que Rui Barbosa, aliás, conhecia a fundo.

“Donde vem esta predileção”, pergunta o professor Strowski. “O gênero de memórias devia agradecer a um homem de ação, porque é a história em ação, antes de ter sido transformada em idéias gerais, em símbolos e... em mentiras. Incontestavelmente Rui Barbosa preferia a êste simbolismo suspeito”, continua o mesmo professor, “os depoimentos das testemunhas e dos atores, são ao menos vivos e o erro não é sistemático.” “E depois”, termina o grande mestre, “les mémoires français ne manquent jamais de gentillesse et d'esprit; à chaque instant un mot charmant ou noble relève quelque confidence ou quelque indiscretion. Rui Barbosa aimait cela”.

Está claro que não faltariam os magros volumes que possuímos no gênero em nossa bibliografia. Os volumes do velho Rebouças, de Pereira da Silva, e mesmo de alguns contemporâneos seus da fundação da República apresentam sinais de atento exame e, às vêzes, notas nem sempre muito amáveis. Êste gosto pelo gênero manifesta-se até mesmo nos recortes de imprensa. As memórias de

Caetano Lopes de Moura — aliás interessantíssimas, foram lidas e marcadas num recorte do *Jornal do Comércio*, de 29 de março de 1902. Tratava-se aqui de um duplo interesse — um contrerrâneo, provavelmente relacionado com seus parentes e versando a epopéia napoleônica, em que o talentoso mulato baiano tomou parte, e brilhante.

Este aprêço pelo depoimento e o valor dado ao documento histórico punham Rui Barbosa sempre pronto para um combate neste terreno.

Respondendo a Ramiro Barcelos em 1892, tem este trecho fundamental :

“Quando os acontecimentos dos meus inimigos lhes parecerem mais triunfantes, quando os seus botes campearem mais seguros do alvo, hão de vê-los recuar sôbre a leviandade do agressor, como as investidas da serpe, golpeada nas vértebras e chumbada ao solo na paralisia da sua raiva. Eu não temo a cabeça coleante do réptil que uma cipoada vingadora da verdade bastará para deixar mutilado no chão, esbravecendo na impotência do seu veneno. Não temo porque a minha consciência é forte, sã e inteiriça. Não é uma dessas consciências serzidas de convicções de empréstimos e retalhos de retórica. E’ a depositária de um tesouro de fatos, que a prudência me aconselha resguardar contra a luz, enquanto a petulância dos difamadores não me transbordar a taça de indignação recalçada pelas injúrias quotidianas. Mas, se me violentam, se me colocam entre os perigos de um silêncio vilmente interpretado pelos inimigos e os inconvenientes de uma fraqueza antipática dos discretos, eu rasgarei tôdas as vendas; e então se verá que a história dos meus decretos, se para outros pode ser fantasma, para mim talvez radie como um troféu”.

Para estar assim capaz de “rasgar tôdas as vendas” e poder exhibir “de uma hora para outra êsse tesouro de fatos” de que sua memória fenomenal era depositária, Rui Barbosa precisava dispor realmente de um aparelhamento imprescindível de um homem público ativo e alvejado como êle o era : o arquivo particular.

Neste ponto o material que reuniu e que é hoje patrimônio nacional é impressionante. Prevenido com o conhecimento da literatura histórica de memórias e correspondências de que não há papel, por mais simples e inocente que pareça, que não possa vir a tornar-se uma peça histórica, com o mais inesperado dos acontecimentos, Rui Barbosa guardou cuidadosamente tudo que se referia à sua vida. Lá estão cadernos de apontamentos de leitura, recibos de assinaturas de jornais acadêmicos, de sociedades acadêmicas, de aluguel da república de estudantes, rascunhos de discursos, roteiros de pareceres

ou de conferências políticas, notas de linguagem, cartões indicando péso em balanças automáticas, faturas de livros ou de alfaiates, cartões de boas festas, telegramas de aniversários, tudo juntamente com a correspondência política mais secreta e os originaes das obras mais famosas.

E' uma delícia para o historiador, que poderá reconstituir todo um período, um mês, e até um dia da vida do biographado, através dessa massa preciosa de documentos, aparentemente exagerada, mas de fato atraente para quem tem, como dizia Dom Pedro II, o gôsto pelo papel — com os cinco sentidos — à vista, o saber, o cheiro, o ruído e o tato — especialmente o tato dos bons papéis Canson em que está escrita quase tôda a nossa história do império e do princípio da República.

A existência de um tal acêrvo com a nossa habitual displicência por papéis velhos, com o nosso clima e com a perseguição das famosas arrumadoras, que costumam ser as donas de casa, é realmente quase um milagre. Se alludi a esta última espécie de obstáculo é porque já ponto clássico em livros de biblioteconomia a referência à antipatia histórica das mulheres pelos livros e papéis, ao menos em suas próprias casas. Ao menos a coleção de depoimentos — e isso agora é história, meus senhores — a coleção de depoimentos reunida na obra de Albert Cim é impressionante: "O melhor dos maridos", diz René Valléry Radot, "pode confiar à mulher a chave do cofre-forte — mas não caia na tolice de lhe confiar a chave da biblioteca. Não se deve nunca deixar u'a mulher sozinha com um livro. Taes deviam ser os princípios dos bibliófilos caseiros".

Amour de femme et de bouquin

Ne se chantent au même lutrin.

E' de Paul Eudel aquella amarga observação que as coleções, de livros ou documentos, encontram sempre inimigas implacáveis, na pessoa de nossas caras companheiras. Ora Rui Barbosa teve sempre em D. Maria Augusta a mais comprehensiva das companheiras na sua missão de criar para o seu marido o ambiente propício para a sua produção intellectual. A "grande mulher de um grande homem" na frase feliz de João Mangabeira, jamais criou entraves ao gôsto de Rui Barbosa por livros e papéis.

O Sr. Homero Pires recorda em excelente conferência sobre Rui e os livros um diálogo que nos foi narrado a êle e a mim por D. Maria Augusta, em uma das suas sempre lembradas visitas à casa de São Clemente.

“Às vèzes ao chegar da rua e ao subir a escada interior com um empregado que o acompanhava carregando os volumes que adquirira no dia, divisava no alto a figura senhoril e carinhosa da esposa, a quem docemente falava :

— Perdoa já é uma verdadeira mania !

E ela sempre providente e magnânima :

— Não há de que perdoar. E’ a tua ferramenta !”

E assim os livros e os papéis foram conquistando peça por peça da velha casa de São Clemente até dar-lhe o aspecto de um grande palácio dos livros. Estantes e gavetas atulhadas de papéis oferecem aos atuais funcionários um desafio para sua conveniente classificação e catalogação. Só a massa bruta representada pela coleção de jornais, desde o tempo da faculdade de São Paulo até os últimos anos de vida, alguns déles anotados com a mesma tinta vermelha e com o mesmo cuidado com que assinalava os seus livros, constitui um material talvez único em nossa história.

E já que falamos no arquivo particular de Rui Barbosa como título seu ao respeito dos servidores da História, convém desde logo abordar um tema que costuma sempre aproveitado para incompatibilizá-lo com esta minha classe — o famoso caso da queima dos arquivos da escravidão.

De nada valeria tudo o que venho dizendo se êste homem tivesse num puro acesso de lirismo e num rasgo de romantismo privado os estudiosos de uma fonte tão séria de estudos sociológicos e históricos. Já abordei algumas vèzes êste ponto, mas vejo que inútilmente porque a acusação se repete, até com dados e indicações erradas, como se fôsse preciso encontrar um responsável único para um ato que nem foi iniciativa do ministro, nem teve senão o alto, nobre e indiscutível intuito de evitar um dos mais indignos golpes contra a fortuna pública, em nome de interêsses não só sem fundamento, como desonrosos para um povo civilizado.

A primeira referência que encontramos ao fato é a que ocorre em Nina Rodrigues, na sua obra clássica *Os Africanos no Brasil*. Fala o mestre baiano em *decreto* que ordenando a destruição dos papéis da escravidão cometera uma piedosa, mas ingênua mentira histórica. “Em nota de pé de página assinala a sua fonte : *Circular do Ministério da Fazenda* n.º 29, de 13 de maio de 1891, mandando queimar os artigos da escravidão”. “As consequências dêsse ato, comenta Nina Rodrigues, foram “a destruição englobada de todos os documentos relativos à imigração da raça negra que deviam existir nas repartições aduaneiras. Pelo menos na Alfândega dêste estado (a Bahia) não existe mais nenhum”. Daí passou a queima a quase todos os trabalhos modernos que versam o mesmo assunto, sempre

com referência a mesma fonte citada por Nina Rodrigues, a circular do baiano conselheiro Rui Barbosa n.º 29, de 13 de maio de 1891. Ora, já aí começam os equívocos. Em 13 de maio de 1891, já não era Rui Barbosa ministro da Fazenda, cargo que deixara desde 20 de janeiro. O despacho de Rui Barbosa acêrca do assunto é de 14 de dezembro de 1890. A circular n.º 29, de 13 de maio do ano seguinte, foi subscrita pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe, seu sucessor na pasta, como já o lembrou, com o espírito de exatidão que o caracteriza, o Sr. Otávio Tarquínio de Sousa analisando o assunto.

Para medir tôda a extensão do malefício seria necessário conhecer a relação das peças que foram entregues ao fogo em obediência à ordem ministerial, coisa que até agora não se publicou, quer na capital, quer nas províncias. Duvidamos até que em tôdas elas a ordem tenha sido cumprida. Com fogo, ou sem fogo, a maioria dos nossos arquivos está desfalcada, pelo bicho e pelo desleixo, de peças fundamentais. No Rio, contudo sabemos que houve queima. O despacho de Rui Barbosa determinava a requisição dos livros das tesourarias da Fazenda, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, matrículas de escravos, dos ingênuos, dos filhos livres de mulher escrava e libertos. Uma comissão, no mesmo ato designada, dirigiria tal arrecadação procedendo, em seguida, à queima na casa de máquinas da Alfândega desta Capital.

Uma placa de bronze existente nas oficinas do Loyde Brasileiro, contém, de fato, esta inscrição assaz lacônica: “13 de maio de 1891. Aqui foram incendiados os últimos documentos da escravidão no Brasil.” O noticiário da imprensa da época é abundante e entusiástico. Assinala os nomes dos funcionários que tomaram parte no patriótico gesto, estando presente o inspetor da Alfândega o engenheiro Sattamini, guarda-mor comandante Adolfo Hasselmann, e o presidente da Confederação Abolicionista João Clapp.

A expressão da placa de bronze, porém, é vaga. *Os últimos documentos da escravidão* não poderiam evidentemente ter sido destruídos totalmente. Seria preciso destruir a correspondência oficial, as atas das câmaras municipais, os inumeráveis pleitos judiciais versando sobre escravos, os testamentos, os inventários, sem falar na legislação. Mas é evidente que nada disso foi queimado. Numa visita que fizemos expressamente para êsse fim ao Arquivo Nacional, conduzidos pelo seu digno e incansável diretor Dr. Vilhena de Moraes, verificamos pessoalmente a existência de montanhas de livros e documentos sobre o assunto, com os quais se poderão realizar importantíssimas pesquisas.

O que os estudiosos hão de ter perdido deve ter sido os livros de registro dos escravos, para o efeito do pagamento dos impostos e os livros de entradas nas alfândegas. Os elementos estatísticos dos primeiros constam, porém, dos relatórios dos ministros e presidentes de províncias. A perda principal vem a ser, pois, dos livros alfandegários, precisamente aquêles a que se referiu Nina Rodrigues. Há, porém, outros acêrvos que permaneceram intactos e que poderão fornecer elementos essenciais ao estudo do assunto. Assim no Arquivo Público da Bahia, no arquivo da Prefeitura do Salvador e no da Câmara Estadual da Bahia encontrou o Sr. Luís Viana Filho elementos preciosos com que elaborou o seu excelente ensaio sobre o *Negro na Bahia*, que mereceu tão amplos e merecidos louvores do Sr. Gilberto Freire. Em todos os recantos do Brasil fazem preciosos depósitos arquivais ricos de material sobre escravidão à espera de pesquisadores. E' o que há algum tempo me confirmava, quanto a Amazônia, o seu emérito conhecedor que é o nosso colega Senhor Artur César Ferreira Reis.

Não se deve, pois, perder a esperança de ver surgir em dados positivos, muitos ensaios que as desalentadoras expressões de Nina Rodrigues julgavam para sempre impossíveis.

Sem querer diminuir, porém, a gravidade do golpe trazido à historiografia, vejamos se é possível entrever a sua explicação.

A idéia da destruição dos papéis da escravidão é muito antiga. Por mais curioso que nos pareça hoje, quando vivemos numa salutar obsessão do documento, foi defendida por culminâncias da inteligência e da cultura no Brasil. E veremos em breve porque. Quem primeiro a enuncia de publico é Joaquim Nabuco na Câmara dos Deputados em discurso de 24 de julho de 1888, quando lê uma representação de constituintes seus, para que "os livros de matrícula geral dos escravos do Império sejam *cancelados* ou inutilizados de modo a que não possa mais haver pedido de indenização".

"O orador se associa a êste pedido", dizem os anais, "com tanto mais convicção quanto, se os escravos tivessem sido desapropriados pelo Estado para seu uso, devia êle dar indenização; mas como o prejuízo resulta simplesmente de uma modificação da nossa lei, se passasse neste caso o princípio da indenização, teríamos de indenizar todos aquêles interesses que são modificados por cada tarifa que votamos, ou por cada alteração que fazemos nas leis do Império".

Note-se o trecho final que denota a intenção bem pouco lírica, ou retórica, da medida. Tratava-se de evitar um contra golpe dos antigos senhores de escravos, conseguindo *a posteriori*, a indenização que os últimos projetos lhes negavam. Indenização monstruosa, porque uma parte ponderável dêsses escravos eram africanos ilegal-

mente escravizados, já que haviam aportado ao Brasil posteriormente à lei Feijó, de 7 de dezembro de 1831, e eram criminosamente considerados escravos, como vinha sustentando Rui Barbosa desde 1869, ainda estudante de direito, e como demonstrara irretorquivelmente no parecer de 1884.

O reacionarismo, porém, havia derrubado o gabinete Dantas e impôs a lei Saraiva, que compreendia a incrível dispensa de declaração de naturalidade nos registros de escravos, o que implicava na legalização de um crime.

Feita a abolição, porém, em 1888, voltava-se a falar em indenização. O manifesto Paulino de 8 de julho de 1889, e que Rui analisara longamente no *Diário de Notícias*, apelava para os conservadores no sentido de não serem propostos candidatos que não tivessem “reconhecido o direito à indenização do valor da extinta propriedade servil”, “homens que tomem a peito a reparação da injustiça sofrida”.

O ministério Ouro Preto contornara o problema apelando para os empréstimos à lavoura. “E’ o mesmo Proteu”, comentara Rui no *Diário de Notícias*, “sob transfigurações variadas, com a diferença em favor do Sr. Paulino de Sousa, que a indenização direta estaria subordinada, na sua distribuição, a um critério positivo, proporcionando suas reparações à importância do dano”.

Pois bem, em pleno governo provisório, organizou-se um banco que tinha por finalidade exatamente a indenização dos antigos senhores de escravos, ou seus herdeiros, dos prejuízos causados pela lei de 13 de maio. Era nova transfiguração do Proteu, com a agravante de vir tal empresa encabeçada por elementos de primeiro plano entre os civis e militares que então pesavam seriamente na opinião governamental.

Liguemos os fatos. Em novembro, dissemos nós, comparecem os organizadores de tal banco perante o ministério da Fazenda. O despacho do ministro corta-lhes qualquer esperança de solução pacífica. Ei-lo: “Mais justo seria, e melhor se consultaria o sentimento nacional se se pudesse descobrir meio de indenizar os ex-escravos não onerando o tesouro. Indeferido. 11 de novembro de 1890”. Tal despacho apareceu na imprensa a 12. O *País*, publicou-o na primeira página, fazendo-o preceder de uma nota vibrante. A Confederação Abolicionista fez imprimir tal despacho em letras de ouro, numa espécie de diploma, e ofereceu-o solenemente ao ministro num documento que ainda se encontra na Casa de Rui Barbosa.

Os interessados agitaram-se. Em correspondência trocada com Anfriso Fialho, um dos componentes do grupo indenizacionista vê-se como o ministro temia a reação dos interessados.

A ordem de destruição dos livros de registro dos escravos, exatamente aqueles sobre os quais se poderia basear qualquer processo de indenização, encerra definitivamente uma questão que poderia conduzir-nos a uma vergonha infinitamente mais grave do que esta lamentável, mas — diante das circunstâncias, — eficaz defesa da fazenda e da honra nacional.

Era exatamente o plano de Nabuco em 1888.

Aliás o grande abolicionista João Clapp, no discurso na cerimônia da queima dos documentos, tal como consta da narrativa do *Diário de Notícias*, pronunciou as seguintes e expressivas palavras: “Na República Brasileira ninguém mais poderia continuar a infamar seus irmãos; fazendo bandeira política e especulações mercantis de semelhante crise”.

Como se vê não há só retórica e lirismo nesse ato revestido de literatura para disfarçar o golpe que se descarregava em ponderosos interesses.

Por ter entendido assim os acontecimentos que não podiam ser, no momento, claramente expostos, é que a repercussão da ordem de destruição foi a mais favorável possível. Poderia citar aqui os inúmeros comentários de quase todos os jornais. E mais ainda. Estava reunida a constituinte Republicana. A 20 de dezembro, seis dias após o despacho de Rui, foi aprovada a seguinte moção: “O congresso nacional congratula-se com o Governo Provisório por ter mandado fazer eliminar dos arquivos nacionais os últimos vestígios da escravidão no Brasil”. Seus signatários são as maiores figuras daquele conclave e alguns dos maiores expoentes da política da 1.^a república: Aníbal Falcão, Barbosa Lima, Serzedelo Correia, Pedro Velho, Epitácio Pessoa, Teodureto Souto, Pais de Carvalho, Lauro Müller, Aristides Milton, Marciano de Magalhães, Augusto de Freitas, Alexandre Stockler, Dionísio Cerqueira, conde de Figueiredo, Virgílio Damásio, Antônio Azeredo, Joaquim Murinho, Lauro Sodré, Índio do Brasil, Lopes Trovão, Artur Ries, J. J. Seabra, Custódio de Melo, conselheiro Mairinque, José Mariano, Pedro Américo, Zama, André Cavalcanti, João Barbalho e Meira Vasconcelos.

Não se compreende pois que se repita sempre este episódio somente para considerá-lo uma crise de retórica do discípulo de Vieira, quando o ministro da Fazenda agiu em harmonia com toda a imprensa e todos grandes *leaders* do momento.

Não foi pois um inimigo da história que mandou destruir os documentos da escravidão. Amigo, e devoto da ciência era o ministro da Fazenda — mas diante da onda de interesses que se erguia ameaça-

doramente armada de todos os elementos para a vitória sacrificou êle um elemento parcial da pesquisa a uma vitória moral incomparavelmente maior. Julgue-se agora como se entender o acontecimento. Mas é preciso considerar os dois pratos da balança.

Resta ainda examinar outra queixa que o atual pesquisador poderá enunciar diante do monumento que são as obras de Rui. Porque um tão assíduo leitor de memórias e de diários e um estadista tão atento à verdade acêrca de si próprio não deixou diários (senão apontamentos muito sumários de despesas) e não escreveu memórias. Homem tão moldado pelos estilos inglêses, porque não os seguiu também neste costume tão comum entre estadistas britânicos — de legarem aos pesquisadores depoimentos completos acêrca dos acontecimentos em que tomaram parte?

No entanto em tantas páginas deixou êle depoimento históricos imperecíveis. Poder-se-ia recompor (e a idéia é de Pedro Calmon) uma auto biografia de Rui através de seus inúmeros depoimentos esparsos em artigos, conferências e até em discursos parlamentares.

As longas referências ao pai, na visita à terra natal e no discurso na Faculdade de Direito de São Paulo em 1909; as evocações da vida acadêmica que se encontram neste discurso; as importantíssimas revelações do discurso sobre José Bonifácio, o prefácio da Queda do Império, são páginas que fazem prever o que seria êste monumento que Rui não deixou. Há mesmo algumas laudas no arquivo da Casa Rui Barbosa em que êle declarou que iria narrar aos filhos alguma coisa acêrca do início da carreira mas o documento interrompe-se curiosamente em meio a uma palavra.

Os grandes depoimentos históricos de Rui terão, pois, que ser buscados entre os seus trabalhos. Dê-nos Deus vagar e força, e, apenas terminada a obra em que estamos empenhados, haveremos de tentar um empreendimento que reputamos dos mais úteis à história brasileira — a recomposição dessa narrativa empolgante de uma vida inteira de lutas, de decepções e de sacrifícios — mas como êle próprio disse — sem perder o ideal.

Poucas páginas de memórias terão a vida daquela evocação de José Bonifácio no discurso de 1886.

“Discípulo, como fui, de José Bonifácio, seria orgulho se não fôsse gratidão, vaidade, se não fôra dever, dar-vos aqui testemunho do seu magistério. Foi em 1868; quando comecei a ouvi-lo. Vinha êle dessa memorável sessão parlamentar, em que a onipotência da corôa, por imperscrutável mistério de sua graça, houve por bem, viúmar à reabilitação de Timandro o partido de cujas simpatias populares o dinasta se valera para a campanha do Prata. Quando

José Bonifácio assomou na tribuna, tive pela primeira vez a revelação viva da grandeza da ciência que abraçávamos. A modesta cadeira do professor transfigurava-se : uma espontaneidade esplêndida como a natureza tropical borbulhava dali nos espíritos encantados ; um sôpro magnífico animava aquela inspiração caudal, incoêrcível, que nos magnetizava de longe na admiração e no êxtase. Lembro-me que o primeiro assunto de seu curso foi a *retroatividade das leis*. Nas suas preleções, que a hora interrompia sempre inopinada como dique importuno, a summa filosofia jurídica, a jurisprudência romana, os códigos modernos, a interpretação histórica, o direito pátrio passavam-nos pelos olhos translubrados em quadros incomparáveis, inundados na mais ampla intuição científica, impedidos por uma dialética irresistível”.

Ou aquela outra página incomparável de reminiscência.

“Entre as reminiscências do meu curso jurídico nesta cidade, nunca se me desfará da lembrança a recepção com que o acolheu, depois do golpe de estado de 16 de julho, a juventude acadêmica de 1868, em um banquete político de grandes proporções, que assinalou data na memória de quantos o celebramos ; Joaquim Nabuco, o futuro orador do abolicionismo, ponto radiante que já se destacava na coroa solar do nome paterno ; Barros Pimentel, merecimento dos mais puros, envolvido tenazmente pela sua modéstia em um casulo de sêda ; Martim Cabral, grande ból-de fulgurante, que se perdeu no horizonte da tribuna brasileira ; Gavião Peixoto um dos testamenteiros morais de José Bonifácio ; Salvador de Mendonça, o publicista do Ipiranga ; Américo de Campos, estoico : Américo Brasiliense, temperamento americano alienado para a república pela rotina pervicaz da monarquia ; Ferreira de Meneses um folhetim vivo, o boêmio da esperança, o fundador da Gazeta da Tarde ; Castro Alves o poeta dos escravos. José Bonifácio teve ali palavras comovidas, que se fonografaram no espírito dos ouvintes : “Os combatentes de hoje”, dizia, “são as aves já em meio do caminho, poisadas nos ramos secos da floresta. A mocidade é o futuro, as andorinhas em busca da primavera e da luz”. E Ferreira de Meneses de atalhar :

— “A luz é V. Excia.”.

E o foi até o derradeiro dia.

Ou aquela magnífica descrição da entrevista com o imperador em 1884, para conversar sobre os planos de reforma do ensino, que aparece no prefácio da *Queda do Império*.

“Estava outubro a terminar, em 1884, quando me veio às mãos uma carta do presidente do conselho, o senador Dantas, onde, em nome

de sua majestade, me declarava, nalgumas linhas, que o imperador queria ter comigo uma conferência especial e, para nos avistarmos e marcar o dia, não me lembro se primeiro ou terceiro daquêlles mês no paço da Boa Vista ao meio dia.

No prazo dado, ali estava eu, juntamente curioso e enleiado com a reputação de terrível e pontilheiro arguidor, que tinha Dom Pedro. Disseram-me logo à porta, que, naquele dia e aquella hora, êle não recebia; mas, respondendo que eram ordens de sua majestade a que obedecia, deram-lhe parte da visita a qual acudiu imediatamente. Com insinuante afabilidade me tomou da mão, e, sem m'a deixar mais, me conduziu ao longo do vasto salão avarandado, onde era costume dar, aos sábados, as suas audiências gerais, subiu comigo a escada para o andar superior, e lá me levou a um gabinete cuja vista dava para a bela avenida que da frontaria do palácio vai ter ao grande portão exterior.

Ali, no meio do aposento, estava, como que já de propósito arranjada para conversa íntima, uma singela mesinha, coberta com seu pano a que sua majestade me fêz sentar; e, então, deixando-se por instantes, voltou, trazendo sobraçados os meus dois pareceres e projetos acêrca da reforma dos três ensinos, que, havia dois anos, dormiam na Câmara dos Deputados o sono, donde passaram ao môfo e traçaria dos arquivos. Sentou-se; e, joelhos contra joelhos, numa familiaridade que para logo me dissipou acanhamentos e receios como em cavaco íntimo entre iguais ou camaradas, percorrendo as notas e tarjas, de que trazia margeadas e comentadas as páginas dos dois livros, creio que encadernados, me submeteu a formidável sabinina, numa dobadoira continua de objecções e perguntas, sarilhando, uma trás outras, as questões e dificuldades, como fios de fusos em movimento rápido entre os dedos de amestrado fiandeiro.

Seriam, mais ou menos, três horas da tarde, quando o imperador se levantou, despedindo-me com a mesma sombra, cortesia e descerimônia, com que me recebera. Dessa prática desafetada, mas oirçada, como era, para a minha bisonharia em entrevistas régias, de tropeços e imprevistos ignoro que impressão terei deixado no juízo do imperador. Não sei se êle o disse ao senador Dantas. (Nunca lhe perguntei). A minha era a de ter estado em contacto com um coração aberto a excellentes sentimentos, um espírito accessível às idéias mais progressistas, uma admirável retentiva, um contraditório, misto, em suma, de mediocridade e grandeza, artifício e simplicidade, larga erudição memorizada e ninguá ou desenvolvimento imperfeito nas faculdades assimilativas e criadoras."

Páginas como esta fazem antever um memorialista soberbo.

Porque, afinal, não tão afeita às narrativas históricas e mentalidade tão inclinada a este gênero de estudos não deixou à posteridade uma obra no gênero das que elle tanto consultava e apreciava.

Sem dúvida porque na própria origem da resolução de escrever as memórias está o afastamento da vida política, ao menos temporário. Não se escrevem memórias — **em regra senão** quando pára no caminho e se olha para traz.

Este nosso grande patrono porém nunca parou na sua gloriosa e contínua caminhada. Nunca se considerou um reformado ou aposentado para a vida política. Quando aos 71 anos iniciava uma campanha política pelos sertões da sua terra, considerava-se em atividade tão intensa como o mais moço dos partidários de sua agremiação. Faltou sempre a Rui Barbosa esta sensação de considerar encerrados os seus trabalhos. Ao menos nunca a nação consentiu que elle se ausentasse do palco da política. Quando em 1921 elle renunciou à vida pública, as manifestações nacionais foram de tal ordem que elle se viu constrangido a reassumir o seu posto nas bancadas do Senado. Nunca pôde pensar na vida política em termos de recordações de um aposentado.

Encarando permanentemente a vida como um lutador sempre em forma, pode-se afirmar que morreu lutando. Quando a paralisia bulbar fulminou-o como remate de um mal que o perseguia tenazmente, ella o encontrou não somente ativo, mas fremente de entusiasmo e dedicação à causa política da terra natal. Suas memórias são pois a sua vida. Grande e histórica lição: exemplo recolhido pela posteridade. Quando um dos nossos mártires quiz-se dirigir ao povo que o acompanhava ao catafalco só conseguiu murmurar estas palavras incompletas. "Morro pela lib..." A mão piedosa do frade impediu que a multidão ouvisse aquêlê derradeiro queixume.

A voz de Rui Barbosa, porém, ressoou longamente aos ouvidos da nação. Quando a mão do destino implacável reduziu-o ao silêncio, quase em meio a uma vibrante apóstrofe política — a política de sua terra — as palavras que elle ainda teria que pronunciar não seriam um lamento sobre o passado mas um incitamento ao futuro. Esse era o seu feitiço, a sua missão, a sua glória.

RUI, HOMEM DE LETRAS

PELO DR. RODRIGO OTÁVIO FILHO

Vivemos em uma terra de contradições milagrosas. Contrastes e aparências perturbam o espetáculo da realidade. Onde esperamos o descaso, vamos encontrar ouvidos atentos. E aqui estamos vivendo um exemplo da afirmação.

Mais espectador do que ator, registro, satisfeito, o interesse com que a mocidade acompanha o desenrolar deste curso, no qual a obra e a vida de Rui Barbosa se projetam no palco da cultura nacional.

Falar sobre Rui Barbosa, homem de letras, o que vale dizer — do teor literário de sua obra — envolve matéria de tal amplitude que não pode ser condensada no mesquinho espaço de uma hora. E muito menos poderá ser explanada com desejável feição didática, a não ser que seja desdobrada em várias aulas.

Em Rui Barbosa, apontado como o milagre da multiplicação de um só homem em muitos homens, era notória a prevenção contra os que o chamavam de literato.

Em 1918, por ocasião das festividades de seu jubileu, respondendo à saudação de Constâncio Alves, declarou só encontrar em pouquíssimos de seus trabalhos, alguns que mereçam o título de literários. O de que fazia questão era ser político, homem de estado.

O que se passou então, em torno de Rui, merece lembrança. Poucas vezes, homem vivo terá tido, em nossa terra maior consagração (1).

Em torno dele se reuniram todos os poderes. A religião, que abençoa. O poder público, que agradece. O povo, que glorifica. No altar da missa campal, oficiou um cardeal. Ao lado de Rui, toda a Nação.

Saudou-o Coelho Neto, que proferiu discurso em que o verbo suplantou o pensamento. Aqueles que ainda se recordam da clari-

(1) Sobre as festividades jubilares de Rui Barbosa vide: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. XXIII n.º 63.

dade de sua voz, lembram-se de que elle disse : “A pena que lhe destes, Senhor, é cetro com que elle governa, aqui e além, a nação verbal fundada pelos trovadores sobre a leira latina e que teve reis como Camões, Vieira, Bernardes e, mais próximamente, esse esforçado batalhador : Camilo”.

“Baixastes sobre elle em línguas de fogo como sobre os apóstolos do Cenáculo e elle foi e é o jurista, foi e é o tribuno, o didata, o economista, o diplomata, o publicista, o Poeta enfim na acepção que deu Carlyle a este título de nobreza espiritual”.

Respondendo a Coelho Neto, Rui, humildemente, se chamou de “pobre sujeito”, “misero nada humano”, “vítima de sua ventura”. E fazendo o retrospecto de sua vida, pôde proclamar indelével verdade :

“Eu, porém, nunca jamais não tive um momento de temor”.

Foi, no entanto, respondendo a Constâncio Alves, quando em 12 de agosto de 1918 lhe inauguravam o busto na Biblioteca Nacional, que procurou definir-se, de si afastando a láurea de literato ou homem de letras.

Em seu discurso — obra prima de equilibrio, justiça, concisão e estilo — Constâncio Alves, lembra, de Rui, “o gênio literário”. Falando sobre o “homem de letras” não esqueceu o “homem de idéias”. E contrariando o próprio sentir do Mestre, disse, categorico, que suprimir-lhe a Arte das produções que elevava às regiões superiores da literatura, seria dela arrancar o que a completa e ilumina e equivaleria a descoroar a terra da abóbada celeste e diminuir a sublimidade do mundo — apagando as constelações.

E’ a Arte immortalizadora e transfiguradora, que coloca os escritos e o verbo de Rui no plano superior das miragens que são a representação idealizada da realidade, “em que o aspecto das coisas se poetisa pela colaboração do que é alto, — imaginação do homem ou nuvem do céu, raios do gênio ou raios do sol”.

Constâncio Alves acentuando-lhe o perfil de homem de letras, depois de lembrar que Silvio Romero de Rui dissera ser o maior talento verbal da nossa raça ; depois de afirmar que Rui sabia a biografia dos vocábulos de que se servia ; depois de dizer que com o tato e a moderação dos grandes escritores, criava palavras, ressuscitava arcaísmos, apadrinhava neologismos ; depois de proclamar que os vocábulos dos clássicos são os que têm direito de cidade nas letras e fazem a opulência e a formosura da linguagem corrente ; depois de pedir ao próprio Rui que apontasse aos que dizem ser pobre a nossa lingua, — suas próprias obras onde, tão harmoniosamente vivem e tão expressivamente soam multidões de vocábulos, velhos e novos, desde os que já se aposentaram na poeira dos séculos, até os que ainda labutam na poeira das ruas ; e, depois de verificar que os

vocabúlos, aos apêlos de Rui, saem dos volumes que se abrem como portas, "portas de mosteiros, de oficinas, de quartéis, de palácios, de arsenais e de cidades". proclama a verdade das verdades, lembrando que êles, cantam, dizem tudo, com eloquência, gravidade, sutileza, união, raiva, sarcasmo, melancolia e riso — "quando evocados por um Vieira, quando evocados por vós, — disse, enfiendo Rui — que emprestais certa verossimelhança às lendas sôbre as riquezas escondidas dos jesuitas pois parece que achastes na Bahia, onde o padre morreu e vós nascestes, o tesouro intelectual do maior dos pregadores".

Finalmente, Constâncio Alves, lavra a sentença definitiva, quando diz — que Rui, homem de letras, não é um simples ourives da frase, um escultor de imagens sem alma e sim um artista superior, em cujas páginas o que é humano aparece transmutado.

Respondendo, Rui contestou por negação, perguntando : "Mas qual, na minha existência, o ato de sua consagração essencial às letras, onde o trabalho que assegure à minha vida o caráter de predominante ou evidentemente literário ?" "Já me vai tomando a canseira de repetir que não mereço tanto".

Cita, então, alguns trabalhos que, segundo o seu julgamento, possam ser julgados literários : — o *Elogio do Poeta*, a respeito de Castro Alves ; a Oração do centenário do Marquês de Pombal ; o ensaio acêrca de Swift ; a crítica do livro de Balfour ; o discurso do Liceu de Artes e Ofícios, sôbre o desenho aplicado à arte industrial ; o discurso do Colégio Anchieta ; o discurso do Instituto dos Advogados ; o parecer e a réplica acêrca do Código Civil ; umas duas tentativas de versão homométrica da poesia inimitável de Leopardi ; a adaptação do livro de Calkins, e alguns artigos esparsos de jornais, literários pelo feitio ou pelo assunto...

E depois dêste mundo de maravilhas, afirma não lembrar-se de outros. Tudo mais — disse — é política, é administração, é direito, são questões morais, questões religiosas, questões sociais, projetos, reformas, organizações legislativas. Tudo o mais — continua — "demonstra que êsses cinquentá anos me não correram na contemplação do belo nos laboratórios da arte, no culto puro das letras". Para Rui tudo mais está evidenciando que sua vida se desdobra nos comícios e nos tribunais, na imprensa militante ou na tribuna parlamentar, em oposições ou revoluções, em combate a regímenes estabelecidos e organizações de novos regímenes. Ela foi, a datar do brinde político a José Bonifácio, em 13 de agosto de 1869, uma vida inteira de ação, peleja e apostolado.

E como que a sacudir dos ombros um pêso incômodo, afirma que uma existência assim tecida e vivida não se desnatura da sua

substância, não se desintegra dos seus elementos organicos para se apresentar desvestida e transmutada naquilo que ella tem menos, na mera existência de um homem de letras.

Sua vida — boa ou má, é a de um soldado e não a de um construtor : — Amei sempre as letras sem pretensão, apenas por prazer de espirito, dissera dezoito annos antes, no artigo *Como quizerem* publicado em *A Imprensa*. Lamenta não ter tido tempo para ser artista e ambicionar entre artistas a sua admiração. Da pena e da palavra só se servira como instrumento espontâneo de luta.

João Mangabeira, seu discípulo e biographo, depois de perguntar se sobre si próprio Rui se equivocara, — tendo a imagem de Rui diante dos olhos, escreveu : — “O que resta de ti e te faz immortal, são as páginas de arte que escrevestes na pureza de um estilo, cuja vernaculidade em teu idioma jamais foi ultrapassada, na beleza de uma forma em lingua portugueza até hoje inigualada”. “Tu te chamas Rui, e tu és artista” (2).

Não importa que Rui tenha declarado que “na sua existência as letras entram, apenas, como a forma da palavra, que reveste o pensamento, como a eloquência, que dobra o poder das idéas, como a beleza aparente, que reflete a beleza interior, como a condição de asseio, que lhe dá clareza às opiniões, que as dota de elegância, que as faz intelligíveis e amáveis”.

Já aí, nesse tropo, revela altíssimas qualidades literárias, concretizadas no inconsciente julgamento de sua própria obra. E é elle mesmo quem confessa que só o influxo da arte comunica a durabilidade à escrita humana, e quem ao saudar Anatole France, afirmou, como verdade, que a forma, na idealidade de suas linhas, é quase sempre o que fica do pensamento, como âniõra de uma essência perdida.

Homem de letras foi Rui, desde que abriu a boca para falar ou pegou a pena para escrever.

Desde cêdo colegas e amigos lhe reconheceram as tendências e o valor literário, elegendo-o, quando estudante e logo após sua chegada a São Paulo, orador do Ateneu Paulistano, presidido por Joaquim Nabuco. Com Castro Alves e Nabuco, integrou a comissão de literatura. No fim do anno, ao assumir-lhe a presidência, pronunciou discurso notável, no qual confessa só acreditar “no futuro como o asilo do direito e da liberdade”, profecia de sua ação na vida pública (3).

(2) João Mangabeira, *Rui — O Estadista da República*, 1.^a edição, pág. 21.

(3) Arquivo da Casa de Rui Barbosa.

A verdade é que Rui Barbosa, técnico da língua, foi, pela magia de sua expressão vocabular, um autêntico homem de letras, opulento e colorido, perfeito, puro, clássico na escolha dos vocábulos e no ritmo musical da frase.

Por julgá-lo assim, Nabuco registrou em *Minha Formação*, ter êle levado vinte anos a tirar o minério do seu talento, a endurecer e temperar o aço admirável que é o seu estilo.

Falando, ou escrevendo, sobre fatos transcendentais da hora que estava vivendo, Rui irradiou, da adolescência ao ocaso, conceitos e normas que o tempo não deformou, nem deformará. Mas, o que me parece deve ser acentuado de início, na obra de Rui Barbosa além do seu evidente revestimento artístico e da pureza vernacular do estilo é o cunho de universalidade do pensamento, que dela imana. Daí a sua permanente atualidade.

O cérebro de Rui foi laboratório que refletiu no *écran* da inteligência brasileira através do estilo que o ombreia e irmana aos grandes clássicos da língua portuguesa, — um monumento de cultura jurídica, social, política e literária, igual aos que, universalmente, se consagraram. A leitura, página a página, da obra publicada ou inédita de Rui Barbosa, surpreende pelo fato de nela não se encontrar jamais a queda da linguagem ou do pensamento. Ao contrário: somos impelidos por um entusiasmo quase astixiante, frente à constante ascensão daquela inteligência, de incrível capacidade de argumentação, daquela cultura que parece impossível tenha sido adquirida no limitado período de uma vida humana.

E aqueles que, como eu, na adolescência e na mocidade, corriam atrás dêle para ouvir-lhe a voz e a palavra, embora os de minha geração o considerassem — pela generalidade de seus conceitos, pela sua formação espiritual — representante de um passado morto, reflexo do liberalismo do século XIX — nunca se esquecerão da eloquência sem arabescos, do gesto sobrio, da voz cheia e musical, da substância, do intuito, do inédito, da grandiosidade do espetáculo que eram as suas pregações. Conquanto os de minha geração julgassem Rui ausente de sua época, uma vez que a retórica agonizava e veio a morrer com a guerra de 1914, embora à Rui faltasse imaginação, dado que nunca fora um criador, a verdade é que a todos empolgava pela altura em que se colocava ao examinar fatos e idéias.

Em Rui Barbosa, as principais características são o amor e a crença na ação do homem público. Nesse sentido, sua obra de ação pessoal, corajosa e sincera é, por certo, uma das mais belas de nossa história.

Quanto ao orador Rui Barbosa, a impressão generalizada se choca com a confessada desilusão de Humberto de Campos, para

quem “as orações formidáveis eram lidas marteladamente da sua cadeira do Senado, dando todavia, fora dali a impressão de improvisações magistrais” (4).

O grande escritor brasileiro fez esta afirmação depois de comentar a decadência da eloquência política brasileira através das páginas de um livro do Sr. Fernando de Azevedo (5).

Nós somos — escreveu êle — um povo apaixonado pela oratória ; e lamenta que, depois de têmos tido na monarquia e na infância republicana grandes tribunos, tenha o Brasil político chegado a “um ataque irremediável de afasia”.

Tenho para mim que Humberto de Campos, apenas, o ouviu uma única vez, em discurso lido no Senado. De outra forma teria pressentido, naquela época, no ambiente de decadência de nossa oratória política, uma exceção — Rui Barbosa — que, lendo ou improvisando, era sempre o mesmo forjador de entusiasmo, cuja eloquência se transformava no instrumento com que impunha seu sacerdócio pela verdade e pela justiça.

* * *

Era eu bem menino quando tive a oportunidade de avistar Rui Barbosa, mais vêzes e de perto. Foi em 1907, na Haia, quando chefiou a delegação brasileira à 2.^a Conferência da Paz, da qual meu pai era um dos secretários.

Rui, de compleição miúda, sempre sério, vestindo sobrecasaca ou fraque cinza clara, pouca atenção chamava sobre si. O que foi sua atuação naquele amplo cenário internacional, contou-o Rodrigo Otávio, melhor do que qualquer outro, em páginas da 2.^a série de *Minhas Memórias dos Outros*.

A surpreendente energia e a inesperada cultura de Rui Barbosa deram uma reviravolta aos trabalhos da Conferência, depois de haver revidado a desatenção do delegado russo Martens, que a presidia, e que não se apercebera, ao contrariar aquele desconhecido brasileiro, que remexia as cinzas aparentemente frias de um vulcão, aquele vulcão que, na frase de José do Patrocínio, Deus acendera na cabeça de Rui Barbosa.

De improviso e em francês, num çonclave em que os discursos eram lidos e pronunciados na língua de cada orador, Rui, pequeno, humilde, com voz sumida, que depois se elevou e se tornou clara, começou a proferir o discurso que foi, por certo, a peça oratória mais

(4) Humberto de Campos, *Crítica*, 2.^a série, pág. 109.

(5) Fernando de Azevedo, *Ensaio*, 1929.

notável que a conferência ouviu, e lhe proporcionou o seu momento de maior brilho intelectual (6).

Impôs, com a autoridade de sua palavra, rumo novo à conferência. Ficou sendo uma das figuras centrais entre as grandes figuras que o cercavam. Sua voz passou a ser ouvida e acatada. Debateu os assuntos em pé de igualdade com os líderes do grande conclave. Fêz conhecido o desconhecido Brasil e, colocando em sua cabeça uma auréola de glória, transformou-a em consagração e orgulho de todos os brasileiros.

Depois do sucesso de tão ampla repercussão, eu o vi mais de uma vez, caminhando a passos lentos pelas ruas da capital da Holanda, ao lado de Carvalho Moreira, seu inseparável amigo, seguido por uma multidão de curiosos, que, apontando-o com o dedo, olhavam espantados para aquele pequenino homem, aquele fenômeno desconhecido, aquele assombro de inteligência e cultura, habitante de exóticas e ignoradas terras sul-americanas...

Pois bem. Do momento em que Rui fêz ouvir o esplendor de sua palavra, não mais se fizeram perguntas disparatadas sobre nosso país.

Lembro-me de que, certa vez, perguntaram a uma moça inteligente, filha de um dos membros da delegação e que tinha resposta para tudo — se no Brasil as casas tinham portas como as demais casas da Europa!... — Não, foi a resposta, — não, quando desejamos sair de casa saltamos pelas janelas...

De outra feita, perguntaram como andávamos nas ruas, sem sermos comidos pelas feras... E a mesma jovem respondeu: — Não há perigo algum. Nós, brasileiros, somos muito disciplinados. Pela calçada da direita andamos nós e pela da esquerda os animais ferozes...

Tôdas estas e outras indagações, filhas da curiosidade ignorante, silenciaram. O país, que oferecia um exemplar humano como Rui Barbosa, passou a ser respeitado por gregos e troianos. Foi na Haia que Rui prestou ao Brasil e às Américas os serviços que lhe glorificaram a vida, dando ao mundo uma lição de fraternidade universal, que ficará indelével na história do liberalismo internacional.

* * *

Feita esta rápida digressão — ligeiro testemunho de um menino curioso em frente à pequena estatura de um grande homem — devemos relembrar que Rui Barbosa, que revestia todos os seus escritos e

(6) Rodrigo Otávio, *Minhas Memórias dos Outros*, 2.^a série, pág. 306.

estudos da mais cuidada forma literária, produzia-os, quase todos, ora como *discurso*, ora como *conferência* cuja diferenciação devemos investigar.

Para mim, conferência não passa de um discurso sem ênfase, lido ou falado, onde o conferencista, ou conferente, expõe suas opiniões sobre determinado tema.

O discurso, creio, caracteriza-se pela espontaneidade, pela improvisação, pela facilidade verbal e pelo aproveitamento da memória, que, aliás, outra coisa não é senão a utilização de estudos acumulados, a exteriorização pública da cultura adquirida.

Os enciclopedistas são vagos no diferenciar, ou definir, o que seja discurso e o que seja conferência. Ambos são armas de que se servem os homens para discutir e dizer o que pensam. A palavra oral é alavanca que, movimentando os mundos do pensamento, imprime sentido à vida das massas populares, desvia o curso político das nações, incute aos ignorantes os conhecimentos humanos. Discursos e conferências sempre foram alvo de panegíricos e chacotas. Já houve quem definisse a conferência como sendo uma reunião em que um fala e muitos dormem...

Do discurso já dizia Etienne, em versos cadenciados :

*Le plus beau discours ne vaut pas une aumône,
Et quand un malheureux vient vous tendre la main,
Laissez la vos écrits et donnez lui du pain.*

E foi por certo a indesejável ênfase, que levou Corneille a versejar :

*Les bravades, enfin, sont des discours frivoles
Et qui songe aux effets negliges les paroles.*

Molière depois de ouvir cacetíssimo discurso, também em versos, ironizou :

*Tous les discours sont des sottises,
Partant d'un homme sans éclat ;
Ce seraient paroles exquises,
Si c'était un grand qui parlat.*

E o nosso Lúcio de Mendonça, talvez pensando nos oradores e nos conferencistas, nos deixou estes versos satíricos e cheios de graça :

*A natureza tem sanções felizes,
Rodeia o mal de penas pouco leves,
Assim, tu tens que ouvir tudo o que dizes,
E tens de ler, tudo o que escreves.*

A verdade é que Rui Barbosa em seus discursos políticos ou em suas conferências literárias, manteve em ambos as mesmas características : desenvolvimento lógico do assunto, método na análise, clareza na exposição, entusiasmo na defesa de seus pontos de vista, energia no ataque às idéias contrárias às suas convicções, impiedade no revide, dogmático e categórico nas afirmações, nobre nas atitudes, irônico e superior, seguro nas conclusões, linguagem literária, estilo inigualável pela clareza e classicismo.

As orações, ou pregações de Rui, acumulam tanta grandeza, tanta eloquência, que podemos compará-las a certos volumes orquestrais de Wagner, onde se desenvolvem o mesmo motivo musical em plethora de variações. Em Rui, vocação de advogado, cujo fim de meta é convencer para vencer, a repetição de argumentos é técnica oratória e literária. O mesmo assunto, repetido, às vezes, no mesmo período, veste-o de tanta originalidade e diferentes forças de expressão, que encantam os ouvidos e tornam quase tôdas as suas páginas, primores da língua e da dialética. Raras são suas orações curtas. Sua resistência física era insuperável. Sua voz alteava-se, tornando-se mais clara e convincente, quanto mais falava. Terminava suas orações, de horas seguidas, sem manifestar cansaço.

Tôda a sua vida de luta intensa e rude, está gravada por palavras suas. E tão galhardamente resistiu aos embates da existência, que pôde, em carta, escrever à espôsa, D. Maria Augusta : “Débil como pareço, tenho aguentado e vencido trabalhos, morais e materiais, que organizações robustíssimas nunca experimentaram, nem seriam capazes de vencer” (7).

Mas, tudo o que foi, Rui atribuiu à influência do pai — João Barbosa — que cedo percebeu o seu irresistível amor ao estudo e resolveu, ao vélo aprender, em 15 dias, com o professor Ibirapitanga,

(7) Luís Viana Filho, *A vida de Rui Barbosa*. Ed. do Centenário, pág. 129.

a ler e a conjugar verbos, dêle fazer um erudito e um orador. Desde esse momento começou Rui a sentir o influxo das boas letras.

O pai obrigava-o, segundo informa Luís Viana Filho, a subir sobre uma mala, onde lhe ensinava a posição em que deviam ficar as mãos do orador, obrigando-o a declamar com voz forte e sílaba a sílaba, longos trechos, como se estivesse, de fato, em uma tribuna, diante de numeroso auditório.

Nessa escola um tanto teatral, era Rui, aos 10 anos, uma criança triste, que amava os livros, recitava Camões, sabia Vieira e lia Castilho (8).

Em pouco tempo estava em condições vantajosas para ingressar no Ginásio Baiano, dirigido pelo Dr. Abílio Borges, e instalado em senhorial residência, que pertencera ao marquês de Barbacena.

Foi nesse ginásio que, ao concluir o curso, Rui, pela primeira vez, falou em público, pronunciando, aos 18 anos, discurso tão bem escrito e conceituoso, que João Barbosa ao responder à pergunta do Dr. Abílio, se colaborara no trabalho do filho, respondeu-lhe: — A mesma pergunta eu ia fazer-lhe.

Nessa oração inicial, proferida em 26 de novembro de 1865, na solenidade da distribuição dos prêmios, Rui emitiu, em bela forma literária, conceitos que, depois de velho, ouviu repetidos por aqueles que lhe estudaram a obra. Lembrarei, apenas, um: “A lenda de Ahsvero — disse — é a vida da humanidade; no seu incessante e eterno caminhar arma ela a um fim que não conhece, não atende, que lhe foge na obscuridade do mistério: mas fim por certo vasto, imenso, florido, com que a Providência lhe há de recompensar a amargura e as lágrimas da jornada”.

Rui, animado por convicções puras, começou, desde então, a iluminar o cenário intelectual do Brasil, com a clareza de seu verbo e de sua inteligência.

Antes do discurso do Ginásio Baiano, falara sem maior sucesso, nos *outeiros*, como chamavam os torneios literários do colégio e versejara, mal as mais das vezes, sonetos, alguns versos de amor e uma tradução de Leopardi. Sem imaginação de vôo alto, abandonou o imprudente convívio das musas, aprestando-se para ser, como de fato alcançou ser aquilo que dêle disse Capistrano de Abreu, — o grande orquestrador da língua portuguesa.

Sobre a evolução do estilo de Rui, desde os primeiros passos que deu nas letras, o Sr. Américo Jacobina Lacombe, trouxe à luz

(8) Luís Viana Filho, *Ob. cit.*, pág. 17.

pública, em recente conferência, a existência dos cadernos em que desde menino êle anotava suas descobertas e preocupações filológicas, as originalidades e sutilezas da língua, de que se tornou o maior mestre.

A leitura dos clássicos portugueses era sem dúvida o encanto e a fonte dos estudos de Rui, que nela via a única forma de aquisição da língua, de penetrar-lhe o sentido e de transformá-la, pelo uso constante, no instrumento de que se serviu com personalidade própria, mas com o sabor dos próprios clássicos que lia.

Se considerarmos o homem de letras — o literato — o autêntico, aquele que escreve com arte, veste idéias com frases elegantes, que adjetiva com sobriedade, aquele que, despindo-a de inúteis arabescos torna a língua musical e sonora, que a conhece em seus melindres e orgulhos, que a ama e defende, que aceita a sua evolução, que a conserva e purifica, que a lê, estuda e transmite, Rui Barbosa — que fez e foi tudo isso é um autêntico e surpreendente homem de letras. Tal era em Rui a preocupação da forma literária e da pureza de linguagem, que, depois dos trabalhos sobre o Código Civil, quando fez os mais profundos estudos de linguística e filologia, reviu, paciente e cautelosamente, todo o seu acervo cicolópico de escritor, para que o futuro nêle encontrasse, pura e bela, a língua que Deus nos deu, e a nós transmitida pelo maior de nossos puristas.

Rui Barbosa, que em nossa terra foi o mestre incontestado da língua, criou, dentro de seu próprio classicismo, uma variedade de estilos.

Em sua obra jornalística, principalmente em seus artigos da *A Imprensa*, attingiu a culminância. Lêde os seus trabalhos forenses e encontrareis um estilo novo e diferente, jamais aparecido em fôlhas de autos, nos trabalhos oferecidos aos nossos tribunais pelos maiores de nossos advogados ou jurisconsultos. O *estilo forense* de Rui é dêle e só dêle : ao lado da argumentação e da erudição jurídica, do ímpeto na defesa dos direitos que lhe eram confiados, a forma literária dá brilho e força aos seus trabalhos. Lembrarei que na questão Minas-Werneck — na qual fui modesto auxiliar de meu pai, como advogado do Dr. Américo Werneck, Rui Barbosa, advogado do Estado de Minas, inicia um de seus arrazoados, epigrafando-o com uma tirada de Cícero.

Seus discursos parlamentares, de exposição doutrinária, ou ataque político, não seriam o que são, se não estivessem revestidos da mais bela roupagem literária.

A propósito dos discursos políticos de Rui, alguém, — creio que Nabuco — proclamou-o, como o consolidador do estilo ; e Afonso

Celso, que também os ouvira e a quem Rui “assombrava como um fenômeno”, escreveu algumas páginas que devem ser lembradas.

Descreve-o, baixo, franzino, de compleição mórbida, parecendo insuscetível ao mais leve esforço e prestes a desfalecer. Espantava-se Afonso Celso vendo-o falar duas, três, quatro horas consecutivas, sem se servir de uma nota, sem molhar a garganta, sem afixar ou empanar a voz extensa e mordente. Nos lances mais agressivos, mantinha a mesma uniformidade.

E que discursos ! acrescenta Afonso Celso : — “Verdadeiros tratados sobre o assunto, obras exaustivas, edificios maciços e colossais !”

Repletos de estupenda erudição — escreve ainda Afonso Celso, — transbordantes de fatos, datas, leis, nomes, comentários, tudo enfim. E ao referir-se mais diretamente ao ponto que interessa a esta aula, disse : “A forma, mais que correta, burilada, com luxos de classicismo e têrmos raros, sempre literária e nobre dir-se-ia esmeradamente trabalhada”.

A eloquência de Rui lembrava “um mar sem ondas, sem ventos imenso, misterioso, infinito”. E ao final de suas recordações Afonso Celso, que via na eloquência de Rui um lampejo permanente, aplica à sua facundia incomparável, a reflexão de um viajante atônito ante a exuberência e a magnificência da selva tropical: a profusão das árvores não deixa apreciar a floresta... (9)

Tudo isso, — o que foi e o que fez — Rui Barbosa, imbuído do mais santo amor filial, atribuía à influência paterna.

Falando do pai, no discurso que proferiu na Faculdade de Direito de São Paulo, em 17 de dezembro de 1909, gravou com palavras bíblicas uma das mais belas e emocionantes páginas de nossa literatura : “O que sou, menos o coração em que minha mãe entrou, grandemente, dêle nasce quase exclusivamente, como a água que corre da água que já correu. Esta palavra, de que eu uso em mim diminuída, era dêle, o maior orador que já conheci. Esta cabeça, que eu tenho, não é mais que uma apagada sombra da sua.

Esta paixão da liberdade e do direito e da justiça, herdou-m'a êle, a mais justa das almas, o mais irredutível liberal que eu nunca vi, liberal à inglesa e à americana. O amor da pátria, a intransigência da honra, a firmeza da vontade, o culto dos princípios, o desprezo dos perigos, o fundo religioso dos sentimentos e das idéias, isso tudo

(9) Afonso Celso, *Oito anos de Parlamento*, págs., 91 e 92.

é seu. De modo que, a cada passo de minha vida, o que eu sinto dentro do mais íntimo de mim mesmo, é meu pai. Ele não morreu: em mim vive, e reviverá enquanto alguma coisa de mim restar”.

O amor do pai levou Rui a amesquinhar-se a si próprio.

Diante de João Barbosa, foi o bom filho, justo e amoroso — que, do cume a que chegou, iluminado pela mais intensa cultura que já floresceu em terras brasileiras, santificado em constantes pelepas, amargurado pelas decepções, cansado pelo estudo, glerificado pela glória, continuou a ver o pai, como a luz guiadora do que fôra e do que era.

Do dito até aqui, se conclui que Rui Barbosa jamais divagou pelos subúrbios da inteligência.

Para informação dos que me ouvem, para que possam beber água fresca na própria fonte, recomendo a leitura dos *Ensaio Literários* de Rui Barbosa, volume que acaba de sair dos prelos, no qual o Sr. Américo Lacombe, jovem e apaixonado diretor da Casa de Rui Barbosa, selecionou e prefaciou os melhores e mais legítimos trabalhos literários do Mestre (10).

Nesse volume, encontrareis o discurso que Rui pronunciou por ocasião da morte de Alexandre Herculano, no Teatro São João, da Bahia, em 1877. Sabidas são as afinidades de Rui com Herculano. Religiosos e cristãos, ambos, intransigentemente atacavam o catolicismo de Pio IX, que consideravam contrário às velhas e verdadeiras crenças. E' uma página literária a serviço de categóricas afirmações de consciência religiosa.

O *Elogio de Castro Alves* que todos conhecem, lido dez anos após a morte do poeta é, na frase do Sr. Américo Lacombe, ardoroso revide aos inimigos literários do antigo colega e amigo.

Para demonstrar a profundidade da influência da obra do grande poeta, achava modestamente Rui que “a voz que a houvesse de atestar, devia partir, não dos cimos mais próximos do astro, deslumbrados pelo seu esplendor, escaldados pela sua irradiação, mas cá da humildade do vale, que de tão longe contempla”.

De Castro Alves, diz que sua musa roçara os lábios no mel de tôdas as doçuras e na essência amarga de tôdas as agonias. São páginas de defesa e crítica. Da mais justa das defesas, da melhor das críticas.

(10) Rui Barbosa, *Ensaio Literários*, 1949.

No célebre discurso a José Bonifácio, o moço, uma das maiores e melhores peças literárias de Rui, pronunciada em São Paulo, em 1886, centraliza a tese da sua oração, “na necessidade da aliança da política ao culto da forma”, isto é, julga que a preocupação dos temas estéticos é um sinal de superioridade no homem público (11).

E quem não leu o ensaio sobre Swift — admirável, profunda e erudita página de história literária? Nêle Rui ainda coloca em frente ao leitor o problema das relações da estética com a vida pública.

E o que disse Rui Barbosa de Machado de Assis, em nome da Academia Brasileira de Letras, em 30 de setembro de 1908, diante do cadáver do grande romancista?

— “Não é o clássico da língua ; não é o mestre da frase ; não é o árbitro das letras ; não é o filósofo do romance ; não é o mágico do conto ; não é o joalheiro do verso, o exemplar sem rival entre os contemporâneos da elegância e da graça, do aticismo e da singeleza do conceber e no dizer ; é o que soube viver intensamente da arte, sem deixar de ser bom”. E ressaltando que Machado de Assis nascera com uma dessas predestinações sem remédio ao sofrimento, disse que “a amargura do seu quinhão nas expiações de nossa herança o não mergulhou no pessimismo dos sombrios, dos mordazes, dos invejosos, dos revoltados”.

Dizendo adeus a Machado de Assis a quem iria substituir, pelo resto da vida, na presidência da Academia Brasileira, da qual fora um dos fundadores, pronunciou ainda estas suavíssimas palavras : “A dor lhe aflorava ligeiramente aos lábios, lhe roçava ao de leve a pena, lhe ressumava sem azedume das obras, num ceticismo entremeio de timidez e desconfiança, de indulgência e receio, com os seus toques de malícia a sorrirem, de quando em quando, sem maldade, por entre as dúvidas e as tristezas do artista. A ironia mesma se desponha, se embebe de suavidade no íntimo dêsse temperamento, cuja compleição sem desigualdade, sem espinhos, sem asperezas, refratária aos antagonismos e aos conflitos, dir-se-ia imersa das mãos da própria Harmonia, tal qual essas criações da Hélade, que se lavraram para imortalidade num mármore cujas linhas parecem relevantes do ambiente e projeções do céu no meio do cenário que os circunda”.

Este o Machado de Assis de Rui Barbosa. O Machado que tinha o sentimento da língua pátria, “em que prosava como Luís de Sousa e cantava como Luís de Camões”.

Onde encontrar, meus amigos, em nossa literatura, páginas que a estas se irmanem, na emoção, na forma e na verdade ?

(11) V. Prefácio de Américo Jacobina Lacombe, in *Rui Barbosa — Ensaio Literário*.

Talvez algumas do próprio Rui, na *Oração aos Moços*, testamento e legado, que não pôde ele mesmo pronunciar, porque as forças que se esvaíam, não mais lhe permitiam movimentar os lábios.

Nessa altíssima oração que no dizer de Sousa da Silveira, o mestre perfeito, é na sua contextura verbal, modelo da mais pura vernaculidade e, convenientemente lida e estudada, constitui precioso fator de representação da grande língua literária comum ao Brasil e Portugal (12).

Rui Barbosa fala aos moços na linguagem da experiência e da sabedoria :

“Estou vos abrindo o livro da minha vida”, disse ele.

“Se me não quizerdes aceitar como expressão fiel da realidade esta versão rigorosa de uma das suas páginas, com que mais me consolo, recebei-a, ao menos, como ato de fé, ou como conselho de pai a filhos, quando não como o testamento de uma carreira, que poderá ter discrepado, muitas vezes, do bem, mas sempre o evangelizou com entusiasmo, o procurou com fervor e o adorou com sinceridade”.

Talvez naquele discurso de Campinas (1914) onde o verbo de Rui é harmonioso e belo como o vôo daquelas andorinhas que eram o encanto da velha cidade paulista. Sobre o “incomparável quadro vespertino” que é a volta delas à casa em que moram, Rui se emociona e escreve uma de suas mais belas páginas literárias. Eis dela, um pequeno exemplo :

“Eu não canto, nem pinto ; mas revejo e recordo.

Pelo límpido azul já sem sol, antes que se lhe esvaia de todo o ouro dos seus átomos de luz, mas quando o crepúsculo entra a desmaiar do seu brilho a safira celeste, um ponto retinto, perdido nos longes mais remotos, se acentua em negro na cúpola do firmamento, lá, bem no alto, bem de cima, como se a ponta de uma seta, desfechada perpendicularmente de além varasse ali a redondeza anilada”.

Talvez no Discurso do Colégio Anchieta, (1913) — quando avisava aos jovens bacharelandos, que a pátria não é ninguém, são todos e os que a servem são “os que não invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudencem, os que não se acovardam, mas resistem, mas

(12) V. Rui Barbosa, *Oração aos Moços*. Edição Nacional — Casa de Rui Barbosa, pág. IX (1949).

(13) 24 de julho de 1914.

ensinam, mas esforçam, mas pacificam, ma^{is} discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo". Talvez na saudação a Anatole France. Talvez — que sei eu ? — que posso eu aconselhar-vos se não *existe joio* nesse trigo ?

* * *

Na obra de Rui Barbosa entremeados, vivem, juntos, numa variedade de estilos literários, o que nos leva por analogia a êle aplicar o conceito e a diferenciação que Joubert fazia de Voltaire e de Bossuet:

— *Voltaire est clair comme l'eau, Bossuet est clair, comme le vin* (14).

Realmente, Rui que é sempre claro, atingiu a plenitude da expressão. Trincou "a carne viva da linguagem", a que se referiu John Mideleton-Murry. Foi entre nós o esplendor do Verbo. Fogo de artifício, sem foguetes de estampidos ruidosos ou inúteis. Luz e côr. O exame e o estudo de sua obra, mostram que êle além de de tudo o que foi — político, estadista, diplomata, administrador, jornalista, jurista, advogado, filólogo, tribuno, sábio — foi, também, um autêntico homem de letras.

(14) Charles de Bos, *Qu'est-se que lá littérature?*, pág. 87.

RUI E OS ESCRITOS RELIGIOSOS

CONFERÊNCIA REALIZADA PELO SR. MARIO PENA
DA ROCHA

“Antes de iniciar a palestra que me cabe fazer neste curso de homenagem a Rui Barbosa, no transcurso da data centenária de seu nascimento, cumprio um dever de consciência ao declarar lealmente a êste nobre auditório que a carência de tempo, intransferíveis obrigações cotidianas, e certa estafa mental impedem-me, nesta hora, de corresponder de maneira menos imperfeita à honra do convite e à relevância do tema, de tanta responsabilidade, qual seja a de examinarmos os escritos religiosos de Rui Barbosa, documentário de suas convicções, expressão de seus sentimentos de fé, sustentados, como era de seu probro e reto feitio moral, com vigilância e energia, com intrepidez, sinceridade e desassombro, com a espada de fogo de seu verbo inflamado ou os amavios das mais suasivas expressões de seus vastos recursos verbais.

Matéria entre tôdas delicada, essa de ler na palavra do homem a profundidade de seu pensamento, o âmago de seus sentimentos, desbastados, uns e outros, de tôda eiva da paixão, do tumulto e da violência, mormente quando se cuida de figura primacial, como a de Rui, no forum da inteligência nacional, sem que se possa acompanhar a rota retilínea de convicções espirituais e religiosas.

Nesse ponto, é êle próprio que nos adverte da atitude moral de quem busca os rumos certos do espírito :

“Não pequei de propósito ; terei pecado por êrro, ignorância, ocasião, falibilidade incurável dos juízos humanos” (1).

“Pelo que toca ao variar das opiniões, deixem-me ter, mais uma vez, o consôlo de trazer à praça, como coisa de que me prezo, e não me pesa, a deliciosa culpa dos homens de consciência, a única em que hei-de morrer impenitente. *Beata, beata, beatissima culpa !* Não mo tenham a mal os imutáveis. Deus os desencrue. Deus os reverta da pedra e cal em homens. Deus os ensine a mudar. Porque

(1) *Queda do Império* — (Obras Completas), pág. LXXXV.

todo o aprender, todo o melhorar, todo o viver é mudar. De mudar nem mesmo o céu, o inferno ou a morte escapam. Mudar é a glória dos que ignoravam, e sabem, dos que eram maus, e querem ser justos, dos que não se conheciam a si mesmos, e já melhor se conhecem, ou começam a conhecer-se.

O que, no mudar, se quer é que se não mude para trás, nem do bem para o mal, ou do mal a pior. Se me achassem, hoje, menos tolerante, menos liberal, menos amigo da justiça, menos dedicado às leis, menos humano, menos dado ao trabalho, menos cristão do que ontem, aí, sim, bem era que mo imputassem a culpa, vergonha, ou crime.

Mas, em todos êsses pontos, é sempre do menos para o mais, suponho eu, do mal para o bem, ou do bem para o melhor que tenho mudado, ou feito por mudar, com especialidade nos trinta e três anos que vêm da agonia do outro regime a isto, que não sei como se chame, do atual.

Onde, porém, creio se perceberá diferença mais sensível, é nos sentimentos religiosos. Profunda e inalteravelmente cristãos foram êles sempre. Mas quem ler o *Diário de Notícias*, como quem leia *O Papa e o Concílio*, ou o *Discurso da Maçonaria*, verá quanto vai do homem de 1876 e 1889 ao de 1903, 1919 e 1921 : o da oração do paraníno no Colégio Anchieta, o da oração do jubileu na Missa Campal e o discurso paranífico em São Paulo" (2).

Permitir-me-ão os generosos ouvintes que eu me escravize às minhas laudas, não só pela necessidade de, a miúdo, têmos de ouvir a Rui, de onde brota, sempre, serena ou impetuosa, a linfa da verdade, como também por faltar-me desempenho e segurança, em matéria que requer tamanha ponderação, para deixar-me conduzir, sem seguro roteiro, por entre os imprevistos das traições da memória e os choques da emoção que assaltam os oradores de minha têmpera.

FOI REALMENTE RUI UM HOMEM DE FÉ ?

Dos homens de inteligência que vencem os caminhos da cultura, naquilo que diz com a fé, uns a têm como a do *carvoeiro*, crença simples, à margem de toda indagação, isenta de dúvida e preocupação ; fé humilde, sombra amena às árduas lucubrações do pensamento humano ; outros a sustentam, vencendo conflitos, pendidos, por vezes, sob a túnica de Nesso da dúvida, descendo a angustiosas e extenuantes indagações ; êstes a riscam, em gesto largo, dos quadros de sua formação mental, à força da própria razão ; aquêles afastam-

(2) *Ob. cit.*, págs. LXXXV e LXXXVI.

na do seu rumo, despreocupados, sem lhe sentirem a falta. Uns crêem em Deus ; outros o negam ; e ainda outros — e êstes são os autênticos não religiosos — não o afirmam nem o negam ; de nada indagam. Afirmar-se-á que esta atitude não se compadece com a inteligência trabalhada pela cultura: o problema da morte é da economia da vida, e esta impõe a solução do dilema — ser ou não ser, depois do último sôpro da existência humana. Se a alma tem um mecanismo só para servir ao corpo, e em função dêle ; ou se a alma habita o corpo como sua morada terrena, e se dêle, liberta pela morte, sobe a seu eterno destino.

Não cabe, nesta hora, balancear idéias filosóficas sôbre a fé ; o caráter anti-intelectual, que lhe apontam alguns doutores do protestantismo liberal (3), ou do “ato da inteligência, a adesão prestada a uma verdade revelada”, consoante o ensino católico, em que sobrepára a sua sobrenaturalidade, que assenta no próprio magistério de Deus. Para a filosofia da Igreja, “a fé é um ato da inteligência pelo qual se admite como verdadeira uma doutrina atestada pela autoridade divina ; e é um ato livre, dependente da vontade, e, por isso, sob o domínio da responsabilidade moral do homem”.

Há que distinguir-se entre fé — fato moral — e *crença*, estado de alma, e um de seus elementos. A fé, na definição católica, exclui a dúvida, o livre exame, o exame individual, o sentido opinativo da crença : não lhe cabe indagar e definir, pois que a verdade, fruto da Revelação, lhe foi integralmente comunicada ; ao homem cabe, livremente, aceitá-la ou recusá-la, total e plenamente. Se aceitamos a palavra divina, em tôda a sua amplitude — somos homens de fé ; se a examinamos, para restringi-la, para encará-la à luz da nossa inteligência, e enquadrá-la nos limites de nossa filosofia, aberramos da doutrina da Revelação, e a Igreja nos tem por heréticos.

“A fé, ato intelectual, — define o padre Leonel Franca — é o assentimento prestado a uma verdade, não por lhe penetrarmos a razão intrínseca, mas pela palavra autorizada de outrem que no-la afirma. E’ êste o caminho real que nos leva ao conhecimento certo de quanto, ou por se achar, no espaço e no tempo, além da nossa experiência pessoal, ou por qualquer outro motivo, se encontra fora do campo de visão da nossa inteligência”. Esta adesão, assim racional, há-de assentar sôbre “o conhecimento certo da existência de Deus e do fato histórico da Revelação cristã”. Se o homem não aceitar êste fundamento, não terá fé cristã ; se aceitou a demonstração

(3) Esta e citações seguintes, sem indicações individuadas, referem-se à obra do padre Leonel Franca *A Psicologia da Fé*, onde buscamos o roteiro para esta parte da palestra.

filosófica da existência de Deus e tem por certa a Revelação, “não lhe resta outra atitude racional senão a de adesão plena a seus ensinamentos”. E concluindo, com o douto jesuíta : a fé é uma adesão intelectual à verdade ; apesar de inferior, como modo de conhecimento, à clareza da intuição ou à evidência interna da demonstração. é um processo de chegar à certeza, racional, seguro, econômico, inerente à natureza social do homem ; para atingir certas realidades distantes no tempo ou estritamente sobrenaturais, é a única via que se abre à inteligência humana durante a sua peregrinação terrena”.

Quando o homem afirma mais do que vê, mais fácil hle é negar ; é o que se pode dizer do racionalismo do século XVIII: afirmar e afirmar e negar, negar e negar. E’ dêsse racionalismo, na fase hodierna da filosofia religiosa, a atitude intelectual de “excluir o sobrenatural da trama dos acontecimentos humanos, no seu postulado fundamental; na urdidura da história não há lugar para o sobrenatural ; tudo se explica pelo determinismo infrangível das leis da natureza. Acham-se assim, *a priori*, excluídos o milagre e o fato de uma revelação divina. Torna-se o homem racionalista “o árbitro de tôda a sua vida moral e religiosa”.

RUI FOI UM HOMEM DE FÉ CRISTÃ, EM TÔDA A SUA
VIDA, AINDA QUE PRÊSA DA DÚVIDA ; NÃO FOI,
ENTRETANTO, SEMPRE UM HOMEM DE FÉ
CATÓLICA: COMBATEU ANIMOSAMENTE
A IGREJA ROMANA

Religião, em povos como o nosso, meridional, extrovertido, sensual, ressuma do sentimento, não tem raízes de convicção : é de incenso e ladainha, de canto, luzes e flores, de missas festivas — uma religião sentimental, plástica, vibrátil. Estudamô-la até fazermos a primeira comunhão, nas páginas do catecismo mal assimilado ou mal compreendido ; entra o jovem nas escolas superiores já perdida a fé. Referindo-se a essa apostasia da mocidade, a essa “secessão maciça”, que “a priva de tanta luz nas perplexidades, de tanta força nas tribulações, de tantos incentivos para o bem”, o padre M. T. L. Penido, encontra “na extrema periferia da fé, a incontável multidão dos que se afastam da religião porque jamais tiveram fé profunda e sincera. Aprenderam o catecismo como papagaios, fizeram a primeira comunhão porque é de praxe; todos a fazem, a festa é solene, os trajes bonitos e gostosos os doces. Ao depois, abandonaram a religião com a mesma naturalidade com que abandonaram os jogos

infantis" (4). Não se conhecem as letras sagradas ; assiste-se a missa sem participação efetiva do ato litúrgico. Somos religiosos, como somos emotivos, como somos generosos. Falta-nos a convicção, o corte vertical da crença alicerçada, buscada no conhecimento, na meditação, na vida interior. Falta-nos a atitude íntima e profunda. Certas páginas de união religiosa são de inconfundível expressão sensual. Fácilmente nos deixamos arrastar por exaltações místicas, cívicas de vícios e deformações, que antes contrafazem a fé do que a levantam e constroem. Assim tem sido até nossos dias, e talvez só agora comece a deixar de ser assim. Menor sensibilidade e mais caráter ; maior aproximação à verdade e menor adesão à fantasia.

RUI SENTIU A ESTAGNAÇÃO DA FÉ RELIGIOSA DO POVO E ATRIBUIU AO CETICISMO DA RELIGIÃO IMPERIAL E AO ULTRAMONTANISMO

O nome de Deus, sua habitual invocação, o louvá-lo, o agradecer-lhe, o recomendá-lo, o pedir-lhe, o trazê-lo a testemunho são do uso comum dos homens. Diz-se de ateus que tal se dizem, graças a Deus. Deus pode ser uma figura de expressão, um hábito de frase, um recurso de insinuação, um modo de agradar. Em outros homens ; em outros tempos ; não em Rui, nem no seu tempo, entre vultos de sua altura. Não em Rui, por seu amor à verdade, por seu horror à falsidade, às atitudes insinceras, à cortesanice e à simulação. Não em quem a palavra sempre sincera nunca serviu para esconder ou fraudar o pensamento.

Nessa formosa "Oração aos Moços" — bacharelados de 1921 da Faculdade de Direito de São Paulo — que, como recomendou o sábio professor Sousa da Silveira, "pode servir de mostrar o exemplo de uma aguda e privilegiada inteligência que, algum tempo transviada de Deus, a ele volta com amor e submissão", na "Oração aos Moços" contei, em pesquisa superficial, cerca de trinta vezes o nome de Deus ou expressões que lhe lembram a presença no espírito e no coração do paraninfo.

Não é a meninos, de colégio de padres, mas a bacharéis da santíssima ciência do Direito, que o Mestre lhes fala :

"Onde para o cérebro de ver, outorgou o Senhor ao coração que ainda veja ; e não se sabe até onde".

(4) *A Crise da Fé* — in *Vozes de Petrópolis* — n. de julho-agosto — 1949, pág. 388.

“Vosso coração ainda estará incontaminado, e assim Deus o preserve”.

“Descrer da cegueira humana, sim ; mas da Providência, fatal nas suas soluções, bem que (ao parecer) tarda nos seus passos, isso nunca”.

“Vêde Jesus despejando os vendilhões do templo, ou Jesus provando a esponja amarga no Gólgota. Não são o mesmo Cristo, êsse ensangüentado Jesus do Calvário e aqueloutro, o Jesus iroso, o Jesus armado, o Jesus do látego inexorável ? Não serão um só Jesus, o que morre pelos bons, e o que açoita os maus ?”.

“Deus me é testemunha de que tudo tenho perdoado. E quando lhe digo, na oração dominical: “Perdoai-nos, Senhor, as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores”, julgo não lhe estar mentindo”.

“Oração e trabalho são os recursos mais poderosos na criação moral do homem. A oração é o íntimo sublimar-se d'alma pelo contacto com Deus”.

“O indivíduo que trabalha, acerca-se continuamente do autor de tôdas as coisas, tomando na sua obra uma parte, de que depende também a dêle. O Criador começa, e a criatura acaba a criação de si própria”.

“Quem quer, pois, que trabalhe, está em oração ao Senhor”.

“Deus, pátria e trabalho. Mete! no regaço essas três fés, êsses três amores, êsses três signos santos. E segui com o coração puro”.

“Não há justiça, onde não haja Deus”.

“Amar a pátria, estremecer o próximo, guardar fé em Deus, na verdade e no bem”.

Aí ficam separadas algumas gemas dêsses opulento escrínio precioso.

Rui não renegou jamais a fé que lhe transmitira o lar ; foi sempre fiel a seus sentimentos cristãos ; não pagou tributo ao agnosticismo tão freqüente entre os intelectuais de sua geração ; não entrou na órbita do positivismo, que tanto empolgou a inteligência brasileira nos tempos circunvizinhos da implantação da República, e que êle conceituava um método elevado à altura de uma filosofia, a reivindicar, em honra de uma escola recente, cânones de investigação científica muito mais antigos do que ela (5). Nega-lhe mais: poder-se elevar à altura de generalização filosófica e muito menos à

(5) *Cartas de Inglaterra* — Obras Completas, pág. 60.

autoridade de doutrina obrigativa, vacilante “a religião da humanidade” sôbre as suas próprias bases (6).

Ouçamos-lhe a profissão de fé :

“Filho de um século devorado pela curiosidade suprema do infinito, duvidei, neguei, blasfemei, talvez como êle. Mas êsses momentos passaram sempre como rápidas tempestades na minha consc.ência : quando elas se afugentavam, o horizonte do mistério eterno me reaparecia como eu o vira no coração de meus pais. Não me acolhi entre as filosofias, que fazem da ciência a grande negação. Percorri as filosofias ; mas nenhuma me saciou : não encontrei repouso em nenhuma. Pus a ciência acima de tôdas as coisas ; mas não afirmei jamais que a ciência não possa abranger as coisas divinas. Nunca encarei a ciência como a sistematização do antagonismo com o espírito. Êsse incognoscível, que não cabe nos laboratórios, não acreditei jamais que se distancie por incompatibilidades invencíveis, unicamente porque esta não sabe os meios de verificá-lo. Vejo a ciência que afirma Deus ; vejo a ciência que prescinde de Deus ; vejo a ciência que proscree Deus ; e, entre o espiritualismo, o agnosticismo, o materialismo, muitas vêzes se me levanta da razão esta pergunta : Onde está a ciência ? A mesma névoa, que a princípio se adensara sôbre as inquietações do crente, acaba por envolver o orgulho do sábio. A mesma dúvida, que nos arrastara das tribulações da fé ao exclusivismo científico, pode reconduzir-nos do radicalismo científico à placidez da fé (7).

Esta fé encontrara esteio na forte estrutura moral, no “espírito severo de seu pai”. Sente-se, no filho, o orgulho a derivar de sua admiração à inteligência, ao caráter, à dignidade, às convicções paternas.

Cristão, sem nenhuma dúvida, católico-liberal, ou católico-maçonzado, como era possível ser no tumulto religioso do tempo, não morria de amores pela ortodoxia da Igreja Romana e entra de agredí-la, revidando a acusação de intuits menos nobres na publicação póstuma da tradução, por seu pai, da obra de Laboulaye — “A Imaculada Conceição”:

“Sei que na hora extrema, requereu e recebeu meu Pai os sacramentos da Igreja ; que morreu edificantemente com a placidez, a fortaleza e a esperança de um cristão. Mas não sei, não posso concluir, não admito, contesto que êsse fervor religioso importasse

(6) *Cartas de Inglaterra*, pág. 64.

(7) *As Minhas Conversões* — in *Cartas de Inglaterra*.

uma conversão, um repúdio de crenças que lhe tinham raízes na alma.

Em conta de católico teve-se meu Pai, sempre. Divinos reputava os sacramentos, e à sua família os aconselhava. Professava todos os artigos do antigo credo católico. Mas quanto aos dogmas proclamados neste século, quanto ao dogma de 1854 e o dogma de 1870, êsses a consciência rejeitava-lhe inflexivelmente. Logo, de que no momento supremo reclamasse o conforto sacramental em cuja legitimidade acreditou sempre, ninguém neste mundo tem o direito de deprender que tivesse tácitamente abraçado crenças que até então sempre rejeitou.

De um derradeiro ato de adesão com que alguém demonstre, ao deixar a vida, persistência em convicções que no decurso da vida inteira professou, coligir-se a presunção de uma renúncia implícita a idéias que, durante a existência tôda, não cessou de reprovar nunca, é uma espécie de raciocínio de que Deus deixou aos mentecaptos o monopólio” (8).

Sente-se a fereza do revide, na defesa à agressão sofrida. Sente-se, no ímpeto de seus 26 anos, a afirmação excessiva de que o pai, recebendo de *motu proprio* os sacramentos da Igreja, não se acolhesse, de todo, ao seu seio, como se a alguém fôra dado, no silêncio dos lábios, em hora assim extrema, devassar os últimos segredos, os arcanos derradeiros de uma alma crente e piedosa.

E a par do panfletário, que afirma conhecer a ponta “dêsse estilete, que fere em nome do Evangelho”, “dêsse sistema jesuítico”, “dessa praxe de devassar câmaras de moribundos para extorquir à fraqueza abjurações inconscientes, ou transfigurar em conversões imaginárias atos comuns de piedade cristã”, estão nessa página, configuradas nas linhas das convicções religiosas do pai, as que eram as suas próprias :

“O catolicismo de meu Pai era o velho catolicismo de Doellinger. Nas criações dogmáticas do pontificado atual via êle uma degenerescência, armas de política temporal, — como poderão averiguar os que lerem o prefácio da tradução. Execrava o ultramontanismo como a um inimigo público. O Syllabus era a seus olhos a Carta de uma teocracia abominável. Cria nessas idéias mais que com certeza : com profundíssima paixão. Não havia questões em que o seu coração transbordasse tanto” (9).

(8) Luiz Viana Filho, *Ruy & Nabuco*, 1949, págs. 112 e 113.

(9) *Ob. cit.*, pág. 113.

A respeito depõe o Sr. Luís Viana Filho, em sua recente obra *Rui & Nabuco*, tão digna de atenta leitura :

“E’ que, àquele tempo, havia católicos e católicos. Uns liberais, contrários aos novos dogmas, outros ultramontanos, fiéis à palavra de Roma, mas uns e outros a se terem como católicos do melhor quilate. Os primeiros seriam os adeptos do “velho catolicismo de Doellinger”, como dizia o próprio Rui. Católicos submissos aos mandamentos das Escrituras, arraigados aos sacramentos, mas inconformados diante dos dogmas novos. Entre êles estava João Barbosa. Na trincheira onde se ombreavam maçons, livres pensadores e católicos liberais, teria êle o seu lugar. Esse o pôsto que, morto João Barbosa, Rui viria ocupar com o desassombro de sempre, sem medir perigos ou conseqüências.

E’ essa posição espiritual que explica, talvez com surpresa para a actual geração, dominada pela ortodoxia, pudessem aquêles inquietos anti-ultramontanos conciliar os seus sentimentos religiosos, cristãos, e mais do que isso sinceramente católicos, com atitudes de franca insubmissão contra a Igreja. O próprio Rui, mesmo na fase em que estêve mais apaixonado na luta contra Roma, jamais deixa de assinalar a sua crença no catolicismo, que apenas desejava liberal em vez de reaccionário. Assim foram inúmeros, no Brasil. E graças a isso, com o correr dos anos, acabaram esperando a porta pela qual, com Leão XIII, não custaram a voltar tranqüilos e satisfeitos para o aprisco”. (Págs. 115 e 116).

A geração intellectual de Rui formou-se sob os influxos do racionalismo francês, do filosofismo e do cientificismo inaugurados pela grande Revolução ; nêle, porém, preponderariam as diretrizes do liberalismo inglês, as lições institucionais americanas, estas como ramos daquele — a grande árvore da liberdade no mundo moderno — para quase repetir expressão de uma de suas “Cartas de Inglaterra”.

Daí a sua diuturna dedicação aos princípios da liberdade, da justiça e do direito, sem concessões à demagogia, à indisciplina e à desordem, dentro do espirito de inalterável fidelidade às suas convicções, ainda que a preço dos maiores sacrifícios.

As inteligências pujantes, os gênios, são expressões singulares no conspecto da massa comum dos homens, ainda que não os da massa amorfa das multidões. Mas não o são integralmente ; não fogem, não podem fugir, inteiramente, à permeabilização das influências do meio em que nasceram, em que lançaram suas raízes poderosas, a sorver subterrâneamente a seiva com que prosperam e se agigantam. Não há espirito robusto que possa totalmente evadir-se às influências de seu tempo, quando não para recebê-las, pelo menos para oferecer-

lhes resistência e reação. Assim, o ceticismo de Machado de Assis : êsse enquadrar, sem opinião, sem julgamento e censura, a comédia da burguesia ; essa fria análise de almas ; essa complacência ; essa tolerância ; êsse ver sem falar ; êsse sentir sem comover-se — que outra coisa há-de ser, nessa alma sem poesia, senão o como reagiu seu alto engenho às influências de uma sociedade criada em morno e enfermiço ambiente de moleza, sensualidade e monotonia ? Êsse ceticismo, êsse humor elegante é, em Machado de Assis, a sua própria expressão interior, de seu pobre mundo, frio e vazio, sem luz de fé, que não lhe transmitiram os pais, que não lhes dera a sociedade, e a que o não arrastara nenhuma indagação filosófica. Fora de sua obra de ficção, nêle haviam de crescer apenas as flores de seus mansos e recatados sentimentos.

Não é êste o caso de Rui Barbosa ; a fé viera-lhe do berço ; alimentara-o o sentimento materno ; dera-lhe força a notória influência do pai. Ao contrário do romancista, que a viu brasa a apagar-se, teve-a Rui como luz indecisa, primeiro ; flama soprada do vento depois, e finalmente facho radioso, a iluminar, em ambiente tranqüilo, a sua longa vida de lidador do direito, da liberdade e da justiça.

Em Roma, Pio IX sofria o drama do papado, que perdia, em luta desesperada, o seu poder temporal. O papa liberal de 1846, de imensa popularidade, via-se a braços com a guerra da independência italiana, e mais do que um patriota italiano nêle estava o pontífice a lutar pela glória e poder da Santa Sé. O “Syllabus”, publicado em 1846, levantou enorme celeuma entre católicos liberais, maçons, livres-pensadores, entre quantos viam nêle uma poderosa afirmação do ultramontanismo, isto é, da defesa do absolutismo papal. Os dogmas da Imaculada Conceição, de 8 de dezembro de 1854, 10 anos antes, portanto, da encíclica do “Syllabus” e o da infalibilidade dogmática do papa, de julho de 1870, acirraram o ódio contra a Igreja.

Rui traduziria *O Papa e o Concílio*, panfleto escrito às vésperas da abertura do concílio ecumênico, com o propósito de influir em suas decisões, e lhe escreveria a famosa e tremenda introdução, na linguagem violentíssima do mais exacerbado panfletário.

Mais tarde, em 1893, numa conferência pronunciada em benefício das órfãs de um asilo religioso, na Bahia, amortecidos os sentimentos de sua hostilidade à Igreja Romana, entenderia Rui de dar as razões de haver escrito *O Papa e o Concílio* :

“A nomeada fatal, que me pôs fora de tôdas as religiões como detestador universal delas, promana exatamente de um livro meu, onde os que o percorrerem encontrarão a apologia mais convencida, mais apaixonada, mais completa do papel essencial das religiões, da

soberana importância do sentimento religioso sôbre todos os sentimentos humanos. Os trabalhos do Concílio do Vaticano, a dogmatização da infalibilidade pontifícia, a discriminação entre o catolicismo evangélico e o ultramontanismo convertiam a sábia Alemanha em vasto campo de batalha, dividiam a grande pátria da ciência, neste século, em dois exércitos combatentes. Dessas lutas, porém, nem o eco mais apagado repercutia no cristianismo brasileiro. Essa pugna gigantesca pelos interesses espirituais da fé, a que a religião do Estado, entre nós, entregara oficialmente o país, abalava o mundo inteiro, e vinha morrer nas fronteiras do Brasil, como os rumores longínquos da vida à beira de uma região êrma, devastada e muda. A gelidez dêsse indiferentismo quase alvar, desgraçada emanção da atmosfera de incredulidade beata, em que nos imergia o ceticismo imperial, impressionou-me como o aspecto de uma necrópole. Um povo cuja fé se petrificou, é um povo cuja liberdade se perdeu. Minhas convicções mais sensíveis vibraram, revôltas; acreditei que era preciso ferir essa superfície glacial com um jorro de água em ebulição; e, traduzindo *O Papa e o Concílio*, escrevi-lhe essa introdução inflamada, impetuosa, borbulhante, de onde a defesa das igrejas livres no Estado livre se levanta como homenagem “ao sentimento que paira acima do egoísmo, do amor e da pátria; ao sentimento que se bebe dos afagos maternos, da gratidão instintiva e indefinida às mercês de um benfeitor adivinhado nas suas obras, das provações da nossa miséria diante do nosso dever; ao sentimento, que, no coração, se entretece a tôdas as emoções generosas, que, no espirito, nos representa o sinal da divindade em nós, que, na consciência, influi ou julga as nossas resoluções com a perspectiva, as esperanças e a justiça de uma eternidade misteriosa; que, na família, preside às alegrias se ao luto; que, nas resistências providenciais da liberdade contra a força, da opinião contra a tirania, das minorias inteligentes contra as maiorias retrógradas, é o supremo apêlo, o grito extremo dos oprimidos, ao sentimento mais universal, menos morredoiro, mais indomável, mais heróico do indivíduo e do povo: — ao sentimento religioso” (10).

O certo, porém, é que é obra que êle renegou, como todos sabemos:

“Será talvez bom repetir, — declara-o Batista Pereira — para acabar com as explorações, que Rui abjurou *O Papa e o Concílio*, obra da mocidade, desarticulada do núcleo da sua produção construtora. Como católico viveu, como católico procedeu, como católico morreu. No seu glorioso declínio, no radioso crepúsculo de uma

(10) *As Minhas Conversões* — in *Cartas de Inglaterra*, págs. 297 e 298.

existência, cujas últimas horas tiveram clarões desconhecidos à sua alvorada, íntegro de tôdas as faculdades, escrevendo e pensando como nunca dantes escrevera e pensara, a fé recebida dos pais lhe revivesceu num rosal de sentimentos, a que o fim próximo dava toques de uma quase santidade.

A calúnia, porém, é tão impenitente como o interesse. *O Papa e o Concílio* ainda há-de ser citado muitas vêzes, como prova do ateísmo de Rui. Mas aí fica um documento que se pode ignorar mas não destruir — o do meu testemunho (11).

Não é demais este testemunho, mas o próprio Rui o declarara na introdução de *Queda do Império*, editado em 1921 — e a que me referi logo no início desta palestra.

O Papa e o Concílio, talvez todos o saibam, não foi obra que nascesse da pura vontade de Rui. Foi obra de encomenda de Saldanha Marinho, que lhe prometera a aquisição de grande parte da edição para a propaganda da liberdade religiosa (12).

Seria, entretanto, ultraje a sua gloriosa memória, que com tamanho respeito a nação está a invocar nesses dias de enternecida reverência a um de seus numes tutelares, seria macular-lhe o nome glorioso, tirar-lhe a responsabilidade da introdução à obra com que acudiam à luta contra o papado, contra a Igreja Romana.

Rui aceitou a encomenda maçônica porque ela condizia com as suas convicções de então. Seria, do contrário, admitir-se a prostituição de sua pena, injúria igual a negar-lhe a nobreza de seu inexcedível apostolado em prol de nossa pátria, de seus foros de civilização, de sua formação democrática, de seu respeito à liberdade, de sua fé no direito, de sua ascensão cultural.

Há atitudes antecedentes que justifiquem essa ; atitudes de mocidade, conseqüentes do meio ou herdeiras das convicções paternas — não importa. Ele mesmo as põe em cotejo e opposição às que assumiria depois, reivindicando o direito de mudar “do mal para o bem, do bem para o melhor”.

O discurso do Colégio Anchieta, de Friburgo, é página do evangelho espiritual e cívico de Rui Barbosa ; daquele salão, em solenidade escolar, ele fala à consciência do país, como se lhe lesse o próprio testamento.

Dêle, de seu esplendor, de quanto ensina, doutrina e convence, de sua “mão de semeador, semeando algumas sementes do bem no

(11) Batista Pereira, *Diretrizes de Rui Barbosa*, pág. 165.

(12) A leitura de *Rui & Nabuco*, de Luiz Viana Filho, deixa claro não ser exata essa versão, a despeito do que se atribui ao próprio Rui, quanto à suposta encomenda, e ao que declara Batista Pereira.

torrão virgem do seio que se lhe abria” — como disse aos estudantes — encerram as antologias não poucos lugares magníficos, como o de definição de pátria ; aquêlê sôbre a mocidade vaidosa ; a obediência ; o trabalho ; a crença ; o ideal republicano ; a religiosidade norte-americana ; a assistência religiosa aos estabelecimentos militares ; sôbre a nossa Constituição de 1891 :

“Uma Constituição é, por assim dizer, a miniatura política da fisionomia de uma nacionalidade. Quando não seja, pois, um falso testemunho solenemente levantado ao povo a que se destina, tem de lhe esboçar em grandes traços, o sentimento geral. Seria êle positivista, ateista, indiferentista, no Brasil, quando tombou, em 1889, a monarquia, e se erigiu a República em 1891 ? Ou teria a Constituição de 24 de fevereiro rompido abertamente, em matéria espiritual, com a índole brasileira, impondo-lhe um pacto Constitucional, que a oprima ?

Há, por aí, uma feição peculiar de radicais, emanção da França voltairiana, da França revolucionária, da França jacobina, da França contista, que imaginou engendrar a teoria da nossa Constituição à luz das tendências francesas, das preocupações francesas, das reações francesas, das idiosincrasias francesas. Mas, Senhores, a Constituição federalista do Brasil não tem a mais remota descendência às margens do Sena. Sua embriogenia é exclusiva e notôriamente americana. Ora, os americanos, por êste lado, não devem nada à influência francesa. Em 1789, quando a França abriu a era tormentosa das suas revoluções, dois anos havia que os Estados Unidos fruíam pacificamente a sua Constituição atual. A célebre “Declaração de Direitos do Homem” é de 1791. A Declaração americana é de 1776. De 1791 foi a primeira Constituição francesa. A primeira americana foi de 1787. De modo que os Estados Unidos precederam anos e anos a França no regime das Constituições escritas e na declaração das liberdades humanas. A Constituição francesa tinha a sua ascendência na filosofia do século XVIII e no “Contrato Social” de Rousseau, com algumas indigestas reminiscências **inglêsas**, hauridas em Montesquieu. A americana, com uma estirpe de seis séculos no Tâmis, venerava a sua primeira avoenga na Magna Carta, as últimas nas cartas coloniais e nas Constituições das colônias emancipadas, tudo genuína e direta progênie dessa liberdade inglesa, que nunca se separou da Bíblia e da Cruz”.

Dois assuntos da maior relevância muito preocuparam o espírito liberal de Rui Barbosa : o da educação religiosa no âmbito do ensino público primário e o da assistência espiritual às classes militares.

Sempre sustentou a campanha da liberdade religiosa, chegando a advogar “contra a perseguição do regalismo imperial a causa do episcopado brasileiro”, ferido nos vultos de dois eminentes prelados — Dom Vital e Dom Antônio de Macedo Costa. “Sob minha influência, ou com a minha sanção, não é que se autorizaria a expressão anticatólica ou atéia, que certas manifestações de incredulidade entre nós têm querido imprimir à solução brasileira do problema religioso. Se esta solução não amordaça o ateísmo, nem por isto lhe confere o privilégio de tingir de sua côr a imparcialidade cristã das nossas instituições. Deus não recusa liberdade aos próprios negadores. Mas, por isso mesmo, no fundo mais inviolável de toda a liberdade está Deus, a sua garantia suprema.

Foi esta a liberdade religiosa que nós escrevemos na Constituição Brasileira. Esta exclui do programa escolar o ensino da religião. Mas não consente que o ensino escolar, os livros escolares, professem a irreligião e a incredulidade, nem obsta, quando exigidos pelos pais, ao ensino religioso pelos ministros da religião, fora das horas escolares no próprio edifício da escola”.

São ainda suas estas palavras de segura orientação em matéria tão delicada, qual a da assistência religiosa a militares :

“Banir do quadro militar, em nome da liberdade, o elemento religioso, é estabelecer, debaixo dêsse nome, a mais odiosa das servidões, e pagar com a ingratidão suprema os serviços do marinheiro e do soldado. Os americanos abominariam essa falsa igualdade ; porque homens realmente livres não se pagam de fórmulas mentidas, e acima de tudo execram a opressão que se abrigue sob hipocrisias de especioso liberalismo. Não quiseram, pois, animalizar o homem de guerra. Viram, claramente viram, que a multidão armada, sem o freio do respeito cristão, é como as feras domadas, que acabam fatalmente por devorar os domadores.

Estudem o desenvolvimento da criminalidade militar entre nós, e hão de verificar, tenho por certo, que a delinquência adquiriu, nessa esfera, expansão notável e crescente, desde que se varreu dos quartéis a influência civilizadora do culto. Os nossos exércitos de mar e terra constituem, hoje, a êste respeito, pela mais errada inteligência das nossas liberdades constitucionais, uma exceção absurda entre os povos civilizados. Das coisas sérias, em nossa terra, por via de regra, não se cogita. Mas o soldado brasileiro há-de sentir um dia que o estão desnaturando, e tomará nas próprias mãos, pacífica, mas resolutamente, a causa da sua reconciliação religiosa. Ou então, aí de nós ! quando o ateísmo de fuzil e baioneta se inflamar nas explosões da crueldade.

Nos Estados Unidos não se conhece êsse risco ; porque o seu senso político, incapaz de tais eclipses, sempre lhes mostrou que a disciplina da terra não se mantém sem a disciplina do céu, e o seu senso liberal os convenceu de que brutalizar o uniforme no abandono da religião era conferir à incredulidade os privilégios recusados ao culto.

Aí está porque o constitucionalismo americano repele essa uniformidade atéia, cuja superstição professa a república no Brasil, e que não estava de certo nos intuitos dos seus fundadores. Desde 1876 que eu escrevia e pregava contra o consórcio da Igreja com o Estado ; mas nunca o fiz em nome da irreligião : sempre, em nome da liberdade. Ora, liberdade e religião são sócias, não inimigas. Não há religião sem liberdade. Não há liberdade sem religião” (13).

Deixemos de lado outras referências à expressão do pensamento religioso de Rui Barbosa — obra de mocidade e obra da idade provecta. Já vai longa esta palestra, para que possamos abrir, entre outras, as páginas substanciais de *As Bases da Fé*, alto e nobre exame do “belo, forte e grande livro” de Balfour, “a maior sensação do tempo, no mundo literário e no mundo político”.

Sinto não haver mostrado com mais clareza o que nos vem ao coração e ao espírito, de tantas páginas, em que, escarpêlo ou lenitivo, bênção ou anátema, cicio de brisa de fim de tarde, clamor de borrasca em noite tormentosa, prece de mãos postas, ensinamento e conselho — seu verbo domina a nossa inteligência, penetra em nosso coração e nos deixa enlevados, absortos e seduzidos, como se fôramos crentes sob as linhas ogivais de esplêndida catedral gótica, a ouvir, à sombra do dia que morre, as vozes de um órgão tocado por mãos divinas. E para que eu possa merecer a vossa indulgência, ao fim de minhas tôscas palavras, são as de Rui que aqui se reproduzem, as que pronunciou na missa campal das festas do seu jubileu cívico :

“Mas, quando se começam a escutar as vozes interiores, Deus está presente. Vossa fé o evocou, erguendo êste altar, chamando êstes sacerdotes, elevando, sob o azul desta abóbada infinita, ao sol quase do pino do meio-dia, entre as turbas prostradas em adoração, a hóstia consagrada. Que homem se atreveria mais a falar em si mesmo diante dêste espetáculo divino ? A pedra da ara ainda estremece ao milagre da transubstanciação visível aos crentes. O susurro das preces ainda se vai exalando lentamente na atmosfera. Os corações ainda estão de joelhos. A mesa do sacrificio incruento ainda está posta. O Pai de todos nós, que, pouco há, baixava no

meio de seus filhos, ainda se não ausentou dentre êles. A impressão da sua visita ainda palpita no ambiente. A sua imagem cresce nos raios solares, enchendo o espaço, o mundo, o infinito. Nenhuma grandeza criada lhe pode tomar a claridade. Não há lugar a panegíricos humanos. Onde Ele se mostrou, onde surgiu, onde se percebe, não existe mais nada senão Ele, Ele o que só é grande, Ele o que só é sábio, Ele o que só é justo, Ele o que só é bom. Ele o que só é belo, Ele o que só é forte, Ele o que só é glorioso.

Tôda a minha vida não vale nada em comparação dêste único momento, onde se me depara a bem-aventurança de vos poder trazer, como síntese extrema de quase catorze lustros de experiência dos homens e das coisas, êste inabalável testemunho de que só nêle reside a nascente de tôda à glória e de tôda a fôrça, de todo o bem e de tôda a beleza, de tôda a verdade e de tôda a ciência ; de tôda a justiça e de tôda a grandeza.

Nunca, nunca essa evidência recresceu tanto à vista das suas criaturas, como nestes dias de inaudito negrume, quando a humanidade, crucificada pelo moderno paganismo, experimenta o martírio de Jesus no lenho das tribulações em que o sangue e o suor de agonia do redentor se misturam com o suor e o sangue de seus filhos dilacerados. E' outra criação, que emerge do caos, a criação de uma humanidade nova, uma humanidade que terá bebido verdadeiramente o cálice da amargura, para chegar, afinal, realmente, ao cristianismo, reconciliada, por fim com êle uma civilização, que dêle se divorciara, pondo na soberba e no ódio, na violência e na guerra a flor da sua ciência e das suas artes, da sua organização e do seu ensino, da sua riqueza e dos seus inventos, das suas maravilhas e dos seus progressos".

"Pai nosso que estais no céu, rei dos reis, mestre dos mestres, juiz dos juizes, santo dos santos, suma essência de tôda a perfeição e divindade".

RUI E A MARINHA NACIONAL

PELO CAPITÃO DE MAR E GUERRA CARLOS DA
SILVEIRA CARNEIRO

Levantar-se neste recinto voz de Marinha, no curso em homenagem a Rui Barbosa, é dádiva fidalga do ilustre embaixador José Carlos de Macedo Soares, incansável nas atitudes de extremada cortezia para com a gente naval, apenas não tão feliz no intérprete de hoje, como tem sido em tantas outras manifestações de suas atividades em prol da grandeza de nossa terra.

Guardo para mim, como honra sobremodo elevada, a missão que me foi conferida, mais do patrimônio da classe de Tamandaré e Saldanha do que propriamente do obscuro associado desta secular instituição de cultura histórica, de guarda vigilante da verdade dos fatos, de honra às lídimas glórias da nacionalidade, como a dêste extraordinário Rui Barbosa, cujo centenário do nascimento empolga as populações dos mais recônditos sertões da República e se transborda para bem fora das fronteiras metropolitanas.

Tanto no triunfante Curso Joaquim Nabuco, como na série já realizada do afamado baiano, fizeram-se ouvir e cumularem de alegrias espirituais as assistências admiradoras do que é belo, incomparável, perfeito, como as luminárias despontadas em extensa porção da vida pública brasileira pela passagem dêsses dois astros peregrinos, brilhantes acadêmicos, juristas, parlamentares, economistas, todos intelectuais de primeira plana no domínio das ciências e das letras, e vaidoso justamente dessas vitórias deverá se encontrar o veterano instituto de Pedro II, Paranaguá, Rio Branco, Afonso Celso, Max Fleiuss, Ramiz Galvão e tantos outros; sob o mesmo teto, neste salão onde se impõe a austeridade do imperador democrata e do amigo irrestrito, tentará um militar enaltecer o jurisconsulto civilista, amigo das classes armadas, o realizador perfeitíssimo da alegoria do condoreiro que unia o livro e o sabre no mesmo amplexo de confortadora irmandade.

Sim, se foi Rui o constante e aguerrido pelejador dos direitos de militares, se nunca desmentiu a lealdade das atitudes de porfiado

lutador pela liberdade, dignidade e prestígio dos elementos do Exército e da Armada, ninguém, ao mesmo tempo, exhibia menor tendência para as práticas mavórticas ; êle mesmo o confessa em várias ocasiões, como na carta a *La Prensa* de dezembro de 93, advertindo que não se admirem de que honras de general-de-brigada se encontrassem na pessoa essencialmente civil de um homem cuja vida era por todos os lados, “a negação mais radical da guerra” e na carta a Prudente de Moraes, de 15 de janeiro de 1898, agradecendo o decreto da véspera que tornou sem efeito o de Floriano, revogando-lhe as honras de general, afiançava que a medida de reação, que lhe feriu no exílio, se se limitasse a retirar-lhe as honras militares, escreve : “não teria feito mais que me livrar de um constrangimento muito incômodo, qual me foi sempre o sentimento importuno da impropriedade de uma distinção para que nenhum título me habilitava, e com que era incompatível a índole de tôda a minha vida, sem afinidade nenhuma com o brilho e a glória das armas”.

A incompatibilidade de índole não significava a de idéias nem de aprêço, ou como declarava na mesma carta ; “nem da minha admiração pela classe, a cujas tradições essa mercê inmerecidamente me pretendia assicar”.

Sem afinidade alguma para com o brilho e a glória das armas, entretanto com entendimento tão perfeito da estrutura da vida militar, como difficilmente se encontraria em civil com a formação moral e intelectual de sua estirpe; não distinguia Exército nem Armada, mas o direito e a liberdade dos militares de que se foi aos poucos transformando no advogado pleno de desassombro e de interpeidez.

Desde bem cedo, segundo conta, de 1868, estudante em São Paulo, tiveram início suas relações com as forças armadas, saudando em três noites consecutivas os batalhões que regressavam do teatro da guerra no Paraguai, e só terminam em 1921 com a visita ao Clube Militar, a convite do marechal Hermes, que se empossava na presidência, e responde à saudação do orador escalado pela associação para êsse fim.

Durante êsse longo interregno de mais de meio século de vida pública, muitas questões mantiveram em contato Rui e oficiais das classes armadas, mas tem-se a impressão de que com a Marinha sempre foram maiores os entendimentos, por força de circunstâncias ocasionais que haveriam de despertar no Apóstolo da Liberdade as vibrações de uma alma que não admitia neutralidade entre o direito e crime, como pontificou na impressionante conferência de Buenos Aires, traçando o rumo a seguir pelas nações americanas e classificada pelo *Jornal do Comércio* sem favor, um dos mais altos e maravilhosos trabalhos saídos do engenho humano”.

Não admira que viesse em socorro dos necessitados da Marinha, dessa invulgar dedicação ao direito e à justiça, quando vislumbrou oportunidades de expandi-la na plenitude de sua pujança.

A luta pela federação, no ocaso do Império se faz com a pena fulgurante de Rui no *Diário de Notícias* e trás seus primeiros contatos com a Marinha; dia a dia, em vigorosa oposição, a artilharia dirigida contra os baluartes do governo, do ministério Ouro Preto, ia demolindo, pedra por pedra, os fundamentos da monarquia, verdadeira suicida com a repulsa a idéias que não mais admitiam delongas nas aspirações do povo nem com a mutação imperiosa na política nacional, imposta pelo momento histórico.

Pretextos, não faltariam para os ataques a situação dominante. Na Marinha a resposta de Ladário ao barão de Ivinheima, que pedira demissão do cargo de inspetor do Arsenal por não ser amigo do ministro, considerada indelicada, propicia o primeiro artigo com o título “Começa”; o aviso do ministro determinando que o então capitão-de-Mar-e-Guerra Custódio José de Melo indenizasse à Fazenda da quantia de quatro contos e trezentos e muitos mil réis que havia gasto retribuindo gentilezas no Chile, gesto mal recebido pela opinião pública, chegando *O Paiz* a abrir subscrição popular para cobrir essa despesa do comandante do *Almirante Barroso*, conduz à continuidade de hostilidade de Rui contra o ministro e o faz com a verve e o arrazoado que caracterizavam o estilo atraente e combativo. O artigo “Mar Crespo” consigna exórdio expressivo!

“Vai desastrado o nosso novo Netuno. Ao primeiro contato do seu tridente com a mereta, não a domina; embravece-a e revolta-a.

Aí começa a rugir nos ânimos, uma nova questão militar; e essa questão, que sopra do lado da Marinha, é obra daquele a quem coube, no ministério Ouro Preto, a província das ondas” e depois? “Um disciplinador não é um escala-favais ou um estoira-vergas”.

Nota-se a segurança com que maneja os termos náuticos, como profissional dos tempos da marinha à vela, da franca patescaria, dos trava-vagas e dos safa-rascadas. Observa o gênio irritadiço do ministro, de quem afirma, no comentário sobre o ministério, que não sabia qual o motivo, mas era a individualidade menos benquista na sua classe. Como polemista de alto coturno, aproveita os aspectos discutíveis do ato do ministro para defender o comandante, a quem chama de bravo e de quem a marinha se ensoberbecia de possuir; aliás a censura resvalaria da honra e da farda dessa estrêla da classe, como o sentimento nacional, que se mostrava amesquinhado pela grosseria da administração contra uma nação vizinha que cumulava de obséquios os brasileiros, com o coração hospitaleiro e generoso.

Era terrível ! O ministério começava a temer qualquer atitude que pudesse despertar a pena arrasadora do redator-chefe do *Diário de Notícias* ; os sentimentos de nossa gente, sensível a demonstrações de cortezia para com a Pátria, se exaltavam com relação ao Chile, desde aquela época, amizade como ainda há pouco registrava Austregésilo de Athayde, que não é fruto de nenhum cálculo ou de determinada política em que sejam considerados especiais interesses do Brasil, mas um puro amor, tudo quanto é chileno adquirindo aos olhos brasileiros uma significação particular, e Rui, combativo e eloqüente, aproveitava a oportunidade para fustigar, sem compaixão, o que chamava a jactância de Ladário :

“Se, para traduzir, pois, ainda que em termos imperfeitíssimos, a nossa sensibilidade a simpatias tão puras, tão remuneradoras, tão gratas, o chefe preposto a essa expedição ratinhasse alguns contos de réis, teria deixado naquelas paragens florescentes e benévolas, uma impressão de miséria incivil, de usura sórdida, de bárbara vileza” e mais causticante do que nunca.

“Apenas provável é que fiquem avisados os nossos vizinhos para que de outra vez se abstenham de provocar os obséquios de uma nação de tupinambás de casaca. Veja, o nobre ministro, os escolhos que está suscitando contra a sua nau”.

O Clube Naval e o Clube Militar se interessam vivamente pelo desenrolar dos acontecimentos; sem idéia segura do rumo segundo o qual, ao fim se encerraria a luta visivelmente travada entre a monarquia e a opinião pública, não havia dúvida quanto à proximidade de graves perturbações envolvendo o destino dos Braganças, ou pelo menos, do terceiro reinado. Na reunião do Clube Naval debate-se o caso Custódio, êste ainda ignorante na travessia do Chile para a Argentina, da tempestade que se desencandeia no Rio provocada pelas despesas que efetuara, noticiando Rui a solenidade que se verificara no seio do Clube, não deixando “ilusão ao Govêrno quanto a poder embair, com subterfúgios, a funda impressão que as classes militares sentem e que se repercute em todo o povo brasileiro”.

E faz blague : todo o govêrno está indeciso e êle só espera a palavra oficial para saber se deve enviar a sua cota na subscrição, na certeza de que o ministério não haja perdido a fala, ministério que combaterá sem tréguas e no qual distingue apenas três membros eminentes o próprio visconde de Ouro-Preto, Cândido de Oliveira e Lourenço de Albuquerque, aos quais não escondera crédito de confiança e de boa vontade, sòmente porque o caráter do Gabinete o

impedia ; insinua que o capitão-de-mar-e-guerra José da Costa Azevedo, no comando da *Niterói*, em viagem de instrução à Europa e aos Estados Unidos, não prestara contas da verba de representação que recebera. “Quem espalha ventos, colhe tempestades”.

Apega-se na oposição a outros fatos, como a substituição do Dr. Carneiro da Rocha no hospital de beribéricos, por êle iniciado com inúmeros tropeços, contra os enredos que se enconcham nos gabinetes dos ministros (sempre os gabinetes arrostando os tropeços), e as conspirações que se tecem nas inimizades de secretaria. Competente, vigilante, severo e franco, não poderia durar sua administração, diz Rui, pois essas próprias qualidades suscitar-lhe-iam inimigos fegadais.

Os artigos passavam a ser quase diários tratando de coisas de Marinha ; apesar dessa oposição tenaz, muitos anos depois dos acontecimentos, Rui vem a se referir publicamente a Ladário de forma simpática, como se depreende do discurso, longo e como sempre completo, incisivo, pertinaz, na defesa do regresso à atividade do almirante Jaceguai historiando então a vida dêsse eminente oficial, em 7 de agosto de 1900 ; lembrando que o ministério Ouro Preto, em 1889, envidara esforços para essa volta à atividade de Jaceguai, o fez por intermédio do ministro da Marinha, o barão de Ladário, “cujo procedimento nessa ocasião tanto mais o honra quanto Sua Excelência preteria a si próprio”, acrescenta ao aparte de Pires Ferreira : “O Sr. Ladário sempre procede bem”, a leitura da carta de 10 de junho a Jaceguai, dêste ilustre oficial, o barão de Ladário “Queda do Império” não o poupava politicamente, como ao presidente do Conselho. A respeito dêsse, como tratasse da prisão de três guardas marinha, porque não se conservaram descobertos e em pé no Arsenal, quando entrou o visconde, e atacado pelo órgão do Governo, repele enèrgicamente, de forma desabrida, a pecha de adulterador dos fatos, como a atitude do jornalista deselegante para com seu confrade, na qual revelava “a mão avezada à trolha, à sovela ou à vassoura” e desabafa com frase como esta “para que Sua Excelência não creia que poderá mandar cuspir impunemente à frontaria desta casa a graxa lambida às suas botas”.

Nova fonte de ataques ao ministro aparece, antes de findo o tumultuoso mês de julho, com o insossego dos espiritos e o prenúncio de fatos de maior gravidade, ante a transferência para Mato Grosso do tenente Costa Lima, por ter feito um discurso pequeno, em nome da comissão de eleitores do Distrito Federal, oferecendo uma candidatura ao redator do *Diário de Notícias* ; desde logo o título do artigo contra Ladário denuncia o combate como um toque de clarim : “Política de calabrote”. Pode-se discordar muitas vêzes de Rui

ante a veemência de suas paixões, mas a forma, ou da forma, não se pode discordar nunca, resta apenas admirar.

“A disciplina da atualidade liberal baniu da honra militar a consciência, proscreeu do dever militar o patriotismo, degradou a dignidade militar a uma espécie de domesticidade inaudita”.

E’ artigo virulento, expondo no sentir do homem ferido pelo ato governamental na pessoa de admirador patriota, mas de voto declarado contrário ao governo, a situação como via e expunha de uma officialidade apenas graduada no salário, no predicamento e nas honras, mas impotente na autoridade cívica, cuja segurança estaria no abaixar-se, a recompensa no aviltamento, o successo na prostituição do caráter, o valor official na razão inversa do moral, até admitir que nos modestos e humildes possam existir sentimentos viris e desinteressados, “ao passo que os galões marcados pela subalternidade às candidaturas officiaes representam apenas uma impostura de nobreza desonrada”.

Rui magoado, ferido nas homenagens de correligionários, diminuído na afeição de amigos, não prejudicado no conforto ou nas aspirações do momento, mas no desinteressado companheiro de idéias, é um vulcão que vomita lavas de fogo, atacando, destruindo, subvertendo, impondo ; suas apóstrofes são patéticas e impressionantes ; quando parte o tenente, convocando os mares propícios para o cidadão sem mancha e sem medo, como Camões, as suas Tágides, escreve o nome do amigo que se vai e o faz tremular de longe entre as nossas saudades, “como um lenço branco nas amuras do navio, que foge no horizonte, lembrando aos que ficam a fidelidade à Pátria, inspirando aos que lutam a perseverança na honra, preservando os que sofrem na aversão às vilanias poderosas”.

Não se está aprovando, mas anotando êsse sistema em uso ; haveria margem para debate do assunto em um curso de moral política aplicada à época em que os fatos se passaram ; a transferência de um primeiro-tenente para o então longínquo Mato Grosso, onde as comissões eram consideradas como de castigo, desencadeava terrível reação ; para tanto não se avaliava até que ponto poderia se manifestar êsse official, quando os ânimos tanto se exacerbavam e a oposição ao governo assumia aspecto de tanta violência. O mar sempre lhe trás imagens admiráveis :

“Que ela irradie a luz da consciência a sua claridade azulada de bonança no bico desta pena, como o santelmo do nauta amarrado, relembrando aos companheiros da vítima ausente a imagem da pátria desconhecida nas virtudes daquêlê que padece, por ter sabido honrá-la”. E altissonante — “Tivéssemos nós um eleitorado inteiro, para trocar por êsse voto, e não o trocaríamos”.

As questões se multiplicam, envolvendo os militares e Rui, na estacada com a arma em punho, a imprensa, mais poderosa que as baionetas defensoras ainda da monarquia agonizante, escalpela com a lâmina afiada nas mãos de fada. Agora é com o Exército.

O presidente do Conselho, e ministro da Fazenda, Ouro Preto vai ao Tesouro, e prende o tenente Pedro Carolino, comandante da guarda, dando ordem de passar o encargo a um subalterno, por negligência, ou antes, acusando-o de estar dormindo no serviço. O episódio acaba empolgando a opinião pública, não estivesse Rui firme no comentário. Dá relêvo aos mínimos fatos tornando-os monumentais: aumenta, engrandece, avulta, a oposição torna-se tremenda e ele se transforma no verdadeiro líder, nem sempre desapaixionado e razoável. Os artigos, na nova questão, são lições de direito penal, de entendimento superior do conceito de disciplina, da compreensão racional da subordinação militar, de doutrina na apreciação dos gestos e dos regulamentos existentes. De início pontifica com a maestria incomparável.

“A força está na serenidade do ânimo e no equilíbrio dos sentimentos. As paixões vivas absorventes, dominadoras, são fenômenos sintomáticos da fraqueza”.

Aproveita, como sempre, os casos para exibição de cultura, máximas e asserções, que se fôsem adiantadas, em trabalhos doutrinários, no seio de institutos ou mesmo na imprensa e em livros, mas fora do calor e das paixões da política, exerceriam influência onímoda na formação das nossas elites militares.

Para os superiores hierárquicos apenas, dentro dos domínios da fileira, se devem as obrigações regulamentares de obediência, respeito, terreno das idéias, mas aproveitando-se mesmo fatos comezinhos como atos monstruosos de um deferência: para com os demais funcionários civis, por mais altos que sejam os seus cargos, afirmava Rui com ênfase, “não há lei alguma, não há preceito, não há uso nem abuso, quer no nosso quer em outro qualquer país do mundo, que obrigue o militar a tais deveres”. E caustica:

“Só conhecemos nesse sentido, um código cujos artigos o próprio Sr. Presidente do Conselho demonstrou à exuberância, no incidente de 14 do corrente, não terem força obrigatória: o código da civilidade”.

Dir-se-á que era demasiadamente irreverente com a autoridade civil, o chefe do governo, fomentando a indisciplina, quando pretendia defender justamente o oposto; notar-se-á que assim tem sido em tôdas as campanhas políticas; cabia ao governo aparar-lhe os golpes, de forma bastante compreensiva, até conseguir para seu lado a opinião

pública; se o jornalista, porém, enfileirava cada vez mais prosélitos na campanha empreendida, impossível será negar-lhe as glórias do triunfo.

Rui Barbosa impressionava pela convicção dos argumentos, a lógica irresistível e a notável cultura. Para expor questões disciplinares analisa variadíssimos regulamentos e códigos, como os do conde de Lippe e de Napoleão, de 1678, de 1763, de 1855, de 1873, alvarás, provisões, avisos e referências de autoridades criminais do país e do estrangeiro que vai citando e comentando. Os preceitos surgem definidos, como normas e princípios da ética militar: "... é primeira condição, universalmente reconhecida, da disciplina e da ordem em qualquer exército, a aplicação simples e reta da justiça" e isso vem em apoio do alvará do século 18, de 1763 que ao aprovar o regimento inicia as razões apontando a disciplina militar como o sustentáculo da paz pública e da tranquilidade dos povos.

Lembrando descrição do mecanismo militar, que classifica de magistral, de um oficial italiano, na qual se expõe o sistema de responsabilidade progressiva em princípio de hierarquia, desde a esfera de ação do chefe supremo até a do mais humilde graduado, devendo-se verificar "a razão e a essência da lei entre o direito de comandar e o dever de obedecer", compreendendo-se dêsse modo como um só homem pode dirigir a ação de milhares de outros homens, Rui esclarece que essa descrição situa perfeitamente o perigo da intromissão civil na ação do comando militar, e ainda "a ofensa mais grave, porém, mais séria, aquela a que o exército não pode sobreviver incólume e digno, é a invasão de atribuições exclusivas do comando, atribuições que são o único sustentáculo da hierarquia militar, atribuições sem as quais pode se ter um exército de faciosos mas nunca de soldados".

No momento fala do exército, de seus deveres e prerrogativas, mas naturalmente está pensando na Marinha, em geral dos militares. Aduz comentários avidamente seguidos pelo exército, o jornal conseguindo larga circulação; faz ver, por exemplo, que se as leis militares são severas, mesmo para as faltas mais leves, existem em contraposição certas prerrogativas que corrigirão por sua vez os erros, os enganos, as demasias dos agentes da autoridade militar, impondo regime de confiança para que o despeito e a descrença não surjam acarretando indiferença, relaxamento e indisciplina.

Naturalmente que de vez em quando faz ironia: "Muito gostaríamos saber que grau ocupa o Sr. Ministro da Fazenda na escala hierárquica".

Esse episódio distava menos de dois meses da república e a campanha prosseguiria com violência progressiva. De fato nunca

esmoreceu, desde o rompimento com o ministério que, por irrisão, saíra do partido liberal, o partido de Rui ; não adianta estatística para comprovar quanto se escreveu no prélio gigantesco, digamos, porém, sem ataques pessoais, somente no ministério, entretanto composto de figuras respeitáveis, encabeçadas pelo homem sério, de valor incontestável, de tradições puras, inclusive muito prezado à Marinha, como o incomparável ministro da guerra do Paraguai, ainda imberbe mas de um dinamismo e de uma clareza dos problemas navais que o colocam ainda como um dos maiores ministros que já honraram a pasta do Netuno, como diria o próprio Rui Barbosa.

Nos últimos dias vieram os golpes finais, o artigo “Plano contra a Pátria ” e apenas três dias antes, 12 de novembro de 89, “Disciplina e lei”. No primeiro pontifica com a celebradas palavras :

“O exército não é áulico nem político. Não pertence à dinastia nem às facções. E’ nacional e constitucional. E’ a guarda das instituições contra a desordem e a tirania. E’ o baluarte das nossas liberdades, organizadas contra as conspirações que as ameaçarem”.

Quem melhor definiu o papel do Exército, diríamos, das forças armadas ? Deixemos de parte o momento político, de paixões exacerbantes, e analisemos a definição de Rui. E’ o classicismo, é o engenho esfusante, o dogmático filósofo, tanto mais emocionante quanto não pensava em fazer filosofia no momento. Aliás todo o artigo vibra de entusiasmo, como os poemas épicos, parecendo que na sua pena se enfeixam poderes sobrenaturais que expdem raios demolidores e fatais. No segundo, já conspirando com os generais contra a monarquia, entre outras coisas escreve, nova e primorosa definição de disciplina.

“Consiste a disciplina em um vínculo comum que submete o comandante e o comandado, a direção e a força que a serve, à impersonalidade do regime legal. A condição da docilidade do elemento militar à ascendência do governo civil está na observância, por êste, dos princípios permanentes da ordem militar”.

Em outra ocasião estabelece as balizas da obediência militar, a lei, a constituição, a pátria. E’ soberbo quando proclama que o militar não pode ir contra a lei, nada pode fazer contra a constituição nem se opor à sua pátria. Hoje é o soldado da democracia, não dos medos, dos romanos ou do janizarismo otomano. Fixa os limites, a honra do soldado moderno, sabendo quando sacrifica a vida que o faz em defesa da lei, pelas instituições e pela terra natal, mas se o excitarem contra a justiça, contra as instituições a favor do estrangeiro, recusar-se-á, não partirá e então será na desobediência que se encontrará, por exceção, o dever.

Quantas vêzes depois, na nossa história, se verifica justamente essa anomalia apontada pelo grande publicista? Quantas vêzes as forças armadas, sondando ou adivinhando o perigo para a nacionalidade, recusam-se a seguir o caminho buscado pela ambição ou a atração do poder, e não atenderam, reagiram, resistiram?

Caiu a monarquia plácida, e sem emoção popular; admirava-se o imperador, respeitava-se o monarquista, embora as aparências da campanha violenta e triunfante, mas a república impunha-se como estágio imperioso na evolução natural da livre América, e pela corrente irresistível das idéias liberais de um povo sem tradições monárquicas e democrata pelo sentimento e pelo coração.

RUI E A REVOLTA DA ARMADA

As atividades de Rui se voltam então para o ministério da Fazenda no Governo Provisório e nas responsabilidades decorrentes da implantação do novo regime para conquistar o título que magistralmente João Mangabeira esculpiu “O Estadista da República”, título que poderia ser-lhe então conferido, para se firmar apenas na continuidade de seu apostolado de civismo, fora do governo mas sempre presente ao povo brasileiro, na estacada de qualquer acontecimento de relêvo na história republicana de três décadas, isto é, na sua infância, adolescência e quase pleno vigor da maturidade.

A preocupação pelas classes armadas nunca o abandonou; amigo do velho marechal Deodoro que o acatava e distinguia, de outros eminentes generais de terra e mar continua com a Marinha relações bem próximas, mas é impossível cuidar de todas elas.

A queda do Governo Provisório fez subir ao poder o marechal Floriano, amigo e admirador de Rui, de quem fôra constante colaborador em todos os atos iniciais da República; a política, a incompreensão, o autoritarismo, a dissenção entre a inflexibilidade das leis e o amor próprio do mando, discrepância entre princípios de direito constitucional e as veleidades do despotismo, colocariam em breve, em dissídio, a vocação evangélica de Rui pelo direito e as medidas drásticas e opressoras do Governo. As deposições de governadores, inclusive a da Bahia, despertam as revoltas de Rui, e justamente no caso da terra natal também assomava Custódio José de Melo, ministro e principal elemento da entrega do poder a Floriano, com a queda de Deodoro. Depois, a resolução de considerar-se definitivamente sucessor na presidência, tornando-se ilegítimo detentor do governo, acarretando o manifesto dos 13 generais, todos imediatamente reformados, imposto o estado de sítio por 72 horas, com prisão

de deputados e senadores, e ainda a deportação de muitos, de várias classes sociais, para lugares distantes, faz Rui assumir a atitude de advogado gratuito dos militares e prêsoes políticos, batendo às portas do Supremo Tribunal com o pedido de *habeas-corpus* que foi negado contra um único voto que concedia, o de Macedo Soares, ilustre tio do nosso presidente perpétuo. Dos 13 generais 4 eram almirantes, Wandenkolk, Marques Guimarães, Manhães Barreto, Cunha Couto e diz Fernando Neri que Rui “fêz então da tribuna judiciária a cátedra do direito constitucional brasileiro, principalmente do velho instituto jurídico que o novo regime introduzira na carta republicana”.

E' ele o primeiro defensor da doutrina de que as patentes, pertencendo à classe dos direitos individuais, diz ainda Neri, consagrados pela Constituição não podem ser cassados pelo Executivo, e essa teoria conferiu a Rui o papel de anjo tutelar das famílias dos oficiais, cujo destino estaria ao inteiro arbítrio dos poderosos do momento, se contrariados no setor da política.

Agora é o chamado caso Wandenkolk, de larga repercussão, quando Rui já é de novo senador, em regresso da visita à Bahia onde fôra agradecer ao eleitorado a eleição, e assumia atitude de combate em *O Jornal do Brasil* com o artigo “Traços de um roteiro”; a 27 de maio dêsse tempestuoso ano de 93 discursa no Senado sôbre o caso do almirante reformado, presidente do Clube Naval e senador da República, porém em franca oposição militar ao govêrno, com a tentativa de organizar uma flotilha no sul do país, para, em ligação com os federalistas em armas no Rio Grande do Sul, fazer a guerra ao vice-presidente em exercício.

O navio *Júpiter* se entrega às autoridades governistas em Santa Catarina, resultando na prisão de 48 civis de bordo, inocentes na ação empreendida com visível insucesso, pelo almirante. Em discursos sucessivos discute o assunto, notadamente pelos aspectos muitos especiais de que se revestia, fazendo notar Rui mais tarde que, em *O Jornal do Brasil*, cêrca de mês e meio, em 20 editoriais foi o sucesso considerado sob o aspecto jurídico. Este admitia três faces, quanto à qualificação do crime, se o almirante estava coberto pelas imunidades parlamentares, e qual o fóro, militar ou civil, ao qual competia o julgamento de oficiais reformados.

A atribuição de piratas pelo govêrno a Wandenkolk, ao capitão-tenente Huet de Barcelar e ao primeiro tenente Antão Correia, companheiros de aventura, exacerbou Rui: não queria a impunidade para êsses homens que se rebelaram contra o govêrno e haviam incorrido em gravíssima responsabilidade, mas não podiam ser afrontados com o epíteto de piratas, e assim julgados. Primeiramente

consegue no Supremo Tribunal ordem de *habeas-corpus* para os civis do *Júpiter*, facultando palavras de Wandenkolk de esplêndida sinceridade a êsses civis, quando deixavam a fortaleza de Santa Cruz.

“Ide beijar as mãos do intemorato defensor dos oprimidos e suplicar a Deus pela felicidade dêle, de sua carinhosa e virtuosa espôsa e de seus filhos. Se não sabeis a sua morada, procurai-o onde houver um infeliz a proteger e a defender”.

No Senado, por 25 contra 23 votos, vence a emenda de Rui que reconhecia à justiça comum competência para o processo e julgamento de Wandenkolk, com o parecer de Quintino de Bocaiuva, olhado pela sinceridade de Rui como um dos mais raros exemplos de consciência “que nunca vi na minha longa existência parlamentar”.

Os acontecimentos se precipitam, entretanto : Rui se batia pela justiça comum que “não era um refúgio de criminosos” como se externa, porque a magistratura a que se pretendia expor o réu tinha os juizes nomeados pelo govêrno ou por êste influenciado ; recorre ao Supremo Tribunal a 30 de agôsto com o pedido de *habeas-corpus*, seguido com ansiedade por tôdas as classes sociais.

Houve na véspera reunião secreta dos juizes para orientação do julgamento mas o Tribunal nega a ordem e três dias depois revolta-se a esquadra sob a chefia do almirante Custório José de Melo. A defesa de *habeas-corpus* é brilhantíssima peça oratória além de primorosa lição de jurisprudência. Aproveita o lugar vago de um juiz, recentemente falecido, o barão de Sobral, para invocar-lhe a sombra, com palavras inflamadas :

“Ela continua a ser a justiça, como o oceano a ser oceano, enquanto as vidas passam sôbre as ondas perpetuamente, como as existências sôbre as existências. Mas essa desapareição subitânea de um julgador dentre os julgadores na hora do julgamento, nos embcebe no sentimento da igualdade pelo sentimento da morte, mostrando-nos a rapidez com que, por obra de um minuto no infinito do tempo, os juizes, da majestade do pretório onde julgavam, são transportados ao seio da obscura multidão inumerável, que aguarda a sua sentença no último plenário, à barra do supremo tribunal, o verdadeiro, aquele que não erra”.

A revolta desencadeada no dia 6 de setembro e da qual Rui apenas tivera conhecimento na véspera, procurado por amigos que lhe avisaram da prisão iminente, abrigando-se na embaixada do Chile e primeiramente na casa de Francisco de Castro que a êle chamara de “Orgulho da Pátria, apóstolo da lei e ornamento da humanidade latina”, e por fim para o navio *Madalena*, depois de peripécias românticas, obrigou-o a seguir para Buenos Aires. O fato de estar ino-

cente e se ver jogado ao exílio, pelo não reconhecimento de que era alheio ao movimento, do qual soubera pelo deputado João de Siqueira para dizer-lhe que o govêrno colérico, talvez sacrificasse o diretor de *O Jornal do Brasil* a que José Mariano punha à sua disposição um sítio no Estado do Rio de Janeiro, torna-o irritado. Mesmo da embaixada e de bordo do navio começa a sua defesa com cartas a *La Nación* e *La Prensa* e à sua querida Maria Augusta, e nessas missivas está a história de sua alma perturbada, do revoltado contra as revoltas, do justo contra a justiça faciosa, do democrata contra a democracia viciada, do déspota da lei contra o despotismo da ilegalidade, do já republicano contra uma república desvirtuada, do congressista contra um congresso servil, contra um ministério inexpressivo, contra o faciosismo do poder. Levado pelo vendaval da revolução, acaba se identificando com ela, através das vicissitudes do exílio, da recusa da terra natal à sua acolhida, dos ares inimigos no próprio Portugal, nas agruras da estadia longe de seus parentes e dos seus livros, filhos da alma que os lia e compreendia.

Nas cartas, nos artigos, transparecem o desconforto moral, a sensibilidade à injustiça que se inflama na defesa dos outros, como diz, a impaciência do recluso, a indignação do inocente, a sensação da vítima de vingança descabida, a iniquidade “que excede os limites da paciência humana” e que o afastará para sempre da política. Esta última afirmativa, porém, era filha das angústias da prisão, porque ninguém continuou a ser mais político do que êle, embora em muitas ocasiões proclamasse o desejo de se afastar inteiramente das ambições, vaidades, cobiças, lutas de interesses e aspirações cruéis, por vêzes, que constituíam a fisionomia do cenário político do Brasil.

A revolta trouxe maiores afinidades de Rui para com a Marinha, o que demonstraria nos anos a seguir. Os chefes navais, especialmente Custódio e depois Saldanha que aderiu, tornaram-se alvos dos maiores insultos da imprensa e dos partidários do govêrno como sucede nas guerras civis, o florianismo logo tornado o símbolo da fôrça sem fronteiras, que se poderia traduzir pela célebre asserção de seu epônimo, exatamente quando Rui se tornava o defensor gratuito de quantos aguardavam nas prisões do Estado a vontade sem emoção do dirigente máximo. “Vão discutindo, que eu vou mandando prender”. Mas as paixões estavam desencadeadas, principalmente no setor dos menos responsáveis. O que estou dizendo é uma apreciação sôbre as relações de Rui com a Marinha revoltosa e não um julgamento político da situação.

Nilo Peçanha apresentou projeto na Câmara, dias depois do início da revolta, declarando piratas os navios de Custódio, justificando-o com medida semelhante espanhola de 1873 ; em editorial,

com o título “Dies irae”, o *O País* anseia, pelo alvorecer dêsse dia memorável, porque como no cântico religioso, a cólera da pátria punirá os réprobos e exterminará os culpados ; *O Tempo* chama os revoltosos de “grupos de ambiciosos, bastante para preencher um museu de antropologia criminal ; desde os ladrões até os bêbedos e estrupadores de donzelas, o pessoal da revolta tem de tudo”. Artur Azevedo assim se refere a Saldanha em *O País*.

“Esse almirante, que foge que nem um reles gatuno apanhado num galinheiro confrange o coração de todos os patriotas... Dizem que antes de fugir o pobre diabo beijou a sua espada e atirou-a ao mar. Melhor seria que se atirasse a si mesmo... Assim fizeram outros almirantes. Um dêles morreu dizendo que o oceano era o único túmulo digno de um marinheiro”.

Essas tremendas injustiças, sob os maiores insultos, não mereceriam a honra de citação, se partissem de irresponsáveis, mas Nilo Peçanha, Artur Azevedo, não eram... Elas se compensavam pelo modo de ver de outros eminentes brasileiros, e entre êles dos maiores que o Brasil tem possuído, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. A justiça do alto, não o insulto da plebe.

O primeiro assim se expressa :

“Se o cavalheirismo, na mais alta acepção da palavra, naquela de que Baiard é o modelo, é a qualidade por excelência, é em Saldanha da Gama que o Brasil pode apontar nesta época, o seu mais nobre tipo. Os vis sangradores de Campo Osório fizeram mais do que profanar o cadáver de um grande marinheiro. O corpo mutilado de Saldanha quer dizer a forma quebrada da antiga marinha de guerra, nada poder haver mais difícil do que reunir os fragmentos dispersos, e fundir nela outro que seja seu igual”.

E Rui, no prefácio das Cartas de Inglaterra, dizendo do que falará sobre a Marinha :

“Quando por ai não valha (e creio que não vale) valerá, pelo menos, como voz de rebato ao país, acêra do perigo a que reduz o aniquilamento de sua marinha de guerra. A luta contra o florianismo dizimou-a e desorganizou-a ; a ingrata fortuna das armas roubou-lhe em Saldanha da Gama o herói dos heróis, o seu reorganizador possível, o homem mais completo e o caráter mais extraordinário que já conheci nesta terra”.

Em outras oportunidades fala com o mesmo calor dos vencidos da Armada ; de passagem por Lisboa sabe da prisão dos oficiais brasileiros que se abrigaram no Rio, à sombra do pavilhão português, nas praças militares de Sagres e Peniche. Ruge o leão, e em brilhante artigo para o *Correio da Manhã* contra *O Século* de

Lisboa defende a causa dos asilados, com o título “Justiça aos vencidos”. São dêle os períodos abaixo, para a forma magnífica do primeiro dos quais é digno de se chamar a atenção :

“Aquêlê que pratica uma ação generosa não pode fugir-lhe aos corolários da honra... Os asilados não se podem transformar em servos do asilo, sob pena de adquirirem o direito de invocar novos protetores contra a dureza arbitrária dessa proteção degenerada”.

Até aí o jurisconsulto ; agora o homem justo :

“Os homens a que êle pretende irrogar-se com os seus companheiros de luta representam a flor da marinha brasileira, o escol das nossas glórias militares, uma via látea puríssima de abnegação e heroicidade no horizonte sombrio de minha pátria. Êsses patriotas que batalharam sete meses sem um real de soldo, por uma aspiração liberal, que deram nessa campanha terrível os mais fulgurantes exemplos de cavalheirismo e bravura ; que jogaram na luta, com sublime desinteresse, as mais altas patentes e os nomes mais brilhantes de sua classe, e que, no dia do revés extremo, envolvidos na quase nudez da miséria, não se retratam do seu ideal. — essas almas afeitas a desprezar as posições, o dinheiro e a vida, não atino a que conveniência poderiam imolar a sua honra, imolando a sua lealdade. Êsses vencidos valem alguma coisa. No meu humilde aprêço, valem mais agora do que quando os cobriam os galões e os bordados dos seus postos. Sua queda envolveu-os no seu país em uma consideração que não se troca pelos louros da fortuna”.

Passa à Inglaterra ; antes transparece uma queixa na carta escrita a *La Nación*.

“Fecharam-me a imprensa, o senado, os tribunais, onde batendo-me pelos perseguidos, conquistei, em prêmio, para mim, a perseguição”.

AS CARTAS DE INGLATERRA

Rui está no país de que conhece, como nenhum outro estrangeiro, provavelmente, em vista dos longos estudos a que se entregara, a organização política, os aspectos peculiares de sua gente, o sentimento dominante de liberdade. Surgiram então “As cartas de Inglaterra”, monumento de sabedoria, de cultura, de doutrina e de forma literária. A Marinha, a quem atribui a função mais importante na defesa nacional, desperta-lhe entusiasmos inesperados e leva-o a estudos de alto valor, podendo-se afirmar que, talvez nenhum militar no Brasil, tenha melhor apreciado o papel da Marinha em meia dúzia de escritos e para a época em que o foram ; mas se ainda houvesse igualdade

nos conceitos, em cotejo com trabalhos de outros eminentes escritores civis ou militares sobre o papel dos singradores dos oceanos, sobre os princípios gerais da estratégia e da política naval do país, ficaria entretanto com Rui a primazia na beleza da forma, no encanto da linguagem, na elevação das teses, enfim no conjunto admirável, ou como diz a Revista Marítima “nas revelações de mais uma face desse talento de escolha, brilhando à luz de erudição descomunal”. E é assim que transcreve a “Lição do Extremo Oriente”.

E’ difícil expor em poucos minutos o valor dos escritos de Rui sobre a Marinha naquela época, a que se dedicara por contingências de acontecimentos políticos que escapavam à sua alçada controlar. As máximas sobre a Marinha repontam a cada passo :

“O mar é a traquéia dos estados marítimos. A nação que deixou pesar-lhe sobre esse órgão a planta do adversário, é nação previamente perdida no primeiro ensaio de forças”.

“Pôrto Artur não se demorou em cair, e pouco depois o grande arsenal chinês teve a mesma sorte. O prognóstico não era difícil. Tinha de cumprir-se a fatalidade de uma lei científica estabelecida por longa cadeia de precedentes”.

Esta lei ainda não logrou exceção no decurso da história humana ; depois que Rui escreveu essas frases, bebidas nas melhores fontes como o almirante Mahan, o admirável Thiers, Saint Beuve, Tolstoi, Carlyle, Jomini, Michelet Quinet, Hannay, Graper, Vitério Vecchi, Wilkinson e outros, continua o mar a exercer a mesma influência no destino dos povos que dele dependem, como fator decisivo na guerra russo-japonesa, nas primeira e segunda guerras mundiais como fartamente se acham os comentadores e autorizados críticos militares de proclamar, instruindo os povos sobre a verdade desse aforisma a que Rui Barbosa concede foros de lei científica.

Por isso pode atribuir a derrota da China na guerra contra o Japão à ignorância das funções da força naval nos países banhados pelo mar, acrescentando que “a nulidade naval da China foi a causa decisiva de sua perda, como a excelência naval do Japão a base fundamental de seu triunfo”. E assim exalta a providência japonesa que acompanhara a História e observara o segredo dos mais retumbantes triunfos.

“A China tinha navios mas não tinha homens, não tinha oficiais e sobretudo não tinha planos, não conhecia os recursos do inimigo, não sabia onde feri-lo, onde lhe prevenir os golpes, onde enfrentá-lo com vantagem” e depois : “Enquanto os vasos de guerra do excelso parente do sol e da lua patejavam desorientados, de surgidouro em surgidouro, como bandos de plamípedes em hora de trovada, sob as pomposas ordens imperiais de varrerem dos mares o inimigo, que

ignoravam onde colher, a marinha japonesa admiravelmente organizada, tripulada e comandada, estendia sobre as ondas a rede, sãbiamente urdida, das suas operações vitoriosas”.

Dessas ordens pomposas está cheia a História e de declarações mais imponentes, de defesas até a morte, de nenhuma passagem a não ser sobre o seu cadáver, de derramar até a última gota de sangue, como Francisco de Castro Moraes ao pirata Duguay-Trouin. Os governos costumavam dar missões às suas forças militares mais ou menos no mesmo gênero, e as ordens dos chefes corriam em igual estilo, sempre com o aspecto do mando que não admite outra solução. A primeira frota naval americana compunha-se de oito pequenos navios, com o total de 110 canhões, e de inferior calibre, tripulados por civis sem qualquer entendimento de navegação ou de conceito de disciplina sob o comando de Hopkins, comandante em chefe da Marinha, como Lord Cockrane foi o Primeiro Almirante da Armada Nacional e Imperial, no Brasil, título que foram os únicos a possuir. Recebeu ordem de ir imeditamente à baía de Chesapeake atacar a esquadra inglesa de Lord Dunmore, e depois, caso vitoriosa, partir para as Carolinas, enfrentar as forças navais inimigas que aí se achavam, e em seguida, a “Rhode Island” para textualmente, “atacar, e destruir toda força naval adversária encontrada nessas paragens”. Enfim, deviam combater uma esquadra no total de 78 navios aguerridos, com 2.078 canhões em maior parte de grande calibre, tripulados pela mesma gente, émula daquela que fazia Rui consignar que o valor da esquadra inglesa, nos tempos de Hawke e Nélsom, consistia principalmente em que seus oficiais e marinheiros eram os primeiros do mundo.

Rui além da guerra sino-japonesa estuda as operações militares e os conceitos da guerra de secessão americana e busca argumentos magníficos para tratar magistralmente da situação naval do Brasil; seria realmente difícil, repito, apreciar, como razoável, em poucos minutos, os primores da exposição do eminente escritor; em “A Lição do Extremo-Oriente” depara-se-nos um livro de estratégia naval aplicada à nossa terra e escrito por literato do maior valor cultural. Em certo momento escreve:

“Entre duas nações marítimas em luta, o empenho da mais forte será necessariamente obrigar logo as forças da outra a uma batalha naval, e enfeixar nela todas as vantagens da sua situação para destruir a esquadra inimiga. Os resultados obtidos no primeiro encontro aumentarão naturalmente a superioridade primitiva do vencedor, e agravarão a inferioridade ao seu antagonista. Se o vencido resiste, acabará por ser aniquilado. Se se retira, ver-se-á perseguido pelo vencedor, até abandonar o oceano, e abrigar-se nalgum

pôrto fortificado. De então em diante a sorte dos dois contendores está fixada ; porque, ou a frota refugiada volve ao mar e aí vai encontrar a derrota nos navios adversos que a espreitam, ou se aferra ao seu esconderijo e as costas do país ficam entregues ao bloqueio da armada vitoriosa”.

Se essas linhas tivessem sido escritas depois de 1918, após a primeira guerra mundial não teriam senão o valor de uma constatação inteligente ; mas escritas 20 anos antes tornam-se verdadeiramente oraculares. O Estado Maior alemão provavelmente não as leu e se as tivesse lido, não acreditaria em Rui Barbosa, porque, no caso contrário, talvez a marcha da guerra se alterasse, com uma Alemanha muito mais difícil de ser vencida do que o foi em ambos os conflitos, nos quais, por intermédio apenas do mar, esteve à beira do triunfo. Nem Rui era almirante, mas possuía compreensão da estratégia da guerra marítima tão aprimorada, que faz lembrar a circunstância de Washington ser hoje apontado como um gênio naval e o primeiro almirante americano, apesar de nunca ter entrado em um navio de guerra, e apenas na mocidade feito uma travessia pequena por mar.

Todo o delineamento de Rui naquela síntese se verificou na primeira guerra mundial ; o povo inglês pensava num combate decisivo entre as duas esquadras a de Jellicoe e a de Von Scheer e tudo fêz a mais forte para atrair a mais fraca ; se tivesse havido o combate, sucederia como diz Rui, a vantagem inicial se acresceria para a mais forte e agravaria a inferioridade da tedesca : os alemães, porém, se acobertaram nos portos fortificados e sofreram o terrível bloqueio e, quando desesperados ante o insucesso final da campanha submarina, que ainda assim não puderam conduzir como imaginava seu ministro Von Tirpitz, resolveram sair, travando-se a batalha da Jutlândia, embora os sucessos táticos obtidos, ocasionando perdas duplas em tonelagem na esquadra britânica, tiveram que recuar e o bloqueio acabou de vencer a Alemanha de Guilherme II. Muitos pontos semelhantes se verificaram na guerra do Pacífico, e se Rui não desconhece nem diminui o papel do Exército, discute o ponto de vista naval com elegante maestria, inclusive quanto à posição do Brasil no teatro sul-americano e na complexidade dos navios modernos, na impossibilidade de improvisação, nas consequências de um bloqueio mesmo de apenas três portos como Rio de Janeiro, Santos e Belém, na transição da marinha nelsoniana para a do vapor, paulatinamente transformando o oficial de náutica, primoroso no trato dos ventos, vazas e correntes, no engenheiro orientador de mil maquinismos elétricos, hidráulicos, de ar comprimido e de outras bases científicas.

O que importa, o que admira, é o valor dos conceitos, absolutamente modernos, pois aplicáveis ainda nos tempos que decorrem depois da última guerra, ao lado de ideal compreensão do mecanismo naval ?

“Mas barcos não fazem frotas. O primeiro elemento da marinha é o homem do mar. Se o navio é essencial ao marinheiro, o marinheiro ainda mais indispensável é ao navio. Por isso, Farragut, o Blake americano, queria almas de ferro em navios de madeira. O coração bravo converte o lenho em aço, a ciência prática do navio faz milagres onde as couraças mal manobradas naufragariam”.

Interessante a referência de Rui na guerra sino-japonesa ao papel da marinha, transportando o excelente exército nipônico, e o fuigor do desempenho deste, que ombreava com os melhores europeus, mas que teria de ser transportado ; é o que se verificou no Pacífico, principalmente por parte dos japoneses, cuja esquadra garantiu o transporte de soldados e aviões para a conquista das Filipinas, Guam, Wake, Indias Orientais Holandesas e outras, arquipélagos visados pela estratégia do Império do Sol Nascente, chegando quase à Austrália, e depois, quando a esquadra se tornou impotente para enfrentar a americana, o papel desta transportando os soldados e os aviões necessários para a reconquista e o ataque que se delineava ao território metropolitano dos súditos de Hirohito ; sem o Exército seria impossível a vitória, tanto quanto em primeiro lugar, a Marinha, que o teria de transportar.

Especialmente para a alma do marinheiro, os escritos de Rui empolgam. Agora diz :

“De dia em dia as circunstâncias acentuam o perigo contra o qual ousei soltar o grito de atalaia perdida...” “Mas a força militar se converte, naqueles que a possuem, em tentação quase irresistível contra os vizinhos desapercibidos”. ...“Deus nos dê, por muitos anos, paz com as nações que nos cercam. Mas, se ela se romper, é no oceano que veremos jogar a sorte da nossa honra. E essa partida não será decidida pelo azar, mas pela providência”.

Rui continua na Inglaterra a defesa da marinha revolucionária com a qual só tivera desgostos mas contra a qual nunca se lhe ouviu um queixume. Em carta de Londres a Jacobina refere-se à vitória perante a justiça federal da questão dos oficiais generais e professores militares, admirando-se da mesma atenta à “desmoralização geral do país”.

O processo Dreyfus que produziu a carta magnífica e conhecida por todo o Brasil é um tremendo libelo contra o que julga o faciosismo da justiça militar, obumbrada pelos preceitos rígidos da disciplina, orientada por espíritos educados em uma escola sem perdão para os delitos contra a Pátria e portanto muitas vezes sem calma e

serenidade para o julgamento : segundo refere Mangabeira, Dreyfus teria externado ao diplomata português Alberto de Oliveira que a voz de Rui fôra a primeira, no mundo inteiro, que se erguera contra a injustiça que o vitimara. E estas palavras são uma condecoração para Rui, conquistada pelo altissonante brado de repulsa e de condenação ao processo monstruoso de que foi objeto o capitão Dreyfus, e as ignomínias de companheiros e populacho contra a alma de um inocente. A ação corajosa de Rui era um título de immortalidade.

Interessa-se pelos menores acontecimentos do Brasil que lhe são transmitidos em cartas ou no convívio de brasileiros eminentes, como Saldanha, com quem se encontra na Europa e combina providências em benefício da causa revolucionária, de quem se torna como um delegado na velha Albion. Causa-lhe indignação a anistia pleiteada por Ladário, no Parlamento, com esquecimento da culpa para os paisanos e castigo inexorável para os militares. Atribui a uma desforra do ministro de sua majestade, ferido por um tenente a 15 de novembro contra a Marinha que naquela ocasião, diz êle, o abandonou, e profliga com veemência essa medida parcial.

ADVOGADO DA MARINHA

Volta ao Brasil para novas lutas e a Marinha virá para êle apelar como o patrono constante de suas causas quando há direitos a defender, patrimônios a zelar. Assim a defesa perante o Conselho de Guerra do contra-almirante Dr. Pereira Guimarães, envolvido na revolta de Custódio e cujas razões constituem brilhante lição de direito penal militar, e imponente argumentação cerrada contra decisões oficiais em plena época revolucionária. Seria longo historiar os fatos com o ilustrado médico, decorrentes da situação anômala, extravagante, humilhante e disparatada do diretor do Hospital de Marinha, do da Escola Naval, Saldanha, e do govêrno, o primeiro subordinado aos outros dois que se guerreavam surdamente enquanto não rompiam abertamente, como succedeu pouco depois. O bombardeio do hospital, transferido para a ilha das Enxadas, pelas baterias de Niterói, ocasionando até a intervenção estrangeira, faz Rui escrever, a propósito, “que estava reservada ao Brasil essa ignomínia que a China repeliu”.

Mas o vice-presidente da República declara que o Brasil não aderira à convenção de Genebra e obtem essa linguagem :

“Para o govêrno de então a santidade dos sentimentos que detém as balas inimigas ante o leito dos enfermos e moribundos, nasceu com a Convenção de Genebra e não impera senão na área dos povos sentimentais que subscreveram o pacto da Cruz Vermelha”.

Era sempre veemente; êsse almirante Guimarães fôra dos que se asilaram na corveta portugueza *Mindello*, julgando-se sem garantias de vida, caso se apresentasse ao govêrno o qual como faz notar Rui, “rompeu relações com uma nação amiga, por não conseguir obrigá-la a uma torpeza sem nome no desprezo dos povos”, isto é, entregar os que se acobertaram à sombra da bandeira lusitana.

Bate-se longamente pela anistia ampla a todos que tomaram parte na revolta e já bem em tempo aparece um agradecimento público, sincero e comovente, na ida de tantos oficiais revolucionários e restituídos aos seios de suas classes pelas vitórias retumbantes do “*Sacerdos magnus*” da intellectualidade nacional, como também foi chamado. Estão em casa de Rui o general Piragibe, os almirantes Custódio de Melo e Pereira Guimarães, outros que serão almirantes como Alexandrino de Alencar, Oliveira Sampaio, Marques do Couto, Arthur Thompson, Lamenha Lins e ainda os que alcançarão elevados postos e desempenharão comissões brilhantes, como um livro “*A vida de Jesus*” de Tissot, em bela impressão e uma das unidades mais admiradas da biblioteca de Rui. O almirante Custódio fala e exalta em palavras emocionadas e sinceras a figura apostólica do advogado, o evangelizador da lei, que se impôs na terra nobre, sublime e santa missão que sômente se assemelha a daquele que “com o seu nome enche o tempo e o espaço, o Filho de Deus”, “quase assumindo formas divinas quando, a despeito de ameaças de morte, que sem tréguas, se erguiam diante de vossos passos montastes ao píncaro de vosso gênio, e dessa culminância, fitando audaz o sol da verdade e da justiça, com os raios de vossa eloquência e de vossa sabedoria fulminaste os pigmeus da política desta terra”.

O discurso de Custódio é apoteótico para a figura do resolutivo e impetérrio defensor dos direitos dos perseguidos e proscritos. A resposta do homenageado, em arroubos de eloquência começa desde logo a eletrizar os presentes; é um dos grandes modelos que produziu.

“Do alto das signas desfraldadas nos campos da batalha, do tópo soberbo das naus em demanda da conquista, a Cruz, a imagem da vocação do Cristo, o emblema dêste livro, indicava aos bravos de terra e aos lobos do mar, a rota da vitória. Hoje êle ensina ao soldado e ao marinheiro o rumo da justiça e, ainda no meio dos combates, prega a caridade e o perdão entre os que se matam. Tôda a imensidade transposta entre êsses dois polos da civilização cristã, senhores, está resumida na eloquência de vossa oblação; o livro da paz e da caridade, ofertado pela glória militar, em sinal do culto pelo direito, ao último dos seus servidores”.

O discurso prossegue nesse tom, falando constantemente no mar, de sua opulência, benefícios e aspectos. Associa a manifestação e o mar ao dia do natalício do filho menor ainda, estava-se a 14 de janeiro de 1899 e termina com os dois períodos seguintes :

“E — bendito seja o Senhor por esta mercê! — quando me foi dado regressar à terra natal, naquela data radiosa sobre tôdas da minha vida, foi o mar, o mar constelado de amigos, o mar verde-anil destas plagas, onde o canto dos pescadores da Jônia seria mais belo, foi o mar que me acolheu com seu sorriso doirado de sol, e misturou com a orvalhada de sua espuma as lágrimas de gratidão do repatriado. Desde então me parece que uma âncora invisível do meu destino mergulha misteriosamente nesse oceano, onde está o destino de nossa terra ; e, de cada vez que uma grande dúvida, uma grande agonia, ou um grande problema nos assoma ao longe, os meus ouvidos escutam o sussurro das praias infindas, os meus olhos inquietos do futuro, interrogam o segrêdo das águas eternas, como se num dêesses sulcos, que se cruzam, se aproximasse de nós o infortúnio ou a salvação”.

Na alma de Rui Barbosa, que, na década anterior, vinha terçando forças contra uma justiça não integrada na compreensão dos poderes constitucionais que lhe cabiam, tornando-se constantemente uma ante-sala do palácio do govêrno, a manifestação da fina flor da oficialidade naval da época, haveria de ter uma repercussão magnífica para conservar o eminente brasileiro na amizade de uma classe, que, se lhe apontarem possíveis defeitos, nunca será o da ingratidão para com seus verdadeiros amigos.

Fiel a essa amizade, aproveita oportunidades para manifestar-se quanto vem prezando a Marinha, e no primeiro aniversário de Riachuelo após essa visita, lança o artigo “Festa Naval”, maravilha de arte e de esplendor ; todo êle forma um conjunto do qual, retirando-se uma só frase, perturbar-se-ia a idéia superior que o concebeu, como patriota, como mestre, como homem responsável pela grandeza da Pátria ante sua cultura e maravilhoso engenho. Eis um trecho :

“Mãos, em cujo espírito sopra o vento dos céus e canta o eco das ondas, bem perto, aqui mesmo no anseio desta baía encantada, há tradições e ruínas que vos falam herôicamente do dever... Ali o ritmo da imensidade vos mostra a disciplina, a estabilidade dos abismos, e perseverança, o infinito das superfícies, a grandeza ; ali se vos ensina a previsão no imprevisto dos perigos, a coragem no medonho das ameaças, a rijeza no bravio das dificuldades, a fé no prodigioso das conquistas, a esperança no imensurável dos horizontes.

Moços, amai o áspero berço, onde se embala, talvez com o nosso, o vosso futuro... Permita Deus que um dia, quando o noivado de vossa mocidade com o oceano se abrir em flores sorridentes sejamos na América do Sul essa nação marítima, esse viveiro de heróis marinhos, para que nossos pais nos geraram”.

Assim escrevia Rui; no ano anterior *A Imprensa* publicava em 15 de novembro, com a posse de Campos Sales, abrilhantada pelos navios de guerra estrangeiros surtos no porto, outro celebrado artigo subordinado ao título “A Lição das Esquadras”, completo, dogmático, filosófico, primoroso de estilo, elevado em tudo, honrava a mentalidade superior do excelso patricio. E’ nêle que se depara com frases escolhidas depois para livros escolares, e diáriamente encontramos nos discursos e escritos dos cronistas navais:

“O mar é o grande avisador. Pô-lo Deus a bramir junto a nosso sono, para nos pregar que não durmamos. Por ora a sua proteção nos sorri, antes de se trocar em severidade. As raças nascidas a beiramar não têm licença de ser míopes, e enxergar no espaço corresponde a antever no tempo”.

“O mar é um curso de fôrça e uma escola de previdência. Todos os seus espetáculos são lições; não os contemplemos frivolmente”.

“O oceano tem sido quase invariavelmente o campo de batalha pela independência das nações que confinam com o mar”.

“Uma batalha suprime uma esquadra e a supressão de uma esquadra pode envolver o desaparecimento de uma nação. Feliz do que pode ser o primeiro no golpe e amarrar por bandeira, no grande mastro, a vassoura de Tromp. Se ela encontrasse abandonado à sua violência impetuosa um litoral de 6.500 km. pode ser que então a surdez crônica da política brasileira começasse a perceber a voz que detona, por essas praias além, no fragor contínuo das rochas e das ondas: Marinheiros! Marinheiros! Marinheiros!”

Os anos passam, mudam as pessoas, as tendências políticas, os arranjos partidários, somente Rui não muda, na feição idealista das atitudes; muitas vêzes combaterá da véspera, evitará compromissos, recusará acordos, comprometera a saúde, a vida, os interesses materiais e até de família, para não transigir com os princípios que adotou, defender a liberdade e promover a justiça, preservar a república democrática de influências nocivas e antagonicas à pureza do regime. A 16 de novembro de 1904 vota pelo sítio pedido pelo governo, mas antes de um ano decorrido, em 5 de agosto, propõe no Senado a anistia.

No caso dos três primeiros tenentes da Armada, presos e antigos revoltosos, gratos a Rui, para este apelam contra a inconu-

nicabilidade e a falta de julgamento ; o incidente tomou certo vulto, mas destaca-se o fato de Wandenkolk ser Chefe do Estado Maior General, envolvido pelos tenentes na questão e escrever a Rui de forma amarga e até um tanto desabrida, bem distante das cartas interessadas, afetuosas e calorosas dos tempos de sua prisão, degrêdo e julgamento; pelo menos tão bela amizade se ensonbrecia, porque Rui não deixara abandonado o apêlo recebido.

Em 1900 no Senado produz formidáveis discursos em defesa do projeto de reversão à atividade, no pôsto de vice-almirante do barão de Jaceguai, brilhante, na guerra e na paz, ilustre militar, para conseguir o apoio de eminentes colegas, embora não mantivesse relações e só conhecesse de longe o antigo e jovem ajudante de ordem de Tamandaré. Não tenho certeza se alguém, antes ou depois de Rui, escreveu mais impressionante biografia dêsse vulto da Marinha do que a encontrada nos discursos de Rui, onde, levado pelas circunstâncias e pela vida afanosa de Jaceguai, aborda inúmeros pontos vitais para o progresso e a organização da Marinha com a reconhecida maestria de todos os tempos. A vitória coroou os esforços do patrono da causa e Jaceguai voltou à atividade, prêmio justo para quem tanto merecera do país pela magnitude dos serviços prestados. E nesta ocasião, como nos comentários ao orçamento da Marinha de 1905 onde aborda interessantíssimas questões então em alta controvérsia no seio da classe, exhibe tal conhecimento de coisas navais, de logística, de bases de defesa, de portos, de organização militar, que justifica asserção minha anterior sôbre o fato de ninguém ter talvez falado ou escrito sôbre Marinha, civil ou militar, mais ou melhor do que Rui Barbosa.

A REVOLTA DA ARMADA

A Marinha, porém, dever-lhe-ia preocupar o espírito como o fez para a maioria dos brasileiros patriotas, quando se verificou, em 23 de novembro de 1910, a revolta dos marinheiros. O lamentável episódio apaixonou, como não poderia deixar de ser, a classe, mais talvez do que a população da cidade sob a ameaça de bombardeio dos poderosos canhões do *Minas Gerais* e do *São Paulo*, com tremendas conseqüências de tôda sorte, entre as quais a mortandade da população civil.

Não temos o propósito de comentar nem de historiar os acontecimentos, apenas de que, mal começado o governo do marechal Hermes, com oito dias de instalação era êsse governo militar que batia às portas do Congresso por intermédio de correligionários com o

pedido de anistia para os marinheiros que a exigiam, com a condição de deporem as armas e a abolição dos castigos corporais. E' difícil descrever a situação do govêrno ante uma população aflita e apavorada, defrontando as autoridades constituídas com elementos armados de inegável poder, escudados em fórmulas a que não era possível negar fundamentos, embora empregando os mais condenáveis processos de se fazerem ouvidos, e na alternativa, ou de prolongar um "stato quo" tentando de qualquer forma uma reação, com esmagamento da rebeldia com a possível perda dos dois navios recém-chegados sob a esperança grata do povo brasileiro e de sua marinha de um renascimento do poderio naval de outrora, ou satisfazer os rebeldes, de modo consentâneo com a dignidade da autoridade, para depois consertar medidas atinentes a fazer esquecido pelo povo tão desastroso evento na triste história das rebeliões militares.

Coube a Rui Barbosa, no Senado, apresentar o projeto de anistia e justificá-lo ; a notícia do acontecimento não o deixaria ficar alheio, quando a população da metrópole ansiaria por ouvir a palavra do seu líder natural, o homem que mais a representava sem nunca ter sido presidente da República, e comparece ao Senado para receber o apêlo de Severino Vieira, evidentemente traduzindo o pensamento presidencial, de apresentar o projeto, já assinado por outros membros do partido situacionista. A posição de Rui não era cômoda ; tendo combatido até oito dias atrás, como candidato civilista, o presidente Hermes, êle civil, êste militar, era chamado, justamente num caso exclusivamente militar, para apoiar o govêrno, que — sômente êste poderia ser o motivo, — precisava da palavra autorizada, capaz de impressionar os espíritos, de inspirar confiança aos desregrados da lei e da disciplina, de angariar a simpatia pública para as ações governamentais, ao amparo de seu tremendo ascendente moral. Como recusar o apoio ao adversário da véspera em tal conjuntura, ainda mais que estava em jôgo a dignidade do país ! Até apresentando o projeto, Rui coloca a questão em têrmos de salvação dos interessados da marinha, do govêrno, dos patriotas, surpreendidos com a brutalidade dos fatos e indecisos sôbre o melhor caminho a seguir, pois que se entrechocavam interêsses díspares, a disciplina, o material, a vida de inocentes, o prestígio da autoridade, os direitos de estrangeiros, o patrimônio histórico.

Qual a ação verdadeiramente aconselhável no momento ? Estaria errado Rui Barbosa atendendo ao apêlo dos governistas, êle a que era tão fácil a excusa, pelos antecedentes da política do momento, se fôsse um homem capaz de recuar em eventualidades interessando à nação ? Qual o melhor caminho ? Não sei se tantos anos passados, qualquer pessoa sensata, colocando-se no meio nervoso,

na atmosfera de terror geral, no ambiente de decepção e de acobramento, sugeriria caminho diferente do seguido pelo impertérito defensor da lei, numa causa tão diferente das que podem usualmente enfrentar governantes de qualquer país. Mas Rui não ficou então simpatisado em vários círculos oficiais e, ainda de vez em quando, aparecem antigos membros da Armada Nacional condenando sua atitude, inclusive com a alegação de que os marinheiros anistiados foram à sua casa agradecer o que havia feito em defesa de suas aspirações.

Em ambos os casos será necessária uma palavra esclarecedora ; parece-me que se a Marinha deveria guardar qualquer mágua pelo modo segundo o qual foi resolvida a questão que sacrificou brilhantes oficiais, inclusive o bravo almirante Batista das Neves, não deveria ser contra Rui, solicitado por membros com a responsabilidade do governo para auxiliá-los na solução do impasse.

Rui não poderia conhecer materialmente da situação, os recursos da administração, o moral do pessoal, as possibilidades de reação ; simplesmente acedeu em colaborar quando palavras, muito mais autorizadas pela detenção do poder, deveriam se externar sugerindo medidas que não poderiam ocorrer aos senadores civis. Rui dizia no seu discurso, e se trata de difficilima dialética, porque não havia praticamente defesa para a situação :

“Ou o governo da República dispõe dos meios cabais e decisivos para debelar êsse lamentável movimento e, então, justo seria que os empregasse para restituir imediatamente a tranqüilidade ao país, ou dêsses meios não dispõe o governo da República e, em tal caso, o que a prudência, a dignidade e o bom senso lhe aconselham é a submissão às circunstâncias do momento”.

“Não estamos em um momento de recriminações ; não temos que analisar as causas dos acontecimentos atuais. Estamos em presença dêles, em uma situação tal que todos de um e outro lado, amigos e não amigos, nos encontramos reunidos em uma só convicção (apoiados), em um só pensamento, em um só desejo, — na certeza de que não há senão um recurso para chegar ao resultado em que se salvem, com os interesses de nossos concidadãos, os interesses da legalidade e do regime”.

Aí está. Quem não apoiou essas diretivas ? Qual a voz desasombrada que, ao presidente, ou a qualquer outra autoridade no Senado, na imprensa, nos ministérios, sugeriu coisa diversa, defendeu medidas salvadoras em tempo, fora da preconizada pelo Senado, à voz, requerida mas moralizada do grande tribuno ? Pode-se atacar quem quizer nesta questão, menos Rui Barbosa, que teve a coragem moral, na indecisão reinante, de assumir atitude decisiva e mais do

que isso, resolutiva de uma situação que poderia degenerar, como disse, “para humilhações indecentes e desgraçadas”.

Quanto à comissão de marinheiros agradecidos na sua residência, é esta, ao que parece, uma das asserções apenas baseadas em tópicos de um jornal, que, de boa fé, pode noticiar o que vai acontecer como se já tivesse acontecido.

Admitamos, porém, que o noticiário da imprensa estivesse corretamente formulado e que a tal comissão sem nomes, a que ninguém conheceu com os próprios olhos, nem da qual na Casa de Rui Barbosa restam indícios, aparecesse na residência de S. Clemente para pronunciar as palavras acobertadas pelo *Correio da Manhã*; em que poderia a Marinha se julgar ofendida, se, pelo próprio jornal, Rui, ao recebê-los, aconselhou-os a nunca mais proceder como haviam feito, que existem caminhos legais para defesa de interesses da classe, e que a única coisa absolutamente indesculpável era a falta de disciplina, era a revolta de armas na mão contra o governo constituído?

Duvido sinceramente, apesar da notícia do jornal, que a tal comissão tivesse ido agradecer pessoalmente o interesse, aliás muito especial na forma, de concessão de anistia, e essa dúvida ainda é maior quando se reconhece a falta de liberdade relativa de que gozaram os marinheiros revoltados nos primeiros dias que se seguiram às providências governamentais, suspensos os licenciamentos, todos praticamente em regime de prontidão como era justo e razoável; mas se aconteceu, era bem difícil a Rui recusar-se a recebê-los, para aconselhá-los e ainda nessa circunstância defender a Marinha com a sua habilidade e orientação segura.

Quatro anos depois a questão renasce, desculpando-se senadores de haverem concedida a anistia, como Pinheiro Machado, acusando Rui de a ter pleiteado, quando na verdade a votação havia sido unânime, sendo aquele chefe político signatário do projeto antes de Rui. Este discursa longamente, ocupando duas sessões consecutivas, concluindo com as seguintes palavras:

“Defendi a anistia porque o Sr. senador Severino Vieira me disse que o governo a queria, que o governo sem ela não poderia passar. Defendi a anistia, porque eu a considerava como justa. Defendi a anistia porque tendo eu posto o meu dilema, o Senado não me respondeu se o governo podia vencer. Defendi a anistia porque sustentando eu que o governo não tinha meios de se defender, todo o Senado concordou comigo. Defendi a anistia porque esperava que o presidente da República por ela se empenhasse. Defendi a anistia porque não sabia que a Marinha lhe era contrária. Defendi a anistia porque não imaginava que o ministro da Marinha lhe fôsse avesso.

Defendi a anistia porque estava longe de pensar que o chefe da Armada não tivesse sido ouvido. Defendi a anistia porque não sabia, como hoje me consta, que as autoridades militares consideravam exequível a vitória em um ataque noturno contra os navios revoltados. Eis por que defendi a anistia”.

NOVAS QUESTÕES

Depois do estado de sítio que combateu, vieram os casos do *Satélite* e da Ilha das Cobras, referentes a fuzilamentos de civis, presos políticos ; a campanha de Rui no Senado e na imprensa é terrível para o governo ; na Marinha os acontecimentos repercutiram, mas a ação ponderada e enérgica do ministro Marques de Leão, abrindo inquérito e obrigando o comandante do Batalhão Naval, Marques da Rocha, a se defender, trouxe rápido esquecimento dos fatos, mas a referente ao *Satélite* alcançou considerável vulto porque toda alma rebelada de Rui se empenhava contra a impunidade dos criminosos, que assassinaram presos indefesos, algemados, a tiros de carabina. E ao celebrar a cultura jurídica e de forma magistral, proclamava :

“Outra coisa não sou eu, se alguma coisa tenho sido, senão o mais irreconciliado inimigo do governo do mundo pela violência, o mais fervoroso predicante do governo do homem pelas leis”.

Ainda não se haviam extinguido os ecos da campanha do *Satélite* e a Marinha teria de se apresentar novamente perante o brasileiro ilustre com a questão do bombardeio da cidade da Bahia por injunções partidárias.

A nossa história republicana ainda não conseguira o equilíbrio nas ações políticas que cimenta e alicerça a grandeza da democracia, e fará o homem feliz, pela certeza de seus direitos amparados pela autoridade responsável, a vida pública dirigida com o escôpo de bem servir à Pátria, e não a satisfação de ambições pessoais, a personificação do direito no homem investido de autoridade e não a personificação da autoridade no homem desprovido de direito em cargos de responsabilidade.

O fato apaixonou além de Rui Barbosa quantos acompanharam os acontecimentos com suas almas de republicanos e democratas consternadas, com a constituição ofendida, a autonomia dos Estados, pedra angular da organização política e esteio do regime federativo ludibriada, justamente o ponto nevrálgico em que se transformou o jurista no panfletário, por efeito de convicção vinda da monarquia. Em todas as tribunas, inclusive a mais restrita, das cartas particulares, investe Rui com seu protesto, veemente, frenético ; cinco

vêzes comparece ao Supremo Tribunal com pedidos de *habeas corpus*, enche de artigos a imprensa, na defesa da liberdade e da autonomia de seu Estado natal, sacrificando até a candidatura do filho, arma entre as mãos de adversários para constrangê-lo à conciliação ou ao silêncio.

Mas nessa questão houve um ministro da Marinha que correspondeu às aspirações do político baiano, o almirante Marques de Leão ; recebendo ordem para aprestar navios para a Bahia e lá apoiar as ordens do governo, deixa a pasta, com respeitosa mas enérgica missiva ao presidente, onde em linguagem de alta compreensão do gravíssimo evento perante a História ; onde deixará, diz êle, nódoa indelével, ainda afirma que êsse bombardeio atentará menos contra a Constituição que contra a dignidade humana. E é o motivo pelo qual, embora estejam prontos para partir, à primeira vez, os dois navios, a ordem só lhes seria transmitida pelo seu sucessor na pasta da Marinha.

O modo de proceder de um ministro de Hermes pelo menos arrancava palavras de entusiasmo e de admiração de Rui ; é verdade que não atacava Rio Branco, o outro brasileiro ilustre do governo e que morreu acabrunhado com o bombardeio da generosa Bahia, sem desculpas para transmitir ao corpo diplomático estrangeiro naturalmente estarrecido, e que não chegou a verificar o cumprimento da promessa de Hermes de recompor a situação, não desejando perder a colaboração do notável servidor da nação que foi o pacífico incorporador de territórios e o solucionador de pendências de tremendas responsabilidades nas lides fronteiriças do país.

Rui não teve oportunidades em anos seguintes de encontros com a Marinha na forma das lutas que o apontaram amigo incondicional da classe, embora acontecimentos de menor monta em várias épocas ; o próprio bombardeio de Manaus, fora do alcance e das decisões oportunas do ministério, se resolveu quanto ao setor de Alexandrino de Alencar com medidas internas e sob o aspecto legal que cabia no caso em aprêço.

RUI E O MILITARISMO

Consideramo-lo, entretanto, sob outro prisma.

Constantemente, mesmo quando trata de coisas de marinha, aborda o tema do militarismo como o grande mal da nacionalidade ; na carta a *La Prensa*, de fins de 93, aborda o aspecto porventura restaurador do movimento naval, em virtude de certas decla-

rações de Saldanha, mas não tem a menor dúvida, escreve, que a resposta de uma consulta ao povo sobre a forma de governo resultaria em uma nova consagração para as instituições republicanas, que o país não confunde com o militarismo, que classifica de acidente funesto que já se acentuava nos últimos anos do Império. Com efeito, em outro local, repete que o militarismo pre-existiu à fundação da república, aparecendo seus primeiros sintomas no ministério Lafayette, os quais se acentuaram sob forma mais grave no de Cotegipe. E ainda no tempo de Floriano volta a achar que a República não estava oferecendo liberdades senão muito inferiores às que se desfrutava na monarquia; mas ressalva, isto nada tem a ver com a forma do governo, mas é um reflexo do domínio da espadada, que acabaria por dominar o império se, em vez da república, o movimento de 15 de novembro tivesse redundado na organização de um ministério com Deodoro, isto é, de cunho nitidamente militar. Por isso julga-se coerente pugnando pela república constitucional em vez da ditadura militar, como se batera pelo império parlamentar em vez do aulicismo bragantino.

Atribui em 93 todo o mal da época ao militarismo, que ataca violentamente, defendendo os militares as instituições armadas contra esse próprio mal, levantando hinos de glorificação à disciplina racional e verdadeira, ao valor profissional, ao civismo do pessoal dentro dos quartéis e dos navios prontos para a manutenção da ordem que gera o progresso com a estabilidade dos governos legalmente constituídos. Combaterá intransigentemente a força despótica exercida com o apêlo nas armas, característico primordial do militarismo; não combateu o marechal do Exército, Deodoro, nem a farda no governo será nunca uma incompatibilidade. Diz certa vez:

“Os males que hoje nos afligem são raízes sobreviventes das enfermidades do império. O próprio militarismo é um legado seu. O militarismo nasceu da violação dos direitos legais do Exército pelo governo do rei, e graças à fraqueza deste, reunida às imprudências dos seus secretários, foi sob os três últimos gabinetes imperiais, o pesadelo da coroa e do parlamento”.

E então afiança que continuará a defesa, perante a justiça, do direito, da liberdade e da propriedade das vítimas, porque quando não houver quem pugne por esse patrimônio “os nossos foros de homens livres valerão menos do que a tanga dos escravos da Guiné, e a Constituição estará reduzida, por conveniência universal, a uma barretina da tirania militar”.

Acusa o militarismo de ter inaugurado a política de represálias sangrentas, que acabaria convertendo o governo em um circo de feras

e recorda que o mal da origem militar da República poderia ser modificado pelo espírito civil de seu primeiro governo, o que o induziu a aceitar a pasta que lhe coube. O aqodamento, a preocupação, a forma dedicada e incansável, com que se lança à defesa, nos tribunais, no Congresso e na imprensa dos militares, traíam o espírito de luta titânica, sem desfalecimentos e que julgaria sempre gloriosa pelo triunfo final da idéia, embora insucessos parciais que atribuía à falta de espírito democrático e de educação liberal dos julgadores, contra o exercício do poder apoiado nas forças armadas e não pelo império da autoridade exclusivamente constitucional e delegada pelo único órgão com autoridade para fazê-lo : o povo.

Ao aceitar por fim a candidatura contra o marechal Hermes, continuava a temer o militarismo, nela reconhecendo apenas a origem militar do candidato : militarismo êste, convenhamos, que se transformou em consideráveis benefícios para a comunidade, propiciando a eclosão do civilismo, movimento de monumental transcendência para orientação de nosso povo nas práticas da democracia, pois no fundo se resumia em educá-lo na compreensão de que todos os mandatos dêle derivam, que sua vontade, esclarecida pelas campanhas, convenções, plataformas, conferências, discursos, deverá ser a única a resolver a quem compete dirigir os destinos da nação, e não a vontade de poderosos do momento, reunidos em grupos ocasionais e dotados de força eleitoral mais material do que moral, especialmente enquanto dominavam o caciquismo político e as oligarquias estaduais. Revendo, estudando, avaliando as campanhas de Rui contra o militarismo, resta-nos uma constatação radiosa no sentido de que, inapreciável pela extensão de seu valor, o perene receio de Rui de que o governo da nação se resolvesse por imposição dos militares, ou que fôsse flanqueado pelos canhões e as bajonetas, seus gritos de alarme, sua tremenda autoridade cívica e sua mentalidade avançada de pelo menos meio século para a época em que viveu, alertaram o povo, constituíram as melhores fontes de educação das nossas elites e continuam seu trabalho de orientação das gerações novas, as citações e os conceitos do grande mestre se reproduzindo diàriamente nos livros e na imprensa, e talvez por isso mesmo, pelo seu esforço e de outros êmulos, de corifeus, da mesma escola, o povo, sempre alertado contra o mal, nunca tenha o pressianismo conseguido se impor de forma iniludível em qualquer época de nossa história.

Algumas vêzes tem havido intromissão de militares na política, vocações que surgem, questões regionais, incidentes mais ou menos graves, mas cujos autores principais logo fazem questão de ressaltar que não se trata de militarismo, mas justamente combate a êste.

quando não sucede o militar se ter batido pelo idealismo de orientar a república para as suas puras finalidades.

O militarismo nunca constituiu uma ideologia política e portanto não poderia orientar o país para a formação de castas militares, às quais competeriam pela razão ou pela força a direção do país ; essa ideologia nunca poderia aliás existir, porque a isso se antepõe de modo inequívoco o sentimento de nossa gente, contrária a qualquer espécie de prepotência, de imposição, de domínio, de imperialismo, visceralmente antagônico aos germânicos, nipônicos e quanto surjam com os mesmos característicos.

Rui, por exemplo, em carta a Jacobina, quando na Inglaterra faz referência a uma reunião de generais, os quais se decidiram a apoiar o Prudente, faz blague, achando que quando um governo precisa de moções de soldados que deveriam simplesmente obedecer, “mal vai êle”. Avellaneda, um dos maiores políticos argentinos, dizia semelhantemente : “A espada que brilha com luz soberana durante os combates, na vida civil obedece e não comanda”.

Quem aprecia a vista empolgante de uma cidade não vai distinguindo o que particularmente está acontecendo em cada edifício ; semelhantemente com os panoramas políticos da nação ; fatos ocasionais, de improvisação ou fortúitos não alteram a visão de conjunto. Assim essa manifestação de generais ; seria preciso saber se para a nação melhor se afigurava, no momento, que ela soubesse do apoio dos generais ao primeiro presidente civil da República, se isto não acarretaria maior força para o presidente dirigir o país, do que a desorientação ou o aqulamento de appetès poderiam produzir. Seria neste caso uma intromissão de militares, mas de forma tão superior que até poderia ser considerada um ato de patriotismo. Porque as angústias de Rui, originando-se do temor do militarismo, encontraram eco entre muitos militares que se salientaram pela doutrina de que os colegas deviam permanecer afastados da política e entregues exclusivamente aos múltiplos afazeres dos quartéis, onde há muito campo para o emprêgo do maior patriotismo e da maior capacidade de trabalho. A primeira impressão para quem estuda a história brasileira, especialmente a republicana, parece se firmar no sentido de que a influência dos militares na política se tem feito sentir de forma acima das permitidas pelo desenvolvimento normal das atividades do país. Mas reexame dos fatos, com serenidade e sem partidarismos, faz modificar de muito qualquer impressão mais superficial. Lembremos asserto de Otávio Amadeu ; a história argentina parece repleta de ditadores militares, acorrentando os patrícios ao carro do triunfo nos combates pela posse do mando, e ensanguentando o cami-

nho do despotismo apoiado no poder militar ; no entanto, o excelente publicista escreve :

“Neste país nunca existiu o predomínio militar ; nossos caudilhos, inclusive Rosas, apesar de seus galões, foram grandes chefes civis. As revoluções fizeram-nas os partidos civis com auxílio militar, mas não houve “pronunciamentos” e em outra feita Urquiza, Mitre e Rosas, ao chegarem à presidência, pelos caminhos civis, penduraram a espada em seus guardas-roupas”.

A origem militar da República, por exemplo, nada foi que uma eclosão do movimento que Euclides da Cunha sintetiza admiravelmente no seu primoroso resumo de nossa história monárquica, “Da Independência à República”, dizendo entre outros conceitos que “as conquistas liberais do nosso século, compondo-se com uma aspiração antiga e não encontrando entre nós arraigadas tradições monárquicas”, “como desfecho feliz de uma revolta”, “removeram no espaço de uma manhã um trono que encontraram”, “porque a revolução já estava feita”. E assim foi, bem caracterizada pela nenhuma reação dos amigos da monarquia, pois estes não encontrariam possivelmente o menor apoio. Se os militares conspiraram o fizeram com civis e não fôsse assim, não haveriam tantos patriarcas republicanos, não se julgaria coberto de glórias o partido de Lopes Trovão com a vitória de seus ideais e tantos não se enobreceriam com o republicanismo histórico. O marechal Deodoro não impôs a força do Exército contrariando a vontade expressa de qualquer forma pelo país, e a revolta da Armada com Custódio, que acarretou a renúncia do proclamador, se fazia em nome da lei, pois que a dissolução do Congresso, segundo palavra de Custódio, seria a deshonra para a nossa Pátria e feria de morte a República “cujo advento principalmente a êle se devia”.

Mas é ainda batendo-se pela lei que se levantou a Armada contra Floriano ; é impossível qualquer digressão histórica para a qual o tempo faltaria, mas reparem que o militarismo, aí ainda se revestia de formas especiais, como o manifesto dos treze generais de terra e mar, justamente concitando Floriano a se manter na legalidade.

Existia então, inequívoca, aparência de militarismo, porque todo o poder de Floriano, sua resolução de continuar no posto vetando a lei que o impedia, baseava-se no prestígio de sua farda e no fascínio da autoridade ; Rui, como se viu, ataca-o com tóda a energia de seu espírito eminentemente sintonizado com as fórmulas da liberdade, mas o fato é que Floriano encontrava tremenda opposição justamente de militares que, então, se batiam contra o militarismo, quando talvez fôsse mais cômodo para as comissões pingues e as promoções fáceis apoiar o detentor das boas graças em um país tão presidencialista como o Brasil naquela época. O que diz o manifesto de Custódio?

O objetivo principal da revolta é “o restabelecimento do domínio da constituição republicana (que foi anulada pelo general Peixoto), a pacificação da República e a eliminação do *militarismo*, pavoroso sistema político inaugurado por aquêle general que está assim preparando para o Brasil a sorte das repúblicas de origem espanhola” e Alexandrino de Alencar, em carta a Rui, cheia de encônjos e de admiração, tudo hipotecando ao homem eminente, e onde fala do futuro almirante Rui Barbosa, parecendo-me o único exemplo dessa forma de agrado, diz, em postscriptum, as seguintes palavras dignas de se memorar, com suas elipses e suas zeugmas :

“Hoje, segundo aniversário da Revolução — esmagados materialmente — vencedores do nosso ideal. O regime civil plantado na Pátria e o Militarismo pouco se esfacelando, que a Pátria mais tarde tenha uma lágrima de saudades para com os filhos que derramaram seu sangue pela liberdade da Mãe extremosa”.

Floriano havia de reagir contra a revolta, esta foi vencida, êle completou o quatriênio, mas é inútil nas sociedades políticas, restringir o fulgor das vitórias. Desde a antiguidade, com exceções mínimas para a imensa generalidade, os vencedores tiveram a palma do poder e o vencido, também com raríssimas exceções, o exílio ou a força, o pelotão de fuzilamento ou ostracismo político. Aliás muitos anos depois na tribuna, Rui enuncia opinião, achando que afinal de contas foi um bem não ter a revolta da Armada obtido a vitória e do próprio Floriano avança o conceito de grande militar, notável e superior na sua classe e que se *impunha* ao respeito de todos.

A presidência Hermes representaria um militarismo dominante, intratável, absoluto, incontrolável? Longe disso. Foram civis que lançaram a candidatura do marechal ministro da guerra e sob que bandeira? É difficil discernir, tantos são os primas diferentes nas gradações do patriotismo, do interêsse, de individualismo dos personagens. Mas não houve imposição do Exército, embora demonstrações quando os reflexos das paixões políticas acabaram tendo eco no interior dos quartéis e fortalezas.

O militarismo nacional se tem havido, se realmente existiu, não pode ser olhado com o anátema das monstruosidades sem exame mais detido e imparcial.

Há aspectos muito complexos no assunto. Quantas proclamações de generais, almirantes e brigadeiros, com brados de alerta para seus comandados a respeito dos perigos da política, concitando-os ao cumprimento do dever, como guardas impolutos da Constituição, da defesa nacional, da integridade do território, da segurança das instituições?

Alguns povos, pelas suas condições peculiares evoluem mais rapidamente para a prática da democracia do que outros, e existem até os que, provavelmente, não chegarão tão cedo aos últimos estágios dessa instituição de governo dos povos cultos. Nessa evolução inúmeros perigos se oferecem à estabilidade da nação pela desorientação dos espíritos, as convulsões nas massas, os apetites dos aventureiros e dos aproveitadores das situações turvas, como os morcegos que só vêem nas trevas : aí surgem as forças armadas como a garantia da ordem, como o elemento estabilizador, o único bloco verdadeiramente organizado, fortalecido pelo ensinamento do alto valor de sua missão, educado no patriotismo e no culto pelas tradições nacionais. E' o próprio Rui quem o diz em carta a Nilo Peçanha "vendo resse elemento (o militar) força única de estabilidade e de reorganização que resta ao povo, na dissolução e anarquia geral que nos arrasta". Seria impossível aos militares cruzarem os braços e assistirem friamente aos desmandos das paixões desencadeadas, ao tumulto e à voragem das realizações caras ao país e aos seus habitantes. Então elas assumem a posição de garantidoras dessas instituições, apoiando os bem intencionados, acalmando as agitações, desarmando insurgentes ou conduzindo ao desânimo os conspiradores, para quando novamente o ritmo de progresso, com a estabilidade da administração sobrevier, voltar aos seus trabalhos profícuos da paz interior, de seus estudos profissionais e de seus labores regulamentares.

O almirante Wandenkolk ainda antes da revolta da Armada, em julho de 93, já prêso a bordo do *Júpiter* escreve a Rui rebelando-se contra a qualificação, mas ao mesmo tempo tranqüilizando-se quanto ao procedimento da classe afastada da política.

"Não tomando parte na política e guiando sua conduta tão sòmente como força militar, ela será a garantia, o apoio e o sustentáculo do governo civil, único que no meu entender salvará a República para cujo advento concorri com a maior dedicação e com todo o desprendimento".

Mas como estabelecer a linha exatamente divisória entre forças armadas vigilantes pela natureza de seus objetivos constitucionais, ligadas às massas pelo preparo das mesmas na previsão do futuro e na possibilidade de serem empregadas em todos os setores de sua capacidade, na guerra, na defesa da Pátria e nas explorações políticas? Como estabelecer essa marca de separação entre a necessidade de militarização do país pelo imprescindível dever de prepará-lo para as eventualidades do porvir e portanto preconizarem medidas adequadas que afetarão todos os serviços públicos, e a ação do militar que possa ser olhada como exigência imposta pela força?

Evidentemente que tudo poderá ser feito, como nos Estados Unidos, sem a menor sombra do que se chama de militarismo, mas para isso será necessário que se tenha atingido estágio superior de organização política, os partidos nacionais com sua estrutura bem definida, seus programas bem delineados, de modo a se imporem na confiança das massas. Enquanto, porém, um país não atingir a essa quase perfeição no mecanismo político, os choques e os desequilíbrios se verificarão e apenas as forças armadas, que não formam partidos, mas constituem massas fortemente organizadas e treinadas, assumirão as atitudes reclamadas pela felicidade da nação, mas ao tempo suficiente para que amainem os ventos tempestuosos que estiverem soprando.

A todos cabe o glorioso papel de formação da nacionalidade, o penoso batalhar pela unidade do país, promover sua segurança e seu bem estar, regulá-lo, compô-lo mas, se nem todos se esforçarem para a consecução desses objetivos, as forças armadas estarão na primeira linha dos construtores desse conjunto que no fundo é a própria pátria porque a elas caberá precipuamente a missão delegada pelo povo inteiro que a institui e a mantém para esse fim, além da defesa externa.

Rui viveu a sua época no grande combate pela consolidação das leis, especialmente as jurídicas, sem poder fugir aos azimutes vários das ideologias políticas e se tornou grande nesse empenho, menos de extirpar um militarismo discutível do que na vacinação geral do povo contra os surtos do despotismo que, de tempos em tempos, deixava antever os sintomas. Terá sido essa uma de suas maiores glórias; de tanto se bater contra as ameaças e escaramuças intermitentes do mando sem freios talvez tenha sido máximo dique à sua expansão, impedindo-o, e abrindo aos patricios, inclusive aos militares, as portas do caminho único que conduz à verdadeira democracia.

Mas debatendo a chamada questão do Amazonas, não se deixou quedar sem pronta resposta e depois mais ampla e substancial, insinuações sobre as suas relações com as forças armadas, levantando a luva, fazendo brilhante histórico dos seus então 45 anos de relações com o Exército e a Armada, demonstrando como nenhum brasileiro mais do que ele fôra melhor nem mais sincero amigo dos militares, e focaliza como os enquadra perante o povo, o governo, a nacionalidade.

E com veemência escreve estes períodos desassombrados :

“Não queiramos, portanto, senhores, em matéria de crimes, até aí estabelecer distinção entre militares e civis. Eu condeno os crimes

da farda, como condeno os crimes da casaca. Mas do mesmo modo como, ao condenar os crimes das casacas, eu não responsabilizo a casaca pelos seus crimes, assim condenando os crimes dos militares, eu não responsabilizo os militares por esses crimes... Condeno o crime onde quer que êle se manifeste, no militar ou no paisano”.

E depois : “Militares, dentro da lei, civis, dentro da lei. — esta é a minha divisa.

Que são os militares senão uma categoria de funcionários, semelhantes aos funcionários civis, e apenas diferenciados pela natureza dos sacrifícios maiores a que se consagram?”

E por fim : “A minha doutrina, portanto, é clara. Atrás os especuladores. Eu não adulo o Exército, eu não adulo as forças militares, como não adulo os poderes civis. Falo a verdade, e outra coisa não podem desejar aquêles, casacas ou militares, que lealmente servem ao seu país”.

Essa noção da vida de Rui parece ser absolutamente sincera ; não creio que se possa garantir ter-se êle inclinado mais para uma classe que para outra, de natureza militar ou civil, em questões de direito. Todos seus íntimos, todos que sôbre sua personalidade escreveram, e mesmo a observação dos acontecimentos, colocando-o ora de um, ora de outro lado na defesa de interesses de constituintes sem côr classista, pois os havia de tôdas as camadas sociais, seus biógrafos e comentadores, não apontam preferências singulares nas manifestações de sua pena, nas lutas em que se empenhou, na vasta atividade de homem público, de jurista, de entendedor de tôdas as profissões liberais, mercê de prodigiosa cultura, de imenso cabedal científico. Nunca foi inimigo das classes armadas como o sabugismo político muitas vêzes e sistematicamente fazia acreditar, como nunca foi o amigo irresponsável, capaz de encobrir os sentimentos de um espírito eminentemente democrático, liberal e reto, apenas para usufruir os proventos de atmosfera de amizade com os detentores do poder militar e apoiado nêle chegar ao maior posto da República, que, se não atingiu, talvez ultrapasse na agitada trajetória nesta terra.

Orador escolhido para saudar o heróico general Osório em visita à Bahia, avança êsse admirável conceito do militar investido em altos postos do comando.

“Longo tempo, senhor general, os instintos menos humanos do homem simbolizaram, no ferro ensanguentado, o heroismo. A civilização dêste século, porém, sente já que o gênio militar não é senão uma inteligente e perigosa expressão da força se não fôr o agente

de uma idéia superior, de um movimento providencial tôda vez que não encarne em si uma reação nacional, liberal, civilizadora”.

Sejamos justos, muitos de nossos grandes militares encarnaram-se nesses formosos ideais traçados pela máscula individualidade de Rui, que não distinguindo quando se tratava do direito, da liberdade e da democracia, firmou os três vértices de um triângulo, de cujas linhas retas que formam os lados nunca se desviou do perímetro enfeixando-se decidido, hércules e positivo, quase raivosamente no campo limitado por diretrizes assim preciosas, caminho sem curvas, do gênero de que fala Alcino Guanabara quando desenha a sua vida “por uma reta traçada entre a liberdade e o direito”.

Para com a Marinha nunca se desmentiu a sua amizade, a consideração pelos seus almirantes que se tornaram merecedores dessa distinção, o aprêço pelos altos feitos de seus imperiais marinheiros e dos soldados marítimos da República, a vigília constante e desinteressada pelo progresso de suas atividades, pela maior glória da ação em prol do país, pelo preparo técnico de sua gente apoiando tôdas as aspirações dentro do alcance de seu poder.

Haveria alguma atração especial para que assim se manifestasse essa preferência sensibilizadora tantas vêzes demonstrada? Talvez a carreira de escôlha do filho a quem tanto estimava, Alfredo Rui Barbosa, talvez os estudos históricos que aos poucos lhe trouxe nítida compreensão do valor do poder naval e nesses estudos se familiarizou com os atos de heroísmo e de abnegação da esquisita gente marítima que tudo abandona em terra, os parentes e amigos, os encantos do torrão natal, as ternuras do coração, os confortos e as conveniências, os interêsses materiais e o bruá das capitais, para as lutas contra os elementos, os ventos e as vagas e mais vêzes em outros tempos contra o inimigo número um, o homem, a luta contra o desconhecido e o imprevisito, os escolhos e os rochedos, as moléstias e as carestias, pelo nomadismo dos aventureiros, uns como exalta Victor Hugo, tragados pelo Etna, outros pelo amor.

L'amour ouvrit la parenthèse,

Le mariage la ferma.

alguns se apartando, monges em Malta, arlequins, no serralho de Tunis ou desprezando filhas de reis com coroas para se prosternar aos pés da beleza em Faenzette, ou pelo amor da profissão sempre dura e onerosa, compensada pela vitória constante contra todos êsses fatores adversos, e o prazer, enfim, de aspirar as brisas do largo,

de temperar as energias ao embate de elementos tão contrários, e parece que acima de tudo, do gosto pelo mar incógnito sempre presente no espírito e no coração de seus admiradores.

Rui Barbosa era um dêles, pois que nos seus arcanos ia buscar constantemente motivos para os trechos literários do maior valor, a enriquecerem a sua opulenta bagagem de acadêmico, verdadeiramente imortal.

Nada de atavismo, embora um ancestral Barbosa tenha submetido, sozinho, em combate, três galeras mouriscas, e outro comandasse um dos navios de Fernão de Magalhães, na primeira viagem de circumnavegação do globo, mas desde os primeiros tempos de sua vida o mar resmungava-lhe perto como carinhosamente banhava a sua cidade natal ; quando se recolheu ao logarejo Plataforma, diz Luiz Viana Filho, podia estudar no lugar quieto em que se contemplava o mar, as pequenas canoas, o fazia dizer ao pai que era mais fácil dali tirarem o mar de que o Rui dos livros. E tem-se a impressão que desde aí se tornou um enamorado do infinito das águas sem o confessar, entretanto, em nenhum de seus escritos ; mas como não o julgar assim, se continuamente as mais lindas formas da pena magistral, exacerbantes, sugestivas, saíam ligadas ao lençol de esmeraldas, ao reino dos gigantes marinhos, dos Vikkings e dos normandos ao teatro dos labores peregrinos de Tromp, Ruyter, Nelson, Tamandaré?

Luiz Viana acredita na influência do mar sobre os pensamentos de Rui ; no final de seu magnífico trabalho já por todos conhecido diz :

“Essas recordações talvez o levassem a lembrar-se do mar, aquêlê mar azul celeste, tranqüilo e profundo, que descortinaria das janelas do *Diário da Bahia* e que, na terra natal, salta por toda a parte, à vista dos habitantes, convidando-os à meditação”.

Sim, gostava do mar ; a todo instante repontam nos momentos mais eletrizantes de sua prosa as policromias do mar, como succedeu a tantos outros nobres escritores. De Castro Alves se pode afirmar que falou do mar em cada uma de duas poesias que haja escrito ; em Rui era o tema das grandes imagens nas suas arrancadas ou, ao inverso, na calma dos pensamentos voltados para as mais caras afeições da alma.

A Maria Augusta em carta sentimental :

“Há pouco perdi a terra de vista, mas minha alma não perdeu a vista de ti” e em outra : “Logo que a noite cair com suas sombras sobre o mar, meu coração abismar-se-á todo na dor dessa recordação”

ou “A fortuna do noivo, atirado sôbre tantas incertezas e esta aventura tão perigosa como o mar que me está cercando”.

Os veros cultores da língua, os maiores do beletismo, desde a antiguidade vem buscando no mar motivos para fortes poemas. Com Homero assim acontece, quando lança *Odisséia* que se tornou o símbolo das emprêsas extraordinárias e das façanhas memoráveis, pelos pélagos sombrios onde o “inbrífero Tonante solta estrídulos ventos e em montanhas incha escarcéus”; a essa altura se eleva Rui quando alertando contra a superfície plácida e enganadora do oceano, divisa no “seu seio fôrças naturais em constante elaboração, capazes de levantar nas águas ou nelas afogar os grandes continentes”.

Com a *Eneida* descreve-se a primeira tempestade que impressionou o homem e sòmente os gênios da prosa e da poesia tentaram produzir obra idêntica, como Vítor Hugo, Camões, dentre os maiores. Então agem ao lado de Juno e do Eolo, os deuses dos ventos e das vagas, sopram o Euro e o Noto, o Africo e o Aquilão até que Netuno irritado os ceusura e os repele para acalmar as ondas, se levanta com o tridente, abre as vastas sirtes e depois deslisa à flor das maretas “com as suas rodas ligeiras”.

Com Rui não é uma tempestade descrita, porque nunca se pediu que êle escrevesse o livro maravilhoso de título *O mar* mas ruge a tempestade nos seus arroubos quanto sopra o vento das procelas, simbolizado pela avalanche de atos de prepotência, de gestos desmandados, das soluções impuras, do tripúdio contra as praxes democráticas, do que pudesse afetar mesmo longinquamente a dignidade das instituições republicanas, o império absoluto da vontade consciente e esclarecida do povo. Mas sem imitar, recorda êsses fenômenos de violência ligando-os às cóleras do oceano, como ao vislumbrar a influência das massas na equação política dos povos, distingue entre as revoluções só políticas, com as praias que lhes circundavam “e lhes punham raias visíveis”, e as sociais que “beiram êsse Mar Tenebroso, cujo torvo mistério assombra de ameaças as plagas do mundo contemporâneo”.

Com Vítor Hugo, o mar é tão variável como os aspectos da cerebração superna do insigne francês, talvez o maior poeta lírico de todos os tempos; em os *Trabalhadores do mar* é grandioso, soberbo, imenso e insondável, pontilhado de abismos e cavernas, habitáculo, de espécies monstruosas, colméia de hidra, onde o horrível é ideal, formigueiro de holotúrias, a incarnação do Ignoto, o golfão análogo à noite abrigando os demônios nas medonhas ocupações da sombra; mas não é sempre assim, tanto que o descreve em outros ritmos, nas formações oceânicas, nos seus mistérios, nos premon-

tórios e arrecifes, obras primas da arquitetura de milênios, fruto das massas revoltas das águas e dos ventos.

Rui avaliava nos escritos esparsos a beleza sem par e a majestade singular dessas tremendas construções marinhas ; na homenagem a Dantas e ao seu projeto que surgiu como raio do dia vindouro, exclama, rebatendo os augúrios de que a campanha abolicionista era apenas uma ebulição superficial :

“Mas as bolhas de espuma que branqueiam à tona das vagas anunciam a voragem, a luta perene entre o ácido e álcali, as revoluções que se operam mudamente nas profundidades incomensuráveis onde não penetra a vista do nauta nem o escafandro do mergulhador. Nós somos um cachão que refere e borbulha à flor d’água, de encontro às fragas de um cachopo rebelde, mas abaixo de nós está o golfão, está o oceano, “pater oceanus”, criador e subversor de continentes ; está a consciência nacional, a onda infinita e eterna” e note-se, Vítor Hugo deplora o mar fora dessas vibrações, porque em “La Legende des siècles” escreve :

“O triste mar ! sépulchre ou tout semble vivant !

Para Castro Alves, é o “mar — corcel que espuma ao látego do vento”, com Gonçalves Dias é o “mar de amores”, com José de Alencar “Mares de leite”, “Mar de pirâmides” com Alexandre Herculano, “Mar de afeto” com Castilho, e com outros banzeiro, providencial, tempestuoso, revoltado, e em brilhante catacrese de Mário de Alencar :

*Soa na praia, mensamente,
A voz do mar”.*

A obra máxima da língua portuguesa, os Lusíadas, é um romance do mar e este é um dos motivos característicos dos mais belos versos, inclusive porque os portugueses iam :

*“... abrindo aqueles mares
Que geração alguma não abriu”;*

mas se os lusitanos entoaram hinos ao elemento primário de sua glória pretérita e imorredoura, encontraram em Oliveira Martins pensamentos negativistas, onde a onda é falsa e em baixo, as sereias do mar, “dançando na areia branca de espuma, chamavam para as núpcias as naus, atirando-as para longe na derrota da aventura temerária”.

Rui poucas vêzes desconhece o mar, embora já o tenha ju'gado incerto e perigoso ; nota a poesia de suas ondulações e a forma de suas atividades, encanta-se e assim já não lhe assustavam os recifes, depois de ouvir gemer o mar tempestuoso.

Vêde : “Estas margens escarpadas são como que as defesas severas de um mundo zeloso de seus tesouros. Se vos aproximardes, vereis como a poesia mana destas rochas. Não é a poesia dos favos do Hymmeto. Sente-se mais nela o acre das virações saturadas do oceano”.

Compreendendo o valor do elemento como traço de ligação entre os povos e mesmo de união entre os indivíduos, expressa êsse maravilhosos fenômeno com a mesma altitude de sempre, “Outro o instinto que, de polo a polo, une em uma só família a todos os homens do mar, criaturas do mesmo elemento, caravana do mesmo infinito deserto”.

E por sentir imensa afinidade de idéias e de sentimentos entre êsses homens não desdenhava oportunidade de manifestar, como no discurso de homenagem a Dantas pela lei que o evidenciou mais que quaisquer outras ações na larga fôlha de serviços ao país, atacando o tráfico quase moribundo : “Infune o escravismo as velas ao barco negroiro, mas não queira desfraldar-lhe à proa, o estandarte liberal”.

E em *Cartas de Inglaterra*, “Lição do Extremo Oriente”, em certo trecho a respeito da anistia, quando a proposta reveste o aspecto de : “... ofereçamos aos marinheiros o esquecimento ; e os seus oficiais ficarão sem soldados”. “Mas não se sabe aí que entre êsses marinheiros e êsses oficiais há o cimento do sangue vertido em comum ? Que a convivência do oceano ensina a lealdade e as virtudes robustas da constância ? Que a solidariedade da abnegação e do perigo, do serviço voluntário e do heroísmo gratuito, contraída nas lutas de mar, repele as ingratidões do egoísmo e as perfídias do interêsse ?

Se não foi nosso maior poeta do mar, como Vicente de Carvalho, que com êle conversava, apontava as ternuras, olhava o mar, sussurrante em ritmos repletos de afagos que lhe batia às portas em Santos, mimosa sala de recepção do grande estado paulista, foi Rui o maior prosador do mar, se preferirmos a qualidade à extensão dos escritos e quando sua alma busca como comparar as coisas que sente grandiosas, tal, por exemplo, a obra de Carlyle, monumento de literatura das bandas da Inglaterra, dominante e indefinível, era obscura ora resplandescente, Rui compara a inflexível sinceridade do autor, e íngreme de seus contrastes, o bravio das imagens que lhe povoam o estilo, o seu entusiasmo pelas expressões heróicas da individualidade humana, o fragor de suas apóstrofes, outras faces desconcertantes mas sublimes a “... um panorama de penhascos escavados à borda das águas

azuis, com o cristal das ondas franjando-se em espuma branca, a marulhada rebramindo contra os promontórios silenciosos o voo solitário das aves marinhas, e por cima, nas tréguas da procela, quando as faíscas não esfusiam pelas arestas atrevidas, a eterna calma do firmamento ; a força, o conflito, a pureza, a eloquência, a imortalidade.

A Marinha terá assim bem fundadas razões de guardar também Rui Barbosa como seu, éle o incomparável defensor de almirantes, propugnador de medidas legais jurídicas, parlamentares visando ao seu engrandecimento ou à situação pessoal de sua gente.

Quanto à afinidade entre a sua grande alma e o mar ciclópico, talvez se manifeste aí outra lei científica como a atração universal de Newton : a força é igualmente abstrata, embora a iniludível verdade de sua existência, e se se exerce entre as massas na razão direta das mesmas, pode existir no domínio espiritual outra força semelhante entre as massas materiais como as das vastas extensões aquosas, e as massas cerebrais gigantes como a de Rui, e neste caso se confundindo, em razão inversa das distâncias, mas na direta dessas massas excepcionais ; e dêsse achego, pelo irresistível da atração, tal a dos corpos celestes, sublime e insensível, resultará a gloriosa expressão dessa simbiose — Rui-mar, Rui-oceano, Rui-imensidade !

RUI NA INTIMIDADE

A CASA DE SÃO CLEMENTE

EDGARD BATISTA PEREIRA

Há quem pense no Instituto Histórico, ápice das nossas associações culturais, “a mais austera e venerável instituição sábia do nosso país”, no dizer de Afrânio Peixoto, apenas em função de suas tradições, inteiramente absorvido no passado, submerso na poeira dos arquivos, mas estranho ao bulício da vida contemporânea e despreocupado com os problemas do futuro. Entretanto, o Instituto Histórico não se deixa fossilizar. Não há ninguém no Brasil, que saiba ler e escrever, que lhe não reconheça as benemerências e não evoque o nume tutelar do “Rei Filósofo”, que durante quarenta anos, pontual e atento, lhe presidiu a quinhentas e seis sessões. Mas, sensível também ao diagrama do nosso progresso, busca prevê-lo, ordená-lo, participando diretamente na educação das gerações que o vão realizar. Os cursos Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, para só falar dos seus mais recentes cometimentos, constituem uma obra de patriotismo digna dos maiores encômios. A vida dos grandes homens, as suas lutas e sacrifícios, os seus revezes e recompensas, a sua odisséia e o seu capitólio despertam as vocações, enrijam as fraquezas, temperam os caracteres, marcam, nos caminhos do futuro, as pisadas indeléveis que as nações devem acompanhar se quiserem atingir altos destinos. Vou falar de um desses grandes homens. Do maior. Do insuperável. Dêle se disse que cansou a hipérbole e o superlativo. Pode-se, porventura, medir os astros com a aritmética dos valores cotidianos ?

Quanto a mim não tentarei fazê-lo. Não me deixo iludir quanto ao tamanho de uma responsabilidade, de que tenho tão cabal consciência que teria declinado da honra e do prazer de falar-vos, pelo íntimo receio de transformar em decepção a vossa generosa expectativa. Mas o embaixador Macedo Soares, meu chefe e meu amigo, feito, como diria Vítor Hugo, de cristal para vibrar e de bronze para

resistir, obstinou-se em me trazer a esta tribuna, abrilhantada pela passagem de tantos oradores eloqüentes. Não me valeu o argumento de que andava assoberbado de trabalho. Que nenhum teria eu, redarguiu-me, pois não se tratava de uma conferência, nem de um discurso, nem de uma aula, mas sim de uma simples palestra entre amigos sôbre recordações pessoais de minha adolescência. Que essas recordações — insisti — se restringiam aos últimos quinze anos da vida de Rui, a um período, portanto, quase contemporâneo, cujas minúcias haviam sido vulgarizadas por escritores e ensaistas do melhor tomo.

Obtemperou-me que êles tinham visto Rui no cenário da vida pública, no fôro, na tribuna parlamentar, na imprensa, na cátedra, na praça pública, doutrinando, pregando, apostolando, combatendo o êrro, proclamando a verdade, reivindicando a justiça, pugnando pela liberdade, mas que seria interessante conhecer o homem no recesso do lar, no aconchego da família, no convívio dos amigos, com as suas alegrias, os seus sofrimentos, as suas preocupações, com os seus hábitos, as suas distrações, os seus trabalhos.

A argumentação poderia prolongar-se indefinidamente. Confessei-me vencido e aqui estou. Queixem-se, pois, os que se sentirem fraudados, não de mim, mas do meu irreductível e generoso paraninfo.

As recordações não nos acodem à memória, ordenadas, catalogadas, sistematizadas dentro dum plano preestabelecido, ou dum esquema rigorosamente traçado. Vêm-nos muitas vêzes em atropêlo, outras lentamente, sem propósito, sem cronologia, emancipadas, rebeldes, incoerentes, insubmissas à ordem, ao tempo, à convocação. Bando de borboletas esvoaçantes, frágeis farrapos de gaze, irisadas ao sol do carinho e da veneração, batem as asas delicadas daqui para ali, saltitam, pousam lá, assentam acolá. Mas aí de mim, forçoso é fixá-las. E eu receio que aquelas filigranas de arrebóis, aquelas alígeras safiras, aquelas opalas palpitantes, não deixem de si, ao contacto dos meus dedos e transfixadas no papel, senão um pouco de poeira amarelada.

Sete anos de idade contava eu quando meu irmão, meu único irmão Antônio, de quem os estilos parlamentares me fizeram expropriar transitòriamente o nome adquirido “par droit de naissance et de conquête”, sete anos contava eu quando meu irmão, “dimidium animae meae”, em latim como as coisas eternas, na dedicatória de um de seus livros, partiu para a Europa no *Aragon*, um pequeno navio da Mala Real Inglesa. Na Bélgica se encontrava, quando lhe chegou às mãos um telegrama do barão do Rio Branco, que o procurara por vários países da Europa, convidando-o para tomar parte na conferência de Haia. Em junho de 1907 — a conferência se reunia a 15 desse

mês — conheceu Rui e a família. A energia, a viveza de espírito e o encanto pessoal, — “his vivacity, his energy and his personal charm”, que William Stead, o maior jornalista da época, nêle encontrara, cativaram a filha mais velha de Rui — Maria Adélia, Dedélia, como carinhosamente lhe chamava a família. O noivado, que se esboçara na Europa, formalizou-se no regresso ao Brasil. E em 15 de julho de 1908 se realizava com tôda a pompa o casamento, na Casa de São Clemente, cujas portas, como os corações dos que ali moravam, se abriram desde então para mim.

As mais gratas lembranças de minha juventude estão ligadas a êsse solar, que a veneração dos brasileiros transformou num templo onde se cultua a memória do maior dêles em todos os tempos. Nêle entrei na intimidade de Rui. Nêle aprendi a admirá-lo, a venerá-lo, a amá-lo. Ao contrário do que diz dos grandes homens, Rui ganhava em ser conhecido de perto.

Vinde comigo a S. Clemente. Percorrereis o parque e a casa, conhecer-lhe-eis os habitantes e enquanto caminharmos vos falarei de Rui, do que vi, do que ouvi, do que sei sôbre êle, através do meu testemunho, da tradição oral e escrita.

A casa de Rui Barbosa compõe-se de duas salas, ligadas por um arco, a cuja esquerda se abre a porta de entrada cotidiana. A ala esquerda começa a uns dez metros da grade exterior, tendo-se-lhe acesso por uma escadaria de dois lances ligados por um passadiço para o qual abrem os três amplos salões de recepção, sendo o do centro maior que os outros dois. Do primeiro salão à direita nasce um corredor, tendo de uma lado três peças e uma sala de banhos, que são as acomodações do casal Rui Barbosa e de sua filha Maria Luisa, e do lado oposto, o grande salão da biblioteca e três gabinetes anexos. Ao lado da biblioteca, uma escada vai ter ao andar superior, constituído por três peças de dimensões regulares, que são os aposentos do casal Antônio Batista Pereira. No fundo do corredor, uma escadinha nos leva à sala de conversa, ao salão de jantar e à sala de almoço. Esta já faz parte da outra ala, constituída, em cima, de copa, cozinha, despensa e dois quartos e, em baixo, de um escritório e dependências da criadagem. A coqueira, depois transformada em garage, está separada da casa.

Dois portões dão acesso à Vila Maria Augusta : um, quase sempre fechado, abrindo para um caminho de paralelepípedos, que costeia o edifício e vai até o fundo do parque, outro, em cujo portal se encontra uma placa, primeiro com o n.º 104, depois com o n.º 134, que até hoje conserva, dando para uma rua asfaltada que vai até o arco, de onde sai a porta gradeada, a porta de todos os dias, que dá para o interior da mansão. Um jardim, onde as roseiras predominam,



Quarto de dormir

(Leito em que faleceu Rui Barbosa em Petrópolis)

cerca a vivenda. Na frente, cortado por duas pontezinhas, um iago ingênuo sôbre o qual se debruça uma estátua despretensiosa, em bronze: uma águia dominando uma serpente. Rui encontrou-a ao comprar a vivenda. Não lhe passou certamente que poderia ser a representação simbólica da luta em que se empenhou a vida inteira contra os reptis do ódio, da calúnia, da incompreensão, da inveja, do êrro, da injustiça, da perseguição. Seria a figuração do embate feroz a que iria compeli-lo, pouco depois, no Senado, César Zama, arrolando, entre outras insinuações malévolas, a aquisição dessa mesma casa. Comprou-a Rui para atender a espôsa, a um inglês, John Roscoe Allen, que se retirava para a pátria, pela quantia de cento e trinta contos, tomados integralmente de empréstimo a um banco, sob garantia hipotecária. A calúnia, porém, acompanhava-o encarniçada, desde que deixara a pasta da Fazenda no governo provisório, sussurrando que sua casa fôra mobiliada com as alaias de São Cristóvão, comadreando que a sua baixela de prata era a do imperador, espalhando a torpeza de que “o general das finanças quando estava na Bahia, não havia uma loja que lhe fiasse uma gravata de 2\$000, hoje tem palacete, dinheiro na Europa, mandado guardar por lá, para o que der e vier”. Quando, porém, a infâmia tomando corpo, deixou a sargeta das ruas pela tribuna do Senado, Rui esmagou-a definitivamente nessa casa do congresso, “abrindo de par em par as portas de sua casa à discussão” e documentando “com o testemunho das coisas mais reservadas a falsidade dos noveleiros”.

Mas, entremos na casa de Rui pela escadaria que dá para os três salões de frente. Êste é o da entrada. Duas grandes peças chinesas com incrustações de madrepérola, um armário e um biombo, três ou quatro cadeiras de estilo inglês, um tapete oriental de fundo vivo e bordas desmaiadas e nas paredes três retratos, os retratos de Rui e de seus pais, João José Barbosa de Oliveira e Dona Maria Adélia Barbosa de Oliveira.

João José Barbosa de Oliveira fêz de Rui o que Rui foi. Na Bahia “a maior cabeça de sua época, o crador mais perfeito que já conheceu, distinguindo-se, ao mesmo tempo, como um caráter de limpidez, e inflexibilidade adamantinas”, na palavra do filho, cuja suspeitação não poderia ir ao ponto de cegá-lo, fêz do futuro de Rui, o seu grande sonho e ambição, acompanhando-lhe desvelada e infatigavelmente o desabrochar da inteligência e a modelação do caráter. Deu-lhe o gôsto do estudo e dos livros, deu-lhe exemplos imorredouros de firmeza e nobre intransigência, merecendo a posteridade gravar no jazigo estas palavras, como justo prêmio: “Caroli Magni Pater”. Para João Barbosa não bastariam, porque êle foi mais:

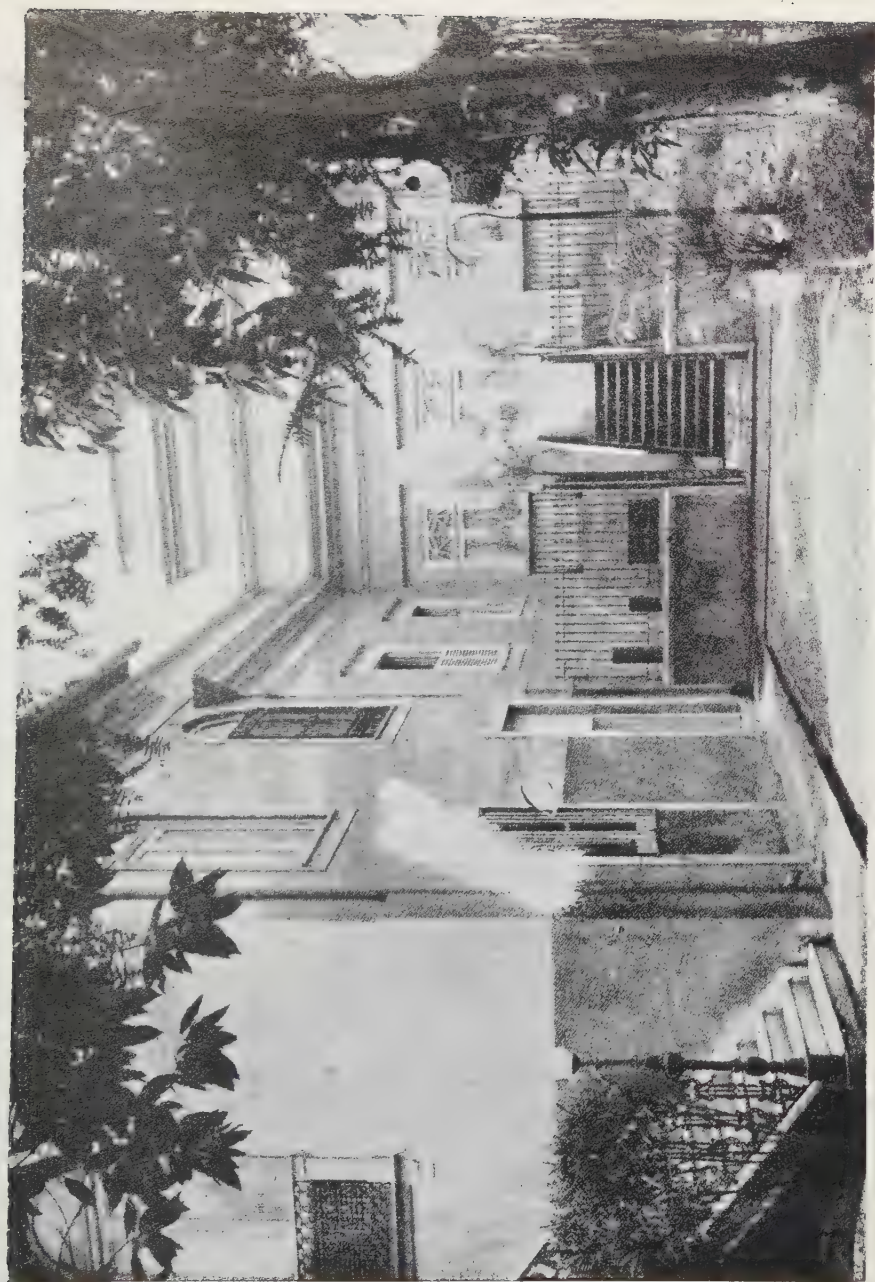
foi autor de Rui Barbosa. E nenhuma glória humana é mais digna de orgulho”.

O outro retrato é de D. Maria Adélia, sua mãe, prima de João Barbosa, amena de trato, prezada, de formação religiosa, amenizava o rigor do pai na educação do filho. Quando o marido caiu no ostracismo e começou a individuar-se, procurou no fabrico doméstico de doces, ajudá-lo no sustento da casa. Era a mulher forte do Evangelho. Rui cursava o segundo ano em Recife quando faleceu, em 16 de julho de 1867. Em seu discurso de acadêmico sobre a “Fé, Esperança e Caridade”, proferido em 1868 na Faculdade de Direito de São Paulo, assim se refere Rui a D. Maria Adélia:

“A imagem querida de minha mãe desapareceu um dia de cima da terra sem que eu pudesse abraçá-la ao partir, sem que eu tivesse a amarga ventura de fechar-lhe os olhos, nem colher-lhe dos lábios as últimas pérolas de sua alma. Então achei os livros mudos, a razão muda e a filosofia estéril. Chorei e abracei-me à cruz. Foi a fé que me salvou. Hoje a recordação daquele grande espírito dorme no seio de minha alma embalsamada pelo amor e pela saudade”.

O terceiro retrato é de Rui, de Rui aos 40 anos, quando, em 89, ministro do Governo Provisório. E’ Rui sem óculos e sem rugas, de bigode e cabelos, que já vão escasseando nas têmporas, mas ainda são negros. Já lutara por grandes causas. Pela abolição. Pela eleição direta. Pela federação. Ajudara a derrubar um trono. Empenhava-se em consolidar o regime, a quem dotara de uma constituição modelar.

Mas, não foi êsse o Rui, que conheci na intimidade. O tempo urge, estamos conversando e não prosseguimos na visita à casa de Rui. Da saleta de entrada passamos para o salão de recepções. No fundo, entre duas portas que comunicam, por um corredor atulhado de livros, com a biblioteca, um gobelin representando uma pastoral, dois jarrões chineses, duas peças de Sèvres do tempo de Napoleão, outros objetos de arte espalhados — o salão é muito grande e em cada uma de suas extremidades um terno estofado. Ambos comprados em 1916 em Buenos Aires, quando Rui representou o Brasil como embaixador às festas do Centenário da Independência da Argentina. Fiz parte da comitiva, com a prosápia de quem concluíra o seu ginásio e de quem figurava como jornalista, representando *A Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Lembro-me que compunham a Embaixada o conselheiro (era assim que todos o chamávamos em casa) D. Maria Augusta, seus filhos Baby (com êsse apelido era conhecida Maria Luisa Vitória, hoje Sra. José Guerra) e João, êste acompanhado da espôsa Helena Valentim Rui Barbosa, o almirante Gomes Pereira e o general Mendes de Moraes,



Entrada lateral da Biblioteca



*Automóvel Benz pertencente a Rui Barbosa — N.º 833 —
(Garage da Casa de Rui Barbosa)*

representando a Marinha e o Exército, Batista Pereira, na qualidade de conselheiro da Embaixada, e sua mulher, Sertório de Castro, representante d'O *Estado de São Paulo* e outros jornalistas, etc. Embarcamos no paquete do Lloyd, *Júpiter*, que o Governo mandara aparelhar e decorar para a Embaixada. A travessia foram quatro dias de emoção para êste marinheiro de primeira viagem. O almirante Gomes Pereira, que depois foi ministro da Marinha, tomou conta do barco, não pelas suas divisas, mas pela sua afabilidade, irradiante simpatia e pelas bolinhas de pão, que transformadas em pílulas e crismadas com um latim complicado passaram a ser distribuídas como eficaz remédio contra enjôo. Só não surtiram efeito contra o *pampero*, que nos apanhou às costas do Rio Grande e converteu o barco numa verdadeira casca de noz. Não serviram igualmente ao ajudante de ordem do general Feliciano Mendes de Moraes que, mal saiu do Rio, se recolheu ao beliche, numa indisposição que só cessou quando o *Júpiter* fundeou em Buenos Aires. Narrando as peripécias da viagem, Mário Brant, que não era ainda o austero parlamentar que honra na Câmara dos Deputados a representação mineira, mas o mordaz jornalista Augusto Mário, referia que alguém, entreabrindo-lhe a porta da cabine, perguntara ao tenente se precisa de alguma coisa. Sim — respondeu êste — “preciso de uma ilha, de um cabo, de um promontório, de um pedaço qualquer de terra firme”.

Rui tomou conta de Buenos Aires. Precedia-o a reputação do maior de uma terra de grandes oradores, a notoriedade das suas campanhas e vitórias. Recebido com honras de chefe de Estado por uma salva de canhões e por uma guarda do Exército, aclamado em tôda a parte, requestado pelo que havia de melhor no Governo, nas academias e na sociedade Argentina, sua presença naqueles dias de inverno constituiu um verdadeiro triunfo para o Brasil. Recebido no Senado Argentino, convidado a tomar assento no recinto como se fôsse um Senador da Nação, o discurso que pronunciou na Câmara Alta popularizou-lhe a fama de tribuno inigualável. Mais de uma vez o povo se aglomerou em frente às sacadas da Casa Rosada, ou do Plaza Hotel, onde nos hospedávamos, aos vivas e aos gritos de *Hable Barbosa ! Hable Barbosa !*. Aos 10 de julho, a missão do embaixador estava finda, coroada de um êxito sem precedentes. O Campeão do Direito tinha, porém, um dever a cumprir. A Faculdade de Direito e de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires conferira-lhe o título de professor “honoris causa” e Rui iria recebê-lo a 16 de julho. Na ante-véspera fôra acometido de forte resfriado. Febril, determinara o médico que guardasse o leito. Rouco, quase afônico, poderia falar daí a dois dias? Adiar a cerimônia não era possível. Teria que mandar ler a conferência, que com

tanto carinho preparara ainda no Rio ? Foram horas de angústia para os que o cercavam. D. Maria Augusta, que não o abandonara um instante, ouvira a voz da prudência e a instâncias do médico queria impedi-lo de sair. Não houve demovê-lo. Acompanhamo-lo à Faculdade. Sentado entre o chanceler Murature e o vice-presidente da Faculdade Benito Vilanueva, ouviu a saudação do decano Adolfo Orma : “Com ser tão elevada e prestigiosa a vossa representação diplomática, não é ela (ouvi bem senhores) não é ela o que determinou a Faculdade de Direito a pedir-vos que honreis a sua sala magna com uma conferência. O que deseja antes de tudo a Faculdade é escutar o estadista eminente, o pensador profundo, cujos dotes o têm levado a alcançar na América, uma posição não excedida...”.

“Doutor Rui Barbosa : A Academia da nossa Faculdade vos nomeou seu membro honorário, e aqui vos entrego o diploma correspondente. A Academia rende assim as suas homenagens ao jurista, que tem estudado com competência e originalidade os mais diversos problemas do direito, desde as delicadas questões do Congresso de Haia até as reformas da legislação civil. Dá forma oficial, dêste modo, à colaboração, que tendes prestado aos seus trabalhos, desde que privilégio é dos grandes mestres estarem presentes sempre, com as suas idéias, nas deliberações dos corpos científicos.

“O conselho diretor da Faculdade preside à lição. Em seu nome vos agradeço o serdes, ainda que por breves momentos, professor nesta casa, e, como seu decano, dou-vos posse da cátedra, que ides ilustrar com o vosso talento e a vossa alta cultura...”.

Terminado o discurso de Orma, Rui levantou-se. Nossa preocupação era intensa. Suas primeiras palavras, pronunciadas em voz baixa, no mais puro dos castelhanos, aumentaram-nos a aflição. O admirável exórdio percebemo-lo mal :

“Na cerração que nos encobre, entretanto, há, de vez em quando, clarões grandes, que rasgam o espaço do mundo moral, e nos deixam ver, além das fronteiras das nossas desilusões, nos longes mais remotos do nosso descortino, os espigões da serra do futuro, dourados pelo sol de promessas divinas.

“Surpreendido então, nessas entreabertas de luz, o homem, reconciliando-se com a fé, que se lhe esmorecia, sente-se ajoelhado aos céus no fundo misterioso de si mesmo, passando pela visão de que a obscuridade das coisas não é senão o véu do templo, no vão silencioso de cuja infinita nave a mão de Deus, insensível às nossas impaciências, reserva os tesouros incalculáveis da sua bondade para as raças e as nacionalidades que as souberem merecer”.

Nesse trecho Rui estacou. Sentir-se-ia mal ? Levantamo-nos para acudi-lo. Também, por que cometer uma imprudência dessas ? Rui fêz-nos um sinal para que não avançássemos, pedindo a um contínuo que retirasse de sob a cátedra um aquecedor que o estava molestando. E retomou a oração, com a voz cada vez mais clara e vibrante, pelo espaço de mais de duas horas.

A civilização cristã corria o risco de ser destruída pelos alemães. Rui não podia calar :

“Entre os que destroem a fé e os que a observam não há neutralidade admissível. Neutralidade não quer dizer impassibilidade : quer dizer imparcialidade ; e não há imparcialidade entre o direito e a injustiça. Quando entre ela e ele existem normas escritas, que os discriminam, pugnar pela observância dessas normas, não é quebrar a neutralidade : é praticá-la. Desde que a violência pisa aos pés, arrogantemente, o código escrito, cruzar os braços é servi-la. Os tribunais, a opinião pública, a consciência não são neutros entre a lei e o crime. Em presença da insurreição armada contra o direito positivo, a neutralidade não pode ser a abstenção, não pode ser a indiferença, não pode ser a insensibilidade, não pode ser o silêncio”.

As palavras de Rui Barbosa ecoaram no mundo inteiro, em guerra. Na Câmara dos Deputados da França, o seu presidente, Paul Deschanel, de pé com todos os representantes, proclamou “data histórica” a da Conferência que Bartou classificou como “a mais genial lição de direito internacional, que o mundo jamais havia recebido”. Louis Forest concitava a que retivessem o nome de Rui Barbosa : “guardemos êste nome que avulta na História Universal”.

No seu regresso, a bordo do navio que lhe ostentava o nome, pois um ato do Governo o mudara de *Júpiter* para o de *Rui Barbosa*, esperavam-no as rosas do entusiasmo e das aclamações populares, mas também — êsses que nunca faltaram — os espinhos do officialismo.

O povo carioca recebeu-o com uma grandiosa manifestação. Rui falou da sacada do *Jornal do Comércio*. Em baixo, do seio da multidão, se destaca uma nota alacre. São os uniformes — calça garance, túnica de pano azul, quepi modelo francês — de um grupo de cadetes. Quereis conhecer-lhes os nomes ? Procurai-os entre os generais, brigadeiros e coronéis de hoje, e, se não os encontrardes todos entre os vivos, os achareis nas crônicas e legendas. São êles : Eduardo Gomes, Juarez Távora, Bina Machado, Sequeira Campos, Ivo Borges, Lísias Rodrigues, Carpenter Ferreira, Prati de Aguiar, Pacheco Chaves, Stênio Lima, Honorato Pradel, Daudt Fabrício, José Veríssimo, Osório Tuiuti, Afonso de Carvalho, Luís Pinto e outros mais.

Reverso da medalha : o ministro das Relações Exteriores se desculpou com a Alemanha, dizendo que Rui falava não como embaixador e sim como jurista.

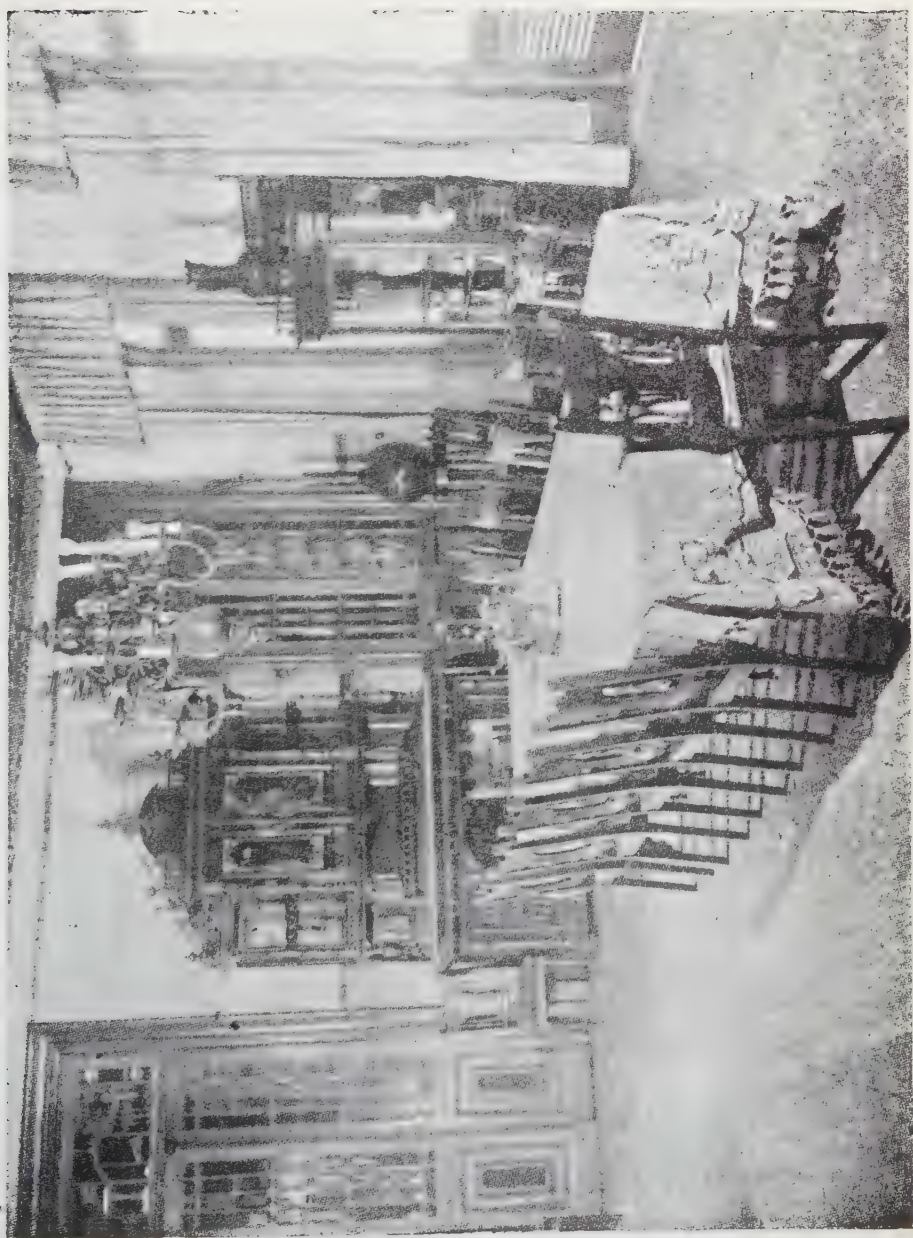
Dado o balanço das alegrias e sofrimentos, podia Rui dizer, por ocasião do seu jubileu cívico, a Paul Claudel, ministro de França, que lhe entregava a comenda da Legião de Honra : “Por isto vos confesso que há sempre um pouco de felicidade e de orgulho quando me lembro da crise bem amarga daqueles tempos, em que eu clamava minha fé inabalável entre a alegria dos maus e a coragem vacilante dos tímidos. Eu não hesitaria em dar tôda a minha carreira política, pode-me crer, Sr. ministro, por êste único momento, o momento supremo de Buenos Aires, êste momento de Deus, em que ousei escarrar às faces da barbárie à indignação da América, até então silenciosa, e mostrar a esta o caminho do seu dever, do seu interesse e da sua honra”.

Esta longa digressão já nos reteve por demais no salão. Demos apenas uma vista de olhos à saleta de música, onde ouvi Antonjeta Rudge executar ao piano o Hino Nacional Brasileiro, adaptado por Gottschalk, e Bebê Lima Castro cantar *Un petit verre de Cliquot*. Rui gostava e entendia de música, que começara a aprender em criança, para acompanhar sua irmã Brites nos estudos. De música e de canto, que lhe inspiraram êste lindo trecho : “A música vai entornar a sua magia naquela atmosfera de templo de beleza. Dêsse feitiço dizem que já moveu as pedras, mas que, hoje, mesmo na decadência do seu poder, amansa feras, e ensina a bailar às serpentes. Ainda não estremeceram os violinos, não rugiram os contrabaixos, ainda não modularam as flautas, ainda os bronzes não ressoaram, ainda não gemeram as harpas, ainda a vaga cantante aguarda, repressada, o aceno magistral, e já a imensidade do nume enche o recinto, cativa as atenções e assoberba as almas. Alguns momentos mais, e a nota alada entra a roçar as cordas, sussurra a inspiração nos arcos, muge nos atabales a torrente próxima da harmonia e, do marulho encantado, como Afrodite das ondas alvejantes, a voz do homem, florescência misteriosa do poema, eleva a ressonância da sua coroa em arrulhos e lágrimas, em soluços e bramidos, em arrojos e carinhos, expressão indefinível do Universo das nossas impressões no instrumento sôbre todos divino entre os instrumentos humanos”. Mais de uma vez, vi-o pedir a Maria Lina Jacobina, espôsa de Antônio Jacobina Júnior, de fiel Totom, que, em 1893, pagara com o cárcere o aviso a Rui de que não se homiziasse na Bahia, onde seria assassinado, que improvisasse um concêrto para a família reunida.

Mas, não é na saleta de música e sim na biblioteca que vamos encontrar o conselheiro. Lá está êle, no salão principal, subindo a



Vista do Parque



Sala Bahia — Salão de Jantar



Fachada interna da Casa — Ao fundo do arco, o portão principal

escadinha, que o traiu uma vez, escorregando e quebrando-lhe a perna, aos sessenta e tantos anos de idade. Fratura dolorosa, que o reteve ao leito quase dois meses, mas da qual se restabeleceu completamente, graças à perícia do Dr. Pais Leme, grande operador, católico fervoroso, cujo nome está ligado ao progresso da medicina no Brasil, por haver trazido de França o método de conservação dos cadáveres, por meio de injeções de formol na carótida, eliminando o perigo da infecção anatômica. Depois do falecimento de Francisco de Castro, além de Miguel Couto, que o via em circunstâncias excepcionais, dois foram os médicos de Rui : o Dr. Luís Barbosa, no Rio, e o Doutor Correia de Lemos, em Petrópolis. Ambos alopatas. Mas Rui muitas vezes apelava para a homeopatia, cujos princípios conhecia bem, tendo uma caixa a que chamava a sua farmácia, bem abastecida de medicamentos. Inácia ou cófea para insônias, nux-vômica ou camomila, para as indisposições ligeiras, eram os remédios que mais usava.

São oito horas da manhã e sôbre o pijama de flanela veste a clássica *robe de chambre* côr de havana. Acaba de chegar da visita cotidiana ao jardim, em que se fizera acompanhar de Luís, o jardineiro. De Friburgo, em 9 de abril de 1906, escreve à filha Dedé : “Incluo umas fôlhas de plantas, que mostrarás ao Luís. São de uma das espécies vermelhas, que tua mãe lhe tem afirmado existirem, e êle nega. Aqui vivem expostas ao frio e pouco sol, sem embargo do que não perdem o belo colorido rubro. Recomenda ao Luís que não esfriem nos trabalhos do jardim, e puxem por êles a bom puxar, de sorte que os vamos encontrar bem adiantados. Mas não me façam excessos na poda”.

Já cumpriu Rui seu dever para com as flores. Na saleta de almoço já tomou o seu chá com torradas, já leu e anotou com lápis vermelho os jornais da manhã, dos quais desprezara desde logo a parte de anúncios. Antônio, o fiel Antônio Joaquim da Costa, hoje zelador da casa Rui Barbosa, o servira à mesa e levava para o arquivo o que encontrara assinalado nos diários. O conselheiro está de pé desde as 4 horas da manhã, como lhe é hábito. “O amanhecer do trabalho”, disse êle, “há de antecipar-se ao amanhecer do dia”. Não vos fieis muito de quem esperta já sol nascente, ou sol nado. Curtos se fizeram os dias, para que nós os dobrássemos, madrugando. Experimentai, e vereis quanto vai do deitar tarde ao amanhecer cedo. Sôbre a noite o cérebro pende ao sono. Ante manhã, tende a despertar.

“Não invertais a economia do nosso organismo : não troqueis a noite pelo dia, dedicando êste à cama, e aquela às distrações. O que

se desperdiça para o trabalho com as noites inúteis, não se lhe recobra com as manhãs de extemporâneo dormir, ou as tardes de cansado labutar. A ciência, zelosa do escasso tempo que nos deixa a vida, não dá lugar aos tresnoites libertinos. Nem a cabeça, já exausta, ou estafada nos prazeres, tem onde caiba o inquirir, o resolver, o meditar do estudo.

“Os próprios estudiosos desacertam, quando, iludidos por um hábito de inversão, antepõem o trabalho, que entra pela noite, ao que precede o dia. A natureza nos está mostrando com exemplos a verdade. Tôda ela, nos viventes, ao anoitecer, inclina para o sono. A esta lição geral só abrem triste exceção os animais sinistros e carniceiros. Mas, quando se avizinha o volver da luz, muito antes que ela arraie a natureza, e ainda primeiro alvoreça no firmamento, já rompeu na terra em cânticos a alvorada, já se orquestram de melodias campos e selvas, já o galo, não o galo triste do luar dos sertões do nosso Catulo, mas o galo festivo das madrugadas, retine ao longe a estridência dos seus clarins, vibrantes de júbilo e alegria”.

E aconselha :

“Tomai exemplo, estudantes e doutores, tomai exemplo das estrêlas da manhã e gozareis das mesmas vantagens : não só a de levantardes mais cedo a Deus a oração do trabalho, mas a de antecederdes aos demais, logrando mais para vós mesmos, e estimulando os outros a que vos rivalizem na faina bendita”.

Aproximemo-nos do conselheiro e beijemo-lhe a mão. Não somos só nós que o fazemos.

Quando à volta do Senado, ou do cinema, à esquina da Avenida Central que não era ainda a Avenida Rio Branco, com Ouvidor, descemos da sua vitória ou do seu *coupé*, tirado por uma luzidia parelha de mulas, guiadas pelas mãos cautelosas e firmes do Luciano, e tomamos a rua Sachet para ver as novidades e as encomendas que chegaram à Livraria Brigueit, todo mundo se lhe descobre à passagem, todos voltam-se para vê-lo caminhar de cabeça baixa e não são poucos os que, vencendo a timidez, dêle se aproximam para pedir-lhe a bênção. E êle sempre procura esquivar-se, tímido e carinhoso, mas debalde, a essas demonstrações de afeto e veneração.

— Bom dia, conselheiro. E êle levanta os olhos do livro — um grande volume com lombada de vitela amarela, com títulos sobresaindo a ouro num pequeno pedaço de couro encarnado, que é a sua encadernação favorita — e com a cortesia que lhe é habitual nos retribui a saudação. — Desculpe-se, conselheiro, vir perturbá-lo a

estas horas. E' um amigo de São Paulo, que quer conhecer a sua livraria. Está às voltas com o Direito Penal. E leva a sua importunação ao ponto de pedir para ver o Direito Criminal de Carrara. — “Pois não, responde Rui, com a mesma carinhosa simplicidade. Mas torne-o ao seu lugar. Está no gabinete gótico (onde Rui escreveu a Réplica), estante oposta às janelas, primeira ou segunda prateleira, a contar de cima, segundo ou terceiro corpo a contar da esquerda”. Lá fomos, lá estava o livro. Se houvéssemos pedido a obra de Hayes, *A political and Social History of Modern Europe*, teria respondido com a mesma infalível segurança : “Ali naquela estante giratória, à direita da porta que dá para o corredor, em uma das prateleiras de cima, a segunda ou terceira (de cima para baixo) lá está o segundo volume — se é o que lhe interessa — com a capa de percalina azul escuro”. O mesmo se daria com a *Medecine et médicins* de Littré : “Está aí na biblioteca, estante preta e estreita, que fica junto à porta da escada do segundo andar, parte envidraçada, primeira prateleira, contando de baixo. O volume acha-se deitado”. A catalogação da biblioteca de Rui, contando cêrca de 35 mil volumes, só foi feita depois de sua morte. Em vida seu fichário era a sua cabeça, aquela “portentosa memória”, a que se referia Afonso Celso, e que nunca falhava. — “Para que catálogo ?” interrogou uma vez. “Já necessitei acaso de algum livro que o não fôsse buscar no seu lugar ? Quando precisar de catálogo, não precisarei mais de livros”. Essa maravilhosa livraria, construída pacientemente em mais de 50 anos e que todos os ramos do conhecimento continha, no latim, que conhecia perfeitamente, em inglês, italiano e espanhol, que falava e escrevia com fluência, no alemão, que traduzia sem dicionários, essa mole imensa de obras raras e vulgares, edições preciosas e comuns, todos os dias era acrescida de novos exemplares. À tarde, ao regressar da rua, raro é o dia em que, tirando o chapéu, pois nunca entrou em casa de chapéu na cabeça, não venha sobraçando os volumes que comprara. No alto da escada D. Maria Augusta, com um sorriso afetuoso e compreensivo nos lábios está à sua espera. “Perdoa, minha filha. Já é uma verdadeira mania”. E ela, beijando-o com ternura : “Mas, Rui, não há de que perdoar. E' a tua ferramenta de trabalho”.

Via-os com os olhos de Renan, para quem os livros eram almas embalsamadas. Tratava-os com o maior cuidado. Dêles não se esquecia nem mesmo em meio às aflições do exílio. “O que eu desejaria saber particularmente”, escreve de Londres, em 94, ao primo Jacobina, que foi o anjo bom do expatriado, “é como se hou-

veram com os meus livros, e como atravessaram êles essa prova. São amigos fiéis, *avis rara*. Tenho por êles, pois, sempre o mesmo interesse, ainda, que já não sei que serviços hoje mais me possam prestar. Sua preservação me é cara. V. não se esqueça, portanto, de recomendar-me a quem de direito o tratamento constante pela naftalina, administrada em profusão”.

Nesta passagem pelo salão da biblioteca quanto não haveria a dizer. Vou dar-vos entretanto, um melhor “cicerone” que eu na pessoa de Homero Pires, que escreveu “Rui Barbosa e os livros”. Acompanhai-o na sua peregrinação através dessa monumental “cité des livres”, mas antes ouvi duas histórias contadas por êsse ilustre escritor baiano. Rui era extremamente ciumento dos seus livros. Não gostava de emprestá-los e ninguém lho pedia. De uma feita o deputado Leovigildo Filgueiras, a quem Rui muito prezava, mandou pedir-lhe emprestada a obra de Pomeroy — *An Introduction to the Constitutional Law of the United States*. Rui demorou a responder. Fê-lo, porém, enviando-lhe de presente o livro, que mandara buscar nos Estados Unidos : “Ao meu prezado amigo L. Filgueiras, Rio, 28 out. 1892. Rui Barbosa”. Filgueiras entendeu a dedicatória. Nunca mais pediu livros a Rui.

De outra feita, não pôde fugir ao pedido de conhecido advogado, que precisava do 6.º volume do *Cours de Droit Civil* de Aubry et Rau. Mas, mandou buscar outro no Brigueit para substituí-lo, dizendo ao Antônio : “Ponha-o no lugar que o outro não volta mais”. O milagre entretanto, aconteceu. O livro foi devolvido, encontrando-se na biblioteca de Rui o 6.º volume do tratado francês em duplicata. Batista Pereira também depõe : “Rui não gostava de emprestar livros. Castro Alves certa vez extraviou-lhe um volume das obras de Castilho Antônio. Rui nunca o pôde esquecer, não pelo livro, mas pelo princípio. Herdara do pai o ciúme dos bibliófilos. Rui, partindo da Bahia, trouxera de casa a obra clássica de Duvergier d’Hauranne sobre Parlamentarismo. Não supunha de certo que o pai, médico, a precisasse consultar. Êsse não relevou ao filho a falta, e escreveu-lhe para São Paulo, delicadamente descontente, mas descontente”.

Entremos, agora, rapidamente, nos quartos privativos de Rui, o de vestir e o anexo a êste, onde às vèzes, numa *chaise-longue*, repousava um pouco, antes do jantar. Livros, livros por tôda a parte. No guarda-roupa uma ordem impecável. Chapéus de feltro cinzento, ou de Chile, todos mandados confeccionar expressamente — tamanho 61 ou coisa que o valha. Roupas, quase tôdas fraque, tom

cinzento claro ou escuro, e de brim, que raras vêzes usava, friorento como era. Tenho lembrança de que o seu alfaiate era o Brandão. Meias só de algodão finíssimo, que o seu fornecedor lhe fazia vir expressamente da Europa. Camisas, roupa de baixo, lenços, da Tôrre Eiffel, tudo muito simples, mas da melhor qualidade. Calçados não me lembro que os usasse se não de elástico, comprados na Casa Bastos. Guarda-sol de cabo de junco, guarda-chuva de castão de ouro, raras vêzes usava bengala. Com o seu metro e 58 centímetros de altura, pesando uns 40 e poucos quilos, com uma circunferência torácica de 84 cms., com aquela enorme cabeça, com aquêles olhos de hipermétrope, com aquêle nariz aquilino, nunca os que conviveram com Rui o acharam feio, tal a irradiação da sua bondade, o magnetismo da sua pessoa, o prestígio da sua maravilhosa inteligência.

Voltemos novamente à biblioteca. No salão não há só livros. Há também alguns móveis de jacarandá antigo, e alguns objetos de arte. Aqui está uma estatueta alusiva ao seu papel em Haia, oferta dos brasileiros de Paris quando Rui regressava da Holanda. Enquanto aguardamos que D. Maria Augusta nos possa receber, vou contar-vos rapidamente êsse trecho da vida, em que Rui fêz o Brasil conhecido do universo. Quero dar-vos apenas uma idéia do que se passou. Rui chegou à capital da Holanda na véspera da inauguração da Conferência, a 15 de junho de 1907. Cheio de apreensões sobre o resultado da sua missão, pois não se iludia quanto ao propósito das grandes nações de que as pequenas se limitassem a lhes cancelar as decisões, encontrara em tôda a parte sinais da providência do nosso ministro, o barão do Rio Branco, que tudo dispusera para lhe facilitar a tarefa. Joaquim Nabuco, nobremente, pois seu nome também fôra lembrado para a chefia da Embaixada, não se limitara a lhe preparar o terreno: até pequenos retratos confidenciais lhe mandara, antecipando-lhe o conhecimento das figuras mais notáveis da Conferência, suas qualidades, deficiências e fraquezas. Mas a mentalidade geral era a de graduar as nações em fortes e fracas e de reputar impertinente a intervenção da América do Sul nos concílios da Europa.

“Como ouvir os Sul-Americanos em questões que só a nós interessam?” — pensavam os estadistas do Velho Mundo. Rui, porém, entendia que em questões de direito das gentes a razão e a justiça devem sempre prevalecer. E falava longa e sabiamente, ouvido sempre com desatenção e enfado, apesar de estar sempre com a melhor doutrina e se exprimir sempre num francês puríssimo. Quiseram vencê-lo pelo ridículo e alcunhá-lo de Dr. Verboza. Até que um dia, De Martens o delegado russo, que o ouvira de mau humor ler um trabalho sobre prêsas marítimas, entendeu de censurá-

lo : “O memorial do nobre embaixador do Brasil — fuzilou êle do alto da cadeira presidencial, constará dos processos verbais das nossas sessões. Devo, porém, observar-lhe que a política não é da alçada da Conferência”. Eis como Batista Pereira, testemunha presencial como Secretário da representação brasileira descreve a cena :

“Correu-me um frio na espinha. Era o tiro de misericórdia, era a liquidação sumária, a decapitação do Brasil em Haia ! Sem saber como, achei-me atrás da cadeira de Rui.

“Rui, sentado como um menino de colégio, não pestanejou. Uma onda de palidez mais profunda empalideceu-lhe ainda a palidez. Mas as narinas vibraram-lhe. Os vidros dos óculos lampejaram.

“Foi ainda numa voz sumida que pronunciou as palavras sacramentais :

“Je demande la parole”. A emoção fêz-lhe pronunciar *parole* e não *paróle*.

“Tendo-a levantou-se com um movimento como que mecânico. E começou, não como reza o seu livro de discursos publicado em Haia, mas com esta interrogação :

“Un mémoire ? Et pourquoi pas un discours ?”

“Ninguém esperava o relâmpago do revide. Ninguém o acreditava capaz de tomar o pião à unha. Ninguém esperava a instantaneidade da erupção.

“Era formidável a posição de De Martens na Conferência, cuja iniciativa real passava por ser sua e de mais ninguém. Ninguém representava com maior título o pensamento do incitador ostensivo do Grande Congresso, o Czar de tôdas as Rússias. Chocar-se com êle era uma audácia de David e nem todos os Davids têm pedras na funda.

“No grupo mais hostil a Rui Barbosa o contentamento irrompia sem dissimulações. Rui liquidava-se pelas próprias mãos, era o pensamento que se lhe lia nas fisionomias.

“Mas o orador começou. A voz insegura de princípio, firmou-se. E o fio maravilhoso dos raciocínios começou a envolver a assembléia na rêde da sua magia.

“Foi primeiro a recordação de que havia muito presidio o Senado dum país que tinha sessenta anos de tradições parlamentares e que seria incapaz de faltar ao regimento duma assembléia deliberante. Depois afrontou, arca a arca, peito a peito, o grande sofisma de De Martens : o de que a política estava banida da conferência”.



Sala Constituição — Vista do fundo



Sala Constituição — Salão principal da Biblioteca (Vista do corredor)

E mais adiante :

“A maravilhosa oração continuou na mesma altura de conceito, de conveniência, de polidez e de forma. O grupo hostil, desarmado, ouvia com tanta atenção como os *leaders* da Conferência. A palavra fizera um milagre. Sentia-se que do rochedo da hostilidade começara a emanar a linfa, quando não da simpatia, ao menos do respeito”.

Foi assim que Rui venceu. Até o próprio De Martens, depois de terminada a sessão na sala de chá veio dizer-lhe que as palavras às vêzes ultrapassam o pensamento e que não lhe guardasse rancor. Estava terminado o incidente. Rui tornara-se a primeira voz da conferência.

Rio Branco, em uma homenagem que, pelo êxito da Conferência, lhe prestaram os estudantes, podia proclamar : “Para semelhante Congresso, um advogado como êsse dos nossos direitos.; para tão grande advogado, um grande e memorável Congresso como êsse”.

O Brasil se tornara conhecido do Velho Mundo. “Se vós, senhor embaixador”, dizia o ministro norte-americano Hill, “sois a alma do Brasil, se as vossas idéias, tão claras, tão justas, tão nobres, tão modernas, predominam na vossa pátria, eu lhe predigo, no futuro, uma prosperidade sem limites, assim como o respeito do mundo inteiro às suas leis e instituições”.

Continuemos, porém, a nossa visita. D. Maria Augusta está à nossa espera no seu toucador.

“Rui só há um”, dizia D. Maria Augusta do marido. Êste poderia retribuir-lhe o carinho : “Maria Augusta só há uma”. E ambos tinham razão. Noivos em começos de 76. casados em 23 de novembro dêsse ano, os 47 que viveram juntos foram de permanente idílio. Poucas vêzes se separaram no decurso dêsse quase meio século e mais do que as expressões, ungidas da maior ternura, com que Rui, mais de uma vez, de público rendeu homenagem àquela que foi “a vida de sua vida, a alma de sua alma, a flor sempre viva da bondade no seu lar”, a “âncora do seu caráter e de seu coração”, é preciso percorrer-lhe as cartas íntimas, que escrevia da distância ou do exílio, para se aquilatar da grandeza do amor que até o último sôpro de vida dedicou à espôsa, “àquela fonte de energia interior e sossêgo doméstico, em que esteve sempre o segredo de sua valentia na luta”.

D. Maria Augusta foi em moça uma criatura linda. Alta, erecta, senhoril, os cabelos ondulados, o nariz perfeito, a bôca bem talhada, os dentes pequenos e alvos, vestindo com a mesma graça as cassas da pobreza ou as sedas da abastança, o tempo respeitou-a. Conheci-a

quase aos 50 anos e aos 92, com que faleceu, ainda conservava os traços do antigo primado, o mesmo porte, a mesma faceirice, a mesma curiosidade, o mesmo interêsse. Cercada pelo carinho dos seus, acompanhada até os últimos instantes pelo zelo infatigável da filha mais velha e da neta mais querida, rodeada de amigos, quem teve a ventura de lhe merecer a amizade pôde bem compreender a paixão que nunca esmoreceu, de Rui pela mulher. “Ciúmes, dizia êle que nunca os tivera. Zelqs, sim”. Ao que D. Maria Augusta respondia sempre com um sorriso e um beijo. Por ocasião do seu falecimento, José Eduardo Macedo Soares dedicou-lhe uma página imorredoura, de que me permito destacar estas linhas :

“Pode-se dizer que sem D. Maria Augusta, Rui não teria sido integralmente o que foi. Bastaria que outras preocupações lhe atravessassem o lar, para se ver que uma frincha se abriria na sua armadura guerreira. Mas D. Maria Augusta, não sòmente disfarçava as asperezas do caminho, como dava a Rui a ilusão de estranhas compensações, de recompensas gloriosas, de facilidades que, na verdade, eram feitas apenas de seus sacrifícios e restrições. Ao invés de pesar-lhe com suas queixas, dava-lhe a serenidade de um coração saciado.

“Aí está a chave de um dos maiores enigmas da vida de um homem dominado de espírito público. Nunca lhe faltou uma angra segura e tranqüila para repousar de travessias furiosas. Essa foi a incomparável ajuda que lhe deu a espôsa amantíssima, no decurso das lutas de sua existência.

“Este país tem, pois, uma grande dívida de gratidão para com essa espôsa e mãe, que acaba de findar seu trânsito terreno. Nem por se ter encerrado no lar sua missão humana, o Brasil lhe deve menos a preservação, o encorajamento e a fôrça de ânimo do seu maior filho, que foi a maior expressão do gênio latino do Novo Mundo”.

Deixemos D. Maria Augusta, perfeita dona de casa, dar suas instruções a Emília de Jesus, a velha governante portuguesa, resmungenta e birrona, coração de ouro que é uma flor de cacto no meio de acúleos agressivos. Vamos subir um instante ao apartamento de Batista e Dedele, por esta escada que sai quase junto da biblioteca e em cujo desvão está o telefone Sul 551. Vamos dar-lhes um bom dia de passagem. Lá estão os dois, êle o falso boêmio, capaz dos maiores esforços intellectuais, talentoso e erudito, ela a quem o pai, em 95, em carta ao fiel Jacobina vaticinava o que foi a vida inteira :

“Esta minha filhinha cada vez nos dá mais provas de uma bondade extraordinária, que me faz ao mesmo tempo muito feliz e

muito triste. Será bom ser bom neste mundo? Releva-me a blasfêmia. E' um pensamento mau que passou".

Desçamos agora, atravessemos o corredor. Este é o quarto de Baby, vinda à luz em Londres, no exílio, em 12 de novembro de 94. E' assim que Rui participa a Domingos Lacombe o nascimento da menina :

"Ao mesmo tempo, nos juntamos eu e Maria Augusta, para lhes apresentar, fresquinha entre os agasalhos de inverno, a Baby do dia 12, que se atavia — pobresita — entre os seus sobrenomes, com o nome de uma rainha. Maria Luisa Vitória vem tarde, mas vem. E como "os últimos serão os primeiros", valha-nos isso, para não nos inquietarmos com o futuro dessa visita inesperada. Nasceu às 5,20 da tarde. No Brasil seria dia. Aqui era noite cerrada. A essa hora devia nascer quem nascia entre tantos dissabores. Assim, permita Deus que a estrelinha inocente alumie a manhã tão esperada pelos aflitos".

Quisera a êsse propósito contar-vos o que foi o exílio de Rui, exílio que começou a 28 de setembro de 1893 e terminou em julho de 95. Quisera mostrar-vos que Rui, adversário de Floriano, fôra surpreendido com a revolta da Armada, narrar-vos as peripécias da sua fuga para Buenos Aires a bordo do *Madalena*, a sua ida para a Europa a bordo do *Ligúria*, seus dois meses de Lisboa, a sua permanência em Londres, que tão fundos traços lhe deixou no espírito e no coração. Mas o tempo urge.

Esta é a sala de conversa, onde à noite se reúnem depois do jantar a família e os amigos. Rui reclinado ao sofá do canto parece mergulhado nas suas meditações. Puro engano! Pronunciei errado subrogação em lugar de sub-rogação. Rui logo corrigiu: Vá à biblioteca, na estante giratória à entrada, à esquerda, na última prateleira e traga o dicionário prosódico de João de Deus. Dispensome de atender-lhe à ordem. Para que, se o conselheiro tem todos os dicionários na cabeça?

Nessas reuniões íntimas de tudo se fala, menos de política, que o lugar desta é no salão da biblioteca. Rui apreciava o cinema. "O cinema é o teatro condensado e rápido. E' o drama ou a comédia tendo por fundo a realidade, a natureza e o universo, na variedade infinita de tôdas as suas cenas". Preferia as fitas naturais: "... No cinema viajo longes terras; vejo mundos por onde nunca me seria dado transitar; vou aos desertos da África, aos gelos polares, aos penetrais mais ínvios das nossas florestas, estou com os homens de tôdas as nacionalidades, de tôdas as raças; contemplo a

atitude, a ação de todos os costumes e assisto a cenas cuja grandeza me enche a alma de impressão consoladora. No cinema vejo, aprendo, adquiro em instantes uma experiência que em anos não poderia adquirir”.

Rui acompanhava com enorme interesse a projeção e muitas vezes à noite comentava o que vira no Ideal, ou no Parisiense. Mais de uma vez ouvimo-lo referir-se a uma fita “Chispa de Fôgo” de que eram intérpretes principais Dorothy Dalton e, se não me engano, Kenneth Harlan, uma de cujas cenas, a luta, na lama, à porta de um “saloon” do Far-West, entre o herói e o vilão, o impressionara vivamente, pela brutalidade e realismo.

Mas, quem mais está na sala de conversa? Lá estão ao redor de Rui homens eminentes, lembro-me que, de uma feita, juntos, Júlio de Mesquita e Cincinato Braga que foram baluartes do Civilismo em São Paulo, Carvalho de Brito, em Minas. Quereis que vos fale desse maravilhoso movimento, muitos de cujos quadros as minhas pupilas de dez anos guardam até hoje? Contarei, mas doutra feita. Por agora, quero apenas apresentar-vos os íntimos da casa, o “seu” Rubem Tavares, o Sr. Artur Imbassaí, crítico de arte do *Jornal do Brasil*, o major Carlos Nunes de Aguiar.

Este mereceria um capítulo extenso, se pudessemos discretar mais longamente. Foi um dos homens mais elegantes do seu tempo. Morava também em São Clemente, numa casa senhorial, hoje desaparecida, fronteira à rua Bambina, ao lado da residência do deputado baiano José Augusto de Freitas, onde está atualmente o Colégio Jacobina. Amigo íntimo do conselheiro há muitos anos. Estava ao lado de Rui quando este, de binóculo em punho, da praia do Flamengo n.º 14 acompanhava o *Alagoas*, a cujo bordo se encontrava Pedro II, rumo ao exílio. Rui ao baixar os olhos tinha-os rasos d’água. “Que é isso, seu Rui? Não foi você que mandou o homem embora?” Anos depois, costumava o major repetir ao conselheiro, quando o via sofrer, incompreendido, ou negado: “Você teve razão de chorar quando o imperador partiu”.

Da antiga opulência conservou Aguiar os modos aristocráticos e um chapéu *melor*, chapéu de côco, cinzento claro. *Dernier-cri* de Longchamps e Auteuil nos fins do século passado. O major trata Rui por tu. Quando lhe cortam que Rui cobrou tuta-e-meia por um parecer, que lhe custou dias de trabalho, o major o repreende: “Dizem que tens talento, que és um gênio. Rui, tu o que não passas é de um asno chapado”. E a gravidade habitual do conselheiro se entreabre num sorriso carinhoso.

“Então, Aguiar, como vão os seus achaques ? — Vão passando melhor, seu Rui. Nicota (Nicota é a esposa que faleceu) deixou uns frascos de remédio que me têm feito um bem enorme. — Mas, que remédio milagroso é êsse, Aguiar ? — Rui, não lhe aconselho que o tome. E’ a Saúde da Mulher”.

Deixemos o major Aguiar e passemos à sala do almoço. O salão de jantar só se abre em dias de festa. Ao almoço, já os amigos são outros. D. Maria Augusta senta-se à cabeceira da mesa e Rui à sua direita, tendo ao alcance da mão o Fosfato Ácido de Horsford e a Kola Stearns. Ao lado do conselheiro, Artur Imbassaí, seu velho amigo da Bahia, em cujos bolsos — são sempre com êle as brincadeiras — Rui enfia discretamente um garfo, uma colher, uma argola de guarda-napo, para depois chamá-lo à ordem : “Então, seu Imbassaí, que é isso ? Levando os talheres de minha casa ?

Lá vi por vêzes almoçando ou chegando à hora do café os dois Mangabeiras, João e Otávio, já das maiores figuras da Câmara, Simões Filho, Pedro Lago e Fiel Fontes. O desembargador Palma jantava todos os domingos e datas de família e almoçava duas ou três vêzes por semana.

A êste, que conhecera Cota (apelido de D. Maria Augusta) em menina, de cabelo solto, não pôde Rui conseguir que fôsse para o Supremo Tribunal Federal. A entrada de Palma — escreve à filha Dedélia, em 6 de outubro de 1903 — “para aquêlê tribunal de justiça constitui para mim uma antiga aspiração, não porque êsse magistrado tenha comigo as relações, que tem, mas porque, pela sua integridade e pelo seu senso juridico o maior que eu conheço, seria, entendendo eu, um elemento de primeira ordem para aquêla magistratura”.

Quantas lembranças essa pléiade brilhante não me trás à memória : o civilismo, a luta presidencial de 19, em competição, com Epitácio Pessoa, a campanha, ainda em 19, em que Rui, a favor da candidatura Paulo Fontes, percorreu o sertão baiano num esforço físico e mental capaz de esgotar qualquer homem excepcionalmente robusto. Viajando a cavalo, de barca e de estradinha de ferro, aos 71 anos cumpria um programa extenuante de que a sua passagem por Bonfim dá mostra : Das 9 à meia noite fizera uma conferência na Câmara Municipal. Às 5 horas da manhã, “ao som da música da alvorada nos coretos à frente da casa”, já estava redigindo um telegrama a D. Maria Augusta, que ficara na capital baiana. Consagraria o dia a manifestações e festas. A instância das senhoras assistiria a um baile e à noite embarcaria para estar em Salvador no dia seguinte às 5 horas da tarde — 17 e meia horas de viagem se o trem não chegasse atrasado. Conhecia bem o seu organismo : “débil

como pareço, tenho aguentado e vencido trabalhos, morais e materiais, que organizações robustíssimas nunca experimentaram, nem seriam capazes de vencer”.

No meio dos baianos, crepitando num entusiasmo que hoje ainda é o mesmo, um moço que deixara há alguns anos a Marinha e viria a ser, no juízo autorizado de João Mangabeira, o príncipe dos jornalistas brasileiros : José Eduardo de Macedo Soares, a quem Rui dizia querer quase tanto quanto aos filhos, campeão de fugas espetaculares, tornando vazio de sentido o estado de sítio que Rui arrasara nos seus *habeas-corpus* imortais.

Aparecem agora Carlos Viana Bandeira e sua mulher, Iaiá, cunhados a quem Rui muito quer. “O Carlito cresceu e formou-se em nossa casa como filho meu. Conheço-o, portanto, e posso aboná-lo : porque êle o merece”, dizia Rui em carta a um parente, datada em 18 de julho de 1891. Foi quem “inventou” e “fundou” a Imprensa, onde Rui ocupava o lugar de “redator em chefe” (outubro de 1898).

Ainda há Ruizinho, apelido do filho mais velho, casado com Marina Braga, Joãozinho, o do filho mais moço, casado com Helena Valentim, Chiquita, o da segunda filha, casada com Raul Airoso, os netos e sobrinhos, os parentes e serviços e tanta gente de que não falei ainda. Ficarão para outra ocasião, se Deus permitir.

Por hoje, fôrça é concluir. A obra de Rui, contemporânea do presente e do futuro, é um manancial inesgotável, em que as gerações que se sucedem podem desalterar a sua sede de saber. Sua vida pública é uma lição permanente de intransigência com o erro, de horror à injustiça, de firmeza nas convicções, de indiferença aos interesses pessoais, de repulsa aos maus e de confiança nos bons.

Nunca distinguia entre pobres e ricos, gente humilde e de pro, quando se tratou de lhes vindicar os direitos. Advogado, pôde dizer que honrou a sua profissão “como um órgão subsidiário da justiça, como um instrumento espontâneo das grandes reivindicações do direito, quando os atentados contra êle feriram diretamente, através do indivíduo, os interesses gerais da coletividade”.

Muitas vêzes lhe ouvimos a voz bramir, referver, zurzir, tempestuar. Qualquer injustiça afirmava, “por ínfima que seja a criatura vitimada, revolta-me, transmuda-me, incendeia-me, roubando-me a tranqüilidade do coração e a estima pela vida”.

Nos últimos quinze anos de seu trânsito luminoso, entra Rui na grande zona fulgurante. E’ o período da sublimação cívica, quando repele definitivamente as oligarquias e só quer contacto com a

Nação. Sempre teve horror aos corrilhos, ódio aos conciliábulos, repulsa aos intrigantes, que regulavam suas atitudes pelas suas conveniências. Detestava manobras. Não quis mais compromissos senão com o País, com a Opinião, com o Povo. Êste não lhe respondeu porque não tinha voz. O seu apostolado foi improfícuo quanto aos resultados imediatos, mas germinará no carvalho a cuja sombra, mais felizes do que nós, irão repousar os nossos descendentes.

Sua trajetória descreveu uma parábola, cujos pontos distam igualmente de um foco, que é o direito, e de uma reta, que é a liberdade.

Renan disse um dia que só se deveria falar do que se amasse. Escutei o seu conselho. Falei de uma das criaturas a quem mais amei na vida, de um grande homem bom que sempre me quiz e agasalhou como um pai. Só me referi à sua cultura, ao seu gênio, à sua glória, porque seria impossível deixar de fazê-lo. Procurei pintar-lhe a simplicidade, a llaneza, os primores do coração. Quíz mostrá-lo como o viram meus olhos de adolescente e de moço, no recesso do lar, para chegar a esta conclusão: Rui foi tão bom quanto grande.

RUI PARLAMENTAR

ALOYSIO DE CARVALHO FILHO

De quantas tribunas de opinião Rui Barbosa freqüentou, em meio século de atividade pública, foi a tribuna parlamentar a da sua presença mais longa e mais assídua, e, em parte por isso, a dos seus grandes instantes cívicos.

Não se dirá que tenha sido a da sua vocação, tão manifesta, em todos os domínios da eloquência, a força imanente da sua palavra. Nem seria, porventura, a tribuna das suas preferências íntimas, certo, como disse, que duas profissões amava sôbre tôdas, a imprensa e a advocacia.

Admitido que em tal referência ficava excetuado, por definição mesma, o mandato eletivo, restariam, contudo, numerosos pronunciamentos de predileção ostensiva pelo jornalismo, como se lhe parecesse, esta, a tribuna livre, por excelência, liberta, mesmo do medíocre embaraço das normas regimentais, contra que, no parlamento ou no pretório, a sua voz houve, algumas vezes, de lutar, e de ceder, mal grado seu.

Por outro lado, os pendores dialéticos do espírito fariam da oratória forense a expressão suprema do seu poder verbal, não o afastasse das tarefas diurnas de postulante em juízo a paixão das causas impessoais, que era, nele, bem maior do que as solicitações do interesse privado, vencedora de quaisquer argumentos de momentânea conveniência.

O árduo ministério a que se devotara, de defensor, — indômito, indefesso, insubstituído — da verdade democrática, encontraria no parlamento a arena natural. Aí, com efeito, elaborando leis, modificando sistemas, interpretando textos, em suma, criando, renovando, consolidando, ora intruindo, com a doutrina, ora convencendo, com o exemplo o seu papel, tão relevante, seria inigualado, no curso dos dois regimes.

Não fôsse a sua eloquência, — afirmou Fernando de Azevedo — “e o parlamento na República teria decaído mais rapidamente das eminências a que o haviam erguido as grandes figuras do Império”.

Na galeria dessas figuras, dentre as centenas de oradores parlamentares que ouvira falar, coloca-o Afonso Celso na fileira dos “cinco realmente extraordinários, que impressionariam o mais exigente e esclarecido congresso do mundo”.

Eram êles, na ordem em que os apresentou o cintilante cronista de “Oito anos de parlamento”, Gomes de Castro, Ferreira Viana, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Andrade Figueira.

Que pensaria Rui, dos companheiros de láurca oratória? Indicando-os, àquele mesmo tempo, com exclusão de Nabuco, na bancada que, reunindo conservadores e liberais, emirentava, corajosamente, a marcha abolicionista, diria da eloquência de Ferreira Viana que era “imbricada, florida e melodiosa, formosa e risonha paisagem, onde o espírito cintila, onde o talento cambia em miragens infinitas, onde a imaginação travessêa em caprichos de borboleta, onde o orador se perde horas e horas após a sua fantasia, e o auditório, enamorado o segue, esquecido do tempo”. Em Andrade Figueira, realçaria “a palavra austera e áspera, penhascal de fragas alpestres, angulado de arestas, apontado de espigões, semeado de cardos, de onde desce contínuo o sopro de uma crítica implacável, fria como gume do aço, ou o corte do vento de inverno”. Acentuaria, em Gomes de Castro, “as verrinas brilhantes, onde a invectiva repuxa como o jacto dos geysers, e a cólera rouqueja como o solo nas sulfataras”.

E, finalmente, de Nabuco, numa hora fugaz de divergência com a posição por aquêle assumida em defesa do governo João Alfredo ressaltaria a eloquência, capaz, ao seu ver, de “embalsamar em fragrâncias as paragens mais impuras e arrancar aplausos de embriaguez ao auditório, patrocinando as clientelas menos dignas de simpatia”.

Digam os a quem a eloquência de Rui Barbosa feriu — govêrnos ou indivíduos — se da tribuna parlamentar brasileira soprou, algum dia, vento de inverno que cortasse tanto! E aquêles a quem essa eloquência fulminou, como o chão estremecia, às convulsões da sua cólera! Mas digam, também, da sua palavra lonça, aquêles a quem o generoso louvor distinguia a aureolava, e os muitos que, esquecidos do tempo, compunham o auditório enamorado, a lha acompanhar a imaginação, travesseando em caprichos de borboleta.

Assim, o orador parlamentar completo que o Império conhecera, e, aos trinta anos, hombreaava com os primazes, é o mesmo, sem igual, que a República contou, a seu desenganado serviço.

Apenas na República, o sistema presidencial roubou à tribuna do parlamento a beleza maior, que é a cena das apresentações e das interpelações ministeriais, decisiva emergência política, em que os mais experimentados, não raro, hesitam, enquanto os novos conquistam os primeiros títulos, tornados, quase sempre, definitivos, como a Rui

Barbosa succedeu, sustentando o gabinete Sinimbú, contra a severa investida de Silveira Martins.

A veemência e a precisão da réplica, sem reservas, nem cautelas, diante de adversário temível, reduzido, todavia, a silêncio, assinalavam, auspiciosamente, o contêco de uma carreira parlamentar que é, sem clúvida, a mais ilustre e a mais intrépida que os nossos fastos registam, e, pois, sem exagêro, a maior.

Três circunstâncias, seguramente, concorriam para isso: a continuidade do mandato, a constância no trabalho, a firmeza no ideal político.

Desde 1878, deputado provincial em sua terra, e 1879, já deputado geral, até 1923, quando da sua morte, não houve, em tão larga trajetória, senão um hiato, o dos últimos quatro anos da monarquia, determinado, na mor parte, pela conspiração do clericalismo e do escravagismo, que dessarte castigavam, no candidato à reeleição, o intemerato apologista da liberdade religiosa e da liberdade do trabalho.

Sacrificava-se êle, no revés das urnas, com a consciência, porém, da fidelidade à idéia abolicionista, reafirmada, confirmada, previamente, ao acôrdo de votantes, em têrmos inequívocos, que devemos repetir para os nossos dias, como um exemplo e uma advertência, de que tanto necessitamos: “Formular um programa seria fácil, mas escusada solenidade. O meu está na minha linguagem e atitude parlamentar durante as duas últimas câmaras, de 1878 a 1884, no meu parecer acêrca do projeto de 15 de julho, concernente ao problema supremo da transformação do trabalho, na minha adesão profunda ao gabinete de 6 de junho, cuja política emancipadora magnífica o nosso partido aos olhos do país e nossa pátria aos do mundo”.

Senador pela Bahia, na immediata constituinte republicana, jamais os conterrâneos deixariam, então, de lhe renovar as investiduras, quer ao têrmo normal dos períodos, quer ao ensêjo imprevisto de duas renúncias, uma, em 1892, depois de concluída a série de discursos justificativos da sua gestão no Ministério da Fazenda, e a outra em 1921, quando, pressentindo o fim, esgotadas as energias físicas, vacilante a crença na eficácia de qualquer esforço, acusava-se, a si mesmo, melancolicamente, de corpo estranho na política brasileira.

De ambas as vêzes a Bahia, — inclusive, da segunda, os que, no govêrno do Estado, lhe eram francamente adversos, — correspondeu à expectativa do País, desejoso, por demonstrações plenamente nacionais, de que não se consumasse a ausência.

O antigo predicador da democratização do Senado do Império, obtinha no Senado da República uma singular vitaliciedade, conferida solenemente, pelo processo aos seus olhos mais legítimo, o da escôlha popular.

Visto que, no seu caso, o pôsto senatorial teve, assim, por medida, a duração da própria vida, difficilmente conseguiríamos agora inventariar, nesta breve oportunidade, todos os serviços do mandatário insigne. Os comumente citados são os que, em geral, repercutem no plenário, e daí, palpitante de interesse e de actualidade, passam à publicidade ampla. Os demais, represados no âmbito das comissões técnicas, e destituídos de maior interesse, sem embargo de actuais, constituem o outro lado da actividade parlamentar, isto é, da actividade quase clandestina, pelo menos deslembrada, nos seus efeitos, desprezada, nas suas intenções, e, não obstante, essencial, entre os deveres fundamentais do mandato.

A esse aspecto das funções legislativas, tão semelhante, por sinal, à contingência heróica dos que, na profissão da imprensa, fazem a cozinha do jornal, não escapa o parlamento, mesmo nos países de melhor cultura política e de opinião pública mais esclarecida.

Expondo a importância das attribuições reconhecidas, na Grã-Bretanha, ao *secretário parlamentar* dos ministros, vindo, como estes, de dentro da Câmara, o professor Ivor Jennings observa, no ensaio o regime constitucional inglês, que não deve o leitor ocasional de jornais surpreender-se de saber o nome de alguns deputados, nunca tendo ouvido falar, sequer, no nome da metade dos secretários parlamentares. E explica que o parlamentar amigo da publicidade tem, provadamente, fora do parlamento, uma reputação tanto maior, quanto menor no seio da sua câmara.

O facto denuncia, até na Inglaterra, um aspecto das vicissitudes a que continua sujeito o sistema representativo, num mundo em que tudo, — idéias, conceitos, padrões, instituições, — sem embargo da sua ancianidade ou das suas raízes, — é levado ao crivo de uma revisão impiedosa, que nem aos valores morais quer poupar.

Dentro da lei inelutável da convivência, congregam-se, mais do que nunca, os homens, para finalidades de altruismo, de mutualismo, de espiritalismo, agrupam-se, hodiernamente, as profissões, em entidades para resguardo de interesses restritos, ou em assembléias de perfeita forma congressual, a que nem faltam, para realce das suas características parlamentares, a vivacidade dos debates e o predomínio da maioria, nas conclusões. Num mundo dividido em hostilidades e emulações, que do plano internacional descem até aos planos mais regionais, é, paradoxalmente, o facto da agremiação o facto capital, impondo ao direito a contingência de preceitos normativos, que se incorporam ao património da humanidade, enriquecendo-o.

Por que somente à Nação não é dado congregar-se, pela representação do seu todo, para promover o bem estar geral, não o de uma classe ou o de uma facção? E como é lícito à nação congregar-se,

para esse fim, senão fora, acima simultaneamente, de facções, de classes, de grupos, ou melhor dito, representando-se, politicamente ?

Ninguém entre nós, melhor o compreendeu, e praticou, do que Rui, cumprindo, sinceramente, com os deveres do parlamento, e defendendo a autonomia dêsse, em face dos outros poderes, em face da absorção do Executivo, em face das omissões criminosas do Judiciário.

Dêle disseram, durante mais de cinqüenta anos, os jornais, ocuparam-se, fartamente, as caricaturas, valeu-se, até, a canção popular. Era uma publicidade bem diversa, porém, da propaganda dirigida, ou provocada, ainda que em parte tendenciosa, pelo apontá-lo às gentes ditas práticas, como um palrador incorrigível e inesgotável. “Papagaio louro, do bico dourado”, quem sabe se não era êle o da letra de um tango, num dos carnavais do seu tempo ?

No seu currículo parlamentar inscrevem-se, contudo, tôdas as formas lícitas de atuação, não somente o discurso mas a iniciativa do projeto de lei, o parecer, o requerimento de informações, a declaração de voto, o necrológio, a questão de ordem, e o mais a respigar, no vasto repositório dos debates.

Dois necrológios, entre vários, revelam, sobretudo confrontados, o exato sentido que imprimia, habitualmente, às palavras, nas expansões de caráter pessoal.

Fácil lhe seria, por certo, ao coração coligir os conceitos para o elogio fúnebre de Afonso Pena, seu amigo, desde os estudos acadêmicos em São Paulo, Rui era o vice-presidente do Senado, ao tempo dessa morte. Cabia-lhe, por conseguinte, trazer aos seus pares a triste notícia, porque, vaga a Presidência da República, já o vice-presidente fôra empossado no supremo cargo, e deixava de dirigir a sessão, naquele dia.

“Os nossos trabalhos se abrem hoje no luto que sobre o país pesa cruelmente” — começa, para logo acrescentar : “Todos os deveres desta cadeira, agora, cedem ao de comemorar e lamentar o infausto sucesso, que ontem nos feriu com a instantaneidade sinistra do raio: o passamento do venerando cidadão, que, com tanta dignidade e tantas virtudes nos presidia à República — o Dr. Afonso Pena”.

Mas a nota política não tarda, vivíssima no trecho a seguir : “Se o serviço público tem os seus mártires, much dessa experiência assistimos a mais singular exemplo. Coração poderoso até o derradeiro alento, foram os seus facultativos que mo atestaram, órgãos todos êles ilesos, constituição destinada, ainda, pela sua integridade e robustez, à fruição de longos dias, expirou sem agonia, crêm os profissionais que pela sideração de um choque moral, murmurando

um apêlo a Deus, à Pátria, à Liberdade e à Família, quádrupla síntese de sua vida austera e pura”.

Sem a dramaticidade de Barbosa Lima, exclamando, na Câmara dos Deputados, que o presidente, “enleado na insidiosa teia de infanda politicagem”, sucumbira “aos golpes traiçoeiros da perfidia partidária”, Rui Barbosa, da mais alta tribuna do País, corroborava, afinal, a mesma impressão. Para que não o incriminassem, todavia, de leviano, solicitava, três dias depois, a Miguel Calmon e a David Campista, como recorda biógrafo, a confirmação do episódio, que pelos mesmos ministros de Afonso Pena II: é dada. Estava, pois, irrepreensível, em tôdas as linhas, e, especialmente, na sua passagem vulnerável, o necrológio no Senado.

Entre 1909, quando morre Afonso Pena, e 1915, ao desaparecer Pinheiro Machado, situam-se, justamente, a campanha civilista, e, em complemento, a implacável oposição parlamentar de Rui ao governo do marechal Hermes. A profunda alteração que, com isso, sofreram os quadros e costumes políticos, comprometeu, de modo irreparável, as antigas relações amistosas entre o chefe do “ruismo” e o chefe, agora baqueado, do “hermismo”. Compreende-se, assim, em Rui, a propositada omissão de panegírico nas palavras escritas em que, condenando, positivamente, o assassinio de Pinheiro, associava-se ao luto do Senado.

A sessão fôra iniciada, naquele 9 de setembro, em atmosfera de sentimento, revolta, e, ao mesmo tempo, apreensão e suspeita. Os oradores adotaram a suspeita, até que Alfredo Ellis, contrariando uma insinuação menos velada de João Luís Alves, repeliu, veementemente, a idéia do concerto político. Os que, depois dêle, utilizam a tribuna, já, então, não conjecturavam, como os outros.

O ofício de Rui, na ocasião licenciado do Senado, foi lido à hora do expediente, logo após a comunicação verbal do fato, pela presidência da Casa, e antes, portanto, dos oradores.

Não lhe poderíamos aquilatar a impressionante sobriedade de encômios, sem lhe conhecermos a íntegra, a saber :

“Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1915 — Exm.º Sr. 1.º Secretário do Senado :

Entre as demonstrações de solene pesar, com que o Senado brasileiro, de luto, vai celebrar hoje a memória do seu ilustre vice-presidente, vitimado ontem pelo ferro homicida, não se poderiam calar ou retrair as do adversário leal, que não o combateu jamais senão no terreno incruento e legítimo da lei, da palavra, das idéias, e, embora dêle, há muito, inteiramente separado, nunca se esqueceu das relações de afeição, que outrora a êle o ligaram, nem quebrou os deveres de respeito à extinta amizade.

Convicto de que o homem não pode cortar o fio da vida ao seu semelhante, sem usurpar a jurisdição divina, tendo empregado o melhor da minha carreira pública em apostolar a aversão à violência debaixo de tôdas as suas formas, sobretudo as da vingança, as do terror, as da efusão de sangue humano; batendo-me, sempre, com intransigência, contra elas, em defesa, indistintamente, de amigos e inimigos, sinto-me seguro na autoridade constante da minha consciência e da minha coerência, para deplorar e reprovar, com todo o vigor dos meus sentimentos cristãos, muito conhecidos e nunca desmentidos, em nome de Deus e dos homens, esta eliminação criminosa de uma existência, que a sua consagração ao serviço do Estado num dos cargos mais altos do regime tornava dobradamente respeitável.

Por isso, conquanto licenciado, venho cumprir os deveres da minha fé, da minha vocação moral e do meu mandato político, trazendo a esta augusta assembléia, hoje órfã do seu chefe eletivo, com as expressões da minha sentida máguia, as da minha condenação absoluta do lamentável atentado”.

A comparação dos dois depoimentos de pesar, pela franqueza, num, discreção, noutro, dos sentimentos afetivos, é, como se vê, precioso elemento para julgarmos do homem increpado de retórico e de inconsequente.

Ainda assim, o elogio a Afonso Pena, feito de coração, incorpora-se aos de severo molde parlamentar, o da condolência sem a festa das palavras, ou sem aquella torrente de lágrimas de que nos fala Louis Bertrand, ao apreciar a oratória de determinado confrade da Academia Francesa, que, tendo comparecido, durante meio século, a todos os enterramentos importantes, acabara adquirindo o tom e o estilo das pompas funéreas.

A RESPOSTA A CESAR ZAMA

Prova, também, e edificante, de que, ainda nas refregas mais duras, buscava, sempre, ajustar-se às normas do decôro parlamentar, é a resposta serena, conquanto veemente, à acusação apaixonada que lhe fez, em discurso na Câmara, o seu contrerrâneo e rival nos rasgos tribunícios, Cesar Zama.

Como sabeis, uma simples circunstância tornou particularmente famosa essa oração parlamentar. É que a ela pertenceram o “credo político” e a condenação do vício do jôgo, duas páginas transferidas, sem demora, à categoria de antológicas.

Amaldiçoando os freqüentadores da mesa verde, mostrava-se Rui impiedoso na alusão ao antagonista. Mas a compostura pessoal, não a perdeu, nem quando redigiu, na sua letra, para publicação sob

responsabilidade alheia, a súmula, em estilo de telegrama, do memorável discurso.

Aqui tendes, na íntegra, o singular manuscrito, tomado ao arquivo de meu pai, àquella época director-proprietário do *Jornal de Notícias*, da Bahia.

Indicando, na primeira fôlha do original, que a matéria resumida vinha “em seguida ao exórdio”, confirmava Rui, implicitamente, a omissão, — para efeito, ao menos, daquela publicidade immediata, — do longo trecho introdutório do discurso — exactamente o em que apreciações de ordem geral sobre a espécie de políticos brasileiros transformados em profissionais do ultraje eram illustradas com as mais directas e mais causticantes referências ao injuriador em causa.

O admirável, em tudo, é que nesse documento, susceptível, por sua natureza, da influência de sentimentos íntimos; composto fora da presença incômoda do regimento, e para uso de terceiros, que lhe assumiriam, de certo, o risco, bastando lhe occultassem a origem; não extravasa contumélías a linguagem, nem o autor deriva para o elogio próprio, pois que não será louvar-se inconvenientemente dizer, como diz, — na única vez em que utiliza consigo um qualificativo, — que “em longa peroração traça com vivas côres quadro dêste vício”, o jôgo.

Vêde melhor a verdade, com a leitura, uma a uma das palavras :

Zama diz Rui eleito sempre elemento official. Rui lê carta Zama dizendo se Rui não teve sempre consagração urnas baianas foi somente por causa altos protectores que o faziam passar como criatura sua. Historia suas eleições no império. Nunca solicitou candidatura. Primeira vez adotado espontaneamente partido liberal após oito annos serviços gratuitos Diário Bahia. Segunda eleito libérrima eleição Saraiva, de cuja lei o projeto foi obra do orador. Membro governo provisório não interveio 1890 escolha candidatos nem eleição sua. Renunciou mandato estando opposição Floriano, por causa deposições e estado sitio 10 abril. Não se apresentou candidato reeleição: foi apresentado partido federalista, tendo publicado manifesto nação, historia seu procedimento desde começo república, sobre o qual se pronunciou eleitorado, nomeando-o triplo votos Zama, que não ousou contestar eleição. Lembra manifestação Bahia em 1893 sua visita terra natal. Não promoveu directa ou indirectamente perante governador Bahia sua eleição. Obsequiado por elle altas expressões estima, accusa-se falta cometida não lhe respondendo carta com que na volta Desterro elle o cumprimentou. Admira de Vianna tèmpera, inflexibilidade, altivez, independência. São qualidades preciosas nestes tempos de subalternidade. Elas collocam Bahia na condição, que lhe toca, de ser autônoma, não obedecendo imposições humilhantes. Por isso não se arrepende telegrama dirigiu-lhe felicitando-o posse. Mas tanto crador como governador estão acima suspeita conchavo para impôr

candidatura malvista Bahia, cujas simpatias não devem sofrer constrangimento.

Rui tem seu programa no seu passado. Em matéria administrativa poderá variar conforme circunstâncias. Em política antigas idéias lhe traçam linha invariável. Colaborou república acreditando trouxesse expansão instituições livres, e sua tenacidade lutando por elas contra ditaduras republicanas mostra sua sinceridade. Nunca idolatrou formas govêrno. Acima delas está felicidade. Acima pátria está liberdade. Orador formula seu credo. Crê liberdade, criadora nações robustas; crê lei primeira condição dela; crê neste regime só soberano o direito, interpretado tribunais; crê soberania popular tem seu limite nas constituições por ela estabelecidas contra excessos populares; crê república decai, por se ter entregado regime arbitrio; crê federação perecerá, se não elevar acima de tudo a justiça; crê govêrno povo pelo povo tem base na cultura inteligência popular pelo desenvolvimento ensino nacional. Abomina doutrinas de arbitrio, ditaduras de todo gênero, estados sítio, medidas de exceção. Combate governos de seita, facção, ignorância; e quando esta abre guerra inteligência nacional, pretendendo abolir grandes instituições ensino considera-a ameaça invasão país oceano barbaria. O país conhece-lhe estas crenças, pelas quais seu futuro está prêso a seu passado. Perguntam-lhe se adere partido republicano federal.

Tôda gente sabe orador nunca se alistou nesse partido, com quem são conhecidas suas divergências. Ninguém o suporá capaz comprar reeleição à custa conversão *ad hoc*. A Bahia não lhe pedia programas em 1890, 1892, 1893. Não disputa lugar a nenhum conterrâneo seu, muitos dos quais membros deputação baiana são mais moços, mais válidos, mais prestadios que êle. Muito se honrará de concorrer para eleição qualquer dêles, não sendo jamais embaraço a nenhum. Honra reeleição superior seu mérito. Por isso não ousará disputá-la. Aceitará por dever gratidão patriotismo, mas sem quebra unidade da sua vida, único título pelo qual poderá valer para sua terra. Passa responder acusação Zama contra sua honra. Responde acusação de advogar causa 30 mil contos contra fazenda. Demonstra futilidade da censura. Está no seu direito defendendo nos tribunais contra a fazenda, parte no pleito, uma questão de mero direito civil.

Faz a história da invenção da sua opulência. Relata tôda sua vida desde morte seu pai, natando-se no trabalho pela honra do seu nome immaculado. Acompanha uma a uma a sucessão das calúnias. Lê carta de um jornalista moribundo pedindo-lhe perdão infamia, com que o enxovalhara. Mostra com documentos, cartas, escrituras ori-

gem quanto possui. Exibe contratos de advocacia no valor setecentos contos depois sua volta Europa. Em quase tôdas questões importantes do fôro seu parecer é consultado. Sua prosperidade na vida vem da fortuna, que Deus lhe deu, de não ter vícios. Todo seu tempo pertence ao trabalho, todo o produto seu trabalho pertence à sua casa, à sua família, aos seus deveres.

Zama exprobrou govêrno provisório o encilhamento, e combate loterias. Rui diz mais desastroso que tudo é o jôgo. Em longa peroração traça com vivas côres quadros dêste vício. Muitas vêzes a violência das indignações furiosas que vem estuar no recinto dos parlamentos é apenas a ressaca das longas madrugadas do casino. Nota que o jôgo é a explicação de muitas vidas estêreis revoltadas. Conclui assim: Se o Tacito do encilhamento, o austero moralista se sente puro de convivência na propagação dêste flagelo, imploremos volte sua palavra apostolar contra êle, em vez de malbaratá-la contra um mal que acabou e não há recio voltar. No caso contrário, aprenda, meditando o *nosce te ipsum*, a ser comedido, temperante e discreto."

RUI E A CENSURA REGIMENTAL

Outro Rui talvez ignorado em minúcias é o parlamento envolvido nas questões regimentais, submetido, acaso, às normas rígidas de um regimento, quicá ao seu poder coercitivo submisso.

Numa das últimas sessões de maio de 93, fala Rui no expediente, justificando requerimento de informações — onde sòmente a sua assinatura aparece — sôbre os motivos em que fundara o govêrno o pedido, à República Argentina, da internação do almirante Wandenkolk.

Adiada a discussão, Rui, ao findar o expediente, solicita, pela ordem, prorrogação. Adverte o presidente que não poderia exceder de meia hora. Rui aceita, escravizado ao prazo, e fala.

Na sessão seguinte, ainda em debate a matéria, pede para falar, novamente, ao que o presidente declara que, pelo Regimento, na discussão única dos requerimentos, cada senador só se pronuncia uma vez, e o autor, duas vêzes. Êle, autor, já havia usado duas vêzes da palavra. "À vista da explicação de V. Ex.^a — ouve-se a voz de Rui — à vista da explicação de V. Ex.^a, curvo-me, com muito pesar, ao Regimento."

O ocorrido na sessão extraordinária do Senado, em a noite de 11 de novembro de 92, ilustra ainda melhor. Cogitava-se de aprovar,

ou rejeitar, a prorrogação dos trabalhos legislativos. Um projeto oriundo da Câmara, transferia para 22 daquêlles mês o encerramento. Outro, de iniciativa do mesmo Senado, fixava o termo no dia 30. Pelo prosseguimento, estava Rui Barbosa, argumentando com a inclínável necessidade de ser votado, — o que lhe parecia provável dentro de uma ou duas semanas mais, — o projeto de reforma do Banco da República, já admitido pela outra câmara.

Desatendeu-o o Senado, recusando a prorrogação, com o que dêle provocou uma “declaração de voto”, subscrita, também, por vários outros senadores, à frente Saldanha Marinho, e cuja inserção na ata requereu, oralmente, nestes termos :

“Sr. Presidente — Vários Srs. senadores entenderam fazer uma declaração de voto, da qual sou portador ; mandando-a à mesa, requeiro que ella seja inserida na publicação dos trabalhos do Senado.”

Que diria, a isso, presidindo à sessão, o austero Prudente de Moraes ? Diria, lendo o art. 58 do Regimento, ser permitido inserir na ata declaração escrita de voto, contanto que concisa, em termos convenientes, e remetida à mesa na mesma, ou na seguinte sessão, antes da aprovação da ata.

Mas aditava, logo, textualmente : “A declaração que o honrado senador mandou contém 10 páginas escritas, pelo que não está nos termos do regimento quanto à concisão. Se está ou não em termos convenientes, para conhecê-lo, depende da leitura, que a mesa fará. Consequentemente a declaração não pode ser inserida na ata, mas pode ser publicada no *Diário do Congresso*”.

E Rui concordou : — “Contentamo-nos que a publicação seja feita no *Diário do Congresso*, e, nesse sentido, pedimos que V. Ex.^a, consulte o Senado”.

O plenário aquiesceu. Passava em julgado, sem protesto do autor, antes com a sua conformidade, que a “declaração” não satisfazia um dos requisitos do regimento, para inserção em ata.

Preencheria o outro, aquêlles dos “termos convenientes”, que a Presidência, sem demora, ameaçava examinar ?

Tudo induz que, em parte, também não. Nada se infere, em verdade, do então publicado, no órgão legislativo, e reeditado, recentemente, nas “Obras completas”, com base, segundo esclarecimento de Fernando Neri, um “recorte do *Diário do Congresso*, revisto pelo próprio Rui e existente no arquivo da sua casa.

Os arquivos do Senado, que o zelo do atual diretor, Dr. Lauro Portela vem reorganizando, conservam, porém, o primitivo original,

redigido, todo, da letra de Rui. E há vestígio, nas suas páginas, de revisão da Mesa, na forma do prometido.

É que, na lauda 9, Rui escreveu “sonegar ao debate”, mas a locução foi substituída por “evitar o debate”. Aí mesmo, logo abaixo, o censor impugnou extenso período, restringindo-o quase a uma linha, que, em consequência, passou a nada exprimir.

Dissera Rui : — “Trata-se de sonegar ao debate um projeto, já consagrado pela adesão da outra câmara, e cuja aprovação nesta se afigura provável aos seus antagonistas. O país apreciará a legitimidade dêste sistema de abafar os sentimentos da representação nacional mediante combinações de tática e habilidades de manobra, esta suplantação da maioria pela minoria apoiada nos elementos de um officialismo que, senhor de certos meios de ação, de certos pontos de apoio, joga com êles, em detrimento da verdadeira opinião do Congresso.”

Mutilado, o que disso sobreviveu, para o público, foi simplesmente : “Trata-se de evitar o debate de um projeto já consagrado pela adesão da outra Câmara, e cuja aprovação nesta se afigura provável aos seus antagonistas. O país apreciará a legitimidade dêste procedimento.”

Para presumirmos, no entanto, tenha a Mesa do Senado exercitado, dessa matéria, a sua faculdade regimental, mister seria afastar a outra alternativa, isto é, a de haver o próprio Rui procedido às modificações em apêço. Essa hipótese parece improvável. As laudas do documento estão numeradas de 1 a 12, a tinta, — da tinta em que foi escrito o texto — e, depois, a lápis azul, com as indicações S. 33 até S. 44, o que significa a *retranca* para a composição tipográfica, explicito, assim pela letra S, de tôdas as fôlhas, tratar-se de matéria do Senado, a ser incluída no lugar adequado.

A letra que, a lápis preto, coberto a tinta, trocou a palavra “sonegar” pela “evitar”, é a mesma que, em seguida, mudou “sistema” por “procedimento”, para aí estrangular o período. Enquanto isso, o lápis cancela as linhas seguintes, eliminando, praticamente, a parte pelo seu risco atingido, e que é a parte não contemplada na publicação e na reedição.

Essa letra, por sua vez, não é a inconfundível de Rui, que, afora o texto, introduziu algumas correções no original, estas, sim, iniludivelmente do seu punho, como, por exemplo, a preferência da palavra *combinações*, sôbre a palavra *intrigas*, que fôra usada, de primeiro, e a substituição do vocábulo “volubilidade” pelo “facilidade”.

Acresce, por fim, que o documento contém, a lápis, no alto da primeira fôlha, a ordem de publicação no *Diário do Congresso*, assinada por J^o Pedro, abreviatura de João Pedro, nome parlamentar de um dos secretários da Mesa, o senador João Pedro Belfort Vieira, indiciado, naturalmente, como o executor direto da censura.

CONCLUSÃO

Hoje, — muitos anos, idos e vividos, da República, — pareceriam estranhos tais melindres, resultantes, menos, da juventude do regime, do que do extremo desvêlo de protetores ingênuos, fiando de uma pureza que havia de afrontar, depois, nas frágoas das mais imprudentes aventuras, os mais perigosos sortilégios.

Nenhum, porém, dos enfeitados da primeira hora, recolheu tão depressa, como Rui Barbosa, desencantos de criador. Nenhum defenderia, assim — mais acendrado, obstinado e temerário — o brio das virtudes republicanas.

Incorruptível, pela índole e pela educação, despendeu no trabalho as energias prodigiosas preservando a flor do ideal político, em meio das maiores tormentas que levantou contra o poder desarvorado dos homens.

“Milagre da eloquência”, como disse Clemenceau é pouco. Milagre da eloquência e do trabalho, o maior dos nossos, homens na tribuna e nos deveres do Parlamento.

BENEMERÊNCIA DE RUI

LEVI CARNEIRO

Quem considera a obra de Rui Barbosa, em algum de seus múltiplos aspectos, é levado, quase sempre, a proclamar-lhe a superioridade, por vêzes desmedida, em relação a todos os que, contemporaneamente, atuaram nos mesmos setores. Ele é, em quase todos os casos, senão em todos — como já se tem dito — o *primus inter pares*.

ADMIRAÇÃO E GRATIDÃO

É, em seu tempo, o maior jurista, o maior filólogo, o maior orador, o maior advogado, o maior jornalista... Propositadamente, não digo — o melhor; digo, apenas, o maior. Assim, suponho excluir **tôda controvérsia: jurista, filólogo, orador, advogado, jornalista**, sôbreexcedeu todos os homens de seu tempo nas dimensões, na intensidade da obra que realizou. Ao menos, nas dimensões e na intensidade. Por mim, diria também na essência, na qualidade, na inspiração, nos objetivos. Mas, ainda sem dizer tanto, bem se justifica, só por isso, a admiração, que lhe rendemos. Ele é, sem dúvida, um desses grandes homens em torno dos quais o sentimento da nacionalidade se fortalece, em cujo culto se unem todos os concidadãos, votando-lhe a mesma admiração calorosa.

Não faltou a Rui Barbosa, ainda em vida, essa admiração generalizada. Juizes, que repeliavam suas petições e seus arrazoados, políticos que dêle se apartavam — todos desfaziam-se em elogiar-lhe o talento, a erudição, o “poder verbal”, a dialética. Alguma vez, até o reconhecimento desses altos dotes teria levado a decidir contra êle, ou a preterir-lo. Juizes medíocres, que não saberiam refutar-lhe as alegações, desprezavam-nas sumariamente, julgavam em sentido contrário, sem fundamentação — provavelmente dizendo consigo mesmo: — êste demônio tem tanto talento que é capaz de fazer do branco preto e do quadrado redondo... Nos tempos em que não havia voto secreto, em que, por isso, tais confabulações se faziam

com mais liberdade e maior segurança de êxito — os chefes políticos, que escolhiam o futuro presidente da República, recusavam-nos, excluam-no, preferiam os mediocres, os “não preparados”, que presumiam mais fáceis de levar, provavelmente dizendo consigo mesmos : — êste d'mônio tem talento de mais...

Seria, de um ou de outro modo, a mesma arraigada suspeição contra a inteligência e a cultura, que tem atrofiado, no Brasil, tantas atividades, e especialmente a administração pública, mergulhando-a na rotina e no obscurantismo.

Como quer que fôsse, não poderia bastar a Rui Barbosa, só por si, a admiração, ainda que calorosa, dos seus contemporâneos. Êle mesmo fez ironia amarga sôbre o aprêço, cheio de reservas excusas, que lhe votavam. Assim, quando acentuou que todos o consideravam, em cada oportunidade, digno da presidência da República e o melhor dos candidatos — até o momento de ser afastado para dar lugar a outrem...

Um político, um homem de ação pública quer, necessariamente, mais que isso : — quer a aceitação e a realização dos seus projetos e das suas idéias — ao menos quando os tem, o que nem sempre acontece... Há de querer reconhecido o merecimento do seu exemplo, de seus esforços, de sua atuação, de seus propósitos. O prêmio mais alto cobçado, não é admiração — é gratidão nacional.

Ora, a benemerência de Rui Barbosa tem sido ásperamente contestada. Regatearam a gratidão que lhe era devida. Nem surpreende que assim fôsse. Inovador arrojado, como reformador de instituições sociais e políticas, como intérprete das leis e estudioso de problemas jurídicos; implacável combatente, não raro agressivo, de abusos e violências de autoridades públicas; defensor intrépido de direitos conculcados — Rui Barbosa havia, necessariamente, de provocar forte reação dos interesses, dos erros, que combateu. Contra êle se formularam, pois, críticas severíssimas, até impiedosas, não raro, aliás, entremeiadas dos louvores de que há pouco vos falava. Suas iniciativas foram censuradas e condenadas. Arguiu-se a infidelidade de suas citações, mudanças radicais de opinião, incoerência de atitudes. Murmurou-se contra sua probidade pessoal.

Contudo, pouco a pouco, notadamente depois da primeira campanha presidencial, o aprêço que os intelectuais lhe votavam, foi se generalizando, tornou-se a estima da massa dos brasileiros. Todos passaram a contar com êle; conheciam-lhe a intrépidez, o civismo, o ardor na defesa da Constituição e da ordem jurídica. Homens do governo, parlamentares, chefes políticos temiam-no, prevendo-lhe o ataque implacável, quando urdiam algum atentado contra o regime.

Por fim, em 1918, ao comemorarem-se os seus 50 anos de vida pública — parecia que lograra a consagração definitiva dos seus

serviços. Morre, menos de cinco anos depois, no auge do aprêço público.

Poderia crer-se que o término da grande guerra assegurara o triunfo definitivo da democracia — e este teria sido, segundo a famosa definição do presidente Wilson, o seu objetivo supremo. O liberal, que Rui Barbosa sempre fôra, e sempre se dissera, cerrava os olhos quando os seus ideais iriam dominar a organização política do mundo cristão. Teria êle tido essa doce, confortadora ilusão, como último prêmio da lida exaustiva de tantos e tantos anos. Já nesses dias porém, repontava, na Itália e na Alemanha, a reação anti-democrática, que se difundiria pela Europa e pela América, e deflagraria numa nova guerra — talvez, até, ai de nós!, em mais de uma guerra...

Aqui mesmo, a reforma da Constituição, empreendida em 1926, visa, principalmente, restringir e tolher a ação do Poder Judiciário, que Rui Barbosa se empenhara em ampliar e garantir. A revolução de 30 e a Constituição de 34 nepelem essa orientação. Logo depois, a Carta outorgada em 1937 anula a federação; subverte o império da lei, tornando-a simples expressão da vontade discricionária do presidente da República; cercea os direitos individuais e suas garantias.

Por todo o mundo, a êsse tempo, uma onda de desvairamento provocava a subversão irreparável dos grandes princípios, a que Rui Barbosa devotara sua vida. Condenava-se a democracia. Malsinava-se a liberdade. Zombava-se dos parlamentos. Manietava-se o Judiciário. Exaltava-se o império da força bruta. Contudo, ainda sob a vigência da Carta de 37, na constância do regime ditatorial por ela instaurado, aqui mesmo, nem todos abandonavam os ideais de Rui Barbosa.

Permiti-me recordar que, em 1941, não em surdina, mas da alta cátedra da presidência da Academia Brasileira de Letras, eu mesmo afirmava :

“Ao revez do que se terá imaginado, não se exterminaram os princípios que nortearam a obra e a vida de Rui Barbosa. De certo, êles atravessam, em todo o mundo, uma fase de esmorecimento — mas hão de ressurgir, se já não estão ressurgindo, ainda que transformados e recebendo novas aplicações.”

Assim foi, em verdade, por nossa fortuna. Retomámos o fio de nossa evolução política. Ainda há pouco, no Congresso de Direito Constitucional, realizado na Bahia, por feliz e oportuna iniciativa do governador Sr. Otávio Mangabeira, tive a honra de relatar uma

tese sobre a influência de Rui Barbosa na Constituição de 91 e na Constituição ora vigente, de 1946. Através da análise meticulosa dos textos e dos documentos, assentei esta conclusão :

“A Rui Barbosa se deve, em todos os sentidos, mais que a ninguém, a estruturação da república federativa no Brasil, a sua realização, o seu êxito afortunado, as melhores características do regime constitucional de 91 e do atual.”

Pois bem; versou a mesma tese, com extraordinário brilho, e com outro critério, bem diverso do que adotei, um professor do Pará, Sr. Odilon Bitar, não formulando, porém, uma conclusão expressa. Reconheceu-se que do seu estudo ressaía a mesma conclusão que eu propuzera. O Congresso aprovou-a, por unanimidade, abrangendo as duas teses. Juristas de todo o país, velhos e novos, consagraram, assim, a mesma afirmativa incontestável.

Em verdade, o mais expressivo significado das comemorações do centenário do lidador — é o triunfo dos seus princípios, das suas doutrinas, dos seus ideais. A opinião pública — de que Rui Barbosa esperou sempre a vitória, compensadora de todos os esforços, consoladora de tôdas as decepções — acolheu-os, podemos dizer, definitivamente, como fundamentos da estrutura da Nação.

LEITURAS

Por isso mesmo, havíamos de prolongar esta comemoração.

Tereis notado que, em tôdas as suas fases, cada orador, comentador, ou expositor, reproduziu, mais ou menos extensamente, trechos da obra de Rui Barbosa. Sempre, ainda para os que mais a temos versado, nalgum desses trechos, se apresentou, despercebido ou esquecido, um conceito precioso, um ensinamento oportuno, uma afirmativa relevante. Por isso mesmo, deveríamos fazer, regularmente, alguma coisa como as famosas “leituras de Dante”, que os italianos faziam, por todo o mundo. Por que não o fará a Casa de Rui Barbosa ? Fio em que o zêlo e a capacidade de realização do seu insigne diretor, acolham esta sugestão e a efetivem. Bastaria que se fizesse, ao menos em cada mês, uma sessão de leitura de algum trecho de Rui Barbosa, explicado, comentado, debatido pelos presentes.

Esse estudo generalizado, contínuo, minucioso, da obra de Rui Barbosa, não seria, apenas, o preito de gratidão, que lhe devemos ; seria, principalmente, o melhor meio de difundir e enraizar os seus

ensinamentos, fortalecendo o aprêço com que devemos aplicá-los e defendê-los.

Nesses estudos se há de incluir a crítica, esclarecida e serena, a apreciação das críticas, por igual esclarecidas e serenas, que forem formuladas.

Somente agora, começam estas a ser possíveis. No calor das refregas, em meio das paixões pessoais, não seria possível apreciar, com exatidão, o alcance da obra formidável de Rui Barbosa. Agora, sim, podemos aquilatar-lhe os frutos, medir-lhe a projeção sobre o pantanal em que nos afundamos.

MARGINALISMOS

Precisamente agora, em meio das expansões entusiásticas, manifestadas em todo o território nacional, um estudioso de rara acuidade e inexcedível autoridade, uma das figuras primaciais desta Casa e da cultura brasileira — o Sr. Oliveira Viana — na obra grandiosa, em que enfeixou seus estudos de nossas instituições políticas, formulou, sobre Rui Barbosa, uma apreciação a que se deve dar a maior atenção. Essa é uma crítica autorizada, uma crítica impressionante, até sedutora pela forma primorosa de que se reveste.

É o Sr. Oliveira Viana um cientista imbuído das teorias mais recentes, um sociólogo moderno, em dia com as conquistas últimas da sua ciência. Naturalmente, apesar de toda a sua nativa indulgência pessoal, pode ser levado a despreçar os que o precederam, os que vieram antes dele, em tempos em que se não haviam formulado as doutrinas ora em curso.

Para êle, Rui Barbosa foi um “marginal” — isto é. “um homem que viveu entre duas culturas : uma, a do seu povo — que lhe formou o subconsciente coletivo ; outra, a européia, ou norte-americana, que lhe deu as idéias, as diretrizes do pensamento, os paradigmas constitucionais, os critérios de julgamento político”. De resto, o Sr. Oliveira Viana considera que “os homens da elite intelectual do Brasil”, “os chamados homens de pensamento”, todos, se incluem nessa mesma categoria. Quanto a Rui Barbosa, entende que o Brasil, “como povo”, não lhe interessava, nem nunca êle o estudou. **Nem lhe adiantaria êsse estudo porque o direito era, para Rui Barbosa, uma “tecnologia” e não “uma ciência social” e só raciocinava sobre textos legais.** Desde logo, neste último ponto, o insigne crítico comete uma injustiça: nenhum intérprete de nosso Direito foi mais **liberto da estreiteza dos textos que Rui Barbosa. Mesmo quanto à Constituição, nunca esqueceu êle — antes o proclamou inúmeras vezes — que sua interpretação construtiva, sua aplicação cotidiana,**

envolve uma transformação considerável. Haja vista, para só citar um exemplo, o caso dos impostos interestaduais, que debateu com Amaro Cavalcanti.

Em todo o caso, o Sr. Oliveira Viana reconhece que Rui Barbosa “era, substancialmente, tão original e criador quanto Tôrres”; mas, “culturalmente, era um puro inglês”; nem “conhecia, por assim dizer, outro clima cultural senão o da civilização anglo-saxônica”. Por isso mesmo — prossegue o Sr. Oliveira Viana — os institutos jurídicos “através dos quais os anglo-saxões vêm garantindo tão eficazmente as liberdades civis dos cidadãos” eram “os que ele aconselhava para o Brasil e procurou realizar no Brasil”. Conclui o Sr. Oliveira Viana que “neste empenho, não modificou os espíritos, não alterou os costumes, não estabeleceu qualquer tradição que perdurasse após a sua morte ou se generalizasse no país”.

Reconhece o doutíssimo autor de “Populações meridionais” que Rui Barbosa formara um conceito mais realista do municipalismo — que Tavares Bastos e Pedro Lessa, e o seu federalismo era “temperado e comedido”, com um traço de moderação. A divergência fundamental em que o nosso eminente sociólogo se encontra com Rui Barbosa, proveio da própria instituição do regime federativo. Para elle o mal do federalismo está na uniformidade, mais que na descentralização — e increpa Rui Barbosa de não ter querido instituir desigualdade para os Estados. Iríamos muito longe na discussão dêste asserto. Quero, porém, recordar que Rui Barbosa, em seu programa revisionista, de 1910, incluía a atenuação da uniformidade tributária federal para atender à condição especial de certos Estados e somente elle, talvez, terá sugerido êsse preceito.

Atinge-se ao âmago da questão, quando se tem de reconhecer, com o Sr. Oliveira Viana, que o povo brasileiro não tem educação democrática. Essa é a falta fundamental, que acarreta tantas outras e tantas dificuldades. Mas, como se faz a educação democrática? como há de conseguí-la o nosso povo? Mediante a prática da democracia, e somente assim — creio eu. Não é sob os regimes de tirania, ou de despotismo, que se realiza a educação democrática; é somente, e sempre, sob o regime democrático, porque ao passo que o despotismo se agrava continuamente para se manter — e por isso mesmo não se pode manter indefinidamente — a democracia se aperfeiçoa, dia a dia, quando vigora, e comporta múltiplas gradações.

Por outro lado, quem terá contribuído, em mais alto grau, para a nossa incipiente educação democrática? quem, senão Rui Barbosa? quem fez mais que elle? quem fez, sequer, tanto como elle?

e não somente pela palavra e pela doutrinação, mas também pelo exemplo e pela ação direta?

Chegou, por fim, o próprio Sr. Oliveira Viana a reconhecer que a maior glória de Rui Barbosa está em haver compreendido a função primacial do Poder Judiciário de defesa da liberdade, e “colocado êsse Poder fora do alcance da subordinação e dependência dos Executivos e dos Paramentos, sempre partidários e facciosos”. Parece-lhe que a conquista desse primado é “de tamanho alcance que empalidece mesmo à sua (de Rui Barbosa) doutrina do *habeas corpus* e a latitude, que lhe deu, como garantia da liberdade pessoal”. Por isso, reconhece que Rui Barbosa “estava adiante da mentalidade dos homens do seu tempo”.

O que mais preocupa o Sr. Oliveira Viana, o maior mal que aponta em nosso regime político, é o mandonismo dos chefes locais. Para excluí-lo, pretende o fortalecimento do poder central. Para evitar um mal, disperso e superável, provoca outro mal maior e indomável. Esquece que a opressão de um poder central forte é muito pior e mais irremediável, que a que possam exercer os poderes locais. Esse é o ensinamento que emana de nossa história política. A desconcentração dos poderes, a sua coordenação, como ocorre no regime federativo, envolve precisamente a garantia de que nenhum deles exorbitará. Aos poderes municipais se sobrepõem os poderes estaduais; aos estaduais se sobrepõe o poder federal. Uns limitam e controlam os outros. Que garantia das liberdades cívicas pode proporcionar um regime centralizado e unitarista — comparável à que resulta desse sistema de poderes limitados e coordenados? ainda mais, quando o remédio do *habeas corpus* pode ser conferido por juizes, dotados de todas as seguranças de independência e isenção, e, em caso de denegação, ou de urgência, impetrado até ao próprio Supremo Tribunal Federal? Esta conjugação do federalismo com o judiciarismo — em que aponte a característica marcante da Constituição de 91 — foi obra de Rui Barbosa. Ele firmou o princípio da supremacia da Constituição sobre todas as demais leis; a invalidade, a inoperância dos atos do Governo que contrariem qualquer Lei. Ele criou — a bem dizer — o instituto processual idôneo para a pronta efetividade da liberdade ameaçada ou violada.

Ele afirmou — e demonstrou-o praticamente :

“Onde quer que haja um direito individual violado, há de haver um recurso judicial para a debelação da injustiça.”

Grande, fecunda norma, essa, implícita na Constituição de 91 e nas subseqüentes — que se acha agora exarada expressamente, por outras palavras, na Constituição de 46 (art. 141 § 4.º).

Aí estão as necessidades primordiais do nosso regime político, as condições precípua da nossa educação política. A elas atendeu Rui Barbosa — como focalizara, quase dez anos antes, melhor que ninguém, o outro problema angustioso daquele tempo e de sempre: — o da educação nacional.

Então, como supor que Rui Barbosa não conhecia o Brasil ? que não modificou os espíritos, nem estabeleceu qualquer tradição ? Compare-se a atitude do insigne juiz do Supremo Tribunal, Costa Barradas, negando o *habeas corpus* de abril de 92 e sustentando, calorosamente, eruditamente, que os efeitos do estado de sítio se não extinguiriam com a terminação do próprio estado de sítio — com a que êle mesmo, o mesmo ministro Costa Barradas, assume, seis anos depois, requerendo como advogado, ao Supremo Tribunal, de que já se afastara, um *habeas corpus* com fundamento na doutrina de Rui Barbosa, que êle impugnara, e então conseguindo-o e fazendo triunfar essa doutrina ? Comparem-se as impugnações — direi melhor, a surpresa — provocada pela ação judicial que Rui Barbosa intentou em 93 para anular atos do Poder Executivo de reforma, aposentadoria e demissão de funcionários — com a multiplicidade das ações dêsse gênero que correm hoje nos juízos competentes. Todos os tribunais do país, até o Supremo Tribunal Federal, estão verdadeiramente abarrotados de pedidos de *habeas corpus* e de mandados de segurança. São outras tantas reações contra abusos — ou pretendidos abusos — do poder. São, pelo menos, outras tantas afirmações da defesa de direitos individuais. Em nenhum país do mundo — nem mesmo nos Estados Unidos, veja-se bem — é assim, tão fácil, tão freqüente, tão eficaz o procedimento judicial contra demasias do poder público.

A quem, senão a Rui Barbosa devemos, mais que a qualquer outro — essa tradição, essa regalia, essa aparelhagem de educação democrática ? Tudo fica dependendo, apenas, de que juizes e tribunais saibam cumprir a sua missão. Se, desgraçadamente, o não souberem, teremos revelado uma deficiência de formação moral — que não encontra remédio nas leis humanas.

Assim sendo, como duvidar do conhecimento, que Rui Barbosa teria, da nossa gente ? Foi Ernesto Renan, se me não engano, quem disse que a verdadeira admiração é histórica. Não seria de estranhar que Rui Barbosa não tivesse, em seu tempo, o conhecimento do Brasil, que hoje se está generalizando, pela facilidade das comunicações, pelo desenvolvimento dos estudos de geografia, de história, de economia, pelo desenvolvimento das estatísticas. Naquele tempo, ninguém poderia ter êste conhecimento aprofundado. Já vimos que

o Sr. Oliveira Viana considera “marginais” todos os homens de nossa elite intelectual. O próprio Alberto Torres — de quem o Sr. Oliveira Viana se tem como discípulo — não teria aquêlê conhecimento e o grande discípulo de tão ilustre mestre reconhece que êle assentara as suas normas de reorganização política, por mera intuição. De Silvio Romero — outro mestre que o nosso projecto sociólogo admite e acata — poderia dizer o mesmo. Rui Barbosa, provinciano, estudante de São Paulo e do Recife, advogado e jornalista teria muito mais directo conhecimento das nossas coisas. E possuiu, além disso, profundo conhecimento da literatura política anglo-saxônia, como ninguém o possuía naquele tempo — conhecimento que se tem malsinado, e o próprio Sr. Oliveira Viana parece malsinar. Esse foi, porém, um dos elementos, a par do seu talento, do seu espirito político, da sua intrepidez reformadora — do êxito da obra de Rui Barbosa em 91. Como se iria moldar a nova Constituição? Seria uma obra de imaginação e fantasia? Não foi melhor que pudéssemos juntar aos ensinamentos de nossa própria história, os da experiência das nações mais adiantadas politicamente?

Demais, havia entre o Brasil e os Estados Unidos analogias inequívocas: a extensão territorial, a diversidade das condições locais e das raças povoadoras, a necessidade da conciliação e do equilíbrio dos poderes. Não importamos o federalismo: êle inspirara a criação das capitanias hereditárias, pouco tempo depois do descobrimento; fermentara as mais graves reações contra o centralismo do regime imperial; vinte anos antes se inscrevera na bandeira do partido republicano — e contribuíra, decisivamente, para a sua vitória.

Teríamos, antes, importado o judiciarismo. Êste se liga, porém, necessariamente, ao federalismo. Demais, nêlê já teria pensado um brasileiro, profundamente brasileiro, que não posso considerar um “marginal” — Dom Pedro II.

Não e não. Rui Barbosa não nos levou a copiar, como tantas vêzes se tem dito, a Constituição Americana. Basta ver que a grande lei americana não delineia o Poder Judiciário como o delineamos, nem lhe assegura tão ampla intervenção. Nem atribui impostos prioritivos aos Estados. Nem regula a organização municipal. Nem define, com tanta extensão, os direitos individuais.

O arcabouço da organização constitucional, que êle ergueu, perdura, ainda agora. Dentro nêlê, o Brasil poderá progredir no sentido do aperfeiçoamento da democracia, do desenvolvimento da cultura, do engrandecimento econômico. Nenhuma lei pode assegurar tudo isso. Basta que o torne possível — quando homens do governo e povo saibam querê-lo.

VIDA BENEMÉRITA

Talvez nenhum dos nossos homens públicos tenha, pois, tantos, tão numerosos e tão altos títulos de benemerência como Rui Barbosa. Ele juntou às palavras — mais belas e puras — as ações correspondentes, as mais nobres e exemplares : ao exemplo da sua vida acresce o da sua obra.

Benemérito foi, realmente — antes de tudo, pelo exemplo da sua vida — austera, quase ascética, de beneditino, de trabalhador infatigável, de estudioso incessante. É o madrugador de todos os dias que aconselhava : — “o amanhecer do trabalho há de antecipar-se ao amanhecer do dia”; e considerava : “para trabalhar nascemos”. É o obreiro virtuoso que se defende de acusações à sua probidade, dizendo, serenamente, à face do Senado : “Deus agraciou-me com a fortuna, preciosa entre todas, de não ter vícios”.

Seria Berryer o advogado que Rui Barbosa mais admirava, cuja atividade profissional melhor se poderia comparar à d'ele próprio. Não há, todavia, maior contraste que o da intensa vida social de Berryer, da sua assiduidade nas festas e nos salões elegantes, com o recolhimento, a modéstia da vida de Rui Barbosa, ainda no fastígio de seu renome, recolhido ao recesso do lar doméstico, e ali enclausurado, por longos dias, no gabinete de estudo, mergulhado nos seus livros e papéis, quase sem se alimentar, sem outro divertimento que não fossem as sessões de cinematógrafo e as visitas às livrarias.

Habituação, desde a difícil juventude, a contar somente consigo, tornara-se infetiso à colaboração alheia. No Império, na campanha abolicionista, na campanha federalista, tivera companheiros, ou cooperadores — notadamente aquêles que esteve quase sempre a seu lado, e amigo fidelíssimo — Joaquim Nabuco. Na República, porém, na campanha pela Constituição, fica só. A bem dizer, não há mais ninguém. Tanto melhor para elle. Multiplica o seu esforço, que vale o de uma legião.

Sua casa é uma biblioteca. Estantes peçadas de livros invadiram-lhe quase todos os aposentos. Em livros se invertia, quase integralmente, o produto do seu trabalho; era aquêles todo o seu patrimônio. O que escreveu vai encher 100 volumes, de 300 ou 400 páginas — ou sejam dois volumes por ano de vida. O que leu bastaria para consumir toda uma longa existência.

Nem só nesse aspecto, sua vida é um exemplo benemérito. Também o é pela tenacidade, pela perseverança, com que a devotou, continuamente, até os últimos dias, aos mesmos altos ideais e aos mesmos princípios básicos. Nem as decepções, nem as injustiças, nem o fracasso de suas iniciativas o fizeram desanimar, ou mudar de rumo.

Ao contrário, parece que cada vez mais o encorajavam, lhe fortaleciam o ânimo, lhe estimulavam as energias. Foi assim até o fim — empreendendo, aos 70 anos de idade, a penosa excursão pelos sertões da Bahia e aí proferindo sete magníficas conferências, em propaganda da candidatura — não dêle mesmo — mas do juiz federal daquele Estado ao cargo de governador.

Ainda por terceiro motivo, ofereceu sua vida padrão exemplar: é que, a tôdas as críticas, a tôdas as censuras, a tôdas as agressões a tôdas as injúrias e calúnias — deu êle, sempre, resposta adequada, revidou sempre, de pronto, tantas vêzes quantas se renovasse a incripação. Por vêzes, a acusação lhe parecia desprezível e declarava que a não refutaria. Mesmo então, a sua reação era esmagadora; hajam vista o discurso do Senado sôbre os ataques do deputado Cesar Zama e o artigo de “Imprensa” sôbre os ataques de José do Patrocínio.

Êle sabia — e mostrou-o — que um homem público deve contar de todos os seus atos a seus concidadãos. Nunca lhe faltou o respeito à opinião pública, poder supremo no regime democrático. Recordai, por exemplo, como se defendeu da acusação de haver deportado a família imperial e alguns estadistas do Império, mostrando, à saciedade, repisadamente, que o exílio fôra imposto a pouquíssimos membros do último gabinete monárquico e a bem, até, da própria segurança pessoal dêles. Recordai, noutro exemplo, como se defendeu das acusações contra a sua probidade, divulgando títulos de aquisição de bens, minudeando as origens de seus haveres, como poderia ter exibido aquêles cadernos de despesas, em que anotava os seus gastos com detalhes a que se não atrevem os que não podem revelar a procedência dos ganhos. Recordai, ainda, por exemplo, a reiterada defesa de sua gestão financeira, no governo provisório, consagrada hoje pelo reconhecimento do acêrto dos seus projetos e reformas, que abrangem o Registro Torrens, o impôsto de renda, o impôsto em ouro. Recordai, por fim — para não alongar mais esta série de exemplos — a justificativa, tantas vêzes renovada, das suas supostas contradições, mostrando que se deve evoluir, e que o mal está em mudar do certo para o errado, não em mudar do errado para o certo. A essas contradições apliquei eu, certa vez o que Emile Faguet escreveu de Nietzche: Rui Barbosa, como Nietzche, seria contraditório, por ser inteligente e por ser sincero — tão inteligente que, tendo uma opinião, percebia que a opinião contrária era mais acertada, e tão sincero que o dizia...

Nessa nobre vida, outro traço se destaca, que envolve um ensinamento e lhe exalta a benemerência: — desapêgo a posições oficiais, a prêmios, ou recompensas. Advogado gratuito de grandes e árduos pleitos judiciais, também em sua vida pública não quer outro prêmio — senão o da satisfação de sua consciência pelo dever cumprido fiel-

mente. Quando tantos dos nossos homens públicos se empenhavam — já nesse tempo — na áspera conquista de posições destacadas, ou de mando, até mesmo das que menos aptos se deveriam sentir a desempenhar, êle recusa, por amor da federação, a pasta de ministro, que Ouro Preto lhe oferece em 88; ministro e sub-chefe do Govêrno provisório, renuncia, nada menos de dez vêzes, essa posição destacada; senador pela Bahia declina duas vêzes do seu mandato; recusa o prêmio pecuniário que Félix Pacheco propõe ao Congresso lhe seja concedido; reluta em aceitar o cargo de juiz da Côrte de Justiça Internacional, de Haia. Dir-se-á que, no entanto, pleiteou a presidência da República. De uma vez, ao menos, só o fez, sem nenhuma esperança de êxito, por amor da democracia, no cumprimento de penoso dever cívico. Sempre, pode considerar-se que cedeu a imposição irresistível — até da sua própria consciência.

Por fim, o último traço, constante e indelével, a realçar nessa vida, é a capacidade de indignação e de ira. Bendita capacidade de indignação ! Bendita capacidade de ira ! Êle pôde repetir as palavras que já Manuel Bernardes repetira : “às vêzes, poderá haver pecado, se não houver ira; porquanto a paciência e silêncio fomentam a negligência dos maus e tentam a perseverança dos bons”. Rui Barbosa não se deixa amolecer, nem entorpecer pelo ambiente, não transige por camaradagem, não silênciava por temor, não aplaude por interêsse. O empestearmento de nossa vida pública não resulta da simples prática de abusos, de fraudes, ou de crimes. Bem sabeis que os não pratica a maioria dos nossos homens públicos. Muitos dêles, senão quase todos, são de razoável pureza de costumes; quase todos, no trato pessoal, verberam êsses abusos, essas fraudes, êsses crimes. Os que abusam, e defraudam, os criminosos, são pequena minoria — mas, uma minoria crescente, cada vez mais audaciosa e ostensiva, pela impunidade, pela tolerância e transigência da maioria. Acaso, o próprio Rui Barbosa teria, alguma vez, cedido à pressão de amigos ou correligionários. Em todo o caso, ninguém reagiu mais que êle; ninguém foi mais violento na condenação implacável das deturpações do regime político e dos males do organismo social.

REALIZAÇÕES BENEMÉRITAS

À benemerência da vida do homem público, marcada por essas características raras, ainda mais raramente reunidas — consagração ao estudo, perseverante fidelidade a altos ideais, respeito à opinião pública, desprendimento das posições oficiais, capacidade de indignação e de ira — corresponde a benemerência de suas realizações, de suas obras, tôdas inspiradas pelo empenho de bem servir ao Brasil.

Benemerita, mais que tudo, sua ininterrupta defesa do Direito e da lei, e da maior das leis, que é a Constituição; sua intransigência no zelo da liberdade e dos demais direitos individuais; sua tenaz invocação do amparo judiciário. Ele oferece à nossa gente, àquêle mesmo Jéca-tatú que immortalizou, tirando-o do livro de Monteiro Lobato — um escudo infrangível, uma arma preciosa, para defesa contra os mandões, os sátrapas, e tôdas as prepotências: o recurso judicial do *habeas corpus*. Ensinou a usar dessa velha arma enfeijada, dando-lhe novo brilho e manejando-a, êle mesmo, como ninguém a soubera manejar. Mostrou que não seria conspirando, maquinando revoluções, fomentando a desordem, que se conseguiria o respeito e o amparo dos direitos individuais. Pôde dizer que conspirara uma só vez, por quatro dias, em novembro de 89, e nunca mais o faria, fôsse para o que fôsse. Do mesmo passo, procurou incutir no espírito de seus concidadãos o horror ao estado de sítio, empenhou-se em limitar-lhe o alcance e os efeitos.

Benemerita, a formação do espírito cívico, que a êle se deve, ou para que tanto contribuiu. Ele despertou interesse pelo voto; pregou o dever de votar; ensinou o povo a votar; revelou a força do voto popular. Antes dêle, antes de suas campanhas presidenciais, nenhuma eleição tivera no Brasil tão alto significado e tão vasta repercussão, provocara tão largo debate, interessara tão larga massa de cidadãos.

Ele soube conquistar a compreensão, a estima do povo, arrastando-o aos comícios, retendo-o horas a fio, encantado, atento à sua palavra vibrante, a fixar as características do regime, descarnar implacavelmente as práticas errôneas, cobrir de ridículo as figuras dos seus adversários políticos. Ele quiz subverter o que chamou a “democracia de humilhações, decepções e abdições”.

Quem o ouviu, nalguma das formidáveis orações, sentirá sempre ressoarem os acentos da grande voz oracular. De mim vos direi que, ainda na Assembléia Constituinte de 34, quando defendia a extensão das garantias individuais, pude, certa vez, justificar-me, advertindo: — “Eu ouvi Rui Barbosa...” Nem só o ouvi. Vivi, no seio da multidão, horas de incomparável vibração cívica, que somente êle soube provocar. Assim — para recordar um só episódio, dentre tantos outros — o de certo dia, em que êle voltava de excursão eleitoral a Minas, ou a São Paulo. Anunciara-se que regressaria numa das últimas horas da tarde. Encheu a Avenida Rio Branco, para saudá-lo no percurso por ali, uma onda de povo, gente de tôdas as categorias sociais. Passa a hora marcada, e logo se divulga uma notícia desanimadora: atrasara-se o trem... Compreende-se que a administração pública procurava frustrar os aplausos do povo carioca.

O atrazo seria de uma hora. Ninguém arredou pé. Ai do pobre aluno da Faculdade de Direito, que morava longe, e, depois de uma árdua jornada de trabalho e de estudo, de pé, num recanto da Avenida, deixava decorrer a hora do jantar doméstico — sem pensar nisso! Ai de tantos outros na mesma situação — estudantes, comerciantes, profissionais, liberais, militares! Nenhum saiu; a avenida continuou repleta. Depois, circula a notícia de novo adiamento da chegada, com o mesmo resultado, isto é, sem acarretar a retirada da multidão. Por fim, noite fechada, uma vibração, a multidão que se comprime, abrindo caminho ao carro em que Rui Barbosa agradece os aplausos delirantes. Passa, num instante, o veículo — e a multidão se dispersa. Um só instante — inesquecível. Ainda agora lhe sinto a emoção. Cada um de nós recolhia à casa, reconfortado, como se houvesse imitado aquêle velho de rija tẽmpãra, cumprindo, penosamente, um dever cívico — um pequenino dever cívico, que poderia ser para êle um consolo e um incentivo.

Benemerita, também, a conceituação do federalismo — ainda agora o vimos — adequada à nossa condição social e política, que soube inserir no Pacto de 1891. No próprio seio do Govêrno Provisório, um republicano, histórico, proeminente, Campos Sales, reconhecia a “soberania” — não, apenas, a autonomia das antigas províncias, que se convertiam em Estados; Rui Barbosa contrariou-o, fortalecendo a autoridade do poder federal, salvaguardando a unidade do Direito Privado e a própria unidade nacional e, ainda assim, considerando que Constituição fôra, verdadeiramente, “ultra federalista”.

Benemeritas a sua doutrinação, a sua obra, as suas campanhas, em prol da educação pública e da liberdade religiosa; em prol da pureza da linguagem, especialmente no texto das grandes leis. Contra o militarismo. Contra a preferência dos “não preparados” para o govêrno da Nação.

Benemerita a magnanimidade das suas ações. Tôda a veemência com que impugnava abusos e erros do poder, tôda a mordacidade com que satirisava os responsáveis por êsses erros e abusos — não traziam rancor pessoal, não deixavam resíduos duradouros.

Êle acentuou o caráter impessoal dos seus ataques, dizendo que — os maus lhe inspiravam tristeza e piedade e só o *mal* é que o inflama em ódio. Os que êle atingiu injustamente, na explosão da sua indignação, quase sempre sabiam perdoar-lhe. Por seu turno, êle, confessando o perdão das ofensas recebidas, acrescentava: “assim me perdoem, também, os a quem tenho agravado, os com quem houver sido injusto, violento, intolerante, maligno, ou descaridoso”. No Govêrno Provisório, é êle quem sugere a concessão de pensão aos banidos; Deodoro aceita, excluindo, porém, Silveira Martins e,

então, um dos ministros teria dito: "Tem coração demais êste Rui!" Ele esclareceria que não era coração, era espírito político, o sentimento do interesse do novo regime. Pouco depois, ainda no Governo Provisório, há uma insurreição militar em Santa Catarina, e Deodoro ordena a execução dos culpados; Rui Barbosa intervem e consegue a expedição de contra-ordem. Anos mais tarde, quando surge a idéia da revogação do banimento da família imperial, é dos primeiros a aplaudí-la, e justificá-la, apesar dos ataques que por isso sofre. Dir-se-ia que tinha sempre em mente a velha advertência de Montesquieu: vale mais, nestes casos, perdoar muito que castigar muito, desterrar pouco que desterrar muito...

Benemérito éle próprio, pelo que pregou, pelo que fez pelo que impediu que se fizesse — mais evidenciada estaria a sua benemerência se se tivessem realizado as reformas que propôs, mantido as que realizou, triunfando imediatamente as suas campanhas, prevalecido, desde logo, seus ensinamentos.

Benemérito, como os que melhor hajam servido o Brasil, quase sempre mal servido, tantas vêzes traído pelos que mais devotamente deveriam servi-lo. Benemérito tanto, ou mais, que os heróis que na guerra, em uma arrancada, sacrificam a própria vida em defesa da Pátria, pois sacrificou a sua, dia a dia, durante cinqüenta anos contínuos, sem desfalecer, sem transigir, sem acovardar-se.

Benemérito através da longa, afanosa, torturada vida, e agora, e sempre, cada vez mais, porquanto a simples invocação de seu nome traduz um anseio, a invocação de suas atitudes comprova uma possibilidade, a invocação de seus ensinamentos proporciona uma garantia — anseio, possibilidade, garantia, da implantação definitiva e da perfeita realização da democracia, nesta nossa terra, pela efetividade dos direitos inerentes à dignidade da pessoa humana.

RUI E A MOCIDADE

ORAÇÃO PRONUNCIADA PELO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, PARANINHO DA TURMA DE PROFESSORAS DA ESCOLA NORMAL DE SANTA RITA DE PASSA QUATRO, EM SÃO PAULO

Não há maior recompensa para os que se consagram ao serviço da Pátria do que a simpatia, a compreensão, e o aprêço das novas gerações. Ser julgado pela mocidade é ser julgado no presente pelo futuro.

Não são inúteis os esforços dispendidos, os combates travados, quando eles repercutem nos corações ainda puros dos que se encontram no alvorecer da existência.

No campo da vida pública, o ideal é a grande paixão da mocidade. A mocidade, quase sempre, pensa e atua, desinteressadamente, pondo-se acima das conveniências pessoais. Não conhece ou despreza a corrupção. Seu clima natural é o da nobre altivez, o clima purificado da independência espiritual.

TRADIÇÃO, INOVAÇÃO

A mocidade é, por si mesma, inovadora. E não há inovação quando não há tolerância nem liberdade. Sabemos o que vale a tradição para um país. Mas um povo não vive apenas da tradição. Se tal acontecesse seria a decadência, a decrepitude, a morte. O razoável é respeitar-se a tradição como tradição, em seu sentido histórico, e não como obstáculo à marcha do progresso. Mas só nos espíritos estreitos podemos encontrar o conflito entre a tradição e a inovação. Em sua essência verdadeira, uma não nega a outra. Como o positivo e o negativo no domínio da eletricidade, embora se opondo, não se destroem: completam-se. A inovação de hoje será a tradição de amanhã, assim como as tradições que mais zelamos constituíram inovação em sua época.

A missão do homem amadurecido pelo tempo, é a de temperar, com seus conselhos a atuação da mocidade fogosa, ousada e realizadora, sem, contudo, desiludi-la sem frustrar os seus propósitos, sem impedir que ela siga, historicamente, o caminho que o destino lhe reservou.

PARANINFO

A escolha do meu nome para paraninfo de vossa turma deu-me a satisfação de verificar que a mocidade me considera capaz de compreendê-la e com ela identificar-me.

Esta escolha envaidecedora coincide com a época festiva em que se comemora, no país inteiro, o centenário de nascimento de Rui Barbosa.

Portanto, neste ano de 1949, não é possível a alguém discursar, como paraninfo, sem erguer seu espírito para as alturas em que sempre pairou o do nosso grande patrício.

Na própria vida — tão magnificamente vivida — de Rui Barbosa e em seus dois inolvidáveis discursos “Palavras à Juventude” e “Oração aos Moços”, encontramos todos os ensinamentos que deverão ser transmitidos aos que transpõem definitivamente as ombreiras de suas escolas.

RUI BARBOSA

Conheci pessoalmente o conselheiro Rui Barbosa e sempre o vi como um discípulo a um mestre. Admiro tôdas as manifestações de seu gênio. Sei, perfeitamente, o que êle representa para a Pátria. Não posso, portanto, resistir a tentação de me dirigir a vós meus afilhados, com as próprias palavras do excelso brasileiro quando êle se encontrou, como eu, presentemente me encontro, na contingência de se dirigir à mocidade.

Recordando os conceitos que êle emitiu no seu discurso de 1903, no Colégio Anchieta, de Friburgo, e na famosa e inesquecível “oração” dirigida, como paraninfo, em São Paulo, aos bacharlandos de 1920, prestamos uma sincera homenagem à sua memória imorredoura. E’ o que faço de melhor para mim e para vós. Iluminoso, maravilhosamente, esta modesta oração com o extraordinário fulgor de sua eloquência inigualável.

APOLOGIA DO PROFESSOR

Aos 26 de novembro de 1865, contando apenas 16 anos de idade, pois nascera a 5 de novembro de 1849, Rui Barbosa pronunciou no Ginásio Baiano, por ocasião da distribuição dos prêmios escolares,

um discurso em que aprecia a influência do professor sobre os alunos, fazendo-lhe a apologia.

O jovem Rui disse:

“Na mocidade está o futuro, glorioso ou mesquinho, arraiaado de luz ou sumido em trevas, conforme os princípios que lhe houverem semeado, arraigado, brotado no coração; porque, senhores, o mestre, abaixo de Deus, é o árbitro do porvir.”

“Bem hajam pois os que, esquecendo glórias mundanas, sacrificando interesses e amor próprio, se vão consagrar no retiro e no silêncio, à mais grandiosa profissão que o homem pode abraçar: a educação da juventude.”

PÁTRIA, TRABALHO E IDEAL

No discurso de Friburgo, que recebeu o título de “Palávras à Juventude”, Rui Barbosa lembrou com todo o poder fascinante de sua irresistível argumentação, o que representava para os moços a tríade sagrada: Pátria, Trabalho e Ideal.

“A Pátria — diz Rui — é a família amplificada. E a família, divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício. É uma harmonia instintiva de vontades, uma desestudada permuta de abnegações, um tecido vivente de almas entrelaçadas. Multiplicai a célula, e tendes o organismo. Multiplicai a família, e tereis a Pátria.”

E mais adiante:

“A Pátria não é ninguém, são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.”

Mas não existe Pátria sem trabalho. O trabalho une os homens entre si. Torna comum os seus interesses, os seus anseios, as suas aspirações. É a liga da solidariedade coletiva. É quem estabelece a inter-comunicabilidade das famílias. É sobre ele que se baseia a vida do indivíduo e da sociedade.

O trabalho, para Rui Barbosa, era o grande removedor de obstáculos. Ele cria no seu poder, e o amava com zeloso entusiasmo. O modo desprezível com que via a preguiça, o descuidado, a inércia, manifesta-se a todo instante em sua obra. Rui Barbosa afirmou

sempre que, no trabalho, poder-se-ia encontrar a chave do êxito, da fortuna e da glória.

Que era o talento, o gênio senão um produto, em grande parte, do esforço, da perseverança, do trabalho? “É a assiduidade na educação metódica e sistemática de nós mesmos que descobre as grandes vocações e amadurece os grandes escritores, os grandes artistas, os grandes observadores, os grandes inventores, os grandes homens de Estado. Não contesto a *inspiração*; advirto apenas em que é frequentemente uma revelação do trabalho.”

E acrescenta :

“Dos que nascem argentários se fazem ordinariamente os pródigos inúteis e malfazejos. A cultura pertinaz e obstinada é que desentranha da gleba revêssa as vegetações luxuriantes, as florescências maravilhosas, as frutificações opulentas, searas, pomares, rebanhos, metrópoles, nações, estados, prole imensa dêsse casamento perene, abençoado por Deus, entre a terra e o trabalho. Trabalhai, pois, mas persistentes, incessantes, como o sol de todos os dias e o orvalho de tôdas as noites. Ouvireis discorrer de grandes e pequenas nacionalidades, de impérios poderosos e repúblicas desprezíveis. Tudo aí é atividade, ou indolência; tudo vai do trabalhar, ou não trabalhar. Não há senão povos que trabalham, e povos que não trabalham.”

“Mas o trabalho é rude, às vêzes desabrido, ferrenho, dôconversável: não lisongeia os seus neófitos, não ameniza as suas durezas, não condescende com as nossas debilidades. Mas é preciso encará-lo serenamente.”

Na concepção de Rui o trabalho não pode ser realizado egoisticamente, visando apenas o interesse exclusivo do individuo. É a tese da famosa página “A couve e o carvalho” :

“Enquanto Deus nos dê um resto de alento, não há que desesperar da sorte do bem. A injustiça pode irritar-se; porque é precária. A verdade não se impacienta; porque é eterna. Quando praticamos uma ação boa, não sabemos se é para hoje ou para quando. O caso é que os seus frutos podem ser tardios, mas são certo. Uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã, outros a semente do carvalho para o brigo do futuro. Aquêles cavam para si mesmos. Estes lavram para o seu país, para a felicidade dos seus descendentes, e para o benefício do gênero humano.”

Grande mestre da língua, tinha o hábito de ler dicionários, hábito que deveria ser seguido por vós. Nenhum escritor, por isso, usou com tanta mestria uma sinonímia tão opulenta.

A REBENQUEIDA

Por ocasião da campanha política da sucessão presidencial, em 1912, em certo momento correu a notícia de que o Marechal Hermes havia declarado na fábrica de pólvora de Piquete que levaria seus adversários a rebenque. Rui comentou o fato em primorosa rapsódia, na qual empregou com perficiente singeleza trinta e dois sinônimos de rebenque.

A fim de mostrar a habilidade com que Rui usava os sinônimos basta citar dois trechos da aludida rapsódia :

“O preconceito branco de que o regime do látigo vilipendia e envergonha a espécie humana, levou-nos a engenhar uma Constituição com tôdas as maningancias do mais fino liberalismo. Mas o amor do rêlho, que havíamos contraído, vergalhando os nossos semelhantes, começou a se empregar em nós mesmos.”

Mais adiante acrescenta Rui : “Não sejam tão mimosas nossas epidermes, que se arrepiem e arresinjem com as escolheduras da taca. Por ela é que o gado barbatão e a bestaria chucra entram aos prazeres da vida civilizada. O bruto sempre se assusta, ao encetar a experiência dessa educação, quando a trança carinhosa do pingalim lhe começa a roçar o lombo desacostumado”.

Satisfazendo a curiosidade dos que ainda não leram tão admirável rapsódia vamos recordar os 32 sinônimos de rebenque citados pelo nosso eminente patricio: açoite, bacalhau, vergalho, azorrague, látigo, rêlho, chicote, tagante, chambuco, rebem, coiro, pirai, taca, pingalim, estafim, zeribando, vergasta, verdasca, correia, chibata, rodícios, chambué, manguá, chiqueirá, zorrague, vergalhão, correame, guasea, casca de vaca, rabo de tatú, gato de nove caudas, tira dúvidas.

Da mesma forma que não há pátria sem trabalho, não há trabalho sem ideal. Se assim não fôsse o homem ver-se-ia reduzido a uma simples máquina de produção. Perderia a sua personalidade e transformar-se-ia num instrumento puramente industrial. O homem trabalha não porque o trabalho seja, por si mesmo, a finalidade suprema da existência, mas o meio para a realização objetiva de suas mais caras aspirações.

Ouçamos ainda Rui Barbosa :

“Como definir o ideal ? O ideal não se define; enxerga-se por clareiras que dão para o infinito : o amor abnegado; a fé cristã; o sacrifício pelos interesses superiores da humanidade; a compreensão da vida no plano divino da virtude; tudo o que alheia o homem da própria individualidade, e o eleva, o multiplica, o agiganta, por uma contemplação pura, uma resolução heróica, ou uma aspiração sublime.

Disse o Cristo que o homem não vive só de pão. Sim: porque vive do pão e do ideal. O pão é o ventre, centro da vida orgânica. O ideal é o espírito, órgão da vida eterna. Entendei, como quizerdes, a eternidade e a espiritualidade. Se debaixo de uma ou de outra forma, que será o ideal mais ou menos celeste, mais ou menos terreno, não as admitirdes, tereis reduzidos os entes racionais à animalidade. A política experimental dos incrédulos ainda não pôde agenciar para o grande ensaio, no grêmio da civilização, uma nacionalidade materialista. Até hoje os celeiros do gênero humano, as terras onde loirejam as messes, onde florescem os linhos, onde se tecem as lãs, onde os rebanhos se renovam como as hervas do prado, são os que se fertilizam com o suor dos povos crentes. Esbulhá-los do seu ideal era mais difícil que baní-los de suas pradarias, dos seus armentos, das suas searas, dos seus linhares, das suas manufaturas. Porque, nesses povos, a consciência domina tôdas as instituições e todos os interesses. A religião os fez livres, fortes e poderosos. Pela religião fizeram as suas maiores revoluções. À sombra da religião fundaram os seus direitos. Tirassem a esses Estados o seu ideal, que restaria? Grandes construções morais sem o cimento que as soldava. Tremendas forças sociais, sem o freio que as continha. Massas enormes, sem coesão que as detivesse, como os rochedos erráticos nas eras diluvianas, ou as aludes soltas pelos despenhadeiros dos Alpes. Quando o fratricídio separatista, nos Estados Unidos, abalou, com uma guerra sem exemplo, os eixos do mundo, lutava um interesse com um ideal. O ideal, que era a liberdade, esmagou para sempre o interesse que era o cativoiro. Acreditaís que fora do cristianismo uma nação de Titães abrisse assim as próprias veias, para expiar e extinguir o crime da exploração de uma raça aviltada?

Aí tendes, caracteristicamente o valor prático dêsse elemento imponderável, mas decisivo, nos destinos humanos."

No sábio conceito de Rui Barbosa, o ideal humano liga-se, estreitamente, ao sentimento religioso e ao problema social e político. Deus é a suprema expressão do ideal e, pela Igreja na terra, vão os homens, pouco a pouco, operando, em todos os setores, as grandes revoluções que abrem e preparam os caminhos para a edificação gigantesca de um mundo melhor, mais livre, mais justo, mais equitativo, em que predomine a solidariedade fraternal apregoada pelos Evangelhos.

Dezoito anos depois do discurso no Colégio Anchieta, Rui Barbosa viria confirmar, quando se encontrava no outono da vida, o que dissera nas "Palavras à Juventude". Dirigia-se novamente à mocidade, mas tinha agora a seu favor a sábia experiência da velhice. Seu discurso de paraninfo na Faculdade de Direito de São Paulo não é apenas uma das maravilhas das letras nacionais. É também um

documento inextinguível de beleza moral. Ao lado do esteta inigualável está o defensor ardente e destemido da virtude e da razão. Pode-se dizer que foi como pedagogo que Rui Barbosa consolidou, no começo de sua atividade parlamentar, por ocasião da reforma do ensino primário e secundário, o prestígio sem igual de inteligência e de cultura que o acompanhou até a morte. O pedagogo que Rui Barbosa deixou adormecido, por muitos anos, no fundo de si próprio, ressurgiu no crepúsculo da vida, quando êle escreveu a *Oração aos moços*.

Rui Barbosa insiste no valor do trabalho, nas suas possibilidades milagrosas, mostrando o que nêle existe de transcendental para a mocidade que deixa os bancos escolares.

Ouçamo-lo :

“Oração e trabalho são os recursos mais poderosos na criação moral do homem. A oração é o íntimo sublimar-se d'alma pelo contato com Deus. O trabalho é o inteirar, o desenvolver, o apurar das energias do corpo e do espírito, mediante a ação contínua de cada um sôbre si mesmo e sôbre o mundo onde labutamos.

O indivíduo que trabalha, acerca-se continuamente do autor de tôdas as coisas, tomando na sua obra uma parte de que depende também a dêle. O criador começa, e a criatura acaba a criação de si própria.”

E Rui Barbosa desceu ao geral pelo particular, à teoria pelo exemplo.

“Ninguém desanime, — ensina êle — de que o bêrço lhe não fôsse generoso, ninguém se creia malfadado, por lhe ninguarem de nascença haveres e qualidades. Em tudo isso não há surpresas, que se não possam esperar da tenacidade e santidade no trabalho”.

Na *Oração aos moços*, Rui não se perde em divagações transcendentais. Deixa as regiões estelares para se ocupar da prática diária, dando excelentes conselhos sôbre o método e o rendimento do trabalho intelectual.

“Estudante sou. Nada mais” — confessa com certo orgulho. E adverte: “o trabalho vos há de bater à porta dia e noite; e nunca vos rogueis às suas visitas, se queris honrar vossa vocação, e estais dispostos a cavar nos veios de nossa natureza, até dardes com os tesouros que aí vos haja reservado, com ânimo benigno, a dadivosa Providência. Ouvistes o aldrabar da mão oculta, que vos chama ao estudo? Abrí, abrí, sem detença. Nem, por vir muito cedo, lho leveis a mal, lho tenhais à conta de importuna. Quanto mais matutinas essas interrupções do vosso dormir, mais lhas deveis agradecer.

O amanhecer do trabalho há de antecipar-se ao amanhecer do dia. Não vos fieis muito de quem esperta já sol-nascente, ou sol-nado.

Curtos se fizeram os dias para que nós os dobrássemos, madrugando. Experimentais e vereis quanto vai do deitar tarde ao acordar cedo. Sôbre a noite o cérebro pende ao sono. Ante-manhã tende a despertar.”

E Rui passa do objetivo para o subjetivo, do material para o ideal, do corpo para o espírito.

“Os que madrugam — diz êle — no ler, convém madrugarem também no pensar. Vulgar é o ler, raro o refletir. O saber não está na ciência alheia, que se absorve, mas principalmente, nas idéias próprias, que se geram dos conhecimentos absorvidos, mediante a transmutação, por que passam, no espírito que o assimila. Um sabedor não é armário de sabedoria armazenada, mas transformador reflexivo de aquisições digeridas.”

Em 1921, coerente consigo próprio, Rui Barbosa insiste em apregoar o que dissera, com outras palavras, em 1903 :

“Deus, pátria e trabalho. Metei no regaço essas três fés, êsses três amores, êsses três signos santos. E segui, com o coração puro”.

* * *

Nada acrescentarei aos conceitos dêste homem que, sozinho, simboliza a grandeza espiritual de um povo, de um continente, de uma civilização. Não nos resta outra coisa senão nos curvamos, reverentemente, diante da luminosidade solar de seu gênio e de seu saber, que constituem uma das maravilhas do século.

* * *

Estamos, meus afilhados, vivendo uma noite inolvidável. Recordatória, para mim, gloriosa para vós. Jamais esquecerei tão bela cerimônia. Quanto a vós, sei que trazeis no coração a fé no futuro, pois êste vos pertence, já que ireis, com a ajuda de Deus, forjá-lo, construí-lo com o vosso idealismo, com o vosso trabalho, com o vosso amor à Pátria.

RUI BARBOSA E O TRIBUNAL DE CONTAS

ORAÇÃO DO MINISTRO RUBEN ROSA, PRESIDENTE
DO TRIBUNAL DE CONTAS, NA SESSÃO ESPECIAL
COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE RUI BARBOSA

Feitos... Tão dignos de memória

Que não caibam em verso ou larga história

— LUSÍADAS, X, 71

Ao ensêjo das comemorações do primeiro centenário do nascimento de Rui Barbosa, o Tribunal de Contas da República rende, hoje, o culto de sua veneração à memória do inolvidável brasileiro.

Em todos os recantos do país, de Norte a Sul, do litoral ao sertão, nas grandes como nas pequenas cidades, onde quer que pulse um coração patriota, neste dia, de festa nacional, se evoca a figura laureada dêsse estrênuo paladino da Liberdade, da Justiça e do Direito, num preito de admiração e de reconhecimento.

Integrantes de tôdas as classes, membros de todos os credos, homens e mulheres de tôdas as idades, todos, a um só tempo, elevam aos céus a voz em cântico, num hino de glorificação a êsse homem extraordinário que, pelo seu gênio e pelo seu saber, pelos serviços prestados à Pátria e pela coragem demonstrada nas lutas empenhadas em defesa do bem e da justiça, da fé e da verdade, vive tão presente na consciência da geração de hoje como viveu na das gerações passadas, e viverá na das gerações futuras, através da obra que seu engenho ergueu e esculpiu.

De fato, em todos os setores da república das letras a que estendeu suas atividades, em todos os cenários por onde se agitou seu espírito de homem de pensamento, a vida de Rui Barbosa foi um constante apostolado. Numa contínua e incansável evangelização dos princípios que, sem dúvida, lhe irradiavam do sentimento e da razão, sempre pensando e ensinando, êle não teve outra preocupação que não fôsse a

de bem guiar a nacionalidade pela estrada do respeito às liberdades públicas, da obediência às leis, e do amor às instituições.

Jornalista e tribuno, parlamentar e jurisconsulto, político, estadista e administrador enfim Rui Barbosa realizou, em nossa Pátria, o milagre de eternizar um povo em sua própria esplendorosa imortalidade.

Iniciando sua luminosa trajetória ainda nos bancos acadêmicos, aos vinte anos de idade apenas já pregava a liberdade "contra a ilegalidade impune, vitoriosa, opulenta do cativo, sacudindo a verdade inflamada do direito às faces da pirataria triunfante, sôbre as ruínas das leis e dos tratados".

Desenvolveu-a na epopéia da redenção, durante a propaganda republicana, no advento do novo regime e, após êste, com perseverança, destemor, fé e abnegação.

Trabalhador infatigável em prol do aperfeiçoamento de tôdas as instituições humanas, culminou em Haia, em 1907, e deslumbrou em Buenos Aires, em 1916; ali defendendo a igualdade dos Estados grandes e pequenos, poderosos ou não, expondo os princípios irrefutáveis do Brasil ante a criação de uma Côte Permanente de Arbitragem; aqui dando ao mundo a mais bela lição de direito internacional, na defesa da civilização contra a barbárie.

Não lhe vou fazer, neste momento, a biografia, nem cabe neste ato a plangência das elegias.

Aqui, no recinto augusto dêste Tribunal, a sua figura inconfundível paira como sombra protetora dominando o ambiente, dando vida e força à instituição, que o seu cérebro portentoso concebeu, como órgão constitucional indispensável à boa organização político-administrativa da República.

Acompanhando de perto, desde a última década da Monarquia, a nossa situação econômico-financeira, Rui Barbosa, membro do Governo Provisório em 89, à frente da pasta da Fazenda, conhecia bem a herança que o novo regime recebera.

Acreditava que o liberalismo nascente assentaria preceitos sensatos de administração das finanças públicas, mas, de logo, compreendeu o estadista que, embora o governo democrático pudesse dispor de um excelente corpo de leis e normas orçamentárias e contábeis, não poderia impedir que todo êsse conjunto de disposições sofresse as influências da politicalha, enfraquecendo-lhe ou anulando-lhe os resultados benéficos.

Cuidou, por isso, de firmar as resistências que deviam opor-se àquelas influências perniciosas.

Daí a idéia da criação do Tribunal de Contas, que êle propôs ao Chefe do Governo em memorável "exposição de motivos" datada de 27 de novembro de 1890.

É certo que já em 1826 o visconde de Barbacena e José Inácio Borges tinham sugerido a criação desse órgão. Mais tarde, em 1835, pleiteou-o Manuel Nascimento Castro e Silva, e, depois em 1845, era objeto da apreciação do Parlamento “traçado em moldes assaz arrojados por um dos maiores ministros do Império — Manuel Alves Branco”.

Mas, como salientou o próprio Rui “atenta a importância do assunto, a idéia adormeceu, na mesa da Câmara, desse bom sono de que raramente acordavam as idéias úteis, especialmente as que podiam criar incômodos à liberdade da politicagem eleitoral. E quarenta e cinco anos deixou a Monarquia entregue o grande pensamento ao pó protetor dos arquivos parlamentares”.

Pugnou, assim, o notável brasileiro que essa reforma fôsse uma “das pedras fundamentais da edificação republicana”.

São daquele importante documento estas passagens eloqüentes em que debuxou, com maestria inexcelável, o panorama nacional :

“O Governo Provisório, no desempenho da missão que tomou aos ombros, propôs ao País uma Constituição livre, que, para firmar as instituições democráticas em sólidas bases, só espera o julgamento dos eleitos da Nação.

Outras leis vieram sucessivamente acudir aos diversos ramos da atividade nacional que só dependiam desse concurso, para produzir seus benéficos resultados em proveito do desenvolvimento comum.

Faltava ao governo coroar a sua obra com a mais importante providência, que uma sociedade política bem constituída pode exigir de seus representantes.

Referimo-nos à necessidade de tornar o orçamento uma instituição inviolável e soberana, em sua missão de prover às necessidades públicas mediante o menor sacrifício dos contribuintes, à necessidade urgente de fazer dessa lei das leis uma força da nação, um sistema sábio, econômico, escudado contra todos os desvios, tôdas as vontades, todos os poderes que ousem perturbar-lhe o curso traçado.

Nenhuma instituição é mais relevante, para o movimento regular do mecanismo administrativo e político de um povo, do que a lei orçamentária. Mas em nenhuma também há maior facilidade aos mais graves e perigosos abusos.”

Prosseguindo, afirma com maior veemência :

“O primeiro dos requisitos para a estabilidade de qualquer forma de governo constitucional consiste em que o orçamento deixe de ser uma simples combinação formal, como mais ou menos tem sido sempre, entre nós e revista o caráter de uma realidade segura, solene, inacessível a transgressões impunes.

Cumpra acautelar e vencer êsses excessos, quer se traduzam em atentados contra a lei, inspirados em aspirações opostas ao interesse geral, quer se originem (e são êstes porventura os mais perigosos) em aspirações de utilidade pública, não contidas nas raia fixadas à despesa pela sua delimitação parlamentar...

Cumpra à República mostrar, ainda neste assunto, a sua fôrça regeneradora, fazendo observar escrupulosamente, no regime constitucional em que vamos entrar, o orçamento federal.

Se não se conseguir êste desideratum; se não pudermos chegar a uma vida orçamentária perfeitamente equilibrada, não nos será dado presumir que hajamos reconstituído a Pátria, e organizado o futuro."

Após essa justificação irresponsável, consubstancia, com exatidão, a idéia pela qual se batia :

"É, entre nós, o sistema de contabilidade orçamentária defeituoso em seu mecanismo e fraco na sua execução.

O Govêrno Provisório reconheceu a urgência inadiável de reorganizá-lo; e a medida que vem propor-vos é a criação de um Tribunal de Contas, corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura, que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional, sem risco de converter-se em instituição de ornato aparatoso e inútil."

Finalmente, com a clarividência dos iluminados, fixa melhor as características do novo órgão que denodadamente reclamava para a Nação :

"Convém levantar, entre o poder que autoriza periodicamente a despesa e o poder que quotidianamente a executa, um mediador independente, auxiliar de um e de outro, que, comunicando com a Legislação, e intervindo na Administração, seja, não só o vigia, como a mão forte da primeira sobre a segunda, obstando a perpetração das infracções orçamentárias por um veto oportuno aos atos do Executivo, que direta ou indirecta, próxima ou remotamente discrepem da linha rigorosa das leis de finanças."

Devemos, portanto, ao genial Rui Barbosa a criação dêste Tribunal, que mercê de Deus, em quase sessenta anos de existência, jamais faltou à sua finalidade. Substituíram-se os regimes, sucedem-se os governos, renovam-se os parlamentos, e êle vai silenciosamente, patrioticamente, com independência, com elevação, com espírito público, desempenhando sua delicada e árdua função fiscalizadora.

Reverenciando, nesta hora de intensa vibração cívica, a memória do imortal brasileiro, seja-me permitido oferecer a esta Egrégia Côrte o original, em fotocópia, dessa "Exposição de Motivos", verdadeiro

monumento histórico, que é, de fato, a pedra angular da nossa organização constitucional.

Aqui, guardado carinhosamente ao lado do primeiro livro de atas dêste Tribunal, enriquecendo o seu patrimônio, será uma outra reliquia da nossa mais pura tradição.

Meus Senhores :

A simples leitura dêsses trechos magistrais do documento objeto da minha oferta, representaria, só por si, oportuna e comovida consagração do Tribunal de Contas do Brasil ao seu excelso patrono, na efeméride que estamos celebrando.

Não basta, porém, para exaltar quem, por tantos e gloriosos títulos, se tornou credor da nossa gratidão.

A palavra ecoa e fulge, mas se perde na vastidão do tempo e do espaço.

Foi mister, assim, que se collocasse na sala das nossas reuniões o retrato do homem que a morte não fulminou, mas que, ao contrário, fez resplandecer ainda mais a serenidade luminosa da glória, como nume tutelar da nacionalidade.

Sua efígie, erguida sôbre a nossa cabeça, ser-nos-á inspiração e guia, na lição eloqüente e confortadora que nos transmitiu da Justiça que arrebatou, do Trabalho que edifica, da Paz que transfigura.

A GEOGRAFIA NA OBRA DE RUI

Teria sido Rui Barbosa, algum dia geógrafo ?

Ou mais restritamente, ter-lhe-ia alguma vez ocorrido versar temas de geografia ?

Que nos conste, não houve tentativa de examinar-lhe possíveis aplicações da proteiforme inteligência a tais assuntos de absorvente especialização, além da erudita conferência proferida pelo almirante de esquadra Dodsworth Martins, perante a Sociedade Brasileira de Geografia.

Em verdade, as comemorações do primeiro centenário de seu nascimento propiciaram o estudo, confiado a abalizados sabedores da sua obra vastíssima, que se espalhou pelos domínios do direito, em várias modalidades, da filologia, das finanças, da diplomacia, do jornalismo, da pedagogia e até da estratégia militar, que se afigurava estranha à sua formação fundamentalmente jurídica.

No tocante à geografia, porém, teria deixado provas de suas cogitações ?

Não conhecemos os primeiros contactos com tal matéria do estudante baiano, que, aliás, não assentia facilmente em acolher as lições dos professores, quando as julgasse falhas, como ocorreu, certa vez, ao impugnar improcedente correção de sua prova de latim.

Não se divulgou análoga divergência em relação à geografia, por ventura aprendida de acordo com os métodos então vigentes, aos quais mais tarde oporia princípios racionais.

Era deputado geral, quando lhe foi às mãos o projeto de Reforma do Ensino Primário.

O parecer que elaborou, como relator da Comissão de Instrução Pública, mereceu rasgados gabos dos educadores, maravilhados pela segurança de conhecimentos pedagógicos, evidenciados por quem não abraçara o magistério.

Descabido, seria, neste lance, referência minudenciosa à monografia, que rompeu dos debates parlamentares, com as características de surpreendente perfeição, exaltada pela *Société de Législation*

Comparée, em seu *Annuaire de Législation Etrangère*. Chacun de ces projets est précédé d'un long et intéressant rapport : jamais des travaux aussi considerables, à tous les points de vue, n'ont été présentés aux chambres" (1).

Vem a pelo, todavia, a opinião de competente profissional, que na atualidade dirige superiormente o Departamento Nacional de Educação.

Referindo-se ao parecer, exaltou-lhe a valia o professor Lourenço Filho, ao afirmar :

Aí se encontram: uma conceituação geral da educação; os seus princípios normativos, ou filosofia pedagógica; as bases científicas da ação educativa, com indicações precisas sobre a biologia e a psicologia da criança; toda a técnica da educação pre-primária e primária e indicação substancial da técnica dos estudos secundários e superiores; notas e exemplos, segundo os mais adiantados modelos da época (os quase testes de Martin) sobre a verificação do rendimento do ensino, os tipos fundamentais do ensino comum e do ensino especial, primário, secundário, profissional, superior; o estudo do pessoal docente, quanto à formação, carreira, condições de recrutamento e de aperfeiçoamento; os grandes problemas da organização escolar, do efetivo das classes, dos horários, os princípios gerais de didática, o material, os processos de ensino, a conceituação rigorosa do método, normas relativas às construções escolares, situação, arquitetura, higiene da visão; o mobiliário escolar, a educação física, a educação sanitária, a metodologia especial de cada disciplina — da linguagem, da matemática elementar, da geografia, da história, das ciências físicas e naturais, do desenho, da música" (2).

No que tange, em particular, à geografia, designa-a "como a introdução às ciências naturais", relembrando conceito de Kant, e cita a propósito o de Herder :

"Acusar de aridez o estudo da geografia, o mesmo é que argüir de secura o oceano. Grande assombro seria o meu, se um menino bem dotado não a ficasse amando acima de todas as outras ciências, desde que lhe mostrassem sob a forma que lhe é própria".

Tudo, porém, dependeria da metodologia adotada, que já ensaiava em mais de um país libertar-se dos defeitos condenados pelos reformadores, como depunha Ferneuil.

(1) Rui Barbosa, *Obras Completas*, vol. V, pág. XV.

(2) M. B. Lourenço Filho — A margem dos pareceres de Rui sobre o Ensino.

Ap. *Obras Completas*, vol. X.

“Já os alunos não repisam listas de nomes de países e cidades, sem idéia nenhuma da sua posição geográfica, e alguns de memória compõem cartas mui exatas, mui nitidamente desenhadas, que abonam as lições dos mestres”.

Transcreveu as recomendações da Comissão Francesa de Geografia instituída em 1871, bem como o relatório apresentado por Gerard, incumbido pelo governo belga de colher as mais sadias idéias no Congresso de Geografia de Paris, de 1875.

Valendo-se de conceitos de Levasseur em “L’enseignement de la Géographie dans l’école primaire”, descerra novos horizontes para os estudantes.

“Na Alemanha, como na Suíça, na Áustria, na Suécia, o mestre, nos cursos elementares, começa, digamos assim, por colocar o menino em presença dos lugares que o cercam leva-o a medir o recinto da aula, traça na pedra o plano da escola, interroga as crianças para as induzir a compreenderem a posição relativa das coisas, bancos, salas, jardins, pátio, ensina-lhes o modo de se orientarem; indica-lhes a maneira de guiarem-se por uma carta da cidade, ou das imediações da aldeia; assinala, se cabe, os morros, as correntes fluviais; dá tanto mais facilmente a explicação de cada coisa, quanto os discípulos a têm presente aos olhos ou à memória”.

Gradativamente ir-se-á ampliando a área de pesquisas, por maneira que “descrevendo o território da Comuna, transpuseram-se os limites da povoação; porque só as cidades têm coberta de vivendas a sua superfície toda; e, descrevendo os acidentes naturais, muitas vezes se achou ocasião para indicar o motivo das obras do homem nas suas relações com o solo e, portanto, com a geografia: o que explica a plantação destas vinhas numa vertente, quando na outra não as há; a razão dos prados, neste vale; a causa de assentar-se um moinho à borda do ribeiro; a necessidade que leva aquela via férrea a contornar o morro. Chega então o ensejo de atravessar os confins do município, traçando, sempre na pedra, as comunas que o circundam e as estradas que os comunicam”.

Deixaria então a geografia de ser meramente descritiva, ou enfadonha catalogação de nomes, para cuidar da explicação da paisagem.

E Rui Barbosa, embebido de radiosos ensinamentos dos orientadores da nova doutrina, que iria imprimir feições científicas à disciplina, apontou as precaríssimas condições em que se lhe mantinham o estudo no Brasil.

“Para mostrar quão infinitamente longe estamos dêsses modelos, bastará folhear alguns dos nossos manuais elementares de geografia.

Tomemos, por exemplo, a *Pequena Geografia da infância, composta para uso das escolas primárias*.

“Depois de algumas definições geométricas, que ocupam as duas primeiras páginas do texto, outras definições constituem o introito: definição da Geografia dos limites e círculos do globo, dos polos, do horizonte, clima, latitude, longitude e estações do ano, continente, região, país, ilha, península, cabo, istmo, monte, montanha, serra, vulcão, mar, oceano, golfo, estreito, mancha, passo, lago e rio.”

De mais a mais, a confusão de idéias associava-se à imprecisão da linguagem como assinalou ao mencionar alguns exemplos: “Monte é uma massa de terra elevada, que tem declive sensível. Vulcão é um grande boqueirão aberto de ordinário no cimo de um monte, E cratera, essa mesma abertura ou boqueirão...”.

“Vulcão e cratera são, portanto, comentou irônicamente, sinônimos: significam a mesma idéia geográfica”.

Diante de tamanhos dislates, continuou a criticar:

“Enfiado êste rosário de abstrações ininteligíveis ao espírito despreparado da criança, segue-se-lhe imediatamente a tarefa de decorar o número total de quilômetro e habitantes em cada continente, a lista das religiões e raças humanas, com a sua distribuição pelas várias partes e Estados, *que se pressupõem assim conhecidos antes de aprendidos*, as fases da civilização e as formas de governo, rematando tudo pelo questionário do costume”.

Então, em vez de principiar pelo município, pela província, ou pelo país, o curso consagra as suas primeiras lições à Europa, à Ásia, à África, à América (onde o discípulo repete simplesmente o nome da pátria, confundida sem uma palavra de distinção, entre os demais Estados) e à Oceania, para, depois, recomeçando, estudar a Geografia particular de todos os países das cinco partes do mundo, e só no fim recebe notícia do seu”.

E para mais incisivamente acentuar as falhas de tal pedagogia, acrescentou:

“O ensino por nomenclatura domina exclusivamente: salvo algumas observações frias e sem côr acêrca do aspecto físico, e a indicação dos sistemas de Governo, tudo o mais reduz-se à repartição monótona dos cultos e das famílias humanas por entre as diversas nações, cabendo, porém, todo o espaço à enumeração das terras e águas. Na Geografia geral a grande questão, o empenho quase absoluto do curso está em gravar na memória os nomes de todos os países, mares, golfos, estreitos, lagos, rios, montes, ilhas, penínsulas, cabos: *cêrca de mil*”.

Afigurou-se-lhe inteiramente errado semelhante processo.

“Praticado assim pelo bordão da rotina, insistiu; o ensino da Geografia é inútil, embrutecedor. Nulo como meio de cultura, incapaz mesmo de atuar duradouramente na memória, não faz senão oprimir, cansar e estupidificar a infância, em vez de esclarecê-la e educá-la”.

Em síntese, “o método racional de professar a geografia a crianças, em sua opinião, é ponto por ponto a antítese do adotado no livro de cujo plano, há pouco, demos idéia”.

Para normas aconselháveis da reforma, endossou as palavras de Michel Bréal, que asseverara, no decênio anterior: “Até hoje o homem está ausente dos nossos livros de geografia e, todavia, êle é o verdadeiro e principal objeto dêsse estudo. De um lado, a geografia deve apresentar as mudanças a que submetem o homem a situação, o clima, a configuração e a natureza da terra habitada por êle; de outro, há de mostrar as modificações que êle mesmo imprime ao solo, e o proveito que extraiu da sua vivenda terrestre.

Encarada por êste modo, a geografia virá colocar-se entre as ciências naturais e as ciências históricas, participando de umas e outras. Se mostrardes como as ocupações, a riqueza, o caráter, os costumes, a vida íntima dos povos dependem do solo, onde cada um reside, e como a civilização, centuplicando as forças do homem, acaba por habilitá-lo a senhorear o mundo, não há mais recear que o aluno se desgoste dêsse estudo, ou ache difíceis de conservar em mente as nomenclaturas; porque os nomes que aprender lhe recordarão uma idéia moral, e porque sentirá as relações, cujo nexó une entre si os fatos ensinados.”

E para evidenciar assimilação cabal da boa doutrina, resumiu-a em expressiva imagem.

“Em suma, afirmou o relator, o ensino da Geografia vem a constituir a moldura animada e pitoresca, dentro na qual se representa vivamente aos olhos do aluno o espetáculo da civilização contemporânea, com os seus recursos, as suas forças, as suas lutas as suas dificuldades, as suas conquistas, os seus esplendores e os seus contrastes de sobras.”

Para tanto, porém, faz-se mister no ensino elementar, quanto no médio, “a estreita união, que a pedagogia de hoje estabelece, entre êsses estudos e a fisiografia, ou descrição geográfica da natureza, ilustrada pela geografia científica da criação, a física terrestre, que completa o exame dos fenômenos ligados à superfície do globo, pela investigação das suas causas, das suas relações, das suas consequências, das leis que os explicam e regem”.

E indicou, por modelo, a *Geografia Física*, de Guyot, antes de comentar :

“Depois, de um relance de olhos geral pelo universo e o papel da terra no seu seio, a forma, o volume, a massa do planeta onde respiramos, estuda o aluno o globo terrestre no seu caráter de imensa maquete, com as suas linhas de declinação, variação e inclinação, a temperatura íntima da terra, com as suas manifestações e os seus resultados, nas fontes quentes, nos *geysers*, nos poços artesianos, nas erupções, nas oscilações do solo, os vulcões, com a sua natureza, os seus modos de formação, a sua atividade, as suas intermitências periódicas, os seus tipos, as linhas, as zonas e as origens da ação vulcânica, os terremotos, com os seus vários gêneros de movimento, ondulatório, rotatório, vertical, a sua duração, os fatos característicos da sua distribuição especial, as suas circunscrições, a sua relação com as condições atmosféricas, a sua coincidência com as posições da lua e a periodicidade das manchas solares; considera, em seguida, os três grandes elementos geográficos que, sob a influência do sol, mantêm a vida, nas suas múltiplas formas : a terra, o mar, a atmosfera”.

No tocante ao segundo, “o ensino percorre os segredos e as maravilhas do mundo das águas : examina-lhes a interferência preponderante na composição dos corpos organizados, o seu concurso dominante como principal agente nos processos que estabelecem e modificam o aspecto das terras, o seu contínuo trabalho de desagregação e reintegração dos materiais da crosta terrestre, a drenagem dos continentes, o mundo oceânico, sua acidentação superficial, as magnificências e os abismos do seu fundo misterioso, os seus movimentos — ondas, marés, correntes marinhas, a procedência destes. sua circulação, excedente em grandeza aos mais amplos sistemas circulatórios dos continentes, a ação das grandes artérias do oceano sobre os climas do globo”.

De modo análogo, referiu-se ao estudo da atmosfera, “novo oceano impalpável, mas irresistível nos elementos que o povoam, nas forças que o regem”.

E após examinar longamente o texto apontado por modelo, frisou o contraste desanimador :

“Eis até que extensão chega, hoje em dia, no programa escolar, a instrução geográfica ! E, todavia, o que se vê, até agora, entre nós, a êsse respeito, nas escolas públicas, é tão miserável, que dêsse ensino aqui, podemos dizer, ainda nem o comêço existe”.

Não poderia ser mais desanimadora a conclusão, que patenteava conhecimento seguro do assunto explanado magistralmente.

A terminologia talvez claudicasse aqui e ali, quando cotejada com a moderna linguagem dos geógrafos.

As concepções, porém, ainda poderiam perfeitamente entrar em curso, não obstante o longo período decorrido, desde que foram emitidas, a pouco menos de sete décadas.

Revelou-se Rui Barbosa admiravelmente a par das idéias renovadoras do ensino da geografia, embora não as praticasse ainda a sua mais constante inspiradora, a Inglaterra.

II

Em verdade, a admiração que o relator do parecer memorável dedicava à Inglaterra, rompente em outros assuntos, não se espelhou nas pesquisas luminosas referentes à geografia.

Aliás, as suas Universidades, ainda as mais afamadas, praticamente silenciavam a respeito, pois havia entre os docentes quem a considerasse “not possessing either content or method worthy of serious study” (3) de acôrdo com a orientação do professor G. H. Darwin, de Cambridge, que não titubeou em declarar : “I cannot see how Geography pure and simple can be made a subject of intellectual training”.

Quando Francisco Galton, educador embebido de aspirações reformadoras, sacudiu a Royal Geographical Society com ousadas propostas de novas diretrizes, a sua maior vitória consistiu no adiamento da discussão até que “they had the time to strengthen their case by obtaining evidence of what was being done on the Continent and particularly in Germany”.

Incumbido de semelhantes averiguações, John Scott Keltie não tardou em apresentar o “Report to the Council”, de 1885, que assinalou marco iniciador do ensino moderno da geografia na Inglaterra.

Apontou, então, as suas maiores falhas existentes : carência de organização, bem como de professores idôneos.

Decidida a Royal Geographical Society, apesar da opinião da velha guarda, a esposar o programa reformador, descerrou-se promissora fase.

Contemporâneamente, Mackinder, em fogosa mocidade, ultimava o seu curso em Oxford e pelas férias de Natal, achando-se em Londres, encontrou-se com Keltie.

Conversaram largamente a respeito do assunto que os empolgava.

(3) J. F. Unstead — H. J. Mackinder and the New Geography — “The Geographical Journal”, órgão de The Geographical Society, London, vol. CXIII — June 1949.

Percebendo era o jovem universitário afeiçoado à campanha renovadora, pediu-lhe reduzisse a escrito a opinião que manifestara em palestra.

Dá se causou a memória "On the scope and methods of Geography", que, lida em sessão de 31 de janeiro de 1887, iria imprimir diferente rumo aos estudos da matéria.

Alguns conceitos, então proferidos por Mackinder, voltariam de continuo à baila, na linguagem dos especialistas.

Assim, o paralelo entre geografia e geologia: "The geologists look into the present that they may interpret the past, the geographer looks into the past that he may interpret the present".

Ainda mais, "an environment is a natural region". "Man alters his environment, and the action of that environment on his posterity is changed in consequence. The relative importance of physical features varies from age to age according to the state of knowledge and of material civilization".

E explicava o seu pensamento.

Mas, refletia: "Knowledge is, after all, one, but the extreme specialism of the present day seems to hide the fact from of certain class of minds".

Fazia-se mister evitar, já naquela época, a dispersão desarticuladora, especialmente entre as ciências naturais e as sociais.

Qual seria o meio de coordená-las?

"It is the duty of the geographer" insistiu, convicto, "to build one bridge over an abyss, wich in the opinion of many is upsetting the equilibrium of our culture".

E começou, então, na Inglaterra a transformação do ensino da geografia, que teve em Mackinder o seu maior apóstolo, pelo saber e capacidade rara de transmiti-lo aos seus alunos e leitores.

Ainda modernamente, na Alemanha, mais de um postulado da geopolítica derivaria das idéias do mestre britânico. Já não poderiam, entretanto, servir ao parecer do deputado baiano, elaborado antes do surto dos propósitos renovadores no país de suas mais fervorosas inspirações.

Certo, não lhe passariam despercebidas, pois que se enfrontara cabalmente no assunto e não perderia ensejo de colher ensinamentos dos mais autorizados educadores, entre os quais se extremara o chefe incontestado da escola inglesa.

Naquela oportunidade, porém, não lhe foi possível tomá-la por guia, pois que se achava em período de transição, entre o regime que entrara em crepúsculo, e a aurora alviçareira, que apenas se entre-mostrava, nas inquietações de reformadores ardorosos.

Além do parecer, que lhe consolidou o prestígio entre os doutos, mais de uma vez teria Rui Barbosa que versar assuntos relacionados com a Geografia. Cuidadosa pesquisa em seus discursos parlamentares e artigos estampados na imprensa mostraria quanto lhe interessava a especialidade.

Venham à colação, entretanto, apenas três episódios, em que se viu pessoalmente envolvido, já neste século.

Em sua arraiaida festiva, enegreceram os ares acreanos, onde tumultuavam os seringueiros, ameaçados de despejo pelas autoridades bolivianas.

Não vem ao caso analisar as origens da contenda nem o seu desenrolar belicoso, que a intervenção do barão do Rio Branco paralisou, prometendo dar-lhe solução definitiva a contento geral.

Suspensas as hostilidades, o ministro das Relações Exteriores nomeou comissão especial, que deveria entender-se com os plenipotenciários da Bolívia.

Rui participaria das negociações, juntamente com Assis Brasil e Heráclito Graça.

Não lhe agradou, porém, a sugestão de ceder porção do solo brasileiro, em troca da desistência dos vizinhos, que também teriam indenização em moeda sonante.

Pleiteava, sem dúvida, a anexação ao Brasil da faixa disputada, sem que houvesse, porém, compensação territorial.

Tudo se lhe afigurava possível obter pelo aumento da quantia oferecida.

O civismo boliviano, todavia, timbrava em dissipar qualquer idéia de simples transação mercantil, por meio da qual a sua Pátria desistisse do que julgava pertencer-lhe, mediante recebimento de avultada importância (4).

Aceitava a troca de terras, ainda que não equivalentes em área e possibilidades econômicas, mas repelia qualquer proposta simplesmente monetária.

(4) Os bolivianos adotaram os conceitos de Salinas Vega, que recentemente dirigia o Ministério das Relações Exteriores: "Nunca a Bolívia venderia o seu território: seria uma execração".

Diante de tamanha intransigência, capitulou Rio Branco, e anuiu em ceder uma faixa de terreno matogrossense, como ambicionavam os litigantes.

O senador baiano, entretanto, discordou da solução, preferindo exonerar-se da comissão, para não firmar documento que mutilasse o território nacional.

Não era na geografia que se amparava, para justificar a condenação do ajuste, que lhe repugnava ao patriotismo. Neste buscava apoio e argumentos, de que recheiou a sua carta de despedida (5).

Ultimada a transação e constituído o Território do Acre, chegou a vez do Estado do Amazonas de entrar na demanda, para reivindicar o domínio que pretendia ter às terras questionadas. Como seu patrono, atuou o senador baiano, cujo arrazoado se alongou por dois volumes.

Para explicar doutrina acérca da incompetência do juízo e da impropriedade da ação, ocupa o tomo primeiro, ao passo que no outro além da dissertação jurídica, também cuida dos fatos (História e Geografia) e das provas (cartográfica e diplomática).

Revela-se cabalmente informado no tocante à geografia da região, e de sua representação cartográfica.

A propósito, conceituou com acerto: "O Brasil não possuía então geógrafo mais venerado que Cândido Mendes, pelo gênio investigativo, pela miudeza, pela ciência, pela exatidão.

"Estampado há quarenta anos, o seu atlas foi por muito tempo a nossa obra clássica em cartografia brasileira, e não nos parece que, até hoje, outro a destituisse desta primazia".

E como lhe reforçasse a argumentação, ainda lhe mencionou o nome, associado a outros mais modernos:

"Cândido Mendes, em 1868, Frontin e Paula Freitas em 1899, Rio Branco em 1903, atestam a uma voz não se conhecer, nas secre-

(5) Para lhe enfraquecer a argumentação, diria o barão do Rio Branco em sua Exposição ao presidente Rodrigues Alves, justificativa da transação ultimada em Petrópolis:

"As combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e mais ainda, aquelas em que tôdas ganham, serão sempre as melhores".

E, por fim, arriscava todo o seu prestígio, adquirido em pleitos memoráveis com o fim de garantir a aprovação do Tratado de 17 de novembro de 1903:

"Com sinceridade afianço a V. Ex. que para mim vale mais esta obra em que tive a fortuna de colaborar sob o governo de V. Ex.^a, e graças ao apoio decidido com que me honrou, do que as duas outras, julgadas com tanta bondade pelos nossos concidadãos e que pude levar a termo em condições sem dúvida muito mais favoráveis".

tarias, bibliotecas e arquivos, um só documento cartográfico anterior a 1873, que não fixe no paralelo 10° 20' a nossa extrema com os bolivianos.”

Todavia, a utilização dos ensinamentos da Geografia em seus arrazoados rompe com intensidade maior em outra demanda na qual também atuou.

Tratava-se do litígio sustentado pelo Rio Grande do Norte e Ceará a respeito do traçado da divisória comum, confiado à decisão da magistratura desde 22 de agosto de 1894.

Em conflitos de jurisdição e consequências impecedoras do andamento do processo decorre-se largo prazo, que permitiu o recurso ao arbitramento.

Contra o laudo arbitral de 24 de julho de 1903, insurgiu-se, porém, o Rio Grande do Norte, amparado pelo jurisperito, que lhe justificou o procedimento, antes que penetrasse no âmago da questão.

“Traçar precisamente as raías ao terreno que se contende entre as duas partes, firmaria de início Rui Barbosa, será naturalmente, na dedução das nossas idéias a primeira condição de método e clareza, que se nos impõe.”

Neste lance, já acentuava a orientação, que lhe iria caracterizar o articulado.

Os ensinamentos de Rio Branco frutificaram, com o exemplo das suas vitórias em pleito internacional, mercê do auxílio preponderante da geografia, que lhe robustecia a argumentação.

O advogado abstraiu-se por momento dos seus tratados jurídicos, para situar a faixa litigiosa. E depois de cotejar as pretensões de ambos os contendores, concluiu :

“A superfície reclamada ao Rio Grande pelo Ceará confina a nordeste com o mar desde o morro do Tibau à foz do Apodí ; a leste beira o rio Apodí (no trecho final, onde hoje tem nome Mossoró) até o Pau Fincado ; daqui extrema, rumo noroeste, por uma obliqua ideal, invenção da carta P'aulet, até a serra d'Anta de Dentro ; inteirando a fronteira, dêste ponto em diante, à serra do Apodí.”

Definido o objeto da causa, que lhe fôra confiada, applicou-se a examiná-la, tanto à luz da história como da geografia. Bascado na primeira afirmou : “não é, portanto, o Rio Grande quem deve ao Ceará : antes êste é que deveria ao Rio Grande, se houvêssomos de ajustar contas, segundo a precedência da civilização e o rumo da

conquista, visto que esta se espraçou das feitorias riograndenses, anteriores à nascença do Ceará, para as regiões onde êste mais tarde se desenvolveu.”

Maiores argumentos proporcionou-lhe a segunda, expostos em três longos capítulos : *A tradição geográfica — O equívoco do Mossoró — O divortium aquarum*.

Após alinhar opiniões várias, desde Marlaeus, asseverou : “aí onde a natureza pôs a extrema do Ceará na ribeira do Jaguarão separada pelas serras que avançam até o mar no Tibau, da ribeira do Apodí é que o fio da tradição delineou sempre a raia entre os dois Estados”.

A cordilheira do Apolí, o Jaguaribe, o Tibau são os três elementos mais ou menos constantes nessa cadeia histórica de testemunhas, que agora acompanhamos nos livros e nas cartas, para seguir depois nos documentos e nos fatos”.

Ao tratar do rio lindeiro, conceitua : “o Mossoró não é um nome, é uma homonímia, de cujos equívocos está inçado, geográfica e historicamente, neste litígio, todo o terreno da questão”.

Assim se denominou, consoante a versão cearense, o baixo Apolí.

Entretanto, “chamavam-lhe originariamente Upanema, e por tal o conhecia o regimento dos pilotos, continuando o mesmo uso nos roteiros da costa”.

E em documento firmado pelo ouvidor da Capitania da Paraíba, a linha divisória segue “da costa do mar até as cabeceiras do Apodí”.

Então, conclui o patrono.

“Logo, êsse rio conservava até a barra, até ao mar o nome de Apodí. Logo, não assumia o de Mossoró. Logo, não era o Mossoró cuja picada extremava as duas Capitánias”.

E continuando a raciocinar, escorado nos acidentes topográficos, rematou :

“Temos assim reconstituído o alcance da antiga expressão geográfica, em cuja variação do objeto, comparativamente moderna, vai o Ceará buscar um dos mais aproveitáveis recursos do seu jôgo. Se fôsse lícito entender como relativas ao novo Mossoró, isto é, ao baixo Apodí, as referências dos antigos documentos, a pretensão do Ceará seria facilmente vitoriosa. Acabamos, porém, de ver quantos acidentes da superfície terrestre, naqueles sítios, abrangia aquele nome ; uma

estrada, uma ponta, uma serra, um rio, uma ribeira. Tudo isso é o Mossoró na geografia histórica dos dois Estados pleiteantes: Isso tudo, a saber : uma região, com a sua orografia, a sua hidrografia, a sua viação peculiar”.

A propósito da balisa à beira-mar, esclareceu : “O Tibau não é uma coluna solitária à riba-mar, um padrão perdido na orda das vagas. Se êle fôsse apenas uma coluna sôzinha no rosto do oceano, indicando um ponto na linha da costa, a sua importância não seria tamanha. O que a torna decisiva, é a sua correspondência com o rumo das serras, que do interior traçam a divisa e, nas suas lacunas, a deixam indicada pela direção da sua linha”.

Recorre aos geógrafos, para lhes endossar as opiniões ou contestá-las, como ocorreu no tocante a Cândido Mendes, que se limitou, “como se diz na petição inicial, a compilar a carta de Paulet, de que em seguida trataremos.

Não é, portanto, mais do que um reflexo do outro, cujo valor, como se verá, não resiste à análise.

Há, de mais a mais, no seu trabalho negligências evidentes e consideráveis. Não é êle, por exemplo, quem nos traça o *Mossoró* desaguardo no *Apodí* pela esquerda, a leste do morro do Tibau, quando êsse rio desemboca ao norte dêsse morro, no oceano ?

Com ser dos mais respeitáveis, nem sempre se poderá descansar na competência dêste ilustre autor, cuja discrição, nesse mesmo adotar da carta Paulet, ficou muito aquém do que a sua autoridade nos dava a esperar”.

Citou a propósito a crítica do conselheiro Barradas, na questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina :

“O ilustre geógrafo, nos mapas das províncias do Brasil, procurou muitas vêzes estabelecer a divisão que desejava que fôsse, e não a que de fato era, e por isso levantou os protestos de tôdas as províncias, que tinham limites confusos ou contestados”.

Quanto a Paulet, para lhe desvaliar o depoimento, recorda o motivo da sua intervenção.

“Era êsse engenheiro o ajudante de ordens do governador do Ceará Manuel Inácio de Sampaio, quando, com autorização e instruções dêste, foi ao Mossoró demarcar a sesmaria, que aquela autoridade assumiu o arbítrio de conceder, em terreno da Capitania vizinha, a Félix Antônio de Sousa, o inolvidável inventor do Pau Fincado”.

E assim ia Rui Barbosa fundamentando a sua argumentação jurídica em minucioso conhecimento da geografia e história regional, mercê da colaboração de esclarecido riograndense.

Em verdade, agente de ligação entre o seu Estado, cujas particularidades conhecia a preceito, desde quando regera a cadeira de geografia em Natal, e o insigne defensor de sua causa, o então deputado A. Tavares de Lira acompanhava-lhe o exame da questão, solícito em proporcionar-lhe todos os esclarecimentos de que houvesse mister.

Não admira a declaração expressiva do patrono, ao mencionar as fontes de que se valeu.

“De quantos, porém, hão de avultar nessa bibliografia caberá provavelmente o primeiro lugar como o mais copioso e o que esgota por assim dizer, o assunto, a um estudo, ainda inédito, do Doutor Tavares de Lira e do desembargador Vicente de Lemos, conscienciosa crítica dos fatos e documentos, cujo auxílio me foi sôbre todos precioso”.

Poupou-lhe horas fatigantes de pesquisas, além de lhe propiciar ensejo de ufania, pela celeridade com que ultimou as “Razões Finais”.

“Escrito em vinte dias e impressão em quinze”, assinalou no terminar, por abril de 1904, o “trabalho amplo, complexo, dificultoso e miúdo como êste”, alongou-se por 465 páginas de viva argumentação, nas quais se espelha, não sômente o saber jurídico, proclamado pelos seus leitores, como ainda o conhecimento cabal da geografia da região contestada.

De seus ensinamentos sabia utilizar-se a primor, em prol da causa cuja defesa esposara.

Ainda em outras oportunidades, patentearia o gôsto pelos estudos geográficos.

Bastam, entretanto, os episódios lembrados, para evidenciar que bem compreendeu a relevância alcançada pela geografia, cujo ensino racional apontou como indispensável à formação intelectual da mocidade brasileira.

Virgílio Corrêa Filho

RUI E A EDUCAÇÃO

CONFERÊNCIA FEITA PELO SR. CLEMENTE MARIANI,
MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, NO FORUM
RUI BARBOSA, EM SALVADOR

Ao receber, da Universidade da Bahia, o honroso convite para, como seu representante, pronunciar esta conferência, formei o propósito de focalizar, em primeiro plano, Rui e a educação, seus trabalhos sobre a instrução pública, sua crença no resultado do processo educativo, seu esforço, ainda que improficuo, para libertar-nos daquilo que considerou “a chave misteriosa das desgraças que nos afligem” — “a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria”.

Tantas vezes encontrei, com efeito, na sua obra, a solução exata, o conselho justo, a orientação adequada, para os problemas, de tão magna importância, cuja responsabilidade me foi confiada, tantas outras vezes me vali, diante da gravidade da tarefa, das palavras com que traduziu os mesmos sentimentos e cuidados em sua época, que seria um conforto, para o meu espírito, acompanhar-lhe os passos nessa jornada, abeberando-me, ainda uma vez, nas fontes cristalinas que o seu gênio não se cansava em desvendar aos olhos deslumbrados dos seus seguidores. Mas, ao procurar distinguir, na sua obra, os aspectos educativos, assalta-nos a perplexidade. Não é um capítulo, mas o todo. É a plenitude de sua vida, em tôdas as refrações de um prisma de mil faces.

Falando aos moços, transmitindo aos jovens do Colégio Anchieta, ou aos estudantes de São Paulo, na atitude do lavrador que amanhase o solo, de joelhos, a quintessência da sua sabedoria, densa de meditação e de experiência; elaborando e discutindo a reforma da instrução em todos os seus graus, era o crente convencido de que “uma democracia só se faz com cidadãos, não se fazem cidadãos senão com homens, não se fazem homens senão pela educação”. Mas é na totalidade da sua vida, na pedagogia militante do seu acendrado amor à perfeição, que se encontra a sua lição fundamental.

Dêsse ponto de vista, sòzinho, foi uma universidade. Ensinou pela doutrina e pelo exemplo, no silêncio ou na afirmação, com a

cultura e com a experiência. Outros terão, como êle, formado a inteligência na filosofia liberal, adotado seus princípios, erigidos em supremo fim a liberdade e amado a justiça, que dela se nutre ; outros como êle, terão criado regimes, instituições, operado reformas, servido pelo verbo e pela ação, a grandes causas democráticas ; terão mesmo, como êle, conhecido vicissitudes e sofrimentos, na defesa dessas idéias. Raros, entretanto, aqueles que à sua semelhança, extraindo, de uma filosofia ideológica, uma verdade política, inverteram tôda a vida, testemunho de fidelidade às suas crenças, no zêlo missionário de sua propagação, na defesa apaixonada de sua integridade, no tormento de confundir com a sua prática a própria razão de viver, esperando sempre, porque “não perdeu o ideal”, ver brotarem, do solo revoltado da realidade, as sementes do evangelho cívico que regou.

Essa a originalidade rara da vida e da obra de Rui.

Numa época em que as idéias ainda eram, em geral, ornatos, artifícios, símbolos sem vida, da frívola inteligência de gerações sem experiência histórica e cultural, numa época em que o caminho mais curto para o triunfo e o êxito na vida pública era o das improvisações e dos expedientes, do oportunismo e das habilidades, no plano das conveniências imediatas e do jôgo dos interesses e favores, um jovem provinciano banhado pela aura dos eleitos temperava o seu espírito na dignidade quase monástica de altos ideais, vinculava o seu ser, por inteiro, a postulados e princípios que a sua consciência aceitara como expressão de valores deduzidos da Razão, e atravessa tôda uma existência abraçado a êsses compromissos, abrindo canininho no pragmatismo e no realismo do ambiente, com bravura e intransigência, sem negociar suas crenças, sem transigir com as seduções, sem evitar os obstáculos, sem retardar seus passos diante dos perigos, sem abalar suas certezas interiores e, sobretudo, dispostos a sofrer e a sangrar por essa fidelidade, para fazer, do seu sofrimento e da sua provação, exemplo e lição para os que não tinham a sua força ou a sua fé.

Êle foi um *sistema de idéias*, num país que jamais exigiu dos homens que as tivessem, para consagrá-los.

E mais. Não se isolou na torre de marfim do castelo doutrinário.

Trouxe a sua verdade para a terra, e, no seio áspero da vida pública, nutriu-se com a seiva de sua sinceridade e com o amor dos apóstolos.

* * *

Para compreender o fenómeno Rui, na sua universalidade, é preciso analisar as peculiaridades fundamentais, marcantes, específicas, da sua vida maravilhosa : de um lado a sua, unidade substan-

cial, a motivação inspiradora, a força íntima de onde se irradiou, em suas manifestações onimodas, a viva expressão de sua personalidade ; do outro, a paixão e o ardor com que exprimiu essa unidade a sobrecarga afetiva que o fêz defender símbolos, ideais, princípios, com o arrebatamento e a identificação de todo o seu ser.

* * *

Qual seja o fundamento e a substância dessa unidade moral que, ao contrário do comumente entendido, dêle fazia um homem uno em sua essência e de rígida harmonia, êle próprio o resumiu, quando afirmou :

“Liberal fui, sou e morrerei ! Imensa honra sobre tôdas cara à minha consciência !”

A concepção liberal é, realmente, a verdade que recebeu, desde criança, com a influência paterna, espécie de Monte Sinai de sua revelação.

A ela afeiçãoou a formação do espírito, a sistematização da cultura e o evangelho normativo de sua existência.

Quando êle diz : “sou liberal”, não é uma frase, apenas que lhe sai dos lábios. Antes de chegar até aí, essa palavra atravessou as camadas da sua consciência, da sua razão e do seu espírito, depurou-se no fogo da sua alma austera e leal e só depois de ter sido filosofia, doutrina, sistema, norma e forma de vida, deduzida de conceitos absolutos e eternos, é que se fêz afirmação e atitude.

Não é um homem entregue aos caprichos das idéias que passam, ou ao acaso da aventura. E' o sistema filosófico, dentro do qual ordena o espírito e o procedimento.

Essa adesão completa, fervorosa, absoluta, ao liberalismo, na sua planificação total, explica o seu ideário, sua tábua de valores, suas crenças, seu método, sua concepção do mundo, exposta na linguagem severa de seu exemplo e do seu apostolado.

Daí, os seus critérios e diretrizes, o seu credo, sua metafísica, sua moral, sua lógica, sua técnica.

No que fala, percebe-se o simbolismo da religião liberal ; no que realiza, a inspiração do seu catecismo.

O que existe nêle de extraordinário não é a idéia em si mesma, quase sempre, deduzida da matriz liberal — mas a paixão, a comunhão de tôdas as suas células com êsse ideal, a idéia mobilizando, empolgando, conduzindo, tôdas as suas energias, a submissão afetiva e absoluta a êsse conjunto de princípios e símbolos.

* * *

E' do firmamento liberal a estrêla que o guiou no seu caminho terreno, — a liberdade.

“Nunca te desconheci, nem se trairei nunca”, dizia êle, aqui mesmo em nossa terra ; “porque a natureza impregnou dos seus elementos a substância do meu ser”.

“Liberdade ! entre tantos que te trazem na bôca sem te sentirem no coração, eu posso dar o testemunho de tua identidade, definir a expressão do teu nome, vingar a pureza do teu evangelho ; porque, no fundo da minha consciência, eu te vejo, incessantemente, como uma estrêla no fundo obscuro do espaço”.

Como numa teologia liberal, é ela — princípio e origem — que fornece a luz e calor a êsse universo criado pela Razão do homem, “o centro do sistema onde ambas essas idéias (República e Pátria) atingem suas órbitas”.

Ao contrário do que sustenta Luís Delgado, quando descobriu, em tôda a doutrina de Rui, um dualismo de instituições e princípios, podemos afirmar que a sua concepção, rigorosamente dentro dos cânones liberais, é por definição, *monista*, a instituição idêntica na sua natureza aos princípios, e aquela a ordenação dêstes em forma orgânica, indispensável à ação.

E’ doutrina liberal clássica, em têrmos de emoção exacerbada e de eloquência bíblica — fenômeno que é a mais complexa originalidade, — que êle expõe. E’ a geometria do racionalismo filosófico que êle erigiu a *justiça* em única *verdade* política, *justiça* que é o respeito do *Direito*, sendo princípio básico dêste a *liberdade*.

Dêsse dado inicial, deduzem-se, em planos sucessivos, numa exegese hierarquizada, a teoria, o sistema, as instituições, a norma.

Êsse processo se realiza no plano do abstrato, do ideal, sem subordinação com a realidade, como na geometria pura. E’ nessa ordem do absoluto, do axioma, da idéia, que a doutrina se faz organização, que as instituições são esboçadas, e que as leis consubstanciam a segurança individual e social, e as garantias dos direitos e liberdades.

Em outro plano, está a Realidade, que, como em tôda esfera de conhecimento ou de atividade, é apenas um esboço senão a negação da verdade abstrata.

“Bem merecias que a República no Brasil te estremecesse ó liberdade ! Ela emanou de ti, da tua aspiração, do teu programa, dos sacrifícios de teus amigos”.

O teórico não se preocupa em erigir o fato em princípio, a necessidade em direito, a realidade em verdade.

Assim, as deficiências, os vícios, os erros das sociedades, “a abafada magnificência das civilizações sem ideal”, só existem, na prática, onde as imposições do fato dominam os princípios e o direito

cede ou se curva diante da necessidade ou da oportunidade" (Vachievôt — *La Democratic*).

No plano ideal, onde se reflete a *verdade* política, o modelo perfeito é a *democracia*, traçada segundo a simetria dos princípios.

A democracia "real", contingente e imperfeita, é apenas um campo em que os homens e os fatores gerais da história atuam, para aproximá-la do teorema exemplar.

Essa distinção aponta a cada instante, nos discursos, artigos, pareceres e trabalhos de Rui.

Sempre os dois polos, perfeição e realidade : "O motim não é a democracia ; a celeuma não é o parlamento ; a rua não é o país ; o incêndio não é a razão ; o crime não é o direito ; o assassinio não é a justiça ; a anarquia não és tu, ó liberdade !"

Não é a fórmula ideal uma utopia, como entenderam alguns dos críticos das construções do liberalismo. "Eu quero que a República se enraíze, afirmava, e por isso tenho diligenciado aproximá-la da *Liberdade e da Justiça*". E mais, falando no Senado : "Não são dissensões pessoais que hoje nos distanciam : são os princípios, são as mesmas suposições que afastam a realidade da ficção, a verdade da mentira e da fantasia".

E' na hora de acompanhá-lo nessa transposição de planos, nesse esforço de identificação do real com o ideal, que a maioria dos seus críticos se perde, por não compreenderem como um homem tão sincero e profundamente prêso à realidade, vivendo, intensamente, o *relativo*, pudesse manter essa unidade fundada na ordem dos valores filosóficos, encarnando-a e exprimindo-a.

Ainda aí, porém, Rui realiza processos e técnicas do liberalismo, para o qual, a democracia não é um fato *natural*, o produto espontâneo do gênio de um povo, duma raça, mas obra lenta e laboriosa da civilização, atuando sobre a substância mesma da sociedade, costumes, condições, bases e tradições.

Tal como no simbolismo e na história sagrada, tal como ele aprendera ao lado da irmã, sob o olhar perceptor de João Barbosa, o Gênesis do liberalismo cria em primeiro lugar a idéia, depois o regime, as instituições, a arquitetura jurídica e política da sociedade. Volta-se somente, então, para o seio da vida, da realidade, a ação da Providência. E' a hora do apóstolo, para levar à terra a lição divina.

E' evidente que, ao construir o regime de 1891, ao criar uma Constituição, talhada no idealismo político, ao estruturar a organização de nosso sistema de disciplina política e social, Rui Barbosa sentiu que *Canan* estava fundada. Era preciso, porém, conduzir

para esse páramo terrestre, erguido na colina do idealismo da época, a realidade brasileira.

Foi, então, o Moisés dessa romaria.

Como se vê, a sua concepção liberal da vida política, considera a ação nas duas esferas : — a *verdade* projetando-se, ordenando, atuando sobre a *realidade* e esta elevando-se, pelo progresso material e moral, até confundir-se no modelo.

“A República”, disse êle, “não é uma série de fórmulas, mas um conjunto de instituições, cuja *realidade* se afirma pela sua sinceridade no respeito às leis e na obediência à Justiça”.

Feita a Constituição, é preciso “lançar-lhe os alicerces, inaugurá-la, *penetrá-la de realidade* e comunicá-la aos seus atos, ao seu governo, a seu tempo”.

A igualdade moral, que é a condição da igualdade civil e política, princípio fundamental da democracia, há de resultar dessa identificação entre os dois planos.

Assim como a geometria se transforma em *mecânica*, quando desce do mundo das idéias para o mundo das *fôrças*, do mesmo modo a política procura enformar a realidade, dentro dos seus pontos de referência teórica, de seus moldes ideais, conhecer, organizar manipular, governar, as *fôrças reais* da sociedade e aplicar-lhes a forma e a técnica nêles inspiradas.

Não se trata de indagar da realidade, contingente e precária, para onde deseja ser conduzida, o que reclama na sua objetividade e na sua palpitação.

Sua função é passiva. Ela é matéria social e política que o homem, aos incentivos do ideal, trabalha por aperfeçoar. Não é outra a concepção de Rui, exposta sob mil formas, entre bonanças e tempestades, ante a ameaça ou sob garantias, diante do fato ou da consciência.

Resumo dêsse pensamento, cartilha dessa filosofia, teoria e prática do liberalismo, dentro de nossa formação, é o seu Credo :

“Creio na *liberdade* onipotente, criadora das nações robustas ; creio na *lei*, emanção dela, o seu órgão capital, a primeira de suas necessidades ; creio que neste *regime* não há poderes soberanos e soberano é só o Direito, interpretado pelos tribunais ; creio que a própria soberania popular necessita de limites e que êstes limites vêm a ser as suas Constituições, por ela mesma criadas, nas suas horas de inspiração jurídica, em garantia contra os seus impulsos de paixão desordenada ; creio que a República decai porque se deixou estragar, confiando-se ao regime da *fôrça* ; creio que a Federação perecerá, se continuar a não saber acatar e elevar a Justiça ; porque da Justiça nasce a confiança, da confiança a tranquilidade e o

trabalho, do trabalho a produção, da produção o crédito, do crédito a opulência, a respeitabilidade, a duração, o vigor ; creio no *governo do povo pelo povo*, creio, porém, que o governo do povo pelo povo tem a base de sua legitimidade na cultura da inteligência nacional, pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberalidades do Tesouro constituíram sempre o mais reprodutivo *emprego* da riqueza pública ; creio na *tribuna sem fúrias* e na imprensa sem restrições, porque creio no poder da *razão e da verdade* ; creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência total dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades”.

Veja-se a *Liberdade*, matriz do sistema, fecundando a *lei*, — porque “fora dela não há salvação”, disse-o em outro momento, — a lei gerando o *Regime*, que é a limitação dos poderes pela soberania do direito, interpretado pela justiça, a Constituição limitando a soberania popular, contra seus próprios excessos ; a *Federação* preservada pela Justiça e não pela força, o sistema *representativo*, com “o governo do povo pelo povo”, a dedução lógica do ideal para a realidade ; a justiça gerando a confiança, esta, a tranquilidade, e, assim através dos elos do trabalho, da produção do crédito e dêste a opulência, a mecânica liberal produzindo a felicidade ; a liberdade de palavra falada e escrita, a moderação, a tolerância, o progresso e a tradição, o respeito, a disciplina, e o mérito, como condições de civilização.

E’ a ordenação da idéia liberal no quadro de nossa peculiaridade.

Dentro dêsse sistema de idéias, a luta de Rui começava cedo e não se deteve senão quando a estrêla dalva, companheira das suas madrugadas, o encontrou, pela última vez, no acampamento sempre aceso das suas legiões de livros.

Entre o discurso a José Bonifácio em cujo primeiro período, como um sinal de predestinação, associa a nobreza da política à liberdade, e o convite de Ouro Preto, agitou, nesses quatro lustros, sempre fiel a êsse princípio soberano, os mais graves problemas da vida nacional.

Nas suas mãos, ainda em 1869, se incendiou o facho abolicionista. A Federação, com que Nabuco sonhara, marchou com êle, vencendo resistências e superando antagonismos enraizados. A eleição direta é fruto do seu trabalho e das suas brilhantes campanhas contra a inércia e o conservantismo.

Bateu-se pela eleição dos presidentes das províncias, pela secularização do ensino, pela formação do Senado sem a escolha imperial,

trocando vantagens, prêmios, confortos, títulos e favores, pela lealdade a suas idéias e programas.

A República lhe ensinaria ser também, na história da nossa evolução política — o *arquitto* e *construtor*.

Nunca se preocupara com fórmulas ou formas de governo: “Eu não idolatro formas de governo, disse, porque não idolatra nada”. Monarquia ou República, bastava-lhe a segurança de saber “a Razão nos seus direitos, nos seus direitos o povo e, pairando acima de ambos, a *liberdade*, garantia comum”.

O que importava era criar os institutos apropriados ao funcionamento jurídico e político do idealismo da época, pois “as formas que não correspondem ao espírito, a ação viva, a existência interior, são máscaras de imposturas”. “As formas políticas são vãs, sem o homem que as anima”.

Dentro dêsses postulados, nos 14 meses do Governo Provisório, “a mais poderosa máquina cerebral do nosso país”, no dizer de Nabuco, rodou, sem cessar, construindo contra tôdas as resistências, a organização política e jurídica que, sob a forma republicana, assegurasse e garantisse o exercício das liberdades e dos direitos do homem e sistematizasse, sob critérios de democracia e de justiça, a comunhão brasileira.

Essa obra de elaboração institucional, êsse trabalho que teria de representar doutrina, técnica, experiência da realidade, capacidade inventiva, habilidade plástica, não os realizou no silêncio de um gabinete ou na tranquilidade própria ao pensador e ao teórico. Foram conquistas de todos os instantes, alcançadas sôbre as dificuldades de um governo recente, sob a influência de mentalidades diferentes, sem que tivesse atrás de si, para apoiá-lo, forças políticas poderosas. Estados, solidariedades organizadas e seguras.

Teve que lutar, dentro e fora do Governo, vencer resistências do próprio Decdoro e, ao mesmo tempo, contar com êle como seu principal esteio, impor sua autoridade à custa de desprendimento e de obstinação, arriscar a própria sorte da missão, nas contínuas ameaças de demissão e de abandono, se não pudesse cumpri-la como julgava conveniente.

Nada o fêz transigir, nem os conselhos prudentes dos amigos, nem a flexibilidade comum do político fora de crise. Porque, embora entendesse que a política “é a essência das transações inteligentes e honestas”, só as admitia “sob a cláusula do respeito aos cânones constitucionais”. “Não sei outra maneira de executar o meu mandato, de servir a um governo honesto, de honrar a minha cadeira de senador”, afirmaria noutra oportunidade. “Quando, para me

sentar nela, se me exigir que deixe a consciência à porta, ou que lhe dissimule a voz sob um falsete, ninguém me verá mais no recinto”.

Era chegada a hora da prova. O regime ia demonstrar a sua eficácia e a sua vitalidade.

Até então, a liberdade, os direitos do homem, as esferas dos poderes, a justiça, eram textos de lei, verdade escrita.

Com Floriano tem início o drama do criador, tentando fazer com que essa verdade do papel se concretizasse na dinâmica do regime.

A consolidação da República levava Floriano a uma política realista e rude, fundada nos imperativos da hora, no caráter da crise, de emergência, que os fatos apresentaram.

A Constituição corria o risco de ser um aparelho eficaz e apto para a normalidade, para a rotina dos dias regulares.

A falta de educação política levava as próprias vítimas da violência a não recorrerem à lei, cuja força não pressentiam capaz, em tais conjunturas e cujos recursos ignoravam na sua complexidade técnica.

Vemô-lo, então, fazendo a prova do seu engenho, opondo, à violência e o arbítrio, o poder da lei, na expressão da Justiça corrigindo os desvios do exercício do poder legítimo com os remédios institucionais previstos, sobretudo o *habeas-corpus*”.

Nenhum apêlo à violência, nenhuma sugestão ao revide.

Nem conspiração, nem ameaça, nem manobra meramente política.

Estava seguro de que se o sistema funcionasse em tôdas as suas peças, tudo estaria sanado.

O veleiro constitucional, com seus panos de princípio desfraldados, enfrentava, pela primeira vez, as ondas revoltas da borrasca e a fúria dos elementos.

Ele o construira e ali estava no pôsto de comando da vida pública, como Enéias, no poema latino, ensinando a manejá-lo, gritando as manobras indicadas, e animando a tripulação inexperiente no barco novo e delicado.

Se Floriano condescende com a deposição dos governadores, e atenta contra a Constituição o seu brado se levanta: “Reivindico o princípio vital da existência dos Estados na organização federativa, pelo qual me batia antes da República e desesperado da monarquia me fiz republicano”.

E’ Cícero redivivo. “E’ por isso que me julgo obrigado em consciência, a concitar os amigos da República a envidarem tôda a intensidade de suas energias contra êsses perservíssimos exemplos. O

caso, pois, é de ação espontânea da autoridade central, que não deve hesitar um instante, se quer salvar a República, obedecendo ao imperativo dos seus deveres”.

Tinha início a sua pregação corregedora, aliada ao curso prático da legalidade constitucional e democrática.

“De uma ditadura que dissolve o Congresso”, diz, êle dois meses depois de salvar a legalidade na Bahia, “apoando-se na fraqueza dos poderes locais, para outra que dissolve os poderes locais, apoiando-se no congresso estabelecido, não há progresso apreciável”.

A crise do reg’me logo se acentuou em outros sintomas.

Motivos políticos, talvez ponderáveis, ou apenas a velha ambição humana, sob êles disfarçada, levaram Floriano e elementos ligados ao Governo, a considerarem definitiva a sua sucessão a Deodoro.

Seguem-se o manifesto dos generais, a reação violenta de Floriano, o sítio, a subversão da ordem.

Levanta-se a voz de Rui, na cátedra de educador nacional :

“Em meu humilde entender, não há dúvida nenhuma quanto à necessidade constitucional de proceder-se a nova eleição de presidente da República, uma vez que a vacância se abriu no primeiro biênio do período presidencial”. A política poderia ter suas razões, talvez legítimas, mas não invocá-las nem fazê-las prevalecer contra a lei, pois nada mais é que agente desta e sujeita aos ritmos que lhe são traçados pela norma”.

Ei-lo em ação, batendo à porta da Justiça, para restabelecer o prestígio da lei.

O instituto de *habeas-corpus* é o instrumento previsto para essa correção.

Chamá-lo à vida, mover essa mola da engrenagem constitucional, fazer o artifício da técnica, desempenhar o papel que lhe cabia, eis o seu empenho maior.

Mais que a piedade humana pelos sofrimentos dos deportados, que o interesse da causa no seu aspecto profissional, mais que a simpatia pessoal e política pela vítima, mais que o próprio resultado do incidente, o que preocupava era a eficácia da instituição, era sentir a justiça correspondente “à atribuição que lhe fôra desferida, era o “test” na norma de que dependia não apenas a sorte dos clientes de então, mas a de todos os cidadãos brasileiros cuja segurança e liberdade estavam confiadas “de hoje pelo futuro adiante”, como diria com Esquilo, nas Eumenides, ao patrocínio da legalidade.

Não é o caso que o apaixona. E’ a lei que êle experimenta. “Patrão da lei e não da parte, é por isso que não me tendes o direito de perguntar pela outorga dos interessados” exclama no Supremo Tribunal.

O cliente é o cidadão, o ente abstrato, o objeto simbólico da proteção do Direito.

“Não lido por interesse e uma clientela, bato-me por um direito, que as mais antigas leis da nação fizeram meu, — pela inteireza da Constituição, que apresenta a fórmula perfeita da solidariedade de todos os cidadãos, no regime legal”.

Pede ao Supremo, em provocações sucessivas, que consagre o conteúdo, o espírito, a substância do *habeas-corpus*”.

E entre “as ansiedades de uma grande expectativa”, “a consciência assustada da fraqueza do seu órgão”, o “espírito afogado em impressões transbordantes”, que enchem a atmosfera do recinto, “povoado de temores sagrados e esperanças sublimes”, ele impetra ao Supremo o primeiro pedido para os presos do sítio.

O Tribunal era o “Sacrário da Constituição”, “o veto permanente aos sofismas opressores das razões de Estado”. Mas a decisão não lhe foi favorável.

Cumpria não deixar prevalecer a versão tímida da Justiça.

É na Imprensa, numa série de dezoito artigos, analisando o acórdão, que ele sustenta o sentido autêntico do instituto e restabelece o equilíbrio necessário a sua interpretação progressiva, de acordo com o verdadeiro espírito da Constituição e da doutrina.

Sucedem-se os *habeas-corpus* para Wandenkolk, Huet Bacelar, Aírton Correia, a ação para anular os atos inconstitucionais.

A anistia estava no corpo da Constituição. Mas, ao vê-la deturpada na sua execução, reage contra as restrições com que foi concedida para que não se altere a natureza e o espírito do instituto, por imposições circunstanciais da realidade política. Anistia é princípio que se faz em lei. Fora daí seria “anistia de estigma, anistia cilada, anistia mentira”, a *teratologia jurídica* da “anistia inversa”.

Com o bombardeio da Bahia, aos 62 anos, bate às portas do Supremo, impetrando *habeas-corpus* sucessivos, no desespero da sua fé na lei e na Justiça. E estes, envoltos na angústia de salvar, com a lei, a Bahia “devastada pelas bombardas, talada de saque, coberta de ruínas”, imolada aos excessos da paixão política. Salvá-la “ainda que a fidelidade a este dever, esgotando-lhe o calix, lhe custasse a vida tão cara de seu próprio filho, a quem queria com o mais vivo amor paterno, mais do que a si mesmo”. Salvá-la, porém, não porque assim o exigissem o seu amor filial, que nela via o prolongamento, a revivescência, a reprodução contínua do amor materno, ou o amor de pai, mas porque assim o mandava a lei: “A vós não incumbe senão abrir o *Livro da Lei* e indagar se está ou não dentro desta fórmula o caso de *habeas-corpus* que, neste momento vos impetro, a ordem

expedida pelo Supremo Tribunal ao coator, para que faça cessar a coação”.

Já em 1914, a doutrina de Rui, em matéria de *habeas-corpus*, se vai impondo. A jurisprudência se vai formando, em torno de seus pedidos e de sua doutrinação. Configura-se o instituto. Vencendo ou perdendo, o objetivo vai sendo alcançado.

Habeas-corpus para publicação livre dos discursos e atos parlamentares ; para impressão e circulação pública de jornais ; *habeas-corpus* para assegurar a comunicabilidade do detento em virtude do sítio ; *habeas-corpus* para declarar a inconstitucionalidade do sítio decretado, ou prorrogado, em plena paz, sem iminência de comoção intestina, o qual, sendo negado, mereceu o luminoso voto favorável de Pedro Lessa.

O trabalho de preservar a instangibilidade do sistema positivo da nossa organização política e, sobretudo, o seu espírito e a sua pureza, não se limitou, porém, a essa vivificação do texto legal, a êsse magistério prático de nossas instituições, pelo recurso aos próprios órgãos constitucionais.

Usou todos os ensejos e meios para apoiar essa sua “mal estreitada cliente, a constituição republicana”, na sua iniciação diante dos fatos ; a tribuna do Senado, a coluna da imprensa, “respiradouro moral das consciências”, como as chamou a eloquência dos comícios e a oração das festas de formatura.

Num operário estrangeiro, ameaçado de expulsão, numa mulher do povo, maltratada pela polícia, em Andrade Figueira, vítima da “poltronice policial”, nos adversários de ontem, dados à praia, naufragos da “grande nau do hermismo”, apenas via a Constituição ferida e uma nova oportunidade para a defesa da *verdade* constitucional, embora descobrisse, “na persistência dêsse achaque, sinais de incurabilidade”.

Ainda assim, recusando apoio à candidatura Hermes, não obstante êste lhe ser um “nome verdadeiramente caro”, levanta a bandeira do civilismo, sempre com a preocupação de educar a realidade, mesmo com o próprio sacrifício, para que “a idéia não morresse pelo seu egoísmo”.

Os frutos dessa romaria ascética e desenganada foram generosos e anteciparam de vários lustros o progresso cívico do Brasil. Pela primeira vez, embora com todos os defeitos que só recentemente vimos extirpando, o povo brasileiro pôde “concorrer efetivamente às urnas, para escolher o seu primeiro magistrado”. “Os revezes padecidos no campo do dever, afirmaria Rui, ao fim da campanha, doiram de uma luz melhor que a da glória os dias de uma vida, e a consciência de

nunca trair, enche o espírito de um contentamento mais invejável que as satisfações do egoísmo, tão apeteçadas pela manada humana”.

Através do governo Wenceslau, com as restrições ao estado de sítio e a conferência de Buenos Aires, onde estabeleceu uma nova noção da neutralidade, que se espalharia pelo mundo, em ressonâncias de consagração universal, atinge o climax do seu apostolado em 1919, quando, depois de se haver afastado da política situacionista baiana, em defesa da liberdade da imprensa, e para não recusar o seu apoio “aos patricios feridos nos mais elementares dos seus direitos”, e a terra natal, “prejudicada nas mais essenciais garantias da sua existência”, atira-se de corpo e alma a nova campanha presidencial e logo em seguida a campanha pelo Governo da Bahia. Fecha então o escritório, abandona o lar e com 72 anos de idade, doente e sozinho, cumpre pelo sertão baiano, de cidade em cidade, sob desconfortos e vicissitudes de toda a ordem, sua vocação de apóstolo do bem público, não com “a auréola das missões religiosas”, mas apenas como “um emissário da terra, um pregador de idéias liberais”. Não o acompanhavam, como ao filho de Deus, tronos e dominações. Mas como ao Filho de Deus saiu ao seu encontro todo o povo, “et exierunt et obviavim, et clamabant pueri, dicentes : Hic est, qui venturus est in salutem populi”.

Se os símbolos criados pelo homem, embora refletindo a criação divina, podem fazer de um deles, na precária limitação da fraqueza humana, um similitude do Salvador, esse foi, sem dúvida, Rui Barbosa.

“Preguei, demonstrei, henrei”, diz êle, “a verdade eleitoral, a verdade constitucional, a verdade republicana. Melhor sentença não poderiam alcançar no tribunal da corrupção, do que a do Deus vivo no de Pilatos”.

Foi pela causa dessa verdade, que êle “combateu abraçado, com ela, em vinte e oito anos de sua *via dolorosa*”.

Não é outra a expressão do seu apostolado, que pregou mais pelo exemplo, que pela doutrina.

As gravuras de Derome em que acompanhou, nos serões de família, ainda criança, a vida de Jesus, deixaram os sulcos da via sacra na fantasia do apóstolo que crescia nêle.

Vemo-lo, então, entre os doutores do seu tempo, surpreendendo os mestres, como Abílio e Ibirapitanga, pela sua sabedoria e precocidade : vemo-lo desde cedo, pregando a sua verdade que era o evangelho do liberalismo, a libertação dos escravos, a correção dos costumes políticos, dos índices de corrupção e de vícios, dos processos deletérios, das virtudes do cidadão e do político ; pregando na imprensa, na praça pública, nos salões, sempre com o timbre apostolar e a austera

pureza do coração votado aos ideais e não aos interesses. Já os açoites vibram na sua mão, tentando expulsar do templo da vida pública, os vendilhões de todos os feitios.

Certo, lembrarão os descrentes a mais humana e agressiva das reações de seu temperamento, o rigor de sua ira, os surtos de sua cólera, as asperezas de seu orgulho.

“Cólera, será — escreve, já ao fim da vida, em exame de consciência, — “mas cólera da mansuetude, cólera da justiça; cólera que reflete a de Deus, face também celeste do amor, da misericórdia e da santidade. Dela esfuçilam centelhas, em que se abrasa por vêzes, o apóstolo, o sacerdote, o pai, o amigo, o orador, o magistrado. Essas faulhas da substância divina atravessam o púlpito, a cátedra, a tribuna, o rosto, a imprensa, quando se debatem, ante o país, ou o mundo, as grandes causas humanas, as grandes causas nacionais, as grandes causas populares, as grandes causas sociais, as grandes causas da consciência religiosa. Então a palavra se eletriza, brame, lampeja, atrôa, fulmina. Descargas sobre descargas rasgam o ar, incendeiam o horizonte, cruzam em raios o espaço. E’ a hora das responsabilidades, a hora da conta e do castigo, a hora das apóstrofes, imprecações e anátemas, quando a voz do homem reboea como o canhão, a arena dos combates da eloquência estremece como campo de batalha, e as siderações da verdade que estala sobre as cabeças dos culpados, revolvem o chão, coberto de vítimas e destroços incruentos, com abalos de terremoto. Ei-la aí a cólera santa ! Eis a ira divina !

“Quem senão ela, há de expulsar do templo o renegado, o blasfemo, o profanador, o simoníaco ? Quem, senão ela, exterminar da ciência o apedeuta, o plagiário, o charlatão ? Quem, senão ela, banir da sociedade o imoral, o corruptor, o libertino ? Quem, senão ela, varrer dos serviços do Estado o prevaricador, o concussionário e o ladrão público ? Quem, senão ela, precipitar do governo o negociismo, a prostituição política, ou a tirania ? Quem, senão ela, arrancar a defesa da Pátria à cobardia, à inconfidência ou à traição ? Quem, senão ela, ela a cólera do celeste inimigo dos vendilhões e dos hipócritas ? A cólera do justo, crucifixo entre ladrões ? A cólera do Verbo da verdade, negado pelo poder da mentira ? A cólera na santidade suprema, justificada pela mais sacrílega das opressões ?”

E’ essa rajada de sentimento de justiça, de solidariedade com o homem submetido ao arbitrio, da força e às rudes opressões da ilegalidade, que êle extravasa, entre invocações aos céus e a Deus, quando, semelhante a Vieira na sua famosa invectivação, se levanta em defesa de Andrade Figueira, desrespeitado pela brutalidade policial, “martírio, que recorda o de Cristo nas escadas de Pilatos”.

“Misericórdia, Senhor, que nos abandonaste ! Nada ficou de tua lei, nem de tua imagem !”

Também sabe Rui que não logrará o seu apostolado concluir a missão que o anima, que é transformar a democracia brasileira num modelo ideal, deduzido da liberdade.

O próprio Cristo não conheceu em vida essa ventura ; o que importa mais é o processo, a pregação, o ensejo para ensinar pela doutrina ou pelo exemplo e não a conquista dos objetivos diretos das campanhas.

“O mais esquisito dos prazeres, sentenciou, é o que Deus pôs na satisfação de abraçar a justiça condenada, condenando-nos com ela ao revés antecipado”.

Não é outro o segredo do seu desaparego a uma vitória, que não valia a lição incomparável do martírio, nem a eloquência dos cilícios exemplares.

“Eu sou dos sacrifícios. Se fôsse para vitória não me convidariam nem eu aceitaria, mas como é para a derrota, aceito”.

Não são poucos, também, os seus milagres, milagres de fé humana e de santidade cívica, conversões de fracos e ímpios à crença do seu apostolado, alegrias dadas ao povo em horas difíceis, triunfos imprevisíveis do bem sobre o mal.

E quando souu a hora, êle viveu, em pálida imagem terrena, a sua semana Santa e a sua *paixão*.

Até os indiferentes rezaram por êle, nessa hora de eucaristia.

“Mártir da Convenção” — o chamaram, — uns por irrisão, outros por piedade.

“Contra essa catástrofe, que nos ameaça”, clamava êle nos pró-dromos do civilismo, — o mártir da convenção correrá, se Deus quiser, a *via dolorosa*, não de restos, com a cruz às costas, mas em todo o antigo ardor de 1889, 1893, 1895, como quem cumpre o maior dos deveres e escreve a mais santa das páginas de sua vida”.

Quando, por aqui passou, pela última vez, o povo baiano se mantinha fiel à sua fé e já o chamado do Pai se refletia na sua face veneranda.

Êle já o dissera : “Quando os meus conterrâneos quiserem afastar de mim êste *cálice*, receberei a sua deliberação com agradecimentos”. Mas, também afirmara : “Se a mercê da salvação da nossa liberdade e da nossa fortuna, da nossa paz e da nossa honra, postas nas vossas mãos onipotentes, exigir o sacrifício de um em satisfação das culpas de todos, não vos detenha, Senhor, a miséria do resto dos meus dias, cansados e inúteis”.

Não lhe faltou nenhum dos quadros da paixão, nem a verônica e a noite de agonia. Dividiram-lhe a túnica ao pé da cruz, nas críticas profanas. Mas o povo guardou o seu evangelho.

Quando morreu, encontrava-me, aos 22 anos de idade, na chefia da redação do *Diário da Bahia*, o velho “Diário”, onde, como rememorava, numa “alucinação maviosa”, transcorrera, em “camaradagem brilhante de escritores liberais”, o seu “labutar, de tôda a manhã e de tôda a tarde”, pela eleição direta, pela liberdade religiosa, “e os primeiros clangores da emancipação dos escravos”. “A impressão que nos domina, escrevi, sob o choque brutal do desenlace, a impressão que nos domina é de que o sol se apagou”. “O que aqui vai, portanto, é, apenas, a exclamação de dor de almas despeçadas, é o nosso coeficiente e, ao mesmo tempo, o reflexo do assombro que domina e estupefaz a Nação inteira, privada, hoje, do centro de gravitação de tôdas as suas consciências liberais”.

Não faltou, empós, quem o negasse. A liberdade e a justiça, variando nos seus conceitos, pareciam distanciar-se dos ideais porque lutara. Mera ilusão das aparências. Aquilo a que sacrificara a sua existência, tôda ela “uma reta traçada, no dizer de Alcindo Guanabara, entre a liberdade e o direito”, não eram as formas transitórias, mas a própria substância do ideal. “Foi a cruz do Nazareno que decifrou o teu mistério, levantando-te num pedestal, que as maiores revoluções não combaliram, nem hão de combalir”, dizia êle, referindo-se à liberdade. “Desde êsse exemplo tremendo, todo aquele que te maltratar, perseguindo uma opinião, ou derramando o sangue, a um sementeiro de idéias, comete debaixo do céu, o sumo sacrilégio. O homem, que é o êrro em busca da verdade, não pode traçar a divisória entre a verdade e o êrro ; e por isso, em todo pensador, em todo apóstolo, em todo reformador, em todo heterodoxo, há alguma coisa, que os poderes da terra não têm meios de saber se é humana, ou divina. A maior vítima das maiorias políticas foi o Deus crucificado. E aqui está porque a imagem da sua paixão é a tua própria imagem. Entre os braços daquele patíbulo tu e a verdade sofrestes juntamente, e com a verdade ressurgistes dos mortos. Porque tu não és a verdade : mas, se a verdade pode entrever-se da terra, é pelos horizontes que tu nos abres”.

Por isso, foi-nos permitida a ventura de assistir a sua Ressurreição. Ressurreição, em que resumiu tôda a doçura e todo o vigor da fé, “flôr do Calvário, flôr da Cruz”, ressurreição, em cuja aleluia celebra hoje o Brasil a sua glória eterna e a sua lição iluminada. Ressurreição, “sorriso em que desabotôa o horror dos seus mártírios”, ascensão do seu vulto, que o tempo nos restitui, cada vez mais vivo, e já agora consagrado como nume tutelar da nossa liberdade”.

MUSEU E CONSERVAÇÃO DE OBRAS
DE ARQUITETURA EM OURO PRÊTORETIFICAÇÃO AO ARTIGO INSERTO NO VOLUME
202 DA REVISTA

No volume 202 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que acaba de ser distribuído, correspondente a janeiro e março de 1949, o Sr. José de Almeida Santos formula, à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e ao Museu da Inconfidência, uma série de censuras que não têm fundamento.

Sob o título de *Conservação, restauração e recuperação de objetos de arte e históricos*, aquêle articulista assevera, em primeiro lugar, à página 153, que "as fotografias colecionadas pelas diversas seções do S. P. H. A. N. são inacessíveis, patrimônio dos funcionários da repartição". Entretanto tôdas as fotografias coligidas para a aludida Diretoria se encontram, diariamente, à disposição de quem quiser examiná-las, no arquivo, às horas de expediente. Em se tratando de especialistas ou estudiosos que pareçam idôneos, a chefia da respectiva seção está autorizada a emprestá-las, mediante recibo, por prazo mais ou menos dilatado, tal como sucedeu ao próprio Senhor José de Almeida Santos, a quem foram emprestadas para seus estudos, em dezembro de 1949, as fotografias que desejou e que reteve em seu poder até 26 de abril de 1951 (*).

Em segundo lugar, censura mais o articulista: "criam-se vexames que nos reconduzem a um primitivismo embaraçoso como o fato seguinte: exigir-se em Ouro Preto que se depositem na portaria as bolsas das senhoras!" (página 143 citada). A medida, no entanto, só foi adotada no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, por ser de praxe nos museus nacionais que o precederam, convindo

(*) Vejam-se os documentos em apêndice.

acrescentar que no caso a portaria se incumba de cumpri-la muito discretamente, sem o menor vexame para os visitantes. Não há, pois, que censurar a prática somente àquele museu.

Em terceiro lugar, o Sr. José de Almeida Santos reprova que “além disso quatorze empregados (número excessivo) zelem pelos mostruários” (página citada). Em verdade, porém, o Museu da Inconfidência conta apenas com oito guardas e dois serventes, servidores esses que são insuficientes para fiscalização adequada das 13 grandes salas de exposição do estabelecimento, várias das quais providas de subdivisões de madeira compensada a meia altura.

Em quarto lugar, o articulista acusa a diretoria do Museu de negligência por consentir em Mariana que fiquem “dois esplêndidos quadros na parede insegura da Matriz” e, “na igreja de Tiradentes, servindo de apoio a uma prancha onde o sacristão sobe para apagar as velas da banquetta, por trás do altar mór, rico mocho de pernas torcidas e, mais rica ainda, uma mesa sem serventia aparente para o templo — peças que deviam preocupar os conservadores de museus por seu esplendor e rareza, ser transferidas para Ouro Preto onde se conservariam convenientemente da irreverência da humidade, dos bolores e dos termitas” (páginas 153 e 154). As peças em questão pertencem, entretanto, à Arquidiocese de Mariana e à Paróquia de Tiradentes, não sendo lícito a esta repartição, nem ao Museu da Inconfidência apropriar-se delas e transferi-las para Ouro Preto.

Em quinto lugar, escreve o Sr. Almeida Santos: “As casas ns. 5 e 7 da Ladeira da Glória estão desmoronadas. O Serviço do Patrimônio alega o descaso dos proprietários que se desinteressam da conservação dos imóveis tombados, por julgarem êles, proprietários, que o tombamento dá ao S. P. H. A. N. o encargo permanente de sua conservação” (página 154 citada). Mas a repartição criticada não alegou coisa alguma, pelo menos ao articulista. Os sobradinhos aludidos desmoronaram, com efeito, porque têm faltado ao órgão competente recursos para reparar tôdas as casas existentes em Ouro Preto. Fêz, todavia, o que esteve ao seu alcance junto à proprietária para induzi-la a cedê-los à Prefeitura Municipal, por preço razoável, a fim de serem restaurados, uma vez que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional já tinha beneficiado com obras anteriormente duas outras casas da mesma proprietária.

Em sexto lugar, o Sr. Almeida Santos recrimina a repartição pelo que chama de “outras falhas na sistematização dos serviços.

Por exemplo : as igrejas e os altares tudo que se toca na cidade monumento fica branco : paredes, móveis, tudo está lambuzado. Até os pilares e contrafortes de pedra receberam seu batismo de cal respingada das brochas e aguardam as chuvas torrenciais que deverão lavá-los” (página 154 citada). Não foi, porém, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que pintou ou lambusou de branco os altares, móveis ou elementos de cantaria a que se refere o articulista. Limitou-se a caiar ali os muros e paredes, externas e internas que deveriam ser caiadas. Nem há, que me recorde, altares ou móveis assim desfigurados com pintura branca em Ouro Preto.

Em sétimo lugar, diz o Sr. Almeida Santos que, em Ouro Preto “das cornijas brotam viçosos vegetais, alguns arbustos, sem falar nos parasitas” e explica, em seguida, com erudição, os danos que tal vegetação costuma produzir (página 154 citada). Periódicamente, no entanto, a repartição censurada providencia para retirar a vegetação aludida e, se não consegue impedir que reapareçam nas igrejas e demais edificações tombadas naquela e outras cidades, é por não contar com auxiliares em número suficiente para serviço tão extenso e frequente.

Finalmente, o Sr. José de Almeida Santos interpela a mesma repartição nestes termos : “A casa número 3 da Ladeira da Glória deixa-nos em dúvida... A casa foi reformada há pouco. Vê-se na ilustração do *Guia de Ouro Preto*, publicação do S. P. H. A. N., que a grade da sacada é de ferro. Hoje a referida grade é de madeira. Perguntamos : tal grade era de ferro e foi retirada para ser substituída pela de madeira, ou era de madeira e a ilustração inverídica ?” (página 154 citada). Resposta : ao tempo em que foi reproduzida na ilustração do *Guia*, a casa possuía grade de ferro, ali introduzida em data relativamente próxima e em desacôrdo com a feição setecentista da construção : por tal motivo a grade foi substituída por sacada com guarda-corpo de madeira, à feição tradicional, quando se restaurou a edificação, recentemente.

O autor do artigo a que me reporto data-o expressivamente de “Florença, novembro de 1947” e principia por tecer comentários às esculturas e pinturas dos grandes mestres ali em exposição, assim como à restauração de obras de arte na Itália. O leitor estranhará, com razão, que a sensibilidade do Sr. José de Almeida Santos diante daquelas obras imortais se manifeste sob a forma de maledicência em relação a remotos e obscuros patrícios seus.

Rodrigo M. F. de Andrade.

APÊNDICE

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

C.23 -- Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1951.

Sr. José de Almeida Santos, Avenida Niemeyer, 174, ap. 20, Rio.

Prezado Sr. José de Almeida Santos :

Para atender à necessidade de consultas no arquivo desta repartição, venho solicitar-lhe a fineza de devolver-nos as fotografias de móveis que lhe foram cedidas, por empréstimo, em dezembro de 1949.

Agradecendo a atenção que dispensar a este pedido, apresento-lhe neste ensejo, com aprêço, os meus cordiais cumprimentos. — *Rodrigo M. F. de Andrade*, Diretor.

Rio, 15 de fevereiro de 1951.

Imo. Sr. Rodrigo M. F. de Andrade, Dd. Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

Saudações.

Presente seu memorandum de 18 de janeiro próximo passado.

Conforme sua solicitação devolvemos, para fins de consulta em seus arquivos, as fotografias que nos foram emprestadas há tempo.

O livro "Mobiliário Artístico Brasileiro" acha-se em fase de estruturação definitiva. As fotografias agora devolvidas reclamaram muito esforço de nossa parte para desembaraçá-las do texto onde figuravam em referências diversas, ocasionando o atraso desta resposta.

Infelizmente, pois, ainda não foram utilizadas e lamentamos que essa documentação seja eliminada daquele trabalho.

Agradecendo e desculpando-nos pela demora involuntária, apresentamos cordiais cumprimentos. — *José de Almeida Santos*.

Rio, 26 de abril de 1951.

Imo. Sr. Rodrigo M. F. de Andrade, Dd. Diretor do SPHAN. — Rio de Janeiro, D. F.

Saudações.

Confirmo minha carta de 15 de fevereiro pp., à qual juntei, em devolução, as fotografias que nos foram há tempos emprestadas.

Conforme constatámos aí na Seção de Arquivos, houve falta de três cópias de mesas. Aqui junto três cópias de mesas que espero satisfaçam às necessidades de consulta daquele departamento.

Renovando nossos agradecimentos pela solicitude demonstrada, apresentamos nossos cumprimentos cordiais. — *José de Almeida Santos*.

Avenida Niemeyer 174, ap. 20, Rio, D. F.

**EVOLUÇÃO DO ENSINO DA ENGENHARIA
E ARQUITETURA, DE ADOLFO MORALES
DE LOS RIOS. SEP. ENGENHARIA.
SÃO PAULO, 1947**

Na pág. 443, 3.^a linha, do n.º 204 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a publicação acima mencionada, achase, por engano, indicada como da entrevista do general Klinger, sendo pois feita a presente retificação.

TRABALHOS TRANSCRITOS

APONTAMENTOS CRONOLÓGICOS DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

BARÃO DE MELGAÇO

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Em sessão de 7 de dezembro de 1882, o Instituto Histórico registrou expressiva doação, de que se fêz intermediário douto amigo do autor.

“O Sr. Conselheiro Beaurepaire Rohan apresentou dois importantes manuscritos do falecido consócio Augusto Leverger, barão de Melgaço, que lhe haviam sido remetidos de Cuiabá com destino ao Instituto pelo coronel honorário Cesário Corrêa da Costa, genro do dito barão ; são êles “Dicionário Geográfico” e “Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso”.

E pondera, que “não devendo obras como estas ser publicadas por partes, roga ao Instituto que seja ela integralmente publicada em um só tomo na Revista Trimestral.

Resolveu-se que fôsse remetido à Comissão de História para dar parecer.”

Claro está que a decisão final referia-se apenas à segunda contribuição, pois que a primeira deveria ser encaminhada à Comissão de Geografia.

Por ventura, foi-lhe dispensada a intervenção, a julgar pela indicação referida em sessão de 24 de agosto de 1883, nos termos a seguir :

“Em mãos da Comissão de Redação para um esboço do “Dicionário Topográfico” da província de Mato Grosso ; conquanto muito deficiente, o que indica perda ou extravio de grande parte de suas indicações, o pouco que existe é tão bom que, sanados ligeiros senões devidos ao copista, torna-se digno de publicação.

E como sabe o abaixo assinado, que existem em trabalho outros dicionários sobre o mesmo assunto, propõe que o Instituto faça prontamente essa publicação, no justo intuito de não ser prejudicado êsse consciencioso trabalho de tão esforçado e criterioso membro do Instituto. — Sala de Sessões, 24 de agosto de 1883 — Severiano da Fonseca”.

O depoimento de João Severiano, que andara por Mato Grosso, donde voltou com opulentas informações enfeixadas na magnífica “Viagem ao Redor do Brasil”, apressou a publicação do ensaio, que a Revista, em seu tomo 47 (Parte II, 1884), deu a lume, com o título de *Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso pelo Barão de Melgaço*.

Do outro, porém, não há indício de que tenha tido análogo destino.

Sumiu, sem que ninguém lhe indicasse o paradeiro, quando procurado.

Vagamente referem os contemporâneos que teria sido entregue a competente relator para emitir parecer, e não mais tornou ao Instituto.

Como quer que seja, extraviou-se ainda em vida de quem o entregou ao destinatário.

Felizmente, porém, a filha do autor, D. Emília Leverger Correia da Costa, possuía outro exemplar, que cedeu a Estevão de Mendonça, professor de história no Liceu Cuiabano, e ardoroso admirador do bretão cuiabanizado.

Quando o diretor do Colégio Salesiano de Cuiabá, padre Helvécio de Oliveira, atual arcebispo de Mariana, fundou a revista *Mato Grosso*, de fecundo programa cultural, que exerceu acentuada influência na evolução literária regional, desde o primeiro número estampou a colaboração do exaltado levergeriano, a quem se deparou auspiciosa oportunidade para ir publicando os manuscritos que possuía.

E assim apareceu, a partir de 1904, parceladamente, a obra que Beaurepaire Rohan queria ver “integralmente publicada” na Revista do Instituto.

Como seja rara a coleção completa do periódico de Cuiabá, em cujas páginas ela aflorou, não virá fora de propósito a sua reprodução, que executará a decisão tomada pelo Instituto em 1882, e malograda por causa do extravio dos originais.

Apesar das sete décadas decorridas após o desaparecimento de Leverger, em 1880, não perderam as suas observações a valia que lhe grangeou a nomeada de maior conhecedor, em seu tempo, da geografia e história de Mato Grosso.

Durante o meio século que viveu em Cuiabá, onde se radicou, desistindo de maior ascensão na carreira naval, a que o predestinavam os seus méritos, não houve problema regional que não examinasse com inteligência sagaz.

Hábil hidrógrafo, explorou os tributários navegáveis do rio Paraguai, como evidenciam os diários e roteiros de navegação, que lhe justificaram o ingresso ao quadro social do Instituto Histórico, a 19 de outubro de 1848.

Geógrafo, palmilhou a região sulina, onde, encarregado da “coordenação e complemento da carta da Província”, por um triz não foi colhido pela invasão lopesina (a).

Enfrentou-a em Melgaço, onde, dominando o pânico generalizado, organizou eficientemente a defesa, merecendo, em recompensa, as insígnias de barão, que lhe concedeu o Governo Imperial.

Presidente da Província mais de uma vez, distinguiu-se pela retidão e sensatez, no solucionar os problemas administrativos, sobranceiro às injunções partidárias.

Historiador, anotava quanto lhe pudesse mais tarde servir para as monografias que por ventura planeasse elaborar.

“Os apontamentos cronológicos” evidenciam o processo que adotava nas pesquisas.

Recorria à documentação que lhe chegasse ao alcance, proporcionada pelo Arquivo do Governo, quando no exercício da Presidência da Província.

Ainda quando não lhe sobrasse vagar para compor ensaio completo sobre a História de Mato Grosso, queria, ao menos, estar sempre bem informado, por satisfação própria e para atender às consultas dos governantes e estudiosos, como ocorreu mais de uma vez.

Era, não obstante afastado de posições de mando, o oráculo em assuntos motogrossenses, sempre solícito em responder aos consulentes, como revelou Pimenta Bueno, ao visitá-lo meses antes do seu falecimento, a 14 de janeiro de 1880 (b).

E’ de duvidar que pensasse em dar à publicidade os seus “Apontamentos”, como fizera aos “Diários de Reconhecimentos” fluviais, redigidos por maneira que constituíssem monografias completas.

Talvez quizesse apenas tê-los à mão para qualquer consulta momentânea, quando nenhuma obra satisfatória existia a respeito da História de Mato Grosso.

A sua fonte primeira de inspiração derivou dos “Anais do Senado da Câmara de Cuiabá”, em cuja primeira página rompe a declaração do magistrado que lhes promoveu a elaboração, em cumprimento de preceito legal.

“Este livro há de servir para nêle se lançarem as Memórias anuais dos novos estabelecimentos, fatos e casos mais notáveis, dignos da história, que tiverem sucedido desde a fundação desta Capitania, e forem sucedendo (as quais?) Memórias hão de ser escritas pelo Vereador Segundo dêste Senado, e apresentadas ao mesmo no fim de cada um ano, para serem revistas, examinadas e aprovadas; tudo na conformidade da Real Provisão de 20 de julho de 1782, enviada por cópia pelo Dr. ouvidor geral da comarca, com carta sua de officio datada de 18 de fevereiro do presente ano.

Vai numerado e rubricado por mim, juiz de fora, presidente do mesmo Senado, com a minha costumada rúbrica de Ordonhes, Cuiabá, 20 de junho de 1786 — Diogo de Toledo Lara Ordonhes”.

Seis decênios tinham decorrido depois que a bandeira de Pascoal Moreira Cabral acampara nas lavras cuiabanas, e raros se lembrariam dos afastados acontecimentos da época.

Recorreram então os camaristas ao manancial opulento, proporcionado pela “Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos”, de José Barbosa de Sá, que ultimara, a 18 de agosto de 1775, a narrativa dos episódios de que fora testemunha, ou tivera ciência, logo ao chegar às minas de Cuiabá, pouco depois de descobertas.

E’ de presumir que Ordonhes, devotado a pesquisas históricas, a tivesse manuseado com vagar e atenção, por lhe aquilatar a merecida valia e a recomendasse a Joaquim da Costa Siqueira, a quem coube trasladar para o livro official o escrito particular, que por êsse tempo corria entre mãos dos mais doutos.

Com tôda a lealdade, o vereador atribuiu o mérito da obra, na parte inicial, inclusive o ano de 1765, a Barbosa de Sá, de quem declarou ter copiado fielmente o manuscrito, “corrigindo unicamente aquilo que pôde achar contrário e acrescentando as que se omitiram, talvez por falta de lembrança, e prosseguindo do dito ano de 1765 em diante com os mais fatos que ocularmente presenciou, e outros que são constantes, e praticando o mesmo sistema que tem aquele primeiro escritor”.

Insignificantes seriam as alterações que poderia Siqueira intercalar na obra do licenciado, referente ao período já distante de mais de meio século.

Todavia, a cópia sobremaneira valorizou-se com as anotações que, de sua letra miudinha, o próprio Ordonhes, apesar de não ter nessa época mais de um ano de residência em Cuiabá, lançou à margem, para contestar ou esclarecer algumas afirmativas do cronista.

A contribuição primitiva de Barbosa, transmitida por um dos seus exemplares, chegou à Biblioteca Nacional, que a divulgou em seus preciosos “Anais” (vol. XXIII — 1901).

Da versão esposada pelos vereadores, obteve Toledo Piza uma cópia anotada por Ordonhes, que deu a lume pela “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” (vol. IV — 1899), duas décadas antes que lhe iniciasse a publicação a “Revista do I. H. de Mato Grosso”, a partir de 1919, quando se fundou.

Também Beaurepaire Rohan conheceu os assentamentos dos camaristas de Cuiabá, diretamente ou por alguma das várias transcrições, como patenteia a edição póstuma dos seus “Anais de Mato Grosso”, empreendida pela Revista do Instituto de São Paulo, (tomo XV — 1910).

Embora Leverger imitasse o exemplo do seu predecessor, no tocante às épocas minguadas de documentação, ao socorrer-se dos “Anais de Cuiabá”, não tardaria em completá-los por meio de relatos oficiais, que os outros desconheciam e depois de 1830, com o próprio testemunho de observador imparcial e justiceiro.

A cada passo, enxerta informações que lhe provam o conhecimento de papéis do Arquivo do Governo, de que soube utilizar-se a preceito, desde pelo menos a era de Dom Antônio Rolim de Moura, primeiro capitão general de Mato Grosso.

Destarte, o seu trabalho contribui para o esclarecimento de pontos obscuros da história regional e merece divulgação mais ampla do que a proporcionada pela revista *Mato Grosso*, de tiragem diminuta, que lhe torna difícil a consulta para os estudiosos (c).

E, nos derradeiros decênios, o seu depoimento pessoal supre a carência de informações dos “Anais”, que se interromperam na era imperial.

ANOTAÇÕES

a) Na Capital do Império, correu a notícia da prisão de Leverger, a que se refere J. de Mesquita, ao divulgar a existência, no Arquivo Público de Cuiabá, de “cartas autógrafas de Henrique de Beaurepaire Rohan a Augusto Leverger”.

“Logo depois do início da guerra, manifesta a apreensão causada entre os amigos pelo boato de que Leverger havia caído prisioneiro dos paraguaios, no rio Apa.

E, diz : “Escrevei-me. Fazei que o mais depressa possível, eu possa provar que tive razão de não querer ser crédulo — que *j’ai raison de ne pas vouloir être crédule*”.

J. de Mesquita — Cartas de Beaurepaire Rohan.

Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Tomo LXIV — 1950.

b) Incumbido pelo Governo Imperial de trabalhos geográficos e de “estudar os meios de melhorar as comunicações de Cuiabá com a Côrte”, F. A. Pimenta Bueno ainda encontrou, às vésperas, por assim dizer, de sucumbir, o abnegado consultor, a respeito de cujo saber firmou expressivo depoimento.

“O venerando Sr. barão de Melgaço, afirmou o engenheiro, possuía um precioso arquivo de cópias interessantes de documentos gráficos com os quais organizou a carta da Província em 1868 ; entre êsses documentos tinha muitos seus, relativos à história e geografia da Província e de reconhecimentos dos rios Cuiabá, Paraguai, do distrito de Miranda e outras localidades.

Sempre cavalheiro e franco, o barão de Melgaço, não fazia mistério de seu arquivo e com vivo interêsse pela Província de Mato Grosso prestava todos os esclarecimentos ao seu alcance.

Tive a fortuna de encontrar ainda êsse ilustre ancião, a quem devo muitas informações e documentos para o desempenho da minha comissão”.

Por isso, na “Carta da Província de Mato Grosso”, que elaborou, abriu apropriada clareira em campo verde, para gravar significativa declaração fora das normas cartográficas :

“A memória veneranda do barão de Melgaço, dedico êste trabalho, como sinal de respeito e gratidão”.

c) A carência de coleção completa da referida publicação denuncia-se pelos obstáculos que se depararam à cópia dos “Apontamentos cronológicos”, para a reedição integral.

Não fôra a boa vontade e compreensão cooperativa do desembargador José de Mesquita, que prontamente se prestou a proporcionar ao Instituto Histórico as páginas que faltavam, mediante transcrição dos números arquivados na “Casa do Barão de Melgaço”, em que tem sede o Instituto Histórico de Mato Grosso, ficaria truncado o ensaio.

Faz jus, portanto, aos agradecimentos de quantos apreciarem a valiosa contribuição levergeriana, que pela primeira vez sai a lume em conjunto, com anotações de Virgílio Corrêa Filho.

APONTAMENTOS CRONOLÓGICOS DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

Em 1718 uma bandeira chefiada por Antônio Pires de Campos, tendo subido o rio Cuiabá em procura de índios, a fim de reduzi-los à escravidão, chegou até a barra do Coxipó-mirim, onde encontrou uma aldeia de Coxiponés, que foi subjugada.

Governava então a Capitania de São Paulo, na qual se compreendiam os sertões de Minas, Goiás e Mato Grosso, Dom Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, que foi depois vice-rei das Índias e primeiro marquês de Aloma (1).

1719

Outros bandeirantes, capitaneados por Pascoal Moreira Cabral, chegaram ao mesmo lugar, e como encontrassem nas barrancas do Coxipó alguns granetes de ouro, subiram por êsse rio e formaram um arraial no lugar da Forquilha, onde entregaram-se a trabalho de mineração, apesar de se acharem desprovidos dos instrumentos necessários.

Em junta que fizeram a 8 de abril resolveram enviar a São Paulo Gabriel Antunes, para dar parte do descoberto, e elegeram por essa ocasião Pascoal Moreira Cabral para guarda-mor-regente, até que recebessem ordens do capitão-general.

(1) A narrativa de Leverger inspira-se grandemente nos "Anais do Senado da Câmara de Cuiabá", em que foi transcrita a memória de J. Barbosa de Sá, cuja crônica referente às primeiras décadas da vila recebeu neste lance homologação oficial.

Aliás, mais de uma vez o autor cita o primeiro cronista cuiabano, quando não lhe transcreve expressivos trechos.

1720

Chegaram expedições partidas de São Paulo com numerosa gente, atraída pela notícia do ouro descoberto ; vieram pela via fluvial, com muito trabalho, fome e sofrimento. Tomou posse do Governo de São Paulo o capitão-general Rodrigo César de Menezes (2).

1721

Levantou-se na Forquilha uma capela dedicada à N. S. da Penha de França. A primeira missa foi celebrada a 21 de fevereiro pelo padre Jerônimo Botelho.

1722

Em data de 6 de janeiro houve em São Paulo, por ordem do capitão-general, uma junta para tratar-se de abertura de um caminho por terra para as minas de Cuiabá. Ficou resolvido que o dito caminho fôsse aberto por conta da Fazenda Real, e tivesse começo logo depois da Pascoa (3).

Chegou a expedição ou monção de São Paulo, pela navegação fluvial, mas com excessivo destroço ; pereceu muita gente de fome, peste, e também devorada pelas onças.

Em um dia de outubro, Miguel Sútil, sorocabano, acompanhado de um seu camarada europeu, alcunhado o Barbado, guiado por índios descobriram o lugar onde atualmente existe a cidade de Cuiabá, e pela tarde voltaram aos seus ranchos — o primeiro com meia arroba de ouro, e outro com duzentas oitavas. Tratou logo de

(2) Rodrigo César de Menezes, irmão do vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes, conde de Sabugosa, tomou posse do cargo de capitão general de São Paulo, capitania desmembrada de Minas Gerais, a 5 de setembro de 1721.

(3) O caminho por terra, entre São Paulo e Cuiabá, foi empreendido por Gabriel Antunes Maciel, que não tardou em desistir, sendo substituído por Bartolomeu Pais de Abreu.

A propósito transcreve A. de Taunay em *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*, informações extraídas da *Nobiliarquia* :

“ Saiu de São Paulo para o sertão de Cuiabá, em 1721, e tendo chegado, com picada, à altura do rio Grande (Paraná), deixando três feitorias de plantas de milho”, feijão e outros legumes e em uma delas 250 bois para se sustentar a tropa, voltou a São Paulo com a notícia de ter chegado Rodrigo César de Menezes, governador capitão general de São Paulo”, que lhe contrariou a pretensão. E assim baldou essa primeira tentativa de ligar as lavras cuiabanas a Piratininga por via terrestre.

mudar-se para êsse lugar tôda a gente da Forquilha. Avalia-se em quatrocentas arrobas o ouro que se tirou ali em um mês (4).

O capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes levantou a igreja Matriz, dedicada ao Senhor Bom Jesus.

1723

Em resposta à comunicação de que fôra portador Gabriel Antunes, chegou ao guarda-mor uma carta do capitão-general mandando providência sôbre a capitação e entradas. Sôbre a forma de govêrno prescrevia que o guarda-mor elegeisse doze deputados e formasse um como Senado para o regimento ordinário.

Houve uma grande miséria por terem praguejado os milhais. Não estava introduzido nem sequer entre os viajantes, o uso de pescar ; por acaso, algum que o faria, vendia um dourado por quatro ou cinco oitavas. Chegou-se a comprar um jaú por uma quarta de ouro, que deu o dôbro a quem o retalhou em postas.

O guarda-mor arrecadou os quintos reais, que se pagavam por capitação. Tôda a pessoa que minerava ou trabalhava por qualquer officio, fôsse branco, índio, ou negro, pagava duas e meia oitavas.

Foram remetidos para São Paulo os ditos quintos, que não passaram de quatro arrobas.

Em 26 de junho o capitão-general deu ao mestre de campo João Leme da Silva um regimento para o govêrno das Minas de Cuiabá.

1724

Correu êste ano com as misérias do ano passado, por falta de mantimentos e por muitas doenças de febres malignas e maleitas.

Chegaram de São Paulo diversas monções com muito trabalho e miséria. Vieram o tenente-coronel João Antunes Maciel, provido em superintendente geral das minas, e Fernando Dias Falcão, para capitão-mor-regente. Vieram também alguns eclesiásticos.

Em março fêz-se junta para regular o pagamento de capitação e assentada, seis oitavas ; carga de sêco, ou molhado, duas oitavas, batea três oitavas ; cada venda, ou loja, onze oitavas, assim como official de qualquer officio ; os traficantes, que não tivessem loja assentada, seis oitavas ; carga de sêco, ou molhado, duas oitavas, e da entrada de cada negro pela primeira vez duas oitavas.

(4) Outras versões não limitam a colheita ao prazo de um mês de trabalho, mas a pequena área, em quadra próxima ao "Tanque do Ernesto".

Em julho remeteram-se para São Paulo 3.805 oitavas. Em setembro ficou pagando — cada escravo quatro oitavas ; carga de sêco oito, e a de molhado cinco oitavas.

Levantou-se a capela do N. S. da Conceição, junto da qual formou-se um poderoso arraial pelas ricas lavras que ali se descobriram.

1725

Uma expedição que se supõe composta de 20 canoas e mais de 600 pessoas, vinda de São Paulo, foi destroçada no rio Paraguai, junto à boca dos Chanés, pelo gentio Paiaguá, escapando apenas um branco e um preto (5).

Não chegou neste ano fazenda alguma, sêca ou molhada, e em consequência deu-se por um frasco de sal até quarenta oitavas. Para se batisar um inocente andavam à procura de quem tinha uma pedra de sal, e por falta dela deixaram de batisar alguns.

Principiou-se a navegar o rio Pardo acima até o Sanguesuga, varar as canoas em Camapuan, e descer com elas ao Coxim. Depois que se largara o caminho da Vacaria deixavam, os que vinham de São Paulo, as canoas na cachoeira do Jauru e caminhavam com as fazendas às costas até Coxim. Os primeiros que cometeram essa empreza — de subirem com as canoas e vará-las em Camapuan — foram os irmãos João Leme e Lourenço Leme (6).

Neste ano plantou-se a primeira roça em Camapuan.

Pagaram-se — por batea, 6 oitavas ; por ofício, 14 ; por venda ou loja, 32 oitavas.

A remessa para São Paulo alcançou a 8.953 oitavas.

1726

Em junho partiu para São Paulo uma expedição que foi acomedida no rio Paraguai pelo gentio Paiaguá ; distinguiram-se na ação os dois ituanos Miguel Antunes Maciel e Antônio Antunes Lôbo.

(5) Foi a primeira fulminante ofensiva dos paiaguais, canoeiros habilíssimos, contra as monções, com o fim de impedir a comunicação de Cuiabá com São Paulo.

(6) Os Lemes fundaram, para auxílio dos viajantes, a fazenda de Camapuã, no divisor de águas de Paraná e Paraguai, sequestrada, no decorrer da perseguição que lhes moveu Rodrigo César, até conseguir exterminá-los cruelmente.

Remeteram-se para São Paulo 16.727 oitavas de ouro, inclusive 5.665 oitavas de Registro.

A 15 de novembro chegou ao arraial de Cuiabá o capitão-general Rodrigo César de Menezes, que veio acompanhado do Dr. Antônio Alvares Lanhas Peixoto, ouvidor de Paranaguá, e do padre Lourenço de Toledo Taques, nomeado para os empregos de visitador, vigário da Vara e pároco da Freguesia, provido pelo bispo do Rio de Janeiro. A expedição compunha-se de 300 canoas, com cêrca de 3.000 pessoas, entre brancos e negros, tendo-se perdido algumas canoas e morrido muita gente afogada durante os quatro meses da viagem.

1727

No dia 1 de janeiro celebrou-se o auto de criação da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

“Deu-se-lhe por armas um escudo dentro com campo verde e um morro ou monte no meio, tudo salpicado com folhetas e granetes de ouro, e por timbre, encima do escudo, uma Fenix”.

Pagava-se no Registro por cavalgadura em pêlo três oitavas; casa de truque de taco 128 oitavas; cada forno 28; cada oficial 28; as lojas e vendas 50 oitavas, e sendo de sêcos e molhados 64.

Havia nesse ano duas casas de truque, onze fornos e 2.607 escravos. Tudo rendia para a Fazenda Real 35.210 oitavas, que foram remetidos em março para São Paulo (7).

Expediram-se três bandeiras para fazerem novas descobertas e conquistarem gentios.

O vigário Lourenço de Toledo Taques prendeu e excomungou ao seu antecessor Manuel Teixeira Rabelo; êste agravou para o juiz do Feito da Corôa, — Dr. Lanhas Peixoto, que o mandou soltar, ao que seguiu-se ser também excomungado pelo vigário. Entre o capitão-general e o ouvidor havia também manifesta discórdia, e os males que resultaram de aí, os pesados tributos e o rigor com que os cobravam, desgostavam o povo — dando em resultado que muitos habitantes fugiram para São Paulo, outros foram para as minas de Goiás, e outros finalmente internaram-se pelos sertões em busca dos gentios Perecis e Bororos, para reduzi-los ao cativeiro.

Por Bando de 13 de dezembro proibiu o capitão-general que se vendessem índios.

(7) A presença do capitão general em Cuiabá elevou a taxação adotada em 1724, de 11 para 50 oitavas, em cada venda ou loja, e de 11 para 28 oitavas, quando se tratasse de algum officio, e o mais na mesma proporção.

Em 6 de janeiro fêz-se junta em que se assentou que para os Reais Quintos, paga-se cada batéa 7 oitavas, e tudo mais como no ano anterior.

Em 29 de fevereiro publicou-se um Bando proibindo o exercício de ourives, e mandando fechar as tendas. Em março remeteram-se para São Paulo 14.263 oitavas de direitos de entradas.

O licenciado Barbosa de Sá, que primeiro escreveu os “Anais de Cuiabá”, refere os dois seguintes fatos milagrosos :

1.^o No dia de quinta-feira, maior, o S. S. Sacramento em Custódia achando-se sobre uma banqueta de madeira, sem que ninguém a ela se chegasse, foi visto virar-se para o lado da Epistola, e parecendo aos circunstantes que algum descuido ou imperfeição no assento pudesse ocasionar o que presenciavam, foi o sacerdote endireitar a Custódia e examinar o lugar ; mas, não obstante o cuidado, cautela e circunspeção com que procedeu, foi preciso repetir o mesmo exame à face do povo, até que ficou a Custódia imóvel.

“Demonstração diz o autor dos Anais, que fêz Deus Nosso Senhor de que não era servido que se despovoasse estas Minas”.

2.^o Havendo-se remetido para São Paulo e dali para Lisboa sete arrobas de ouro, produto dos Quintos, os quatro cunhetes, em que ia esta porção, acharam-se, quando se abriram em Lisboa, cheios de chumbo em grão.

Procedeu-se à mais severa devassa, e não se acharam provas de roubo. “Assim, diz o narrador, quiz Deus mostrar que não lhe agradavam os pesados tributos que se impunham ao novo estabelecimento” (8).

(8) O caso da substituição do ouro cuiabano por chumbo de igual pêsos foi minuciosamente explanado por A. de Taunay em *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*.

A explicação apresentada por Barbosa de Sá valia como libelo contra a extorsão fiscal a que se achavam sujeitos os moradores de Cuiabá. Os fatos, porém, passaram-se de maneira menos misteriosa.

Os cunhetes lacrados, com 18.065 oitavas de ouro, foram entregues, em São Paulo, ao provedor dos Quintos, **Sebastião Fernandes do Rego** que tinha chave do coíre em que se guardavam os cunhos. Foi-lhe fácil substituir o ouro por chumbo de igual pêsos, e de novo lacrar o fêcho, que tomou o mesmo aspecto primitivo.

Quando se evidenciou a escamoteação, perante Dom João V, que se rodeara de ministros e fidalgos para festivamente mostrar o agrado com que recebia as primícias do ouro cuiabano, a indignação do rei manifestou-se por atos inequívocos.

Ciente da decisão da metrópole em castigar o criminoso, Antônio Caldeira da Silva Pimentel, governador de São Paulo, a quem se atribuía cum-

Pela primeira vez, nestas minas, houve execução de pena capital, enforcando-se um escravo que matara a seu senhor. Recusando-se o ouvidor Lanhas a mandar fazer a execução, por não se julgar autorizado para isso, exigiu o general que se fizesse deixação do lugar, em que foi substituído pelo mestre de campo João Leme da Silva, juiz ordinário mais velho (9).

Por nova eleição passou esta jurisdição ao Dr. Diogo de Lara Morais, e depois (em 4 de abril) foi extinta por ordem do general.

Em abril procedeu-se à primeira lotação dos oficiais de Justiça e de Fazenda.

Em junho, ao retirar-se para São Paulo, o capitão-general Rodrigo César de Menezes deu um Regimento aos Officiais do Senado da Câmara, a quem incumbiu do governo destas minas.

Fêz-se constar por Bando que, em virtude da Ordem de 3 de junho de 1723, todo aquele que fizesse descoberta seria guarda-mor delas e teria um hábito das Ordens militares com tença de 50\$000 réis.

Por esta época vendia-se o frasco de aguardente por 5 e 6 oitavas, donde nasceu o imposto de uma oitava por frascuira.

Vindo do sertão dos Parecis uma porção de bandeirantes, e descendo o rio Paraguai embarcados em canoas com muito gentio que daquela nação traziam, foram destroçados pelos Paiaaguás, que mataram parte dêles e levaram os demais cativos. Ninguém escapou, e só no fim de dois anos se soube do sucesso por um dos últimos, que pôde fugir.

Pelo fim do ano moveram grandes disputas entre os indivíduos que pretendiam sair no pelouro para oficiais da Câmara no ano seguinte. Vendo os camaristas que com a publicação do pelouro, que era o último, haveria certamente mortes e pancadas, meteram o pelouro no fogo e o reduziram a cinzas.

Socegou o rumor dos pretendentes com o tomarem os camaristas a culpa sobre si, temeridade notável, mas obrada com bons intuitos, pela qual saíram depois culpados na devassa que se irou.

plicidade no ousado assalto ao Erário Real, esforçou-se por afastar de si qualquer suspeita, mediante prisão do seu sócio, mantido incomunicável.

O astuto causador da perseguição aos Lemes, de cujos haveres se apossou em grande parte, conseguiu livrar-se da condenação, que lhe pesaria mais tarde, se ainda o encontrasse com vida a ordem de renovação do processo, baseada em documentos que o historiador A. de Taunay arrolou em sua excelente monografia: *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*.

(9) A propósito houve troca de ofícios ásperos entre o então general às vésperas de deixar Cuiabá e o ouvidor de Paranaguá, que teimou em não o acompanhar de regresso.

Uns puseram-se em livramento, outros seguindo viagem para São Paulo deram-se por livres.

As minas neste ano foram em notória decadência.

1729

O sargento mor Antônio de Sousa Basto declarou à Câmara, em vereança de 12 de janeiro, na qualidade de segundo juiz, que era público na vila que muitos moradores dela estavam com a resolução de irem para a cidade de São Lourenço (Santa Cruz de la Sierra), dos domínios de Espanha (10).

Assentaram então que fôsse impedida essa viagem e que se prendessem os que fôsem apanhados nela sem guia, na forma das ordens estabelecidas, assim como que se mandasse lançar um Bando cominando pena de prisão e confiscação de bens aos que saíssem sem passaporte.

Saiu uma expedição com o intuito de fazer uma povoação no rio Coxim e explorar as minas dessa paragein. Foi ela derrotada pelos Paiaaguás, e os que escaparam foram presos e tiveram os bens sequestrados pelo juiz de Fora, sob o pretexto de que iam fugidos para a Espanha.

Outra expedição desceu o rio Pardo, e subindo pelo Paraná, Paranaíba e Corumbá, foram os que dela faziam partes estabelecer-se nas minas de Goiás.

Em uma monção de São Paulo veio para vigário da Vara, enviado pelo bispo do Rio de Janeiro, o padre Antônio Dutra de Quadros, que prendeu — logo que chegou — o seu antecessor, o padre Lourenço de Toledo Taques, como êste fizera ao padre Manuel Teixeira Rabelo. O prêso fugiu da prisão e o padre Dutra ficou fulminando excomunhão contra os que dessem favor, conselho ou ajuda ao padre Toledo; tudo isso, porém, ficou no mesmo pé, sem nenhum resultado (11).

Por mandado do Senado da Câmara e principais pessoas da vila foi uma expedição buscar a imagem do Senhor Bom Jesus, que se achava em Camapuan. Diz-se que esta imagem, de madeira, feita em

(10) O plano, referido pelo cronista, de mudança para terras de Espanha, sômente poderia patentear descontentamento dos habitantes de Cuiabá, que preferiam tentar nova vida ainda que sob o jugo estranho.

Não consta, porém, que tivessem levado avante o seu projeto.

(11) Embora Barbosa de Sá timbrasse em proclamar os seus sentimentos de católico, apontou as rixas entre os religiosos, sem lhes encobrir a incorreção do procedimento.

Sorocaba, fôra parar à ilha do Manuel Homem, no rio Paraná, e que resistira por seu pêso aos esforços dos que pretenderam voltar com ela para São Paulo, deixando-se, entretanto, facilmente transportar com destino a Cuiabá (Anais do Senado da Câmara de Cuiabá).

Houve carestia de todo o gênero. Chegaram a vender algumas camisas, de lençóis que se desfaziam, a doze oitavas. Sal não havia, nem para batisar.

1730

Em 5 de janeiro publicou-se em São Paulo um Bando do capitão-general Antônio da Silva Caldeira Pimentel estendendo aos mineiros o privilégio de que gozavam os senhores de engenho, quanto a não serem executados por dívidas, mas sim obrigados a entregar aos credores, por ordem do juiz, o ouro tirado.

Em junho partiu de Cuiabá para São Paulo uma numerosa expedição levando 60 arrobas de ouro pertencentes a particulares, e na qual ia o Dr. ouvidor Antônio Álvares Lanhas Peixoto. Foram atacados no rio Paraguai (outros dizem no rio Cuiabá) pelo gentio Paiaguá, e depois de renhida peleja, que durou desde as nove horas da manhã até as duas da tarde, ficaram os expedicionários completamente derrotados, perecendo perto de quatrocentos cristãos e escapando somente oito, que por terra se occultaram em um reduto. O Dr. Lanhas obrou prodígios de valor e vendeu cara a vida.

Distinguíram-se também por excessiva bravura o cabo da expedição Inácio Pinto Monteiro, paulista, e Miguel Pedro da Silva. Constava a frota do gentio de oitenta canoas, com mais de 500 homens, dos quais 50 morreram na peleja (12).

Logo depois desta expedição partira do pôrto de Cuiabá outro troço de canoas, em que ia por cabo João de Araújo Cabral, com três canoas, bastante gente, que levava o ouro dos Reais Quintos; e mais atrás Felipe de Campos Bicudo e sua comitiva em outras tantas canoas. Chegados uns e outros ao lugar da peleja viram gente no barranco do rio, e eram os que tinham escapado.

Incorporados todos, elegeram cabo a João de Araújo Cabral para continuarem a viagem.

Temendo que o gentio adiante os esperasse, ali pararam e escreveram ao Senado da Câmara pedindo que se lhes mandasse socorro.

(12) A derrota fragorosa da monção de Lanhas Peixoto demonstrou o perigo que havia para os viajantes na travessia dos pantanais policiados pelos paiaguás, que pretendiam estrangular a via fluvial de navegação, estendida de Aratitaguaba a Cuiabá, por mais de quinhentas léguas.

com que pudessem prosseguir a jornada. Não havendo pólvora na terra, os moradores da vila aprontaram à sua custa (no que despenderam mais de uma arroba de ouro) dezenove canoas armadas em guerra, para vingar o insulto feito pelos Paiaguás, tendo sido cabo dessa expedição — que se denominou dos Eniboabas — o coronel Tomé Ferreira de Moraes Sarmento.

Saiu Tomé Ferreira a 4 de setembro e voltou passados quatro meses, sem haver encontrado o gentio, nem chegado aos seus limites.

Em 21 de julho publicou-se em São Paulo um Bando proibindo que se tirassem índios dos sertões dos Parecis, e ordenando que a gente de Cuiabá que fôsse para São Paulo viajasse junta em uma tropa, ou monção, que havia anualmente.

Em uma monção que chegou a Cuiabá no fim do ano chegou o ouvidor Dr. José Burgos Vila-Lobos.

O brigadeiro Antônio de Almeida Lara mandou buscar nas margens do rio São Lourenço, canas de açúcar que lhe haviam sido noticiadas por uns sertanistas, e delas fêz plantações, que prosperou.

1731

Chegaram os Paiaguás ao Arraial Velho, onde acharam grande porção de gente nossa que ali estava fazendo pescarias; mataram muitos e levaram outros cativos.

Em consequência de uma carta do capitão-general dirigida ao Senado da Câmara de Cuiabá, datada de 26 de julho de 1730, dizendo que em virtude da Régia Provisão de 15 de dezembro de 1728 tinha sido decidido em Junta, na vila de Santos, que se fizesse guerra contra aquele gentio, ficando escravos os que fôsem aprisionados, aprontou-se uma expedição para bater o mesmo gentio.

Com relação aos Parecis repetidas ordens de sua majestade proibiam que fôsem tirados das suas terras.

Saiu a armada no mês de abril, ao mando do brigadeiro Antônio de Almeida Lara; compunha-se de 30 canoas de guerra e 50 de bagagens, e levava 400 homens (brancos, pardos e pretos), duas peças de artilharia dois pedreiros. Desceu até as campanhas onde habitava o gentio Guaicurús abaixo da bocaina do Paraguai. Ai se lhes saiu, em uma manhã, o Paiaguá em grande chusma de canoas, que se lhes não pôde fazer número, e o Guaicurú por terra com exército de cavalaria formado, desafiando uns e outros aos nossos com acenos e algazarras.

Disparam-se as duas peças a um tempo, com bala miúda, sobre o troço dos Paiaguás; provavelmente produziram grande morti-

cínio, por isso que amainaram e desceram pelo rio abaixo. Seguindo os nossos foram acostar-se à aldeia dos Tabatingas, que se achavam à margem esquerda do Paraguai.

Não quiz o brigadeiro ofender a êstes e voltou para cima até ao distrito dos Guaicurus, e mandando convidá-los a que viessem fazer amizade e negócio, chegaram alguns, que entraram em paz. Tendo-os seguros, o brigadeiro prendeu a um dêles, que trouxe consigo, e aos demais mandou cortar as mãos e orelhas, dizendo-lhes que fôsem mostrar aos seus caciques, e aos Paiaaguás, seus amigos. Feito isto, voltou a expedição. O Guaicuru que veio era filho de um cacique.

Foi muito bem instruído na religião cotólica e batizado com o nome de Tomé. Voltou depois para os seus, não sem alguma repugnância. Persuadiu-se a nossa gente que êste índio viesse a servir de Apóstolo da sua nação, porém assim não succedeu. Apesar disso, entretanto, em tôdas as ocasiões que os cuiabanos tiveram de falar ou negociar com aquela nação, foi sempre Tomé fiel para conosco, avisando-nos de algumas traições dos seus.

Em princípio do ano foi empossado do lugar de superintendente dos Quintos. Entradas e mais Direitos da Fazenda Real, nome em que foi mudado o de provedor, o coronel Tomé Ferreira de Moraes Sarmiento, que, pouco depois, retirou-se para fora da vila e daí para São Paulo, perseguido pelas violências do ouvidor Vila Lobos. Neste mesmo ano entrara também o brigadeiro Lara a ser regente da Vila e guarda mor das terras minerais.

Veio ordem para se fazer arrecadar os dízimos da nova vila desde 1728 e 1731, para os quais não tinha havido contratador. Enquanto aos anos anteriores houve contratadores, a cujo benefício se lançou um Bando em 1727. Foi esta a primeira providência sobre os Dízimos Reias.

Neste ano chegaram a esta Vila, vindos dos sertões dos Parecis, Fernando Paes de Barros, seu irmão, Artur Paes de Barros e seus sobrinhos João Martins Claro e João Pinheiro, todos naturais de Sorocaba; apresentaram um cruzado de ouro de amostra das minas de Mato Grosso (13).

Fizeram-se em Cuiabá muitas plantações de cana e com o uso de aguardente (da qual o frasco vendia-se a princípio por dez oitavas) foram diminuindo as febres e a mortandade dos escravos.

(13) Esta passagem do cronista, repetida por Leverger, destôa do que succedeu em 1734, quando os irmãos Fernando e Artur Paes de Barros realmente descobriram ouro no vale do rio Galera, como, aliás, registrou o "Anal de Vila Bela".

Tal estrago fizeram os ratos nas roças e nas casas, que o primeiro casal de gatos vindo ter a Cuiabá foi comprado por uma libra de ouro, e a sua descendência vendeu-se a 20 e 30 oitavas.

1732

As minas de Cuiabá iam em visível decadência, segundo uma extensa petição dirigida ao provedor pelo capitão-mor Luís Vilares e outros. Na dita petição referem em consequência dos estragos que havia feito o gentio e pela notoria falta de ouro nas faisqueiras, carência de gêneros de consumo e de víveres. Dizem que chegara a se vender o prato de sal por 10 oitavas, camisa de linho por 12 e a libra de pólvora também por doze oitavas, e nos anos anteriores o milho foi vendido a razão de 12 oitavas e o feijão 24 a 30.

Esse Estado de coisas deu motivo a grande debate em uma reunião da Câmara, Nobreza e Povo efetuada a 23 de março.

Por êsse tempo e por causa da miséria entranharam-se os bandeirantes pelos sertões dos Parecis para, a pretexto de descobrirem novas minas, cativarem o gentio.

Segundo os Anais de Cuiabá parece que neste ano foram trilhados os sertões de Mato Grosso pela primeira vez, sendo que êsse nome provavelmente se origina da grande mata em que correm os rios Jauru e Guaporé, e que depois applicou-se à cidade ali edificada e finalmente a tôda à capitania (14).

Retirou-se o vigário Antônio Dutra, deixando em seu lugar o padre André dos Santos Queiroz.

1733

Uma expedição vinda de São Paulo, capitaneada por José Cardoso Pimentel e composta de cerca de cinquenta pessoas, foi nas imediações do Carandá destroçada pelos Paiaгуás.

1734

Sairam de Cuiabá Fernando Paes de Barros e seu irmão Arthur Paes de Barros, naturais de Sorocaba, à conquista do gentio Parecis, que já se achava quasi extinto nas vastas campinas de seus sertões.

(14) Leverger poderia suprimir o advérbio “provavelmente”, para mais acentuar a realidade. Sem dúvida, foi a mata, entre o Jauru e o Guaporé, que deu nome ao distrito e à Capitania. A cidade, primitivamente denominada Vila Bela da Santíssima Trindade, só mais tarde foi designada por Mato Grosso.

Viajando mais para o Poente, arrancharam-se junto ao rio Galera, onde acharam três quartos de ouro. (15).

Fernando Paes deu disto conhecimento ao regente guarda-mor a quem pediu ferramenta e pólvora, aguardando resposta na margem do rio Paraguai a fim de penetrar e examinar o sertão.

Chegou de São Paulo — em março — o tenente de mestre de campo general Manuel Reis de Carvalho, enviado pelo novo capitão general, Dom Antônio Luís de Távora, para dar execução à Provisão de 6 de março de 1732, pela qual mandara sua majestade fazer guerra aos Paiaguás e seus confederados, e que se lhes queimassem e destruíssem as aldeias, ficando cativos os prisioneiros, que se repartiriam pelas pessoas que entrassem na dita guerra, pagando o quinto.

A expedição ficou composta de 28 canoas de guerra, 80 de bagagens e 3 balsas, que eram casas portáteis sobre canoas, e 842 homens entre brancos, pardos e pretos. Foi repartida a milícia em três regimentos, de que foram coronéis Felipe de Campos Bicudo, Antônio Antunes Maciel e Antônio Pires de Campos. A expedição saiu de Cuiabá a 1 de agosto, encontrando-se com os índios em uma ilha do rio Paraguai, bate-os e fêz-lhes 266 prisioneiros, matando cêrca de 600 e ficando muitos ainda espalhados, que não perseguiram.

1735

Foi mandado para Mato Grosso, pelo regente, o sargento-mor Antônio Fernandes de Abreu, e com êle — ainda que sem o socorro pedido — Fernando Paes, que levou seu irmão Artur, então arranchado no rio Macabará.

Descobriram nas vizinhanças dêste rio um ribeirão ao qual deram o nome de Santana; ali acharam três oitavas de ouro, e com êste feliz anúncio regressou o sargento-mor a Cuiabá, ainda no mesmo ano. Foi tal o alvoroço dos povos com essa notícia, que todos quiseram ir para o descoberto.

O regente, não só por ponto de polícia, como também por benefício da Fazenda Real (cujo provedor lhe representou o muito que se devia), ordenou que, até maiores indagações, ninguém saísse de Mato Grosso. Consta, entretanto, que no mesmo ano arrancharam-se ali o padre Manuel Leite, Francisco Xavier Sales, João Pereira da Cruz e outros.

(15) Esta versão da descoberta de ouro no rio Galera é confirmada no "Anal de Vila Bela", de que Leverger teve conhecimento, pelo que se deduz dos seus escritos.

Na monção de São Paulo veio o Dr. ouvidor João Gonçalves Pereira, que tomou posse a 29 de dezembro.

1736

A monção vinda de São Paulo, tendo por cabo Pedro Morais de Siqueira, foi atacada no dia 19 de março pelos índios Paiaguás. Pelejou Morais como valente capitão, auxiliado pelo frei Antônio Nascentes, religioso franciscano, alcunhado o Tigre. Depois de porfiada resistência sucumbiram, e o gentio apoderou-se das canoas dispersas pelas águas com bastante gente, que cativou.

Juntos em um corpo, Lourenço Soares de Brito, Francisco Xavier de Matos e seu filho, com cinco escravos e muitos camaradas deram sôbre os índios; mataram muitos e reuniram as canoas já prisioneiras, exceção de duas que carregavam fazendas. Nessa peleja mereceu especial menção Manuel Roiz do Prado, mulato fusco, natural de Pindamonhangaba, a quem chamavam Mandu-açu.

Este mulato vinha como piloto de uma das canoas, com sua mulher ao lado; cercado pelos índios, entrou aos tiros com êles — carregando-lhe a mulher as armas, e com tanto esforço, valor e presteza se portou que atemorizou os índios e os obrigou a retirada.

Voltou de Mato Grosso a Cuiabá Francisco Xavier Sales, com oito oitavas de ouro tirado do ribeirão do Brumado e cinco do ribeirão da Conceição.

A 3 de maio partiram com Sales o regente e guarda-mor, além de outras pessoas e mulheres, descobrindo-se então o caminho por terra de Cuiabá ao Paraguai (16). O ribeirão do Brumado deu-se por faisqueira, do Paraguai repartiu-se.

Uma expedição promovida pelo ouvidor e pela Câmara de Cuiabá empreendeu a abertura de um caminho por terra para Goiás, tendo sido cabo dela Antônio de Pinho e Azevedo.

Tendo-se neste ano extinguido as casas de fundição e suscitado a capitação e censo das indústrias pelo decreto de 22 de março de 1734, estabeleceu-se o mesmo que se praticava em Minas. Cada escravo pagava 4 3/4 oitavas, assim como as pessoas livres que tiravam o ouro por suas mãos e os oficiais de qualquer indústria. As lojas grandes pagavam 24 oitavas, as medianas 16 e as pequenas, incluídas as boticas e cortes de carne, 8 oitavas. Este imposto rendeu no primeiro ano 11.905 1/2 oitavas.

(16) A viagem fazia-se por água. Do Cuiabá ao Paraguai de descida, e pelo Jauru de subida, até o ponto em que ali principiava o caminho terrestre, para travessia do divisor de águas.

1737

Em fevereiro remeteu o regente 1.300 oitavas dos quintos e dízimos de Mato Grosso.

Foi reconhecido o Rio Guaporé, viajando-se pelo Sararé, que nêle faz barra.

Em setembro voltou a expedição que fôra abrir caminho para Goiás, para a qual o povo havia concorrido com 3.000 oitavas.

Saíram para Mato Grosso o Dr. ouvidor e o intendente de Cuiabá ; tocaram primeiramente no Jauru, onde já existiam moradores, sendo a comitiva daqueles dois funcionários composta de 50 canoas e 1.500 pessoas.

Partiu para São Paulo uma expedição levando 80 arrobas de ouro tirado de Mato Grosso. Rendeu a capitação 11.825 1/4 oitavas. Faleceu em Trairas, nas minas de Goiás, o capitão general conde de Sarzedas ; sucedeu-lhe o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade (17).

1738

Chegou de São Paulo uma grande monção, e nela o intendente e provedor Dr. Manuel Roiz Tôrres, que praticou muitos excessos na arrecadação da Fazenda Real, tanto nestas minas, como nas de Mato Grosso.

1739

Com a expedição de São Paulo veio ordem do capitão general Dom Luís de Assis Mascarenhas, para que o ouvidor procedesse contra o intendente Manuel Roiz Tôrres, por queixas e más informações que a seu respeito haviam sido dirigidas ao general.

Nas contas que se lhe tomaram achou-se falta de meia arroba de ouro. O ouvidor não quis admitir reposição, e prendeu o intendente e os seus oficiais e fêz-lhes todo o mal que pôde. Este procedimento do ouvidor foi no ano seguinte estranhado pelo capitão general.

Descobriu-se o rio Alegre, que entra na margem esquerda do Guaporé, um pouco acima da atual cidade de Mato Grosso.

Apareceram as primeiras notícias de que no Corumbiara havia ouro.

Rendeu a capitação 14.894 1/2 oitavas.

(17) Sarzedas faleceu a 28 de setembro de 1737, quando viajava para instalar Vila Boa no primeiro núcleo de povoamento de Goiás.

A monção que vinha de São Paulo foi atacada no mês de janeiro pelos Paiaguás, que levaram quatro canoas carregadas de fazendas e escravos. Houve-se neste conflito como esforçado soldado o ituano Jerônimo Gonçalves Meira, que reuniu duas das canoas aprisionadas, matou muita gente, e defendeu a mais; conservou e trouxe a Cuiabá lanças, arcos e flexas do inimigo, em sinal da sua vitória.

Por diligências do vigário João Caetano Leite, e contribuindo cada pessoa com a esmola de doze vintens, foi levantada a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus, que agora existe e que antes era de pau a pique e coberta de palha.

Pelos índios Bororos do rio-açima tiveram em Cuiabá notícia de que nas cabeceiras do rio Cuiabá achavam-se alguns padres castelhanos, os quais se ocupavam em aldear o gentio, tendo em comêço feitorias. Convocou o ouvidor uma junta de todo o povo, e ficou assentado que os mesmos Bororos deveriam voltar e destruir tais feitorias, arrasando-as; e assim foi executado (18).

Resolveu-se também mandar um cabo capaz para fazer amizade com os Guaicurús para, por êste meio, serem destruídos os Paiaguás. Finalmente assentou-se de enviar homens práticos e investigar as povoações castelhanas mais vizinhas, para com elas tratar amizade e fazer com que não dessem favor aos Paiaguás, como se dizia.

Partiu para êste fim Antônio Pinheiro de Faria, com bastante gente: passou o Paraguai; seguiu viagem por caminhos já trilhados e chegou à aldeia de São Rafael de Chiquitos. Ali achou três padres da Companhia, pelos quais foram os portugueses recebidos com grandes obséquios; êstes ofereceram seus presentes e voltaram com ofertas de vacas e cavalos (19).

Sabido isto pelos de Mato Grosso foram logo muitos a levar os seus presentes; mas não consentiram os castelhanos, que tivessem entrada na povoação dizendo-lhes que, se voltassem de novo, seriam expulsos com violência, e assim finalizou-se a amizade.

Essa expedição foi severamente exprobrada ao ouvidor pelo capitão general, em carta datada de Vila Boa de Goiás em 7 de novembro. Foi também a mesma expedição reprovada pelo Governo de Lisboa.

(18) Êste episódio, da entrada de missionários espanhóis até as cabeceiras do rio Cuiabá, merece exame cuidadoso.

(19) Seria interessante o relatório de Antônio Pinheiro de Faria, para o estudo das relações comerciais entre os pioneiros fronteiriços.

Quanto à expedição para os Guaicurús, saiu capitaneada por Antônio João de Medeiros, com bastante fazenda para brindar os ditos índios e fazer negócio a troco de cavalos, que teria de conduzi-los pela Vacaria. Chegou a expedição às terras dos Guaicurús e mandou-se-lhes recado por um língua da sua nação, vieram muitos com cavalos e alguns carneiros a uma campina à margem do rio, tendo a nossa gente se aquartelado em uma ilha fronteira.

Mandou o capitão Medeiros convidar o cacique para vir ao acampamento, ao que êste respondeu que fôsem os brancos até o local em que achava a sua gente. Assim reabriu-se, indo o capitão com alguns brancos : presenteavam ao cacique e aos mais com panos de várias côres, ferramentas, etc. e em retribuição receberam alguns carneiros e promessa de que lhes dariam quantos cavalos quizessem e pudessem conduzir. Ofereceram-se os Guaicurús a fazer guerra aos Paiaaguás.

Plantou-se ali uma cruz e aclamou-se em altas vozes : Viva el-rei de Portugal, e com esta cerimônia findou-se o dia. No dia seguinte saltou logo em terra a soldadesca portuguesa, sem prevenção alguma, a tratar negócios, misturados com os índios, ficando na ilha o cabo com parte dos companheiros. Seriam 10 horas do dia quando o gentio, com porretes e lanças, que os tinha prontos, entrou a matar os nossos, não escapando nenhum. Os da ilha, vendo o conflito, embocaram-lhes uma peça de artilharia carregada com bala miúda, deu-lhes fogo.

O gentio desapareceu logo, fugindo, e a nossa gente saltando em terra achou 50 cadáveres de portugueses e de cinco índios, mortos êstes pelas balas da peça. Voltou a expedição sem outra novidade.

Rendeu a capitação 17.926 oitavas.

1741

Chegou na monção de São Paulo o padre Antônio José Pereira que veio render o padre João Caetano, vigário de Cuiabá. Na mesma monção veio também como capelão de Mato Grosso o padre Manuel de Santa Maria.

1742

Houve notícia, nas minas de Mato Grosso, que da capitania do Pará tinham vindo algumas canoas para as Missões espanholas situadas sôbre as margens dos rios que desagüam no Guaporé. Esta notícia fêz que Manuel de Lima e mais três homens das ditas minas partissem ocultamente e fôsem negociar nas mencionadas Missões,

depois do que arrojaram-se a viajar para o Pará. Foram ali prêso, pela novidade, e dois dêles foram remetidos à Lisboa (20).

No fim dêste ano principiaram os jesuitas da provincia espanhola de Moxos a fazer estabelecimento sôbre o território da margem direita do rio Guaporé, onde, nos anos seguintes, fundaram as Missões de São Romão, São Miguel e Santa Rosa. Esta última foi colocada nos campos chamados Santa Rosa, e pouco depois transferida para o lugar em que posteriormente se fundou o nosso forte da Conceição.

Apesar de não ter sido até então navegado o rio Guaporé, as suas margens eram conhecidas dos nossos sertanistas, os quaes em bandos numerosos haviam percorrido aqueles sertões em conquista do gentios que nêles habitavam.

Entraram muitas fazendas e gado de Goiás.

1743

Separou-se a freguesia das minas de Mato Grosso (São Francisco Xavier) das de Cuiabá, sendo primeiro pároco e vigário da vara o reverendo Bartolomeu Gomes Pombo, nomeado visitador de Cuiabá. Como vigário da freguesia de Cuiabá veio o padre Manuel Bernardo Martini Pereira.

Deu o gentio Paiaçuá no reduto do Sapé, no rio Cuiabá, onde se achavam muitas pessoas occupadas em pescarias. Matou muitos e levou vinte cativos.

Chegando a Cuiabá noticia de terem os padres jesuítas espanhóis fundado missão à margem direita do rio Guaporé, a Câmara convocou uma assembléia de tôdas as ordens, em que resolveu em ato de Junta de 30 de maio enviar ao governador de Santa Cruz de la Sierra protesto contra a occupação da dita margem, e desta comissão foi encarregado o ouvidor Dr. João Gonçalves Pereira, que a princípio se escusou com justificados motivos.

Chegou na monção de São Paulo o Dr. ouvidor Manuel Antunes Nogueira, que tomou posse a 14 de dezembro. No mesmo mês de dezembro chegou o Dr. intendente João Nobre Pereira.

1744

Vindo de São Paulo para Cuiabá Antônio Alves de Siqueira, Manuel Lôbo e Antônio Quadros, foram atacados pelos paiaçuás no

(20) A viagem aventureira de Félix de Lima, pelo Guaporé abaixo e Madeira e Amazonas, foi descrita por Southey, que leu a narrativa do commerciante de Mato Grosso.

rio Paraguai. Apontaram a um reduto onde o gentio os cercou por todos os lados ; resistiram, porém, com tanto valor e fortuna que mataram 30 inimigos e só perderam um negro flechado.

Deu o mesmo gentio no sítio de João de Oliveira, na passagem do Paraguai ; matou parte da gente e pôs fogo às casas.

Como o Dr. João Gonçalves Pereira, depois de ter feito seguir para Mato Grosso parte da sua comitiva, demorou-se mais de um ano em cumprir a comissão de que fora encarregado ; o novo ouvidor não consentiu que se prosseguisse na dita diligência antes de ter resposta do general. Há quem atribua esta resolução do ouvidor a malícia e desavenças particulares.

Sertanistas de São Francisco Xavier encontraram ouro em alguns ribeirões que afluem no rio Corumbiara.

1745

Foram descobertas as minas do rio Arinos pelo mestre de campo de Almeida Falcão e seus filhos, moradores de Mato Grosso.

O Dr. ouvidor recebeu carta do capitão general Dom Luís de Assis Mascarenhas notificando que em vista da demora havida na viagem do Dr. Gonçalves Pereira para Santa Cruz de la Sierra, aconselhava que não se fizesse essa diligência e se esperasse ordem de sua majestade.

1746

A notícia das minas do Arinos quase deu um golpe mortal nas de Mato Grosso, desertando para aquelas como em fuga os moradores destas. Por êste motivo, pelas faltas de roças e incêndio de alguns paíóis, houve muita fome no correr dêste ano.

O vigário de Cuiabá, padre Manuel Bernardes indo ali estabelecer a sua jurisdição, encontrou ali o padre Antônio dos Reis Vasconcelos, enviado pelo vigário de Mato Grosso para o mesmo fim. Entraram a disputar o excomungaram-se mutuamente e aos seus partidários.

Foram infaustas as ditas minas ; produzindo pouco ouro, foram no entanto a sepultura de muitos dos novos colonos e até impediram que se continuasse a indagar as de Corumbiara de que os sertanistas já tinham dado notícias alcançadas nas pescarias que faziam pelo rio Guaporé, onde tinham fundado um arraial na Ilha Comprida, apesar do muito gentio que encontraram.

Eis o que a respeito dêste arraial diz o padre Agostinho Lourenço na relação de uma viagem que fêz em 1752 de ordem do capitão general Dom Antônio Rolim de Moura (21):

“Foi esta povoação ou arraial formado parte de homens facinorosos foragidos, parte de pessoas individadas que ali se refugiavam dos credores, e parte também de outros que lhes parecia fundaram grandes conveniências na conquista injusta dos gentios daqueles contornos, ou falando mais claro: não eram outra coisa esta povoação, mais do que um covil de salteadores das vidas, honras e fazendas dos índios aquem declararam guerra sem outro motivo, e sem mais autoridade do que a cobiça.

“Armavam-se 50 ou 100 homens, e, deixando guardas no arraial, se lançavam ao sertão, e investindo com a primeira aldeia de índios que encontravam, matavam a todos os que pegavam nos arcos para a sua justa defesa, e aos mais que não escaparam fugindo metiam em correntes e gargalheiras, destruíam ou queimavam as casas, arrasavam as searas, matavam as criações e voltavam triunfantes para a sua Ilha Comprida, onde se repartiam os vencidos pelos vencedores e dêstes passavam em contrato de venda a Cuiabá e Mato Grosso. Viram-se, entretanto, entre êles, horrendas tragédias, porque como não havia juiz, que sentenciasse controvérsias, eram as armas de fogo o resumo para as decisões. Muitos índios acabarão aqui como rezes ao corte do machado, ou sendo alvo de flexas e a fogo cutros, e de mau trato e enfermidades uma grande multidão. As mulheres pelo mesmo teor padeciam nas vidas e honestidades. Enfim estavam tão endurecidos os corações de alguns daqueles moradores que, colhendo-os a morte nestas ocupações, não recorreram à assistência do confessor que a Providência Divina lhes deparara, naqueles desertos, em missionários castelhanos, pertinazmente se não confessaram e morreram impenitentes. Durou esta povoação alguns anos, até que aconteceu com os seus moradores o mesmo que com os fabricantes da torre de Babel, porque se não houve a mesma confusão e divisão de línguas, se lhes confundiram e dividiram as vontades, de sorte que, não se podendo sofrer uns aos outros, se foram pouco a pouco separando, até que os últimos não podendo também sofrer insultos das onças de que abunda todo o contórno, últimamente a deixaram de tudo deserta e despovoada’.

(21) A transcrição de trechos do relatório do padre Agostinho Lourenço evidencia que Leverger não se limitou a seguir os “Anais do Senado de Câmara”.

Compulsou documentos, que lhe estivessem ao alcance no Arquivo do Governo em Cuiabá, e servissem para completar as informações do cronista, como ocorre neste lance.

Os jesuítas espanhóis fundaram a Missão de São Simão sôbre o rio do mesmo nome, três dias águas acima, desde o Guaporé.

Em agôsto saiu da cachoeira grande do Jauru com seis canoas carregadas de mantimentos e 58 pessoas de comitiva, o sargento-mor João de Sousa Azevedo. Descendo o dito rio e subindo o Paraguai entrou pelo Sepotuba e navegou até as suas fontes. Varando as canoas por terra, passou-se pelo rio de Sumidouro e por êle desceu o Arinos, e continuando a navegação foi ter ao Pará (22).

Foram descobertas as minas do alto Paraguai pelo capitão Antônio de Pinho de Azevedo (23).

1747

Não houve chuva neste ano e nem nos dois seguintes, pelo que muito padeceu o povo por falta de mantimentos. Estando a sêca no seu auge, ouviu-se em 24 de setembro ao meio dia um grande trovão, e ao mesmo tempo tremeu a terra, dando três balanços compassados.

As minas do Paraguai atraíram muita gente que formou o arraial de Nossa Senhora do Parto. Foi para lá o ouvidor Dr. Nogueira a por justiça na forma da Provisão de 1742. E como se veio a descobrir que nas ditas minas se achavam diamantes, mandou logo despejar o povo. Retirou-se de Cuiabá para São Paulo o vigário de Cuiabá padre Manuel Bernardes, e chegou depois o seu sucessor padre Fernando Batista.

1748

Em 9 de outubro publicou-se em Santos um bando relativo a ereção de uma vila nas minas de Mato Grosso, em virtude da Real ordem de 5 de agôsto de 1746 (24).

Descobriu Manuel Cardoso de Siqueira nos ribeirões de Santana e de São Francisco Xavier novas minas além do Paraguai.

(22) A exploração realizada por João de Sousa Azevedo, de Cipotuba ao Arinos e por êste abaixo até Belém, deu maior realce ao sertanista famoso, que se tornou o mais abalizado conhecedor da navegação entre o Pará e Mato Grosso.

O resultado da derrota exploradora consta do "Diário", que J. Severiano da Fonseca transcreveu em *Viagem ao redor do Brasil*. (Págs. 68 e seguintes).

(23) São as minas que tomariam o nome de Diamantino, depois que, levantada a interdição imposta por causa das suas pedras, puderam, no século seguinte, ser exploradas.

(24) Apesar da ordem régia de 1746, sòmente na década seguinte foi inaugurada a vila, quando o primeiro capitão general de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura, a fundou, a 19 de março de 1752, com o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Mandou o ouvidor interino o mestre de campo Manuel Dias da Silva que as examinasse, e como apparecessem diamantes, queimaram-se as casas dos descobridores. Vieram alguns presos e outros fugiram.

O exmo. governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, communicou ao Dr. intendente que sua majestade fôra servido criar duas capitanias nas minas pertencentes à de São Paulo, uma no Mato Grosso e outra em Goiás, divididas pelo Rio Grande; e que ambas ficariam debaixo do seu Govêrno, enquanto não chegassem os novos governadores.

Recebeu também uma Provisão communicando que sua majestade havia de mandar para as duas novas capitanias, dois prelados isentos, criados pela Bula de S. S. P. P. Benedito XIV — Candor lucis, aeternae, datada de 6 de dezembro de 1745.

Faleceu no mês de abril o ouvidor Dr. Manuel Antunes Nogueira.

1749

Entrava a servir como ouvidor o juiz ordinário, mestre de campo Manoel Dias da Silva, que, findo o ano, não quiz largar a vara, acastelando-se em sua casa, que proveu de armas para resistir à fôrça com que pretenderam depô-lo.

Chegou a Cuiabá um religioso franciscano que fêz a sua missão com bastante fruto e passou a Mato Grosso com o mesmo fim.

O sargento-mor João de Sousa Azevedo que descera para o Pará pelo rio Arinos em 1746, voltou a Mato Grosso com a primeira carregação daquele Estado, subindo pelos rios Amazonas, Madeira, Guaporé e Sararé (25).

Em observância às ordens Régias, o Govêrno do Pará mandou explorar a navegação dos rios até as minas de Mato Grosso pelo sargento mor Luís Fagundes, em companhia do piloto Antônio Nunes de Sousa. A relação desta viagem, diz o general Luís Pinto, é pouco atendidvel por causa dos erros que há nas distâncias e na positura das cachoeiras.

Chegou por terra a Cuiabá o ouvidor Dr. João Antônio Vaz Morilhas, que tomou posse a 30 de novembro. Em dezembro chegou pela mesma via o Dr. intendente Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa.

(25) João de Sousa Azevedo tornou-se o maior conhecedor dos rios que iam ter ao Amazonas e por isso era acatado o seu parecer em matéria de navegação fluvial. A sua biografia foi traçada por Artur C. F. Reis em *Paulista na Amazônia e outros ensaios*. (R. I. Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 175, pág. 213 — e Virgílio Corrêa Filho — (R. I. H. G. B. — Tomo 179).

1750

Chegou a Mato Grosso o sargento-mor Luís Fagundes, comandando uma escolta militar enviada pelo Govêrno do Pará a explorar os rios da navegação daquele Estado para esta capitania (26).

No fim do ano chegou por terra a Cuiabá o reverendo Dr. João de Almeida e Silva com o cargo de vigário da Vara e pároco da igreja de Cuiabá.

Abriu visita geral a que procedeu com inaudita severidade. Prendeu por fúteis motivos na cadeia o vigário Antônio dos Reis, que pôde escapar-se para Mato Grosso. Metia o dito visitador todos os dias prêsos na cadeia e os tirava, ao que por fim obstou o ouvidor.

A pedido do povo o ouvidor mandou fazer novo exame a respeito dos ribeirões. São Francisco e Santana e repartiu-se êste último por terem achado nêle apenas alguns olhos de mosquito. Foi todavia posteriormente vedado por ordem do general Dom Antônio Rolim de Moura. (Carta de 16 de outubro de 1761.)

CAPITANIA

Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro capitão general — (1751-1764).

1751

Por carta régia de 22 de setembro de 1748 foi nomeado governador e capitão general da recém criada capitania de Mato Grosso o capitão de infantaria Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, senhor das vilas de Azambuja e Montragil, comendador da Comenda da Choupania da Ordem de Santiago, do Conselho de sua majestade e veador da casa da rainha (27).

Foi-lhe expedida, em data de 19 de janeiro de 1749, uma Carta Régia instrutiva cujas principais disposições constam do seguinte resumo :

§ 1.º determina que se ponha a cabeça do govêrno no Distrito de Mato Grosso onde deverá o governador fazer a sua mais continuada residência, indo contudo a Cuiabá e às outras minas do

(26) Dessa expedição resultaram as memórias de Fagundes Machado (R. I. H. B. Tomo LXVII) e de Gonçalves da Fonseca (R. I. H. B. Tomo XXIX).

(27) Êstes últimos títulos Rolim de Moura só adquiriu depois que deixou a Capitania de Mato Grosso. "As Instruções", assinadas pela rainha e Marco Antônio de Azevedo Coutinho, foram publicadas na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". (Tomo, 55, pág. 380). — Nesta publicação, a patente trás a data de 25 de setembro.

mesmo governo quando o pedir o bem do serviço e utilidade dos moradores.

§§ 2.º, 4.º, 5.º e 6.º, referindo o ter-se dado ordens para a criação de uma companhia de Dragões e a ereção de um Juízo de Fora no dito distrito e a concessão de isenções e privilégios para convidar gente que queira ir ali estabelecer-se, exigem que o governador indique quaisquer outras providências próprias para o fim de aumentar e fortalecer a povoação daquele território.

§ 3.º trata da vila que tem de fundar-se e aludindo à pouca salubridade do arraial de São Francisco Xavier recomenda que se escolha para colocar-se a mesma vila o sítio o mais próprio para a sua estabilidade e mais cômodo pelas suas circunstâncias, atendendo a que o lugar seja defensável e, quanto fôr possível, vizinho do rio Guaporé, ou a algum outro navegável que nêle desagüe.

§ 7.º diz respeito à construção de uma casa para morada dos governadores.

§§ 8.º, 9.º, 10 e 11 recomendou tôda a circunspeção e vigilância para evitar desavenças com os vizinhos espanhóis e para que os missionários de Espanha que em 1743 fundaram na margem oriental do Guaporé a aldeia de Santa Rosa não se assenhem da navegação daquele rio, impedindo-a aos portugueses, enquanto não se faz, com a Côte de Madrid, alguma transação amigável a respeito da situação da dita aldeia, ficando os limites das suas monarquias pelo rio Guaporé; convindo por ora persuadir aos nossos moradores a que vão situar-se no circuito daquela aldeia a não muitas léguas de distância, para assim evitar que os índios da mesma penetrem no interior do país e porventura até as minas novamente descobertas do Arinos.

§ 12. Determina que se alistem em ordenanças todos os habitantes da capitania, procurando que andem, quanto fôr possível, exercitados e disciplinados.

§ 13. Prescreve que se faça freqüentar a navegação e pesca do Guaporé, para que não tome vigor, com a negligência da nossa parte, a pretensão em que tem entrado os espanhóis de apossarem-se delas.

§ 14. Diz que, quando venha a franquear-se a comunicação de Mato Grosso com o Pará, deve haver cuidado em que não se abandone por isso o trânsito de canoas que ao presente se pratica de Cuiabá para São Paulo.

§ 15. Recomenda tôda a vigilância para impedir aos moradores de Mato Grosso todo o comércio de gêneros com os espanhóis, visto

como o governo de Madrid tem muito ciúme de que de nossa parte se vendam fazendas de contrabando aos seus súditos americanos.

§§ 16, 17 e 18 versam sobre o gentio ; prescrevem que se faça diligência para reprimir ou prevenir as correrias dos Paiaguás, que continuam a infestar a navegação dos comboeiros pelo Paraguai ; devendo-se empregar a força depois de exaustos os meios de persuasão e brandura para que aqueles índios desistam das suas hostilidades.

Determinam outrossim que se use de rigor com os bárbaros Caiapós que infestam o caminho de São Paulo a Goiás e até as mesmas povoações, e finalmente recomendam que se dê proteção aos índios Parecis que consta terem sido perseguidos pelos sertanejos de Cuiabá, os quais não só lhes destruíram as povoações, mas quase totalmente tem dissipados os mesmos índios com tratamentos indignos de se praticarem por homens cristãos.

§ 19. Ordena que se fundem aldeias onde se recolham os índios mansos que se acham dispersos, servindo aos moradores, a título de administração, devendo o Governador solicitar ao Provincial da Companhia de Jesus do Brasil que mande missionários para lhes administrarem a doutrina do sacramento.

§ 20. Declara que não pode limitar a divisa da capitania, e ordena que se envie informações e plantas.

§§ 21, 22 e 23 expõem o estado em que se acha a questão de limites entre o Brasil e as Possessões Espanholas, prescrevendo o modo por que deva o governador haver-se a tal respeito.

§ 24. Manda que se examinem os trabalhos empreendidos para prover de água a campanha alta chamada do Jassé em que se afirma haver uma extraordinária abundância de ouro, a fim de, averiguando-se que a obra é profícua e factível por meio da contribuição do povo, animá-lo a isso, sem porém usar de constrangimento, e indicar as providências que possam ser eficazes para conseguir-se o intento.

§ 25. Recomenda a maior vigilância em proibir toda a busca de diamantes no rio Coxipó e em outra qualquer paragem da capitania, castigando-se severamente toda a pessoa que se ocupar em buscá-las.

§ 26. (último) expõe nestes termos :

“Muitas outras coisas se oferecerão à vista do país que não é possível ocorrerem de longe para se lhes dar providências nestas instruções ; mas fio da vossa prudência e zelo que em todas sabereis tomar acôrdo tão conveniente ao meu serviço, que tenha muito de que louvar-vos. E pelo que respeita às faculdades e outras dependências do governo, vos regularéis pelo Regimento dos governadores gerais do Estado do Brasil em tudo o que não fôr aqui diversamente disposto”.

Tendo vindo de São Paulo pela via fluvial, em uma expedição de vinte e tantas canoas, Dom Antônio Rolim de Moura chegou a Cuiabá no dia 12 de janeiro e no domingo 17 tomou posse do governo.

Vieram em sua companhia o juiz de Fora nomeado para Mato Grosso Dr. Teotônio da Silva de Gusmão (era irmão do célebre cônego Alexandre de Gusmão) (28), os padres missionários Agostinho Lourenço e Estevão de Castro (29), o secretário e oficiais da sala e um companhia de Dragões de 54 praças em quatro esquadras.

A 25 de janeiro publicou-se um Bando declarando as mercês que concedia sua majestade aos que assistissem nas minas de Mato Grosso.

A 27 do mesmo mês houve outro Bando proibindo que se fôsse fazer guerra ao gentio sem ordem ou licença do governo e que nenhum índio saísse da capitania.

Mandou-se pôr uma guarda de dragões montados nas minas do Paraguai, vedada por causa dos diamantes.

(Estava também proibida a mineração do Coxipó, não com muita razão, porquanto diz Antônio Rolim em officio de 5 de abril de 1757, “o coxipó-mirim, vulgarmente se diz, foi proibido pelo ouvidor Manuel Antônio Nogueira em ódio de João Nobre Pereira que havia acabado de intendente e trazia seus negros trabalhando com

(28) Mais de um autor afirma que Teotônio era irmão de Alexandre de Gusmão.

Entretanto, o visconde de São Leopoldo manuseou, em Santos, por volta de 1838 os autos de inventário “a que se procedeu pelo juiz dos Órfãos da Vila, em 4 de janeiro de 1721, por falecimento do pai de ambos (Alexandre e Bartolomeu), em 9 de dezembro de 1720, em que não figura o nome do magistrado.

“Nêles declarou a viúva inventariante Dona Maria Álvares, que do falecido marido lhe ficavam doze filhos, a saber:

Domingos Gonçalves (nascido em 1680).

Padre Simão Álvares (1682).

Maria, Gomes (1683).

Padre Bartolomeu Lourenço (1685).

Jana Gomes (1688).

Frei Patrício de S. Maria (1690).

Paula Maria, (1692).

Arcângela da Conceição (1693).

Alexandre de Gusmão (1695).

Brigida Monteiro (1698).

Inácio Rodrigues, Jesuíta.

Frei João Álvares de Santa Maria (1703) Ap. Afonso de Taunay — *A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão*.

(29) Ou Crasto.

boa conveniência no dito rio, pois que nêle nunca se achara mais que algum olho de mosquito e com grande novidade)” Fundou-se em maio a aldeia de Santana da Chapada que teve por diretor o padre missionário Estevão de Castro, para nela se recolherem os índios que andavam em administração.

Por Bando de 31 de maio publicou-se a notícia do falecimento do Sr. Dom João V (em 31 de julho do ano anterior) e da aclamação do Sr. Dom José (30).

Em junho providenciou o governador a respeito dô encanamento das águas do Motuca para a campanha do Jassé, de que trata o § 24 das suas instruções. Este serviço, empreendido pela diligência do ouvidor e desembargador João Gonçalves Pereira e do brigadeiro Antônio de Almeida, havia sido abandonado, e renovara-se havia dois anos e meio por uma associação de cinco mineiros, que obtiveram de S. Excia. o não pagarem as captações vencidas e por vencer até começarem a lavrar o ouro com dito serviço, e juntamente não poderem ser executados pelos seus credores no decurso de três anos, tempo em que provavelmente o haveriam concluído.

A 3 de novembro, Dom Antônio Rolim partiu para Mato Grosso; a 27 chegou ao Jauru, que naquele tempo se atravessava no lugar da Cachoeira-Grande; ali existiam então em distância de duas léguas, quatro sítios de moradores pobres.

No dia 7 de dezembro chegou ao Guaporé, que naquelas paragens era reputado inavegável, por causa de cachoeira e sumidouros, até o tempo que ali chegou o Dr. Teotônio de Gusmão, que rodou pelo dito rio sem outro inconveniente do que uma pequena cachoeira. S. Excia., fêz seguir por terra a sua comitiva e embarcando em uma canoinha acompanhado tão somente de um oficial e de um soldado desceu também pelo rio e com três dias de feliz viagem chegou no dia 14 ao sítio do Pouso-Alegre, onde veio a erigir a vila. No fim de quatro dias marchou para o arraial de São Francisco Xavier, onde chegou no dia 19 (31).

(30) O prazo de dez meses, entre a ocorrência em Lisboa e a sua divulgação em Cuiabá apesar de se tratar da morte do rei, mostra como era demorada a comunicação entre a Metrópole e a vila bandeirante.

(31) A transcrição de trechos referentes à viagem de Rolim de Moura, prova que Leverger conheceu a carta por êste enviada, a 29 de maio de 1752, a Diogo de Mendonça Côrte Real, na qual o primeiro governador de Mato Grosso relata minuciosamente a parte final da sua longa peregrinação até o Guaporé.

A primeira, que descreve a sua passagem por São Paulo e derrota pelos rios das monções bandeirantes, foi copiada por Varnhagem e oferecida ao Instituto Histórico, para ser publicada em sua Revista, em cujo tomo VII veio a lume.

O seguinte extrato de um officio dirigido pelo capitão general à secretaria de Estado em 28 de maio de 1752, dará idéia do que eram então as minas de Mato Grosso.

“... O clima é o mais destemperado que tenho visto. No pouco tempo que lá estive (na chapada de São Francisco) chegou a experimentar em alguns dias calma e frio, chuva, vento e névoa. Daqui precedem muitas queixas que padecem seus habitantes, principalmente de sezões que são contínuas em muitos, e em quase todos os mais, de todos os anos. Também se experimentam febres catarrais e pleurizes, pelo tempo das friagens tão excessivas, que obrigam a fechar portas e janelas e chegam a matar, principalmente aos pretos, por menos enroupados, se os apanham no campo.

No princípio do descobrimento destas minas, era maior o estrago tanto nos brancos, como nos pretos. Muitos e muitos homens não fizeram mais do que chegar a elas e morrer, e os vivos andavam todos arrimados a paus, encostando-se pelas paredes, porque os mais bem livrados eram os que tinham sezões um dia sim e outro não. Nada disto embaraçava estar continuamente entrando gente nestas minas, trazidas pela ambição do muito curo que então davam, chegando em certa paragem a apanhar os mineiros folhetos em chapas, como quem apanha seixinhos.

Mineiro houve que tirou em um dia três mil oitavas, e em muitos successivos a duzentas e trezentas cada dia. Pôsto que este borbotão durou pouco tempo, continuaram por vários anos os jornais muito avantajados e ainda quando foram daqui ao descoberto do Arinos, há cinco para seis anos, que brumou e foi a causa de se arruinarem estas minas pelas despesas inúteis que fizeram os mineiros e serviços que perderam o que obrigou a muitos a não tornarem a elas; até esse tempo ainda os pretos davam aos seus senhores a oitava por dia. De então para cá foram descaindo muito e hoje o que é bom dá duas oitavas por semana em tempo das águas, e algum mais especial duas e meia; no da sêca não passam de oitava e meia e daí para baixo. Além da Chapada há outro arraial a Nascente dela, intitulado Santana...” ... “terra plana com bons matos para lenha e madeiras e bons campos para gados; porém a água é pouca para formar-se povoação grande; e assim está como a da Chapada, sendo excelente para o gasto, faz papos o que é sumamente desconmodo e que disfigura a quem tem. Enquanto ao clima é mais quente e temperado que o da Chapada e por isso menos sujeito às febres catarrais e pleurizes, mas pelo que toca a sezões é o mesmo ou pior ainda. Quase todos os mineiros fazem serviços de que terão melhor conveniência do que os da Chapada, uns mais outros menos, conforme estão arranchados, por ser coisa mais permanente e terem também a de lhe ficarem as lavras

perto de casa, e as roças que nestas terras dão bem pelos muitos matos gerais que há. Os officiaes que vieram do Pará à exploração do rio Madeira deram aqui a conhecer a baunilha (32).

Acham-se estes arraiais tão despovoados que em amplas não chegam os brancos a 70 dos quaes 7 são casados. Os mulatos bastardos e pretos forros podem ser outros tantos. Matricularam-se na última matrícula do anno passado 1.165 escravos...” “... Tem somente cinco vendas de 2.^a classe e entre lojas, boticas e cortes de carne — 12, tôdas de 3.^a classe ; ao mesmo tempo que valem aqui as fazendas uns preços exorbitantíssimos. Os officiaes todos não passam na dita matrícula de 16. O rol da desobriga do anno passado contém 2.227 pessoas entrando carijós” (33).

Chegou neste anno o padre Fernando de Vasconcelos, para pároco de Mato Grosso.

1752

A 14 de janeiro tomou Dom Antonio Rolim lugar do Pouso Alegre onde resolvera, como lhe fôra determinado pela Provisão (34) de 2 de agosto de 1748 colocar a nova vila por achar nê'e muita conveniência, como ser o clima menos doentio que o dos arraiais, estar quase na margem do Guaporé e sobranceiro à alagação produzida pelo transbordamento do rio, ser defensável, ter campos com pastos para os animais dos moradores, capões abundantes de lenha e mesmo de madeiras, ter na sua proximidade grandes matas onde se podiam fazer estabelecimentos de lavoura, etc.

A 19 de março erigiu-se a vila, que foi chamada Vila Bela da Santíssimo Trindade teve por armas um triângulo. As mercês concedidas aos seus moradores pela Provisão Régia de 5 de agosto de 1746 consistiam em que só pagariam meio quinto ou meia capitação por tempo de doze anos, e os dízimos, perdoando-se-lhe pelo mesmo tempo os direitos de entrada, os donativos e as terças partes dos officios de justiça ; e que todos os que viessem morar dentro da vila não poderiam ser executados por dívidas contraídas fora dela e de seu distrito, dentro de três anos, não só na fundação da vila, mas no futuro ; não sendo elles contudo dos que se levantam com a fazenda alheia.

(32) Refere-se naturalmente à expedição de Gonçalves da Fonseca.

(33) A carta de Rolim de Moura, de 28 de maio de 1752, é o mais completo relatório, em que se espelham as condições de fausto e penúria dos arraiais que enxamearam na chapada, entre o Sararé e o Galera, afluentes do Guaporé.

(34) Deve ser a ordem régia de 5 de agosto de 1746.

O governador julgou que estes privilégios não eram suficientes para atrair povoadores e pediu a sua majestade que se franqueasse o comércio com o Pará (35).

Criou-se uma companhia de Ordenanças dos homens brancos. Entrou no exercício de juiz de Fora o Dr. Teotônio da Silva Gusmão.

Ereta a vila, o general deixou voltar às suas lavras e roças os moradores que havia convocado para este ato, e até permitiu aos oficiais da Câmara e aos de justiça, não havendo ainda casas no lugar, que fôsem residir na Chapada e ali fizessem as vereanças que necessitam de pressa. Ele, porém, permaneceu no mesmo sítio, morando em uma palhoça.

Logo que souberam da chegada de Dom Antônio Rolim, os jesuitas que dirigiam as missões espanholas de Moxos, haviam-lhe escrito queixando-se do bárbaro procedimento dos sertanistas portugueses, que causavam natural desânimo às ditas missões, roubando índios já reduzidos e mesmo os batisados, e até haviam levado mulheres casadas. Iguais queixas tinham já dirigido ao juiz de Fora, cuja ida às minas de Mato Grosso precedera de alguns meses a do general. Respondera o Dr. Teotônio com alguma aspereza, exprobrando-lhes o terem ido à Ilha Comprida e ali maltratado um Bento de Oliveira e derrubado uma cruz que servia de padrão e sinal de posse em que o mesmo Bento e outros moradores estavam na mesma ilha por el-rei de Portugal.

Negaram este último fato os padres jesuitas. Dom Antônio Rolim significou-lhes em resposta o desejo e dever que tinha de conservar boa harmonia com eles e protestando contra o procedimento havido na Ilha Comprida. Resolveu restituir os índios roubados, que com efeito existiam entre os nossos, e encarregou desta diligência ao padre Agostinho Lourenço a quem incumbiu também tomar informações a respeito das referidas missões e dos moradores das margens do Guaporé. Partiu o dito padre em fins de junho e esteve de volta em princípio de novembro. Escreveu um minucioso diário da sua viagem em que revela o estado das Missões espanholas onde foi muito bem acolhido, e que do lado direito do Guaporé só existia a Missão de Santa Rosa, tendo-se mudado neste mesmo ano a de São Simão (do rio do mesmo nome para o de São Simão pequeno). Refere também o ter diminuído o número dos moradores portugueses, não restando mais que dois na margem esquerda no lugar da

(35) Rolim de Moura sugeriu, para o desenvolvimento da Capitania, não somente a abertura do Guaporé — Madeira à navegação, como também a sua colonização por meio de casais de ilheus, como se estava praticando em Santa Catarina e Rio Grande.

casa redonda defronte do Corumbiara e três da parte oposta, o último destes no lugar das Pedras, em distância de cinco dias de marcha de Vila Bela, rio abaixo. Achou despovoada a Ilha Comprida e a respeito dos moradores que outrora ali existiam diz o que já ficou dito. Fala no mesmo diário das minas de Guarajus, que foram descobertas por Domingos Alves da Cunha e onde pouco se trabalhou por não serem de conta (36).

Em agôsto criou-se uma companhia de homens prêtos.

Vindo na monção de São Paulo para Cuiabá o tenente Vito Antônio de Madureira, adiantou-se dela e foi na barra dos Chanes atacado pelos Paiaguás, que o mataram e levaram uma canoa e escravos.

O juiz de Fora Dr. Teotônio fundou os Anais de Mato Grosso (37), determinando que o segundo vereador fizesse memórias dos fatos mais notórios e que no fim do ano a apresentasse à Câmara, para, depois de revista e aprovada, ser escrito em um livro para isso destinado (ofício de 28 de maio de 1752).

1753

Foi-se edificando a nova vila com muita mesquinhez e lentidão por falta dos precisos meios. Tendo o governador obtido do bispo do Rio de Janeiro autorização para mudar a sede da Freguesia, mandou fazer uma tal ou qual capela tão pobre que a cobertura era de palha, para servir de Matriz, enquanto os moradores ajuntassem esmolas com que fazer a Igreja, e tivesse a Provedoria com que levantar a capela-mor.

Em março criou-se uma companhia de ordenanças de homens pardos.

Deu o gentio Paiaguá acima do Croará, no rio Cuiabá; matou bastantes pescadores que ali estavam salgando peixe e levou muitos prisioneiros.

Chegou a Cuiabá, em junho, o vigário da Vara da dita Vila, padre Manuel Antônio Falcão Cota.

(36) Leverger parece ter lido o relatório do padre Agostinho Lourenço, que não mais foi encontrado pelos investigadores.

(37) Aliás, o nome se manteve no singular — “Anal de Mato Grosso” com que saiu a publicidade, nos “Anais do Congresso do Mundo Português (vol. X) — no *Jornal do Comércio*, publicado por A. de Taunay, na Revista da Academia Paulista de Letras.

Não se achou a sua continuação, depois da partida de Teotônio de Gusmão, que o autenticou a 31 de dezembro de 1754.

Faleceu o capitão Antônio da Silveira Fagundes, que servira de intendente e provedor, e fêz-se célebre pelo seu testamento em que deixou cinquenta negros com liberdade (38).

O caminho por terra de Cuiabá para Mato Grosso seguia pela fralda da serra dos Parecis. O capitão Antônio Pinho de Faria abriu outro mais cutro e mais ao sul, que não é, porém, o atual.

1754

Em meiado de janeiro os comissários da Demarcação de Limites colocaram o marco na margem direita do Paraguai, um pouco abaixo do Jauru. A expedição compunha-se de perto de 400 pessoas. Foi provida de mantimentos para a sua viagem de volta, pela F. R., que nisto dispendeu avultada quantia (39).

Em 22 de janeiro publicou-se por Bando a Provisão Régia de 14 de novembro de 1752, permitindo o commercio com o Pará pelos rios Madeira e Guaporé e proibindo-o por outra qualquer via (40).

(38) O episódio da libertação de 50 negros, por disposição testamentária de Antônio da Silveira Fagundes em 1753, reivindica lugar de realce para Mato Grosso entre os precursores do abolicionismo.

(39) A Comissão Demarcadora compunha-se de José Custódio de Sá e Faria, sargento-mor de infantaria, com o exercício de engenheiro, e primeiro comissário.

— Doutor Miguel Ciera, cosmógrafo; Gregório de Moraes e Castro Pimentel, segundo comissário e capitão de infantaria, João Bento Piton, ajudante de infantaria com exercício de engenheiro e cosmógrafo, além de cirurgião, capelão, auxiliares e escolta.

A partida castelhana constituia-se de :

Dom Manuel Antônio Flôres, capitão de fragata, 1.º comissário;

Dom Atanásio Varanda tenente da real armada, 2.º comissário, cosmógrafo;

Dom Alonso Pacheco, alferes de navio e cosmógrafo e mais cirurgião, capelão e contingente militar.

A expedição ocupou duas faldas, cinco barcos e seis canoas, com que partiu de Assunção.

A 13 de dezembro, deparou-se-lhe, à bôca do Paraguai-mirim, o socorro que lhe enviara o capitão general Rolim de Moura, sob o comando do "alferes de dragões da Companhia de Cuiabá Francisco Xavier da Horta".

Cientes das informações que lhes foram prestadas, resolveram os comissários aligeirar a flotilha, reduzida apenas a quatro barcos, dos menores, para os quais foram baldeadas as pedras trazidas de Portugal. O grosso da expedição permaneceu nesse local, enquanto os dois comissários, com o astrônomo da partida do S. M. F. e o cosmógrafo do S. M. C., continuaram a peregrinação, águas acima, até a barra do Jauru, a jusante da qual chantaram o marco inoperante, que se encontra atualmente na praça principal de Cáceres.

(40) A abertura do Guaporé e Madeira à navegação resultou dos insistentes pedidos de Rolim de Moura.

Determinava a mesma Provisão que se criasse um registro para a percepção das Entradas na cachoeira Aroeira de São João (é a de Santo Antônio); e outrossim que se tivessem cuidado os navegantes desde que saia de Mato Grosso até o fim no rio Madeira não tomar terra na margem ocidental destes rios por serem daquela banda domínio da Espanha.

Chegou a Cuiabá por terra um clérigo José Aires que se intitulava doutor e missionário. Na missão que fez na dita vila causou distúrbios, descompondo a várias pessoas do púlpito abaixo e pregando contra o procedimento da Intendência. Indo a Vila Bela continuou as mesmas desordens, embarçando-se em contendas com o juiz de Fora, Câmara e vigário, do que resultou escandalo de excomunhão de parte a parte.

De volta a Cuiabá, sem embargo de tê-lo o general repreendido por se ter intrometido com os índios, ordenando-lhe que entregasse na aldeia os que havia trazido da mesma vila; não só não fez isso, mas procurou levá-los subtilmente para Goiás e resistir à escolta que se mandou ao seu alcance.

De ordem do governador foi padre Agostinho Lourenço para a Casa Redonda, na margem esquerda do Guaporé, lugar que havia muito occupado por portuguezes e onde existiam índios com os quais se devia começar o estabelecimento da Aldeia de São José no oposto lado. Ali se arranchou o dito missionário enquanto não escolhia situação azada para colocar a referida aldeia; o que deu lugar a contestação com os padres das Missões Espanholas. A única destas — S. Rosa — que se achava ao lado oriental do Guaporé, distava cerca de duas léguas para a banda dos Moxos.

Por falta de meios teve-se de parar a construção da casa de residência do governador e não se pôde completar a capela do altar-mor da Matriz.

Houve notícia em Cuiabá de que o coronel Amaro Leite Moreira se achava nos Araes com a sua bandeira já enfraquecida por falta de gente, pólvora, chumbo e outros artigos necessários. Saiu a socorrê-lo em junho ou julho uma bandeira capitaneada por João Leme da Silva, porém adoecendo este, teve de recolher-se à vila e ficou frustrada a diligência. (Carta do ouvidor Morillos ao capitão general 2 de VIII de 1754).

Criou-se uma esquadra de Pedestres adidos à Companhia de Dragões. Eis o que a este respeito diz o general Dom Antônio Rolim em uma conta de 7 de fevereiro de 1755 :

“... Andam sempre descalços de pé e perna e o seu único vestido é um jaleco e umas bombachas. As armas de que usam, uma espingarda sem baionetas uma bôlsa de caça e uma faca do mato.

.....

Em quanto ao serviço que dêles se tira é grande, porque verdadeiramente diligência nenhuma podem fazer os Dragões, alguma coisa distante dos povoados, sem levarem consigo os pedestres. Na escolta das monções e em tôdas as diligências do rio, servem de pilotos e remeiros e ao mesmo tempo podem servir bem na ação, por que são ordinariamente bons atiradores...

Na guarda dos diamantes fazem-se sobretudo precisos, porque os dragões não podem examinar e penetrar por tôda a parte nem seguir um trilho com a mesma facilidade com que o fazem os Pedestres, aos quais, pelo seu modo de trajar, por serem bons rada-dores, estarem acostumados a sulcarem matos e sertões e coisa nenhuma serve de embaraço” (41).

De um requerimento do povo de Cuiabá a sua majestade de 27 de abril, vê-se que o rendimento do pároco daquela freguesia era pouco mais ou menos de uma arroba de ouro.

1755

A 3 de janeiro chegou a Vila Bela o desembargador Fernando Caminha de Castro, que poucos dias depois faleceu, antes de haver tomado posse do lugar de ouvidor para que fôra nomeado em substituição do Dr. João Antônio Vaz Morilhas, a quem sua majestade dera o tempo por acabado e mandara suspender, em consequência de muitas representações do general e outros, contra as extorsões, injustiças e prevaricações de tôda a espécie do dito ouvidor Morilhas.

Em carta de 10 de março, Dom Antônio Rolim solicitou o seu rendimento, alegando que já estava fundada a vila, principal objecto a que sua majestade o mandara (42). Tinha nesta época a mesma Vila 47 fogos, 538 pessoas de confissão e comunhão, bastantes sítios de lavoura e alguns princípios de fazenda de criar gado.

Criaram-se em Cuiabá seis companhias de Ordenanças: duas na vila uma no distrito de Cáceres, uma na Chapada e Coxipó, uma no rio Cuiabá acima e abaixo.

Em 18 de maio publicou-se por Bando o Alvará de lei de 11 de agôsto de 1753 sôbre os diamantes.

(41) O capitão general proclamava assim os bons serviços dos sertanistas.

(42) Apesar de pedir a sua substituição, Rolim de Moura continuaria no govêrno até 1764.

Em agosto o general foi visitar a aldeia de São José, ali achou bastantes índios que se mostraram submissos e satisfeitos pela boa administração do seu diretor, padre Agostinho Lourenço, S. Excia. estendeu a sua excursão até a foz do Mamoré.

A 20 de dezembro o Senado da Câmara de Cuiabá, auxiliado das autoridades militares, depôs o ouvidor João Antônio Vaz Morilhas, por assim o haver determinado o general que resolveu a dar execução à ordem que tinha de cumprir o falecido desembargador Caminha de Castro (Desembargo de 22 de maio de 1753). Antes de dar êsse passo, consultara S. Excia. não só aos ministros letrados desta capitania, mas ainda ao governador de Goiás que convocou uma junta cujo parecer foi unânime a tal respeito. (Em Meia Ponte. — A junta foi composta do conde dos Arcos, o conde de São Miguel e dos ministros e letrados de Goiás — officio do conde dos Arcos ao general Rolim de 22 de dezembro de 1755).

1756

Em maio chegou o Dr. Manuel Fangueiro Frausto, nomeado juiz de Fora de Mato Grosso.

Em julho partiu o Dr. Teotônio da Silva Gusmão com o fim de procurar um lugar azado para a fundação de um estabelecimento nas cachoeiras que se encontram na navegação do Pará para Mato Grosso.

A 4 de setembro recebeu o governador comunicação official do terremoto que reduzira Lisboa a ruínas em 1 de novembro do ano antecedente. Convocou uma reunião da Câmara e de Adjuntos eleitos pelo povo, a qual teve lugar a 2 de outubro e deliberou-se oferecer o donativo de cinqüenta mil cruzados para o reparo dos estragos causados por aquella catástrofe; estabelecendo-se impostos cuja percepção durava até perfazer-se a dita quantia, para cuja obtenção estabeleceram-se um impôsto na carne verde, e criou também imposto aos engenhos de fabricar aguardente. A vila de Cuiabá concorreu para o mesmo objeto com o donativo de 60 mil cruzados, quantia — diz Dom Antônio Rolim (of.º de 5 de abril de 1757) comparativamente muito inferior à que deu Mato Grosso.

Em dezembro o general mandou publicar um Bando proibindo que súdito algum de el-rei de Portugal acompanhasse ou socorresse com armas ou munições de guerra às *Bandeiras* espanholas que constava terem vindo tirar gentio das terras do lado oriental do Guaporé. Outrossim fer sair duas canoas armadas em guerra e colocar uma guarda no sítio das Pedras a fim de embaraçar tais expedições.

Como, porém, o padre visitador superior das Missões escrevesse a S. Ex.^a prometendo expressamente que não se haviam de renovar, foi mandada retirar a referida guarda.

Descobriram-se as lavras de N. S. dos Remédios ou do Médico na vizinhança de Cuiabá.

1757

Dom Antônio Rolim recebeu um aviso da Secretaria do Estado de 24 de junho de 1756 elogiando os seus serviços e declarando-lhe que não seria rendido no govêrno até quando se não findassem as demarcações.

Em officios dirigidos à Secretaria do Estado em 24 de maio e 24 de novembro, o governador dá conta da riqueza das lavras de N. S. dos Remédios, ou do Médico e diz que em 15 de setembro saíra de Cuiabá para São Paulo uma monção em que iam mais de 100 mil citavas de ouro. Em outro officio, porém, de 2 de julho do ano seguinte (1758) participa que o mesmo descoberto não correspondeu às esperanças que fizera nascer.

Constou ter sido aprovada por sua majestade a suspensão do ouvidor Vaz Morilhas (43).

Ciente o governador de que os sócios da Mutua demoveram o serviço do encanamento, por verem que a vantagem do mesmo serviço não era tanto como esperavam a princípio, retirou-lhes os privilégios que, para animá-los, lhes tinha concedido e mandou-os executar pelo que deviam à Fazenda Real.

Chegou como vigário da Vara e da Igreja de Cuiabá o padre José Mendes de Abreu, o qual só tomou posse no ano seguinte.

1758

Autorizado pela Provisão de Dom Antônio Rolim de 16 de julho de 1756, o Dr. Teotônio da Silva Gusmão fundou a Povoação de Nossa Senhora de Boa Viagem, no salto grande, segunda cachoeira do Rio Macçeira, vindo de baixo, que desde então ficou vulgarmente chamado — Salto Teotônio.

Mandou-se aplicar às despesas da Capitania a importância do donativo destinado ao reparo da cidade de Lisboa.

No fim do ano houve em Cuiabá uma epidemia de tosses e curtos de sangue de que morreu muita gente, que se estendeu ao ano seguinte.

(43) A luta entre o capitão general e o ouvidor, começada em 1751, somente findou em 1757, com a prisão de Morilhas e o sequestro de seus bens, por ordem régia.

Foi transferida a Ouvidoria de Cuiabá para Vila Bela, sendo primeiro ouvidor o juiz de Fora Dr. Manuel Fangueiro Frausto. Ficou extinto o Juízo de Fora de Mato Grosso, criando-se o de Cuiabá (44).

Recebeu a Provedoria oito arrobas de ouro, primeiro subsídio que para esta capitania remeteu a Goiás (45).

Nos anos seguintes vieram 6, 8 e até 10 arrobas.

Em observância das ordens que recebera da Côrte acêrca dos jesuítas, o capitão general mandou recolher o padre Agostinho Lourenço da aldeia de São José, em que prestara os melhores serviços e fê-lo seguir para Cuiabá e de ali para São Paulo (46).

O padre Agostinho se hucve com todo o desinterêsse na direção da aldeia, sem embargo do que nela tinha despendido muito do seu próprio, de vários presentes que lhe haviam feito não só os padres espanhóis, mas muitas pessoas destas minas ; e também empregou sempre com grande zêlo e cuidado no aumento da mesma aldeia ; e havendo-a começado desde seus fundamentos, sem para ela caber mais coisa alguma que uns poucos índios brutos e muita parte dêles para batizar ; e agora na sua retirada se achava a mesma aldeia com engenho de moer cana, teares de tecer algodão de que muitos índios andavam vestidos ; muita planta e criação e um total de 30 cabeças de gado.

Foi substituído pelo padre Domingo Gomes da Costa. O outro missionário jesuita, padre Estêvão de Castro já tinha tido que deixar por estar parado a aldeia de Santana da Chapada ; teve por sucessor o padre Simão de Toledo Rodovalho.

Tendo o general motivo de supor que das aldeias de Moxos, continuava a vir gente para o lado oriental do Guaporé, mandou de novo colocar uma guarda no sítio das Pedras, onde existia havia oito ou dez anos um velho cirurgião francês de nação e casado em São Paulo de nome J. B. Andrileux.

Com a notícia da sua promoção ao pôsto de brigadeiro (foi nomeado brigadeiro de Infantaria por decreto de 23 de novembro de

(44) A Ouvidoria tinha sede em Cuiabá, vila mais antiga e o juiz de Fora em Vila Bela. Alternaram-se, neste ocasião, as condições, passando o ouvidor para a Capital, indo o juiz para Cuiabá

(45) O subsídio, determinado por ordem régia, atendia aos instantes apelos de Rolim de Moura, obrigado a enfrentar despesas avultadas com escassa renda.

(46) Em cumprimento da ordem de expulsão dos jesuítas, empreendida por Pombal.

1758) recebeu Dom Antônio Rolim os plenos poderes de primeiro e principal comissário para a decisão dos Reais Domínios setentrionais que lhe foram conferidos por R. C. de 17 de agosto de 1758, em substituição de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (47).

1760

Por Bando de 3 de fevereiro publicou-se a P. R. de 26 de agosto de 1756, autorizando o capitão general a conferir nobreza e mercês dos hábitos militares, e a criar uma junta para processar sumariamente os réus de crimes gerais, marcando o modo de compor a dita junta, que devia ser presidida pelo general e ter por vogais três ministros letrados, e além destes três oficiais militares para o julgamento dos réus militares, e três vereadores para julgar os paisanos.

A 6 de fevereiro partiu o capitão general da Vila Bela para as Pedras e dali seguiu até o lugar onde estava na margem direita do Guaporé a Missão de Santa Rosa. Achou que os padres espanhóis, contra a promessa que lhe tinham feito em 1756, continuavam em mandar fazer roça, e plantações na vizinhança da dita aldeia. As casas, porém, e a mesma capela estavam quase completamente arruinadas. Alguns dos mencionados padres vieram ali visitá-lo. S. Ex.^a cuidou em reparar alguns dos referidos edifícios, e em traçar a cada um deles uma estacada, e regressou em 17 de abril para Vila Bela. Passando pelas Pedras determinou que a respectiva guarda se fôsse unir à outra, e que ficou assim composta: 27 dragões, 13 pedestres e 20 soldados aventureiros e perto de 40 homens entre índios e escravos, sendo comandante um cabo arvorado em sargento. Consistia o armamento em armas de fogo das praças, algumas peças de amудар e umas foices roçadeiras que montou-se em compridas hastes para uso dos índios e pretos.

(Os soldados que eu chamo Aventureiros, diz Dom Antônio Rolim em officio de 30 de setembro de 1762, são vários sertanistas que haviam por este rio e que antes da minha chegada a Mato Grosso viviam de fazer entradas pelos sertões e buscar gentio; e outros serviam aos padres castelhanos nas mesmas diligências ou de outras muitas nas aldeias. A estes mandei assentar praça a título de Aventureiros, dando-lhes o soldo de soldado, sem farda.)

Em setembro o governador de Santa Cruz de la Sierra, Dom Alvarés Verdeijo veio à Santa Rosa a Nova e dirigiu a Dom Antônio Rolim reclamação acérca da prematura ocupação de Santa Rosa a Velha

(47) Não consta que Rolim de Moura tivesse exercido funções de comissário, apesar da sua nomeação para substituir a Francisco Xavier.

pelos portuguezes, antes da vinda dos commissários da demarcação de limites e bem assim contra o estabelecimento de um forte com artilharia na margem do Guaporé.

Em novembro veio a Vila Bela um official enviado pelo mesmo governador a fim de protestar contra essa occupação e fortificação.

Chegou a salvamento uma expedição vinda do Pará com pe-trechos.

Passaram para a guarda de Santa Rosa vários índios fugidos das missões espanholas. Mandaram-se situar coisa de meia légua acima da mesma guarda.

De uma conta relativa ao mesmo ano fizemos o seguinte extrato :

Receita

Da Provedoria da R. Faz. ^a	7.076- $\frac{1}{2}$ -6
Da Intendência de Cuiabá	12.320- $\frac{1}{2}$ -6
Da Intendência Vila Bela	895—15
Do subsídio voluntário	1.885- $\frac{1}{4}$
Oitavas	22.117- $\frac{1}{2}$ -9

Despesa

Fôlha eclesiástica	400
Fôlha civil	6.676-0-16
Fôlha militar	18.903- $\frac{3}{4}$ -6
Extraordinária	8.000
	33.986-0-4
Deficit	11.868-0-13

Foi abandonada a nova povoação de N. S. da Boa Viagem no salto Grande do Rio Madeira por terem se retirado os habitantes para o Pará de medo dos índios Maués, ficando ali só o Dr. Teotônio com sua família. (*Carta do Dr. Teotônio ao governador do Pará de 11 de setembro de 1760.*)

1761

O capitão-general tomou providências no sentido de tornar-se efetiva a execução da Lei de 8 de maio de 1758, que estabeleceu a liberdade dos índios — mesmo daqueles que, embora tomados em

justa guerra, tivessem sido dados por cativos e assim conservados ou vendidos. Disposições iguais constavam das leis de 6 e 7 de junho de 1755 a respeito dos índios dos estados do Pará e Maranhão.

Recebeu-se notícia oficial do casamento da princeza do Brasil com o infante Dom Pedro, seu tio.

O vigário da Aldeia de Santana, padre Simão Toledo Rodóvalho, propôs ao general a mudança da mesma para a localidade do Fecho dos Morros, no rio Paraguai, como meio de fazer barreira às correrias dos Guaicurus e dos Paiaguás, e quiçá chamá-los à civilização. S. Ex.^a entendeu que não convinha anuir a esta proposição por causa da grande distância, da despesa que ocasionaria e do ciúme que despertaria aos espanhóis.

Em cumprimento à determinação do Aviso de 25 de junho de 1760, expedido em consequência das representações e queixas oferecidas contra o ouvidor Dr. João Antônio Vaz Morilhas, efetuou-se em julho a prisão do dito ministro e o sequestro de seus bens, que montaram em 19.000 oitavas de ouro.

Em outubro vieram à Vila Bela dois oficiais enviados pelo governador de Santa Cruz, e foram portadores de ofícios anunciando a anulação do Tratado de Limites e protestando de novo contra a ocupação de Santa Rosa, assim como requisitando que voltassem ao seu anterior estado os estabelecimentos na margem direita do Guaporé.

Dom Antônio Rolim repeliu estas exigências e continuou a prover a defesa e fortificação do referido lugar de Santa Rosa, cuja guarnição se compunha de um alferes, dois cabos e 25 dragões, cinco aventureiros, 10 pedestres, um capitão, um cirurgião e mais quatro pessoas agregadas e 18 escravos. Em pequena distância achavam-se aldeados os índios vindos das missões espanholas.

Entrou a funcionar em Vila Bela a Intendência e a Provedoria da Fazenda Real, em outubro.

1762

A 3 de fevereiro o governador recebeu o Aviso da Secretaria de Estado de 15 de março do ano antecedente, comunicando o fato de ter sido anulado o Tratado de Limites. Recebeu também reiteração das ordens que proibiram os Regulares nas terras minerais e recomendação acêrca da execução da lei de proscrição dos jesuitas (48).

Foi publicada a Carta Régia de 19 de junho de 1761 proibindo o uso e entrada de besta muar, porque da preferência que se dava à espécie resultou desanimar a criação de cavalos.

(48) Os espanhóis tiveram ciência da anulação do tratado de Madrid quatro meses antes que o governador de Mato Grosso.

Foi remetido prêso para o Pará, a fim de ali seguir para Lisboa, o Dr. ouvidor João Vaz Morilhas.

Em abril criou-se uma espécie de registro no Jauru.

Chegou a Cuiabá e tomou posse a 9 de agosto o primeiro juiz de Fora da dita vila, Dr. Constantino José da Silva e Azevedo, tendo sido criado êsse lugar por Carta Régia de 28 de agosto de 1760.

A 25 de agosto saiu o governador para Santa Rosa, onde chegou a 13 de setembro. Pensou diligentemente em dar incremento ao estabelecimento feito nesse lugar, a que os nossos tinham dado o nome de — *Destacamento de N. Senhora da Conceição* (49).

Mandou ali aumentar e melhorar os quartéis, os armazéns e a capela, e cuidou de fortificar o ponto e exercitar a sua guarnição; cuidou também com empenho em atrair por meio de brindes os índios das vizinhas Missões Espanholas, tendo conseguido que passassem para a nossa parte mais de 170 índios, vindos principalmente das aldeias de São Miguel e Santa Rosa, a Nova, motivo por que os Missionários abandonaram esta última, levando os índios que lhes restavam, receiosos também de perdê-los.

Ordenou o general que tôdas as terras da margem direita do Guaporé se tratassem como nossas, não consentindo que os índios das Missões Espanholas nelas viessem buscar frutos e gados.

1763

Achava-se Dom Antônio Rolim ainda no Presídio quando a 14 de abril foi informado de que força armada espanhola tinha vindo postar-se na barra do rio Itonamas. S. Ex.^a mandou em reconhecimento um bote e uma igarité, e logo seguiu pessoalmente com outros dois botes. Tanto que chegou em distância conveniente, foi acolhido com fogo de bala — o que o obrigou a pôr-se fora do alcance, mandando no dia seguinte, por um sargento, saber a causa daquela novidade. O oficial que comandava a referida força respondeu que havia mais de ano que estava declarada a guerra entre Espanha e Portugal, e que vinha o governador de Santa Cruz a render o novo Presídio da Conceição, enquanto o governador de Charcas marchava a tomar Mato Grosso.

A guarnição do Presídio consistia em 224 pessoas, a saber: 3 oficiais, 1 sargento, 6 cabos e 60 soldados; 3 aventureiros, 13 pedestres 24 índios e 114 negros. Os espanhóis tinham força mais de três

(49) O nome de Snta Rosa foi mantido na vigência do Tratado dos Limites. Após a sua anulação, Rolim não titubeou em chamar-lhe de outra forma.

vêzes maior. A 16 de abril pôs-se o inimigo no rio com mais de 40 canoas; como, porém, para elas marchasse o nosso bote que ali estava de observação, voltaram as canoas ao alojamento, de onde não mais saíram.

No dia 17 o general, vendo que o inimigo não se movia, marchou para elle com três botes e quatro canoas, oferecendo-lhe combate, mas os espanhóis não fizeram outra coisa que se reunirem dentro da paliçada, de onde o general inferiu que o intento dêles não era o de darem combate, mas de cortar comunicação entre o Presídio e Mato Grosso.

Os espanhóis, na sua chegada à barra do Itenamas, haviam surpreendido trinta dos nossos — que andavam à pesca e à caça. Dêstes conseguiram escapar e chegar a salvamento ao Presídio três soldados, três pedestres e alguns índios do Pará. Do resto dos prisioneiros fizeram os inimigos duas malocas que remeteram, pelo Itonamas acima, à Missão da Madalena. Da que ia mais atraz, três pedestres conseguiram soltura a esforços próprios, e desamarrando os seus companheiros investiram a escolta que os conduzia — composta de dois cruzenhos e 50 índios; mataram uns, feriram outros, e ficando senhores do campo conseguiram com excessivas fadigas e privações chegar ao Presídio na noite de 29 para 30 de abril (50).

Resolveu o general mandar passar uma canoa para a parte de cima do alojamento dos inimigos, a fim de aguar os nossos combates e embarçar a vinda dos das sete aldeias espanholas que transitam pelo Guaporé, e ainda para dar na de São Miguel, que mais vizinha ficava do Presídio.

Ofereceu-se para esta diligência o tenente de dragões Francisco Xavier Dutra Feijó. Na noite de 5 de maio passou para cima sem ser sentido pelos inimigos, com uma canoa, 10 soldados e outros tantos pedestres e negros, e na madrugada de 8 de maio deu na aldeia de São Miguel, onde aprisionou os padres Juan Rodriguez e Francisco Espi, que a governavam e que se renderam sem resistência, inclusive os índios, perfazendo tudo uma população de 600 para 700 almas. Pouco depois o padre Edar, cura da aldeia de São Martinho, escreveu a S. Ex.^a que se submetia a colocar-se sob a sua proteção (51).

A 15 de maio uma igarité tripulada por um pedestre e cinco negros armados, e um índio sem armas, que S. Ex.^a mandara reconhecer a

(50) Encabeçou a resistência, o soldado e pedestre Manuel Ramos de Queiroz, assinalou nota do autor.

(51) Em outro trabalho de Leverger, que também possui em original, comentou E. de Mendonça, leio o que se segue: “Pelos papéis que foram achados em São Miguel, veio no conhecimento de que os governadores de Charcas e de Santa Cruz haviam poderosamente concorrido com armas e gente para esta guerra, e que pretendiam fazer outra paliçada na barra do Mamoré”.

barra do Mamoré, viu-se — ao chegar ali — perseguida por duas canoas muito grandes guarnecidas por gente branca com armas de fogo. Desembarcando a nossa gente, meteu-se no mato, fizeram sobre o inimigo fogo tão vivo e tão bem dirigido que uma das canoas fugiu logo, e outra, depois de perder muita gente, viu-se obrigada a fazer o mesmo. Todos êsses atos de valor foram premiados por S. Ex.^a

Officiou o general aos capitães-mores de Vila Bela e de Cuiabá que lhe mandassem tão somente alguns negros, e que expedissem bandeiras para levar a fogo e a sangue as aldeias dos padres jesuitas da Província de Chiquitos.

A 22 de junho recebeu o general o Aviso da Secretaria de Estado de 30 de abril do ano antecedente, prevenindo-o da declaração da guerra entre Portugal e Espanha (52). No mesmo dia recebeu de Mato Grosso 230 homens com que se completou pouco mais ou menos o número de 500 homens, sendo a maior parte escravos e entrando também carijós, muitos de uns e outros sem armas de fogo.

Determinou o general desalojar os inimigos da posição que ocupavam e dispôs o ataque para o dia 26 de junho, em que com efeito se realizara; porém sendo que a maior parte da nossa gente era de paisanos, mulatos e negros, e dos mesmos militares muitos recrutas, e que todos iam com grande animosidade e desprezo do inimigo, não foi possível seguir o plano delineado pelo general. De muito longe, de corrida e debandada lançaram-se à palissada, arrojando ou perdendo os machados que levavam para cortá-la. Isto deu lugar ao inimigo recobrar o ânimo, e o favor de uma segunda palissada que tinham por detraz da primeira, ponto atacado, se defenderam com vigor — ao que talvez o movia a mesma desesperação, porquanto intentando fugir e começando a fazê-lo alguns por uma porteira, os nossos lho embaraçaram e com a mesma inconsideração mataram outros que vinham a entregar-se.

O combate durou hora e meia, e os inimigos se achavam já bastante enfraquecidos; mas a êste tempo a maior parte da nossa gente estava ferida e não pouca morta, o obrigou a retirada, que foi feita socegradamente, sem que os inimigos se atrevessem a inquietá-la, nem sequer a apparecer fora da sua palissada.

Os mortos que tiveram os nossos foram, na ação 21, e mais dois dos feridos. A perda do inimigo foi muito maior, e durante a luta muitos, assim paisanos como militares, se distinguiram — porém ninguém mais que o ajudante de ordens Manuel da Ponte Pedreira e o furriel Antônio Felipe da Cunha, e também José da Cunha, cabo do Pará.

(52) Sempre os vizinhos recebiam notícias da Metrópole com antecedência de três a quatro meses em relação ao govêrno de Mato Grosso.

Depois disto constando terem sido vistos em São Miguel bastantes cruzenhos, marchava para lá o tenente de dragões com 60 homens, mas antes da sua chegada já os mesmos se haviam retirado.

A 10 de agôsto chegou uma igarité trazendo para o governador cartas do de Pará e o Tratado de Paz, que foi logo remetido ao comandante da palissada do Itonamas — o que pôs fim às hostilidades.

A 7 de novembro recebeu S. Ex.^a a Carta Régia de 25 de março, mandando dar menção ao Tratado de Paris.

A 18 de mesmo mês recebeu a Carta Régia de 15 de junho encarregando-lhe o Govêrno da Bahia, e bem assim a notícia de ter sido promovido ao posto de marechal de campo, agraciado com o título de conde de Azambuja e com a medalha de Samora na Ordem de Santiago.

1764

Efectuou-se a troca dos prisioneiros e das terras pertencentes à aldeia de São Miguel, não sem alguma contestação, principalmente quanto aos índios que tinham vindo daquela aldeia e que espontaneamente ficaram de nossa parte.

O governador de Santa Cruz reiterou as suas reclamações pela restituição de Santa Rosa e até de Mato Grosso e Cuiabá, depois de uma entrevista que teve em setembro com o conde de Azambuja a respeito da mencionada restituição de terras e prisioneiros.

Confiando pouco na duração da paz, o capitão general conservou-se esperando o seu sucessor no Presídio da Conceição.

A 25 de dezembro chegou a Vila Bela o tenente coronel João Pedro da Câmara, nomeado para suceder ao conde de Azambuja no govêrno da Capitania. A viagem de S. Ex.^a foi muito demorada, principalmente por causa da artilharia que trazia.

2.º capitão general JOÃO PEDRO DA CÂMARA

1765 — 1768

O governador e capitão general João Pedro da Câmara tomou posse do govêrno a 1 de janeiro de 1765 (53).

Em sua subida pelo rio Madeira (54), encontrou no salto denominado Girau uma grande turma de índios Pamas, que lhe manifestaram desejos que ali se aldeassem, pedindo também um sacerdote;

(53) Nomeado por carta régia de 6 de junho de 1762, nota de E. de Mendonça.

(54) Foi o primeiro governador que praticou a viagem pelo rio Madeira. Por aí regressou Rolim de Moura a 15 de fevereiro de 1765.

nesse sentido, depois de sua posse, participou o governador à Secretaria de Estado, mostrando a utilidade de semelhante estabelecimento. Ponderou, porém, que êsse comitimento deveria ser feito pelo Governo do Pará, em vista dos poucos recursos da capitania de Mato Grosso.

Persuadido o capitão general de que seria pouco duradouro o estado de paz com os espanhóis, duplicou principalmente a sua atenção ao estado militar da Capitania e aos seus meios de defesa. Solicitou do Governo a vinda de oficiais e armamento, e partiu em abril para o destacamento da Conceição, a fim de ativar a construção de uma fortificação de pedra para substituir a estacada que ali mandara fazer o conde de Azambuja. Dêse ponto oficiou ao governador do Pará pedindo-lhe um socorro de 70 soldados com os seus respectivos oficiais, e munições diversas.

Mandou S. Ex.^a reconhecer o rio Alegre e a campanha em que corre. Os exploradores, depois de subirem o dito rio até onde puderam, saíram por terra e deram com índios mansos e com a Missão de Santana de Chiquitos.

Em setembro chegou a monção de São Paulo, que se compunha de 70 canoas, sendo 17 para Mato Grosso e as mais para Cuiabá. Em dezembro chegou também com um ano de viagem a monção do Pará, composta de 30 canoas carregadas de molhados e fazendas secas.

O governador mandou remover os índios que se achavam aldeados na vizinhança do Presídio da Conceição, para outro lugar, rio acima, distante quatro léguas, dando à mesma aldeia o nome de São Miguel, que depois foi mudado para o de São João.

Constou que, a instâncias do conde de Azambuja se mandara do Pará para o salto do Girau um sacerdote para catequizar os índios Pamas e um carpinteiro para fazer a Igreja.

Foi recebida a Carta Régia de 24 de dezembro de 1764 permitindo sob certas condições a criação das bestas muares e o uso das nascidas no país. A 18 de dezembro o general recolheu-se a Vila Bela.

1766

O capitão general recebeu um aviso da Secretaria de Estado de 5 de julho do ano antecedente recomendo-lhe todo o cuidado e vigilância em prevenir-se contra qualquer surpresa e invasão por parte dos vizinhos.

Recebeu também a Lei de 16 de maio declarando nulo e de nenhum efeito, por abretício e subretício o breve — *Apostolicum pasceudi* — de nova confirmação da Companhia de Jesus.

Em fevereiro chegou um officio do comandante do Presídio da Conceição em que participava que, tendo mandado uma canoa de ronda ao Mamoré, e outra ao Itenamas, a primeira não voltara e a outra trouxera a noticia de ter visto um grande número de espanhóis em terra, com muita artilharia e muitas canoas no rio. S. Ex.^a deu logo providências, solicitando socorro de gente de Goiás e do Pará, e remetendo mantimentos para o Presidio. Não se resolveu, porém, a afastar-se muito da Vila Bela receiando que os espanhóis atacassem o seu distrito pelo Jauru e o de Cuiabá pelo Paraguai. Em 26 do mesmo mês seguiu para o Destacamento das Pedras, que fortificou do melhor modo que pôde e onde deixou uma guarnição de 40 homens de ordenança.

Voltando a Vila Bela foi reconhecer os lugares dos rios do Jauru e dos Barbados por onde podiam penetrar os espanhóis, e informado de que estes pareciam dirigir as suas principais forças para o lado da Conceição, mudou do intento em que estava de ficar em Vila Bela, e em 4 de junho partiu para aquêle presídio, deixando incumbido da defesa da mesma vila o seu ajudante de ordens, com uma guarnição de 200 homens de ordenanças e alguns Dragões e Pedestres, tendo recomendado ao capitão-mor de Cuiabá todo o cuidado e vigilância.

Nesta circunstância o já mencionado José Pais Falcão, de Cocaís, enviou ao general o seu filho José Pais das Neves com 40 homens armados e municiados à sua custa. Partiram a 15 de abril e não voltaram senão em 1769. Foi orçada a despesa de José Pais em 6.000 oitavas de ouro, não entrando em conta o que gastou com o sustento e vestuário para as mulheres dos homens que marchavam com seus filhos.

Na mesma ocasião mostrou a maior relutância o capitão de ordenanças Antônio José Pinto de Figueiredo, pelo que foi prêso na cadeia. O general não descansou um momento em prover os meios de defesa e ativar a construção do Forte. Não obstante a falta de operários e de materiais, principalmente de cal, conseguiu concluir a obra de pedra, paus e terra, ficando bastantemente forte e defensável.

Mandara o general aprontar seis canoas armadas em guerra, cada uma armada com duas pecinhas e guarnecidas com 14 soldados e um cabo de esquadra. Era comandada esta flotilha por um tenente de Dragão que andava num bote, com 30 soldados, armado com uma peça de libra na prôa e outra de três quartas na pôpa. Tinha ordem de conservar-se cruzando sempre nas canoas embaraçando aos espanhóis a saída para o Guaporé, onde fortificando-se poderiam bloquear

o Forte. Neste receio já tinha o general mandado abrir um caminho por terra da barra do rio Mequens para o Presídio.

Em 1 de outubro vieram os espanhóis abarracar-se no sítio da Estância, meia légua distante da margem do rio oposta ao Presídio da Conceição. Constava o seu exército de 4.200 homens bem fardados e armados, comandados pelo presidente da Real Audiência de Chuquissaca, que trazia consigo um coronel de engenheiros, com quem viera à beira do rio fazer reconhecer o estado do mesmo Presídio (55).

Vendo que a passagem do rio fôra difícil por causa dos vários destacamentos que o general português havia postado para obstar a ela, resolveram levantar uma bateria defronte do Forte a fim de batê-lo, esperando assim efetuar a passagem e atacar o Presídio, tomando o general a ofensiva pela direita e o coronel de engenheiros pela esquerda. Para êste fim o dito coronel fez marchar uma companhia de granadeiros e três de fuzilheiros com cem cavalos a occuparem o sítio onde existira a Missão de Santa Rosa a Nova, duas léguas abaixo do Forte. Depois marcharam as outras tropas a postar-se na margem do rio, e entraram com grande diligência na construção de balsas capazes de transportar para a parte do Presídio a gente e a artilharia, — e em fazer trincheira e bateria, o que concluíram guardando-a com 4 peças de bronze de c. 8, e 4 de 6. Além disso, abriram uma grande vala por traz da mesma artilharia, em que pretendiam segurar seus soldados para não serem ofendidos da praça.

1766

No dia 12 chegou um desertor que referiu tôdas essas coisas. A 21 veio outro que afirmou que na manhã seguinte se daria principio ao ataque. A 22 chegou outro que disse que nesse dia se devia bater a praça, porém que tendo chegado um postilhão ao general na noite antecedente mandara êle desmanchar a trincheira,

(55) De uma justificação, datada de Santa Cruz de 23 de abril de 1767, que o vice-rei do Peru dirigiu ao mencionado presidente de Chuquisaca Dom Juan Pestana acusado pelo coronel de engenheiros Dom Antônio Aymenrich, pelo mau êxito da expedição depreende-se que esta nunca excedera a 2.000 praças, tendo tão somente no dia 19 de outubro 748 homens pela maior parte bisonhos e faltos de disciplina, havendo apenas 18 artilheiros com alguma pericia. A bateria que se colocou diante do Presídio era de quatro peças, se bem que com a expedição tivessem vindo oito. Havia contado 484 balas. As tropas estavam muito maltratadas pelas doenças e pela falta de víveres; vê-se também da mesma justificação quando Dom Juan Pestana exagerava a força dos Portuguezes, dizendo que o Presídio era uma fortaleza capaz de resistir, por quinze dias, ao mais rigoroso e impetuoso fôgo, guardado de 20 peças de artilharia e com quase mil homens, com bastantes destros nas armas bem apetrechada e abastecida (nota de Leverger).

retirar a artilharia e entupir a vala, passando ordem para que se retirassem as tropas.

A 23, assegurou outro desertor que já a artilharia ia em marcha e que haviam queimado os reparos deia e outras bagagens que lhes podiam embaraçar a retirada. Tudo se foi confirmando até que no último dia do mês ficou a fronteira totalmente livre dos espanhóis.

Trouxera o postilhão chegado na noite de 21 para 22 ordem para retirarem-se os espanhóis (56). Tal era a confiança que êstes tinham nas medidas que haviam tomado que o coronel Aymerich chegou a aconselhar ao comandante em chefe que ocultasse a ordem e desse assalto ao Forte na certeza de que haviam de apoderar-se dêle.

Antes de principiarem as hostilidades e desde o mês de junho, tinham vindo para o Presídio fugidos da Missão de São Martinho 35 índios dizendo que outros muitos pretendiam fazer o mesmo, por quererem os padres obrigá-los a virem à guerra. Todos traziam as setas envenenadas, o que tinham feito por ordem dos mesmos religiosos.

Em 24 de março fôra morto a porretadas e cutiladas Manuel de Oliveira Ferreira, juiz e guarda-mor do Arraial do Araés, por Antônio Ribeiro de Brito (b). Expediu-se de Cuiabá uma escolta de 30 capitães do mato para prenderem os criminosos, porém quando lá chegou a escolta, êles se haviam retirado.

Em dezembro chegou de São Paulo a Cuiabá o segundo juiz de Fora da mesma Vila, Dr. João Batista Duarte, que tomou posse em março do ano seguinte e funcionou até 1776.

1767

No correr de todo êste ano o governador conservou-se no Forte da Conceição, menos nos primeiros meses em que esteve em Vila Bela — até fim de abril.

Celebrou-se no dito Forte a primeira junta de Justiça Criminal.

Deixara Dom Antônio Rolim de Moura de dar execução à ordem de estabelecer a Casa de Fundição, por diversos motivos que fez presente ao Governo, sendo entre outros apontados o prejuízo

(56) O motivo que deu lugar à cessação das hostilidades foi ter chegado ao conhecimento do vice-rei de Buenos Aires Dom Pedro Cevallos que arribara no pôrto do Rio de Janeiro o navio mercante *Príncipe San Lourenço*, saído de Buenos Aires em fevereiro com um milhão de pêsos e carregamento de couros; e receiando o mesmo vice-rei que fôsse sequestrado pelos portugueses, se êstes tivessem notícia das hostilidades projetadas, resolveu expedir a comunicação de 13 de julho, que foi entregue a 21 de outubro. (Nota dh E. de Mendonça).

ou incômodo que causaria aos habitantes de Cuiabá a obrigação de enviarem o seu ouro a Vila Bela e a fraude que poderia resultar da circunstância de não ter de pagar quinto o ouro de Mato Grosso por espaço de dez anos. E como êste privilégio tivesse sido prorrogado por mais dez anos, em atenção a grande vontade com que procuraram os moradores de Mato Grosso defender a capitania na guerra passada, foi esta a razão por que o general João Pedro da Câmara não cumpriu o que lhe foi determinado pela Carta Régia de 30 de julho de 1776 a respeito da dita Casa de Fundição, providenciando todavia a respeito dos ourives, como prescrevia a citada Carta Régia.

Recebeu o general a Pragmática, Decreto e mais papéis respectivos à desnaturalização e proscrição dos jesuitas dos domínios espanhóis.

Recebeu também a aprovação das medidas que tomara acêrca da aldeia dos Pamas no Salto de Girau. Teve noticia, por uns índios fugidos da Missão de São Pedro, que os jesuitas de Moxos dispunham-se a resistir às ordens expedidas pela Côrte de Madrid a respeito da sua expulsão — o que todavia não se verificou.

Em setembro chegou por terra a Cuiabá o vis'tador vigário da Vara e pároco daquela Freguesia, Dr. José Pereira Duarte, que tomou posse a 29 do mesmo mês.

1768

Continuaram a ter andamento os trabalhos para melhorar e completar o Forte da Conceição, o que deu lugar à representação do governador de Moxos e do presidente da Audiência de Charcas.

Foi remetido pela Secretaria de Estado o ato do Parlamento de Paris de 9 de maio de 1767 acêrca dos jesuitas de França. A 25 de julho recebeu-se a notícia oficial do nascimento do infante Dom João. Repartiu-se o descoberto de São Vicente.

Em princípio do ano esteve o capitão general em Vila Bela; em julho foi para o Presídio da Conceição, onde pouco se demorou.

Em novembro chegou ao dito Presídio o capitão general Luís Pinto de Sousa Coutinho, senhor de Balsemão.

Trazia consigo do Pará fôrças para auxiliar os governadores espanhóis na expulsão dos jesuitas.

Como recebesse um officio do presidente de la Plata dispensando êste socorro por terem já os mesmos jesuitas seguido para seu destino, despediu a mencionada fôrça, que regressou para o Pará.

Na sua viagem trouxera seis casais de Vila de Borba e entre elles um ferreiro e um carpinteiro, que deixou no Salto do Girau,

Deu um regimento para a povoação ali começada e impôs-lhe o nome de Balsemão.

Desde o Salto escrevera ao governador João Pedro da Câmara pedindo licença para dar algumas providências provisórias, antes de tomar posse.

Do Forte da Conceição enviou às Missões de Moxos o tenente Francisco de Figueiredo a cumprimentar o governador e entregar-lhe um officio de resposta ao presidente de La Plata a respeito da saída dos jesuitas, e a reclamar uns escravos fugidos. Incumbiu o mesmo tenente de colher informações acêrca das mesmas Missões.

3.º capitão general LUIZ PINTO DE SOUZA COUTINHO

(1769 — 1777)

1769

O capitão general Luís Pinto de Sousa Coutinho chegou a Vila Bela no dia 1 de janeiro e a 3 tomou posse da Capitania, que lhe fôra confiada pela Carta Régia de 21 de agosto de 1767.

A 7 de janeiro mandou publicar a Lei de 28 de agosto de 1767 que extinguiu a Companhia de Jesus nos Domínios Portuguezes e declarou nula como obretícia e subretícia a Bula *Animorum Saluti*.

Por Bando de 14 de março determinou-se em virtude da Carta Régia de 8 de agosto de 1758 a seguinte mudança de nome de diversos lugares :

Forte da Conceição — passou a chamar-se — *Forte de Bragança*.

Lugar de S. João (aldeia de índios) — *Lamego*.

Lugar de S. José (idem) — *Lcomil*.

Lugar de Sant'Ana (idem, distrito de Cuiabá) — *Guimarães*.

Sítio das Pedras — *Destacamento de Palmela*.

Arraial dos Araés — *Amarante*.

Em junho o general remeteu à Secretaria de Estado o projeto da nova fundação de um estabelecimento no Salto grande (ou do Teotônio) que se propunham a fazer com outras condições o padre Inácio Pedro Jacone e Luís de Pina Caltel Branco.

Na mesma data enviou os mapas da força militar da Capitania, cujo resumo é o seguinte :

Dragões	126 praças
Pedestres	122 praças

O corpo de Aventureiros tinha sido dispensado.

Corpo de ordenanças de Vila Bela

Estado maior	3
Branços	205
Pardos	80
Pretos forros	84

O mesmo em Cuiabá, quanto à organização.

Artilharia

12 peças de c.	6 de ferro
1 peça	c. 4 de ferro
3 peças	c. 3 de ferro
2 "	c. 2 de ferro
7 "	c. 1 de bronze
3 "	c. $\frac{3}{4}$ de ferro
4 "	c. $\frac{1}{2}$ de ferro
7 "	c. $\frac{1}{4}$ de bronze

Remeteu também mapas de onde se colige que a Receita e a Despesa da Capitania eram como segue :

	Mato Grosso	Cuiabá
Dízimos	5:415\$000	\$
Capitação.....	\$	22:747\$000
Entradas	3:297\$000	3:788\$000
Real censo	893\$000	3:161\$000
Real subsídio	\$	600\$000
Novos direitos	57\$000	71\$000
1% p. ^a obras pias ...	38\$000	62\$000
Donativos	\$	1:250\$000
Soma	9:700\$000	41:379\$000
Diferença ..	31:679\$000	

Despesa

Folha Eclesiástica	496\$000
" Civil	13:079\$360
" Militar	58:820\$387
Despesas extraordinárias	42:251\$590
Despesa eventual	720\$000
	15:367\$337

Ouro exportado em:

1768	251:782\$000	
1769	252:288\$750	504:070\$750

Abatendo o ouro de Goiás, que não
paga 5.º

96:000\$000

Resta

408:070\$750

Quinto

81:614\$150

Quinto e captação arrecadada

61:822\$000

Falta

19:792\$150

Em fim do mesmo mês de junho saiu de Vila Bela para o Forte de Bragança uma expedição de 82 pessoas, capitaneada por João Leme do Prado, enviado pelo general para abrir um caminho do dito Forte para Vila Bela a Cuiabá.

A expedição partiu do Forte a 18 de julho, e com mais de ano de viagem chegou a 22 de julho de 1770 ao Sararé, onde terminou a sua exploração, tendo perdido bastante gente. O autor de um Diário da mesma expedição avalia em 185 as léguas andadas do Forte a Vila Bela, e supõe que poderá a distância ser de 110 léguas seguindo a estrada pelo alto do terreno que divide as vertentes do Guaporé das do Juruena. Tendo o general seguido para Cuiabá, aí chegou a 20 de julho, e criou ali, em observância da Carta Régia de 22 de agosto de 1758, uma Legião de Auxiliares, a que deu a seguinte organização:

Estado maior	6
2 Companhias de Granadeiros	160
4 " Fuzileiros	280
1 " Caçadores	50
1 " Hussares	50
	<hr/>
	546

Foi na companhia do general o ouvidor Dr. Miguel Pereira Pinto Teixeira, que tomara posse em 3 de janeiro. Por Bando de 2 de outubro, determinou-se aos credores da Fazenda Real que trocassem na Provedoria da Vila Bela os títulos de dívidas por Bilhetes ou Vales. Em ofício de 24 de setembro o governador pediu ao ministro dos Negócios Ultramarinos licença para minerar o Coxipé-mirim, visto como constava não haver aí diamantes.

Os índios e mestiços que andavam dispersos no distrito de Cuiabá eram de 1454, fora 265 que se achavam aldeados sôbre si no lugar de Guimarães, cuja povoação estava decadente por se terem muitos índios aliado ou misturado com a população branca.

Por Bando de 31 de outubro foram mandados reunir em uma só povoação os moradores dos Arais. Em dezembro esteve o general em Vila Bela. Criou uma Companhia do Mato, composta de 1 capitão, 1 alferes, 2 trilhadores e 20 soldados. Fizera o general outra semelhante em outubro, em Cuiabá. Nesse tempo a Igreja de Vila Bela tinha por sucursais quatro capelas :

A de São Francisco Xavier da Chapada, distante 10 léguas;

A de N. S. do Pilar, a igual distância;

A de Santana, 12 léguas distante, e a de São Vicente (novamente erecta), a 19 léguas.

A dita Igreja desde a sua fundação achava-se servida por párocos encomendados. O seu rendimento ascendia a cinco mil cruzados pouco mais ou menos. As Igrejas de Lamego e Leonil achavam-se abandonados por falta de sacerdotes. No Forte de Bragança havia um capelão militar, e no lugar de Balsemão um vigário encomendado. A paróquia de Cuiabá era considerável, e era servida por vigários encomendados. O rendimento ascendia a perto de dez mil cruzados. Contava mais de 7.000 almas e havia três capelas. A freguesia da Chapada era administrada por vigário encomendado. O general julgava útil criar uma Paróquia que tivesse por distrito as margens de Cuiabá, do Coxipó-uauçu para cima; outra na capela de José Pais Falcão em Cocais, e outra na capela de Santo Antônio do Rio Abaixo.

Em data de 22 de dezembro deu o general um novo Regimento às Companhias do Mato.

1770

Houve notícia de novos indícios de ouro no Guarajuz não permitindo o general que ali se minerasse.

Esperava-se que fôsse vantajoso o trânsito do Paraná para o Paraguai pelo rio Igatimi; foi, porém, mal sucedida a primeira expedição que veio por aquela via.

Por Bando de 10 de fevereiro foi declarado isento de direitos de entrada o gado vacum de criação que se introduzisse nas imediações do Jauru e Agupéi.

Destruuiu-se um grande quilombo que existe na campanha do rio Galera desde o tempo em que se descobriram as minas de Mato Grosso. Compunha-se elle de 79 negros de ambos os sexos e 30 índios e era governado pela rainha viúva Tereza, que morreu enfurecida por

ver-se presa e conduzida a Vila Bela. Ella tinha um conselheiro chamado José Piolho, cujo nome se applicou ao rio Guaritaré, vizinho de onde se achava o quilombo, que contava com duas tendas de ferreiro, muito mantimento e algodão.

Em setembro saiu de Cuiabá para São Paulo uma monção de oito canoas. Separaram-se na entrada dos pantanaes, ficando atrazada uma em que ia Vicente de Oliveira Leme, sorocabano, sendo por isso atacado pelos bárbaros a quem desbaratou, ficando vivos apenas cinco índios dos vinte e tantos que o atacaram.

De um officio do general Luís Pinto aos directores da Companhia de Comércio do Pará consta que nos annos de 1769 e 1770 saiu de Mato Grosso para Lisboa a soma líquida de 199:488\$150.

1771

Em janeiro à Câmara de Cuiabá foi communicado pelo general que mandasse escrever por pessoa apta os successos notáveis occorridos em cada anno, devendo esses Anais começarem em janeiro de 1770, e ser no fim de cada anno remetidos ao Governo.

Por Bando de 15 de fevereiro o general determinou que o superintendente tomasse posse das salinas descobertas e que se descobrissem.

A 19 de março os Paiaguás deram no sítio dos Morrinhos, no rio Cuiabá (Croará dizem os Anais), onde aprisionaram alguns escravos e índios. No dia 21 os Caiapós, ou como outros querem, os Bororós acometeram as lavras do Médico ou N. S. dos Remédios e mataram mais de 70 indivíduos.

Houve noticia da tentativa de assassinato del-rei Dom José, no dia 3 de dezembro de 1769.

Deu-se comêço à construção da Igreja Matriz de SS. Trindade de Vila Bela.

Em maio remetteu-se ao conde de Oeiras os mapas de Receita e Despesa da Capitania de 1762 a 1769. Eis o resumo :

Receita efetuada ..	717.986\$306	
Dívida ativa	14.898\$998	732.885\$304
	<hr/>	
Des. efetuada	717.986\$119	
Dívida passiva ...	293.765\$120	1.011.751\$239
	<hr/>	
		298.865\$935
	<hr/>	

Em março varou-se uma canoa de dez remos do rio Alegre para o Aguapéi. O último não chega a ter duas léguas, por uma campanha rasa e de terra firme. Porém esta passagem só pode aproveitar durante quatro meses do ano.

Alguns movimentos nas Províncias de Chiquitos e Moxos fizeram recear a invasão dos espanhóis, que não tinham cessado de reclamar a demolição do Forte de Bragança, e em vista disso o general pediu ao vice-rei do Brasil petrechos e munições. Solicitou também dos governadores de São Paulo e Goiás uns 100 homens, remetendo também esta última capitania dez arrobas de ouro, e reiterou o pedido que fizera ao governador do Pará de, entre outros socorros, alguns artilheiros com os seus oficiais e um engenheiro. Expediu ao mesmo tempo as mais terminantes ordens a Cuiabá para que enviasse força auxiliar e deu minuciosas e convenientes instruções do comandante do Forte de Bragança. Nesta mesma ocasião recebeu a notícia de que a excessiva enchente do Guaporé e as aturadas chuvas tinham completamente arruinado o dito Forte, o que muito agravou o mau estado das coisas.

A primeira força que marchou de Cuiabá foi a companhia de hussares comandada por José Pais Falcão, seguiram-se-lhe duas de auxiliares sob o comando do capitão Pascoal Delgado e Lemos e duas de ordenanças, tendo por chefe o capitão Antônio Luís da Rocha. Todos, com quatro soldados pagos e escravos que entravam para o seu serviço constituíam o número de 300 pessoas.

Felizmente tornaram-se desnecessárias tôdas essas medidas, porquanto em princípio de julho o general recebeu comunicação do governador de Moxos que dissiparam inteiramente os seus receios, e em consequência suspendeu as medidas que havia tomado e fez as convenientes comunicações aos governadores a quem pedira auxílio.

No mesmo tempo em que fazia êsses aprestos, o general, sabedor das hostilidades praticadas pelo gentio no distrito de Cuiabá, ordenara a Câmara daquela vila que se expedisse uma bandeira contra o mesmo gentio. Saiu com efeito a bandeira em fim de junho, não passando, porém, além do rio do Porrudos; fugiram muitos soldados e frustrou-se essa diligência que custou mais de 1.500 oitavas de ouro.

Em setembro foi recebido o alvará de 12 de dezembro de 1770 regulando as sucessões do Govêrno das Capitánias em caso de vacância.

Por Bando de 19 de novembro publicou-se que a Casa de Fundação, cujo estabelecimento fôra demorado por diversas causas, principiaria a funcionar no ano seguinte. Dando conta ao ministro dos Negócios Ultramarinos do estado da Capitania em 19 de dezembro, o general participa que se achava reparado o Forte de Bragança.

Desde 1767 o comandante do Forte, sargento-mor de engenheiros José Matias de Oliveira Rego, havia informado a má escolha do lugar, notando a falta de pedra e a ruindade da terra ou barro e tinha indicado como mais conveniente o lugar da antiga missão de Santa Rosa, um quarto de légua distante rio acima. Custara a construção do mesmo Forte de 1767 a 1771 — 85:803\$200, e a sua manutenção — 42:317\$500, tendo coisa de cem praças de guarnição.

De uma carta do general Luís Pinto ao Diretório da Companhia de Comércio do Pará vê-se que a população da Capitania era então de 15.765 almas.

Em officio de maio o general autorizara o comandante do Forte de Bragança a reunir os índios de Leonil aos de Lamêgo, visto ser menos própria a situação daquele lugar e serem poucos os seus moradores.

No princípio do entrou a funcionar a Casa de Fundição.

Criou-se um Registro na passagem do Paraguai para se registrar o ouro que devia pagar o quinto. Em maio os hororós deram na Chapada em distância de meio quarto de légua da Aldeia de Santana e mataram 23 dos índios seus habitantes. Passado um dia deram no lugar chamado *Quilombo* onde mataram cinco escravos.

A 4 de outubro chegou a Cuiabá o novo governador da Capitania Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Veio por terra e trouxe em sua companhia o oficial de engenheiros Salvador Franco da Mota, tendo feito um itinerário e mapa da sua viagem. Logo depois da sua chegada foi à Várzea Formosa, pelo Bento Gomes abaixo, distante 14 léguas de Cuiabá, onde se dizia haver grande cópia de sal e salitre. Achou que o produto da extração mal cobriria a despesa e para promover êsse útil ramo de indústria mandou depois suprimir os respectivos direitos.

A 3 de novembro saiu o general para Vila Bela, onde chegou a 5 de dezembro e tomou posse a 13.

No fim do ano voltaram a Vila Bela 51 escravos que haviam fugido para os Domínios de Espanha e foram restituídos a instâncias do Govêrno.

Foi assassinado na noite de 12 de novembro Manuel José Pinto, no sítio de Itapeba, rio Cuiabá abaixo, por seus escravos que fugiram para a província do Paraguai.

Em todo o ano fundiram-se na Casa da Fundição — 293.200 oitavas de ouro; do de Cuiabá que pagou de quinto — 41.323 oitavas e do de Vila Bela, de que só se cobrou meio quinto — 17.344 oitavas; o mais foi ouro livre por haver pago capitação em Cuiabá. Êste último rendimento chegou a 18.998 oitavas 3/4, 150. Produziu têrmo médio, de 1766 a 1770 — 18.136 oitavas.

O general Luís Pinto, durante os quatro anos de sua administração, deu muitas providências para melhorar a administração civil e militar da Capitania, promover a sua segurança, animar a agricultura, o comércio e a navegação. Fez liquidar e pagar uma boa parte da dívida passiva da Capitania, que excedia de 700.000 cruzados. Fez igualmente liquidar o que a praça de Vila Rica devia às mais do Brasil, que importou em 450.000\$000. Providenciou também acerca da polícia interna e celebrou num acôrdo provisório com os governadores de São Paulo e Goiás acerca dos limites das respectivas Capitâneas.

4.º capitão general LUIZ ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CACERES

1772 — 1788

O capitão general Luís de Albuquerque, nomeado por Patente de 3 de julho de 1771, tomou posse do govêrno da Capitania a 13 de dezembro de 1772, tendo-lhe sido dada em agosto de 1771 uma carta instrutiva, cujos principais preceitos foram :

Ter tôda cautela e prevenção a respeito dos espanhóis; organizar os índios Bororós em um corpo de milícia, à maneira dos Sipais da Índia; animar o comércio clandestino com os domínios espanhóis; promover relações de amizade com os índios aldeados nos mesmos domínios; promover o aumento da população e por consequência da defesa da Capitania; enviar ao Govêrno minuciosas informações estatísticas a tal respeito; introduzir no ânimo dos povos a economia, a frugalidade e o destêrro dos perniciosos vícios de vãs superfluidades e dispendiosas ostentações; sustentar e defender os povos de tôda a opressão que lhes quizessem fazer os ministros da justiça, ou eclesiásticos ou quaisquer outras pessoas constituídas em dignidade ou sem ela; promover o mais possível a comunicação entre as capitâneas de Mato Grosso e Pará; conservar a ocupação de tôda a margem oriental do Guaporé, defendendo-a até a última extremidade; dar completa liberdade aos índios; observar as apertadíssimas ordens existentes a respeito dos diamantes; concluir a edificação da Fortaleza que se mandou levantar no distrito da aldeia de Santa Rosa; promover a agricultura, pagando por justo preço aos índios os frutos que colherem.

Tendo o general vindo a Cuiabá por terra, logo depois da sua chegada fez presente ao Govêrno as vantagens que oferecia esta via de comunicação (a estrada por Goiás) e a conveniência de facilitar o seu trânsito, fazendo-se nela alguns estabelecimentos e concedendo alguns privilégios ou isenção aos respectivos moradores — sendo,

porém, preciso primeiro que tudo providenciar a respeito do gentio Caiapó, que a infestava e se estendia até Camapuã, tendo mata lo nestes dois últimos anos mais de duzentas pessoas.

1773

Em 27 de março celebrou pela primeira vez a Junta de Justiça criada por Carta Régia de 12 de agosto de (57).

Em abril procurou-se efetuar a varação do rio Aguaperí para o Alegre das canoas do comboieiro Gabriel Antunes, que havia indicado e assegurado a possibilidade da dita varação ao general Luís Pinto. Não obstante ter-se intentado esta varação na época da maior enchente e terem sido previamente, de ordem do general, preparado o varadouro e desobstruídos os rios, não foi possível a uma só canoa chegar ao varadouro e teve o dito comboieiro de retroceder ao Jauru.

Em officio de 5 de abril o general solicitou da Côrte a remessa de 12 contos da moeda provincial de prata e de cobre para a facilidade das transações.

Em maio recebeu um Aviso da Secretaria de Estado de 30 de setembro de 1772 em que lhe determinava que procedesse ao reconhecimento do rio Guaporé; que elegendo nas proximidades do rio dos Mequens um lugar azado para o estabelecimento de uma feitoria da Companhia de Comércio do Pará; que examinasse a Fortaleza da Conceição e os reparos de que necessitava, devendo haver dentro da mesma lugar para os armazéns precisos para outra feitoria da dita companhia; e finalmente que descendo até às cachoeiras, examinasse o lugar mais conveniente para se fundar outra Fortaleza, devendo entender a respeito de tudo com o governador do Pará.

Essas novas incumbências fizeram o governador adiar o projeto que tinha de mandar reconhecer o rio Paraguai e fundar um estabelecimento no *Fecho dos Morros*.

Em outubro o gentio matou 13 pessoas no lugar da Chapada dos Guimarães, que se achavam faiscando nas margens do Aricá e mais três no ribeirão do Bandeira, três léguas distante da vila de Cuiabá.

Para comodidade dos particulares e a fim de evitar o extravio do ouro que tinha que pagar o quinto, estabeleceram-se correios para

(57) “Essa carta régia autoriza o governador a formar uma junta composta de cinco ministros letrados, e na sua falta, de advogados de nota para sentenciar todos os crimes, civis ou militares, por um processo verbal e sumaríssimo, executando-se logo depois da sentença, que podia ser até de pena última” (Nota de A. Leverger).

conduzirem o ouro de Cuiabá para a Casa de Fundição e reconduzirem-no depois de reduzido a barras.

O governador começou a dar providências para a fomentação do comércio clandestino com os espanhóis. Tomou-se a respeito dos Araés medidas que levaram a efeito no ano seguinte.

Em dezembro o general embarcou para descer o rio Guaporé em desempenho da comissão acima designada. Antes de sair celebrou-se uma Junta de Justiça, em que foram julgados todos os réus que se achavam na cadeia. Quatro foram condenados a morte e executados logo depois da saída do general.

1774

O general desceu até o rio Madeira, onde encontrou-se com os engenheiros mandados vir do Pará, a fim de auxiliá-lo nas indagações que lhe haviam sido prescritas. Reconheceu-se que não havia lugar conveniente à margem direita do dito rio, na proximidade da sua confluência com o Mamoré, para construção de uma fortaleza, como fôra indicado, por ser tudo alagadiço; porém na margem esquerda, ou ocidental, de frente da Ilha Grande havia um pequeno espaço de terreno sobranceiro de nove palmos à inundação, que poderia servir para aquêlê fim.

Notou-se mais que haveria por ventura maior vantagem em fortificar a mesma Ilha Grande. Examinando a localidade da arruinada ou destruída Fortaleza da Conceição, convenceu-se o general de que coisa de 1.000 braças acima dela havia à margem do Guaporé um lugar mais azado para a construção de um novo forte, do qual mandou levantar a planta em proporções tais que, além dos edificios que devia conter uma tal obra militar, houvesse nela espaço para armazéns de uma feitoria da Companhia de Comércio do Pará.

Quanto à feitoria que fôra mandada estabelecer no rio Mequens, na aldeia de São José, a qual já ali não existia por ter sido removida mais para baixo, ao general pareceu que o lugar mais próprio para a dita feitoria era o lugar da Casa Redonda, à margem esquerda do Guaporé, em frente ao rio Corumbiara. Durante a referida diligência e estando o general e a sua comitiva na cachoeira da Bananeira, appareceu-lhe uma maloca de índios Pacovas dando sinais de quererem aldear-se; foram enviados uns 40 de ambos os sexos e algumas crianças para a Fortaleza da Conceição, onde não tardaram em morrer sucessivamente.

Em cumprimento às ordens e instruções do governador, o sargento mor Marcelino Roiz Camponês foi em maio para o Arraial dos Araés, a fim de examinar essa paragem e estabelecer entre os

seus moradores alguma ordem e policia. Do relatório que apresentou da sua viagem consta o seguinte :

Número de fogos	38
Homens adultos	158
Mulheres	42
Meninos e moços até 14 anos	25
Meninas e moças até 14 anos	15
Em 1 de junho	240

No mesmo mês de maio deu-se, em virtude de anteriores ordens do governador, comêço a estabelecer o Registro da Insua nas imediações do Rio Grande ou Araguaia.

O governador recebeu noticia de ter sido abandonado o sítio de Balsemão, não só pelos índios Pamas, que ali estavam aldeados, como também pelo respectivo capelão, por outros moradores e pelos pedestres que faziam ali destacamento.

Em julho regressou o general à Vila Bela. No mesmo mês faleceu o capitão engenheiro Salvador Franco da Mota (58). Nos primeiros dias do ano (20 de janeiro) havia também falecido o mestre de campo de Cuiabá. Francisco Lopes de Araújo, que foi substituído por Antônio José Pinto de Figueiredo.

De um officio do governador de 25 de setembro depreende-se que :

O rendimento efetivo dos quatro anos antecedentes tinha sido termo médio por ano	60:168\$206
A despesa dos mesmos anos, inclusive o pagamento da dívida passiva, termo médio	103:844\$379
Nos quatro anos do govêrno do general Luís Pinto pagaram-se de dividas atrazadas	134:099\$861
E no tempo do general Luís de Albuquerque	48:707\$773

1775

Em 28 de janeiro publicou-se um Bando estabelecendo uma pauta dos lucros que se consentia aos moradores tivessem dos gêneros

(58) Este engenheiro, Salvador F. da Mota, achava-se prêso em Portugal, quando teve ordem de acompanhar o governador Luís de Albuquerque, de cuja comitiva fêz parte na travessia do Rio ao Guaporé. Possivelmente seria o autor do mapa de viagem do capitão general. Faleceu em julho de 1774, conforme assinalou Leverger.

importados do Pará. Fôra tomada esta medida por ordem do marquês de Pombal, com o fim de evitar os excessivos preços a que chegavam os ditos gêneros. Eis os cálculos sôbre os quais o general formulou a referida pauta, não devendo, de conformidade com a ordem recebida, o lucro líquido exceder de 10 ou 12% :

Pelos fretes e despesas (do preço do	
Pará)	18%
Pelo risco e avaria	10%
Lucro permitido	12%
	<hr/>
Total	40%
	<hr/>

Tolerou-se, contudo, um lucro bem tanto maior sôbre os artigos de difícil ou arriscado transporte.

Em fevereiro publicou-se o estabelecimento do Subsídio Literário, na forma da Carta Régia de 17 de outubro de 1773.

No comêço de maio uns 200 índios que se supõe Guaicurús subiram o rio Paraguai em 20 canoas e mataram 16 pessoas em um sítio pouco acima do barra do Jauru. Pouco depois os Paiaguás mataram também 28 pessoas nas imediações do Paraguai, pregando em pontas de pau as cabeças das vítimas e incendiando-lhes as casas; e pelo mesmo tempo os Bororós perpetraram mortes e depredações no Coxipó-açu.

Em junho saiu do arraial de Santana uma bandeira de 74 pessoas comandada pelo sargento-mor Inácio Leme da Silva, com destino a procurar minas de ouro pela banda de Urucumacuan. Esta expedição foi mal sucedida, e o seu chefe esteve por muito tempo preso na cadeia pelo seu mau procedimento, por ter maltratado a gente da bandeira e ter desamparado esta para voltar a Vila Bela. No fim do seguinte ano foi solto, porém privado da sua patente e declarado incapaz de servir cargo público. O general promoveu também a expedição de uma bandeira aprontada em Cuiabá, com o mesmo fim de descobrir ouro.

Informado o general por uma comunicação do governador de São Paulo, datada de 9 de janeiro, de que os espanhóis acabavam de fazer um estabelecimento acima da boca do rio Ipané (Vila Real de Conceição), resolveu não demorar por mais tempo a expedição que de há muito projetara para reconhecer o rio Paraguai e fundar

um presídio no Fecho dos Morros. Expediu a êste respeito as convenientes ordens às autoridades civis e militares de Cuiabá e bem assim as precisas instruções ao capitão de auxiliares Matias Ribeiro da Costa, a quem incumbiu esta diligência. Em 22 de julho saiu de Cuiabá a dita expedição, composta de 9 canoas grandes, 5 menores e 142 homens, com poucas armas e pouca munição. O capitão Matias, enganado pelas aparências e por informações menos exatas, parou no primeiro lugar que encontrou onde o rio Paraguai corre entre dois morros (na paragem antigamente chamada Estreito de São Francisco Xavier) e aí estabeleceu à margem direita o presídio, que foi denominado Coimbra, a Nova, celebrando-se o auto da fundação e posse a 13 de setembro.

Pelo pôrto do Jauru entraram por diversas vêzes alguns índios fugidos de Chiquitos e trazendo algum gado. Foram mandados para a aldeia de Guimarães ou Santana, no distrito de Cuiabá. No mês de dezembro chegaram ao mesmo pôrto do Jauru uns contrabandistas espanhóis, vindos de Salto, com 564 bestas e alguma prata; com êles vieram alguns índios com 300 bois.

No decurso do ano fizeram-se as disposições necessárias para a construção do Forte que se destinava a substituir o da Conceição, sôbre o rio Guaporé.

O sargento-mor Marcelino Rodrigues Campones foi no fim do ano substituir o capitão Matias Ribeiro da Costa no comando do Fecho dos Morros em Coimbra, a Nova. Nas instruções que lhe deu o general com data de 8 de dezembro de 1775 recomendou-lhe a exploração do Emboteteu que foi incumbida a João Leme do Prado.

Continuou o general na diligência de promover o comércio clandestino com os espanhóis. Para êsse fim travou relação de amizade com os governadores de Moxos, Santa Cruz e com o presidente da Audiência de Charcas e o Arcebispo de La Plata, aos quais enviou presentes. Com o mesmo fim fez seguir até as Missões de Chiquitos o padre Estêvão Ferreira Ferro, sob fingidos pretextos.

Neste ano foi empossado o vigário da vara e freguesia de Cuiabá José Correia Leitão, que veio substituir o padre Dr. José Pereira Duarte. Êste com relutância deixou o cargo em que no espaço de sete anos ganhara cêrca de 70 mil cruzados.

1776

A 8 de janeiro chegou a Cuiabá o Juiz de Fora Dr. José Carlos Pereira, e a 28 do mesmo mês chegou a Vila Bela o ouvidor Dr. Luís de Azevedo Sampaio, acompanhado de sua mulher e uma filha.

O governador embarcou para descer o Guaporé e a 20 de junho pôs a primeira pedra do novo forte que teve o nome de Forte do Príncipe da Beira.

Aí veio ter o sertanista João Leme do Prado, de volta do reconhecimento que pelo general fôra incumbido no rio Embotetê e nos seus afluentes e adjacências. No diário dessa exploração deu como lhe havia sido ordenado, nomes portuguezes aos lugares notáveis. Esses nomes, porém, têm caído em desuso e até o do mesmo rio Embotetê, que apelidou de Mondego, e hoje é conhecido pela designação de rio Miranda ou Aquidauana, que são seus principais galhos. Informado o general da existência um pouco abaixo da boca do mesmo rio no Paraguai de um lugar alto, à margem direita projetou fazer aí uma povoação. Foi nesta ocasião promovido João Leme do Prado a capitão-mor de Conquistas e novas descobertas dos rios Paraguai e Mondêgo.

Voltando a Vila Bela o governador inaugurou a Feitoria que mandara estabelecer no lugar da Casa Redonda, em frente à foz do Corumbiara e pelo auto da fundação celebrada a 4 de setembro lhe impôs o nome de Povoação de Viseu.

O general deu ordem ao comandante de Nova Coimbra, sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponez, para que continuasse a fazer explorar o rio Paraguai, daquele presidio para baixo. Em cumprimento dessa ordem partiu em 3 de outubro o capitão Miguel José Rodrigues com quatro canoas bem equipadas e armadas em guerra. Encontrou muitas canoas de Guaicurús que, mostrando a princípio disposições hostis, deixaram contudo que se lhes chegasse à fala, mas não quizeram receber mimos que para elles foram deixados no barranco.

No terceiro dia chegou a expedição a uns pequenos morros que estão à margem direita do Paraguai, chamados pelos castelhanos Los Tres Hermanos, e que os nossos apelidam Morros de Miguel José. Ia como prático um homem, paiaçuá, que havia pertencido à tripulação das canoas dos commissários que vieram colocar o marco de Jauru em 1754. Declarou que este lugar era o procurado Fecho dos Morros, e por mais que duvidasse o capitão por ser perfeitamente plana a oposta e oriental margem, o homem sustentava o seu dizer, asseverando que uns cabeços que dali se avistavam a sul pertenciam a montes muito distantes das beiras do rio, — sendo que os ditos morros são, como bem presumia o capitão Miguel José, o verdadeiro Fecho. Prosseguiu a expedição o seu regresso rio acima; encontrou de novo com os Guaicurús e travaram relações de

amizade com êles, prometendo êsses índios que, passadas três luas, viriam ao Presídio.

De uma conta enviada ao marquês de Pombal em junho consta que dívida passiva anterior a 1769 ainda era de 47:560\$999, tendo já pago :

Da dívida de 1769 a 1772	50:136\$685
Da dívida anterior a 1769	72:381\$891
	<hr/>
Total	122:518\$576
	<hr/>

1777

No dia 4 de fevereiro pelas 9 horas da noite houve no Presídio de Coimbra um incêndio em que arderam tôdas as casas, menos a da pólvora; apenas se salvaram alguns sacos de farinha. Morreu uma criança de 8 anos, em consequência das queimaduras recebidas.

A notícia da tomada de Santa Catarina e de outras hostilidades da parte dos espanhóis, levou o general a mandar reforçar as guarnições da fronteira e tomar outras medidas relativas à sua defesa.

Em agôsto repartiu-se o novo descoberto de ouro na chapada de Beripoconé.

Em Bando de 23 de outubro publicou-se a criação do Corpo de Auxiliar de Voluntários do Distrito de Mato Grosso, pela resolução do general de 25 de junho antecedente.

Em novembro recebeu o general um officio do vice-rei marquês do Lavradio comunicando-lhe a suspensão de hostilidades entre Portugal e Espanha, em consequência do que mandou recolher os destacamentos com que havia reforçado as guarnições das fronteiras.

Embora não tivesse notícia official do desponsório de sua alteza o príncipe da Beira, o general mandou festejar em dezembro êsse successo.

Havia três meses que se sabia do falecimento de Dom José I, e como demorasse a comunicação official a tal respeito, o general mandou publicar e celebrar um officio fúnebre.

A falta de remessas de gêneros e escravos pela Companhia de Comércio do Pará inquietou o general e fê-lo reccar que se tivesse alterado o plano de abastecer o comércio de Mato Grosso pela dita Companhia. Com effeito, em dezembro recebeu o Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos de 3 de junho de 1777, em cumprimento do qual mandou publicar em 22 de dezembro um Bando

revogando a pauta e disposição de 28 de janeiro de 1775, fazendo constar que o comércio em grosso e a retalho ficava livre como dantes.

De um officio de 25 de novembro vê-se o seguinte :

Dívida anterior a 1769, paga no tempo de Luíz de Albuquerque	84:189\$314
Dívida de 1769 a 1772	50:278\$348
Dívida restante anterior a 1769	36:753\$576

1778

Em 6 de janeiro, tendo vindo uma porção de Guaicurus ao Presídio de Coimbra em termos de amizade, e tendo havido descuido por parte dos nossos, foram aleivosamente mortas 54 pessoas pelos ditos índios, em distância de 300 passos do Presídio.

Em fim de fevereiro o general embarcou para o Forte do Príncipe, cujas obras não cessava de ativar, e voltou ao cabo de três meses a Vila Bela. Em officio de novembro pedia o general ao Govêrno, entre outras coisas, a remessa para o dito Forte de uma dúzia de peças de artilharia de bronze, bem montadas e de calibre mediano — de 6 e 8. — com os respectivos preparos e provimentos, e assim também 1.500 a 2.000 armas novas.

A 12 de junho o ouvidor Dr. Luíz de Azevedo Sampaio foi morto a tiro em Vila Bela. O assassino, José Tavares Barbosa não procurou fugir e entregou-se à prisão. Foi sentenciado à morte e executado dentro de oito dias. Fazendo ciente ao Govêrno dêste acontecimento, o general participava que ia também mandar proceder a uma devassa sôbre as violências e desatinos praticados pelo dito ouvidor — o que tudo foi aprovado por Provisão de 20 de julho de 1779.

Um officio do governador de São Paulo comunicou a notícia da demolição do Presídio de N. S. dos Prazeres de Igatimi pelos espanhóis.

Em julho chegou extra oficialmente a notícia dos Tratados de Paz e Limites de 1777.

A 21 de setembro celebrou-se o auto da fundação da povoação de Albuquerque, na margem direita do Paraguai, lugar escolhido pelo capitão-mor João Leme do Prado, que ali se conservou com alguns moradores vindos de Cuiabá.

A 6 de outubro celebrou-se também o Auto da fundação de Vila Maria do Paraguai, no lugar onde existia o Registro e habitavam 161 pessoas, entrando nesse número 80 índios desertados da Missão de São João de Chiquitos.

Retiraram-se pela navegação do Guaporé os contrabandistas espanhóis vindos em 1775 e que haviam introduzido na capitania 675 mulas.

Em officio de 28 de novembro o capitão general dava ao presidente do Real Erário as seguintes cartas (59) :

Dívida passiva anterior a 12 de dezembro de 1772 ..	172:407\$345
Paga por Luiz de Albuquerque até 28 de novembro de 1778	143:647\$447
Restavam	28:759\$898

Rendimento anual da capitania nos últimos quatro anos, termo médio	660:168\$206
Despesa anual nos mesmos quatro anos, termo médio	103:844\$379
Remessas de ouro de Goiás para a capitania, sob os governos dos generais :	
D. Antônio Rolim, de 1759 a 1764 — 102.792,78 oitavas a 1\$500	157:188\$182
João Pedro da Câmara, de 1765 a janeiro de 1769 — 136.300 a 1\$500	204:450\$000
Luís Pinto de Sousa, janeiro de 1769 a novembro de 1772 — 133.861 a 1\$500 e a 1\$350..	195:825\$000
Luís de Albuquerque, dezembro de 1772 a novembro de 1778 — 195.190½,34 a 1\$350..	263:513\$995

No decurso do ano continuou o general a providenciar a respeito do comércio clandestino com os espanhóis (60).

Foi neste ano extinta a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão.

1779

Em cumprimento do disposto na portaria de 1 de agosto de 1778, o general convocou em janeiro uma junta em que se determinasse

(59) Estas informações, colhidas por Leverger na correspondência official dos governadores supre a falha existente em outras fontes e permite exame cuidadoso de evolução econômica e financeira da Capitania.

(60) Luís de Albuquerque não somente facilitou o comércio com os vizinhos apesar da proibição vigente, como ainda atraiu, para os povamentos fronteiriços que fundou, os índios das imediações, em represália a proteção que as autoridades espanholas proporcionaram aos escravos fugidos de Mato-Grosso.

e se limitasse o tempo dentro do qual deveria ser pago o que se devia à Companhia do Comércio do Pará.

Atendendo a um requerimento da Câmara de Vila Bela, o capitão general, devidamente autorizado, fez público por Bando de 10 de fevereiro que vigorariam na Capitania diversas disposições do Regimento do Governador do Pará, autorizando o dito governador a passar alvará de fiança aos culpados em alguns crimes, e facultando também outras atribuições judiciárias, inclusive a de perdoar crimes menos graves, pelo Natal e Endoenças; devendo, porém, ouvir o ouvidor, embora sem obrigação de seguir o seu parecer.

Foi mandado socavar o ribeirão de Santo Antônio dos Guarajus sob a direção do tenente Manuel Veloso Rebelo de Vasconcelos, e depois foi mandado repartir o descoberto.

No dia 1 de junho o governador lançou a primeira pedra da Capela de Santo Antônio, em Vila Bela.

O padre Manuel de Albuquerque Fragoso fundou um sítio de lavoura na estrada de Goiás, nas imediações do rio dos Porrudos, que desde então começou a chamar-se São Lourenço. O general animou e protegeu êste útil estabelecimento.

Erigiu-se em paróquia a nova povoação de Vila Maria, cedendo os vigários de Vila Bela e de Cuiabá as suas jurisdições a Leste do Jauru e Oeste do Sangrador do Melo, salva a opposição do reverendo bispo Diocesano.

Deram-se providências para o melhoramento, ou antes restauração da Aldeia de Santa Ana da Chapada, no distrito de Cuiabá.

Edificou-se aí uma igreja, sob a direção e esforços do juiz de Fora, Dr. José Carlos Pereira, que com igual zelo erigiu depois a igreja de São Gonçalo no Pôrto de Cuiabá.

Comprou-se e providenciou-se para que se levasse gado à Fazenda da Caissara, nas imediações de Vila Maria.

Tendo-se explorado a campanha e as cabeceiras do rio Barbados as pessoas que foram a esta comissão declararam ter encontrado salinas em distância de 16 léguas mais ou menos, do curral da fazenda de um certo José da Silva (61).

Para reprimir as continuadas correrias dos índios nas paragens do distrito de Cuiabá, onde haviam matado 20 pessoas, expediu-se da dita vila uma bandeira de 80 homens, a qual recolheu-se em comêço do ano seguinte, tendo mal desempenhado a sua tarefa. Trouxe, contudo, cinco índios adultos, oito mulheres e oito crianças, tendo dei-

(61) Tratar-se-á por ventura de Custódio José da Silva, pioneiro na região onde se afazendou, mudando-se depois para Santo Antônio do Rio Abaixo.

xado escapar uns duzentos, depois de aprisionados, com sacrifício de algumas vidas do pessoal da bandeira.

Por Bando de 1 de dezembro fez-se público que a contar de 1 de janeiro de 1780 percel-se-ia em sua totalidade o quinto de ouro, por se ter acabado o prazo de isenção do meio quinto concedido aos moradores de Mato Grosso, — devendo por isso correr a oitava de ouro do dito distrito a 1\$200 réis. Corria até então a oitava a 1\$350 e ainda anteriormente a 1\$500, quando o ouro esteve isento do quinto.

Todo o ano trabalhou-se na construção do Forte do Príncipe da Beira, tendo-se mandado vir ao Jauru pedras de cal de Albuquerque.

Os oficiais militares pagos existentes na capitania eram :

1	1.º Tenente de Dragões	720\$000
1	2.º Tenente de Dragões	720\$000
1	1.º Alferes de Dragões	576\$000
1	2.º Alferes de Dragões	576\$000
1	Capitão de Pedestre	480\$000
1	Alferes de Pedestre	288\$000
1	1.º Ajudante de Ordens	1:041\$248
1	2.º Ajudante de Ordens	1:041\$248
1	Sargento-mor de Auxiliares de Cuiabá	731\$400
1	Ajudante de Auxiliares de Cuiabá	419\$400
1	Ajudante de Auxiliares de Vila Bela	464\$248

1780

Houve em fevereiro no rio Cuiabá uma excessiva cheia, que fez muito estrago.

O subsídio que a Capitania de Goiás remetia comumente a esta ficou reduzida a trezentos marcos de ouro.

Em maio o general autorizou a expedição de uma Bandeira contra os índios que infestavam as vizinhanças de Cuiabá, declarando, porém, que a Fazenda Real apenas poderia concorrer com algum provimento de pólvora e chumbo.

O general recebeu o Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos de 8 de janeiro dêste ano, em que lhe dizia, entre outras coisas :

Que fôra nomeado para succeder-lhe no govêrno da capitania João Pereira Caldas, o qual, porém, antes da sua ida a Mato Grosso deveria ocupar-se na demarcação de limites ao norte do Amazonas;

Que para a demarcação de limites haviam se formado quatro Divisões Portuguezas e quatro Espanholas, composta — cada uma — de dois comissários principais, dois Matemáticos, dois Engenheiros, dois Práticos e mais comitiva correspondente;

Que, enquanto não chegasse a Divisão Espanhola convinha que êle, capitão general, mandasse examinar os sítios por onde se havia de lançar a raia ;

Que julgava-se importante que ficasse pertencendo a Portugal o ístmo de varação entre o Aguapei e o Alegre.

Respondendo ao dito Aviso em officio de 25 de agôsto, o capitão general enviou à dita Secretaria de Estado uma Memória contendo as suas idéias acêrca da situação e direção da linha divisória, idéias, de acôrdo com as quaes, foi organizada a Carta da Capitania: corre a linha da Bahia Negra para ponta de limites; daí por diversos pontos notáveis até as cabeceiras do Paragaú; desce pelo alveo do dito rio até certa altura, em que corre paralelamente ao Guaporé, em ordem a cobrir o território dos Guarajus, e descendo pelo pequeno rio de São Simão entra no Guaporé e por êles segue até abaixo da confluência do Madeira e Mamoré (62).

Em observância das sobreditas ordens o general expediu, em setembro, uma bandeira de 54 homens ao mando do tenente Manuel Veloso Rebelo, a fim de explorar os terrenos do lado esquerdo do Guaporé, desde as serras fronteiras a Vila Bela até as cabeceiras do rio São Simão pequeno. Por portaria de 20 de outubro foi suprimido o posto de capitão de pedestres.

A 29 de dezembro tomou posse do lugar de ouvidor o Dr. Joaquim José de Moraes.

Neste ano erigiu-se a Capela de São Gonçalo no Pôrto Geral de Cuiabá, a diligências do juiz de Fora Dr. José Carlos Pereira, auxiliado pelo leigo frei José da Conceição Pao de Arco.

1781

A 21 de janeiro impôs solenemente o nome de Arraial de São Pedro d'El-Rei ao descoberto de Beripoconé, onde já existiam 2.118 habitantes de tôdas as condições, e havia esperanças de prosperidade durável, à vista das lavras de vezeiros que tinham apparecido. Um escravo dava de jornal 1½ oitava de ouro por semana.

(62) As idéias de Luís de Albuquerque abertamente contrariaram algumas das cláusulas do Tratado de Limites e por isso o ministro Martinho de Melo não as aceitou, embora lhe applaudisse o zêlo.

Nesta ocasião concordaram os moradores em edificar uma igreja numa chapada fronteira àquela onde existia, com bom assento e boa vista, um rêgo d'água permanente passado pelo meio.

Por Bando de 27 de janeiro declarou-se que todo o gado introduzido no distrito de Mato Grosso, isto é, a Oeste do Rio Paraguai, pagaria tão somente metade do direito de entradas.

A 17 de janeiro chegou a Cuiabá e a 22 tomou posse do lugar de juiz e Fora da dita vila o Dr. Antônio Roiz Gaiozo, vindo da Bahia por terra.

Em fim de março voltou a Vila Bela a expedição exploradora do tenente Veloso, não tendo podido ultimar a diligência pelas muitas águas, fome, doenças e também pela má direção.

Em abril saiu outra expedição a cargo do sargento Francisco Garcia Velho Paes de Camargo, que embarcando desceu o Guaporé, subiu o Paraguaú até onde tinha chegado Veloso e daí foi por terra ao Arraial de Santo Antônio dos Guarajus, fez as observações precisas e voltou a Vila Bela em julho.

Em novembro expediu-se de Cuiabá uma Bandeira, que aprisionou alguns índios.

No mesmo mês chegou como vigário da vara e de Cuiabá o reverendo Dr. Manuel Bueno de Pina. Em dezembro chegou a notícia do falecimento da rainha mãe. Apareceu na vizinhança da povoação de Albuquerque uma porção de gente a pé e a cavalo, que se supôs vinda das Missões de Chiquitos.

Continuaram as obras do Forte do Príncipe e a mineração dos Guarajus. Esta, porém, pouca vantagem ofereceu.

O general recebeu o Aviso da S. de E. U. comunicando que sua majestade mandara assistir a Capitania com 20:000\$000 anuais para as despesas das demarcações de limites.

Em outubro o general nomeou para primeiro e segundo comissário da 3.^a Divisão das demarcações o tenente coronel Antônio Felipe da Cunha Ponte e o sargento-mor José Manuel Cardoso da Cunha.

1782

A 22 de fevereiro chegaram a Vila Bela, vindos do Pará, os seguintes membros da 3.^a Divisão de Demarcações de Limites, capitães engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira, Dr. astrônomo Francisco José de Lacerda e capelão padre Álvaro da Fonseca Duarte, tendo ficado em viagem o

Dr. astrônomo Antônio Pires da Silva Pontes. Anuindo aos desejos dos mineiros de Guarajus, o general lhes permitiu que xassem aquêle lugar e viessem trabalhar no novo descoberto de Santa Bárbara, situado entre Aguapei e Lavrinhas, o qual mandou repartir a 20 de fevereiro (63).

Em junho o general foi com os sobreditos engenheiros e astrônomos examinar o monte do Grão-Pará, fronteiro a Vila Bela (64). Em setembro foi também com êles à Fazenda de gado de Custódio José da Silva, sôbre o ribeirão dos Barbados, onde estabeleceu Quartel General em uma barraca, e dispôs diversas diligências de explorações em diversas direções, que incumbiu aos mesmos oficiais.

O general ordenou que de Albuquerque (64.^a) se remetesse para o Jauru uma porção de pedra calcárea que pudesse produzir 1.600 ou 2.000 alqueires de cal, destinados às obras do Forte do Príncipe da Beirã.

Em novembro o governador enviou ao dito Forte os astrônomos da Divisão de Demarcação de Limites, a fim de ali fazerem diversas observações.

Não haviam tido execução as Provisões de 12 de outubro de 1739 e 12 de julho de 1743, que proibiam a existência de engenhos de fazer aguardente. A 7 de outubro de 1749, modificava as antecedentes, deixando ao arbitrio do governador o conservar ou destruir os ditos engenhos. Fundando-se nela o general ordenou por Bando de 6 de novembro que não se erigissem, nem se reedificassem os mencionados engenhos e engenhocas, cujo número havia crescido de modo prejudicial.

Em dezembro chegaram a Cuiabá dois sacerdotes naturais da Capitania — os primeiros que se ordenaram — Francisco Xavier dos Guimarães Brito Costa e José Manuel de Siqueira, ambos de famílias pobres e ordenados no Rio de Janeiro.

(63) A razão predominante da retirada é outra. Ciente do início dos trabalhos mineiros em Guarajus, à esquerda do Guaporé, o ministro Martinho de Melo recomendou a Luís de Albuquerque promovesse a transferência dos seus povoadores para qualquer outra localidade à direita do rio estremeno, pois que as minas jaziam em território espanhol, de acôrdo com o Tratado de Limites. Por coincidência na mesma ocasião a descoberta de Santa Bárbara atraiu os anejos mineradores, que não tiveram dúvida em cumprir as determinações governativas.

(64) A Comissão Demarcadora de Limites entre o Brasil e a Bolívia, em virtude do Tratado de 1867, deu a êsse morro a denominação de Ricardo Franco, em homenagem à memória daquele grande servidor de Mato Grosso". (Nota de E. de Mendonça).

(64.^a) Atual Corumbá.

1783

Em janeiro foi erigido em julgado o Arraial de São Pedro d'El-Rei (65), na forma da Provisão de 26 de maio de 1742, tendo o ouvidor, com aprovação do general, procedido à eleição de dois juizes ordinários, que foram o guarda-mor André Alves da Cunha e o capitão-mor Salvador Jorge Velho. A população do dito Arraial excedia a 3.000 almas. Ficou separado do termo de Cuiabá e passou a pertencer ao de Vila Bela, ficando por limite o ribeirão Bento Gomes, que se supunha fazer barra no Cuiabá.

A 25 de janeiro chegou o novo secretário do govêrno, Joaquim José Cavalcanti. Contra a ereção do Julgado de São Pedro representaram a Sua Majestade a Câmara e o Juiz de Fora de Cuiabá, o que deu lugar à Provisão de 19 de março de 1784 mandando que a respeito o general prestasse informação, que assim o fez em officio de 22 de abril de 1787.

O general mandou levantar alguns edificios no lugar já mencionado da fazenda de gado de Custódio José da Silva, sôbre o ribeirão dos Barbados, coisa de oito léguas a sul de Vila Bela, e ali se celebrou por Auto Solenê, em 29 de setembro a fundação da Povoação de Casalvasco.

A êsse lugar tinha chegado em agôsto um coronel espanhol com numerosa comitiva, trazendo ao capitão general comunicações do comissário espanhol Dom Inácio Flores. Durante a sua estada mandou fincar uma grande cruz de madeira com a inscrição — *Real de S. Lourenço* (nome que de ordinário davam à cidade de Santa Cruz de la Sierra). O capitão Joaquim José Ferreira na presença da dita comitiva mandou arrancar a cruz, e mandou outrossim arrancar outra que diziam estar fincada nas Salinas; não foi, porém, achada e supôs-se que os mesmos espanhóis a houvessem queimado.

O astrônomo Dr. Lacerda empregou-se nas observações geográficas e astronômicas que lhe incumbira o general nas imediações do Forte do Príncipe.

Em outubro o Dr. Pontes e o capitão Ricardo Franco foram fazer o reconhecimento dos terrenos comprehendidos entre o rio Barbados e Marco do Jauru.

Em novembro recebeu o governador comunicação de haver sido nomeado coronel de cavalaria do Exército por Decreto de 24 de julho de 1782.

(65) Poconé, presentemente.

1784

Em março houve uma excessiva enchente do rio Guaporé e que alagou Vila Bela; julgou-se haver arruinado uma terça parte das casas.

A 23 de abril, estando na Freguesia de Santana o Juiz de Fora de Cuiabá, Dr. Antônio Rodrigues Gayoso, disparou-se-lhe um tiro de arcabuz com balas e perdigotos que muito o maltratou, veio a saber-se que o mandante do crime fôra um Pedro Marques, taverneiro, natural de Portugal, e o mandatário um Pedro José dos Passos, pardo natural de Ararituaba, os quais conseguiram evadir-se (66).

O general mandou remeter de Cuiabá para Albuquerque diversas sementes e mudas de cana de açúcar e o necessário para ali se levantar um engenho.

O general mandou o capitão Ricardo Franco e o Dr. Pontes completar a exploração começada no ano anterior dos terrenos a sul de Vila Bela até o marco do Jauru. A expedição compunha-se de 20 pessoas. Partiu em julho.

Em agosto recebeu o general um ofício do vice-rei de Buenos Aires, Dom João José da Vertiz, anunciando a vinda do tenente de navio, Dom Rozendo Rico Negron, 1.º comissário da 3.ª Divisão Espanhola da Demarcação de Limites, e em setembro a comunicação oficial de haver chegado em Santa Cruz o dito comissário.

1785

No dia 8 de setembro celebrou-se com muita pompa e assistência do general, em Casalvasco, a festa de N. S. da Esperança.

Estabeleceu-se em Salinas, 7 ou 8 léguas distante de Casalvasco, uma guarda composta de um alferes, dois dragões e cinco pedestres com o fim de patrulhar as imediações e impedir a fuga de escravos e desertores.

Informado o general que nas cabeceiras do rio Alegre tinha aparecido ouro de conta, ordenou que se prosseguisse na diligência da socavação, e que no caso (67) execução à dita ordem, servindo-se do que tinha escrito José Barbosa de Sá, que consignou algumas notícias anteriores a 1765, e desta época para 1786 narrou os sucessos de que tinha sido testemunha ocular (68).

(66) Pedro Marques foi depois prêso, em São Paulo, em fins de 1785 ou começo de 1786 (Nota de Leverger).

(67) Ao original falta um pedaço correspondente a 21 linhas de papel comum de ofício (Nota de E. de Mendonça).

(68) Refere-se à ordem de registrar nos "Anais" os sucessos locais.

Neste ano o reverendo Dr. vigário Manuel Bruno de foi nomeado visitador pelo Exm.^o bispo do Rio de Janeiro.

1786

Em abril partiram de Vila Bela para Jauru os engenheiros e astrónomos da Divisão de Demarcações, com sufficiente comitiva, a fim de fazerem um exato e circunstanciado reconhecimento do rio Paraguai, desde o Marco até a Baía Negra, e bem assim das adjacentes baías. Desempenharam esta comissão, e saindo pelos rios São Lourenço e Cuiabá chegaram em setembro a Vila Bela.

Tendo sido enviados três sacerdotes de Cuiabá pelo respectivo vigário da Vara, de ordem do general e do Rio de Janeiro, para servirem os lugares de capelão das Demarcações, capelão do Forte do Príncipe da Beira e coadjutor do vigário de Vila Bela, evadiram-se furtivamente para São Paulo em canoas e com tal presteza que baldou-se toda a diligência que se fez para prendê-los (69).

Em setembro houve notícia de ter tomado conta do Governo da Província de Moxos, Dom Lázaro de Ribera, cujo nome se tornou depois notável nesta capitania.

Em novembro foi acometida pelo gentio Paiaguá uma canoa que ia de Albuquerque para Cuiabá, perecendo no conflito dois dos agressores.

A 3 do mesmo mês, pelas 10 horas da manhã, sentiu-se em Caslavasco um leve tremor de terra por espaço de dois minutos.

1787

Em março o general recebeu a notícia official dos desposórios dos infantes de Portugal e Espanha, e em abril a de ter falecido a 25 de maio do ano antecedente o Sr. Dom Pedro 3.^o

Em abril o general respondeu à Provisão de 19 de novembro de 1784, expedida em consequência da queixa da Câmara de Cuiabá contra a precipitação do ouvidor em erigir em Julgado o Arraial de São Pedro d'El-Rei. O parecer de S. Ex.^a foi em tudo favorável ao procedimento do ouvidor.

Em julho deu o gentio Caiapó duas vêzes em sítio nas margens do Aricá, distrito de Cuiabá, matando oito pessoas.

Em agosto três soldados que haviam desertado para os Domínios da Espanha foram alcançados por uma escolta que se mandara em seguimento dêles. Um resistiu, e foi morto; os outros entregaram-se.

(69) Padres Francisco Pinto Guedes. Francisco Xavier dos Guimarães e José Luís de Queiroz (Nota de Leverger).

Querendo um soldado tirar uma bolsinha que estava ao pescoço do morto, os companheiros dêste disseram que o não consentissem, porquanto o dito desertor lhes comunicara que na véspera da deserção fôra à Igreja Matriz confessar-se e comungar e que neste ato tirara da boca a sagrada partícula e a guardara porque, levando-a consigo, não temia pessoa alguma, porque nenhuma arma contra êle pegaria fogo, nem em seu corpo entraria bala ou coisa alguma que o pudesse ofender.

Verificou-se a bolsinha e foi a sagrada partícula conduzida com toda a decência ao palácio do governador, e daí debaixo de pátio à Igreja Matriz. Houve muitos dias de luto por ordem de S. Ex.^a

Os moradores de Cuiabá foram muito flagelados de catarrais, pneumonias, pleurizes malignas e febres pôdres nos meses de setembro, outubro e novembro.

Em setembro esteve de passagem, no Forte do Príncipe da Beira, o governador de Moxos Dom Lázaro de Ribera.

A 18 de novembro tomou posse do lugar de vigário de Cuiabá o Dr. Vicente José da Gama Leal.

1788

Em junho o governador mandou criar mais uma companhia no Corpo de Auxiliares de Cuiabá.

Em setembro seguiu para São Paulo o Dr. astrônomo Francisco José de Lacerda, incumbido do reconhecimento dos rios Taquari, Coxim, Camapuã, Pardo, Paraná e Tieté (70).

No mesmo mês, marchando uma Bandeira em busca de ouro no rio Guaporé acima, em distância de 15 léguas mais ou menos do Arraial das Lavrinhas, descobriu uma gruta notável, chamada das *Furnas*, a qual foi prolixamente descrita pelo Dr. naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que a visitou em julho de 1790 (71).

1789

Em março o governador mandou explorar com todo o cuidado os rios Paragauí, Verde e Capivari, afluentes do Guaporé, pelo Doutor astrônomo Antônio Pires da Silva Pontes.

(70) As "Memórias" e "Diários de Viagem" do astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida foram publicados em 1842, por ordem da Assembléia Legislativa de São Paulo, sua terra natal. Modernamente apareceram outras e mais completas edições.

(71) Publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XII.

Em 7 de julho repartiu-se o novo descoberto chamado *Sapateiro*, em uma chapada que dista quatro léguas de Cuiabá, e suposto que fôsse sua extensão muito diminuta foi bastante rico, pois na data do Doutor superintendente, que não excedia de 12 palmos de largura com 30 braças de fundo e já havia sido desbastada por ladrões, tiraram assim mesmo, mais de mil oitavas de ouro.

Concorreram aí perto de 400 sorteados com 2.250 escravos, além de mais de 100 forros, que entraram com seu indivíduo.

A 9 de junho chegou ao Forte do Príncipe o Dr. naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, encarregado da expedição científica de história natural.

Em setembro passou a servir como ouvidor o juiz de fora de Cuiabá.

Em outubro constou ter naufragado um navio em que vinha correspondência da Secretaria de Estado, e entre outros Avisos o de falecimento do infante Dom José, príncipe do Brasil.

Em novembro chegou do Pará a Vila Bela, pela navegação fluvial, o novo capitão general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que tomou posse no dia 20 (72).

De um ofício de 1 de junho dêste ano consta que as dívidas de diversos negociantes à extinta Companhia de Comércio do Pará, de cuja cobrança foi o general incumbido de angariar, estavam reduzidas a 8:615\$329, tendo-se pago 140:472\$544.

5.º capitão general JOÃO DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CACERES

(1789 — 1796)

Em 28 de novembro repartiu-se outro descoberto distante uma légua do Sapateiro, no distrito de Cuiabá, o qual de nenhum modo correspondeu ao que se esperava, pois já foi muito pobre.

Em dezembro foi o Dr. Pontes fazer um reconhecimento nos campos dos Parecis, das cabeceiras dos rios Guaporé, Jauru, Juarena, etc. Voltou nos primeiros dias do ano seguinte.

A 31 de dezembro, em observância às ordens do Ministério, foi extinta a 3.ª Divisão de Demarcação dos Limites, visto não se ter reorganizado a correspondente Divisão Espanhola, depois do falecimento do primeiro comissário Dom Rosendo Rico Negron.

(72) João de Albuquerque alcançou o pôrto de Vila Bela a 16 de outubro. Mas, amofinado pelas sessões contraídas na viagem pelo Guaporé, somente entrou em exercício a 20 de novembro de 1789, como substituto do seu irmão mais velho, que se manteve no poder durante 16 anos, 11 meses e 7 dias.

1790

Na vila de Cuiabá declarou-se sacerdote o reverendo Domingos da Silva Xavier, denominado antes Joaquim José Ferreira, de baixo de cujo nome negociara e advogara por muitos anos na dita vila. O motivo que o levou a fazer esta declaração foi o achar-se ele prêso na cadeia por ordem do general por traficâncias, e a requerimento dos seus credores.

Fez esta declaração por persuasão do juiz de fora Dr. Diogo de Lara Ordonhez, a quem muito anteriormente revelara que havia sido vigário da Vara em Caeté, Pitangui e Sabará, mostrando por documentos que saíra do seu bispado sem o menor crime, apresentando honrosíssimas atestações de muitas câmaras.

Em junho retirou-se da Vila Bela para Portugal, pela navegação fluvial para o Pará, o ex-governador Luís de Albuquerque, levando em sua companhia o Dr. astrônomo Antônio Pires da Silva Pontes. Antes de retirar-se deixou a seu irmão e sucessor uma carta instrutiva, em que expunha suas idéias acêrca da demarcação de limites e da conservação dos estabelecimentos de Albuquerque, Coimbra e Casalvasco.

Em julho deu o general diversas providências acêrca da soca-vação e exame de um descoberto no rio Cabaçal por João da Mota.

Em agôsto o gentio Guaicuru deu na Fazenda de Camapuan e matou duas pessoas, roubando alguma ferramenta.

Em 8 de setembro chegou ao Presídio de Coimbra um bote com o official da Marinha Espanhola, Dom Martin Boneo, com destino de explorar o rio Paraguai até o Marco. Como lhe fôsse negada esta faculdade, regressou para Assunção.

No mesmo mês o general mandou trancar uma picada que um particular estava abrindo do Registro do Jauru para as Salinas e proibiu o dito trânsito.

Receioso o general de algum ataque da parte dos espanhóis pelo lado do Paraguai, fez seguir para Coimbra o sargento-mor Joaquim José Ferreira, com uma expedição de canoas que partiu de Cuiabá em dezembro.

Dando uns desertores noticia de um descoberto de ouro, nas imediações da Lagoa Mandioré, o general recomendou que não se procurasse verificar, antes desacreditar a referida noticia, que não convinha fazer certa.

Neste anno a população soffreu muito de sarampo. Construiu-se o chafariz do Rosário em Cuiabá.

1791

Marcharam de Cuiabá para o Presídio de Coimbra com soldados auxiliares com os seus oficiais. Os Guaicurus noticiaram a prontificação de fôrças espanholas para subir o Paraguai. Mandou-se reparar em duas a Companhia de Caçadores de Auxiliares de Vila Bela.

Em abril o general recebeu comunicação do governador de Pará, de uma disposição do Aviso da Secretaria de Estado de 27 de abril do ano antecedente, facultando, além da navegação do Pará para Goiás pela via Tocantins, a de Mato Grosso pelo Xingu e Tapajoz.

A 8 de junho uma preta cativa em Vila Bela, de nome Inês, deu a luz a três crianças (dois machos e uma fêmea), que logo morreram.

A 14 de julho chegaram a Vila Bela, vindos do Presídio de Coimbra, dois Principais do Gentio Guaicurus — Queima e Dmavidy, Chané (que tomaram o nome de João Queima de Albuquerque e Paulo Joaquim José Ferreira, com 17 índios de sua nação e uma preta crioula de Cuiabá, chamada Vitória, que desde muitos anos era prisioneira dêles.

Foram recebidos com grande pompa, indo o governador ao encontro dêles com grande concurso de nobreza e povo. Jantaram no Palácio, servindo-lhes de intérprete a preta Vitória.

No dia 1 de agôsto, fez o general uma Assembléia a que assistiram os oficiais militares, Corpo da Câmara, todos os sacerdotes e mais nobreza, e perante todos êsses os Guaicurus e secretário fez um Tratado de Paz, que de tudo se lhes fazia saber pela preta Vitória, e como estivessem por tudo, assinaram êles e tôda a Assembléia, seguindo-se um grande banquete.

Do Forte do Príncipe saiu uma expedição a descobrir ouro na seira que borda a margem direita do Guaporé, em vinte léguas de distância sôbre indícios dados por um pedestre que habitara a Aldeia de São José, no rio Mbquens.

Em julho uma maloca de cento e tantos Guaicurus apareceu na Fazenda de Camapuan; mataram no terceiro cinco pessoas, e uma que andava campeando, roubando um rebanho de éguas. Como, porém, se lhes resistissem com fogo, fugiram e ficou um dêles morto e dois que foram morrer pelo caminho.

Em setembro saiu de Vila Bela de recolhida para o Pará o Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira.

Em 11 de dezembro chegou na monção de São Paulo o Dr. juiz de Fora, Luís Manuel de Moura Cabral.

A população da capitania em 1791 lera a que consta do seguinte mapa :

MATO-GROSSO	Família ou fogos	Meninos de 1 a 7 anos	Meninas de 1 a 7 anos	Rapazes de 8 a 15 anos	Raparigas de 8 a 14 anos	Homens de 16 a 50 anos	Mulheres de 15 a 40 anos	Homens de 50 anos para cima	Mulheres de 40 anos para cima	Totais	Nascidos em 1791	Falecidos em 1791	Casamentos em 1791
Vila Bela, Arraiais, Casalvasco e vizinhanças.....	721	299	294	437	322	2.717	961	504	221	5.804	121	241	22
Forte do Príncipe da Beira e Missões adjacentes.....	174	42	43	51	27	238	99	134	23	712	8	17	7
Vizeu, Guarajás, Pedras.....	4	10	4	3	2	24	12	4	2	61	2	6	1
Cuiabá, São Pedro d'El-Rei e arredores.....	1.482	899	987	756	751	6.942	3.287	421	410	14.463	311	114	126
Registro da Insua e immedições.....	18	5	4	3	9	14	21	16	71	83	7	13	—
Arraial dos Araés.....	4	1	1	6	6	15	—	—	—	23	—	—	—
Sant'Ana dos Guimarães.....	122	70	73	61	14	311	143	41	23	736	16	12	3
Coimbra e Albuquerque.....	36	19	29	9	14	36	45	8	9	169	7	4	—
Vila Maria, Jaurú e Santa Barbara.....	196	66	71	62	26	173	148	28	15	589	20	17	8
	2.757	1.411	1.506	1.438	1.171	10.530	4.716	1.146	719	22.637	492	424	167

OBSERVAÇÃO.— Nota-se que tres quartas partes ou mais ainda do referido número total dos habitantes, que faz 22.037, são negros, mulattoes, e outros mestiços das muitas diferentes espécies que há no País; sendo a mais consideravel parte a dos que tem ellança com os d'ellos negros d'África e sujeitos à estividade.

Em janeiro expediu o comandante de Coimbra major Joaquim José Ferreira, um cabo de esquadra com cartas para o governador do Paraguai. Este foi encontrado na Vila Real da Conceição. À vista da resposta que deu às ditas cartas e das informações que deu o cabo de esquadra, dissiparam-se os receios de hostilidade.

Como, porém, o mesmo encontrasse com espanhóis que procuravam lugar para fazer um estabelecimento à margem esquerda do Paraguai, entre Ipané e o Rio Branco, ou Correntes, o referido comandante de Coimbra resolveu mandar aí uma força de 20 Dragões e 40 F pedestres.

O general, porém, atendendo à grande despesa que se faria, e à pouca aparência de hostilidades, determinou que se recolhesse a dita força e que se retirasse tôda a mais tropa auxiliar. Foi enviado ao Paraguai, d' ordem do general, mas com cartas tão sòmente do comandante de Coimbra, o forriell Francisco Rodrigues do Prado, que na volta confirmou as disposições pacíficas que ali havia e as intenções de abrirem os ditos espanhóis caminho para as Missões de Chiquitos e o desejo de negociar.

No relatório de sua viagem, diz o dito forriell que os espanhóis dão o nome de Opa (Apa) ao rio que chamávamos Branco, Correntes, ou Lapa.

Em janeiro (19) havia tomado posse do lugar de Juiz de Fora e ouvidor interino o Dr. Luís Manuel de Moura Cabral, chegado em dezembro do ano anterior.

Em julho houve notícia de estarem os espanhóis arranchados nos morros de Miguel José, denominados por elles Tres Hermanos, onde fundaram o Presídio de Bourbon.

Em novembro chegou a Cuiabá o Ouvidor nomeado, Dr. Antonio da Silva Amaral, trazendo sua mulher (73).

População

Masculina	14.658
Feminina	8.419
	<hr/>
	23.077
	<hr/>
Fogos	2.988
Nascimentos	943
Óbitos	360
Casamentos	120

(73) Este resultado diverge aliás do quadro anterior, que parece mais próximo da realidade.

1793

A 31 de maio, em Cuiabá, dois cavaleiros quebraram de noite as vidraças e galerias da casa do juiz de fora, Dr. Luís Manuel de Moura Cabral, deixando-lhe na porta um forçado, com um cartucho de pólvora e bala, e dispararam um tiro.

Reinava então muita intriga e que durou muito tempo e produziu muitos desatinos, prisões, queixas, etc. nascidas da inimizade que existia entre o dito juiz e o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo.

Com esmolas tiradas pelo general, deu-se começo à construção da Igreja Matriz de Vila Bela.

Começou-se a extrair do Registro do Jauru, para as obras do Forte do Príncipe da Beira, pedras calcáreas que aí descobrira o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Em setembro foi preso para ser remetido a Lisboa, por culpado na Devassa dos Diamantes, o padre Domingos da Silva Xavier, que estava livre sob fiança.

Regressou para Portugal, pela via do Pará, o tenente coronel engenheiro Joaquim José Ferreira.

Houve em setembro notícia oficial da moléstia da rainha, por cujo restabelecimento mandou-se fazer preces.

Em dezembro recebeu-se a notícia do nascimento do príncipe da Beira a 29 de abril.

Neste ano os espanhóis construíram o Fortim de São Carlos sobre o rio Apa, então conhecido pelos nossos como Branco ou Correntes.

População

Masculina	14.647
Feminina	9.275
	<hr/>
	23.922
	<hr/>
Fogos	3.274
Nascimentos	1.139
Óbitos	928
Casamentos	125

1794

Em maio publicou-se o decreto de 10 de fevereiro de 1793 conferindo a Administração do Reino ao príncipe real.

Em julho o general autorizou a Câmara de Cuiabá a expedir uma Bandeira para o Arinos em descobrimento de ouro.

Em agôsto mandou o general ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra reconhecer as cabeceiras do Juruea, Galera, Pindaituba e Sararé.

Cessou a remessa de Goiás do subsídio de 20:000\$000 para despesa de demarcação, constituindo-se o de 300 marcos de ouro anualmente.

Em 31 de dezembro publicou-se uma Portaria do general, de 28 de novembro, isentando os militares de qualquer procedimento que a Justiça quizesse com elles praticar.

Esta ordem, feita para prevenir as desavenças entre o mestre de campo e o juiz de Fora de Cuiabá, fêz com que êste representasse contra a mesma Portaria, a qual foi mandada anular por Aviso da Secretaria do Estado de 20 de março de 1797.

População

Masculina	16.071
Feminina ..	9.844

25.915

Fogos	3.373
Nascimentos	718
Óbitos	341
Casamentos	248

1795

Descobriram-se algumas notáveis grutas no morro do Puga, acima de Coimbra.

Faleceu a 5 de maio, em Cuiabá o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo.

Foi nomeado mestre de campo o sargento Mor de Ordenanças José Paes Falcão das Neves.

Expediu-se em maio uma Bandeira para destruir um quilombo que existia nas imediações do Rio Branco, ou do Píolho, no mesmo lugar do quilombo, e com os seus próprios moradores, fundou-se a Aldeia Carlota.

Fundaram-se as fazendas de criar gado do Coité e Casalvasco, para onde se foram mandando os animais que se compraram aos Guai-curus.

Por determinação do governador do Paraguai e acôrdo do capitão general João de Albuquerque, deixaram as nossas canoas de ir a Vila Real, trocando-se as correspondências no Forte Bourbon.

Em dezembro foram a Vila Bela visitar o general dois capitães Guaicurus e 14 índios.

1796

Em fevereiro houve notícia do falecimento do ministro dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro.

A 18 do mesmo chegou a Cuiabá o novo vigário da Vara, reverendo Agostinho Luís Gularte Pereira, e a 28 faleceu o general João de Albuquerque, de umas sezões malignas.

Na conformidade do Alvará de 12 de dezembro de 1770, passou o govêrno da Capitania, enquanto não chegasse o novo capitão general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, a uma junta composta do ouvidor Antônio da Silva do Amaral, do tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra e do vereador mais velho, Marcelino Ribeiro.

Em julho expediu-se uma Bandeira em procura dos Bororós Aravirás, que infestavam as vizinhanças do registro do Jauru, cometendo mortes e depredações ; do encontro havido foram mortos seis índios.

Foram frustradas as diligências que por esta ocasião se fizeram para descobrir ouro nas imediações do Cabaçal.

No mesmo mês veio a Coimbra uma canoa com papéis, que não quiz receber o comandante Francisco Rodrigues do Prado. Nesta ocasião soube-se que uma expedição de 800 espanhóis dera em uma aldeia de Guaicurus, abaixo do Fecho dos Morros, matando dez capitães, aprisionando tôdas as mulheres e crianças, tendo dos homens escapado apenas um.

A 17 de setembro chegou a Cuiabá o novo governador e capitão general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que em outubro seguiu para Vila Bela; em sua companhia vieram o reverendo Antônio Cardoso de Menezes Montenegro e o Dr. ouvidor Francisco Lopes de Sousa Ribeiro Freire e Lemos.

6.º capitão general CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO

(1796 — 1803)

O capitão general Caetano Pinto chegou a Vila Bela a 3 de novembro e a 6 tomou posse do govêrno, para o qual fôra nomeado por Carta Régia de 18 de setembro de 1795.

A 8 do mesmo mês tomou posse do lugar de ouvidor o Dr. Francisco Lopes de Sousa Ribeiro Freire e Lemos.

De um officio dirigido à Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos, vê-se o pé em que se achava a Capitania: a dívida passiva da Provedoria era de 27:981\$443 11/16, ainda não contempladas muitas parcelas que estavam por liquidar. Além disso, devia-se de fôlha militar 77:961\$723. O único comércio que florescia era com o Rio de Janeiro, o qual em grande parte consistia em importação de artigos de luxo; havia grande falta de objetos de primeira necessidade, como ferro, aço, baetas, linho, sal, pólvora, etc. Desta carestia resulta a dos gêneros do país e ainda o abandono de algumas lavras, cujo produto não pagava as despesas do mineiro.

A Fôrça Militar paga consistia na Companhia de Dragões e na de Pedestres, que tinham ambas 330 praças, quase sem officiais em estado de servirem. A Legião Auxiliar de Milícias de Cuiabá contava 603 homens; a de Mato Grosso não chegava a ter 300. Apenas existiam 1.600 armas, más e pela maior parte em mau estado. Havia 39 peças de artilharia dos calibres de 6 libras e uma quarta, 607 arrobas de pólvora, 20.230 cartuchos de mosquetaria e algum cartuchame de peças, a maior parte de pequeno calibre.

Ao passar pela vila de Cuiabá encontrara aí o capitão general um dos principais chefes Guaicurus, Paulo Joaquim José Ferreira, que em nome da sua gente e dos índios Guanás que vieram fugidos da perseguição dos espanhóis, pedira que fôsem aldeados uns e outros no mesmo sítio que ocupavam entre Coimbra e Albuquerque, mostrando repugnância em situarem-se em outra parte. Depois de ponderar as vantagens e os inconvenientes de semelhante estabelecimento, em território controverso, o capitão general resolveu anuir ao referido pedido. Eram pouco mais ou menos 400 os Guaicurus e 600 Guanás.

1797

Pelo mês de junho suscitou-se alguma contestação com o governador de Chiquitos por ter êste mandado queimar uns ranchos que abrigavam as nossas rondas, a 7 ou 8 léguas de distância de Casalvasco e requisitar que cessassem as mesmas rondas. Os ranchos foram restabelecidos e continuaram as rondas. Os espanhóis adiantaram seu destacamento de São Miguel para próximo ao Angical.

A 25 do mesmo mês de junho deu parte o comandante do Presídio de Coimbra que cêrca de 800 a 1.000 homens de tropas espanholas, com artilharia de campanha e comandados pelo coronel Dom José Espinola, marchavam para as cabeceiras do rio dos Guaxis, por nós denominado então Mondego (antes Emboteteu), a pretexto de perseguirem uns índios Guaicurus.

Pouco depois o general recebeu um aviso da côrte recomendando-lhe tãda a cautela, à vista da aliança em que entrara a Espanha com a França.

Deram-se as seguintes providências :

Foi nomeado comandante de Coimbra o tenente coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, que para ali seguiu em julho com alguns soldados.

Com o mesmo destino marcharam de Vila Maria seis dragões e 30 pedestres, e de Cuiabá 50 dragões com 30 auxiliares.

Ficou assim a guarnição de Coimbra elevada a pouco mais ou menos 300 praças, além de 300 ou 400 índios de arco aldeados entre o mesmo lugar e Albuquerque.

Para o Forte do Príncipe da Beira seguiram 120 soldados entre auxiliares e ordenanças, com o ajudante de ordem sargento mor José Manuel Cardoso da Cunha, nomeado comandante do dito Forte.

Em Casalvasco puzeram-se às ordens do coronel Antônio Felipe da Cunha Pontes uma Companhia de Caçadores de Milícias, outra de Ordenanças, dos Pretos e 18 soldados de Cavalaria Auxiliar, que com os dragões e pedestres ali destacados perfaziam uma fôrça de 700 homens. Para o Registro do Jauru marcharam de Cuiabá 100 soldados de milícias de infantaria e uma Companhia de Hussares. Seguiram também de Cuiabá para Vila Bela, que ficara desprovida de guarnição, 30 recrutas de dragões e 100 de pedestres.

Aprontou-se e conduziu-se a maior porção que foi possível de petrechos e munições de guerra e de boca. Ao governador do Paraguai Dom Lázaro de Ribera, e ao vice-rei de Buenos Aires, Dom Pedro Melo Portugal, escrevera o capitão general pedindo explicação e satisfação do movimento das tropas espanholas.

Ao mesmo tempo solicitara dos governadores das Capitãrias do Pará, São Paulo, Goiás e do vice-rei do Rio de Janeiro socorros de artilharia, munições e dinheiro. Ao governador de Goiás dizia já em officio de 11 de março : “Aqui careço de tudo — ouro, gente, armas e munições, mas a primeira falta é a que se faz mais sensível, porque sem dinheiro só os índios silvestres é que sabem atacar e defender-se”.

Em agôsto ordenou ao tenente coronel Ricardo Franco que mandasse fazer um estabelecimento em lugar azado na beira do rio Mondego, com os índios Guaicurus e Guanás, protegidos por um destacamento de 50 até 80 praças, indicando o tenente Francisco Rodrigues do Prado para comandar o dito ponto, onde se erigiu o Presídio que desde então se chamou Miranda.

Ao mesmo tenente coronel Ricardo Franco se determinara que depois de fazer em Coimbra a defesa que pudesse, viesse fortificar-se em Albuquerque, porquanto o Presídio de Coimbra era geralmente julgado indefensável pela sua má situação, e inútil porque na máxima

enchente do Paraguai poderiam os espanhóis passar de Leste para Oeste do mesmo Presídio.

À vista, porém, do que ponderou o dito tenente coronel, que mudara de opinião a semelhante respeito, resolveu o general continuar a fortificar Coimbra, substituindo a antiga estacada por obra de pedra e cal, no lugar onde atualmente existe.

1798

Em fins de janeiro o general esteve gravemente enfermo, de febre pernicioso.

Em junta da nobreza e povo de Vila Bela — a 2 de março, e em observância ao ofício da Secretaria de Estado de 24 de abril de 1795, que ainda estava por cumprir, assentou-se em concorrer a mesma Vila com o subsídio de 50.000 cruzados para a reedificação do Palácio da Ajuda, destruído pelo fogo em 1794.

No mesmo mês de março, Gentio que se supôs Caiapó, acometeu o sítio do Jatobá (distrito de Santana ou Guimarães), onde matou uma escrava e dois filhos dela. Poucos dias depois deu no sítio do Quilombo, perto da dita freguesia e matou sete escravos.

Em junho houve notícia oficial do nascimento de uma infant.

A 15 de julho chegou a Cuiabá o reverendo José Manuel de Siqueira, natural desta Capitania e primeiro professor de filosofia enviado para ela por sua majestade.

A 8 de dezembro batisou-se solenemente em Cuiabá um índio Guaná.

Por incumbência do govêrno, o general mandou coligir diversos artigos de história natural, e fazer indagações acêrca da existência da árvore que dá a quina, e do salitre. As experiências relativas a esta última substância malograram-se pelo falecimento do sujeito que fôra encarregado delas e assegurava existir muito salitre tanto no distrito de Mato Grosso, como no de Cuiabá.

O general mandou fazer no Jauru um forno em que se queimou porção considerável de cal, de pedras extraídas duas léguas abaixo do Registro.

Conservaram-se mais de mil homens em armas, sendo 600 de dragões e padestres, e o resto de auxiliares e ordenanças.

Em ofício de 18 de julho o general apresentou a Secretaria de Estado diversas providências que julgava úteis para que a receita da Capitania igualasse à sua despesa.

O § 1.º diz respeito às Entradas, que indevidamente se cobram em Goiás. Os 2.º e 3.º indicam que se apliquem às despesas gerais sub-

sídio literário e o que se votou para a reedificação do Palácio da Ajuda. Os 4.º e 5.º a franquear aos mineiros as minas do Coxipó e do Paraguai. O 6.º promover o comércio com o Pará. O 7.º aumentar-se por enquanto o subsídio de Goiás. O 8.º a mudança da capital para Cuiabá ou Vila Maria, depois de concluído o negócio das Demarcações de Limites. O 9.º finalmente modificar convenientemente o Regimento para o Governo econômico das Minas.

1799

Em janeiro publicaram-se dois bandos relativos ao estabelecimento de um correio terrestre pela via de Goiás e outro fluvial pelo Pará.

Uma grande cheia destruiu as taipas do Fortim de Miranda (ofício do tenente coronel Ricardo Franco).

A 6 de junho recebeu-se a notícia do nascimento do infante Dom Pedro, que veio a ser imperador do Brasil. Na mesma ocasião receberam-se duas Cartas Régias de 12 de maio de 1798, relativas a um plano de comércio com o Pará, cuja principal execução foi incumbida ao governador dessa Capitania. Em virtude do que nelas era recomendado, as mercadorias deviam ser levadas até a cachoeira de Santo Antônio, ficando a cargo da capitania de Mato Grosso o trânsito das cocheiras e a ulterior condução a Vila Bela.

O general Caetano Pinto ponderou ao governador do Pará os inconvenientes e as dificuldades que nisso achava, à vista das circunstâncias da indecisão da questão de limites e da falta de recursos com que lutava. Apesar disso, resolveu mandar fundar um estabelecimento na cachoeira do Ribeirão e deu providência para o transporte das mercadorias, e para isso fez sair em julho uma expedição às ordens do ajudante Manuel Rabelo Leite, a quem deu circunscritas instruções.

O governador recebeu da corte a aprovação da mudança da estacada de Coimbra para o lugar onde está o forte.

A 17 de outubro tomou posse no lugar de juiz de Fora de Cuiabá o Dr. Joaquim Inácio Silveira da Mota.

Por Bando de 20 de novembro publicaram-se as disposições da Carta Régia de 22 de abril deste mesmo ano autorizando aos governadores de Mato Grosso a conceder alvará, cartas de provisões em diversos casos mencionados na mesma Carta Régia para os quais era até então o único competente o desembargo do Paço.

Em meiado de dezembro, marchou o capitão general para a vila de Cuiabá.

1800

Em janeiro o governador, estando em Cuiabá, determinou à Câmara que convocasse uma junta de nobreza e povo, a fim de estabelecerem, como já se havia feito em Vila Bela, acêrca do donativo de um subsídio para a reedificação do incendiado Palácio da Ajuda. Na dita junta resolveu-se oferecer o donativo de setenta mil cruzados, e para êste fim se estabeleceu uma contribuição anual de 60 réis de ouro por escravo e mais uma sexta parte nas entradas das cargas de comércio.

Em fevereiro começou-se a socavar o rio Coxipó, que se achava, de há muito, vedado por causa dos diamantes. Desvaneceu-se a grande esperança do povo da riqueza do dito rio; achou-se ouro em pequena quantidade e 19 diamantes, cujo pêsso total mal alcançou a dois tostões de ouro (24 grãos). Para arrecadação destas pedras e das demais que se fossem achando, o general deu as convenientes providências.

Repartiu-se o mesmo Coxipó em abril, porém não tardaram muitos mineiros em abandonarem as suas datas por não acharem ouro que correspondesse ao serviço.

Por algumas dúvidas que ocorreram ao general acêrca das ordens que recebera relativamente às minas do alto Paraguai e dos seus afluentes Santana e São Francisco, ficou adiada a socavação do dito rio, e por êste mesmo motivo também a exploração do Arinos e Tapajoz.

Dando conta das referidas medidas ao Ministério, o general informou também a respeito das minas de Guarajus, que de nenhum modo apresentaram a riqueza que o govêrno supunha.

Em maio publicou-se a Carta Régia de 15 de julho de 1799, declarando que sua alteza real tomara a regência do reino em seu próprio nome.

Foram processados vários réus que se achavam prêsos por crimes de roubo e assassinatos; foram sentenciados uns a açoite, outros a degredo e à pena última, que pela segunda vez se executou na vila de Cuiabá, no dia 28 de maio.

Em junho publicou-se um Bando regulando as passagens dos rios Cuiabá e Paraguai e os respectivos direitos.

Descobriu-se a árvore da *quina* na serra de São Jerônimo, e depois em outros lugares do distrito de Cuiabá. Esta descoberta foi feita pelo padre José Manuel de Siqueira, professor de filosofia, que também descobriu diversas plantas próprias para fazer papel (74).

(74) A respeito das pesquisas do padre José Manuel de Siqueira, occupou-se esta Revista no tomo...

Em observância das reais ordens de 21 e 27 de outubro de 1798, as Câmaras de Vila Bela e de Cuiabá estabeleciam impostos (75) para o pagamento de passagem e pensões alimentares de sete moços, escolhidos pelo general, que devem ir ao reino seguir os estudos da Universidade de Coimbra ou da Academia da Marinha, e foram : João Pedro de Moraes Batista, Antônio Gomes de Oliveira, José Leite Pereira, Manuel Felipe de Araújo, Manuel Rebelo da Silva, Joaquim Antônio Rebelo e Francisco José da Costa Rodrigues (76).

Um Aviso de 19 de abril de 1798 insinuou a fundação de um Jardim Botânico.

De Cuiabá saiu em fevereiro uma Bandeira, para o sertão do Norte, onde se dizia haver um grande quilombo de escravos fugidos. Voltou a Bandeira em junho com dois magotes de índios Chavantes e Bacairis, sem haver encontrado com os escravos fugidos, por terem sido mortos pelos Chavantes. Estranharam estes bárbaros os nossos alimentos, principalmente o sal.

A 7 de junho, o Dr. ouvidor Francisco Lopes passou a vara ao juiz de Fora de Cuiabá e seguiu para o Rio de Janeiro pela navegação para São Paulo.

A 25 de junho, pelas 8 horas da manhã, incendiou-se a povoação de Albuquerque, escapando tão somente a Capela, que era coberta de telha.

A 6 de setembro tomou posse o ouvidor proprietário Dr. Manuel Joaquim Ribeiro Freire. A 10 de novembro o general regressou para Vila Bela.

Criaram-se direitos de passagens nos rios Cuiabá e Paraguai, pagando de trânsito cada indivíduo 20 réis, cada animal 50 e cada carga 20 réis. No trajeto de Vila Maria para Caiçara — cada indivíduo 120, carga o mesmo e cada animal 240 réis.

1801

A 7 de janeiro chegou a Vila Bela o secretario do governador de Chiquitos a cumprimentar o general.

O general organizou a Legião de Milícias de Cuiabá na conformidade do Decreto de 7 de agosto de 1796 e remeteu o respectivo mapa ao Conselho Ultramarino.

Chegou de São Paulo, pela navegação fluvial, um destacamento de 20 a 30 soldados comandados pelo tenente coronel Cândido Xavier

(75) O imposto criado foi de 90 réis, ouro, por cabeça de escravo (Nota de E. de Mendonça).

(76) Na relação dos estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, não consta o nome de nenhum dos referidos.

de Almeida e Sousa, enviado pelo governador daquela Capitania para, com o auxílio desta, fazer nas imediações de Iguatemi as explorações prescritas pelo Aviso da Secretaria de Estado de 24 de abril de 1799.

O capitão general julgando menos conveniente o plano que a este respeito traçara o governador de São Paulo, assim lho declarou em officio de 19 de fevereiro em que lhe apresentava os inconvenientes que ofereciam essa empresa, e ponderava entre outras coisas a propriedade de fazer-se, por parte de São Paulo, um estabelecimento militar em alguma das cabeceiras do Ivinheima : mandou, no entanto, que o referido destacamento fôsse para o Presídio de Miranda, substituindo o tenente coronel Cândido ao tenente Francisco Rodrigues do Prado no comando do mesmo Presídio — substituição esta que todavia não se verificou.

Em Junta de 18 de maio deliberou-se lançar mão do dinheiro existente nos cofres dos órfãos e ausentes, para acudir a despesas urgentes e principalmente ao pagamento da tropa — o que se verificou apesar de objecção do juiz de fora de Cuiabá.

A 19 de agosto o tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, comandante do Presídio de Coimbra e Fronteira do Paraguai, foi avisado por uns índios Guaicurús de que vinham os espanhóis já de Vila Real para cima, com três grandes barcas para atacarem o dito Presídio, e que marchava também força por terra.

Com effeito, no d'a 16 de setembro pela tarde appareceu em frente ao Presídio o governador de Assunção, Dom Lázaro de Ribera, em três grandes sumacas, cada uma com duas peças de artilharia por banda, e outra menor. Bateram o forte até depois de Ave Maria.

A 17 dirigiu Dom Lázaro ao comandante uma intimação para render-se, ao que este respondeu com notável dignidade e bravura. Continuou o fogo, marchando os espanhóis já para baixo, já para cima; tentaram um desembarque por esta última parte, mas não o efetuaram, tendo-se-lhes matado seis a oito homens.

No dia 21 desembarcaram na horta, abaixo do forte, tiraram algumas couves e cebolas, mataram algum gado e porcos, e chegaram até a ponta do morro, onde uma emboscada ali collocada se lhes mataram três homens e feriram dois.

Os dias 22 e 23 passaram sem novidade por causa de um forte vento Norte e de uma tempestade. No dia 24 o inimigo renovou o fogo, e retirou-se às 9 horas da noite, sem ter conseguido o seu intento.

A força inimiga era de 600 a 800 homens, dos quais perdeu 20. O corpo que vinha por terra chegou até 12 léguas de Coimbra, mas não pôde aproximar-se mais por estarem ainda alagados os pantanaes.

A guarnição de Coimbra não passava de 110 praças com uma única peça de artilharia de calibre 1. Ainda se achava na velha estacada até o dia 14 em que, avisado o comandante, por um patrulha que mandara rio abaixo, da próxima chegada dos espanhóis, mudou-se para o novo forte, onde não havia ainda quartéis, nem ranchos, nem casa de pólvora.

Retirou-se nesta ocasião para Cuiabá o tenente coronel Cândido Xavier, que se achava 50 léguas distante do lugar da ação.

Há razão de supor que o principal motivo da retirada de Dom Lázaro foi haver recebido apertada ordem do vice-rei de Buenos Aires para acudir à fronteira do Rio Pardo, onde os portugueses iam se adiantando rapidamente.

Desde que teve notícia do projetado ataque de Coimbra, o general deu as mais prontas e enérgicas providências para o socorro do dito presídio e solicitou com empenho auxílios dos governadores das Capitanias limítrofes e do vice-rei do Rio de Janeiro.

De Cuiabá aprontou-se um socorro de gente e munição de guerra e boca, em cuja prontificação houve porém muita demora, pois não saiu senão a 2 de novembro. Foi sob as ordens do tenente coronel Cândido Xavier de Almeida, que tendo sido exonerado do comando de Miranda, ficou na povoação de Albuquerque (77).

1802

A 1 de janeiro o comandante do Presídio de Miranda, Francisco Rodrigues do Prado, à frente de 54 soldados, atacou pela madrugada o forte espanhol de São José, distante do nosso presídio 35 a 40 léguas, o qual estava guarnecido com 114 homens comandados por Dom Juan Cabalero; depois de algumas descargas de mosquetaria, que mataram o dito comandante e nove soldados, e à vista dos muitos feridos, os mais renderam-se a discreção.

Depois de mandar enterrar os mortos e socorrer aos feridos, o comandante mandou dar saque ao dito forte, tanto aos nossos soldados como a 207 Guaicurús, que tendo marchado com a nossa força, por medrosos não quiseram entrar em ação, e somente depois da nossa gente o ter concluído, é que eles quiseram arrojar-se brutal e furiosamente sobre os vencidos.

Obstou com muito custo a este intento o comandante, consentindo somente que entrassem no saque, que constou para eles de alguns arcabuzes, espadas e roupas, cem animais cavaleiros e perto

(77) A atuação de Cândido Xavier está assinalada em seu "Diário", publicado nesta Revista — tomo...

de 300 vacuns ; reservando-se para sua alteza real duas peças de c. 3 e 1 e 40 arcabuzes. Arrazaram-se depois o forte e as casas, reduzindo-se tudo a cinzas, e retirando-se a nossa tropa com um alferes e seis soldados prisioneiros.

Em junta de 3 de janeiro, assentou se lançar mão do dinheiro do cofre da cruzada para ocorrer às mais indispensáveis despesas.

A 17 de fevereiro o general recebeu um officio de Dom Lázaro de Ribera comunicando-lhe o Tratado de Paz de Badajoz de 6 de junho de 1801, em consequência do que mandou logo cessar as hostilidades e entregar os prisioneiros.

A 29 de abril o general recebeu por via do Pará a noticia official da Paz, e no dia seguinte chegava-lhe por via de Goiás despacho da Côrte, de março de 1801, *comunicando-lhe a declaração da guerra* (78).

Em maio foram mandados regressar para Goiás um tenente e 60 homens que tinham chegado a Cuiabá em fevereiro, enviado em socorro pelo governador daquela Capitania.

O comércio com o Pará não apresentava tôdas as vantagens que dêle esperava o capitão general daquele Estado, autor do plano. Os cálculos menos exatos e hipóteses menos realizáveis em que se fundava eram expostos em um officio do capitão general Caetano Pinto de 16 de setembro.

A 20 de outubro o governador saiu de Vila Bela para Cuiabá, onde chegou a 7 de novembro. Ao passar por Vila Maria expediu o capitão engenheiro Lacerda para o Escalvado, onde mandou fazer uma tal ou qual fortificação, com o fim de cobrir Vila Maria e de embarçar os espanhóis de subirem até o Marco.

Mandou o governador repartir o descoberto de São Francisco Xavier, no distrito do Paraguai Diamantino.

Criaram-se em Vila Maria uma Companhia de cavalaria miliciã e mais uma companhia de caçadores.

Deu o general diversas providências acêrca da provedoria commissária de Cuiabá, e mandou criar mais duas companhias de fuzileiros ou legião de milícias.

(78) As datas registadas evidenciam a tardança na correspondência official entre a Metrópole e a Capitania occidental.

A 17 de janeiro teve ciência Caetano Ponto da assinatura do Tratado de Paz de 6 de junho de 1801, por intermédio de Dom Lázaro, governador de Assunção. A noticia official, de Lisboa, só lhe chegou via Pará, decorridos três meses, a 29 de abril, ao passo que a declaração de guerra sòmente no dia seguinte se lhe tornou conhecida pelo correio de Goiás, quando tudo se achava normalizado.

1803

Em officio de 30 de janeiro o capitão general propôs ao ministério a fundação de um hospital em Vila Bela, lançando-se mão, para este fim, do que deixara por testamento Manuel Fernandes Guimarães, falecido em Cuiabá em 1755, atualmente constitui um capital de cem mil cruzados.

Em maio foi expedido João Alexandre Lemos de Brito com seu irmão e mais 26 pessoas para explorar o curso do rio Manso ou das Mortes e indagar onde faz barra, e se é navegável. Voltou a 21 de setembro e declarou que não era navegável o rio das Mortes até o lugar dos Araés por ter varadouro em diversas partes, de léguas de comprimento, e ser em algumas paragens muito encaixilhado. Trouxe algumas amostras de ouro.

A 6 de junho, estando ainda em Cuiabá, o general recebeu o Aviso de 5 de agosto de 1802 comunicando-lhe a sua nomeação para governador de Pernambuco. De ordem do general, o govêrno de sucessão começou a funcionar a 15 de agosto, e a 22 o general partiu com aquêlê destino.

O triunvirato que lhe succedeu era composto do Dr. ouvidor Manuel Joaquim Ribeiro, do coronel Antônio Felipe da Cunha Ponte e do vereador de Vila Bela João da Costa Lima.

Em setembro recebeu-se a Carta Régia de 28 de maio de 1802 relativa à produção da cochonila e da colheita da quina; foi igualmente recebida em novembro a comunicação da remessa de moeda de cobre provincial.

Na mesma ocasião recebeu-se também a Carta Régia de 14 de junho de 1802 mandando extinguir a Provedoria Real e criar uma Junta de Fazenda, o que não pôde logo ser executado por falta de pessoal idôneo.

1804

Constou que os espanhóis estavam fazendo um novo forte de pedra e cal no lugar do arrazado forte de São José, sôbre o Apa.

Remeteram duas peças de ferro uma de c. 9½ outra de c. 6 para o forte de Coimbra, para onde já se haviam remetido anteriormente duas peças de 3.

A 20 de março chegou à Cuiabá o novo governador Manuel Carlos de Abreu e Menezes. Vinha acompanhado do seu primo o Dr. ouvidor Sebastião Pita de Castro, do capitão Manuel Antônio Pinto, do cirurgião-mor Francisco José Ribeiro e de um alferes com cinco soldados da Brigada Real.

Passados alguns dias depois de sua chegada, o general fez publicar as mercês que sua alteza real havia feito pelos seus bons

serviços ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, promovido a coronel com hábito de aviz e tença de 300\$000 ; ao tenente Francisco Rodrigues do Prado promovido a capitão com o hábito de aviz e exercício de comando de Miranda, onde se achava ; ao major de ordenanças Gabriel da Fonseca nomeado tenente coronel de milícias ; e ao capitão de milícias Leandro de Sousa nomeado Cavalleiro de Santiago (79).

A 27 de junho o general partiu para Vila Bela, onde chegou a 27 de julho.

7.º CAPITÃO GENERAL MANOEL CARLOS DE ABREU E MENEZES

(1804 — 1805)

O capitão general Manuel Carlos de Abreu e Menezes, nomeado por Carta Régia de 2 de agosto de 1802, tomou posse do governo a 28 de julho. A 30 do mesmo mês entrou em exercício de ouvidor o Dr. Sebastião Pita de Castro.

A 8 de agosto foi empossado no lugar de juiz de fora de Cuiabá o Dr. Gaspar de Sá Navarro. Em 11 de agosto publicou-se um Bando levantando a proibição de lavrar o ouro nas terras diamantinas e permitindo trabalhar-se no vedado Paraguai. Na mesma data publicou-se um Bando para animar o comércio com o Pará, dando-lhe plena liberdade, visto não ter produzido o que esperavam o transporte das cargas por conta da Fazenda Real e facultando o pagamento de metade das entradas em documentos de dívida pública. Por Bando de 30 de agosto estabeleceu-se a passagem do rio Cuiabá em barcas da Fazenda Real.

Em setembro chegou a Cuiabá uma tropa de 110 bestas carregadas de petrechos e trem de guerra. Em outubro chegou outra com igual remessa.

A 6 de outubro publicou-se um regulamento para o hospital militar da Vila Bela. A 5 de novembro publicou-se um Bando ordenando a circulação da moeda de cobre provincial, determinando o governador que metade do pagamento das despesas que fossem feitas se realizasse em ouro, e outra metade em cobre dessa espécie.

Faleceu a 6 de novembro o capitão Francisco Rodrigues do Prado, na volta de uma diligência a Chiquitos. De um officio dirigido à Secretaria de Estado em dezembro viu-se que então existiam em Vila Bela tão somente quatro famílias brancas.

(79) Em recompensa ao que fizeram na guerra última, quando Dom Iázaro foi rechaçado de Coimbra.

1805

Em janeiro o general passou de Vila Bela para a Vila de Cuiabá. Em fevereiro chegou de Pôrto Feliz uma monção de canoas carregadas com trem de guerra, em que vieram o sargento mor Antônio José Rodrigues e o tenente de artilharia Jerônimo Joaquim Nunes.

O general, oficiando ao governador de São Paulo a respeito dessa remessa, menciona a possibilidade de virem sem maior custo por esta via as caronadas que estão naquela capitania, reconhecendo, porém, a extrema dificuldade da condução das peças de artilharia c. 12.

Mandou-se abrir ou limpar a estrada para o alto Paraguai pelos moradores da beira da mesma estrada.

Resolveu-se a proceder à socavação das minas do alto Paraguai, e a 16 de março publicou-se um Bando relativo a arrecadação dos diamantes que aí fossem achados, permitindo também no mesmo distrito o comércio de todos os gêneros da capitania, e dos de fora tão somente o ferro, o aço e o sal. Foi o ouvidor presidir à dita socavação, que teve comêço em abril e fez minguar as esperanças que havia de naquelas paragens existirem muitas riquezas; entretanto o general ordenou que a partilha fosse feita em maio.

Deu o general providências para que se efetuasse o donativo de que tratava a Carta Régia de 6 de abril de 1804. Por Bando de 11 de maio foi proibida a extração e comércio da quina aos particulares que não exhibissem licença do govêrno.

Em julho partiu, de ordem do general e a diligências do ouvidor, uma expedição comandada pelo forriell Manuel Gomes para verificar a possibilidade de uma navegação para o Pará pelo rio Arinos.

No meado de julho voltou o general para Vila Bela, onde em setembro veio visitá-lo o secretário do governador de Chiquitos.

A 8 de novembro pelas 10 horas da manhã faleceu o capitão general, sucedendo-lhe um triunvirato composto do coronel Antônio Felipe da Cunha Ponte, do ouvidor Sebastião Pita de Castro e do vereador mais antigo José da Costa Lima.

Houve neste ano em Cuiabá uma epidemia, que levou o melhor de 200 adultos e 22 crianças.

1806

José de Castro Lima foi substituído no govêrno de sucessão pelo vereador Marcelino Ribeiro. Tendo o comandante da fronteira do Paraguai suspeitas de que os espanhóis projetavam atacá-la, mandou-se-lhe de Cuiabá em fim de março abundantes socorros de munições de guerra e de boca e 60 soldados milicianos.

A 3 de maio faleceu o Dr. ouvidor Sebastião Pita de Castro, que foi substituído no govêrno pelo Dr. juiz de Fora de Cuiabá Gaspar Pereira da Silva Navarro.

Por falta de pessoal idôneo não se tinha instalado a Junta de Fazenda mandada criar pela Carta Régia de 4 de agôsto de 1802. Tendo chegado a Vila Bela Domingos Mendes de Miranda, enviado pelo governador do Pará para servir o cargo de escrivão deputado, foi empossado por portaria de 7 de junho, marcando-se para a instalação da Junta o dia 1 de janeiro de 1807; falecendo, porém, o coronel Antônio Felipe da Cunha Ponte, os outros dois membros do govêrno, sem esperar a chegada do 3.º, coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, resolveram a não instalação da Junta e deram conta desta medida à Côrte de Lisboa.

A 30 de agôsto faleceu o coronel Antônio Felipe, que foi substituído no govêrno a 12 de dezembro pelo coronel Ricardo Franco. Houve neste ano abundância de mantimentos.

A 8 de outubro uma mulher parda, de nome Inês, deu à luz a um bicho semelhante à cobra, que por muitas pessoas fôra visto mover-se como animal vivo.

1807

Por Bando de 5 de março proibiu-se absolutamente aos particulares a extração e comércio da quina.

Voltaram pela navegação do Madeira, Mamoré e Guaporé os da expedição que em julho de 1805 haviam descido pelo rio Arinos ao Pará.

A 1 de janeiro o vereador Francisco de Sales Brito substituiu a Marcelino Ribeiro no govêrno de sucessão.

A 7 de outubro chegou a Cuiabá o novo capitão general nomeado, João Carlos Augusto de Oynhausen e a 29 seguiu para Vila Bela.

8.º CAPITÃO GENERAL JOÃO CARLOS D'OYENHAUSEN E GREVENBURG

(1807 — 1808)

A 18 de novembro o capitão general João Carlos tomou posse em Vila Bela, do govêrno que lhe fôra confiado por decreto de 24 de julho de 1805 e Carta Régia de 9 de junho de 1806.

O seguinte trecho de um ofício do capitão general ao visconde de Anadia, ministro dos Negócios Ultramarinos, em data de 23 de dezembro, dá idéia do estado da capitania naquela época :

“Ter ao mesmo tempo de dirigir a administração da Fazenda Real sem bons officiaes de fazenda, e de fazer face a grandes despesas

com poucas e incertas rendas; de dirigir a administração da Justiça sem bons ministros, e atualmente com um só em tôda a capitania; ter de defender uma fronteira de 500 léguas contra inimigo vigilante, ávido e de má fé, sem ter número suficiente de tropas e sem ter dinheiro para pagar e sustentar as poucas que há, e finalmente de dirigir um comércio amortecido, contra poderosos obstáculos e com comerciantes empenhados são obrigações superiores às minhas forças, etc.”

De outro ofício de 20 do mesmo mês, vê-se que os pontos onde existia força militar eram: Casalvasco — Forte do Príncipe da Beira — São José de Montenegro (Ribeirão) Forte de Coimbra — Presídio de Miranda — Povoação de Albuquerque — Vila Bela e Cuiabá. Vê-se, também, que os oficiais militares que o general tinha à sua disposição eram um coronel, dois sargento-mores, um capitão, um tenente e dois alferes, e alguns dêles doentes.

A 8 de dezembro tomou posse por procurador, Dom Luís de Castro, bispo de Ptolomaida, nomeado prelado de Cuiabá, em 29 de outubro de 1803.

1808

Por portaria de 1 de janeiro o governador desanexou a Intendência da Provedoria da Fazenda, dando-lhes emprégados distintos, ficando contudo ambas sob as vistas e direção do Dr. provedor.

Desde o tempo de Dom Antônio Rolim de Moura não existia na capitania outra força militar paga senão a Companhia de Dragões e a de Pedestres. Por Bando de 29 de março o governador criou uma companhia de voluntários que denominou — Companhia, França de Leais Cuiabanos, composta de quatro cabos e cem praças comandadas por um oficial e foi depois elevada a 230 praças, destinadas principalmente ao serviço de remar as canoas e com metade do soldo dos pedestres.

Estabeleceram-se dois destacamentos de seis praças na estrada de Goiás, um no sítio do *Jatobá*, do padre Albuquerque, e outro no Sangradouro grande, onde então existia um fazendeiro.

Deu o general providências para o reforço das guarnições das fronteiras. Foi mandado repartir o descoberto da Cachoeira, manifestado pelo reverendo José Lemes da Silva, vigário da Chapada.

Em junho, por cartas vindas de São Paulo, soube o general da chegada d’el-rei ao Brasil.

Existindo no cofre, sem destino, fundos do subsídio literário, o governador resolveu applicá-los à fundação de uma aula de anatomia e cirurgia, que mandou abrir no dia 15 de agosto, em que se festejou a chegada de sua majestade:

A 16 de agosto chegou a Cuiabá Dom Luís de Castro Pereira, prelado nomeado por Decreto de 29 de outubro de 1803 e sagrado bispo *in partibus* de Ptolomaida em 14 de julho de 1805.

1809

A 21 de janeiro faleceu em Coimbra o coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, na idade de 61 anos. De ordem do general seus ossos foram, em julho do ano seguinte, para a Real Capela de Santo Antônio, de Vila Bela. Sucedeu-lhe no comando da fronteira o sargento-mor A. J. Rodrigues.

Por portaria de 1 de março, o general mandou que no princípio de cada mês se entregasse ao padre Tavares, a cujo cuidado estavam dois filhos do coronel Ricardo Franco, legitimados por testamento, a quantia de vinte oitavas de ouro, para sustento dos mesmos e de sua mãe.

Por Bando de 19 de janeiro, criou-se um Hospital Militar na vila de Cuiabá. Em Bando de 21 de fevereiro publicou-se o Aviso de 26 de julho de 1808, determinando que fôsse exclusivo da Fazenda Real o fabrico e venda de pólvora, e deram-se a respeito providências.

Por Bando de 28 de março modificou-se, em conformidade do Decreto de 7 de agosto de 1796, a organização da Legião de Cuiabá, que ficou sendo — Regimento de Milícias — com uma companhia de granadeiros, uma de caçadores e oito de fuzileiros. Foram anexadas as duas companhias de cavalaria, que formaram um esquadrão de cavalaria de Cuiabá. Das praças que sobraram formou-se um corpo de reserva.

Para fins econômicos, o governador criou em 17 de abril duas repartições militares dirigidas cada uma por um oficial superior. Ao distrito da 1.^a pertenceram os destacamentos de Vila Bela — Casalvasco — Forte do Príncipe — Palmela — São José do Ribeirão — Jauru e Vila Maria; ao da 2.^a os destacamentos da Vila de Cuiabá — Miranda — Coimbra — Albuquerque e Insua.

Tendo no mês de junho, os índios Cabixis cometido grandes depredações nas vizinhanças do arraial de São Vicente, o general autorizou a expedição de uma bandeira contra êles.

Em setembro o governador modificou a organização do corpo de ordenanças de Cuiabá, que ficou composto de oito companhias, a saber: 1 de Vila Bela, 1 de São Pedro d'El-Rei, 1 da Serra acima, 1 de Cocais, 1 do rio acima e Diamantino, 1 do rio abaixo, 1 de homens pardos e 1 de Henriques.

No mesmo mês voltou o general para Vila Bela. A 15 de outubro o Dr. José Francisco Leal tomou posse do lugar de juiz de fora de Cuiabá e ouvidor geral interino.

Em novembro o general ordenou que se construísse em Vila Maria uma casa para depósito de pólvora da capitania.

1810

A 4 de fevereiro celebrou-se a primeira sessão da junta de Administração da Fazenda, mandada criar pela Carta Régia de 14 de junho de 1802 e Provisão do Real Erário de 24 de maio de 1809.

Com o fim de facilitar a comunicação fluvial com a capitania de São Paulo estabeleceu-se um registro e o destacamento na Fazenda de Camapuã, a cujo comandante deu o general providentes instruções em data de 19 de julho.

Saiu de Cuiabá uma expedição com o fim de descobrir ouro. Recolheu-se sem fruto, tendo perdido oito homens, que morreram de sezões. Com o mesmo intento partiu de Mato Grosso em setembro uma bandeira que foi igualmente incumbida de reprimir os insultos dos Cabixis.

Por Bando de 16 de setembro mandou-se pôr em execução as disposições da Carta Régia de 5 de novembro de 1808, que facultavam aos moradores que segurassem alguns índios selvagens e hostis, conservá-los por 15 anos como prisioneiros de guerra e empregá-los no serviço.

Em fim do dito mês de setembro o general seguiu para Cuiabá.

Em consequência de desavenças ocorridas entre um major, um tenente e um capelão que vinham em uma monção de São Paulo, o major prendeu o tenente, e foi, pelo capelão, excomungado e prêso à ordem do Santo Offício.

1811

Em março o general recebeu officios do governador da província do Paraguai pedindo-lhe armas, munições, duas ou três peças de campanha de c. 8 e a marcha de 600 homens, ou mais, a fim de auxiliá-lo contra a força da junta insurreccional de Buenos Aires.

Ainda quando não fosse a falta de meios, outros motivos políticos não permitiriam ao general atender a este pedido. Não tardou aliás a constar que foram repellidos os insurgentes invasores pelos realistas. Não tardaram, porém, os próprios paraguaios a seguir o exemplo das outras províncias, e no dia 24 de maio depuzeram o seu governador.

Em consequência desta revolução, chegaram em junho emigrados a Miranda o coronel espanhol Dom Pedro Garcia e alguns outros officiaes. O general fez-lhes bom acolhimento e os mandou conduzir para a Côte por via de Goiás.

Em 13 de agosto o general marchou de Cuiabá para Vila Bela.

Recebeu um aviso do ministro conde de Linhares recomendando-lhe que protegesse no que fôsse possível o governador do Paraguai, general Velasco, contra o ataque da junta de Buenos Aires. Em resposta o general mostrou que, à vista do ocorrido, e do estado da capitania, nada podia fazer senão o que tinha feito, reforçando a guarnição da fronteira a fim de preservá-la de algum insulto.

Constava que a província de Chiquitos, senhoreada pela junta de Santa Cruz, subalterna da de Buenos Aires, seguia o partido desta, e que a do major, fiel ao rei, sê achava ameaçada por forças cruzenhas, e com poucos meios de resistir. Vindo, porém, o brigadeiro espanhol Goianacha à testa de um exército, mandado pelo vice-rei de Lima, reduziu os insurgentes à obediência.

Em fim dêste ano esperava o general o seu sucessor no govêrno, Luís Borba de Alârdo Menezes, nomeado por Carta Régia de 25 de abril dêste mesmo ano; mas não veio.

O governador João Carlos fôra nomeado para o govêrno do Pará.

1812

Em abril o governador recebeu officio do general espanhol Goianacha pedindo-lhe armamento. A resposta foi de acôrdo com o constante procedimento do mesmo governador e às suas ordens e instruções dadas aos comandantes dos pontos da fronteira, a fim de se conservar a mais estrita neutralidade entre os partidos que dividiam os habitantes dos domínios espanhóis, linha de conduta que foi aprovada pelo conde de Linhares (80).

Em maio os Guaicurus, sob o comando do cacique Bruno, deram em Bourbon e mataram alguns espanhóis fora do forte; os outros embarcando-se em uma jangada de paus de carandá fugiram deixando desamparado o forte. Nela entraram os índios, utilizaram-se das armas e da pólvora e bala, desmontaram e encravaram uma peça de ferro que ali existia e lançaram fogo às casas.

Sabedor dêste acontecimento, o comandante da fronteira mandou ocupar o dito forte por gente nossa. Apresentando-se depois uma expedição espanhola, não foi imediatamente entregue, mas sim logo que se receberam as ordens do governador para êste fim.

Efetou-se a entrega pelo tenente de dragões Antônio Maria da Silva Tôrres ao capitão Dom Francisco de Echague y Andia, a 20 de julho.

(80) Aviso de 12 de outubro de 1812. (Nota de Leverger).

Em agosto mandou o general que se fizessem disposições em Cuiabá e Vila Bela para a chegada do seu sucessor, a qual se não verificou.

Em setembro saiu para o Pará pelo rio Arinos uma expedição dirigida por Miguel João de Castro e Antônio Tomé de França, animados e protegidos pelo general, que lhes mandou fornecer gente, armas e munições de guerra e de boca.

Em fim de outubro o general marchou de Vila Bela para Cuiabá, onde chegou em meado de novembro.

A 1 de novembro o Dr. Antônio José de Carvalho Chaves tomou posse do cargo de juiz de fora de Cuiabá e interinamente do lugar de ouvidor.

1813

Por Bando de 25 de janeiro deram-se várias providências relativas à cultura do algodão e ao fabrico do fio e tecidos desse gênero.

Por portaria de 1 de fevereiro foi mandado transferir o Registro da Insua para o Rio Grande. Na mesma data renovou-se a publicação, por Bando, das disposições da Carta Régia de 22 de abril de 1799, concedendo faculdades especiais aos governadores de Mato Grosso.

Em 1 de abril instalou-se em Cuiabá a junta de gratificação dos diamantes na forma da Carta Régia de 13 de novembro de 1809, modificada pelo aviso de 8 de junho de 1811.

Por portaria de 10 de abril deu-se nova organização às Milícias de Cuiabá, que ficaram formando uma legião composta de um batalhão de infantaria com 10 companhias, uma brigada de artilharia com uma companhia de bombeiros, três de artilharia a pé e uma de artilharia montada, e dois esquadrões de cavalaria.

Tendo sido derrotado o partido realista nos vizinhos domínios espanhóis, a 9 de abril chegaram a Casalvasco e a 30 a Vila Bela os governadores das províncias de Chiquitos e Santa Cruz, Dom Juan Batista de Alto Leguirra e Dom Miguel José Bezerra, obrigados a refugiarem-se. Foram tratados com toda a consideração devida à sua posição social, porém, de ordem do general tiveram que marchar para Cuiabá e dali para a Corte do Rio de Janeiro, seguindo a 7 de junho a via dos rios até São Paulo, acompanhados de um tenente coronel ajudante de ordens do governador.

Este procedimento foi aprovado por avisos de 9 de agosto e 25 de setembro. Pouco depois teve também de refugiar-se no forte do Príncipe o Dr. Estêvão Roxas que assumira por parte dos realistas o governo da província de Mojos. Foi mandado seguir para Cuiabá e dali para a Corte por via de Goiás.

As canoas que no ano passado tinham ido ao Pará pelo rio Arinos, voltaram pela mesma via e chegaram em setembro ou outubro (81). Criou-se um registro no pôrto do rio Preto, afluente do Arinos.

O empenho sempre crescente da Fazenda Real, a escassez das suas rendas e ainda a sua diminuição principalmente da do quinto do ouro, obrigaram o governador a lançar mão de quantos recursos podia excogitar para acudir às necessidades do serviço público.

Lembrou-se para êste fim de tirar partido do legado de Manuel Fernandes Guimarães de que já se fez menção nestes apontamentos. Êste legado, que se achava sob a administração da Provedoria dos Resíduos, importava, com o acréscimo dos juros vencidos, na avultada quantia de 61:856\$023 réis, por conta do qual tinham-se recolhido aos coíres apenas 191\$524 réis, achando-se assim quase todo o capital em mãos de 69 devedores, a título de empréstimo vencendo o juro da lei. Por Bando de 5 de dezembro determinou o governador que a Fazenda Real tomasse por empréstimo a massa das referidas dívidas, encarregando-se de cobrá-las com o encargo de aplicar o respectivo juro à fundação do estabelecimento pio projetado pelo testador.

E por portaria de 17 do mesmo mês, criou o governador uma comissão à qual encarregou essa administração, dando-lhe instrução para o fim que fôra organizada. Facilitou-se a cobrança aceitando dos devedores a importância em mantimentos e panos de algodão que os mesmos devedores pudessem fornecer à Fazenda Real quando fosse preciso. Em officio de 14 de janeiro do ano seguinte deu conta desta medida à Secretaria de Estado, sendo ela aprovada pelo príncipe regente por Carta Régia de 6 de junho de 1814.

1814

Em março levou-se a efeito uma providência solicitada pelo general e determinada pelo Decreto de 25 de agosto de 1813, que mandou anexar ao distrito de Cuiabá o julgado de São Pedro d'El

(81) Nota de Leverger, lançada posteriormente em uma tira de papel, com letra muito mais miúda do que aquela que usava, fato muito comum nos últimos tempos de sua existência: "Em officio de 26 de outubro de 1813, diz o general a Miguel João de Castro: Esperava a Vm. com a maior impaciência para lhe agradecer por mim, pelo Príncipe N. S., e finalmente em nome do Povo desta Capitania o assinalado serviço que acaba de lhe fazer. Ao primeiro navegante do Arinos competem certamente as mais distintas mercês e pela primeira vez sinto a estreiteza do meu poder, que não permite que eu lhe faça outra senão o que já lhe fiz de o nomear Capitão agregado à brilhante Legião de Cuiabá".

Rei, ficando todavia pertencentes à Vila Bela as rendas do dito julgado.

Por êste tempo, mandou o general fundar uma fazenda de gado em Miranda e abrir uma estrada daquelle presídio para Cuiabá.

Tendo o general promovido a organização de uma companhia de mineração de Cuiabá, com a incumbência do encanamento das águas do ribeirão da Mutuca e outros confluente para lavar as terras minerais vizinhas da dita vila e ainda prover a esta de água potável, em portaria de 13 de maio aprovou provisoriamente os Estatutos da dita companhia, que enviou ao ministro em officio de 22 do mesmo mês, que foram aprovados definitivamente por Carta Régia de 16 de janeiro de 1817 (82).

Mandou-se construir, nas imediações de Cuiabá, uma casa para depósito da pólvora da Fazenda Real e dos particulares, e por portaria de 10 de junho proibiu-se a êstes o conservarem em suas casas mais de oito libras dêste gênero.

Por Bando de 22 de junho fizeram-se públicas as disposições do alvará de 17 de setembro de 1813 ampliando a tôdas as fábricas de mineração os privilégios de que até então gozavam tão somente as que tinham de 30 escravos para cima, e prescreveram-se as regras para a matrícula dos empregados nas ditas fábricas.

Em julho o governador marchou de Cuiabá para Vila Bela.

Continuava a guerra civil nas vizinhas províncias espanholas. O governador recebeu um officio do chefe realista Udaeta pedindo auxílios, que declinou ministrar. O general respondeu com o mesmo espírito de neutralidade a comunicação que, por via de Moxos, lhe dirigira o chefe independente Inácio Uarnes.

No entretanto, autorizado por uma Ordem Régia que constava do aviso do marquês de Aguiar de 18 de março, voltaram a esta capitania os dois governadores que no ano passado haviam seguido para a Corte, e bem assim o espanhol emigrado de Moxos, Doutor Estêvão Rochas (83). Este, à sombra de seu passaporte, chegou em agosto até o Jauru, onde o capitão general ordenou que se demorasse, porém posteriormente determinou que voltasse para Goiás.

Os dois governadores espanhóis chegaram a Cuiabá a 29 de agosto e seguiram sem demora para Vila Bela; de ordem do general, porém, tiveram que retroceder. Foram mandados esperar em Vila

(82) A companhia cuja formação o capitão general incentivou tomou por divisa — *fortuna duce — comite virtute* — Pretendia canalizar as águas do Mutuca e outros cursos d'água para as lavras do Jacé. Porém, não prosperou.

(83) A pedido do ministro da Espanha no Rio de Janeiro. (Nota de Leverger).

Maria, e depois fez o general com que regressassem para Goiás, seguindo viagem em outubro.

Declarou-se uma epidemia de *varigas* no forte do Príncipe. Logo que tal constou mandou-se por portaria de 27 de outubro estabelecer um registro no Cubatão, a fim de evitar que se estendesse o mal, o que felizmente não succedeu.

Em setembro o governador recebeu comunicação da sua promoção ao posto de coronel. No mesmo mês fez-se a primeira remessa para o Rio de Janeiro dos diamantes recolhidos ao cofre depois da criação da junta.

Em outubro regressou com felicidade ao Diamantino uma segunda expedição que no ano antecedente descera ao Pará pela navegação do Arinos.

Em novembro o general marchou de Vila Bela para Cuiabá.

1815

O capitão Bento Pires de Miranda, tendo aberto à sua custa, um varadouro do rio Arinos para o Cuiabá, para o transporte das cargas vindas do Pará, chegou no dia 6 de janeiro ao porto desta vila em uma igarité vinda por esta via.

No dia 23 de abril seguintes celebraram-se grandes festas em Cuiabá pela notícia da pacificação da Europa.

O general mandou expedir de Vila Maria uma Bandeira contra os índios Bororós, que infestavam a estrada de Vila Bela, entre Vila Maria e Jauru. Foram destroçados e fizeram-se alguns prisioneiros e a Bandeira recolheu-se em princípio de setembro.

Em maio fizeram-se públicos os privilégios dos moradores do estabelecimento que se devia fundar no salto Teotônio, com a denominação de povoação de São Luís, sob a direção do tenente coronel José Pereira da Silva Guimarães, em virtude da disposição da Carta Régia de 6 de março de 1814. Mandou-se construir a ponte do Aricá.

A 20 de junho o Dr. José Francisco Leal tomou posse do lugar de ouvidor e o Dr. José Simões Marques de Almeida do de juiz de fora de Mato Grosso tornado a criar de novo por alvará de 25 de agosto de 1813.

O estado das limítrofes províncias espanholas era o mesmo, incerto e agitado. O chefe independente Udacta achava-se em Chiquitos mantendo-se sem socorro e sem esperança de melhorar de partido. Era, pois, evidente a prudência da medida que tomara o capitão general João Carlos de fazer recolher à Corte do Rio de Janeiro os governadores emigrados, porquanto a sua estada nesta

capitania seria um motivo justo do partido independente desconfiar da neutralidade, e a sua volta aos seus respectivos governos não era menos perigosa, pois no caso de um revés, seriam obrigados a emigrar de novo, ou porventura a se ligarem com o partido que combatiam; e se fossem vitoriosos não deixariam de conservar má vontade pelo nenhum auxílio que se lhes tinha dado, e em ambas as hipóteses não nos podia resultar senão prejuízos dos conhecimentos que tinham adquirido do exame dos recursos e meios de defesa da capitania.

Foi, portanto, com a maior surpresa e desgosto que o general recebeu o aviso do marquês de Aguiar de 6 de março 1811 que lhe significava que sua alteza real ficava inteirado de tôdas as ponderações feitas nos ofícios relativos aos emigrados e das razões alegadas para justificar a deliberação de fazê-los voltar; porém que não podia merecer a real aprovação do mesmo senhor um semelhante arbítrio, pois convencia mais à vista da régia permissão de que vinham munidos, que aquêles espanhóis prosseguissem a sua jornada e passassem as províncias a que pertenciam do que voltarem outra vez à Côrte obrigados a fazerem tão dilatada viagem com grave incômodo e até despesa da Fazenda Real.

Os têrmos em que estava concebida esta resolução não permitiam ao general outra coisa senão (como diz êle mesmo em um officio ao comandante de Casalvasco) *abaixar a cabeça e obedecer*.

A 16 de agôsto chegaram a Cuiabá os dois governadores e a 20 seguiram para seu destino. Em 7 de outubro foram desbaratados em Chiquitos, morrendo Alto Leguirre que desamparado pelos seus e na fugida o arrojou o cavalo já meio de debilidade e aí o acabaram os que o seguiam e passando para Mato Grosso o seu colega Bezerra acompanhou-o um grande número de espanhóis.

Em junho fez-se a primeira partilha dos lucros da recém criada companhia de mineração, na qual tocou :

À Real Fazenda	93\$734
Reserva da 6. ^a parte	737\$086
A cada ação na partilha de 2:225\$700	61\$861
A cada ação na partilha de 2:290\$556	22\$195

Aos emigrados espanhóis mandou o general internar para Vila Maria e Cuiabá, e solicitou do govêrno permissão para fazê-los sair da capitania e de remeter o tenente coronel Udacta para o Rio de Janeiro, cuja pessoa fôra por vêzes reclamada pelo seu cunhado Wamis.

Em agôsto o general teve notícia pelas gazetas de ter sido nomeado para suceder-lhe no govêrno o marechal de campo João de

Sousa Mendonça Côrte Real, a quem com efeito foi expedida a Carta Régia de 7 de abril de 1815 ; mas não veio à capitania.

De outubro em diante deram-se diversas providências relativas à administração dos lazáros e começou-se a construção de um edificio para recolhê-los.

Em dezembro o capitão Bento Pires partiu de Diamantino para o Pará.

1816

De um officio dirigido pelo governador ao comandante de Vila Bela em 19 de janeiro vê-se que o número dos emigrados espanhóis que então existiam no distrito de Cuiabá era de 212.

Em fevereiro seguiu com um pequeno destacamento para o salto grande do Madeira o tenente coronel José Pereira da Silva Guimarães, a quem fôra por sua alteza real conferido êste posto para fundar no mencionado salto um estabelecimento que se denominou de São Luís, como determinava a Carta Régia de 6 de setembro de 1814.

O general deu providências para a proteção e aumento de um estabelecimento rural fundado por um particular nas imediações do registro do Rio Grande.

Por Bando de 4 de fevereiro foi publicada Carta Régia de 14 de setembro de 1815 isentando por dez anos de pagarem direitos de entrada os gêneros que fossem conduzidos do Pará pela navegação do Arinos.

Por portaria de 17 de maio o general criou para o serviço das barcas canhoneiras que mandara construir, um corpo de artilheiros e marinheiros, que ficou sendo a 6.^a da Brigada de Artilharia da Legião de Milícias de Cuiabá.

Em junho seguiu o general de Cuiabá para Vila Bela. Mandou-se construir uma ponte no ribeiro e pantanal do Barreiro, na estrada de Vila Bela e construir a ponte do Guaporé.

A fim de remover os inconvenientes que causava a estada dos emigrados na capitania, estada que era preciso dissimular ou negar para não dar lugar a comprometimentos com os chefes independentes das vizinhas províncias, já tendo aliás notícia de estarem a chegar novos refugiados do partido realista, o general expediu ordem em julho para que alguns dêles marchassem para a capitania de Goiás.

Por ordem do dia de 15 de agosto foi criada uma força miliciana que se chamou Companhia de Caçadores de Casalvasco, composta de todos os homens maiores de 12 anos daquele distrito.

Em fim do mesmo mês celebrou-se com pompa officio fúnebre pelo óbito da rainha, pelo qual tomou-se luto rigoroso.

Nos meses de outubro a dezembro emigraram muitos espanhóis do partido realista, e neste último mês houve notícia de que o chefe

insurgente Dom Inácio Wanes fôra derrotado e morto em Santa Cruz.

Em novembro voltou o general a Cuiabá. Deram-se providências para regularizar a navegação do Arinos e fundar-se uma povoação a meio caminho, para cujos moradores o general solicitou alguns privilégios.

1816

A 8 de dezembro na vila de Cuiabá o general marcou o lugar destinado ao hospital geral da Santa Casa de Misericórdia, sob a invocação de N. S. da Conceição.

Criou-se na mesma vila uma aula de cirurgia, cujos estatutos foram publicados em portaria de 16 de dezembro, sendo esta medida aprovada por aviso de 12 de julho de 1817.

Neste ano deu-se andamento à construção da ponte do rio Coxipó.

1817

Em janeiro o general fez seguir para São Paulo pela via dos rios 16 espanhóis do partido insurgente que se haviam refugiado a esta capitania.

A 5 de fevereiro lançou-se a primeira pedra do hospital da Santa Casa de Misericórdia, sendo esta fundação aprovada por aviso de 10 de julho de 1817.

Concluiu-se a ponte do Barreiro, na estrada de Vila Bela. Tem de comprimento 148 braças com 144 estacas por banda.

Em abril entraram cinquenta e tantos emigrados espanhóis do partido patriota, que foram remetidos para Goiás. A 25 do dito mês, aniversário da Rainha, fêz-se em Cuiabá a inauguração do hospital dos lázaros sob a invocação de São João; e a 3 de maio foram para ali processionalmente conduzidos 33 lazarentos.

A 1 de junho transferiu-se para o novo edifício da Santa Casa de Misericórdia o Hospital Real Militar. Por portaria de 4 do mesmo mês estabeleceram-se prêmios mensais para os alunos da aula de cirurgia (84).

A 1 de julho celebrou-se a 1.^a junta de Justiça, e no mesmo mês celebraram-se festas pela elevação ao trono de el-rei o Sr. Dom João VI, tendo sido anteriormente publicado em 13 de maio o aviso de 11 de dezembro de 1816 comunicando que o dia 6 de abril fôra marcado para o ato solene do juramento de preito e homenagem.

(84) Entretanto, a aula não perdurou.

Em outubro o general mandou explorar a navegação dos rios Piquiri e Sucuriú e o varadouro entre os mesmos, a fim de mudar-se por esta direção a navegação fluvial para São Paulo.

Em novembro o general teve notícia de ter sido removido do govêrno do Pará (para o qual fôra nomeado em 1811) para o de São Paulo.

Concluiu-se em Vila Maria a construção de duas barcas, que depois foram para Cuiabá.

Voltaram do Rio de Janeiro em fim dêste ano e comêço do seguinte diversos espanhóis dos emigrados, com ordem do ministério de deixá-los seguir para os vizinhos domínios. Por portaria de 11 de novembro o general providenciou para o regresso dos outros refugiados que se achavam nesta capitania.

Em portaria de 8 de dezembro, fêz-se público, como solicitara o general, que sua majestade concedera (aviso de 10 de julho) aos recém criados estabelecimentos pios os privilégios de que gozam as mais Casas de Misericórdia. E em portaria de 19 publicou-se também a aprovação dada por aviso de 12 de julho a fundação da aula de cirurgia.

Além da ponte do Barreiro construiu-se neste ano a do Coxipó, fez-se de novo a do Aricá-mirim e concertou-se a do Guaporé.

De um ofício do governador de 14 de novembro de 1818 consta que a população da capitania em fim de 1817 era de 29.801 almas, a saber : 5.266 homens maiores de 16 anos, 3.898 rapazes de 15 anos para baixo 9.689 mulheres forras e 10.948 escravos.

1818

Em ofício de 27 de janeiro o governador participou ao ministério que, quando se retirasse para São Paulo, propunha-se a levar consigo dois moços hábeis para aprenderem a metalurgia do ferro na fábrica de Sorocaba, para onde pretendia remeter amostras do mineral de ferro que existe em diversas paragens desta capitania.

Em março celebraram-se festas reais pelos esponsais do Senhor Infante Dom Pedro com a Senhora Arquiduqueza da Áustria. Deu-se andamento à construção de uma capela no arraial do Diamantino. Faleceu em abril o juiz de fora de Vila Bela, Dr. José Simões Marques de Almeida.

Tendo o general, em maio, notícia da saída da Côrte do seu successor, expediu ordens para que se limpasse e preparasse a estrada de Goiás. No mesmo mês de maio renovou-se a expedição do Piquiri e Sucuriú, ordenando-se que a esta última via se desse o nome de

Novo Tejo e o de Azambuja à povoação que se pretendia fundar na vizinhança das cabeceiras do Piquiri (85).

Por portaria de 20 de maio deu-se organização às três companhias pagas, ficando a de dragões com 228 praças de pré, 226 a de pedestres e 290 a franca de leais cuiabanos.

Marcou-se também a distribuição desta força pelos diversos pontos da capitania. Em junho expediu-se uma Bandeira contra os índios Bororós, no distrito de Vila Maria.

Por portaria de 3 de julho declarou o general que tendo-se extinguido a antiga Missão de Santana da Chapada, no lugar Guimarães, a ninguém se consentia roçar e fazer plantações, nas matas da mesma, senão aos que nela fossem estabelecer domicílio construindo casa de telha.

Em 15 de julho, retirando-se o Dr. José Francisco Leal por ter acabado o seu tempo de ouvidor, foi substituído interinamente pelo Dr. José de Carvalho Chaves, juiz de fora de Cuiabá.

Em setembro o general reiterou as providências para a construção de ranchos e limpeza da estrada por onde tinha de passar o seu sucessor no govêrno.

Não satisfeito o general com a exploração do Piquiri e Sucuriú feita pelo alferes Gomes do Prado, deu por portaria de 23 de setembro esta incumbência ao alferes José de Vasconcelos.

9.º CAPITÃO GENERAL FRANCISCO DE PAULA MAGGESSI TAVARES DE CARVALHO

(1819 — 1821)

No dia 6 de janeiro chegou a Cuiabá e entrou em exercício do govêrno o tenente general Francisco de Paula Maggessi Tavares de Carvalho, nomeado por Carta Régia de 7 de julho de 1817. Pela manhã do mesmo dia retirara-se o seu antecessor (86).

Do ofício que o governador dirigiu à Secretaria de Estado de 19 de janeiro depreende-se que os cofres estavam sem dinheiro; que no sertão não havia um só morador por causa dos índios; que a tropa de linha na capital era somente fornecida carne e meio décimo de farinha por dia; que perto de 600 homens que guarneciam

(85) A expedição exploradora não teve êxito e nenhuma povoação foi fundada.

(86) O governador João Carlos retirou-se tomando o caminho da rua da Caridade, evitando encontrar-se com o seu substituto que veio pela rua do Areão. (Nota de E. de Mendonça).

a fronteira eram sustentados pelos lavradores e senhores de engenho, a quem se tornava muito pesada a falta de pagamento ; que a dívida da capitania era a seguinte :

Fôlha militar	401:897\$643	3/4
Fôlha civil	51:777\$305	1/2
Fôlha eclesiástica	8:208\$592	2/3
	<hr/>	
	461:883\$541	11/12
Dívida extraída de 1769 a		
1818	221:049\$952	1/2
Dívida contraída em 1818 ..	7:493\$874	3/12
	<hr/>	
Total	690:427\$368	2/3
	<hr/>	

A 25 de janeiro chegou o tenente coronel Félix Mermé com o caso de legião que se devia organizar, na forma do Decreto de 23 de janeiro de 1818, do seguinte modo :

Estado maior	10
4 Companhias de caçadores	300
1 Esquadrão de cavalaria	128
1 Companhia de artilharia	50
	<hr/>
Total	488
	<hr/>
Cavalos	136
	<hr/>

Por portaria de 16 de Fevereiro foram extintas as companhias de dragões e leais cuiabanos, conservando-se, porém, a de pedestres, por entender o governador que era ela indispensável.

Tendo as ordens reais facultado o comércio com as vizinhas províncias espanholas, estabelecendo-se alfândegas de portos secos nos lugares onde fossem convenientes, o general organizou umas instruções para o regimento das ditas alfândegas, o que com as respectivas pautas submeteu à consideração da junta de Fazenda, tendo antes tomado a tal respeito o parecer do Dr. ouvidor e dos principais negociantes de Cuiabá. Foram posteriormente remetidas as mesmas instruções aos comandantes de Miranda, Coimbra e Casalvasco para por elas se regerem.

Em 12, 13 e 14 de abril apresentaram-se em Casalvasco 479 índios de Chiquitos, que, tendo-se levantado e morto o governador

daquella provincia, refugiaram-se nesta capitania. Deu-se-lhes para residência o sítio das Larangeiras, sete léguas distante de Vila Bela. O general, porém, ordenou que metade ou mais d'elles fossem remetidos para Vila Maria.

Deu-se comêço a 2 de maio, por conta da Fazenda Real, a construção de uma fábrica de pólvora, tendo-se antes, a 22 de abril, começado a construção de um quartel militar, concorrendo para esta diversas pessoas, cujos donativos foram remunerados com o hábito de Cristo.

Em 30 de abril publicou-se por Bando em Cuiabá, e em 22 de maio em Mato Grosso, a carta de lei de 7 de setembro de 1818 elevando as duas vilas à categoria de cidades.

De abril a julho reinou em Mato Grosso uma epidemia de disenteria sanguinolenta de que faleceram na cidade 92 pessoas, entrando neste número o comandante do distrito, coronel Manuel Antônio Pinto, e o escrivão deputado da junta de Fazenda, Domingos Mendes de Moraes.

Dos índios ultimamente vindos de Chiquitos morreram 237, vitimados pela mesma epidemia. O general logo que teve conhecimento dêsse flagelo, fez seguir um cirurgião, um boticário e uma botica.

Em offício de 18 de maio declara o general à Secretaria de Estado que julgava menos conveniente o projeto da navegação pelo Piquiri e Sucuriú.

A custa dos habitantes de Cuiabá mandou o governador aprontar uma expedição para o reconhecimento do rio Paranatinga, cuja exploração fôra projetada pelo general Luís Pinto, ignorando-se que o dito rio afluí no Tapajós ou no Xingu. Foram nomeados comandantes da dita expedição o tenente de milícias Antônio Peixoto de Azevedo e o alferes Domingo da Costa Monteiro, que saíram de Cuiabá em fim de julho e começaram a viagem fluvial a 21 de agosto.

Em maio e julho chegaram a Cuiabá monções de canoas vindas de São Paulo trazendo trem de guerra e sal.

Em setembro recebeu-se notícia official do nascimento da senhora princesa da Beira.

Frei José Maria de Macerata e outros dois missionários capuchinhos italianos, chegados em Cuiabá em fim de agosto, partiram em 23 de setembro para Albuquerque a fim de ali empregarem-se na catequese dos índios Guanás.

Em setembro publicou-se em Mato Grosso um Bando declarando franco o comércio com os espanhóis, pagando-se os direitos de importação e exportação.

Em dezembro partiu de Cuiabá o capitão Perdigão conduzindo 130 éguas vindas do Paraguai e destinadas para as cavalarias do príncipe Dom Pedro.

Mandou o general conduzir para o Rio Grande uma porção de gado para se fundar ali uma fazenda. Mandou-se aprontar munições e consertar-se reparos para o parque de artilharia existente em Cuiabá, que constava :

1	obuz de 6	polegadas
4	peças de c.	6
2	"	c. 3
6	"	c. 1

Em um officio de 5 de novembro declarou o general que o meio quinto do ouro não chegava a sete contos. Foi morto o tenente coronel José Pereira da Silva Guimarães, comandante da povoação de Salto do Teotônio.

1820

Em 21 de fevereiro o general fez uma nova distribuição no corpo de ordenança de Cuiabá, que ficou dividido em 11 companhias.

Por portaria de 15 de março estabeleceu-se um novo modo de cobrança das dívidas do legado de Manuel T. Guimarães.

O padre Francisco Lopes de Sá, sertanista que anteriormente fizera diversos descobertos, e entre outros os de São João da Bocaina e Conceição do Serro, empreendeu uma expedição em demanda dos célebres Martirios. Partiu em comêço de junho à testa de uma *bandeira* de 26 pessoas, além de alguns escravos, tendo sido auxiliado pelo general, que tinha tôda confiança no bom êxito da empresa. Embarcou no pôrto do rio Preto e desceu pelo Arinos até entrar num dos seus afluentes da margem direita. Aí encontrou uma grande porção de (mais de 500) índios *Tapanhunás*, que não só não aceitaram os brindes que lhe levava, como também não corresponderam às demonstrações de amizade que se lhes fizeram; mais — obrigaram a *bandeira* a defender-se e a retroceder.

Em fim de junho o general e o ouvidor marcharam para Mato Grosso, donde voltaram em fim de agôsto.

Os moradores de Diamantino requereram à sua majestade que o arraial fôsse erigido em Vila, para o que o general na respectiva informação indicou o nome que hoje tem, de N. S. da Conceição no Alto Paraguai Diamantino.

Os habitantes de São Pedro d'El-Rei requereram também que se tornasse a criar julgado naquela povoação.

Os índios Bororos que habitam a margem direita do Paraguai, nas vizinhanças do Marco, cometeram diversas depredações e mataram um pedestre. Expediram-se contra êles duas *bandeiras* que os

derrotaram, obrigando-os a se lançarem em uma baía, em que muitos pereceram devorados pelas piranhas.

Em 20 de agosto o Dr. Manuel Francisco Jorge da Silva tomou posse da vara de juiz de fora de Cuiabá e interinamente da de ouvidor. Falleceu a 23 de setembro.

A expedição que partira no ano antecedente para explorar o rio Paranatinga, descendo por elle foi ter ao Amazonas pelo Tapajoz. Voltou pelo rio Arinos, trazendo do Pará quatro peças de ferro, velhas e arruinadas de c. 9, 6 e 12. O general não desistiu da empresa da navegação do Paranatinga e recomendou que a expedição se recolhesse, quando de volta do Pará, pelo dito rio.

No mesmo mês (outubro) recebeu-se a Carta Régia de 13 de março determinando que os militares de Mato Grosso fossem sujeitos ao fôro militar ficando abolida a junta de Justiça criada pelas Cartas Régias de 12 de agosto de 1761 e 29 de novembro de 1806.

Transferiu-se para Cuiabá a junta de Fazenda e a casa de fundição, em observância do Decreto de 5 de novembro do ano anterior, criando-se uma provedoria em Mato Grosso.

Em dezembro foi comprada por 1:440\$000 a casa da residência dos governadores em Cuiabá, que é até agora o Palácio da Presidência.

No mesmo mês o ouvidor Dr. Chaves repartiu diversas guapiaras auríferas do distrito de Diamantino (87).

1821

Entrando o ano começaram a funcionar em Cuiabá a junta de Fazenda e a casa de fundição (88).

Celebrou-se a 13^a de fevereiro a primeira sessão da junta do desembargo do paço, na forma do alvará de 13 de setembro de 1813, sendo presidente o governador e vogais o ouvidor e o juiz de Fora. Em março fez-se uma remessa de diamantes para o Rio de Janeiro.

Em abril, o general facultou ao tenente de Milícias Diogo de Barros Cardoso o ir estabelecer-se com sua família e comitiva no salto do Teotônio.

Em maio houve notícia da revolução operada em Portugal, que foi oficialmente comunicada em aviso de 26 de fevereiro, acompanhando o Decreto de 24 do mesmo mês, e no dia 30 foram convocadas as autoridades eclesiásticas, civis e militares, e o povo, para

(87) Dr. Antônio José de Carvalho Chaves. Eram cinco os descobertos e tão ricos que deram origem a cinco opulentos arraiais: São João, Santana, Santa Rita, São Pedro e São Francisco de Paula (Nota de E. de Mendonça).

(88) A primeira sessão ocorreu a 4 de janeiro. (Nota de E. de Mendonça).

no dia 3 de julho prestarem juramento à Constituição que tinham de fazer as côrtes de Lisboa.

Em julho publicou-se o Decreto de 7 de março e o aviso de 23 do mesmo mês determinando que se procedesse à eleição de deputados e suplentes às côrtes de Lisboa, para o que se expediram as precisas ordens. No mesmo mês houve notícia do nascimento do infante Dom João príncipe da Beira.

Chegou a Cuiabá um parque de artilharia composto de quatro peças, um obuz e um carro manchego.

Recebeu-se o aviso de 27 de abril comunicando a saída d'el-rei para Portugal e remetendo o Decreto de 22 do mesmo mês, encarregando do governo do Brasil a sua alteza real o Sr. Dom Pedro, como Regente. Foi publicado o dito decreto por Bando de 3 de agosto.

A 12 de agosto o ouvidor procedeu à inauguração da Vila de N. S. da Condição do Alto Paraguai Diamantino, mandada criar por alvará de 23 de novembro de 1820.

À imitação do que ocorrera em diversas províncias, na noite de 19 para 20 de agosto um concurso de povo e tropa de primeira e segunda linha depôs o general Magessi e elegeu para substituí-lo uma junta governativa de nove membros, que foram:

O Exm.^o Bispo de Ptolomaida (presidente)
Tenente coronel Jerônimo Joaquim Nunes
Capitão-mor João José Guimarães e Silva
Vigário-geral Agostinho Luís Gualarte Pereira
Tenente coronel Félix Merme
Tenente coronel Antônio Navarro de Abreu
Capitão Luís d'Alincourt (secretário)
Sargento-mor André Gaudie Ley
Padre José da Silva Guimarães (89).

Na representação que dirigiu a el-rei e ao Congresso Nacional a junta acusava o governador de ser ambicioso de dinheiro, que procurava haver por todos os meios, concussionário, caprichoso, brutal e hipócrita.

A 13 de setembro seguiu o mesmo governador com sua família para São Paulo pela via dos rios.

(89) Este procedimento foi aprovado por Portaria de 7 de dezembro. (Nota de E. de Mendonça).

JUNTA GOVERNATIVA PROVISÓRIA DE CUIABÁ

(1821 — 1822)

Por uma proclamação de 1 de setembro a junta comunicou a todos os habitantes da província (90) a sua instalação e o seu programa de governo. Dirigia-se com mais particularidade à cidade de Mato Grosso, e atendendo à requisição que ao ex-governador haviam feito 63 habitantes daquela cidade, para a deposição do comandante geral Manuel Rebelo Leite, nomeou para substituí-lo o capitão-mor José da Silva e Gama.

Os matogrossenses, porém, negaram a sua adesão, e a 11 de setembro elegeram um governo provisório de nove membros, presidido pelo vigário da Vara, e foram :

Vigário José Antônio de Assunção Batista (presidente)

Capitão Manuel Veloso Rabelo de Vasconcelos

Capitão-mor José da Silva Gama e Cunha

Padre Joaquim Teixeira Coelho.

Capitão Manuel Teodoro da Silva (secretário)

Tenente Luís Antônio de Sousa

Capitão Joaquim Vieira Passos

Ajudante Mateus Vaz Pacheco

O. Mestre João Francisco dos Guimarães.

Às exortações, às insinuações da junta de Cuiabá, às ordens que ela expediu para as eleições, respondeu a junta de Mato Grosso com o silêncio de formal desobediência.

Em outubro, a junta mandou o tenente Luís Antônio, comandante de Cassalvasco, com uma força apoderar-se do registro do Jauru. Reinstalou a casa de fundição do ouro, e organizou uma provedoria de Fazenda.

Tendo um dos membros do dito governo provisório de Mato Grosso propalado doutrinas perwersas, como v. g. de serem independentes as mulheres, deixarem pais e maridos, foi deportado para o forte do Príncipe e ali conservado em ferros (91).

(90) A expressão, Província, em vez de Capitania, começou a aparecer na correspondência oficial mesmo no tempo do Magessi. (Nota de Leverger).

(91) O propagandista do amor livre era o ajudante Mateus Vaz Pacheco, um dos promotores da sublevação, juntamente com o quartel mestre João Francisco dos Guimarães como indica o "Sumário" publicado na Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso (Tomos XIII e XIV — 1931 e 1932).

Em 21 de outubro em Cuiabá juraram-se as bases da Constituição. Por portaria de 22 de novembro a junta declarou Cuiabá cabeça de comarca, para o fim tão somente de fazer-se a eleição de deputados.

Mandaram-se cessar as obras do quartel militar e da fábrica de pólvora. Mandou-se proceder à socavação no descoberto da ilha de Santana, no distrito de Diamantino.

No dia 16 de dezembro procedeu-se em Cuiabá à eleição de deputado e suplente d^o deputado às côrtes, recaiando a votação no exm.^o prelado bispo de Ptolomaida e no reverendo Manuel Alves da Cunha.

Em Mato Grosso elegeram ao tenente José de Sousa Guimarães, alferes João de Pina Macedo e capitão José Antônio Gonçalves Prego (êste último achava-se em Lisboa) para *procuradores* no Congresso.

O tenente Luís Antônio, que comandava a força de defesa do Jauru, requisitou do comandante de Vila Maria 300 bois para o sustento dos habitantes de Mato Grosso. Por ilegal, a requisição não foi logo cumprida, mas a junta de Cuiabá ordenou ao dito comandante da Vila Maria que remetesse o gado necessário para o consumo daquela cidade, regulando-se pelos dois anos anteriores.

1822

A 13 de janeiro o Dr. Antônio José da Veiga tomou posse do lugar de juiz de Fora de Cuiabá. Em ofício de 19 a junta recomendou ao dito juiz a supressão do contrabando do ouro em pó, que era tal que quase nenhum entrava na casa de fundição.

Informada a junta de que fôra nomeado governador o tenente coronel Francisco de Assis e Lorena, significou-lhe os acontecimentos de agosto, dizendo que não se responsabilizava pelo resultado que poderia ter a respeito dêle.

Em abril o capitão D'Alincourt pediu demissão do lugar de secretário da junta e foi substituído pelo capitão Antônio Correia da Costa.

Em junho houve notícia do nascimento da senhora princesa Dona Januária, e pouco depois do falecimento do Príncipe da Beira.

Em 3 de julho foi eleito *procurador* da província o capitão-mor João José Guimarães, que anteriormente a junta pretendia enviar em deputação para felicitar o príncipe regente, pela resolução que tomara de ficar no Brasil.

Em 1 de agosto faleceu o Exmo. prelado. Fôra S. Excia. nomeado bispo de Bragança em 21 de abril de 1821 (92). Tendo-se por esta ocasião, de eleger-se um presidente para a junta governativa, julgou-se conveniente, atendendo às queixas que se manifestavam no povo, proceder a uma nova eleição de todos os membros da junta, com designação do presidente e do secretário ; o que teve lugar no dia 20 de agosto, sendo eleitos :

Presidente, Dr. Antônio José de Carvalho Chaves
Vice-presidente, tenente coronel Jerônimo Joaquim Nunes
Secretário, capitão Antônio Correia da Costa
Tenente coronel Félix Merme
Tenente coronel Antônio Navarro de Abreu
Capitão João Poupino Caldas
Coronel Vitoriano Lopes de Macedo
Sargento-mor André Gaudie Ley
Reverendo Constantino José de Figueiredo

Em observância do disposto no decreto de 23 de março tornou-se a abrir a junta de justiça na forma de Carta Régia de 12 de agosto de 1771 e § 3.º do alvará de 24 de agosto de 1813. Celebrou-se a primeira sessão a 19 de setembro.

Em outubro receberam-se as proclamações e decretos de 1 e 3 de junho, relativamente à convocação de uma assembléia constituinte.

O Dr. Antônio José da Veiga tomou a vara de ouvidor, por estar o proprietário exercendo a presidência da junta governativa. Fize-

(92) Tendo sido seu corpo embalsamado, só foi sepultado a 4 de agosto, como se vê do seguinte registro de óbito, cuja cópia devo à gentileza do Sr. Manuel Ribeiro dos Santos Tocantins, um estudioso das nossas coisas do passado :

“Aos quatro dias do mês de agosto de mil oitocentos e vinte e dois anos, na Igreja Catedral desta cidade de Cuiabá foi sepultado o cadáver do exm. e rev. Sr. Dom Luís de Castro Pereira, bispo de Ptolomaida prelado de Cuiabá de idade de cinquenta e quatro anos, que havia falecido no primeiro do corrente pelas onze horas e meia da noite, com todos os Sacramentos. Fêz testamento: foi o seu corpo embalsamado, e depois amortalhado em vestes Pontificais : esteve em seu Paço depositado, onde foi encomendado, e depois do segundo dia foi conduzido solenemente em caixão para esta catedral, sendo acompanhado pelo Ilmo. governador eclesiástico e o clero desta cidade, e por tôdas as irmandades e confrarias e aí foi depositado, e no dia seguinte se fez um ofício de nove lições missa solene e oração fúnebre : cumpridas assim tôdas estas cerimônias religiosas, foi sepultado em sepultura da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Do que para assim a todo o tempo constar se fez êste assento que assinei. — *Agostinho Luís Geulart Ferreira*”. (Aliás, Pereira). (Nota de E. de Mendonça).

ram-se seguir por motivo de política para o Rio de Janeiro o capitão D'Alincourt e o tenente Oliveira, empregados na comissão de estatística.

Por portaria de 25 de outubro foi declarada a cidade de Cuiabá cabeça de comarca, para o fim tão somente de proceder-se à eleição de deputado à assembléia constituinte. Em Bando de 6 de novembro marcou-se o dia 10 do mesmo mês para a eleição dos eleitores parquiais.

A 16 de dezembro foi eleito deputado o tenente coronel Antônio Navarro de Abreu.

As peças de artilharia vindas do Pará para o Diamantino foram transportadas para Vila Maria.

Referem os Anais de Cuiabá que no comêço dêste ano o povo, descontente com a junta, tentou estabelecer a antiga forma de govêrno, dirigindo ao príncipe regente uma súplica assinada por muitos moradores nesse sentido. O mesmo já antes havia feito o povo de Mato Grosso (93).

Em resposta a estas representações appareceu o aviso de 23 de abril de 1823 que afetou êste negócio à assembléia constituinte.

Segundo os mesmos annais foi excessiva a friagem neste ano ; no mês de agosto, na chapada do Jatobá, morreram entanguidos 14 escravos novos que vinham do Rio de Janeiro, pertencentes a José Renovato, e cinco a Antônio de Cerqueira Caldas.

1823

O correio que chegou a 5 de janeiro trouxe a notícia de ter sido o Sr. Dom Pedro aclamado imperador do Brasil no dia 12 de outubro do ano antecedente. Festejou-se a dita aclamação no dia 22.

Havendo falta de três membros na junta governativa, por ter-se ausentado um para o Rio de Janeiro (Navarro de Abreu) e outros

(93) Nada consta a tal respeito na correspondência official. O que se vê na correspondência *Interior* é que em dezembro remeteu a Junta ao commandante militar uma representação que dá idéia de uma agitação no espirito público. Também as seguintes providências deixam entrever alguma coisa a respeito. A Junta exigiu em 19 do mesmo mês que o commandante da Legião lhe declarasse o motivo por que se achava fardada e armada.

A Junta abriu uma subscrição para manutenção de uma fôrça policial. (Nota de Leverger).

Entretanto foi enviada a representação, a que se refere o capítulo — Primeiras Desilusões — de “Notas à Margem” de Virgílio Corrêa Filho.

dois por doentes (Vitoriano e padre Constantino), elegeram-se em lugar dêles o vigário Agostinho Luís Guarte Pereira e reverendo José da Silva Guimarães e o sargento-mor Miguel Teotônio de Toledo Ribas.

Seguiu frei José Maria de Macerata e outro capuchinho com licença para a Côrte. Receberam-se em fevereiro e março os decretos declarando o título do imperador, o escudo de armas, a bandeira e tope nacional, e a substituição de casa imperial a casa real.

Chegou a carta imperial de 18 de novembro mandando proceder à eleição de um govêrno legal de cinco membros (94). Consultou-se a câmara desta cidade a respeito, e a 11 de maio procedeu-se à eleição que se verificou no reverendo Manuel Alves da Cunha, para presidente ; tenente coronel Félix Merme, secretário ; capitão mor José da Gama e Silva ; capitão Manuel Veloso Rebelo de Vasconcelos ; sargento-mor João Pais de Azevedo ; tenente coronel João Poupino Caldas e capitão Caetano da Costa Araújo e Melo. A 30 de julho a junta governativa deixou de funcionar e o novo govêrno tomou posse a 20 de agôsto.

Em julho houve notícia de ter nascido a senhora infanta Dona Paula.

GOVÊRNO PROVISÓRIO E LEGAL DE MATO GROSSO

(1823 — 1825)

Em novembro publicou-se um Bando relativo à repressão do contrabando do ouro em pó. Em dezembro houve notícia de que frei José Maria de Macerata fôra nomeado prelado de Cuiabá e Mato Grosso. Soube-se também que o major D'Alincourt e o tenente Oliveira foram de novo enviados, em comissão de estatística nesta província.

1824

No comêço do ano deram-se providências para reforçar a guarnição da fronteira do Paraguai, receiando-se hostilidades, em consequência do que communicava o aviso do ministério do império de 1 de outubro, de terem os espanhóis entrada pelo sul do rio Araguaia.

Vê-se de uma portaria expedida para mandar buscar sal no salto Teotônio, que ainda antes existia ali a povoação.

(94) Além do presidente e do secretário, ou sete ao todo.

Repartiram-se em março os lucros da companhia de mineração; tocou à Fazenda Pública 370\$000. Houve notícia da nomeação de Dom Nuno Eugênio de Lossio Seibnitz para presidente (95).

Comunicou-se às Câmaras por circular de 3 de abril o decreto de dissolução da assembleia constituinte, bem como o manifesto do imperador.

A 27 de maio chegou a Cuiabá o prelado nomeado frei José Maria de Macerata. Houve em Mato Grosso receio de uma trama para depor o governo.

Tendo as câmaras da província aderido ao projeto da Constituição (a de Cuiabá em 17 de março), designou-se o dia 11 de julho para a prestação do juramento, e assim realizou-se.

Em agosto soube-se ter sido nomeado presidente da província o Exmo. Sr. José Saturnino da Costa Pereira (96). Em setembro o Dr. Manuel Antônio Galvão foi empossado no lugar de ouvidor (97).

Dissolveu-se a companhia de mineração de Cuiabá. No dia 12 de outubro fez-se uso pela primeira vez da bandeira do império (98).

A 20 de outubro fez-se a eleição de deputados; saiu eleito o sargento-mor Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, que tinha sido nomeado secretário do governo (99).

(95) Dom Nuno Eugênio de Lossio e Seibnitz, nomeado presidente de Mato Grosso, por Carta Imperial de 25 de novembro, comunicou ao Governo Provisório em ofício datado do Rio, a 19 de dezembro de 1823, que só no mês seguinte poderia iniciar a viagem a Cuiabá.

Entretanto, não a empreendeu como também ocorreu com seu antecessor, apenas de nomeação, Francisco de Assis Lorena, que desistiu de assumir o posto, cujos ocupantes se manifestaram contra a sua escolha.

(96) A nomeação de José Saturnino da Costa Pereira, embora datada de 20 de abril, somente se tornou conhecida em Cuiabá no mês de agosto.

Irmão de Hipólito da Costa, dedicara-se em Coimbra aos estudos de matemática e ciências naturais, que lecionava na Academia Militar do Rio, quando lhe coube a Presidência trabalhosa em cujo exercício se esforçou por bem merecer representar a província distante no Senado Imperial, quando sucedeu Caetano Pinto de Miranda Montenegro, outro governante de Mato Grosso, de quem foi o substituto.

(97) Manuel Antônio Galvão, eleito deputado pela Bahia, em 1826, desempenhou com eficiência o seu mandato.

(98) A nova bandeira, símbolo do império nascente, foi hasteada no palácio do Governo em Cuiabá.

(99) A respeito informou E. de Mendonça, que era Gabriel filho do professor José Zeferino Monteiro de Mendonça. Natural de Cuiabá, serviu como secretário do Governo, por nomeação de 12 de dezembro de 1824, até ser eleito deputado para a Câmara. Governou, mais tarde as províncias da Paraíba do Norte e Espírito Santo, faleceu a 5 de janeiro de 1850.

Em novembro houve notícia do nascimento da senhora princesa Dona Francisca.

Fez-se constar a notícia do reconhecimento da independência do Império pelos Estados Unidos da América.

Em 30 do mesmo mês de dezembro expediu-se uma circular a tôdas as autoridades para que prestassem as informações exigidas pela comissão de estatística (100).

1825

Foi criada pelo prelado a Vigararia Geral de Mato Grosso (101).

O coronel Sebastião Ramos, alegando pertencer ao partido realista, e sendo governador de Chiquitos, dirigiu-se ao governo provisório em cartas de 19 de março e 8 de abril oferecendo unir ao Império a referida província até que sua majestade católica recuperasse seu domínio sobre os povos sublevados. O governo provisório, que por ausência de alguns de seus membros, compunha-se do capitão Manuel Veloso encarregado do comando das armas, amigo de Dom Sebastião Ramos, do capitão José Pais de Azevedo e Manuel Bento de Lima, convocou no dia 13 de abril a câmara, o ouvidor e o provedor da Fazenda, e nesta reunião resolveu-se aceitar a proposição do mencionado governador.

Em ordem do dia de 14 declarou-se a província de Chiquitos incorporada à de Mato Grosso, devendo trazer por divisa o tope imperial e o espanhol e entender-se com o governo provisório, como dantes se entendia com a real audiência de Charcas. Marchou para Chiquitos um troço de 60 homens. Expediu-se ordem para que de Cuiabá se mandassem oficiais militares para Mato Grosso e para que estivesse pronto a marchar o corpo de milícias de Vila Maria. Seguiu para a fronteira o capitão Manuel Veloso.

Reconhecendo-se, porém, a inconveniência da resolução tomada em uma nova reunião das autoridades, em 10 de maio, decidiu-se por maioria de votos o abandono da província recém incorporada e a retirada da força que marchara para ela.

Como houvesse nesta ocasião videntes alterações, não se assinou a ata da reunião senão no dia 13, em que se concedeu também

(100) Para a Comissão de Estatística foi nomeado Luís d'Alincourt, que apresentou trabalho excelente publicado pela Biblioteca Nacional, em seus Anais, tomos III e VIII, sob o título "Quadro Estatístico da Província de Mato Grosso".

(101) Em outro trabalho de Leverger encontro o seguinte : "A Vigararia de Mato Grosso foi criada a 12 de março de 1824". (Nota de E. de Mendonça).

uma entrevista que Dom Sebastião solicitara com o comandante das armas, Veloso.

Chegando a Mato Grosso, o presidente do govêrno provisório, reverendo Manuel Alves da Cunha, desaprovou quanto se tinha obrado a favor da incorporação.

Entretanto insurgiram-se os índios do povo de São Miguel, onde estava a nossa tropa, o que deu causa a uma desordenada retirada. O governador de Chiquitos, retirando-se para Mato Grosso, conduziu em sua companhia muitos compatriotas.

Todos êsses procedimentos deram lugar a representações e exigências do general Sucre, do presidente de Santa Cruz e de outras autoridades.

Estavam as coisas nesta estado quando chegou a Cuiabá o presidente nomeado tenente coronel José Saturnino da Costa Pereira. Em observância das ordens imperiais de que se lhe desse posse na dita cidade marchou para aqui e com êsse fim o presidente do govêrno provisório.

1.º PRESIDENTE JOSÉ SATURNINO DA COSTA PEREIRA

(1825 — 1828)

Nomeado por carta imperial de 21 de abril de 1824, o tenente coronel José Saturnino da Costa Pereira tomou posse da presidência na câmara de Cuiabá, a 10 de setembro de 1825 (102).

Desde logo e antes que lhe chegassem reclamações da vizinha República, tratou o presidente de prevenir os males que podiam resultar do inqualificável passo que dera o govêrno provisório aceitando a oferta do coronel Sebastião Ramos e seu ajudante José Maria Velasco, mandando que a força se recolhesse a Cuiabá e substituindo o comandante militar Veloso pelo capitão Constantino Ribeiro da Fonseca, e determinando outras providências — tudo em virtude das portarias do ministério do império de 13 de agosto e do ministério dos estrangeiros de 5 do mesmo mês, as quais foram comunicadas ao comandante de Mato Grosso em fim de outubro. Tôdas estas disposições foram comunicadas ao governador de Chiquitos, tendo sido enviado em missão especial àquela provincia o seu enteado tenente Antônio Pinto Duarte.

(102) Por portaria de 9 de fevereiro de 1824, era o presidente autorizado a tomar posse na Câmara de Cuiabá, determinando, entretanto, que fôsse visitar Mato Grosso as mais vèzes que pudesse. (Nota de Leverger).

A 12 de outubro prestou-se juramento às novas bandeiras do Império.

No mesmo mês chegou a Coimbra um bote do Paraguai com officios do cônsul do Império em Assunção Antônio Manuel da Câmara, fazendo-se então público o manifesto do dito cônsul junto ao ditador do Paraguai, comunicando a abertura de relações comerciais com o Paraguai.

Criou-se um destacamento de cabo de esquadra na missão de N. S. da Misericórdia em Albuquerque, onde existiam as aldeias dos Guanás e Guaicurus, cuja catequese fôra começada por frei José Maria de Macerata, atual prelado.

Estabeleceu-se no lugar do Barreiros e à margem do mesmo rio na estrada de Goiás um Sebastião José Machado, que antes habitara a Insua e fundara o sítio do Taquaral.

A guarnição e os moradores de Miranda recusaram-se a aceitar por comandante o tenente Joaquim Antônio de Góis (junho).

Enlouqueceu o vigário geral de Mato Grosso, reverendo Manuel Ferraz de Sampaio Botelho.

A 23 de novembro fez-se a primeira eleição dos conselheiros da presidência ; saíram eleitos o coronel Jerônimo Joaquim Nunes, capitão André Gaudie Ley, reverendo Manuel Alves da Cunha, capitão mor João José Guimarães e Silva, coronel Vitoriano Lopes de Macedo e capitão Antônio Correia da Costa.

Em fim de novembro houve notícia do Tratado de 29 de agosto com Portugal, pelo qual ficou reconhecida a independência.

1826

A 7 de janeiro celebrou-se a primeira sessão do conselho da província. Nela foi convidado para tomar posse o capitão mor de Diamantino Antônio José Ramos e Costa.

O coronel Jerônimo Joaquim Nunes foi encarregado do que diz respeito a barcos e à navegação fluvial (103). A 19 de fevereiro entrou de Vila Maria, uma expedição contra os índios do Cabaçal. Em fim do mesmo mês houve notícia do nascimento do príncipe imperial.

(103) Jerônimo Joaquim Nunes era, tenente coronel, quando assumiu o Governo de Mato Grosso em maio de 1828, por pertencer ao Conselho da Presidência. Viera de Portugal em 1805, como 1.º tenente, promoção ganha na luta contra os franceses.

Vice-presidente na Junta Governativa, análoga função lhe coube no Conselho da Presidência.

Comandante das armas em 1831, foi deposto pelos nativistas. Reformado em 1833, afazendou-se entre o Piquiri e o São Lourenço, em Pindaival.

Em 26 de março publicou-se por Bando a declaração de guerra às províncias Argentinas.

Em maio fizeram-se festas reais que começaram a 13 pelo reconhecimento da independência.

Saiu para a Côrte o Dr. Manuel Antônio Galvão, eleito deputado pela Bahia. Entrou a servir o lugar de ouvidor o juiz de Fora o Dr. Antônio José da Veiga.

O morador do Barreiro José Sebastião Machado mudou-se para o Passavinte, onde se pretendeu fundar uma fazenda. Renovou-se a exploração do varadouro entre o Piquiri e o Sucuriú, incumbindo-se a Pedro Gomes do Prado, que em setembro foi substituído pelo tenente Manuel Dias de Cantão. Em junho marchou para Mato Grosso o governador das armas.

Em ofício de 18 de julho o presidente informou ao ministro da Marinha de ter criado uma espécie de Arsenal de Marinha para a embarcação das barcas.

Em setembro ou outubro os índios Barbados cometeram depredações no distrito de Diamantino.

1827

Em janeiro chegou a Cuiabá, vinda de Pôrto Feliz pela navegação fluvial, uma comissão científica viajando por ordem do imperador da Rússia, sendo dela diretor o conde Jorge Langsdorff, e auxiliares astrônomo Rubzoff, botânico L. Riedel, desenhadores Florence e Taunay (104).

Em 3 de fevereiro o presidente deu um regulamento para o Arsenal de Marinha. Em março celebrou-se um funeral pela imperatriz Dona Leopoldina. Em abril veio um cacique dos Apiacazes visitar o presidente.

Dois guanás descendo o rio Cuiabá encontraram um guató, a quem mataram e furtaram alguma ferramenta. Chegados que foram a Albuquerque, o comandante coronel Jerônimo os mandou remeter presos para a capital.

(104) A narrativa dessa expedição terminada trágicamente, com a morte de Taunay, afogado no Guaporé e enlouquecimento de Langsdorff quando viajava pelo Juruena, foi feita por Florence, cujo escrito A. de Taunay traduziu e publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo 38, e por L. Bourroul, que lhe destinou interessantes comentários, ao tratar da biografia de Hércules Florence”.

Os guatós, sabedores dessa vinda, reuniram-se no lugar dos Dourados e tiraram-nos das mãos da escolta. Depois de torturá-los, os meteram e entregaram os ferros em que vinham presos ao inferior comandante da escolta.

A 14 de junho fez-se solenemente a inauguração do retrato do imperador no palácio da presidência.

O tenente Manuel Dias de Castro, deu conta da exploração de que fôra encarregado. Do Piquiri foi por terra a Camapuan, de onde descendo pelo rio Pardo e subindo o Paraná entrou no Sucuriú e navegou por êle léguas acima 17 dias, e do ponto onde chegou, mandou fazer exploração por terra. Não se descobriram contravententes vizinhas. em consequência do que voltou pelo mesmo caminho.

Em julho, o governador das armas seguiu para Mato Grosso, de onde voltou em setembro. Neste mês comunicou o presidente ao govêrno que o Dr. Langsdorff descobrira a cainca.

A 10 de agosto fez-se a eleição de um senador para substituir o falecido visconde da Praia Grande. Entraram na lista tríplice — João José Guimarães 24; Inácio Silveira Mota, 21; e o presidente José Saturnino da Costa Pereira, 25. Foi êste o escolhido (105).

A 30 de outubro lançou-se ao rio a primeira barca das que recentemente foram mandadas construir.

1828

O presidente deu providências para a fundação de um jardim botânico, incumbindo da sua direção o cirurgião mor Antônio Luís Patrício da Silva Manso, porém, não se levou a efeito.

(105) Na relação dos Senadores por Mato Grosso figuraram :

1 — Caetano Pinto de Miranda Montenegro, marquês da Praia Grande, ex-capitão general de Mato Grosso, nomeado em 1826 e falecido em 1827.

2 — José Saturnino da Costa Pereira, nomeado em 1827, quando presidente da Província, e falecido em 1852.

3 — José Antônio de Miranda, magistrado nomeado em 1855 e falecido em 1861.

4 — José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, nomeado em 1862 e falecido em 1880.

5 — Joaquim Raimundo de Lamare, visconde de Lamare, ex-presidente de Mato Grosso (28-2-1858 e 13-10-1859) nomeado em 1882 e falecido em 1889.

Em março o presidente remeteu ao ministro da Justiça o seguinte projeto da Divisão Judiciária e Eclesiástica da Província :

Comarca de Cuiabá :

Ouvidor em Cuiabá ;

Juiz de Fora em Cuiabá ;

Juiz de Fora em Diamantino ;

São Pedro d'El-Rei deve erigir-se em vila.

Comarca de Mato Grosso :

Ouvidor residente em Mato Grosso.

Freguesia do Sr. Bom Jesus de Cuiabá :

Livramento, Rosário e Santo Antônio.

Freguesia de Santana da Chapada :

Capela filial em Registro do Rio Grande ;

Freguesia de N. S. do Rosário em São Pedro d'El-Rei ;

Freguesia de São Luís em Vila Maria.

Freguesia de S. S. Trindade :

Capelas filiais que deverão haver em São Vicente, Pilar, Lavrinhas e Casalvasco ;

Freguesia de N. S. da Conceição do Alto Paraguai Diamantino ;

Freguesia de N. S. da Misericórdia de Albuquerque — capelas filiais que se deveriam criar em Miranda e Camapuã.

A 10 de abril partiu para a Côrte o Exmo. Sr. José Saturnino para ir tomar assento no Senado, deixando a administração ao vice-presidente coronel Jerônimo Joaquim Nunes.

Veio da Bolívia o tenente Luís Ruiz enviado pelo govêrno daquela República à do Paraguai, a fim de reclamar a soltura do naturalista francês Aimé Bonpland. Seguiu para Olimpo, donde voltou em setembro sem ter podido obter permissão de chegar a Assunção (106).

Chegaram às cachoeiras do Madeira quatro peças de bronze c. 24 com os competentes petrechos enviadas do Pará por ordem do govêrno imperial de 1825.

(106) Bonpland, companheiro de Humboldt, separou-se do seu amigo, para estudar a flora do Paraguai. Suspeito de espionagem por Francia foi mantido prisioneiro por longo prazo, apesar de pedidos insistentes de associações culturais, de governos estrangeiros e de Bolívar.

Só o deixou partir, quando lhe pareceu que não mais haveria perigo nenhum ao seu poderio ditatorial.

Em junho tomou conta do comando da fronteira do baixo Paraguai o major Joaquim José da Silva Santiago. Em agosto teve lugar a primeira eleição de juizes de paz. Saiu eleito na cidade de Cuiabá o capitão Antônio Correia da Costa.

Em setembro fez-se a eleição de deputado à Assembléia Geral Legislativa. Verificou-se a apuração final em novembro. Foi eleito o Dr. ouvidor Antônio José da Veiga (107).

1829

Em janeiro a guarnição de Albuquerque revoltou-se e depôs o respectivo comandante, major J. J. da Silva Santiago, que se retirou para Coimbra.

O oficial que lhe sucedeu no comando, capitão J. J. Gomes conseguiu desarmar e prender os cabeças do motim, reassumindo depois o comando o major Santiago, que voltou de Miranda com trinta praças.

A 20 de janeiro tomou posse do lugar de juiz de Fora de Cuiabá o Dr. Pascoal Domingues de Miranda. Em março levantou-se também a guarnição de Casalvasco e expeliu o seu comandante, alferes Manuel Moreira da Silva.

Em abril retirou-se para a Côrte o coronel Antônio Joaquim Costa Gavião, exonerado do comando das armas, em que foi substituído pelo vice-presidente coronel Jerônimo Joaquim Nunes.

Suscitando-se dúvidas acêrca da acumulação do cargo de vice-presidente com o de comandante das armas, consultou-se o governo imperial, e em consequência da sua decisão passou em setembro o comando das armas às mãos do tenente coronel João Poupino Caldas, por estar doente o coronel João Pereira Leite.

(107) Os primeiros representantes de Mato Grosso foram :

à Assembléia Constituinte de 1823 :

Antônio Navarro de Abreu, tenente coronel].

à Assembléia Legislativa do Império :

Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça (1826-1829).

Antônio José da Veiga (1830-1833).

Antônio Luís Patrício da Silva Manso (1834-1837).

Antônio Navarro de Abreu Júnior, bacharel (1838-1841).

José Joaquim de Carvalho, militar (1842).

José Joaquim de Carvalho (1843-1844).

José Joaquim de Carvalho (1845-1847).

José Crispiniano Soares (1848).

Joaquim José de Oliveira, militar.

Manuel Alves Ribeiro (1850-1852).

A 18 de julho apurou-se a eleição da câmara de Cuiabá; saíram eleitos Joaquim da Costa Teixeira, José Pereira dos Guimarães, Manuel Pereira de Mesquita, Sancho João de Queirós, Antônio José do Couto, José Leite Pereira Gomes, Albano de Sousa Osório, Manuel Pereira de Sousa Coelho e João Pedro de Moraes Batista.

Em junho deu-se comêço a um estabelecimento no Piquiri, o qual foi incumbido ao sargento José Martins de Carvalho, que continuou nas explorações da nova comunicação com São Paulo.

Em julho mandou-se de Mato Grosso uma expedição buscar as peças de 24 que estavam nas cachoeiras do Madeira. Seguiu por esta ocasião para o Pará o Dr. Nottnez (108).

Em setembro expdiu-se uma bandeira contra os índios coroados que tinham hostilizado no sertão as tropas de José Coelho Lopes e Tomé Ribeiro de Magalhães. Recolheu-se a bandeira trazendo prisioneiras três crianças.

Em outubro apresentou-se no conselho da presidência um officio do vigário de Vila Maria, padre José da Silva Fraga, sobre a mudança da capital para aquêlê lugar, idéia esta já anteriormente emitida pelo governador Caetano Pinto.

Em novembro saiu para Mato Grosso o prelado frei José Maria de Marcerata.

Neste ano deu-se princípio a uma povoação nos Dourados, na margem do Paraguai, e deu o vice-presidente algumas providências acêrca do fabrico de salitre e exploração de uma mina de ouro que se supõe haver nas vizinhanças da Gaiba.

1830

Em janeiro tomou conta da vice-presidência o capitão-mor André Gaudie Ley, o mais votado conselheiro do govêrno.

Retirando-se para a Côrte o Dr. Veiga passou a vara de ouvidor ao juiz de Fora Dr. Pascoal Domingues de Miranda. Em sessões de fevereiro o Conselho do Govêrno resolveu: que a condução das peças de artilharia do Guaporé para o Jauru se fizesse pelos rios Alegre e Aguapeí; que se removesse para outra parte a casa da pólvora, construindo-se no lugar dela uma casa de correção; nada

(108) Provavelmente, será Natterer (Johan von) do grupo de naturalistas, que o Govêrno de Vieira enviou ao Brasil, na comitiva da arquiduquesa Leopoldina, por ocasião do seu casamento com Dom Pedro.

Ao contrário dos seus colegas, que regressaram em breve prazo, Natterer "demorou-se no país cêrca de 18 anos em plena atividade científica", assinalou Rodolfo Garcia. Em dezembro de 1824, visitou Cuiabá, donde seguiu para Caiçara e Vila Bela. Partiu para Borba em novembro de 1829.

disto se executou. Houve notícia de uma salina no sertão do Juruena, 150 léguas distante do Diamantino. O comandante da fronteira do Paraguai, major Santiago, mandou uma escolta de oito praças buscar os Terenas que moravam na margem direita do Paraguai, abaixo do Fecho dos Morros, por constar que queriam vir para Albuquerque. A escolta foi maltratada pelos índios, em consequência do que o major marchou contra êles e os desbaratou, matando-lhe 32 homens e fazendo muitos feridos. O governo da província desaprovava esta expedição, mandando que o major Santiago fosse substituído no comando pelo capitão Rufo e que respondesse a conselho de investigação.

Os coroados cometeram novas hostilidades, assassinando um José de Lara e dois escravos no Chacororé, e bem assim um camarada do negociante capitão, José Alexandre de Macedo, no ribeirão da Paranaíba. Mandou-se contra êles em julho uma bandeira de 80 homens ao mando do tenente José Teodoro de Araújo, que recolheu-se em outubro trazendo apenas dois pequenos índios, e tendo os índios Guanáas que faziam parte da mesma bandeira feito grande mortandade de mulheres e crianças, apesar das ordens do comandante.

Continuou o sargento Carvalho na exploração dos terrenos entre o Piquiri e o Sucuriú.

Em officio de 11 de outubro remeteu o vice-presidente ao ministério do império uma porção de cartas e documentos históricos, estatísticos e topográficos exigidos pela portaria do mesmo ministério de 14 de janeiro.

Em outubro mandou-se o capitão Vicente Rabelo ao encontro do presidente nomeado Francisco de Albuquerque Melo, que se supunha estar já na província de Goiás.

Em dezembro foi nomeado o alferes Antônio José da Silva Negrão comandante do forte do Príncipe.

1831

Depois do falecimento do major José Francisco da Cunha (109), tomou o comando do forte do Príncipe o seu filho capitão Fleriano José de Oliveira, que foi rendido pelo alferes Negrão. A 20 de março a guarnição amotinou-se e depôs o dito alferes, que seguiu para Mato Grosso.

O resto da artilharia e munições vindas do Pará chegou a Mato Grosso e foi conduzido para a parte do Guaporé. A 23 de junho

(109) Faleceu no Forte do Príncipe a 30 de outubro de 1830. (Nota de E. de Mendonça).

chegou a Cuiabá a notícia da revolução de 7 de abril, e da nomeação do capitão Antônio Correia da Costa para presidente, o qual achava-se ausente na sua Fazenda.

2.º PRESIDENTE ANTÔNIO CORREIA DA COSTA

(1831 — 1834)

A 21 de julho o capitão Antônio Correia da Costa tomou posse do cargo de presidente, para o qual fôra nomeado por carta imperial de 20 de abril de 1831.

Recebeu o presidente, da comarca de Mato Grosso, um offício acompanhado de um requerimento de vários cidadãos daquela cidade pedindo a demissão dos empregados públicos brasileiros adotivos, o qual não foi atendido.

Em agôsto suspendeu-se por falta de meios pecuniários o trabalho do Arsenal de Marinha.

Em uma deliberação do Conselho do Govêrno, em setembro, facultaram-se aos índios de Chiquitos estabelecidos em Casalvasco o voltarem para seu país, o que deu lugar a uma representação dos habitantes de Mato Grosso e respectiva Câmara Municipal. Na sessão em que se tratou dêste negócio, agitou-se a queixa dos matogrossenses acêrca da usurpação de Cuiabá como capital, cujo direito alegavam pertencer àquela cidade.

A câmara de Mato Grosso remeteu ao presidente a ata da sessão de 12 de novembro, acompanhando-a de uma representação dirigida à regência, pedindo que o distrito de Mato Grosso fosse ereto em província.

Recebeu-se em comêço de dezembro o decreto de 7 de agôsto exonerando do cargo de prelado frei José Maria de Macerata, por ser estrangeiro não naturalizado.

Na noite de 7 de dezembro reuniu-se a tropa armada, dando tiros e gritos — *viva o coronel Poupino !* — e — *morram os pés de chumbo !* — O presidente convocou o conselho do govêrno e os magistrados.

Indo por esta ocasião o conselheiro Poupino ao quartel informar-se do que havia, voltou dizendo que a tropa queria a êle para comandante das armas, ao que o conselho anuiu, reabrindo-se a sessão às 2 horas da madrugada do dia 8.

Neste mesmo d'a, depois de amanhecer, exigiu mais a tropa levantada a deposição de todos os empregados públicos adotivos, o que lhe foi concedido pelo presidente, em conselho.

Em 10 de dezembro ordenou-se às câmaras municipais que procedessem à organização dos guardas nacionais.

Deixaram-se celebrar as sessões do Conselho Geral, na maior parte, adotivos os seus membros.

No mesmo mês o alferes Claudino Alves Carnaúba, nomeado pelo comando das armas, tomou posse do comando do Forte do Príncipe.

1832

A 9 de janeiro tomou posse do lugar de ouvidor o desembargador Joaquim Francisco Gonçalves Ponce de Leão.

Organizaram-se em Cuiabá duas companhias da Guarda Nacional. Os pedestres da Caissara recusaram aceitar o administrador nomeado alferes José Inácio de Oliveira.

A guarnição de Albuquerque exigiu com motivo que fosse demittido, por ser adotivo, o alferes Manuel Moreira da Silva e que se recolhesse à capital.

Os índios do Cabaçal cometeram hostilidades contra o destacamento do Coité.

Tendo a Câmara Municipal manifestado receios de que se amotinasse e cometesse excessos a tropa de linha, aquartelada no quartel do Pôrto, o Conselho do Govêrno, sob proposta do Conselheiro Comandante das armas, resolveu que fosse a dita tropa desarmada, que se desmontassem duas peças de artilharia que ali se achavam e que o quartel fôsse entregue a 12 praças da guarda nacional (110).

Essa resolução foi tomada a 18 de fevereiro, e como se não extinguisse a tal ou qual agitação de espírito que cercava a dita tropa, deliberou-se a 21 que marchasse a mesma para a fronteira do baixo Paraguai, e assim se verificou.

Como o conselho da província aceitara a proposição do 1.º inspetor dos índios Apiacás de formar um estabelecimento dos mesmos índios no Salto Augusto, ministraram-se-lhes os precisos recursos e com aquêlê destino saiu do Diamantino a 29 de fevereiro o 2.º inspetor com 16 homens e 5 mulheres.

Deu-se ao projetado estabelecimento o nome de São Francisco.

Organizou-se uma guarda municipal de 60 praças, de que foi comandante o capitão Antônio Pedro Falcão de Figueiredo.

(110) As inquietações da tropa eram prenúncios de agitação mais profunda, que avivou a luta entre nativistas e adotivos.

Ver “Notas à Margem” de Virgílio Corrêa Filho que versa miudamente o assunto.

Deram-se ordens para a execução da portaria do ministério da Guerra de 24 de dezembro, mandando desarmar as fortalezas.

Em junho, cumprindo-se as ordens da regência, foram reintegrados nos seus empregos os brasileiros adotivos. O brigadeiro Jerônimo Joaquim Nunes, alegando moléstia, não voltou ao comando das armas.

Em fim de agosto entrou em exercício o novo secretário do governo, Antônio Luís Patrício da Silva Manso.

A 22 de setembro a guarnição de Albuquerque amotinou-se, exigindo com armas na mão que se lhe pagasse os seus soldos e etapas, e fardamentos vencidos, declarando que não largariam as armas até que fosse atendida esta exigência. No dia 24 insurgia de novo declarando que ia para Coimbra esperar a decisão do governo, a fim de, não sendo favorável, passar-se para o Paraguai. Alguns arrependidos ou temerosos fugiram para o mato; os outros foram em busca dêles.

Aproveitando-se desta circunstância, o comandante (major Nunes), valendo-se dos oficiais, de um sargento de pedestres e dos moradores paisanos, retomou uma peça de artilharia que haviam colocado de frente do seu quartel e obrigou os amotinados a entregarem-se. Os índios distinguiram-se na perseguição dos mesmos amotinados.

Remeteram-se para a capital como cabeças de motim o cadete Antonio José Rodrigues, um anspeçada, quatro soldados de legião e quatro pedestres.

Organizou-se o Corpo de Ligeiros na forma do decreto de 22 de novembro de 1831, e em outubro o Conselho do Governo resolveu a dissolução dessa legião. Nessa época a força de linha era a seguinte:

Legião :

Tenente coronel — 1; estado maior — 5; estado menor — 2
oficiais — 13; inferiores — 14; cabos — 14; anspeçadas e soldados
— 190; cornetas — 4. Total — 243.

Pedestres :

Capitão — 1; tenentes — 2; alferes — 1; sargentos — 6; cabos
— 16; anspeçadas — 11; tambores — 3; soldados — 236. To-
tal — 276.

Distribuição da legião :

Cuiabá	30
Albuquerque	38
Coimbra	40
Miranda	54

Camapuã	1
Povoação de Albuquerque	3
Dourados	2
Estabelecimentos públicos	6
Vila Maria	3
Jauru	2
Mato Grosso	18
Casalvasco	15
Forte do Príncipe	19
Ribeirão	3
Palmela	2
Itonamas	3
Salto Augusto	4

Em fim de outubro chegou ao Forte do Príncipe, vindo do rio Negro, o religioso Carmelita frei José dos Santos Inocentes, acompanhado de seis soldados e enviado pelo governo interino do Rio Negro com officios para o governo imperial. Seguiu para Mato Grosso e dali para Cuiabá (111).

Em novembro, em Cuiabá, foi prêso o capitão de pedestres Antônio Rodrigues da Costa, por negar obediência ao comandante interino das armas Poupino.

A 10 de novembro tomou posse do cargo de comandante das armas o coronel Joaquim José de Almeida.

O presidente procurou entender-se com o de Goiás a respeito da vinda de pessoa habilitada para explorar as minas de ferro da província e estabelecer uma fundição.

O sargento Carvalho remeteu ao governo o resultado das suas indagações nos terrenos vizinhos do Piquiri, Sucuriú e Araguaia.

De fevereiro até outubro a junta de Fazenda sacou sobre o tesouro a importância de 71:491\$233, recebendo das tomadas :

Em moeda de cobre	15:524\$552	2/3
Em port. da junta	7:776\$160	
Em outras espécies	18:285\$130	
Em fazendas	29:905\$139	1/3

(111) Frei J. dos Santos Inocentes depois de exercer influência revolucionária na Amazônia, conduziu o fermento da revolta para Mato Grosso, onde encontrou ambiente já preparado, por motivos frequentes nos quartéis.

1833

Em janeiro o ouvidor desembargador Ponce de Leão procedeu à inauguração da recém-criada vila de Poconé, eleição de justiças, etc.

Começou a funcionar a nova Câmara de Cuiabá. Em 29 de janeiro amotinou-se a guarnição do Forte do Príncipe, depondo o seu comandante, alferes Claudino Alves Carnaúba, e assumindo as respectivas funções um sargento e um forriél, que por sua vez tiveram que conter novos motins.

Em março chegou a Cuiabá acompanhado de sua escolta armada frei José dos Santos Inocentes. O ouvidor representou ao presidente sobre o procedimento dêste religioso, que foi quem introduziu, para vilipendiar os adotivos, o odioso termo de *bicudo* (112).

Em 12 do mesmo mês publicou-se um Bando sobre organização do Corpo de Ligeiros na forma do decreto de 4 de janeiro de 1833.

A 23 de março o presidente em conselho suspende do cargo de juiz de Fora o Dr. Pascoal Domingues de Miranda, por crime de responsabilidade (ter denegado justiça a um Joaquim de Sousa Moreira).

A 15 de abril occupou-se o Conselho Geral dar denúncia que deram três inferiores de linha de terem sido convidados para uma rusga pelo cadete Joaquim Nonato Hiacinto.

A 19 de abril o presidente passou, por enfêrmo, a administração ao vice-presidente capitão-mor André Gaudie.

Feita a eleição de deputado à assembléia geral, a apuração final teve lugar a 30 de maio. Saiu eleito Antônio Luís Patrício da Silva Manso, tendo tido por competidores o coronel Joaquim José de Almeida e o capitão Manuel Peixoto de Azevedo.

Em sessão de 17 de junho o vice-presidente em conselho suspendeu do exercício de ouvidor o desembargador Ponce de Leão, pronunciado por calúnia para com frei José dos Santos Inocentes. Este religioso retirou-se de Cuiabá para Mato Grosso.

(112) As seguintes quadrinhas, recitadas então a miúdo, dão idéia da exaltação de ânimos que dividia portugueses e brasileiros :

O' maroto, pés de chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem lhe deu a confiança
De casar com brasileira?

Gente cabra, brasileira,
Descendente de Guiné,
Desprezou as cinco chagas
Pelo ramo do café.

(Nota de E. de Mendonça).

Por deliberação de 22 de julho foi suspenso do exercício o secretário Manso, acusado de desobediência e abandono do emprego.

Publicou-se por Bando de 16 de setembro a proclamação da regência por ocasião da sedição de minas em maio.

Remeteu-se para a guarda paraguaia do Apa uma porção de cavalos (94) que haviam sido roubados nas estâncias do Paraguai.

Por circular de 12 de novembro o vice-presidente fez público o aviso do ministério do império de 8 de junho em que se prevenia que de notícias oficiais se coligia que o duque de Bragança projetava voltar ao Brasil — pelo que recomendava tôda medida de precaução.

Este aviso, recebido em fim de agosto, não foi logo publicado por não parecer urgente ao govêrno, visto não existir na provincia partido restaurador que pudesse inquietar, e porque a publicação tenderia a sobressair a indisposição que existia por parte da população contra os nascidos em Portugal, cujo número não chegava a *com* em tôda provincia.

Esta demora, porém, produziu mau efeito, porque serviu de pretexto para pessoas crédulas ou menos bem intencionadas attribuirem aos seus contrários intenções restauradoras.

Com efeito, appareceram representações a êste respeito da parte da Câmara Municipal, e de uma sociedade que havia pouco fôra criada pelo deputado Manso e intitulada *Zelosos da Independência*.

Tendo vindo ao Diamantino um índio Mandurucú de nome Isidoro que pretendia ter noticia da situação de célebre lugar dos *Martírios*, o vice-presidente mandou que os juizes de paz e mais autoridades promovessem uma subscrição para custear uma expedição em demanda do dito lugar.

Urgido pelas instâncias do vice-presidente e do conselho, o presidente Correia voltou ainda molesto à cidade e reassumiu o exercício da presidência em 4 de dezembro. Neste ano organizou-se a Guarda Nacional em quase tôda a provincia.

Abandonou-se pela insalubridade do clima e falta de convenientes meios o recente estabelecimento do Salto Augusto.

No decurso do ano tiveram lugar diversos processos de responsabilidade suscitados por espirito de partido, e entre outros o do secretário Manso, que esteve ameaçado de ser prêso, não obstante a imunidade de deputado, e os tenente coronel Allano de Sousa Osório e Antônio J. Guimarães e Silva, cujas prisões foram requisitadas pelo

juiz de Paz ao Conselho do Govêrno, e que por êste não foram consentidas.

A 27 de novembro tomou posse Dom José Antônio dos Reis (113).

1834

Em janeiro por deliberação do presidente em conselho dividiu-se a província em duas comarcas, sendo o Dr. Pascoal Domingues de Miranda designado para juiz de Direito da comarca de Cuiabá.

A 8 de fevereiro procedeu-se à nova apuração dos votos dos colégios para deputado à A. G. L., tendo dado o seguinte resultado : Manso — 22 votos; J. J. Almeida — 18; major Peixoto — 18; cônego Silva — 3; Dr. Pascoal — 2 votos.

A 23 de fevereiro começou a funcionar a tesouraria de Fazenda.

Em março publicou-se um Bando relativo ao tumulto ocorrido na Côrte em dezembro a respeito da Sociedade Militar.

Em abril houve notícia da nomeação de Antônio Pedro de Alencastro para presidente.

Veio da Bolívia o major Oliden, incumbido de explorar a navegação do rio Otaquis, daquela República ao rio Paraguai.

A 3 de maio teve lugar a inauguração de uma roda de enfeitados na Santa Casa de Misericórdia, à diligência da Sociedade Filantrópica (fundada no ano passado, de alguma sorte em opposição à *Sociedade dos Zelosos da Independência*).

Tendo sido José Joaquim Vaz Guimarães, adotivo, nomeado procurador fiscal da tesouraria, pelo Tesouro, houve contra esta nomeação uma representação do povo a que anuiu o presidente em conselho em deliberação de 4 de maio.

(113) Na cidade de São Paulo nasceu a 20 de janeiro de 1798, Dom José que, órfão na juventude, trabalhou para se manter e estudar.

Amparado pelo bispo Dom Martins que o nomeou altareiro da Sé conseguiu frequentar o Curso Jurídico, onde obteve medalha de ouro, além de diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Nomeado bispo de Cuiabá, pela Regência, a sagração realizou-se na Catedral de São Paulo, a 8 de dezembro de 1832.

Mediante procuração outorgada ao cônego José da Silva Guimarães, tomou posse do novo cargo a 2 de junho de 1833 e a 27 de novembro conheceu o povo, em cuja chefia espiritual permaneceu, até succumbir a 11 de outubro de 1876.

Em maio marchou o comandante das armas, coronel Almeida, para Mato Grosso. Desavenças entre guardas nacionais e guardas municipais ameaçaram perturbar a tranqüilidade pública. Concluíram-se.

A 24, o presidente Correia deixou por enfermidade a administração, passando-a ao vice-presidente José de Melo Vasconcelos.

A 26, porém, tomou conta da mesma administração o coronel João Poupino Caldas, mais votado que o capitão Melo.

Na noite de 30 para 31 de maio um grupo de facinorosos, a que se juntou a plebe iludida em parte, e em parte movida pelos mais ignóbeis sentimentos, apodera-se do quartel e manda tocar a rebate, fazendo sair escoltas que mataram seis adotivos e um brasileiro e saquearam as casas de comércio pertencentes a adotivos.

O Conselho do Governo, convocado extraordinariamente, anuiu às exigências dos insurgentes e deliberou que todos os brasileiros nascidos em Portugal menores de 60 anos fossem mandados sair da província, devendo pôr-se em caminho dentro de 24 horas.

Os amotinados cometeram atrocidades inauditas — cortaram as orelhas e partes pudendas das vítimas, queimaram cadáveres, violaram esposas e outros atos de selvajaria.

Aquela deliberação do Conselho e as ordens que se expediram em cumprimento dela deram lugar à *caça* que se fez dos adotivos, que se mataram onde eram encontrados. A pretexto de que pretendiam resistir, expediram-se escoltas para persegui-los e ameaçaram-se os brasileiros natos que lhes dessem couro.

Foram mortas 33 pessoas, sendo 3 brasileiros e 30 adotivos (114).

Movimento da mesma natureza, porém menos sanguinário, teve lugar nos dias 7 e 8 de junho na vila do Diamantino.

Mato Grosso, onde se achava o comandante das armas, recusara associar-se a tais atrocidades, e as reprovou por atos públicos.

O Conselho do Governo suspendeu o comandante das armas, em 7 de agosto, e receando que reunisse força e marchasse para Cuiabá, fez seguir para Vila Maria uma força comandada por um capitão da Guarda Nacional (J..F.M.).

(114) A tragédia passou à história, com o título de *Rusga*. Entre os adotivos assassinados incluíram-se João Cardoso de Carvalho, capitão da 1.^a linha; J.J. Vaz Guimarães, rábula sagaz; Domingos José Pereira, comerciante em Diamantino; Antônio José Soares, sargento-mor; Tomás de Aquino; João Campelo; José Antônio de Lima, tenente coronel; Manuel José Moreira, alferes; Antônio Joaquim Moreira Serra, sargento-mor.

Alguns brasileiros também pereceram, como Manuel Pinheiro de Almeida, alvejado por engano.

No mesmo mês de agosto (24) renovou-se a *rusga* em Diamantino onde mataram a três adotivos; as autoridades, porém, e parte sã do povo obstaram a que prosseguisse a desordem.

Ausentes ou escondidos os poucos adotivos que existiam no município de Cuiabá, entrou-se a falar na proscricção de 33 brasileiros bastardos. O vice-presidente Poupino, unindo-se à gente ordeira, fez com que saísse do quartel a força que o occupava, a fim de marchar para Diamantino e tomando conta do mesmo quartel no dia 4 de setembro com homens de ordem, deu-se comêço à prisão dos insurgentes.

Em 9 de setembro houve em Miranda um movimento anarquista, à imitação do que se fizera em Cuiabá, e dirigido por um cadete, um sargento e um cabo da guarnição. Foram ali mortos três adotivos.

A 21 de setembro chegou o presidente nomeado.

3.º PRESIDENTE — ANTÔNIO PEDRO DE ALENCASTRO

(1834 — 1836)

Nomeado por carta imperial de 4 de janeiro, o presidente Alencastro tomou posse em Cuiabá a 22 de setembro. A 4 de outubro foi reintegrado o comandante das armas, coronel Almeida.

Efetuu-se a prisão de vários fautores dos crimes que começaram a 30 de maio e deram-se providências enérgicas para a captura e processo de todos.

Na noite de 30 para 31 de outubro foram presos cinco cidadãos notáveis pela sua posição social. Declarou o presidente que fôra efetuada a prisão à ordem da Regência pelo povo em massa, que attribuía a êsses homens a desordem havida e projetos de renová-la. Foram em consequência encontrados e previamente a qualquer processo, enviados para a Côte pela navegação fluvial de São Paulo (115).

A 10 de novembro remeteu-se às câmaras municipais a lei de reforma da Constituição e determinou-se-lhes que providenciassem para a eleição do regente e em seguida para a de deputado.

Suspenderam-se as quatro companhias da Guarda Nacional de Cuiabá, a 13 de dezembro, ficando formada a guarnição de Cuiabá de uma força de guardas municipais e outra das chamadas cívicas, que desde setembro estavam de posse do quartel.

(115) Com o auxílio de Poupino, conseguiu Alencastro prender os cabe-cilhas da *Rusga*; Pascoal D. de Miranda, Braz Pereira Mendes, José Jacinto de Carvalho, Bento Franco de Camargo, José Alves Ribeiro, Eusébio Luís de Brito, Manuel do Nascimento Moreira, Antônio F. Mendes.

1835

Deram-se providências para que o correio para Goiás e a Côrte se expedisse duas vêzes por mês. A 13 de janeiro foi suspensa a Guarda Nacional de Diamantino por vícios de qualificação.

Em fevereiro e março deu-se comêço à organização do Arsenal de Guerra.

A 14 de março foi suspenso pelo presidente o inspetor da tesouraria João Luís Airoso por abusos, omissões e erros de ofício, e ainda por propagar doutrinas anárquicas.

A 21 publicou-se por Bando a notícia do falecimento do Sr. Dom Pedro I, duque de Bragança. Em abril procedeu-se à eleição do regente, sendo mais votado o padre Diogo Antônio Feijó.

No mesmo mês elegeram-se também os membros da Assembléia Legislativa Provincial que se instalou a 3 de julho.

A 4 de julho publicou-se por Bando a proclamação da Regência de 3 de abril relativamente à sedição do Pará. Pelas leis provinciais de 26 de agôsto criaram-se as freguesias de Santo Antônio e Livramento, e pela n.º 19 de 28 do mesmo mês foi declarada a cidade de Cuiabá capital da província.

A 20 do mesmo mês de agôsto o presidente dirigiu um ofício à Assembléia Legislativa pedindo suspensão de garantias, que não foi decretada por julgar a mesma assembléia inatendíveis as razões alegadas pelo presidente. Em outubro despediu-se a Guarda Cívica.

Em dezembro o coronel Poupino foi suspenso do lugar de tesoureiro por ordem do ministro da Fazenda. O mesmo coronel foi investido do comando da guarnição da capital.

Neste ano tratou-se da condução das peças que estavam na ponte do Guaporé, incumbindo-se o coronel Valério, comandante de Mato Grosso que apresentou para êste fim um plano, que não se pôs em execução. Tratou-se também da abertura de uma estrada para Itaituba, que ficou, porém, em projeto.

Continuaram-se as providências a respeito da abertura da estrada para São Paulo, pelo Piquiri. Por portaria de 22 de dezembro foi adiada a próxima sessão da Assembléia Legislativa para 15 de outubro de 1836.

1836

A 4 de janeiro publicou-se por Bando a proclamação da Regência de 12 de outubro de 1835.

A 11 do dito mês foi nomeado José Garcia Leal, "diretor da povoação de 30 fogos que se descobriu no vão do Sucuriú, Paraná e

Paranaíba, na exploração da nova estrada para São Paulo". Já se considerava este território como pertencente à província.

Em officio de 14 de janeiro, disse o presidente ao ministro do Império :

"... ficando a divisão desta província com a de São Paulo, pelo Paraná, e com a das Gerais pelo Paranaíba e com a de Goiás pelo rio Doce acima até as suas cabeceiras nas contravertentes do grande Araguaia, antiga divisão desta província com a de Goiás."

A 30 do mesmo mês recebeu-se o aviso da demissão do presidente Alencastro, e o que designava a ordem dos vice-presidentes: vinha em primeiro lugar o capitão Antônio José da Silva. Como se achasse este ausente em sua fazenda, tomou conta do governo no dia 1 de fevereiro o 2.º vice-presidente Antônio Correia da Costa.

Por circular de 11 de fevereiro foi convocada a Assembléia Legislativa Provincial para o dia 1 de março, ficando sem effeito o adiamento expedido pelo ex-presidente. A 22 mandaram-se recolher os *cívicos* que ainda estavam em serviço no quartel. A 24 entrou em exercício o 1.º vice-presidente Antônio José da Silva.

A 1 de março começou a 2.ª sessão da Assembléia Legislativa Provincial. A 11 remeteram-se para a cadeia de Mato Grosso, por julgar-se mais segura que a de Cuiabá, 17 presos quase todos sentenciados pelo júri a pena última, pela parte que tinham tomado nas mortes que derivaram do movimento de 30 de maio.

Em maio voltaram remetidos pelo chefe de polícia da Còrte doze dos deportados em 31 de outubro de 1834. Outros dois que se haviam remetido também se apresentaram voluntariamente (116).

Em 30 de maio a guarnição do forte do Príncipe depôs o comandante interino Floriano José de Oliveira, e elegeu para comandante o sargento Jacó José de Moraes.

Mandou-se um official (José Maria de Albuquerque) para comandar o destacamento do Piquiri e continuar a exploração relativa à abertura da nova estrada para São Paulo.

Colocou-se um destacamento no rio Arinos para obstar a qualquer desordem que pudessem cometer alguns sediciosos internados no Pará.

Deu o governo da província reiteradas ordens (que se não executaram) para que o quartel do comando da fronteira do baixo Paraguai fosse transferido de Albuquerque para Coimbra.

A meião de agosto chegou o presidente nomeado, Dr. José Antônio Pimenta Bueno.

(116) Entre os que regressaram, libertos pelo Supremo Tribunal da Còrte contaram-se Pascoal de Miranda, magistrado, José Alves Ribeiro e José Jacinto.

4.º PRESIDENTE — DR. JOSÉ ANTÔNIO PIMENTA BUENO

(1836 — 1838)

Nomeado presidente por carta imperial de 5 de novembro de 1835. Tomou posse o Dr. Pimenta Bueno no dia 16 de agosto (117).

A 20 de setembro publicou-se por Bando o auto de reconhecimento de sua alteza a senhora Dona Januária como princesa imperial. Ao capitão Antônio José da Silva foram incumbidas as diligências relativas à abertura da nova estrada para São Paulo.

O presidente tratou da construção e prontificação das barcas canhoneiras e solicitou providências para a fundação de um estabelecimento naval.

Veio da Bolívia o major Oliden incumbido da exploração de uma via fluvial de comunicação entre aquêlê país e o rio Paraguai.

A 3 de outubro fez-se notável redução na guarda municipal. Mandou-se expedir uma *bandeira* contra os índios Parecis, que tinham hostilizado os arraiais de Mato Grosso.

Mandou o presidente promover uma subscrição voluntária para a aquisição de um prelo e mais artigos necessários para montar uma tipografia.

A 17 de outubro foi convocada extraordinariamente a Assembléa Legislativa Provincial, que se reuniu a 1 de dezembro.

Pessoas mal intencionadas e outras irrefletidas fizeram correr um boato de *rusga*, que causou alguma sensação, mas não tardou a dissipar-se. Pretendia-se que o capitão Oliveira, comandante do Corpo de Ligeiros, tencionava mandar assassinar alguns cidadãos na iluminação que se fez na porta do quartel no dia 2 de dezembro e repetiu-se no dia 5.

1837

A 1 de janeiro procedeu-se à eleição de deputado à Assembléa Geral Legislativa.

A 9 foi nomeado diretor dos índios Apiacás João Soares Muniz a quem se deu instruções relativamente ao Salto Augusto. A 25 os

(117) Natural de São Paulo, Pimenta Bueno doutorou-se em ciências sociais e jurídicas na escola paulista. Magistrado, em seguida, não tardou a desempenhar cargos de relêvo na administração, na política, na diplomacia.

Em Cuiabá, promoveu o estabelecimento da primeira tipografia, depois de restabelecer a ordem na província abalada pela Rusga. Visconde, e mais tarde, marquês de São Vicente, representou o Brasil junto ao govêrno de Carlos Lopes, que o apreciava e tomou parte em mais de um ministério, Senador por São Paulo, faleceu a 19 de fevereiro de 1876, setuagenário.

sentenciados à morte que de Cuiabá foram transferidos para Mato Grosso, tendo clandestinamente obtido algumas armas, saíram da cadeia à 1 hora da tarde, mataram o carcereiro, apoderaram-se do quartel, saquearam o parque, destruíram o arquivo militar e seguiram para Casalvasco e daí para a Bolívia sem encontrarem resistência.

A 10 de fevereiro fez-se a apuração dos votos da eleição de deputado, saindo eleito o Dr. Antônio Navarro de Abreu. Expediram-se duas bandeiras para abrirem um trilho do Paraná a Piracicaba.

No dia 9 de maio à entrada da noite foi morto o coronel João Poupino Caldas de um tiro de espingarda, na rua Bela do Juiz, uma das mais frequentadas de Cuiabá. O assassino desapareceu e até agora está o crime impune (118).

Organizou-se uma sociedade para a exploração dos terrenos que se supõem diamantíferos nas margens do rio Cachoeira. Seguiu em junho com êsse destino o capitão Caetano da Silva Albuquerque. Foi o Cofre Provincial acionista desta sociedade.

Deu-se princípio no meiado do ano à reorganização da Guarda Nacional. Em agosto chegou ao Piquiri, vindo pela nova estrada, um carro carregado de sal. Estabeleceu-se um correio para o província boliviana de Chiquitos.

Recolheram-se em outubro as *bandeiras* que haviam sido pedidas de Vila Maria contra os índios Bororos do Cabaçal, trazendo quatro índios adultos e 24 crianças e tendo sido a perda dos índios no conflito de 40 a 50 pessoas.

Mandou-se explorar o terreno que medeia entre as cabeceiras do Anhanduí e a do Mondego, a fim de conhecer a conveniência de haver ali um varadouro e mudar-se para êsse pôrto a navegação que se faz para Camapuã.

Deu-se comêço à construção de um teatro e de um passeio público. Concluiu-se a abertura da estrada e picada do Piquiri para o Paranaíba, estabelecendo-se na passagem dêste duas canoas que dão passagem a cinco ou seis animais dentro de cada uma delas.

Desde 1 de setembro está exercendo o sagrado ministério na capela de Santana um eclesiástico que se mandou vir com a congrua de 200\$000, em virtude de uma decisão legal.

(118) Atribuiu-se o crime a represálias de antigos correligionários da Rusga, contra os quais teria Poupino promovido reação policial — Ver Virgílio Corrêa Filho — *Notas à Margem*.

Em circular de 4 de dezembro comunicou-se às câmaras a notícia oficial da renúncia ou demissão do regente, substituído pelo ministro do Império Pedro de Araújo Lima. Deram-se providências para a eleição do novo regente.

Deu-se comêço ao troco e substituição da moeda de cobre.

1838

O presidente mandou explorar o varadouro entre o rio Mondego e o Anhanduí cuja navegação outrora freqüentada talvez seja preferível à que se faz por Camapuã.

A Lei Provincial n.º 4, de 19 de abril criou a freguesia de Santana do Paranaíba, na margem ocidental do rio do mesmo nome e do Paraná ; e bem assim a freguesia do Piquiri a Oeste da antecedente, dando-lhe o nome de Santa Cruz. Não chegou esta, porém, a ter existência senão nominal.

A 21 de maio retirou-se o presidente Dr. Pimenta Bueno, entregando a administração ao vice-presidente cônego José da Silva Guimarães. Seguiu caminho de São Paulo.

Desavenças ocorridas entre o comandante militar e o delegado do governo em Vila Maria, levaram o governo a ordenar ao primeiro que seguisse para Mato Grosso a fim de mandar conduzir para o Jauru as peças de artilharia, c. 24, que se achavam junto da ponte do Guaporé.

O governo de Goiás mandou um destacamento de permanentes para o pôrto de Alencastro sobre o Paranaíba, na nova e recém-criada freguesia de Santana, que entendia pertencer ao território de sua jurisdição : o que deu lugar a uma representação de 110 moradores da mesma freguesia, pedindo pertencer à jurisdição de Cuiabá.

A 15 de setembro chegou de Goiás o novo presidente, Doutor Estêvão Ribeiro de Resende.

5.º PRESIDENTE — DR. ESTÊVÃO RIBEIRO DE RESENDE

1838 — 1840

O Dr. Resende, nomeado presidente por carta imperial de 9 de fevereiro de 1838, tomou posse a 16 de setembro (119).

(119) Filho do marquês de Valença o segundo Estêvão Ribeiro de Resende não conseguiu governar com a mesma autoridade de Pimenta Bueno. Contra os seus atos levantou-se a Assembléia Provincial, que lhe dificultou a administração. Ver Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. (Tomo XII — 1924), págs. 115 e seguintes.

1839

Em janeiro celebraram-se festas públicas pela eleição do novo regente Pedro de Araújo Lima.

Em fevereiro, tendo corrido o boato de ter falecido o Dr. Francia, ditador do Paraguai, o presidente fez seguir para Olimpo uma barca canhoneira, que voltou em maio, tendo-se demorado um dia naquele forte.

Houve notícias de receiar que as bexigas se introduzissem na província por via da navegação do rio Arinos, e para prevenir essa desgraça deram-se providências.

Em agôsto começou a funcionar uma tipografia destinada principalmente a publicação dos atos do govêrno e comprada por uma subscrição promovida pelo presidente Pimenta Bueno. A contar dessa época publicou-se semanalmente um periódico (120).

Continuou-se a tratar da abertura e melhoramento da nova estrada para São Paulo. Mudou-se para lugar mais sadio e conveniente o destacamento do Piquiri. Houve notícia de ter concluído a sua comissão a bandeira encarregada de abrir a picada até Piracicaba.

Tendo os índios Coroados feito em setembro hostilidades em uma Fazenda do São Lourenço e no lugar das Malas na estrada de Goiás, onde feriram cinco vítimas, expediu-se contra êles uma bandeira, que não os pôde encontrar e bater, porém destruiu um grande quilombo que existia nas imediações do ribeirão das Piraputangas, donde trouxe muitos fugidos.

Para obstar as correrias dos mesmos índios mandou o presidente colocar um destacamento na passagem do ribeirão Sangrador e outro na do São Lourenço na entrada do Piquiri. Prosseguiram-se as diligências relativas à navegação do Anhanduí, pela qual veio uma expedição de São Paulo a cargo de José de Lara Pinto.

Revoltou-se a 28 de novembro a guarnição de Mato Grosso contra o seu comandante, major Manuel Machado da Silva Santiago, a quem depôs, elegendo em seu lugar o tenente Generoso A. N. de Moraes Cambará.

Em dezembro teve começo a iluminação de Cuiabá.

(120) O jornal, de duas colunas, impresso em papel almaço de linho, intitulava-se *Themis Matogrossense*, e o primeiro número saiu a 14 de agôsto (Nota de E. de Mendonça).

1840

Em fevereiro (resolução de 4) organizou-se em Legião a Guarda Nacional da Província, que então se compunha de dois batalhões de infantaria e um esquadrão de cavalaria na capital; um batalhão de infantaria em Diamantino, outro em Poconé e outro em Mato Grosso.

A Assembléia Legislativa, cuja maioria continuava em opposição violenta e sistemática ao presidente, concluiu sua sessão sem decretar as leis de orçamento provincial e municipal. Foi para êste fim convocada extraordinariamente em junho, sendo esta sessão menos tempestuosa do que era de supor-se.

Nesta sessão extraordinária cessou de publicar o periódico oficial e de funcionar a tipografia em razão de uma lei provincial que não foi sancionada e nem devolvida à Assembléia.

Tendo o presidente obtido a exoneração que solicitara, partiu para a Côte a 25 de outubro, entregando a administração ao vice-presidente Antônio Correia da Costa. No mesmo dia chegou a notícia oficial dos acontecimentos de 23 de julho na Côte e da proclamação da maioridade do Sr. Dom Pedro II.

Recebeu-se também a nomeação do cônego José da Silva Guimarães para presidente da província.

6.º PRESIDENTE — CÔNEGO JOSÉ DA SILVA GUIMARÃES

(1840 — 1843)

O cônego José da Silva Guimarães, nomeado por carta imperial de 30 de julho de 1840, tomou posse no dia 28 de outubro (121).

Chegou o arrojamento dos Bororós do Cabaçal a ponto de atravessarem o rio Paraguai e passarem pelo meio de Vila Maria.

1841

Em março o presidente fez seguir para Olimpo uma barca canhoneira, que voltou em maio sem que conseguisse passar daquêlê forte para baixo (122).

Não tendo a A.L.P. decretado a lei de despesas provinciais na sua sessão ordinária, foi convocada extraordinariamente para êste fim em maio.

(121) Natural de Cuiabá, o cônego José da Silva Guimarães incluía-se entre as individualidades de maior prestígio em sua terra.

(122) Comandou a barca-canhoneira o então capitão tenente, Augusto Le-verger, que dessa viagem escreveu interessante e proveitoso *Diário*. (Nota de E. de Mendonça).

Em setembro fez-se uma expedição para povoar o Salto Augusto. Contra os índios Coroados que haviam cometido hostilidades, expediram-se duas *bandeiras*, que nada fizeram senão capturar duas crianças.

Emigrou da Bolívia o ex-prefeito de Santa Cruz Lendicar, que se mandou residir em Vila Maria.

Em dezembro procedeu-se à eleição dos eleitores de deputados à Assembléia Geral Legislativa. Passou-se o ano sem que pudesse reunir o júri da capital nem as juntas de paz.

1842

A 3 de janeiro começou a funcionar a Escola Primária Normal, dirigida por um professor que à custa da Província fôra estudar na Escola Normal do Rio de Janeiro (123).

A 26 de fevereiro procedeu-se à eleição de deputado à Câmara de 1842. Foi eleito o tenente de Engenheiros José Joaquim de Carvalho; tinha por competidor o Dr. Antônio Navarro de Abreu (124).

(123) Este professor seria provavelmente J. F. Almeida Lousada, mandado à Escola Normal de Niterói, onde deveria aperfeiçoar os seus estudos durante 14 meses prorrogados por mais oito a 28 de fevereiro de 1839.

A sua pensão, estabelecida pelo presidente Pimentel Bueno, em janeiro de 1838, montava a 50\$000 por mês, paga adiantadamente.

A 24 de fevereiro de 1841, Lousada prestou juramento para entrar no exercício do cargo de secretário do Governo, em que permaneceu, até se aposentar, tendo, portanto, deixado o magistério.

(124) Nascido a 6 de julho de 1811, em Cuiabá, o segundo Antônio Navarro de Abreu formou-se em direito pela escola de São Paulo, e sem tardança obteve o mandato de deputado geral por Mato Grosso, na 4.^a legislatura.

Desempenhou papel saliente na campanha da Maioridade, quando se revelou orador fegoso e destemido.

Não obstante, perdido o apoio eleitoral, com o desaparecimento de João Poupino Caldas, seu tio, foi preterido pelo competidor.

Já então o empolgara a perturbação que o levaria ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia, a que eram recolhidos os dementes, mais tarde transferidos para o Hospício Nacional.

Afinal a 3 de outubro de 1845, precocemente envelhecido, paralisou-se-lhe a vida, que Pôrto Alegre sintetizou como “um delírio rápido, descreveu um círculo estreito sobre três pontos bem diferentes; começou nas aulas brilhou no alto do parlamento, e eclipsou-se nas grades de ferro do aposento de um alienado”.

Foi publicada por ordem do presidente a Lei Provincial dando regulamento à tipografia. O periódico tornou a publicar-se em 30 de julho com o título de *Cuiabano Oficial* (125).

Começou no princípio do ano a povoação do Salto Augusto. O encarregado, Manuel Teixeira Amazonas, estabeleceu-se provisoriamente no lugar denominado Religioso, no ângulo da confluência do rio São João da Barra (aldeia dos Apiacazes) com oito camaradas, seis soldados e quatorze escravos. Ajuntaram-se-lhe muitos índios Apiacazes.

Explorações feitas por particulares nos campos da Vacaria, fizeram conhecer um rio navegável que vai ter ao Paraná e ao qual deram o nome de Amazonas, de que o presidente deu parte ao ministro do Império. Este rio não é outro senão o Ivinhema, ou o seu galho Vacaria.

Em 4 de abril seguiu para Olimpo o capitão tenente Leverger, nomeado cônsul geral do Paraguai. Voltou em maio, sem que conseguisse seguir adiante de Olimpo, visto como o Governo do Paraguai não admitia comunicação senão por via de Itapuã (126).

(125) Ao justificar a sua iniciativa, afirmou o presidente Pimenta Bueno, mais tarde marquês de São Vicente a 30 de março de 1837;

“O sistema administrativo que nos rege, exige a publicidade dos atos das autoridades, que também dêle dependem, muitas vezes, para que bem possam corresponder a seus fins”.

A mingua de recursos no Tesouro da Província, abriu subscrição entre particulares, que sem tardança montou a 2:948\$868.

Adquirido no Rio o prelo, averbaram-se-lhe à conta as seguintes parcelas.

Custo de tipografia	1:106\$180
Papel e tinta	72\$300
Comissões	62\$680
Frete de 20 volumes, pesando 72 arrobas e 5 libras	722\$346
	<hr/> 1:963\$506

E, assim, a 14 de agosto de 1839, saiu a lume o primeiro jornal cuiabano *Themis Matogrossense*, mercê da dedicação da turma encarregada de publicá-lo, que se constituiu de um administrador, um redator, um compositor e um ajudante, um distribuidor e dois serventes.

O presidente destinou-lhe modesta verba, que a opinião glosou na Assembléa de sorte que não conseguiu perdurar a gazeta da qual, mais tarde, o cônego José da Silva Guimarães, ao dar-lhe novo alento mudou o título para — *O Cuiabano Oficial* — a que se refere o autor.

(126) Vigorava o regime do fechamento das fronteiras paraguaias, estabelecido por França.

Por isso, nomeado cônsul a 14 de janeiro de 1841, Leverger recebeu de Aureliano escassas recomendações, pois que eram ignoradas as verdadeiras condições do Paraguai.

Mandou-lhe, porém, uma coleção da Revista do Instituto Histórico e, em troca, exigiu-lhe a remessa de suas próprias investigações.

Tendo sido dissolvida antes de funcionar a Câmara de 1842, procedeu-se em agosto a novas eleições primárias e em outubro a de deputado, fazendo-se a apuração em dezembro. Saiu novamente eleito o tenente José Joaquim de Carvalho.

Por enfermidade do presidente, tomou conta da administração em 9 de dezembro o vice-presidente capitão Antônio Correia da Costa.

1843

O major Dr. Manuel Bravo e o capitão Nicolau Metron, enviados ao Paraguai pelo Governo Boliviano, seguiram em fevereiro para Olimpo sob a proteção de uma barca canhoneira. Voltaram em março, não lhes tendo sido concedido ir adiante.

Organizou-se o Corpo Fixo de Caçadores e a Companhia de Artilharia, segundo o Decreto de 20 de agosto de 1842.

Os soldados e camaradas do estabelecimento de Salto Augusto, na ausência do diretor Amazonas, levantaram-se contra o encarregado das plantações e economia e o obrigaram a retirar-se entre os Apiacazes. Consumiram as roças de milho e mandioca.

Por Lei Provincial de 4 de abril foi criada a Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, contigua à da cidade de Cuiabá. A Assembléia acabou as suas sessões sem decretar as Leis de Despesas Provincial e Municipal. O presidente reassumiu o exercício do Governo a 11 de maio, não convocando a Assembléia extraordinariamente por não confiar nas disposições da sua maioria.

Um destacamento de 50 soldados bolivianos postou-se em Salinas o que fez receiar hostilidades. Constou posteriormente que neste mesmo ano os bolivianos exploraram o território de Santo Antônio dos Guarajus, retirando-se depois.

Em julho o *Cuiabano Oficial* passou a denominar-se simplesmente *Cuiabano*. A 7 de agosto o reverendo José da Silva Guimarães, exonerado por Decreto de 28 de de abril, passou a administração da Província a Manuel Alves Ribeiro, (127) nomeado vice-presidente em primeiro lugar por Carta Imperial de 31 de março. Os outros vice-presidentes eram : Dr. Manuel Pereira Coelho, José Mariano de Campos e o Exmo. bispo diocesano.

(127) Manuel Alves Ribeiro, chefe acatado dos liberais, exerceu papel de relêvo na Província, conforme evidencia excelente ensaio biográfico, que lhe dedicou José de Mesquita.

Em 21 de agôsto o vice-presidente convocou extraordinariamente a Assembléia Legislativa para decretar as Leis de Orçamento Provincial e Municipal. Além destas, foi promulgada uma lei sôbre a organização da Guarda Nacional, que foi causa de sua desorganização porque o vice-presidente não teve tempo de dar-lhe plena e completa execução e seus sucessores não o quizeram fazer por julgarem que na decretação dessa lei a Assembléia exorbitara de suas atribuições.

A 1 de setembro expediu-se pela primeira vez o correio para a Côrte pela nova estrada de São Paulo pelo Piquiri, continuando-se a trabalhar nessa estrada (128). Abriu-se uma estrada de carro de Sant'Ana do Paranaíba para a margem do Paraná, e da parte oposta do rio uma picada para Piracicaba, pela qual já tinha passado uma boiada de 200 bois. Já tinham chegado à cidade de Cuiabá dois carros carregados vindo de Sant'Ana pela dita estrada. São, porém, os únicos que até hoje vieram (1859).

Em 9 de setembro foi demitido o coronel chefe da Legião da Guarda Nacional Antônio Peixoto de Azevedo, e nomeado em seu lugar o major reformado do Exército Antônio Bernardo de Oliveira.

A 24 de setembro celebrou-se pela primeira vez um funeral pelo duque de Bragança. O Governo mandou glosar a despesa de 300 e tantos mil réis, que por tal motivo ordenara o vice-presidente.

(128) A estrada do Pequiri foi esboçada em 1808, sem resultado. Por volta de 1832, Jerônimo Joaquim Nunes empenhou-se em abri-la com a colaboração de José Martins de Carvalho.

Mas sômente se ultimou com as feições de picada em 1835.

Fraldejava a serra de São Lourenço, transpunha o Piquiri, donde rumava para as cabeceiras do Sucuriú, de cujo vale buscava o Parnaíba, que, atravessado, permitia a continuação até Uberaba.

Para lhe melhorar as precárias condições, Pimenta Bueno obteve o dedicado e valioso concurso de Antônio José da Silva, fazendeiro estabelecido em Santo Antônio da Barra, que se colocou à frente dos trabalhadores até o Pequiri, no pior trecho da mata.

Dá por diante, confiou o serviço ao tino sertanejo de José Garcia Leal, um dos fundadores de Santana do Paranaíba.

Por essa via, entraram, pela primeira vez, em Cuiabá, a 8 de outubro de 1836, uma vara de 70 porcos mandados de Uberaba, além da tropa de bestas de Manoel Bernardo, que, em troca, de torna viagem, conduziu boiadas dos fazendeiros cuiabanos, assim inaugurando o intercâmbio que se intensificaria mais tarde.

Tendo sido exonerado o 1.^o vice-presidente Manuel Alves, passou este a administração em 5 de outubro ao 3.^o José Mariano de Campos, por não ter querido entrar em exercício o 2.^o, Dr. Manuel Pereira da Silva Coelho.

No dia 22 de outubro chegou a Cuiabá o novo presidente coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire.

7.^o PRESIDENTE — ZEFERINO PIMENTEL MOREIRA FREIRE

1843 — 1844

O coronel de 2.^a Classe do Exército Zeferino Pimentel Moreira Freire, nomeado presidente por Carta Imperial de 17 de maio, tomou conta da administração da Província a 24 de outubro (129).

Constando que o Governo do Paraguai franqueara a enviados do Governo a entrada naquele país por via de Olimpo, o presidente fez seguir para Assunção o capitão de fragata Augusto Leverger, que já se achava exonerado do cargo de cônsul geral e encarregado interino de negócios. Saiu de Cuiabá a 5 de novembro; chegou a Olimpo a 18 e continuou a viagem a 19. A 27 chegou em Assunção, onde demorou-se até 5 de dezembro, em que começou seu regresso para Cuiabá (130).

A 13 de novembro tomou posse dos cargos de juiz de Direito da Comarca de Cuiabá e chefe de polícia da Província o Doutor Manuel Eliziário de Castro Menezes.

1844

Em janeiro deu o presidente Estatutos para a aula do 1.^o ano matemático e de geometria.

(129) Zeferino Pimentel Moreira Freire.

Nascido em Lisboa, a 26 de agosto de 1800, conforme assegurou Sacramento Blake, em seu Dicionário Bibliográfico Brasileiro, acompanhou seu pai brigadeiro Bernardo Antônio Moreira Freire, que participou da comitiva do príncipe regente.

Aluno da Academia Militar, onde se formou, serviu em várias províncias, antes de ocupar a Presidência de Mato Grosso.

(130) Em todas as viagens, Leverger cuidava de ampliar os seus conhecimentos hidrográficos, publicados pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", ao qual os remeteu por instâncias de Aureliano Coutinho.

A 2 de fevereiro chegou a Cuiabá o capitão de fragata Augusto Leverger, tendo cumprido a comissão de que o incumbiu o presidente. Em março dois estafetas do correio de Goiás foram mortos pelos índios Coroados, nas imediações do lugar das Lavrinhas. Expediu-se uma escolta de 14 praças, de linha para proteger os correios e mercadores da estrada de Goiás.

Em junho aportaram ao Forte do Príncipe 14 pequenas embarcações bolivianas, as quais com licença do comandante do Forte, seguiram pelo Mamoré e Madeira abaixo. Consta que, no trecho das cachoeiras, parte da tripulação se revoltou e teve de regressar a expedição.

Em julho houve no Forte do Príncipe um motim feito pelos habitantes extramuros e por parte da guarnição contra o comandante Francisco de Sales Maciel, que todavia conservou-se com parte da guarnição fiel.

A 24 de setembro chegou a Cuiabá o tenente coronel graduado Ricardo José Gomes Jardim, nomeado presidente e comandante das Armas da Província.

*
* *

Teve neste ano começo, um procedimento judicial que depois complicou-se muito com as circunstâncias políticas da terra. Manuel Alves Ribeiro e Antônio Peixoto de Azevedo se diziam co-proprietários, por herança, da Fazenda de Camapuã, existindo outros sócios na Província de São Paulo.

Em 18... Peixoto, voltando de Pôrto Feliz para Cuiabá, trouxe consigo alguns escravos da dita fazenda, que considerou como seus.

Em 1838 foi Manuel Alves a Camapuã e tomou cento e tantos escravos, deixando ficar mui poucos na Fazenda. Dispôs deles como lhe aprouve; muitos foram vendidos a diversos particulares.

Em fim de abril o juiz de Direito e chefe de polícia, Doutor Menezes mandou recrutar um desses escravos, que se dizia ter sido fôrro na pia e ter gozado de liberdade por mais de dez anos. O mesmo magistrado em Edital de correição determinou que o atual

possuidor da Fazenda de Camapuã lhe apresentasse os títulos que fundamentavam a sua posse e direito que tinha exercido, dispondo da quase totalidade dos bens da dita Fazenda, quando era voz geral que não tinha nenhum direito e era usurpação à Fazenda Nacional (131). E em ofício de 8 de janeiro de 1844, reclamou ao presidente providências para que os ditos escravos voltassem a Camapuã ou fôsem retidos em Miranda, para onde tinham vindo, ou que viessem para a capital ficando sob a vigilância do Governo.

Daí originou-se um processo criminal em que Manuel Alves foi pronunciado a prisão, pelo crime inafiançável de reduzir pessoa livre à escravidão. Manuel Alves abrigou-se sob a lei de imunidades de outubro de 1835 ; entretanto foi por vêzes ordenada a sua prisão, a qual apesar disso não se verificou (132).

8.º PRESIDENTE — RICARDO JOSÉ GOMES JARDIM

1844 — 1847

Nomeado por Carta Imperial de 9 de maio, o tenente coronel graduado do Corpo de Engenheiros Ricardo José Gomes Jardim,

(131) A fazenda Camapuã foi fundada pelos irmãos Lemes, pouco antes das perseguições de que foram vítimas, por parte do prepotente governador Rodrigo César de Meneses, que logrou, por fim, exterminá-los .

A latitude de 19° 35', dilata-se pelo dorso do divisor de águas, que os sertanistas transpunham pelo varadouro de 13.706 metros, para passarem de tributários do Paraná aos do Paraguai.

Era um pôsto de reabastecimento e auxílio dos viajantes que iam de São Paulo a Cuiabá, ou em sentido oposto.

Executados os seus fundadores, foram-lhes confiscados os bens, entre os quais se arrolava Camapuã, que Luís Vileares arrematou sem tardança.

Os seus netos, por não julgarem suficientes as provas que possuíam, obtiveram, em 1810, nova concessão firmada pelo capitão general João Carlos.

A diminuição das monções pelo rio Pardo causou a decadência da fazenda, que os proprietários, legítimos ou não, apressaram, com a retirada de grande parte dos seus povoadorês.

(132) Manuel Alves Ribeiro, como chefe liberal de comprovado prestígio, mantinha em Poconé o seu reduto onde não conseguiria prendê-lo o governo da Província.

tomou posse a 26 de setembro, e bem assim assumiu o de comandante das Armas em virtude da Portaria de 22 de maio (133).

Em outubro, chegou a Cuiabá o Dr. Sabino, chefe da revolução da Bahia em 1837, que se achava como anistiado residindo em Goiás e foi mandado transferir para o Forte do Príncipe. Seguiu para Mato Grosso, onde o presidente ordenou que se demorasse, visto o perigo de sua residência no mencionado Forte em consequência do motim ali ocorrido (134).

Tendo notícia de que uma nossa patrulha de Miranda passara além do Apa, mandou o presidente que se respeitasse o dito rio como linha divisória entre o Brasil e o Paraguai.

Foi dissolvida a Câmara dos Deputados, em consequência do que procedeu-se à eleição primária em 3 de novembro, e de deputado em 1 de dezembro. Fêz-se a apuração final em 25. Saiu eleito o tenente J. J. de Carvalho.

Em dezembro chegou a Cuiabá uma expedição científica enviada à América do Sul pelo Governo Francês, e dirigida pelo conde F. de Castelnau. Foram os seus membros hospedados pelo presidente, que lhes facultou os meios de prosseguirem nas explorações a que se propunham.

Deu o presidente providências para a construção de uma casa de pólvora em lugar mais isolado de que aquêle em que atualmente

(133) Ricardo José Gomes Jardim nasceu, por volta de 1805, em São Paulo.

Formou-se na Academia Militar, onde se matriculou em 1823.

Exerceu diversas comissões técnicas no Rio Grande do Sul, repressando à Capital do Império em 1835, para ser nomeado lente no próprio estabelecimento em que estudara.

Enviado à Europa aperfeiçoou os seus conhecimentos em máquinas, construção naval e artilharia.

Instrutor dos Exercícios Práticos da Escola Militar, em 1843, meses depois fez parte da comissão incumbida de examinar o problema do abastecimento d'água do Rio de Janeiro.

Nomeado presidente da Província da Paraíba, comandante das armas de São Paulo, em seguida, acumulou ambos os cargos na Província de Mato Grosso, até ser exonerado, a pedido, por decreto de 16 de setembro de 1846.

As comissões ulteriores que desempenhou constam de sua biografia elaborada por Laurênio Lago, que lhe indica o falecimento a 1 de agosto de 1884, no Rio Grande do Sul, com as honras de marechal de campo, alcançadas a 29 de dezembro de 1877.

(134) Voltando a Cáceres, por ordem policial, o Dr. Sabino mudou-se para Poconé, onde interrompeu a viagem para Cuiabá.

O próprio chefe de Polícia foi buscá-lo, mas já não o encontrou. Refugiara-se no engenho da Jacobina, onde mais tarde sucumbiu, sem ser hostilizado pelas autoridades.

existe o depósito. Neste ano ficaram aldeados perto de 100 índios cabaçais no Jauru, sob as vistas do padre José da Silva Fraga.

1845

No princípio de sua sessão, em março, a A. L. Provincial examinou o processo formado contra o vice-presidente Manuel Alves Ribeiro e deliberou que não havia lugar a continuação do processo (135).

Com a intenção de processar o juiz de Direito chefe de Polícia Dr. Menezes, a mesma Assembléia modificou o seu Regimento por uma Resolução de 18 de março, marcando a forma do processo. O presidente da Província recusou-se a mandar publicar êste ato legislativo, deliberação esta que não foi aprovada pelo Conselho do Estado (7 de outubro de 1845).

Em consequência de uma queixa dada pelo juiz de Direito substituto de Poconé, João Nunes Martins, e o juiz de Paz Antônio Vieira de Azevedo, contra o referido chefe de Polícia Dr. Menezes, e ouvido êste magistrado, o presidente o mandou suspender do exercício em 5 de abril.

Houve notícia de ter falecido a 12 de dezembro do ano findo, o diretor Amazonas, do Salto Augusto, e da completa ruína d'êste estabelecimento.

Em 1 de maio começou a funcionar a Pagadoria mandada criar por decreto de 20 de abril de 1844.

Em 19 do mesmo mês marchou para Mato Grosso o 2.^o Corpo Fixo. Em Resolução da Presidência de 10 de junho criou-se um colégio eleitoral em Albuquerque, onde devem reunir os eleitores da dita freguesia, de Miranda e de Sant'Ana do Paranaíba.

Por Aviso do ministro da Guerra foi dividida a fronteira em três distritos — Mato Grosso, Vila Maria e Baixo Paraguai.

Em julho suspendeu a publicação *O Cuiabano*, que não tornou a aparecer senão em 1847, sob o nome de *Gazeta Cuiabana*.

Em julho chegou à Povoação de Albuquerque uma escuna de guerra paraguaia, trazendo o bispo titular e o bispo auxiliar do Paraguai, que vinham para serem sagrados. Chegaram a Cuiabá a 20 de agosto; teve lugar a sagração a 30 do mesmo mês e S.S.E.E. se retiraram a 12 de setembro.

(135) A decisão da Assembléia prova que Manuel Alves Ribeiro lhe tinha recuperado a chefia.

Veio ordem para que o anistiado Dr. Sabino regressasse para Goiás ; porém, ocultou-se nas imediações de Poconé e algum tempo depois (no ano seguinte) faleceu no sítio da Jacobina (136).

O partido liberal soleniza a festa de Santa Luzia.

1846

Em janeiro o presidente adiou a sessão da A.L.P. para 10 de junho. O motivo que deu foi a intenção em que estava de visitar antes dessa época a fronteira de Vila Maria ; mas na realidade era porque esperava a resposta do Governo ao officio em que participara o ocorrido acêrca do processo do chefe de Polícia pela A. L.

O coronel Sebastião Ramos, que desde algum tempo achava-se estabelecido nas Salinas, surpreendeu o pequeno destacamento das Onças na madrugada de 26 de março, à frente de uma escolta de 16 homens armados e um outro official, e arrebatou dois soldados brasileiros desertores e um paisano que haviam sido presos por suspeitos nos campos vizinhos e ali se achavam passageiramente retidos, levando-os consigo além da fronteira.

Em 7 de abril partiram de Cuiabá para a República do Paraguai duas barcas canhoneiras comandadas pelo capitão de fragata Leverger, em virtude das ordens do Governo Imperial e requisição do encarregado dos Negócios do Brasil naquela República (137).

A 7 de maio tomou posse do lugar de juiz de Direito e chefe de Polícia o Dr. Teófilo Ribeiro de Rezende. A 10 de junho começou a sessão ordinária da A.L.P. Decretou tão somente as Leis de Orçamento Provincial e Municipal e a do subsídio dos membros da futura Assembléia.

Em setembro o presidente recebeu comunicação do encarregado dos Negócios do Brasil em Sucre, noticiando-lhe que o Governo da Bolívia estava disposto a mandar ocupar pontos na margem direita do Paraguai e que a fronteira tinha de ser acometida.

Em consequência o presidente mandou reforçar o posto das Onças que ficou sendo de 57 praças com duas peças de artilharia de c. 3, e solicitou do presidente de Goiás a vinda de um contingente de 100 praças e três officiaes. A 17 de outubro chegaram a Cuiabá

(136) O Dr. Sabino Vieira faleceu a 25 de dezembro de 1846, refugiado no sítio de seu amigo, major João Carlos Pereira Leite. A respeito do chefe ostensivo da Sabinada na Bahia, ver Virgílio Corrêa Filho — *Baianos em Mato Grosso*.

(137) Embora não tivesse antes conseguido transpor a fronteira, então impedida para servir de cônsul geral do Império em Assunção, Leverger para lá partiu, a convite de Pimenta Bueno, a quem o primeiro Lopes permitiu representasse o Brasil na República.

as barcas que tinham ido ao Paraguai. A 12 de novembro partiu o presidente para visitar a fronteira de Vila Maria (138).

No dia 28 encaminhando-se para as Onças encontrou com um próprio do encarregado dos Negócios do Brasil em Sucre, que comunicava ter saído daquela capital para Chiquitos uma força de 60 soldados de cavalaria com 10.000 cartuchos embalados, fardamento e armamento para 200 praças, tudo à disposição do general Firmino Rivero em Santa Cruz para ir abrir caminho ao Paraguai.

O presidente voltou ao marco e mandou colocar um destacamento num ponto firme da margem direita do Paraguai, duas léguas abaixo do Escalvado. Recolheu-se depois à capital, onde chegou a 21 de dezembro.

Neste mesmo mês o general Firmino Rivera percorreu com um troço de cavalaria os campos de Marco, em cuja vizinhança mandou fazer um curral e escrever a ponta de faca ou de baioneta no tronco de uma árvore de Jatobá — Vila del Marco. Depois desta singular inauguração da vila criada por decreto do Congresso Boliviano, retirou-se o general para Salinas e daí para Santa Cruz.

Sabedor de tal ocorrência, o presidente mandou uma barca canhoneira a Escalvado e outra nas imediações de Uberaba, a fim de obstar qualquer edificação boliviana (139).

Em 22 de dezembro havia o presidente recebido um ofício do general Rivera datado de 14, cujo portador declarara ao comandante de Vila Maria (140) que o general vinha com grande força militar estabelecer uma posição junto ao Paraguai e ocupar os campos pertencentes à República, ao sul do Jauru. A este ofício o presidente respondeu protestando contra os atentados perpetrados.

A 21 de dezembro o tenente coronel Severo José de Sousa Lima, nomeado comandante das armas, tomou posse deste cargo, do qual fôra a pedido exonerado o presidente.

1847

Chegou de Goiás em janeiro um contingente de 54 praças de linha e um oficial. Mandados para a fronteira de Vila Maria; amotinaram-se ao sair da cidade contra o oficial que os comandava.

(138) Em companhia do presidente seguiu Leverger, que já conhecia a região fronteiriça.

(139) Coube ainda a Leverger o comando da mencionada barca.

(140) Vila Maria, fundada a 6 de outubro de 1778, por ordem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que lhe deu o primeiro título, em honra à rainha Dona Maria I, então reinante.

Atualmente denomina-se Cáceres que recorda o sobrenome de seu fundador.

Fôram presos e castigados os amotinadores e substituídos por outras praças, sendo êles destacados para diversos pontos.

Constou que na Corixa-grande se estavam aprontando quartéis para muita gente. O presidente mandou colocar um pequeno destacamento no lugar das Lages numa bocaina da serra de Borborema, caminho das Onças para Corixas.

A.4 de abril chegou o novo presidente, Dr. João Crispiniano Soares.

9.º PRESIDENTE — DR. JOÃO CRISPINIANO SOARES

1847 — 1848

O Dr. João Crispiniano Soares, nomeado presidente por Carta Imperial de 17 de setembro de 1846, tomou posse a 5 de abril de 1847 (141).

Em dias do mesmo mês chegou a Cuiabá, vindo pelo rio Paraguai, o capitão Antônio de Peña, enviado como correio de Gabinete para Bolívia, pelo ministro daquela República em Montevidéu. O presidente mandou-o retroceder.

Em Resolução da Presidência de 20 de abril foi dividida a Província em quatro círculos eleitorais — Cuiabá, Diamantino, Mato Grosso e Poconé. A esta última ficaram pertencendo as freguesias que compunham o distrito eleitoral de Albuquerque. A A. L. P., que fôra adiada, começou a funcionar a 3 de maio. Entre outras, foi promulgada nesta sessão uma lei que marcava o dia 3 de maio para abertura da mesma Assembléia. Promulgou-se também outra lei reorganizando a Guarda Nacional, e outra reformando o Regimento da Assembléia e nela marcando a marcha de processos contra magistrados.

(141) João Crispiniano Soares, de São Paulo, nasceu por volta de 1808, conforme registrou Sacramento Blake.

Pelos próprios esforços, começando a trabalhar como porteiro do Conselho Geral da Província, conseguiu bacharelar-se em direito na Faculdade de São Paulo, onde mais tarde lecionou.

Depois de ter exercido a presidência das Províncias do Mato Grosso, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e ser deputado geral em duas legislaturas, faleceu a 15 de agosto de 1876, como professor jubilado.

Outra lei incorporou ao Município de Poconé as freguesias de Albuquerque, Miranda e Sant'Ana, que pertenciam ao município de Cuiabá (142).

O comandante das armas, que fizera uma digressão pela fronteira de Vila Maria, estabeleceu um quartel neste último ponto. Em outubro chegaram a Cuiabá dois missionários Capuchinhos italianos destinados para a catequese dos índios. Em 7 de novembro procedeu-se às eleições primárias. Em 8 de dezembro teve lugar a eleição de deputados à Assembléia Geral, cuja apuração fêz-se, a 6 de fevereiro do ano seguinte, saindo eleito o presidente Dr. João Crispiniano Soares.

1848

Em fevereiro teve lugar, como já se disse, a apuração dos votos para a eleição de deputado à Assembléia Geral Legislativa. Publicou-se a promoção de oficiais da Guarda Nacional em consequência da nova lei; foi coronel comandante superior Manuel Alves Ribeiro.

O presidente participou ao governo em officio de 7 de março o resultado da exploração feita pela navegação de Curitiba para Miranda pelos rios Tibagi, Paranapanema, Paraná e Ivinhema.

Participou-se também que se tinham fabricado na margem direita do rio Paraguai, abaixo da Baía Negra, cêrca de dois mil alqueires de sal. A 4 de abril o presidente suspendeu o chefe de Polícia Dr. Teófilo Ribeiro de Rezende, por duvidar, ou antes, contestar a legitimidade de entrar a exercer a vice-presidência Manuel Alves Ribeiro.

A 6 de abril, tendo o presidente de seguir para a Côrte para tomar assento na Câmara dos Deputados, passou a administração ao 1.º vice-presidente Manuel Alves Ribeiro. Chegando, porém, a notícia oficial da exoneração dêste, entrou a funcionar o 2.º vice-presidente Antônio Nunes da Cunha, que tomou posse a 31 de maio (143).

Na sessão dêste ano da Assembléia Legislativa Provincial foi promulgada uma lei criando um Liceu na capital; e pela lei de orçamento foi autorizado o presidente a mandar arrematar a typografia, quando julgasse inconveniente que continuasse a funcionar à custa dos cofres públicos. Foi com efeito, arrematada em 31 de agosto por 810\$000, e entrou a publicar um periódico denominado

(142) Medida de influência meramente partidária, para garantia da eleição que o presidente pretendia de deputado por Mato Grosso à Assembléia Geral.

(143) Antônio Nunes da Cunha, primo e cunhado de Manuel Alves Ribeiro.

Echo Cuibano. O presidente contratou por 1:200\$000 a impressão dos atos oficiais (144).

A 24 de setembro chegou o novo presidente, major de engenheiros Dr. Joaquim José de Oliveira, que a 26 tomou conta do Comando das Armas, cargo para o qual também fôra nomeado (145).

10.º PRESIDENTE — DR. JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA

1848 — 1849

A 27 de setembro o major do Corpo de Engenheiros Doutor Joaquim José de Oliveira, já de posse do Comando das Armas, tomou posse do cargo de presidente, que lhe fôra conferido por Carta Imperial de 28 de março.

A 18 de outubro foi demitido o promotor público José Delfino de Almeida. A 9 de novembro foi suspenso o diretor do Arsenal de Guerra, major Antônio Bernardo de Oliveira e bem assim o chefe de Polícia Dr. Aires Augusto de Araújo, êste pela negligência com que se houve na captura de introdutores de notas falsas. A 18

(144) A transação, a que deu causa o regime deficitário da tipografia, evidenciou-se por cifras eloquentes.

Autorizado a vendê-la, o presidente Soares mandou avaliá-la em 800\$000, e o seu sucessor, A. Nunes da Cunha, completou-lhe a iniciativa.

Por ordem de 25 de agosto a “Estação das Rendas Provinciais” anunciou hasta pública, mediante a qual foi arrematada, por dedicados correligionários do governante, por 810\$000.

Ao fim de dez dias, o novo proprietário, José Leite Penteado, contratou a publicação dos atos oficiais por 1:200\$000.

Os subscritores protestaram e a venda foi anulada.

Enquanto corria morosamente o processo, Penteado transferiu o material a Manuel Alves Ribeiro, que o transportou a Poconé, onde estaria a salvo de qualquer medida policial.

Afinal, lei de 23 de agosto de 1851 rematou a contenda, ao revalidar a negociação.

Embora adversário político dos compradores, Leverger, que a sancionou, deu as razões do seu procedimento.

“Entendo que fôra conveniente que a tipografia não saísse do domínio do govêrno da Província; mas não me parece que eu devesse ou pudesse deixar de sancionar a citada lei, que não fêz mais do que declarar válido um ato competentemente autorizado, efetivado e aprovado”.

(145) Joaquim José de Oliveira era major de engenheiros, quando assumiu a Presidência, em que lutou contra o partido de Manuel Alves Ribeiro.

Ambos foram eleitos para a Câmara dos Deputados, na legislatura de 1850-1852, em datas diferentes.

Oliveira, a 7 de setembro de 49, na véspera de deixar a Presidência, e Manuel Alves, a 20 de fevereiro seguinte.

do mesmo mês propalou-se ter sido clandestinamente levada a tipografia para Poconé (146).

A 19 o presidente convidou, por uma proclamação, os cuiabanos a reunirem-se pela uma hora da tarde a fim de formar-se uma guarda provisória de segurança pública, declarando que o Governo da Província carecia de força para manter a tranquillidade pública, visto como se achava dissimulada pela fronteira a força e a guarda nacional e seus officiaes, salvas as exceções, não mereciam confiança do mesmo Governo (147).

Organizou-se com effeito a dita guarda, que se compôs toda de pessoas pertencentes a uma parcialidade politica, e desde então até agôsto do anno seguinte fez a policia da cidade.

A 22 de dezembro procedeu-se à eleição de juizes de paz e vereadores, por ter sido anulada a que se fez em setembro. Os indios Caiuás, cometeram hostilidades no distrito de Miranda e os Coroados e Caiapós no sítio do Roncador, na estrada de Cuiabá a Goiás.

Foi pronunciado o juiz de Direito interino, Dr. Aires Augusto de Araújo por abandonar o emprêgo, tendo-se retirado da cidade depois de suspenso do cargo de chefe de Policia.

1849

Em março foram suspensos o inspetor e escrivão da Pagadoria Militar. Reuniu-se a Assembléa Legislativa Provincial na forma da lei, foi instalada a 3 e adiada, em 5 de maio, pelo presidente, para 5 de novembro.

Foram mandados marchar para a Côrte, por o exigir o bem do serviço, o comandante e o major do Corpo de Artilharia, coronel Severo José de Sousa Lima e major Gabriel Alves. Em junho (18) partiu o presidente para ir visitar a fronteira de Vila Maria; regressou a 28 de julho, e no dia seguinte publicou-se uma proclamação desmentindo os boatos que corriam acêrca da sua exoneração e de ter sido demittido os vice-presidentes, attribuindo-se êsses boatos a

(146) José Delfino de Almeida, negociante, era correligionário de Manuel Alves Ribeiro, bem como Bernardo de Oliveira.

Deputados provinciaes, ambos figuraram como arrematantes da tipografia cujo preço pagaram sem desembolso algum, mediante encontro de contas, como credores do tesouro provincial.

(147) J. J. de Oliveira definiu a precária situação em que se achava : “os funcionários públicos, desde o vice-presidente até os continuos das repartições, desde os deputados até os votantes qualificados, pertencem à mesma grei” (do partido de Manuel Alves Ribeiro).

Para combatê-la, criou a sua guarda pessoal, de que dá noticia o autor.

Manuel Alves Ribeiro, que voltara da Côrte, para onde tinha marchado em 1848.

A 5 de agosto procedeu-se à eleição primária, visto ter sido dissolvida a Câmara dos Deputados. A 16 do mesmo mês à noite deu-se um tiro no juiz municipal suplente José Joaquim Graciano de Pina, que se achava em sua casa (148).

O assassino evadiu-se.

A 5 de setembro fêz-se a eleição de deputados à Assembléia Geral Legislativa, saindo eleito o presidente Dr. Oliveira. A 7 de setembro chegou o novo presidente, coronel João José da Costa Pimentel.

Os procedimentos judiciais contra Manuel Alves Ribeiro, por causa do pardo Maximiniano e dos bens de Camapuã, tinham cessado durante as administrações do Dr. Crispiniano e capitão Antônio Nunes (149). Renovaram-se com vigor sob a do Dr. Oliveira. Foram arrecadados pelo Juízo Municipal os escravos que tinham sido da referida Fazenda, muitos dos quais se achavam em poder de terceiros, que os tinham comprado. Procurou-se também fazer efetiva a prisão de Manuel Alves, em virtude da pronúncia do Dr. Menezes, entendendo-se que não podia prevalecer a imunidade de que o cobrira a Lei Provincial. Atribuiu-se à parte ativa que tomou o juiz municipal neste procedimento, a vingança do seu contrário e o assassinio de que este cidadão por pouco foi vítima.

11.º PRESIDENTE — JOÃO JOSÉ DA COSTA PIMENTEL

1849 — 1851

Nomeado presidente por Carta Imperial de 11 de junho, e comandante das armas por Decreto de 9 de julho, o coronel do

(148) Constatou que o atentado resultara de sua atuação no litígio de Camapuã, cujos pretensos proprietários descontentara como juiz.

Livrando-se do assassinio, desgostou-se da judicatura e resolveu tomar ordens religiosas, apesar de viúvo.

Escandalizou-se, por isso, mais tarde, o novo bispo Dom Carlos Luís d'Amour, exigente na moralização dos costumes do clero, quando lhe foi apresentado o sacerdote que lhe referiu candidamente ter um filho.

Explicadas, porém, as circunstâncias em que se ordenou, não lhe faltou a simpatia episcopal.

(149) A respeito de M. A. Ribeiro, ler o excelente ensaio de José de Mesquita apresentado ao 3.º Congresso de História Nacional.

Estado Maior de 1.^a Classe João José da Costa Pimentel, tomou posse no dia 8 de setembro de 1849 (150).

O coronel Pimentel adiantara-se da sua condução, que vinha acompanhando seu filho tenente Pimentel, pelo caminho do Piquiri. Foi a tropa atacada no lugar do Itiquira pelos índios, que mataram com flecha aquêlê official (151). Esta triste notícia chegou em outubro a Cuiabá pouco depois da chegada do presidente, que deu providências para que se expedissem duas bandeiras do distrito de Cuiabá e uma de Miranda a fim de bater os referidos índios.

Chegou também a notícia de pretender o ditador Rosas invadir o Paraguai, em consequência do que o presidente mandou reforçar a guarnição da fronteira meridional da Província, e marchar o capitão J. J. de Carvalho comandante da mesma fronteira, nomeado pelo Governo Imperial e acompanhados de carpinteiros, ferreiros, etc., com o conveniente provimento para reparar e pôr em bom estado os pontos militares de Coimbra, Miranda, etc.

A 3 de novembro tomou posse dos cargos de juiz de direito da Comarca de Cuiabá e chefe de Polícia da Província o Doutor Viriato Bandeira Duarte. A 5 de novembro, abriu-se a sessão da Assembléia Legislativa Provincial.

A 6 do mesmo mês teve lugar a apuração geral dos votos para deputados à Assembléia Geral Legislativa, saindo eleito o ex-presidente Dr. Joaquim José de Oliveira.

O presidente mandou explorar a mina de cobre do Jauru pelo tenente de engenheiros Pedro Dias Paes Leme (152).

(150) João José da Costa Pimentel. "Nasceu em 1802, no Rio de Janeiro, onde assentou praça de 1.^o cadete no 3.^o regimento de infantaria de linha a 15 de abril de 1817", informa Laurênio Lago.

Mais tarde, completou o curso da Academia Militar e já em 1830 conseguiu a promoção a major, depois de várias comissões militares, de que ainda seria incumbido até receber, a 9 de junho de 1849, a nomeação de comandante das armas de Mato Grosso, que se completou com a de presidente da Província, dois dias após.

Serviu na campanha platina de 1852, e também de diretor do arsenal de guerra, comandante das armas de Pernambuco, da Bahia e de vogal no Conselho Supremo Militar.

Promovido a marechal de campo a 2 de dezembro de 1861. faleceu a 25 de agosto seguinte.

(151) O presidente adiantou-se à comitiva, cuja direção confiara a seu filho e ajudante de ordens, tenente Antônio Correia da Costa Pimentel, que dormia, descuidado, à beira do Itiquira, quando o assaltaram os índios, a 9 de outubro de 49. Traspassado por flechas, ainda padeceu durante 10 horas dolorosas, até sucumbir.

(152) O "Cobre do Jauru" foi estudado por Jorge da Cunha, no Boletim de 6 do Departamento da Produção Mineral — 1943.

1850

As Bandeiras expedidas contra os índios nada ou pouco fizeram, e continuaram a praticar hostilidades os mesmos índios, chegando estes a atacar o destacamento Estiva, que o presidente mandou reforçar.

Em fevereiro tornou a ser publicado o *Echo Cuiabano*. A 22 de março foi suspenso o Dr. Viriato Bandeira Duarte do exercício de chefe de Polícia, por abuso de autoridade e falta de cumprimento de deveres.

Em abril incumbiu-se o tenente de engenheiros Pedro Dias Paes Leme, de fazer o nivelamento necessário para saber-se a possibilidade de ser prolongado até Cuiabá o rego da Mutuca (153). Na sessão da Assembléia Legislativa Provincial foram promulgados entre outros atos os seguintes, que merecem menção. Foi revogada a lei que dava aos membros da Assembléia a imunidade dos deputados gerais; foram incorporadas ao município de Cuiabá as freguesias de Albuquerque, Miranda e Sant'Ana do Paranaíba (154), desligadas em 1847; criaram-se mercados para nêles se pagar o dízimo; criou-se a nova freguesia da Guia, desmembrando o seu território do das Brotas e fazendo-se uma nova circunscrição das freguesias da Província; erigiu-se em vilas as freguesias de Albuquerque e de Vila Maria.

A 29 de junho fundou-se, de ordem do presidente, um destacamento no Pão de Açúcar ou Fecho dos Morros. A 14 de julho

(153) A tentativa de adução das águas do ribeirão Mutuca provinha de longa data.

Refere J. da Costa Siqueira que o brigadeiro Antônio de Almeida Lara organizou sociedade, a 17 de julho de 1732, para empreendê-la, mas desistiu.

Mais tarde, Francisco da Silva Ribeiro — o Canelas — ensaiou prosseguir, a 9 de julho de 1749, com quatro sócios, mas interrompeu os trabalhos em 1757.

As "Instruções" a que deveria obedecer o primeiro governador de Mato Grosso, Rolim de Moura, apontaram-lhe, entre outros melhoramentos animadores da mineração, o projeto que dessa vez não foi também adiante.

Para organizar a sociedade, a que deu por divisa *fortuna duce — comite virtute*, João Carlos Augusto de Oeynhansen ordenou ao sargento-mor José Antônio Teixeira Cabral, em portaria de 20 de fevereiro de 1814, efetuasse o nivelamento entre os ribeirões "Mutuca e Mutuquinha e rio do Peixe", e o ponto escolhido pela Companhia, no Jacé, que foi concluído, conforme indica o perfil do terreno então desenhado.

Da incumbência dada ao tenente Pedro Dias Paes Leme, a que se refere o autor, não conhecemos os resultados.

(154) Estas medidas tinham sido tomadas por mera conveniência particular.

partiu o presidente para visitar a Fronteira de Vila Maria e em agosto seguiu da dita fronteira para a do Baixo Paraguai. A 10 de setembro esteve no Fecho dos Morros e no dia 12 no rio Apa. A 15 uma igarité paraguaia trouxe ofícios do encarregado dos negócios do Brasil em Assunção, que foram respondidos no dia seguinte.

A 20 passou o presidente por Coimbra, e seguiu para Albuquerque, onde se demorou alguns dias, marchando depois para Miranda. Seguiu poucos dias depois o comandante da Fronteira (Capitão J. J. de Carvalho), com licença para capital.

Em outubro o presidente ao passar o Taquari, no regresso de Miranda para Cuiabá, recebeu a notícia de ter sido atacado por considerável força fluvial paraguaia o nosso destacamento do Pão de Açúcar, que depois de se manter quanto lhe foi possível teve que se retirar (155).

Em novembro chegou o presidente a Cuiabá; em dezembro fez partir o capitão Carvalho para o Rio de Janeiro, passando por Coimbra e Miranda, a fim de dar parte ao Governo Imperial do ocorrido e do estado da fronteira e do uso que tinha feito dos meios que se puseram à sua disposição.

Tendo chegado à Província uma porção de armamentos destinados ao Paraguai (3.000 espingardas), que tinham vindo pelo Piquiri, donde devia seguir pela navegação fluvial, o presidente mandou que ficasse retido em Coimbra. O capitão Antônio Peixoto de Azevedo foi nomeado comandante interino da fronteira do Baixo Paraguai. A 16 de dezembro saiu para a mesma fronteira uma barca-canhoneira com o capitão de fragata Leverger (156).

(155) A propósito, escreveu Rio Branco em suas Efemérides "1850 -- 14 de outubro -- Um corpo de 800 paraguaios ataca a guarda brasileira do Pão de Açúcar (Fecho dos Morros em Mato Grosso), composta de 25 homens sob o comando do tenente Francisco Bueno da Silva. A guarda retira-se fazendo fogo, e perde, neste conflito três homens mortos. Os agressores tiveram um oficial e oito soldados mortos e feridos. Poucos dias depois, o mesmo destacamento reforçado com os índios guaicurus dos capitães Lixagota e Lapagate, e sob o comando do capitão José Joaquim de Carvalho, vingava esse insulto, apoderando-se, por surpresa do forte paraguaio denominado Olimpo ou Bourbon, e o capitão Quidanani, e outro cacique guaicuru, invadia o Paraguai pelo Apa, e capturava grande porção de gado".

(156) Informou E. de Mendonça que no dia seguinte ao da partida de Leverger, chegou correio da Corte, que fez a entrega à sua Senhora da correspondência em que se inclui um ofício do Ministério do Império.

Ela entregou-o ao tenente Peixoto, que se incumbiu de fazê-lo chegar às mãos do destinatário, como, de fato, ocorreu, conforme registou o autor.

1851

Tendo o presidente notícia oficial da sua exoneração do Comando das Armas, fêz entrega dêste cargo ao oficial mais graduado, o tenente coronel José Pedroso Duarte.

Em viagem para Coimbra o tenente Peixoto alcançou a barca canhoneira em que ia Leverger, e a êste entregou um officio do Ministério do Império, que era a sua nomeação de presidente. Prosseguiu, e a 7 de fevereiro de regresso chegou a Cuiabá.

12.º PRESIDENTE — AUGUSTO LEVERGER

1851 — 1858

A 11 de fevereiro entrou no exercício de presidente o capitão de fragata Augusto Leverger, nomeado por Carta Imperial de 7 de outubro de 1850.

A 20 do mesmo mês procedeu-se a eleição de mais um deputado que tem de representar a Província na Assembléia Geral Legislativa. Foi a apuração dos votos a 20 de abril, saindo eleito Manuel Alves Ribeiro.

A 17 de março tomou posse do cargo de juiz de direito da Comarca e chefe de Polícia da Província o bacharel Silvério Fernandes de Araújo Jorge. Estando exausto o cofre da Tesouraria Geral, os negociantes Henrique José Vieira e Luís Moreira Serra ofereceram emprestar sem prêmio algum por espaço de um ou dois meses a quantia de cem contos (70 o primeiro e 30 o segundo). Outro negociante tomou letras sacadas pelo tesoureiro sobre o Tesouro ao par, e desde então socorreu-se neste ano e nos seguintes mais de mil contos isentos do prêmio de 18 e 9%, que costumava pagar a Tesouraria (157).

Não se tendo reunido para o dia 3 de maio sufficiente número de membros, só no dia 10 se pôde verificar a instalação da Assembléia Legislativa Provincial. Em 16 de junho tomou posse do Comando das Armas o tenente coronel João Francisco de Oliveira Lobo.

Tendo-se refugiado no Forte do Príncipe um general e outras pessoas notáveis da Bolívia, o comandante em vez de mandá-los

(157) Estes e outros fatos iguais bem patenteavam a confiança que a administração de Leverger inspirava”, comentou acertadamente E. de Mendonça. Ver a propósito Virgílio Corrêa Filho “O Bretão cuiabanizado”.

internar, consentiu que voltassem a Mochos e até acompanhados de um oficial e praças armados da guarnição do Forte. Sabedor destas ocorrências, o presidente mandou demitir e recolher presos o comandante e bem assim o oficial que fôra na expedição. Emigrou de novo para o Forte o general (Dom Manuel Canário), acompanhado do major Van Nyvel; foram mandados para Mato Grosso e daí para a Capital.

Em setembro faleceu repentinamente o comandante de Miranda, major J. J. Gomes, o que paralisou os trabalhos do projetado estabelecimento do varadouro entre Nioac e Brilhante, sob a inspeção do dito major. Em 19 de outubro estando ausente o comandante Antônio Peixoto de Azevedo, que viera à capital, sublevou-se a guarnição de Coimbra contra os oficiais, e requereu a sua mudança. Chegou esta notícia a Cuiabá em 13 de novembro.

Mandou logo o presidente seguir para aquêl ponto o comandante das armas com tôda a fôrça militar disponível (151 praças) e acompanhado de duas barcas canhoneiras. Antes desta expedição chegar à fronteira havia sido restabelecida a ordem no Forte pelo capitão Peixoto, desprezando-se os principais amotinados, que vieram em demanda de Cuiabá, onde foram presos.

Em consequência das indagações feitas pelo comandante das armas e subsequente conselho de investigações, foram mandados responder a conselho de guerra o comandante Peixoto, os oficiais de linha e trinta e tantas praças de pret.

Em dezembro (3) teve a Presidência comunicação oficial de que houvera em Forte do Príncipe, em 19 de setembro, um motim contra o sargento que ali comandava por falecimento do novo comandante (Alferes Magessi), mas que fôra restaurada a ordem pela ida de um tenente que foi substituir o falecido.

Na sêca dêste ano foram transportadas da ponte do Guaporé para Registro do Jauru, e dali embarcados para Coimbra, onde chegaram em novembro, quatro peças de artilharia c. 24, que tinham vindo do Pará há vinte e tantos anos e desde então se achavam junto da ponte do Guaporé (158).

(158) "Foi incumbido dessa comissão, com a qual dispendeu 311\$000 o tenente coronel reformado Vicente Coelho, pai do marechal Antônio Maria Coelho.

No ataque que sofreu o Forte de Coimbra em dezembro de 1864, foram as únicas peças que funcionaram, e quando Barrios se apoderou do Forte — por ter sido abandonado — mandou reforçar o armamento do "Marquês de Olinda" com essas quatro peças" (comentário de E. de Mendonça).

Apareceu na Província, depois de um período de 30 anos, a epidemia do sarampo. Apareceu também nos distritos de Mato Grosso e Vila Maria uma epizotia que matou o gado cavalар. Consta ter feito os maiores estragos em Chiquitos e Moxos (159).

Concluíram-se os trabalhos preparativos da reorganização da Guarda Nacional, na conformidade da nova lei.

Houve diversas reclamações das autoridades de Santa Cruz acérca da ocupação da Coricha.

1852

Em fevereiro regressou o comandante das armas da fronteira do Baixo Paraguai.

O presidente tomou posse em 28 de abril do comando das Armas, que lhe fôra conferido por Patente de 17 de janeiro. Desde alguns dias estava exercendo interinamente o dito comando o tenente coronel José Pedroso Duarte, por ter o tenente coronel Lôbo recebido a sua demissão em 4 do mesmo mês.

Em julho chegaram a Cuiabá o agente (Dr. Medardo Rivani), diversos empregados e 98 africanos livres da recém criada Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Foram-se estabelecer em Diamantino.

Foram tomadas medidas para prevenir que o distrito de Mato Grosso fôsse invadido pela epidemia de bexigas, que constava estar fazendo muito estrago na província boliviana de Chiquitos. A 15 de agosto recebendo o presidente a notícia de que os bolivianos pretendiam vir segunda vez ao Marco, fêz seguir para aquele ponto o comandante interino do Batalhão de Caçadores, capitão Generoso Antônio de Moraes Cambará, com tôda a fôrça militar disponível, e pessoalmente marchou com o mesmo destino poucos dias depois; regressou, porém, logo por ter recebido participação oficial de que tal notícia não tinha fundamento.

A 1 de outubro, procedeu-se à eleição de eleitores para senador; e a 31 do mesmo mês à eleição do mesmo senador, a qual foi apurada em 31 de dezembro, formando a lista tríplice: Dr. João

(159) Assim penetrou a peste de cadeiras nos pantanais matogrossenses, onde só modernamente foi contida pela aplicação de preventivos apropriados, depois de dizimar milhares de equinos.

(Ver — Considerações acérca da Peste de Cadeiras de Virgílio Corrêa Filho, editada pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, do Estado de São Paulo — 1927).

Antônio de Miranda, Manuel Alves Ribeiro e José Joaquim de Carvalho.

A 7 de novembro teve começo a eleição de eleitores para deputados. Suscitou-se algum rumor por dúvidas que fez a Mesa no recolhimento da idoneidade dos votantes. Recusou-se o presidente a intervir nesse negócio, assim como também recusou-se a ingerir em semelhantes dúvidas que na eleição de eleitores para senador se dera na freguesia Dom Pedro II; foi adiada a eleição para o dia 10, em que se realizou sem novidade (160).

A 7 de dezembro teve lugar a eleição de deputados à A. Geral L., que se apurou a 7 de fevereiro seguinte; saíram eleitos — Drs. Viriato Bandeira Duarte e Silvério Fernandes de Araújo Jorge (161).

No decurso deste ano teve conclusão a ponte do Aricá, começada no ano anterior. Continuaram os consertos e reparos do Forte de Coimbra; deu-se impulso às obras do varadouro de Nioac, e começou-se a construir a ponte do Coxipó.

1853

A 3 de janeiro foram nomeados pelo presidente os oficiais da Guarda Nacional, segundo a nova organização. Em 7 de julho deu-se um regulamento para passaporte na fronteira de Mato Grosso. No mesmo mês recebeu o presidente um pedido de armamento do prefeito de Santa Cruz.

Em novembro chegou ao Baixo Paraguai em viagem de exploração científica o vapor dos Estados Unidos da América, *Water-Witch*, ao qual foi facultado chegar até Albuquerque em observância das ordens do Ministério (162).

Concluiu-se a ponte do Coxipó.

(160) Leverger, no exercício da Presidência, ou fora, sempre se manteve sobranceiro às injunções partidárias e costumava dizer: “ou a política não me serve, ou para ela não sirvo”.

(161) O Dr. V. Bandeira Duarte, chefe da Polícia desde 3 de novembro de 1849, deixara o exercício a 22 de março seguinte, suspenso “por abuso de autoridade e falta de cumprimento de deveres”.

S. F. Araújo Jorge entrara, a 17 de março de 1851, em exercício do mesmo cargo, que serviu a ambos de trampolim para a Assembléa Geral, embora fôsse anteriormente personagens estranhos à Província.

(162) “O primeiro vapor que sulcou as águas do Paraguai brasileiro, foi em 1853 o *Water-Witch* da marinha dos Estados Unidos, comandado pelo capitão Th. Jefferson Page, incumbido pelo seu governo da exploração dos afluentes do Prata”, escreveu Leverger em “Vias de Comunicação”.

Page divulgou o resultado de suas observações em “*La Plata, Argentine Confederation and Paraguai*”.

1854

Em janeiro aportaram ao Forte do Príncipe um coronel e mais pessoas prófugas da Bolívia. Ao chegar, faleceu o coronel de um tiro que por descuido dera em si ao atirar numa capivara. As outras foram mandadas para Mato Grosso.

Em março o presidente fêz seguir para o Baixo Paraguai o comandante da Fôrça Naval com duas barcas, e algumas canoas, a fim de obstar, caso isso se desse, a subida de qualquer embarcação estrangeira de Albuquerque para cima.

Tendo falecido o cidadão Manuel Alves Ribeiro, que fazia parte da lista tríplice para senador, tornou-se preciso nova eleição e até mesmo de eleitores por ter cessado os poderes dêstes. Teve lugar a eleição a 17 de maio, e a de senador a 17 de junho, a qual foi apurada a 17 de agôsto e deu a seguinte lista : Dr. João Antônio de Miranda, o Exm.^o bispo diocesano e João Alves Ribeiro.

A 27 de outubro chegou a Cuiabá um cadete enviado como expresso pelo presidente de São Paulo, trazendo despachos reservados dos ministros da Guerra e Marinha, prevenindo o presidente da intenção em que estava o Govêrno de mandar ao Paraguai, sob o comando do chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, uma expedição naval (163), parte da qual deveria chegar ao Fecho dos Morros, e ordenando ao mesmo presidente que até fim de fevereiro estivesse em Coimbra com tôda a fôrça que pudesse dispôr a fim de,

(163) A decisão do Govêrno Imperial derivava da desconsideração sofrida pelo seu representante, Filipe José Pereira Leal, que Lopes sumariamente afastou de Assunção, com desabonadora nota de despedida.

Como desagravo, seguiu o chefe da esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, à testa da flotilha construída por duas fragatas, cinco corvetas e mais cinco escunas.

“A missão do Sr. Pedro Ferreira, que foi acompanhada de alguma fôrça naval, explicaria mais tarde Silva Paranhos não tinha por objetivo essencial o ajuste de limites, e sim a reparação da ofensa feita ao Brasil na pessoa de seu Encarregado de Negócios”.

“A 10 de dezembro de 1854 deixou o pôrto do Rio de Janeiro a expedição naval, assinalou Hélio Lôbo, ao analisar-lhe proficientemente as causas e consequências, chegando a 20 de fevereiro às Três Barras, onde fundeou”.

Comentário final : “nunca corresponderam, em assuntos diplomáticos, a designios tão ruidosos, resultados tão mesquinhos”. (Hélio Lôbo — Coisas Diplomáticas — 1918).

logo que chegasse a expedição ao Fecho dos Morros, houvesse ali um estabelecimento em que se fortificasse.

Deram-se providências em consequência destas ordens.

1855

Em janeiro chegou da Côte uma remessa de trem naval e bélico, acompanhado de um parque de seis canhões obuzes de c. 12. Tudo veio em sofrível estado, menos as peças.

No mesmo mês seguiu para Miranda o comandante do Batalhão de Caçadores com tôda a força disponível do mesmo corpo. Seguiu depois a força do corpo de artilharia.

A 1 de fevereiro partiu o presidente para Coimbra, onde chegou a 12. A 9 de maio um desertor paraguaio vindo a Coimbra, por via de Miranda, trouxe o Seminário de Assunção de 17 de março, mencionando a chegada àquela cidade do chefe da esquadra Ferreira no dia 15.

Em julho receberam-se jornais da Côte, dos quais constava o êxito que tivera a missão do chefe de esquadra (164). A 18 do mesmo mês veio à Baía Negra o vapor paraguaio *Taquari*, tendo a bordo o general Lopes, que tomou a seu bordo para esta excursão uns brasileiros que se achavam extraindo sal no lugar das Salinas à margem direita do Paraguai e noticiou-lhes que estava feito o tratado de navegação entre o Império e a República.

A 3 de setembro o presidente marchou para Albuquerque, onde chegou no mesmo dia e recebeu notícias por parada; um ofício do Ministério da Guerra comunicava-lhe que o Governo não ratificara o Tratado feito pelo chefe de esquadra, determinando que puzesse a fronteira no melhor estado de defesa. No dia seguinte voltou o presidente a Coimbra.

1856

Em 25 de janeiro chegou a Coimbra, vindo por Miranda e pela Província do Paraná, o capitão Manuel Joaquim Pinto Pacca, trazendo

(164) As notícias da Côte referiam-se por ventura aos episódios das salvas, que se trocaram, a 25 de março, como início das negociações, rematadas por um Tratado de Comércio e Navegação, de 27 de abril de 1855, que o Governo Imperial não homologou.

despachos datados de novembro dos Ministérios da Guerra e dos Estrangeiros.

Por êstes despachos communicava-se ao presidente a próxima vinda do 2.º Batalhão de Artilharia a Pé, sob o comando do major Argolo Ferrão, e a remessa de dinheiro e trem de guerra, recomendando que o presidente puzesse a fronteira em estado de defesa.

Em maio, chegou a Coimbra, vindo da Côrte por via do Paraná, o major José Pedro Heitor, a quem o presidente deu o comando do distrito do Baixo Paraguai.

A 19 de agôsto recebeu o presidente jornais de Minas, em um dos quais (um número do Bom Senso) vinha a noticia de ter sido concluído a 6 de abril um tratado de comércio, amizade e navegação entre o Império e a República do Paraguai, cuja ratificação devia ser trocada em Assunção dentro de 80 dias (165).

A 22 de agôsto recebeu o presidente comunicação official de ter sido como pedira exonerado do comando das armas, sendo nomeado para o substituir o tenente coronel Caetano Manuel de Faria e Albuquerque.

Em setembro houve notícias de estar o Forte Olimpo novamente guarnecido pelos paraguaios, noticia que foi confirmada por um official que o presidente mandou a fim de verificar a verdade.

A 30 do mesmo mês recebeu o presidente comunicação official da conclusão do Tratado de 6 de abril, e bem assim da partida do comandante das armas e do 2.º Batalhão de Artilharia do Rio de Janeiro para a Província do Paraná.

A 1 de outubro chegou ao Forte em uma pequena igarité o portuguez Antônio de Sousa Vasconcelos, sobrinho do cônsul de Portugal em Assunção. Trouxe despacho do dito cônsul e do cônsul geral do Brasil, dos quais constava que o Tratado de 6 de abril fôra ratificado a 13 de junho.

O dito Vasconcelos vinha dispor do carregamento de uma escuna paraguaia, que por causa do vento contrário ficara um pouco abaixo da Baía Negra.

(165) Negada ratificação ao Tratado de Assunção, Paranhos convidou o Gôverno Paraguaio a mandar seus plenipotenciários ao Rio de Janeiro, para nova negociação.

Impedido por doença, o brigadeiro general Francisco Solano Lopes, que deveria representar o gôverno de Carlos Lopes, seu pai, foi substituído por José Berges, que assinou, a 6 de abril de 1856, o Tratado de Navegação, em virtude do qual se franqueou o Paraguai aos navios brasileiros.

A 19 de outubro saiu o presidente de Coimbra (166) para Albuquerque, onde chegou a 20. Encontrou no caminho uma parada de Miranda noticiando terem chegado no dia 13 ao lugar das Sete Voltas o comandante das armas e o major Argolo com o 2.º Batalhão de artilharia.

O presidente recolheu-se a Cuiabá (167).

(166) A 2 de janeiro de 1850 dizia Leverger a Nabuco de Araújo.

“Há qñase um ano que estou neste forte com um punhado de militares, sempre disposto a marchar de um dia para outro para êste ou aquêlê ponto”.

Partida de Cuiabá a 1 de fevereiro anterior, apenas acompanhado pelo secretário do Govêrno e ajudante de ordens do comandante das armas, cargo que então acumulava com o exercício da Presidência.

Alojara-se “em uma pequena sala que servia ao mesmo tempo de secretaria, sala de ordens e dois aposentos, o maior do qual tem vinte palmos em quadra” (Ofício de 28 de janeiro de 1856).

Aí permaneceria até 19 de outubro de 1856, à espera de solução cabal do conflito provocado pela expulsão de F. Leal.

Durante 21 meses e dias esteve aguardando ordens, em regime de prontidão mais ou menos rigorosa, como se fôra simples comandante do distrito militar, em que deveria operar, quando assim decidisse o Govêrno Imperial.

Dessa vez, não seria posta à prova a sua disposição de cumprir o dever a todo o transe, como ocorreria, volvida inquieta década, quando se cñereceu, apesar da velhice, para organizar a defesa da Capital que os invasores da Província não ousaram acometer, pois que lá se achava quem seria, por isso nobilitado com o título de barão de Melgaço.

(167) “Infelizmente não alcançou êste trabalho data posterior a 1856. Ainda assim é a mais completa notícia histórica que há sôbre Mato Grosso”, assim afirmou E. de Mendonça em 1906.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E O INSTITUTO HISTÓRICO

Com intervalo de um século de transformações estonteantes, nos hábitos e idéias da humanidade, dois brasileiros distinguiram-se entre os contemporâneos, irmanados pela excelência do saber adquirido e pela tragédia que lhes molestou a existência.

Semelhanças e contrastes rompem do exame das trajetórias luminosas de ambas as individualidades, que se nomeiam entre as mais insignes de que se ufana o Brasil.

No derradeiro quartel do século XVIII, quando promissora ante-manhã nos vislumbres da Revolução próxima, anunciava o início de nova fase da história da França, Alexandre Rodrigues Ferreira exibia na Universidade de Coimbra os primores de sua inteligência peregrina.

Ansioso de saciar a sua sede científica, devotou-se aos estudos, mercê dos quais obteve as láureas de doutor em filosofia, a 18 de janeiro de 1779.

Seis meses antes, aceitara, com propósitos de aplicar os seus conhecimentos em obra duradoura, “de utilidade à Pátria”, a comissão que lhe confiara Martinho de Melo e Castro, para examinar as possibilidades econômicas da Amazônia, cujos problemas iria analisar a preceito.

A indicação de seu nome equivalia a expressivo título consagrador da sua valia intelectual.

Solicitara o ministro à Universidade apontasse nomes de colaboradores idôneos para o cometimento que ideara, com o fim de tornar conhecidas as verdadeiras peculiaridades amazônicas.

Consultando, o professor Vandelli, que o admitira, ainda estudante, como demonstrador de História Natural, não titubeou em apontá-lo para a tarefa grandiosa.

A Congregação, unânime, endossou-lhe o parecer, graças ao qual, a 11 de junho de 1778, coube ao aluno preferido a nomeação que o faria ultimar os afazeres universitários, para iniciar os preparativos de longo exílio, a serviço da ciência.

Transposto o Atlântico, após enfadonho triênio de demora, inter-nou-se pelas florestas opulentas da Amazônia e de Mato Grosso, descendo até o Forte de Coimbra.

De quanto observava nada perdia em seus apontamentos de viagem como provarão os sabedores, incumbidos de analisar-lhes as contribuições multiformes, de interesse geográfico, econômico, etnográfico, social, e de todos os assuntos de que se ocupou.

Para tamanha atividade intelectual, intensamente mantida por operosa década, deveria corresponder acariciante glória, que lhe compensasse o trabalho sobre-humano.

Decorrida inquieta centúria, outro predestinado a perlustrar a Amazônia embebeu-se de conhecimentos científicos, antes de se revelar à admiração dos patrícios embevecidos.

Não saiu, porém, Euclides da Cunha da Academia para missões relevantes, em que pudesse estadear a sua competência, como sucedera ao jovem Dr. Ferreira.

Embora tivesse participado, em fase agitada, de ocorrências de sensação, que por momento fugaz lhe deram realce à individualidade, a sua vida pública realmente assinalou-se por marco luminoso, em dezembro de 1902, quando saiu a lume a primeira edição de *Os Sertões*.

Em poucos dias, elevado ao galarim da fama pelos críticos literários, que lhe apreciaram a obra imortal, não lhe faltaram manifestações desvanecedoras.

Acolhido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em breve prazo, no mesmo biênio tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras, que lhe proporcionou ingresso ao Itamarati, onde a perspicácia do barão do Rio Branco sabia descobrir valores humanos e aproveitá-los para seus eficientes colaboradores.

Todos os sucessos ulteriores decorrem da sua fulgurante estréia literária, inclusive a Comissão, que o levou à Amazônia, quando a sua nomeada avassalara os centros do país e além da fronteira.

Análoga ressonância das contribuições científicas, enviadas seguidamente à Metrópole, faltou à consagração dos méritos de Alexandre Rodrigues.

Por mais que diligenciasse imprimir à tarefa o cunho científico, as suas monografias emudeciam nos arquivos ministeriais, donde não saíam à luz da publicidade.

Raros as leriam, a começar dos invejosos, que forcejavam por dar-lhes inexplicável sumiço.

Precavidamente, cuidava o naturalista de evitar o possível extravio de seus inéditos por meio de cópias, que lhes duplicavam ou triplicavam os exemplares.

Graças a tal precaução, legou à Posteridade inúmeros manuscritos, cuja divulgação oportuna lhe teria sem dúvida grangeado a prioridade em mais de uma descoberta científica.

Assim esperava, consciente da valia de sua contribuição, que seria, sem dúvida, aplaudida nos meios cultos.

Todavia, conspiraram os fados contra a glorificação do incomparável naturalista.

Em vez da publicação enaltecedora, surpreendeu-o, de regresso a Lisboa, cruel decepção.

Questões prementes empolgavam as atenções do govêrno, ameaçado frequentemente de soçobrar diante das imposições napoleônicas.

Por fim, o saqueio das coleções botânicas e zoológicas da Amazônia, obtidas à custa de sacrifícios inenarráveis, iria dar nomeada a especialistas estrangeiros, beneficiados com os trabalhos do espoliado.

Compreendeu, então, que se lhe frustrara o sonho da mocidade. E a desilusão mergulhou-lhe a fase derradeira da vida em torva melancolia, de que só se libertou, quando lhe veio o emudecimento fatal.

Já não estaria em condições de trabalhar com o antigo ardor e eficiência, nem teria repercussão maior o seu desaparecimento.

Euclides, ao contrário, fulgurou momentaneamente, com a pujança do seu talento, que o alçou às eminências nos domínios da cultura e abismou-se em tragédia reveladora de sombrios sofrimentos íntimos.

Aclarados, por bisbilhoteira publicidade, os segredos do seu lar aumentaram a simpatia geral pelo admirável escritor, que logrou elaborar obras aprimoradas em ambiente adverso ao idealismo de suas cogitações.

Foi um sacrificado pela maldade humana, concluíram, e tanto bastou para que não lhe faltasse a auréola dos mártires.

“Por Protesto e Adoração”, assim se intitulou expressivamente o livro, em que se enfeixaram, decorrido o primeiro decênio após o sinistro desenlace, os depoimentos de doutas personalidades, que tiveram ensejo de conhecê-lo.

Acordes em exaltar-lhe as magnificências intelectuais, já não se lembravam das vagas restrições, que lhe fizeram alguns críticos por ocasião da estréia.

Somente louvores despertava a recordação do homem pundoroso e da obra portentosa que logrou ultimar.

A despeito das condições malignas, que lhe enfermizavam a existência, como se estivesse condenado a desconhecido círculo dantesco, a fama cresceu sem cessar.

Opostamente, Alexandre Ferreira, resvalando para o tûmulo, à mancha de sombra que se esvai gradativamente, baqueou em silêncio.

Apenas o Real Museu de Lisboa por ordem do visconde de Santarém, arrecadou os papéis e documentos relativos às atividades científicas do abnegado explorador.

Não cuidou, porém, de trazê-los a lume.

Já por volta de 1838, volvido quase um quartel de século, a Academia Real de Ciências requisitou-os para lhes promover a publicação.

Assombrada, todavia, com a opulência dos manuscritos que lhe ultrapassavam a minguada verba disponível, adiou a execução dos louváveis propósitos.

Contemporaneamente, porém, predestinado a radiosos destinos e ansioso por exercer atividades culturais, aflorou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se apressou, por intermédio de Januário da Cunha Barbosa, em solicitar a cooperação prestimosa de Drumond, representante do Império em Lisboa.

Em consequência dos entendimentos que se processaram, veio ter à Biblioteca Nacional o opulento espólio literário de que a Revista do Instituto publicou mais de uma contribuição.

Fêz-se, destarte, conhecido o “Diário de Viagem Filosófica” (tomos 48 e 49) e bem assim o ensaio acêrca da “Propriedade e Posse das Terras de Cabo do Norte pela coroa de Portugal” a “Gruta do Inferno e a Gruta das Onças”.

Não virá fôra de propósito recordar o procedimento do Instituto em relação a Alexandre Ferreira, para lhe cultuar a memória, e a Euclides, ainda vivo.

Admitindo-o em seu quadro social, sugeriu-lhe empreendesse a biografia do Duque de Caxias, cujo centenário de nascimento o Brasil comemorou festivamente.

Não se lhe deparou oportunidade de relembrar o glorioso herói nacional, mas sintetizou a evolução política do Brasil nas páginas clássicas do ensaio : “Da Independência à República”.

Ainda quando nenhuma outra contribuição lhe inspirasse a tradicional agremiação destinada a estudos históricos, bastaria essa para comprovar o influxo exercido em seu luminoso espírito.

A Alexandre análogo sucesso não lhe poderia interferir na produção literária, pois que não mais se achava entre os vivos, quando se fundou o Instituto Histórico.

Todavia, para que a Posteridade lhe dedicasse especial preito de admiração, assás contribuiu o núcleo de pesquisadores, entre os quais germinou a idéia de transferência para o Brasil dos inéditos alexandrinos.

As homenagens que lhe seriam mais tarde consagradas à memória resultaram grandemente da iniciativa do cônego Januário Barbosa, que, se não conseguiu publicá-los na totalidade, ao menos iniciou-lhes a divulgação por uma das obras mais expressivas.

O “Diário” não é propriamente uma história das suas amofinantes jornadas, embora contenha subsídios interessantíssimos para quem queira escrevê-la.

Mais de uma vez, entretanto, referiu-se Ferreira à “História Filosófica do Estado de Grão Pará”, cuja elaboração lhe cumpria empreender, de acôrdo com a incumbência que aceitara.

Frequentemente o título volta-lhe à pena para afirmar, a exemplo da explicação da memória descritiva do rio Negro.

“Concluída pelo modo, que eu melhor a pude circunstanciar em todos e em cada uma das 13 Participações que constituem um corpo de História Geral e Particular deste rio, nesta, que é a 7.^a e a última da 2.^a parte, desembaraçar-me-ei de uma tarefa que ainda me falta. E ela consiste em resumir tudo que tenho escrito, difusamente, e substanciá-lo de modo que, sem ser preciso fatigar-se, V. Ex. para ajuntar idéias, espalhadas, debaixo de determinados pontos de vista, possa ver e informar-se de tudo o que julgar mais útil de saber, sôbre aquela parte do rio Negro sômente, que eu tenho visto, e que, no dia de hoje, continua a ser navegado e colonizado por portugueses”.

“Não que me eu proponha a especificar tudo”. Ajuntava, pois que semelhante missão exigiria grande número de obreiros habilitados.

Ademais “falta o socêgo de espírito que tão preciso é, a quem tem de ordenar e compor entre si uma multidão de idéias”.

“E falta finalmente o tempo para escrever, sendo tão pouco para observar”.

Desta maneira, o naturalista apontava a João Pereira Caldas, governador, as causas da deficiência da monografia, cujas páginas constansciam quanto lhe chegou ao conhecimento por meio de leituras, ou testemunhou pessoalmente, com a probidade de quem não quis versar assunto fora do alcance de sua vista sagaz.

Citou, de princípio, o nome antigo — Guiari — do rio, cujos aspectos minudenciou, para lhe definir a côr das águas, resumir-lhe o histórico da descoberta e ocupação desde a viagem de Pedro Teixeira, determinar-lhe a foz, a extensão até Cucuí; a profundidade obtida em várias sondagens, a vestimenta das margens, as ilhas, os afluentes e outras características hidrográficas.

No capítulo XVI, entrou a discorrer do gentio por sugestivo resumo, em que lhe examinou os costumes, os instrumentos, os

ornatos e quanto pudesse contribuir para individualizar cada uma das dezenas de grupos, de linguajar diferente, que, por vezes, conduzidos pelos portugueses, se aglomeravam na mesma povoação, falando cada qual o seu dialeto.

Era a Babel selvagem, em plena floresta, à beira do rio fabuloso.

Como êste, esplanam os capítulos XIX e XXI matéria que diz respeito à história do povoamento da Amazônia, em que, por títulos diferentes, o viajante sintetiza as suas idéias acerca da formação da variedade racial, que se elaborava naquele cenário maravilhoso.

Ainda tratou da agricultura, para firmar conceitos e ensinamentos que teriam contribuído para melhorar a economia regional, caso fôssem adotados e seguidos.

Semelhantemente, após perlustrar o vale do grandioso afluente pela direita, enfeixou-lhe as peculiaridades na “Relação circunstanciada do rio da Madeira e seu território, desde a sua foz, até a primeira cachoeira, chamada de Santo Antonio”.

Não variou de método para englobar todos os aspectos, que pudessem concorrer para distinguir o caudaloso tributário meridional do Amazonas.

Curtindo amofinações de toda laia, jamais deixaria de coordenar os seus apontamentos e de colher novos.

Para tanto, a estada em Vila Bela propiciou-lhe ensejo de afuroar os arquivos locais, donde retirou informações preciosas anotadas em folhas avulsas, para futura utilização.

De igual maneira procedera em Belém, onde redigiu, pelo menos, as contribuições existentes na Biblioteca Nacional :

- 1 — Notícia histórica da Ilha Grande de Joanes.
- 2 — Miscelânea histórica.
- 3 — Memória sobre a Marinha interior do Pará.

Na Capital de Mato Grosso, juntaria aos seus escritos relacionados com a história, os apontamentos reunidos em “Observações filosóficas e políticas sobre as minas de Mato Grosso e Cuiabá” e “Memórias para se inserirem quando se ordenar o livro de antiguidades do rio Madeira”.

Não se incluem nesta sumarríssima relação as memórias que trataram de etnografia, botânica, zoologia e de outros assuntos a que applicava a sua perspicácia observadora.

Raramente deixaria de intercalar alguma página referente à história, que não lhe saía das cogitações.

Se atuasse mais de espaço, não lhe seria difícil compendiar em obra de peso e tomo as idéias que lhe abrasavam o entusiasmo de escritor abeberado em vastos conhecimentos.

Mas, às pressas, de contínuo, mal lhe sobrava ensejo de frequentar os arquivos, que esquadrihava em busca de segura documentação de que pudesse tirar conclusões certas.

Assim procedeu em Belém, quando se viu forçado a esperar condução pelo Amazonas arriba.

De igual maneira, a demora forçada em Vila Bela proporcionou-lhe aso de manusear os papéis arquivados, de cujos informes extraia quanto lhe fôsse útil para futuros escritos.

Mas a esperança de melhores dias, mais tranquilos e propícios à elaboração de monografias, jamais se realizou.

Não obstante, ainda redigiu, por solicitação do capitão general do Pará. F. de Sousa Coutinho, a memória intitulada "Propriedade e posse das terras de Cabo do Norte pela Corôa de Portugal" em que revelou bem conhecer o assunto, a que Joaquim Caetano, com maiores recursos e tempo, daria a explanação cabal, magistralmente utilizada pelo barão de Rio Branco, em pleito memorável e definitivo.

"Que as terras do Cabo do Norte, situadas entre o rio Amazonas e o Oiapoque ou Vicente Pinçon, são privativas da Corôa de Portugal, exuberantemente se mostra de direito e de fato", afirmou em escrito datado de Belém, a 24 de abril de 1792.

De direito, repete convicto, pois que "foi adquirido por descobrimento e conquista; confirmado pelo consentimento dos naturais; sustentado pelas despesas da Corôa; reconhecido e ratificado entre Portugal e França, pelos tratados".

Destarte apontou os capítulos em que se distribuiria a explanação, que exigia conhecimentos históricos extraídos das melhores fontes ao seu alcance em Belém.

O estudo que então realizava empolgou-o de tal maneira que mais tarde, ao constar, já em Lisboa, nova pretensão francesa, apoiada pelas legiões napoleônicas, não se conteve em silêncio.

Elaborava-se o Tratado de Badajós, de 6 de junho de 1801, que gisaria as raías entre o Brasil e a Guiana Francesa pelo rio Araguari, "qui se jette dans l'Océan au-dessous du Cap Nord", em contrário ao seu arrazoado.

Pelas cópias de mapas, que apresentou, "é que se pode calcular quanto arriscamos, cedendo o Araguari", disse ao ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, em carta de 2 de junho.

"Se é verdade o que se diz cá por fora, que os franceses pretendem aquele rio. Nesse caso, adeus Praça de Macapá e com ela tôda margem boreal do rio das Amazonas. Adeus ilha grande de Joanes, e com ela tôda a subsistência dos moradores da cidade do Pará".

Confiava, porém, no ativo ministro de amplo descortino, a quem não receava falar com a máxima franquesa, para indicar a solução que futuros sucessos tornariam inevitável.

“Sacrifique Portugal embora dos outros Domínios, que possui nas outras partes do mundo, aquele, que lhe parecer, sem excetuar ainda mesmo alguns dos que tem na Fronteira dêste Reino, porque aqui na Europa, correndo as coisas como correm, nunca Portugal se graduará na Escola Política das Nações se não de uma Potência da última ordem.”

Porém se no Brasil, ainda na última extremidade de ser obrigado a refugiar-se nêle : ali, digo eu, *mutatis mutandis*, tem Portugal sobejamente com que vir a ser florentíssimo Império”.

Tais conceitos, expostos, sem temor, por um brasileiro, que sugeria a vantagem do sacrifício territorial do Reino, para evitar a mínima cessão de terra da Colônia americana, que se lhe afigurava base esplêndida para o soerguimento do Império lançado pelas garras napoleônicas, valeriam para ainda uma vez lhe acentuar o acendrado patriotismo e a visão penetrante.

Antes, porém, que o príncipe regente, impellido pela vanguarda de Junot, cumprisse o vaticínio de Alexandre Ferreira, com a transplantação da côrte lusitana para o Brasil, donde lançou desafio ao curso invicto na Europa, já sombrios lhe corriam os dias no gabinete de História Natural.

Maiores angústias assaltá-lo-iam após a invasão, que lhe arrebatou a glória científica.

A melancolia em que se definhou, ao ver-se espoliado irremediavelmente nos tesouros colhidos em trabalhosas explorações, de naturalista e sem poder sequer protestar, pois que o vencedor não permitia a mínima restrição ao cumprimento de suas ordens, embotou-lhe a pena outrora fecunda, que não mais aparava, para traçar no papel o seu cursivo uniforme e característico.

E assim não mais cuidou de continuar as pesquisas referentes ao passado, que lhe inspirava admiráveis páginas.

Todavia, se quisesse, ou se as circunstâncias lhe fôsem propícias, teria legado à Posteridade impressionante panorama da ocupação da Amazônia, além dos painéis esparsos que andou bosquejando em meio da sua obra volumosa.

Também Euclides da Cunha não concluiu o “Paraiso Perdido”, que ideara, do qual apenas alguns capítulos se salvaram, para indicar a grandiosidade pomposa do plano esboçado e de sua execução.

E assim faltou à Amazônia a contribuição dos sagazes observadores de suas peculiaridades, tocados ambos de insopitáveis senti-

mentos de solidariedade humana, em contraste com as hostilidades que malignavam a luta pela vida naquelas regiões.

Um, de nervos à flor da pele, e vivendo em meio de tragédias, transformaria a Amazônia em cenário imenso, onde o homem esdearia qualidades superiores, para vencer a conjura dos elementos adversos à sua dramática sobrevivência.

Patrono espontâneo dos humildes, denunciaria, em páginas vibrantes, os abusos de que eram vítimas os seringueiros do seu tempo.

O outro, não obstante as amofinações que lhe causaram os índios recrutados para o serviço da Corôa, condenou as perseguições que os dizimaram.

“A autoridade com que os sertanistas fariam estas conquistas era a da cobiça.

“As leis que seguiram no método de as fazerem, frisou Alexandre Rodrigues, eram as da deshumanidade. Porque abalroando as rancharias, em que se viam os bárbaros, nas bocas do fogo faziam acabar os que naturalmente pegavam nas armas para sua defesa.

Metiam-se os vencidos em correntes ou gargalheiras e depois se repartiam pelos conquistadores.

A estas tão injustas ações acompanhavam atrocidades inauditas e indignas de se referirem”.

Bem podia ser esta uma das páginas da história da Amazônia, que o Dr. Ferreira não chegou de escrever.

Possuía todos os elementos necessários para sua elaboração, colhidos em pesquisas de campo e trabalhos no escritório iluminados por ampla cultura.

Mas, vencido pelas dificuldades que lhe contrariaram as iniciativas, viu-se obrigado a silenciar, quando se lhe achava ainda em pleno fastígio a peregrina inteligência (*).

Virgílio Corrêa Filho.

(*) Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 24 de junho, da série promovida pela Sociedade Brasileira de Geografia e pelo Museu Nacional.

ESTEVÃO DE MENDONÇA

Pôsto que esperada a qualquer momento, em consequência do progressivo declínio de sua resistência orgânica nos últimos tempos, a notícia do desaparecimento, em Cuiabá, de Estevão de Mendonça, inclui-se entre as que indicam redução do patrimônio cultural.

Em verdade, era o decano dos investigadores da história de Mato Grosso, em cujos estudos madrugou, para, ainda jovem, começar a ensiná-la, no Liceu Cuiabano. Bem falante e simpático de fisionomia, com o riso a brincar-lhe nos olhos, um tanto maliciosos, quando conviesse, em pouco empolgou a estima dos alunos, alguns dos quais lhe seguiriam as pegadas.

Animador de vocações, que estimulava com a sua palavra insinuante e exemplo de idealismo incansável, Estevão de Mendonça ufanava-se dos carinhos que lhe teria, na infância, prodigalizado A. Leverger, a cujo culto se devotou fervorosamente.

Iniciou-se com decisão e por mais de uma década sozinho permaneceu em campo, a transmitir a ouvintes e leitores a sua transbordante veneração à memória do bretão cuiabanizado, que personificou as mais nobres qualidades humanas, em benefício da terra adotiva, a cujos destinos se aliou em momentos de angústias, como de euforia.

Ninguém como ele, em seu tempo, conheceu tão bem a história da Província, que ajudou a fazer, nem a geografia, acrescida de suas próprias operações de campo.

Certamente, de suas recordações e narrativas colheria o menino de vivacidade intelectual ensinamentos, que lhe orientariam a carreira futura.

E também os motivos de sua admiração progressiva, à medida que se foi enfronhando nos assuntos, em que primara a contribuição levergeriana, a cuja divulgação resolutamente se consagrou.

Manteve acesa a flama em que se lhe espelhava o entusiasmo e, em ambiente por ventura adverso, tanto perseverou em hábil propaganda, que afinal conseguiu assistir à formação de legionários de aspirações análogas, que lhe ampliaram as ressonâncias glorificadoras do mérito. Um dos primeiros, que não applicava a culta inteligência às

questões históricas, senão acidentalmente. Antônio Correia da Costa, louvou-lhe o esforço e, mais ainda, instou com o amigo, prometendo-lhe colaboração, para que prosseguisse em suas pesquisas e elaboração de efemérides referentes a Mato Grosso.

Corria então, na capital, promissora fase político-social, em que o partido republicano, triunfante, pelas armas, da sedição quarteleira, que pretendia anular os resultados da eleição recente, mantinha o seu órgão na imprensa — *O Republicano* — para cuja redação convergiam os expoentes da cultura cuiabana.

Para os editoriais, orientadores dos correligionários, não faltaria o concurso dos maiores do partido, ou dos fiéis intérpretes de seus pensamentos, entre os quais se incluía o professor de português, José Magno da Silva Pereira.

É de presumir que o seu colega de congregação no Liceu Cuiabano, onde lecionava história e geografia, não frequentasse a coluna de responsabilidades partidárias, preferindo outras seções, em que explanasse temas de suas preferências.

Narrativas em linguagem simples, não raro embebidas de poesia, comentários de fatos históricos, apresilhados a exata cronologia, eram-lhe os assuntos favoritos, que sabia realçar nas palestras com os parceiros, cuja amizade em pouco empolgava.

Manifestassem algum indício de superioridade, e logo os atrairia o magnetismo afetivo de Estevão de Mendonça.

Começava a aproximação pela firme letra inconfundível, indicativa de singular personalidade. Dos escritores brasileiros, somente Coelho Neto poderia apresentar caligrafia semelhante, de talhe artístico, à maneira de símbolos desenhados a primor.

De conformidade com a aparência, que despertava simpatia, pela regularidade harmoniosa dos traços, agradável à vista, a expressão fluía-lhe quase sempre elegante, e desprovida de exageros. Vinha-lhe natural o torneio da frase, como a palavra nas conversações, em que se revelava exímio.

Dai se causou a facilidade em grangear amigos, tanto nos meios oficiais, quanto nos centros culturais, ou entre os estudiosos mais acostumados à solidão.

Quando Lindmann, incumbido pela Real Academia de Ciências, da Suécia, de chefiar a 1.^a Expedição Regneliana, enviada ao Brasil, desembarcou no pôrto de Cuiabá, em novembro de 1893, não lhe tardou o auxílio do historiador, a quem presou sobremaneira, como evidenciou expressiva correspondência mantida por longo prazo.

Também de Capistrano de Abreu, afamado pela rispidez com que evitava intimidades com os desconhecidos, grangeou a afeição, quando em visita ao Rio de Janeiro.

Admirava o sábio mestre cearense e resolveu conhecê-lo pessoalmente. Vencida a barreira, que o defendia da simples curiosidade alheia, entenderam-se às maravilhas. Tornaram-se amigos, embora separados pela distância.

Assim como conquistou a estima do botânico sueco, apesar da diferença de costumes e preferências intelectuais, e de Capistrano de Abreu, sabidamente hostil à fatuidade nos domínios, em que se extremava o seu incomparável saber, com maior facilidade aumentava E. de Mendonça o número dos seus apreciadores nas redações de jornais, que freqüentasse, nas reuniões sociais, a que comparecesse.

Todavia, não lhe aprazia a tribuna, a ponto de protelar indefinidamente o elogio do patrono que escolhera na Academia Matogrossense de Letras, de que fôra um dos fundadores.

A loquacidade espontânea, que lhe dava sabor à conversa atraente, como que silenciava diante da assistência numerosa, por efeito inibitório.

Reduzido, porém, o grupo dos ouvintes, voltava-lhe a fala, agradável e erudita, de que se valia para suas campanhas culturais. A mais memorável justamente associou-lhe o nome ao de Leverger, de cujos manuscritos iniciou a publicação.

Por ter descoberto no Arquivo do Governo, mercê de suas pesquisas minuciosas, valioso documento, de que se utilizou o presidente do Estado para entrar nas boas graças do Catete, favoreceu-o na ocasião a confiança do Executivo. Valeu-se da circunstância propícia para melhormente realizar as suas aspirações.

E editou, com Antônio Fernandes Souza, o Arquivo — “revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato Grosso”, em que vieram a lume diversas contribuições de Leverger, além de preciosa correspondência oficial.

Entre um tomo e outro, além disso, conseguiu empreender a execução da lei provincial de 27 de novembro de 1880, sancionada pelo barão de Maracajú, que determinou em seu artigo único : “O presidente da Província é autorizado a mandar imprimir e publicar, por conta dos cofres provinciais, os trabalhos elaborados pelo finado barão de Melgaço, relativos a Mato Grosso, tornando-se a edição propriedade da Província, revogadas as disposições em contrário”.

Era Rufino Enéias Galvão bacharel em matemática, a quem coube levar a bom termo os trabalhos demarcatórios na fronteira meridional, de que lhe resultou o baronato.

Tinha competência para julgar os inéditos levergerianos, de cuja publicação cuidaria, caso não se afastasse em breve prazo do governo.

Os sucessores, entre os quais se encontravam individualidades de incontestável cultura, do naipe de Galdino Pimentel, Melo R

Sousa Bandeira, ainda no Império, não se lembraram da lei inopérante, que, decorrido um quartel de século, seria exumada do arquivo por E. de Mendonça e apresentada ao presidente Antônio Pais. Dotado de inculta sagacidade, não titubeou em firmar, a 12 de maio de 1905, o decreto 168, no qual, “usando da autorização que lhe é conferida pela lei provincial n.º 561, de 27 de novembro de 1880, resolve abrir o crédito de cinco contos de réis para a impressão e publicação dos trabalhos elaborados pelo barão de Melgaço, relativos a Mato Grosso, e nomear para coordenar e dirigir a publicação dos mesmos trabalhos, os cidadãos Estevão Anastácio Monteiro de Mendonça e Antônio Fernandes de Sousa”.

E assim principiou a edição das monografias levergerianas, de que veio a lume o primeiro volume — *Vias de Comunicação* — que o chefe da Esquadra elaborara, a pedido do presidente Herculano Ferreira Pena, em 1862.

Anunciava, no limiar: “Vai entrar para o prelo a obra: *Apostamentos Cronológicos de Mato Grosso*.”

Mas a Revolução de 1906, em que sossobrou o situacionismo, combatido por vigorosa oposição, que o decidido apoio federal ao governante estadual não logrou sufocar, interrompeu a iniciativa do professor, que sofreu as conseqüências da sua solidariedade com os vencidos.

Não emudeceu, todavia, pois que a revista *Mato Grosso*, editada pelo Liceu Salesiano, continuou a acolher-lhe a colaboração, entremeadas de inéditos de Melgaço.

Maior atividade, entretanto, desenvolvia à surdina, em seu paciente esforço de ampliar as efemérides referentes a Mato Grosso, que o presidente Dom Aquino Correia houve por bem publicar.

Em dois volumes afloraram, então, as *Datas Matogrossenses*, manancial opulento de informações a respeito de fatos e homens do Estado. Certo, não estará isento de senões, alguns dos quais lhe foram apontados amistosamente por quem tinha em mira apenas escoimar a obra valiosa dos enganos inevitáveis em tamanho cometimento. Aceitou de bom grado a cooperação amiga, e por si mesmo ia paulatinamente anotando as passagens necessitadas de correções, para possível segunda edição, de maior proveito para os estudiosos.

E’ a sua obra fundamental, embora outras tenha publicado, como o *Quadro Corográfico de Mato Grosso*, que, em opúsculo de 116 páginas, condensa valiosas informações históricas e geográficas, além da colaboração dispersa por jornais e revistas.

Aprazia-lhe atender às solicitações dos amigos, que lhe solicitavam o concurso para seus periódicos.

Nas gavetas possuía sempre inéditos, cujo número aumentava cada madrugada, quando terminava o sono, iniciado à boca da noite.

Tradicionalista, como se confessava, de convicção, mantinha horário de outrora, nas refeições e descanso, de maneira que o retardatário de alguma festa noturna, ou o madrugador que lhe frenteasse a casa, antes da alvorada, enquanto a rua dormisse, já o encontraria desperto, a encher páginas com sua caligrafia primorosa, ou à janela, nos intervalos de repouso.

Quem lhe passasse ao alcance, nessa ocasião, não deixaria de ouvi-lo em conversa por alguns momentos, ainda que se achasse apressado. A essa hora já estaria disposto a entreter os conhecidos com a sua palavra atraente, que sabia agradar, mediante expressão apropriada.

E assim continuaria pelo dia todo, mais disposto a amenizar a convivência social do que a sublinhar os desconcertos inevitáveis, de pessoas e coisas.

Considerava-as tolerantemente, com ironia inofensiva, quando não as envolvesse em maior afeto, de que deixou provas abundantes em crônicas inúmeras.

De suas *Memórias de um Cuiabano*, os raros capítulos que a imprensa divulgou bastam para lhe atestar o quilate dos escritos.

“Cresci, num ambiente em que o seu nome, afirmou ao evocar o vulto impressionante do Dr. Malhado, era pronunciado com carinho. A Mamãe — santa criatura de virtudes incomparáveis — dedicou-lhe uma afeição profunda. Esgarçando a origem, que tanto enobrece aquela que me amparou na vida, vou recuando à era que ficou distante. Meus pais, em 1871, residiam no distrito de Miranda. Em busca de socorro médico, gravemente enfermo, fui conduzido até Corumbá, em canoa, numa penosa viagem que agravou o mal. Meus tios Nuno de Mendonça e Maria da Conceição Mendonça, casal sem filho, regressavam nesse tempo de Assunção. Também sem médico na vila, e a moléstia atingindo a fase derradeira, minha tia propôs a solução cabível :

— Levo o menino para Cuiabá, e se viver, ficará sendo meu filho.

Tive aqui tratamento demorado. Ganhando um filho, após oito meses de cuidados clínicos do Dr. Malhado, a Mamãe guardou sempre na alma uma gratidão intensa àquele facultativo tão bondoso. Tornou-se para ela um semi-deus, e mais tarde também salvou-a em situação visivelmente melindrosa, consequência de um acidente de vultoso porte.

A propósito da estréia no poder de seu amigo Antônio Pais, retrata-o com explicável complacência, que não lhe neutraliza de toda o espírito de justiça.

“Ainda que de cultura escassa, mas inteligente, não lhe escapou que à sombra de seu nome correram atentados inconcebíveis, e foi com o propósito de apagar ressentimentos, e de adquirir o bem querer de antes, que assumiu as rédeas do governo. O ato da posse foi solene, presentes as autoridades e os elementos mais representativos da cidade. Pela primeira vez assisti uma cerimônia desse gênero. Perante a multidão estacionada em frente do Palácio, fixada numa fotografia dos irmãos Ferrari, veio-me a conhecida expressão de Cromwell : “Muito maior seria para ver-me ser enforcado”.

Fatos ulteriores confirmaram a profecia, que naturalmente seria expressa depois da tragédia, em que sucumbiu o presidente cuja ascensão ocorreu tão festivamente. Como êsses, outros quadros e personagens foram a seu tempo desfilando à vista dos pósteros, que o animavam a enfeixar em volume os inéditos evocativos.

Não lhe seria mais possível, na quadra de angústias, cuidar de tarefa semelhante. Minguavam-se-lhe os recursos, obtidos de diminuta aposentadoria, que o interventor Olegário de Barros, em aplaudido ato, elevou à mensalidade de mil cruzeiros, e da precária advocacia, que nos melhores dias lhe rendiam o suficiente para viver folgadoamente.

Otogenário quase e enfermo, já não saía de casa e pouco poderia esperar das atividades profissionais, de que diligentemente se ocupara, enquanto lhe permitira a saúde esvaecente.

Ainda continuaria, porém, a escrever as suas crônicas, para satisfação própria, quando não fôsse com o objetivo de atender às solicitações dos admiradores. Percebia que se finava e o otimismo doutro já não lhe alegrava a palestra. Por fim, sem que o percebessem, o coração, cujos impulsos afetivos lhe condicionaram a vida, baqueou, rematando-a suavemente.

E assim emudeceu, na semana passada, o decano dos historiadores matogrossenses, enlutando a cultura nacional.

Virgílio Corrêa Filho.

INSTITUIÇÕES DO RIO DE JANEIRO COLONIAL

OS QUADRILHEIROS

LOPES GONÇALVES

Era o policiamento municipal nos tempos da colônia, como então em Portugal, de onde veio a organização, exercido pelos quadrilheiros, que eram oficiais inferiores da Justiça, e pelos seus auxiliares, os componentes da quadrilha. O policiamento fora da cidade cabia aos capitães do mato, cargos, aliás, que foi criado muito mais tarde, um século volvido, pois a instituição dos quadrilheiros, como além se verá, data de 1626, e a dos capitães do mato de 1735, esta por ato do ouvidor geral Agostinho Pacheco Tellez, como consta do auto da sua correição de 30 de dezembro dêsse ano. Contudo durante algum tempo, a partir de 1731, enquanto se não provia a cidade de capitães do mato, estiveram os quadrilheiros investidos das funções dêstes, por decisão do ouvidor geral Fernando Leite Lobo, que consta do auto da sua correição havida a 20 de outubro do mencionado ano e adiante transcrito.

Os quadrilheiros têm a mais antiga referência em Portugal na carta do rei Dom Fernando datada de 12 de setembro de 1383, nesta passagem: "... out.^o ssy ã ordenarades ã os quadrilheiros, ã ssom postos pr as Ruas, teuessem prestes suas armas aas portas, e ã sse vissem volta pr a villa ou braador por jostiça ã saisses logo, p.^a apoderar os ã mal fezerem;..." (1).

A carta régia de 16 de junho de 1437 dêles fala, isentando os doze homens empregados na renda da cestaria, "ã assy trazem os çestos do pescado aa portagem e aa praça e as outras partes", de servirem na armada, e de serem quadrilheiros, ou de exercerem outros encargos do conselho, "em ã elles pello corpo podessem seruir" (2).

(1) Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, t. V, págs. 407-409, nota.

(2) Idem, t. 1, pág. 318.

As Ordenações Afonsinas nada contém sôbre os quadrilheiros. As Ordenações Manuelinas lhes dedicam o Título 54 do 1.^o Livro, o qual, com alteração de redação e alguns acréscimos, constitui o Título 73, do 1.^o Livro das Ordenações Filipinas (3). Ainda no ano de 1603, em que se mandou cumprir as Ordenações, o rei expediu, a 12 de março, o Regimento dos Quadrilheiros que reformou pontos do código nesse assunto (4). Referem-se a êles, também, o Alvará de 25 de dezembro de 1608, o Regimento de 13 de setembro de 1625, o Decreto de 11 de fevereiro de 1696, o Alvará de 25 de março de 1742, e as Leis de 14 de agosto de 1751 e 20 de outubro de 1763.

O quadrilheiro era o chefe da quadrilha ; formando esta, êle tinha a seu cargo vinte moradores — vizinhos como então se dizia — que vivessem mais próximos uns dos outros. Servia por três anos e era escolhido pela Câmara, em cujo livro era inscrito ; usava uma vara pintada de verde, com as armas reais e prestava juramento sôbre os Evangelhos. Cabia-lhe, com os membros da quadrilha, acudir às brigas e arruados, vigiar os homens vadios ou de má fama bem assim aos estrangeiros, investigar furtos e outros crimes mais, a existência de casas de alcouce, de tavolagem ou em que se recolhessem furtos, barregueiros casados, alcoviteiras, feiticeiras, ladrões e vadios ; para isso visitava as estalagens e vendas, prendendo os homiziados. Procedia como auxiliar do juiz, e, pelo não cumprimento dos deveres, o quadrilheiro e seus vinte companheiros pagavam multa, “indo a indenização à vítima” em caso de roubo praticado por vadio ou estrangeiro ; e, para efetuar prisões de pessoas envolvidas em conflitos, podiam penetrar na casa das pessoas nobres e do clero.

A instituição dos quadrilheiros no Rio de Janeiro ocorreu por decisão do ouvidor geral Luís Nogueira de Brito, em serviço de correição, constante do auto de 24 de outubro de 1626, nestes termos : “Que se fação Quadrilheiros, como estamandado e importa ao serviço de Deos, de Sua Majestade e ao bem desta República ; por quanto a esses officiaes pertence saber dos alcouces, ou de tabollages... e ao bem furtos, barregados, casados, alcoviteiras, feiticeiras, por quanto estou informado esta Republica está inficio-

(3) Texto no fim dêste capítulo.

(4) Texto no fim dêste capítulo .

nada destes generos” (5). No ano seguinte, diz o auto de correção de 31 de dezembro, o mesmo juiz proveu “que se conserte a Cadêa, como he necessario, e que dem vara aos quadrilheiros” (6). Entretanto se não procedeu em termos na organização do serviço dos quadrilheiros, razão pela qual ainda êsse juiz, como consta do auto de correção de 20 de fevereiro de 1630, “proveu mais que os Officiaes da Camara fação logo Quadrilheiros na forma da Ley” (7). Pelo auto de correção de 17 de dezembro de 1710, o ouvidor geral Roberto Car Ribeiro se occupou da policia municipal: “Ordenou mais que os Vereadores fizessem Quadrilheiros, naforma que a Ordenação lhes encarrega, sob pena de-se-lhes dar em culpa nas Correioens, aos quaes darão regimentos por traslado do que seacha na Ordenação para que saibão oque toca aseu Officio” (8). Entretanto continuou-se sem Quadrilheiros. Por isso em 1721, segundo o auto de correção do Juiz de Fora Matias Pereira de Sousa, êste proveu “se observassem os provimentos antigos, epostos até este anno, eque ficassem emseu vigor visto serem de tanta utilidade, para o regimen da Republica, etendo elle dito Doutor Provedor noticia que nesta cidade não havia Quadrilheiros, para apaziguar apendencias que dedia, e principalmente denoute succedão, e que hera muito precizo, por ser esta Cidade muito dilatada, efrequentada de gente, eque a experiencia tinha mostrado haver denoute muitos ferimentos, emortes sem acudir pessoa alguma” (9). E como desejava ter o assunto acertado sem demora, proveu, como diz êsse auto em seguimento: “que os Officiais do Senado da Camara elegessem logo quatro pessoas para quadrilheiros, eordenar-lhes vivessem nas paragens mais convenientes, para apaziguarem os motins que houvessem, epoderem prender quando fosse necessario, eque para cadahum destes dessem dez homens, Officiais, e moradores namesma rua para que acudissem com o quadrilheiro as ditas bulhas, eque os obrigasse ater cada hum seu Xuço, como tambem atodos os Officiais de Sapateiro, Alfayates, Ferreiros, Latoeiros, Marcineiros, Tanoeiros, os obrigassem atodos ater nas logeas emque trabalham Xuços, para acudirem e apartarem as bulhas, compena de que não acudindo serem prezos vinte dias de Cadêa, eseis mil reis de condemnação, para os bens do Concelho, eoutrossim tivessem cuidado nas comi-

(5) Autos de Correções de ouvidores do Rio de Janeiro — Prefeitura do Distrito Federal, vol. 1.º, pág. 10.

(6) Idem, vol. 1.º, pág. 13.

(7) Idem, vol. 1.º, pág. 19.

(8) Idem, vol. 2.º, pág. 18.

(9) Idem, vol. 2.º, pág. 43.

coens que fizessem dever setinhão os ditos Officiaes cada hum seu Xuço, e faltando aesta obrigação, os condenaria em dois milreis pela primeira vez, e pela segunda vez seis milreis, e que este provimento se daria a execução” (10). Por aí se vê ter sido alterada a composição da quadrilha; em lugar, além do chefe, de vinte membros, ficavam estes sendo dez.

Mas continuava a cidade sem quadrilheiros, devido sobretudo a ninguém se interessar pelo cargo, como salienta esta passagem do auto de correição de 7 de setembro de 1730, procedida pelo ouvidor geral Manuel da Costa Mimoso, em que o juiz resolve: “Foi informado que neste Concelho não havia Quadrilheiros, que a Ley determina haja, sobre o que ouviu o Senado neste mesmo actto, que respondeu que o Senado sempre procura Quadrilheiros, como a Ley manda, com a differença só de lhes dar os nomes de Capitão do Matto, por entenderem que talvez com este nome se facilitaria o digo que talvez, que com este nome se facilitaria a acceitação do Officio, avista do que o Desembargador Ouvidor Geral mandou continuassem nos Provimentos, impondo-lhe o nome que a Ley lhe dá, e obrogação desatisfazerem as de Quadrilheiros” (11). Contudo a situação ficou na mesma, razão pela qual o ouvidor geral Fernando Leite Lobo, na correição realizada a 20 de outubro de 1731, decidiu, como diz o auto: “Provendo mandou que no termo de quinze dias fizesse este Senado Quadrilheiros na forma da Ordenação, elles darão o regimento conteudo nella, examinando-se com effeito observão e fazerem a sua obrigação, pena de incorrer cada Vereador, e o Procurador do Conselho na devinte milreis, para despesas da Justiça, e de selhedar em culpa na primeira Correição por serem continuos os delictos que quotidianamente se cometem nas ruas desta Cidade, que por ser populoza necessita deste meio para se evitarem e o Escrevam da Câmara debaixo da mesma pena lhes notificará este Capitulo no termo de trez dias de que passará Certidão para se executar” (12). E, apreciados outros assuntos, prossegue a correição, como diz o auto, sobre a matéria: “Pelo que respeitava aos Quadrilheiros foi dito pelo Senado que querendo no presente anno fazer elleição, enomeação delles acharão que todos os que herão capazes estavam alistados por Soldados Auxiliares, e que requererão o izemptassem pela razão de seu privilegio, e amais gente que restava, que hera pouca, toda hera decrepita, e incapazes, porque todo o que

(10) Idem, vol. 2.º, pág. 44.

(11) Idem, vol. 2.º, pág. 63.

(12) Idem, vol. 2.º, pág. 65.

teve capacidade se allistou por auxiliar, eque nestes termos não acharam pessoa que podessem nomear, alem deque estes decrepitos, incapazes que restavão dos Auxiliares herão todos Soldados da Ordenança, osquaes por Provizam Real, passada no tempo do Governador Arthur de Sá tinham os mesmos privilegios que tinham os auxiliares, proveu que sem embargo da dita duvida, procedessem adita nomeação, eque não havendo fora das duas classes pessoas capazes para servir de Quadrilheiros nomeassem primeiramente dos da Ordenança, esenestes senão achassem naforma que propozerão, fizessem anomeação ainda dos mesmos auxiliares, porque assim opedia anecessidade, evexação que experimentavão os moradores, com as repetidas mortes, edelictos que se cometião a que doutra sorte senão podia dar comoda providência. Proveu que se nomeasse tambem um Quadrilheiro, em cada freguezia do termo desta Cidade e que enquanto senão provião capitaenz do Matto digo desta Cidade compoder de prenderem os Escravos fugidos, roubadores, pagando-se-lhes namesma forma que aos Capitaens doMatto, por serem grandes as queixas que há dos insultos que andão fazendo, em prejuízo dos moradores eviandantes, aque senão tem dado oportuno remedio, para o que poderão ajudarse da gente da sua Quadrilha”(13).

Permanecia, pois, a cidade sem o policiamento municipal ; constituia causa o desinterêsse das pessoas válidas para as armas ; escassas, preferiam ir para o serviço de soldado auxiliar ou da Ordenança, postos em que havia privilégios a fruir, ou mesmo para a função de capitão do mato, melhor paga por ser árdua ; a demais, não havia vantajosa compensação aos trabalhos e riscos do serviço ; finalmente, enquanto aquêles cargos davam prestígio social, de que são prova os respectivos privilégios, com o de quadrilheiro na realidade não sucedia isso, tanto que êste serviço, por força das circunstâncias, cada vez mais, quando acontecia haver provimento, era confiado a pessoas sem ocupação certa. A constante crise no preenchimento do cargo de quadrilheiro era, aliás, peculiar à função ; igualmente de modo acentuado acontecia o fato em Lisboa, do que é uma prova a consulta da Câmara ao rei a 10 de março de 1653 (14) em que providências são solicitadas em prol da maior atração pelo cargo, como a concessão de privilégios, os quais outrora existiram, concedidos por Afonso V e depois foram perdendo o seu valor.

(13) Idem, vol. 2.º, pág. 66.

(14) Freire de Oliveira, Elementos etc., t. V, pág. 416.

Outra prova da permanência da crise da o decreto de 11 de fevereiro de 1696, em que o rei Dom Pedro II permitiu fôsem os quadrilheiros admitidos nos officios — êstes eram fechados, obedientes ao regime das corporações —, nêles sendo providos se bem servissem como policiaes, e que, enquanto permanecessem nestas funções, não estivessem obrigados a pagar os encargos das bandeiras de officios (15).

FUNÇÕES DOS QUADRILHEIROS — ORDENAÇÕES FILIPINAS — LIVRO I, TÍTULO 73

Em tôdas as Cidades, Villas, lugares e seus termos, haverá Quadrilheiros, para que melhor se prendão os malfeitos. Para o que se ajuntarão em Camara os Juizes e Vereadores, e terão em hum rol todos os moradores do lugar e seu termo, e a cada vinte moradores que hajão de servir em quadrilha, que mais visinhos tiverem, ordenarão hum Quadrilheiro, que para isso mais pertencente lhes parecer. E feitos assi os Quadrilheiros, ficarão scriptos no livro da Camara, pelo Scrivão della, para servirem tres annos com as quadrilhas, que lhes forem ordenadas. E ser-lhes-ha dado juramento em Camara, que bem e verdadeiramente cumprão este Regimento. E acabados os tres annos, ordenarão outros. E se durando os ditos tres annos fallecer algum, ou se absentar de ausencia prolongada, os Juizes, e Vereadores farão outro em seu lugar, que acabe de servir os tres annos, ou até o outro vir, quando for feito por sua ausencia prolongada.

1 E cada Quadrilheiro terá vinte homens de sua quadrilha, os quaes lhe serão dados em rol ao tempo, que receber juramento. E o traslado do dito rol ficará na Camara, para se saber os que lhe foram ordenados; e serão obrigados todas as ditas vinte pessoas a terem continuamente lança de dezoito palmos para cima, ou ao menos meia lança. E as mesmas armas terão os moradores dos termos e terras chãs, para tanto que huns, e outros ouvirem algum appellido, ou chamar o Quadrilheiro, podêrem logo hir onde lhes for mandado, ou cumprir por nosso serviço, e bem de justiça. E o que não tiver em casa as ditas armas, pague por cada vez cincoenta reis para o Meirinho, que o accusar.

2 E será cada Quadrilheiro muito diligente em saber para sua nifor-mação (sem sobre isso tirar inquirição), se em sua quadrilha se fazem furtos, ou outros crimes. E quaes são as pessoas que nisso tem culpa, para quando por ahi vier o Corregedor lho fazer saber. E assi o fará saber aos Juizes, para fazerem tudo o que por bem de nossas Ordenações podem e devem fazer.

3 Outro si, serão muito diligentes em saberem se em suas quadrilhas andão homens vadios, ou de má fama, ou estrangeiros, e logo lhes tomem conta do que ahi fazem. E não lhes dando elles alguma justa e verdadeira razão, porque tenham causa de ahi andarem, os prendão, e levem ao Juiz, antes de serem metidos na cadeia. O qual lhes tomará conta de quem são, e do que ahi fazem. E achando-se em culpa, os prenda, e faça delles justiça com appellação, e agravo. E dando o tal homem razão, porque pareça claramente, que tem necessidade de star na terra, o Juiz lhe mande, que em certo tempo, que lhe parecer que bastará, acabe o que ahi tiver para fazer, sob pena de ser preso. E sendo depois achado passado o termo, que lhe o Juiz der, os

Quadrilheiros o prendão, e levem ao Juiz, como dito he. E qualquer Quadrilheiro, que em sua quadrilha consentir andarem as semelhantes pessoas, sem cumprirem o que lhes aqui he mandado, incorrerá em pena de trezentos reis para o Meirinho, ou Alcaide. E alem disso, se a tal pessoa vadia, ou estrangeira fizer algum furto, ou dano, o Quadrilheiro com os da sua quadrilha, que consentirem entre si andar a tal pessoa, pagarão á parte danificada o dano que receber.

4 E saberão se em suas quadrilhas ha casas de alcouce, ou de tabolagens, ou em que se recolhão furtos, barregados casados, alcoviteiras, feitiçeras, para que visitarão as stalagens, e vendas de suas quadrilhas ou molheres, que stem infamadas de fazerem mover outras, ou se andando alguma prenhe se suspeite mal do parto, não dando delle conta. E havendo alguma das ditas cousas, o farão saber ás Justiças, a quem pentencer. E na cidade de Lisboa ao Corregedor, e Juiz do seu bairro os quaes se informarão, e achando prova bastante para prender os culpados, os prenderão, e procederão como for justiça.

5 E os Juizes, tanto que os Tabelliaens lhes derem os roes dos culpados, darão perante um Tabellião a cada Quadrilheiro hum rol dos que devem ser presos. E os ditos Quadrilheiros farão de maneira, que se cada hum dos culpados, que lhes os juizes derem em rol, andar em sua quadrilha, o prendão, lançando logo, onde quer que o virem appellido, dizendo : “Prendei foão da parte del-Rei nosso Senhor”: á qual voz sairão logo todos os de sua quadrilha, e de quadrilha em quadrilha o sigão até ser preso, sob pena daquelle Quadrilheiro, ou quadrilha, por cuja culpa, ou falta o tal homiziado deixar de ser preso, pagar á parte danificada o que lhe pagará o dito homiziado, se fôra preso. E além disso, o Quadrilheiro que em sua quadrilha deixar andar alguma pessoa das que lhe forem dadas em rol, incorrerá em pena de quinhentos réis para o Meirinho, ou Alcaide, que o accusar.

6 E serão os quadrilheiros, e homens de suas quadrilhas diligentes em acodir ás voltas, e arroidos com suas armas, e farão de maneira, que prendão os culpados. E se logo nos arroidos não os podérem prender, corráo depos elles com appellido de huma quadrilha em outra, até serem presos. E deixando os culpados de ser presos por sua falta, serão obrigados pagar á parte danificada o dano que recebêrão, e poderão haver do malfteiro, se fôra preso. E além disto o Quadrilheiro, que não acudir aos arroidos, pagará cem réis, e cada pessoa de sua quadrilha cincoenta réis, para o Meirinho, ou Alcaide que o accusar.

7 E sendo caso, que seguindo algum Quadrilheiro algum homiziado para o prender, elle se acolher para casa de algum poderoso, Duque, Marquez, Conde, Arcebispo, Bispo, Prelado, Senhor de terras, ou Fidalgo principal, poderá entrar, e entre livremente na tal casa, a buscar, e prender o dito homiziado, sem da parte das ditas pessoas, parentes, ou criados, lhes ser posto impedimento, nem duvida alguma na entrada da casa, busca, e prisão do dito homiziado. E pela dita maneira entrarão em quaesquer lugares, e terras, inda que sejam de Senhorios, ou Coutos, ou de outra jurisdição, sem embargo de quaesquer doações, privilegios, e posses, que em contrario haja, até o delinquente com effeito ser preso. E qualquer das ditas pessoas, que o contrario fizer, incorrerá nas penas, que diremos no Livro quinto. Título 104 : “Que os Prelados, e Fidalgos não acoutem malfteiores”, E tendo o Quadrilheiro Tabellião, faça de tudo auto. E não o tendo, tome de tudo testemunhas, e antes que vá a sua casa, se vá ao Juiz da terra, o qual fará auto, e procederá por elle, para lhe ser entregue o malfteiro, ou envie o auto ao

Corregedor da Comarca, para proceder. E nos taes casos as Justiças farão de tudo autos publicos, que no senviarão, emprazando as ditas pessoas grandes, que forem culpadas, que em certo termo pareção pessoalmente em nossa Côrte.

8 E o que dissemos dos homiziados, que podem e devem ser presos nas casas dos Arcebispos, Bispos, Dom-Abades e Prioros de Mosteiros, se entenderá, não sendo as casas taes, que per Direito, ou costume, devão gozar da immunnidade da greja nos casos, em que ella val.

9 E queremos, que tanto que os Juizes, ou Quadrilheiros souberem, que algum malfeitor se acolhe em casa dos ditos Prioros e Dom-Abades, lhes digão e requeirão, que os lancem fóra, notificando-lhes, como são homiziados. E tendo-os elles mais, ou trazendo-os consigo, fação disso auto, e o enviem ao Corregedor, o qual procederá contra elles a suspensão da jurisdição, que tiverem.

10 E quando o tal homiziado tiver commettido crime, porque lhe não valha o Couto do dito Mosteiro (pela obrigação, em que os Dom-Abades e Prioros stão de os não acolherem, nem ampararem), não se lhes fará requerimento, que os lancem fora mas prendel-os-hão em suas casas, se o poderem fazer, sem se seguir cousa contra nosso serviço. E em outra maneira, fação auto, e o enviem ao dito Corregedor.

11 E os Corregedores pelos lugares, onde andarem, ou estiverem, saberão com diligência se os Quadrilheiros cumprem este Regimento. E procedão contra os que acharem em culpa.

12 E enquanto os Quadrilheiros da cidade de Lisboa usarem o dito officio, haverão para si as armas, que tomarem aos ladrões, que prenderem. E as que tomarem nas brigas, que conforme as Ordenações se perderem. E poderão protestar por as penas dos arrancamentos, e demandal-as ás pessoas, que prenderem, e lhes serão julgadas, como os Alcaides. E os visinhos, que tiverem ordenados ás suas quadrilhas, que lhes não acodirem, chamando elles por ella, pagará cada hum quinhentos réis, a metade para o Quadrilheiro, dando disso duas testemunhas, e a outra para Captivos.

13 E sendo os Quadrilheiros da dita Cidade, achados de noite com suas varas, a quaesquer horas, nos bairros, que lhes são ordenados, ora venhão de fazer alguma diligencia, ora não, não lhes levem penas nem percão as armas salvo sendo achados commettendo algum delicto.

14 E bem assim, apenando-se alguma gente para ir em armadas, ellas não serão a isso constrangidos.

15 E as resistencias, que lhes forem feitas, sejam castigadas, como se fossem aos Alcaides.

REGIMENTO DOS QUADRILHEIROS (*)

Dom Felipe por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquem, e d'alem mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber, que ElRei, meu Senhor e Pai, por justos respeito, que a isso o movêrão, houve por bem, e mandou, que nesta Cidade de Lisboa houvesse também Quadrilheiros,

(*) V. Alv. de 25. de Março de 1742. § 13.

como ha nas mais Cidades, e Villas do Reino ; e que ao Regimento dos Quadrilheiros, contendo no 1. Liv. das Ordenações Tit. 54. se juntassem os mais casos, que se accrescentão por uma Provisão delRei D. Sebastião, que Deos tem, feita em Cintra a 28 de Julho de 1750. E por quanto nesta Cidade se não poderão ordenar os Quadrilheiros na fórma, que a dita Ordenação manda ; e pareceo, que em algumas cousas o dito Regimento se devia reformar no que toca aos Quadrilheiros, que há de haver nesta Cidade, com o parecer dos do meu Conselho : Hei por bem, que o Presidente, Vercadores, e os mais Officiaes da Camara desta Cidade, que hoje são, e ao diante forem, fação, e ordenem os Quadrilheiros cada tres annos na forma seguinte.

1 Dos Juizes, que nella houver da jurisdicção da Cidade, escolherão em Camara os que mais desoccupados forem, e melhor o puderem fazer, e repartirão por elles todas as Freguezias da Cidade ; e lhes ordenarão, que todos em um tempo, com um Escrivão dos que com elles servem, corraõ as Freguezias, que lhes forem assignadas, e em cada rua dellas escolherão homens, a que se tenha respeito, e os que mais continuos, e residentes forem em suas casas por razão de seus Officios, a que farão Quadrilheiros, para servirem por tempo de tres annos ; e a cada um delles entregarão uma vara, pintada de verde, com as Armas Reaes, e assi o Regimento do dito cargo ; e lhes darão juramento sobre os santos Evangelhos, para que bem e verdadeiramente, com toda a diligencia possivel, cumprão, e guardem o que no dito Regimento lhes está encarregado, de que farão um breve termo nos livros, que para isso a Camara desta Cidade lhes dará, no qual assignarão com os Quadrilheiros, e lhes nomearão logo vinte vizinhos, que para isso forem mais sufficientes, aos quaes notificarão, que em qualquer hora de dia. ou de noite, que forem requeridos pelos ditos Quadrilheiros, lhes acudão com suas armas, e acompanhem, e ajudem a prender os malfeytores ; e dos nomes dos ditos vinte homens farão um rol, que entregarão a cada um dos Quadrilheiros, para saber os que tem obrigação de lhe acudir.

2 E depois que os ditos Juizes acabarem de prover toda a Cidade de Quadrilheiros na maneira sobredita, levarão os livros, em que os escrevêrão, á Camara desta Cidade, para nella estarem em guarda ; e por elles o Presidente, e Vereadores mandarão reformar os mortos, e ausentes de ausencia prolongada ; e acabados os tres annos, fazer outros Quadrilheiros, na forma, que dito he : e nenhum Quadrilheiro se ausentará, nem mudará da rua, em que morar, sem o fazer saber ao Julgador do seu Bairro, o qual proverá logo outro, que melhor lhe parecer, em seu lugar.

3 E cada um dos vinte homens da quadrilha serão obrigados a ter continuamente em suas casas uma lança de dezoito palmos para cima, ou uma chuçã, ou alabarda ; e não a tendo, pagarão duzentos reis para o Meirinho, ou Alcaide, ou para o mesmo Quadrilheiro, que os accusar.

4 Item cada Quadrilheiro será mui diligente em saber para sua informação (sem sobre isso tirar inquirição), se em sua quadrilha se fazem alguns furtos, ou outros crimes, e quaes são as pessoas nisso culpadas ; ou se andão nellas alguns homens vadios (1). ou de má fama, ou alguns Estrangeiros, e logo lhes tomarão conta do que aqui fazem ; e não lhes dando elles alguma justa razão, porque tenham causa de aqui andarem, os prendão, e devem ao Corregedor, ou Juiz do Crime, a que estiver encarregado o Bairro da sua quadrilha ; aos quaes o Corregedor, ou Juiz tomará particular conta de quem são, e o que aqui fazem ; e achando-os em culpa, os prenderá, e fará delles

(1) V. Alv. de 25 de Dezembro de 1608, § 12.

justiça, na fórma de minhas Ordenações (2); e dando o tal homem alguma razão, por que pareça claramente, que tem necessidade de estar na terra, o Corregedor, ou o Juiz lhe mandará em certo tempo, que lhe parecer bastante, acabe o que tiver para fazer, sob pena de ser preso; e sendo mais achado, passado o dito termo, que lhe for dado, os ditos Quadrilheiros o prendão, e levem ao Julgador de seu Bairro; e da dita notificação mandará o Corregedor, ou Juiz fazer termo por um Escrivão d'ante si.

5 E assi terão muito cuidado de saber, se em suas quadrilhas ha alguns barregueiros casados, ou casa de alcouce, ou alcoviteiras, ou feiteiceiras, ou casas de tabolagem de jogo, ou em que recolhão furtos, ou se agazalhem ladrões, e homens de má fama, ou vadios, para o que visitarão as estalagens, e tabernas de suas quadrilhas (3); e se vivem em suas quadrilhas mulheres, que para fazer mal de si, recolhem publicamente homens por dinheiro, ou que estão infamadas de fazer mover outras mulheres com beberagens, ou por qualquer outra via; e se ha alguma mulher, que andasse prenhe, de que se suspeitasse mal do parto, não dando conta delle; e se souberem de algumas pessoas, que costumam por dinheiro testemunhar falso; e assi se souberem de alguns homens, que tiverem commetido delictos fôra desta Cidade, e andarem nella; e havendo alguma das ditas cousas, os Quadrilheiros desta Cidade de Lisboa o farão logo a saber ao Corregedor, ou Juiz de seu Bairro; e os ditos Corregedores, ou Juizes se informarão com diligência do que assi os Quadrilheiros lhe disserem: e achando prova bastante, para prenderem os culpados, os prenderão, e procederão contra elles, como for justiça; e cada semana irão dar conta ao dito Julgador do estado da quadrilha; e qualquer Quadrilheiro, que em sua quadrilha souber, que andão semelhantes pessoas, sem cumprirem o que lhes aqui he mandado, incorrerão em pena de dous mil réis, ametade para quem os accusar, e outra para Captivos; e provendo-se, que os favorecem, e consentem andar na quadrilha, serão presos, e condemnados em um anno de degredo para Africa; e alem disso, se a pessoa vadia, ou estrangeira fizer algum furto, ou damno a alguma pessoa, o dito Quadrilheiro com os da sua quadrilha, que consentirem entre si andar a tal pessoa, pagarão á parte damnificada o damno, que receber.

6 Item serão os ditos Quadrilheiros, e homens de suas quadrilhas muito diligentes em acudir ás voltas, e arruidos, e insultos com suas armas (4), e farão de maneira, que prendão os culpados; e se logo no arruido, ou outro qualquer delicto, a que acudirem, os não puderem prender, cõrrão apoz elles, appellidando: *Prendão fuão da parte d'ElRei*: a qual voz sahirão logo todos os da sua quadrilha; e de quadrilha em quadrilha os seguirão até sêrem presos; e deixando os culpados de ser presos por sua negligencia, serão obrigados a pagar ás partes o damno, que receberão, e poderão haver do malfetor, se fôra preso; e alem disso, o Quadrilheiro, que estando presente, não acudir aos arruidos e insultos, pagará por cada vez quinhentos réis, e os da quadrilha duzentos réis para o Meirinho e Alcaide, que os accusar.

7 Item, sendo caso, que seguindo o Quadrilheiro algum homiziado para o prender, e elle se acolher a casa de algum poderoso, elle com os da quadrilha, que o seguirem, guardarão a porta, ou portas da dita casa, e mandarão recado ao Corregedor, ou Juiz do seu Bairro, ou do em que a pessoa poderosa viver,

(2) V. Liv. 5 Tit. 68 das Ordenações Filipinas.

(3) V. o mesmo Alv., § 21.

(4) V. o mesmo, § 20.

o qual deixando tudo, acudirá logo, e fará o requerimento á tal pessoa poderosa, para lhe entregar o delinquente, na forma de minhas Ordenações (5); e sendo a pessoa, aonde o dito malfetor se acolher, pessoa Ecclesiastica, não querendo entregar, nem consentir que as casas se lhe busquem, por esse effeito será suspenso de qualquer jurisdicção, que de mim tiver, até miha mercê.

8 E acolhendo-se a algum Mosteiro, ou Igreja, ficarão em guarda d'elle, e mandarão recado ao Corregedor, ou Juiz do dito Bairro, para neste caso proceder na fôrma da Ordenação.

9 E para com mais diligencia os Quadrilheiros acudirem ás voltas e arruados, e outros delictos, que nesta Cidade se commettem, hei por bem, e mando, que as espadas, punhaes e adagas, ou quaesquer outras armas, com que forem tomados os delinquentes, que os Quadrilheiros prenderem, lhes sejam julgadas por perdidas para elles, e os de sua quadrilha, pelos Julgadores dos Bairros de suas quadrilhas, que forem na prisão, e isto não sendo armas defesas por minhas Leis e Ordenações; porque nestas se guardará o que ellas dispoem: e assi haverão as penas pecuniarias dos delinquentes, que elles prenderem por matarem, ferirem, ou arrancarem nesta Côrte, na fôrma, em que por minhas Ordenações se julga aos Meirinhos e Alcaldes, que semelhantes prisões fazem, as quaes se repartirão pelos Quadrilheiros, e os da sua quadrilha, que forão presentes.

10 E mando aos Corregedores do Crime, e de minha Corte e aos da Cidade, e Juizes do Crime della, saibão por informação particular das testemunhas, que para isso tomarão, se os Quadrilheiros, e homens das quadrilhas, que cahirem nos Bairros, que lhes estão encarregados, cumprem este Regimento; e procedão contra os que acharem culpados. E este Alvará e Regimento hei por bem e mando, que se cumpra, posto que não seja passado pela Chancellaria, sem embargo da Ordenação em contrario. Dado em Lisboa a 12 de Março. Pedro de Seixas o fez escrever, anno do Nascimento de N. S. Jesu Christo de 1603. Rei.

(5) V. Liv. 5. Tit. 104, § 3.º das Ordenações Filipinas.
Do tomo 1.º das Leis, Alvarás, etc., da "Collecção Chronologica de Leis Estravagantes" — Coimbra. Na Real Imprensa da Universidade — 1819.
As notas deste Regimento são da edição Coimbrã.

HISTÓRIA DA LITERATURA BAIANA, DE PEDRO CALMON

FEIJÓ BITTENCOURT

As velhas histórias literárias brasileiras gastaram-se em apontar poetas e prosadores, e em assinalar perfeições, levando nisso tempo. Indicaram então gênios, e esta foi a colheita que fizeram. Falaram assim em perfeições e gênios: duas coisas difíceis de definir para que não se saiba quais mencionar.

A escolha que fizeram, redundou em dúvida tão maior quanto mais decidiam, no caso, levados dos pendores pessoais.

Esse modo de ver as coisas, uma tal cata de perfeições, isso decerto que ficou de Voltaire, ou de antes e mesmo já do século XVII, em França, e representa feitiço tão dêle em apreciar as literaturas: mas é a feição tão corrente em certa fase da cultura brasileira que os brasileiros escreveram a história da literatura brasileira nos moldes volterianos.

Entretanto a maneira de Voltaire apreciar as letras não era criação dêle. Explica-se com a História da França. E' peculiar a essa nação, e concernente a uma certa época. Torna-se numa particularidade do país e não é um critério para manter fora dêle. Entretanto a preocupação com a finura da poesia francesa levou a que comparassem, à métrica de Musset, nos versos do beatificado padre Anchieta, para valorizar o que o santo homem escreveu. Na verdade, nada de parecido. O espírito poético do apóstolo do Brasil vale pela unção, pela religiosidade, pela simplicidade cristã, sendo a sua poesia mais expressiva nos versos do poema por êle dedicado à Virgem Maria, que dizem respeito da psicologia da santidade. Isso vai muito além do poeta francês. A comparação feita é de pôr de lado.

Mornet dá a razão de ser histórica do critério que Voltaire abraçou para falar das letras em França. Reporta-se Mornet a que,

“após as lutas com a Fronça, o poder real se firmou de taí maneira absoluto”, que, com isto, a sociedade francesa se comediou discreta preocupada com a compostura de maneiras e vida de côrte, para a literatura se tornar discreção e finura.

Sobrelevam-se os salões de França; tudo são atitudes polidas, regras de decôro com que todos se preocupam cuidando de que era feio e ridículo não observar e ignorar a etiqueta.

O decôro e a perfeição de costumes ficam sendo a coisa que tinha curso em uma sociedade a ter olhos inteligentes fixos no poder que o rei firmara vencendo na ocasião tôdas as questões sociais, religiosas, políticas, etc., etc.

O respeito que havia era por essa vitória absoluta do monarca.

As letras então eram pouco. Ficam sendo o agrado, a finura, o comentário mundano em que uns criticam os outros numa atmosfera de discreção e esmerado respeito ao rei posto acima de todos.

Com isto surge o bom gôsto, o gôsto fino, o espírito de finura.

Obras geniais são as orações fúnebres de Bossuet a lembrarem a vida dos príncipes, e das princesas ou rainhas de sangue francês. La Bruyère, a quem chamam “o historiador do século” por ter êle escrito os *Caracteres*, livro no tom de comentários mundanos numa linguagem cortês, se estende a respeito das pessoas que viviam em sociedade. Não se passava disso, em literatura. As Memórias de Saint Simon transpiram como que unção diante do poder real; mas historiam intrigas e comentam a sociedade submissa ao poder do monarca.

A poesia é finura e perfeição: Boileau dita-lhe uma *Arte poética*.

O teatro de Racine ainda é um fino comentário, austero, das paixões de mulheres. Em tudo sobrenada o respeito e o mundanismo. Assim, pelo menos, se criou um gôsto especial, que passa do século XVII para o século XVIII. E isso representa, em literatura, uma repulsa aos libertinos, gente irreverente, conhecida das ruas e que sendo do século XVI precedeu a êsses grandes espíritos de côrte, dominantes no século XVII.

“Passaram os libertinos a ser perseguidos e castigados de morte”, por se terem envolvido na política que acabou vencida pelo rei. “Escondem-se. Exilam-se. Ou se calam, e, quando falam é baixo. A partir de 1660, êles iam desaparecendo, diminuindo de número”.

Voltaire, que aspiraria ser como os libertinos, mas, vivendo êle no século XVIII, estende a mão àqueles, por sôbre o século XVII.

Recbeu, entretanto, dêste século XVII o bom gôsto, que êle adota como um legado precioso, para, inspirado nesse bom gôsto, escrever a História Universal, reformando-a, e a história literária, multiplicando-lhe comentários.

Já me prolonguei alhures acêrca da maneira de Voltaire fazer, da História Universal, um grande panorama em que o bom gôsto vai destacar e descrever os séculos áureos.

No século XVIII, doutrinando a respeito da literatura, ficou Voltaire a escrever ao gôsto do século XVII. Não se emancipou. E êle assim ficou sendo artificial, sem perceber que as literaturas têm a expressão social, política do país em que florescem.

Havia de ser Sainte-Beuve que, na França, rasgou novos horizontes para a história da literatura, escrevendo o livro famoso, *Port Royal*.

Cuidando dos jansenistas, fêz a história do pensamento francês. Esclarece o que foi a reação contra o protestantismo e tôdas as suas modalidades, para então assentar as bases da literatura francesa. Esta é pois a significação do seu livro, apontado entre os seis maiores que a França produziu. E desde aí não mais a retórica nem a arte poética pesaram na história da literatura, porém a história do pensamento.

O sentido da história da literatura, com Sainte-Beuve, estava pois indicado.

Porém, ao Brasil chegou primeiro o feiço volteriano de escrever. E quando as modificações no gênero trazidas por Sainte-Beuve começaram a influir eu já disse que se escreveu uma história da literatura profusa, partidária, polêmica, sem equilíbrio e sem serenidade. De Voltaire a Sainte-Beuve vai considerável distância, que muitos veem procurando transpor.

A história da literatura que Sainte-Beuve mudou de feição passou a ser uma investigação séria a respeito do pensamento de um povo levando-se em consideração todos os aspectos dêsse pensamento, isto é, o aspecto histórico, político, religioso, filosófico. E escrever a história da literatura ficou sendo maior incumbência, maior encargo. Ora, o Sr. Pedro Calmon se propôs a escrever a História da Literatura Baiana, mas apresentou nestes termos a questão, dizendo que a "história do pensamento brasileiro iniciase..."

Fala o Sr. Calmon em história do pensamento ao traçar uma história da literatura. Mas, à história do pensamento, também se refere Mornet quando tomou rumo intitulado o seu livro — *His-*

tória da literatura e do pensamento francês. Conjugou as duas coisas. São pois as novas responsabilidades que surgem assim, ao se ter que escrever história da literatura.

* * *

“A história do pensamento brasileiro inicia-se em 1556, com o *Curso de Letras* que os jesuítas fundaram na Bahia, abrindo o Colégio, depois de terem aberto a igreja” — assim o Sr. Calmon começa a sua *História da Literatura na Bahia*, fazendo da criação do Colégio o primeiro capítulo do seu livro.

Que representava êsse Colégio?

Se não se fizer uma diferença, a idéia sobre a qual insistiram os jesuítas, dando início ao cultivo das letras no Brasil, passa desapercibida em parte, e não se há de ver a maneira expressiva com que voltaram êles a ela. O que os jesuítas pensaram logo em fazer, não no quis Portugal por compreensível interesse seu.

A diferença então a fazer é entre o plano político dos jesuítas na América, e a política portuguesa no Brasil.

Os jesuítas chegaram à América do Sul pensando logo em elevar a instrução de que se encarregaram por missão religiosa. O Colégio que instalaram já estava, porém, no acôrdo que tiveram com o governo de Portugal, devendo a instrução ministrada “dividir-se em primária, para meninos catecúmenos e de Artes que tenham o caráter requintado de seminário de humanidades completada pela Faculdade de Filosofia — com a condição de ser propedêutico a Universidade de Coimbra”. Aí, está tudo dito. Porém não se sabe porque logo ministrar o ensino da filosofia entre povos rudimentares, que a Religião cristã chamava a si. No Brasil, desnecessária seria essa filosofia. Mas é que os inácianos viam outra coisa. Viam na América uma sociedade nova em que se desdobraria a européia e que, guiada por êles, se oporia à Europa já em grande parte protestante.

Anteciparam-se pois na idéia de equilíbrio do novo com o velho continente.

Mas logo falaram até mesmo em criação de Universidade no Brasil. Sim: foi o que Portugal não quis, exigindo então que o Brasil se completasse com o velho Reino, onde já estava Coimbra. O ensino dado no Brasil fôsse, nesse caso, propedêutico, e o arremate ficasse em Portugal.

A idéia do governo português se conjugou à do jesuita, que achou natural não contrariar os portugueses, posto que inconveniente não havia em ser cordato.

Mas a posição segura em que estaria uma sociedade separada da Europa pelo Atlântico, êles, jesuitas, logo perceberam, e Vieira mais tarde ainda insiste, junto ao rei Dom João IV a fim de que não sofresse mais impertinência do rei de Espanha, na mudança da Corôa para o Brasil.

Ora, bem que se podem levar as bases dessas primeiras letras da Bahia (e naquele tempo era tôda a literatura brasileira) até o grande cenário político do mundo, em que os jesuitas figuravam. Pode-se mostrar que elas se estendiam até a grande cisão religiosa entre a Europa, com os seus povos do Mar dô Norte enriquecidos pelo comércio, e Roma, entre o protestantismo e o catolicismo. Dai a necessidade de filosofia, logo indicada para ensinar.

Não digo que se tenha formado uma grande escola de filosofia no Brasil. Mas o grande pensamento que inspirava os religiosos de Santo Inácio, pairou sôbre as terras americanas.

* * *

E o Brasil como caminhou?

De um lado o pensamento político muito amplo e de um alcance universal, formulado pelo jesuita; mas do outro, o que era humilde. Humilde, o Sr. Calmon chamou ao ofício de escrever. “Os primeiros escritores que no Brasil exerceram o seu humilde ofício foram (*“scriptores Provinciae Brasiliensis”*) os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta”.

E como não havia quem lesse, quem tivesse o espírito formado para a curiosidade da leitura, livros contudo se escreveram, mas para serem lidos em Portugal. Apareceram “os saborosos livros de Pero de Magalhães Gandavo (autor, em 1574, de um Manual de ortografia) — *Tratado da Terra e Gente do Brasil e História da Província de Santa Cruz*, que não conhecia ainda Escrivão da Torre do Tombo, fêz êle à distância, e em quadro nebuloso, o que a seguir intentou, com luz própria e a vista das paisagens, Gabriel Soares de Sousa, um dos colonos mais ilustrados do Século XVI”.

Longe mesmo que estivessem, no Brasil, a intenção já era escrever, informar, Portugal acêrca das terras descobertas; o primeiro documento literário nesse sentido informativo, e que partiu do Brasil, é por certo a carta de Pero Vaz Caminha. Per fim, já a História do Brasil de frei Vicente.

O segundo capítulo do livro de Calmon é *Os primeiros livros*. E os primeiros livros que se escreveram sobre o Brasil, foram êsses.

* * *

Mas a expressão política que o Sr. Calmon dá à literatura (e com o que estou de acôrdo), o ambiente político e social em que êle a coloca, lhe proporciona logo o terceiro e quarto capítulos do seu livro:

Cap. III Padre Antônio Vieira.

Cap. IV. A geração de Gregório de Matos.

Gregório de Matos trouxe o que há de humano e pessoal para a literatura. Mas a geração dêle está no quadro que o Sr. Calmon sabe como pintar: “No meado do século XVII encontra-se na Bahia — representantes da melhor literatura portugêsa — o escritor exilado Dom Francisco Manuel de Melo” que viveu no bairro do Monserrate aí escrevendo “a maior e mais notável parte dos *Apólogos Dialogais*...”; “o poeta capitão Antônio da Fonseca Soares (na religião frei Antônio das Chagas — que em 1676, escrevia a um amigo de cá “sabe Deus que tenho um ardente desejo de passar a essa terra... para que êsses países me viram escandaloso ao menos arrependido”.

Êsse o destino do Brasil: um exílio de escritores. Nesse exílio amargurado, as letras como lenitivo. Uns elevando-as alto; outros fazendo-as descerem baixo; e êstes começam com Gregório de Matos.

— “Não foi feliz em Portugal; perdeu por desídia ou desinterêsse a honrosa incumbência de procurador da Câmara da Bahia...” Estava-lhe pois aberto o caminho de volta para a sua cidade natal, no Brasil. Desleixado por desgosto de deixar donde vinha, nem o emprêgo de desembargador da Relação Eclesiástica o contentava para que se emendasse. Sem corrigir-se, caiu no relaxamento de costumes.

E’ então, que muito baixo Gregório foi buscar e “introduziu um valor novo na poética popular que foi a nota política avivada de nativismo. Acorre à defesa dos “naturais do Brasil”; estranha a fortuna dos forasteiros; quer equiparação dos destinos; vinha-se...”

Porém, reconhecendo às vêzes a sua irremissível decadência moral, êle vê despertar o gênio que possuía, escrevendo versos como os do admirável soneto — *Buscando Cristo*.

“E’ (êle) o advogado arrogante dos “mauzombos”, dos que no Brasil nasceram, dos conterrâneos. Revolta-se, numa cólera estrondosa, extensiva à cidade corrupta, ao povo... Engendra a poesia licenciosa da boemia estudantil, marcando-a com o humorismo escabroso da vadiagem alegre. Põe em circulação a chalaça rimada, não raro imunda”.

Quer dizer que, de todo canto, de todos os desvãos da cidade, que se formava, veem as letras, veem até da gente desabusada. Ludwig Leiwinson conta, em sua *Psicologia da Literatura Americana*, qualquer coisa de idêntica nos Estados Unidos, onde então, nas cidades, de um lado ficava o espírito puritano sendo o gênero literário o sermão; mas, do outro lado, a licenciocidade, a pornografia e “um vocabulário de epítetos habituais” que ficavam acompanhando as pessoas então assim de todos conhecidas nos meios urbanos que eram pequenos.

Ora, o mesmo no Brasil.

Mas o sermão no Brasil seria diferente do sermão dos puritanos, cuja prosa era vulgar “indigesta”, própria da linguagem do homem sucumbido de estar expulso da sua terra “graciosa e cheia de recordações”, pela guerra de religião.

No Brasil o pregador era o Jesuíta. A idéia que êle tinha em mente era brilhante e precisa. Ao em vez de uma inteligência acaçapada havia então um espírito político ilustre, audacioso. Um estilo incomparável. Assim foi Vieira.

O terceiro capítulo do livro do Sr. Calmon já eu disse que versa a respeito do pregador de expressão máxima no momento.

O Vieira que o Sr. Calmon nos mostra é pois o homem de ação no Brasil, o homem a lutar em prol da grande idéia que os jesuitas encarnavam. O Vieira que êle nos faz ver, é aquele Vieira que subiu “aos páramos da eloquência e coroou de fulminações cósmicas a ameaça de cativo da cidade cristã”. E Calmon transcreve o trecho de sermão:

— “Se determináveis dar estas mesmas terras aos piratas de Holanda, por que lhas não destes em quanto eram agrestes e incultas, senão agora?... nos mandastes primeiro cá por seus aposentadores, para lhe lavrarmos as terras, para lhe edificarmos as cidades, e depois de cultivadas e enriquecidas lhas entregarmos?”

Isto Vieira diz a Deus, a quem interpela.

E esta é a primeira resposta aos que hoje, perplexos diante das instalações cômodas do governo holandês no Brasil, fazem-se apologistas do flamengo lastimando que se expulsassem os invasores. Vieira é que deu a êsse aleive a primeira resposta. — Mas cultivaram os holandeses o que era dos portugueses? E não vieram

em busca do que não era dêles? A segunda resposta fundamentou a Hermann Wätjen, autor holandês de tanta publicidade e que mostra como essa Holanda, a sua pátria, não foi capaz de movimentar as indústrias de cana já instaladas, mas paralisadas sem recursos com que se moverem, despojadas do que o holandês não soube dar devidamente.

Uma história da literatura deve ser feita com êste senso das coisas familiares ao historiador e não há de ser uma visão superficial em que se conferem as figuras de retórica da literatura de um povo. As letras acompanham a história do país, e falam nela com clareza.

* * *

Mas literatura não é apenas os grandes retratos nem a medida da estatura dos grandes vultos, é também a descrição do meio para saber-se, nêle, até onde vão as artes. Ela é a reabilitação dos poetas menores, em que fala Horácio, porque de fato êles penetram a vida criando expressão literária e fazem das duas coisas — escrever e viver ativamente — o mesmo empenho. E' assim que surgem dignos de atenção, na geração de Gregório de Matos, um Bernardo Vieira Ravasco, irmão de Vieira, e um Eusébio de Matos, irmão de Gregório.

O irmão do poeta subiu ao púlpito. "Começou jesuita, mas, por seu procedimento irregular, foi pôsto fora da Companhia e se meteu frade no Carmo... levando do Colégio para o convento grande fama de orador, tão logo, poeta, pintor".

Mas o irmão de Vieira fêz versos, e "foi soldado, primeiro secretário do Estado e organizador da secretaria: uma das pessoas principais da terra, "pessoa de maior experiência daquele Estado", na frase de Antônio Vieira".

"O gênio assomadiço e altivo, continua informando Calmon, fizeram-lhe difícil a carreira, lançando-o contra dois governadores vingativos... No último episódio figurou a seu lado o padre Vieira, a cuja intervenção se deve o fim discreto que teve o caso do assassinato do alcaide-mor. Bernardo escrevia bem a sua prosa — perdida nas memórias que lhe ficaram inéditas — e o verso elegíaco ou erótico, de que se conservam vários modelos. Se coligidos dariam bom volume... mostrando um poeta verboso e medíocre".

Essa maneira de tratar a literatura vai dando sentido a ela que corre então límpida da fonte que é a história.

Entretanto...

— prefaciaram-se histórias da literatura citando Humboldt e Buckle para engrandecer o espetáculo da Natureza no Brasil.

A literatura em nosso país devia então se inspirar em nossa Natureza. Euclides da Cunha descrevendo-a, sugestionou que a literatura tinha de se voltar para ela.

Essa tendência teve os seus partidários, os seus imitadores; mas isto não passou de um extravio, de uma contribuição quase que não prestigiada. E *Os Sertões* de Euclides da Cunha ficaram sendo só *Os Sertões*.

Ajustou o Sr. Calmon as letras à História, referiu-se ao meio, à situação do escritor nesse meio, e isto fêz para que melhor se compreendam as letras e para que melhor se perceba a História, compreendendo-se as letras. E' este sentido que êle deu ao seu livro, e o faz versado como o é em História.

Houve tempo que se cuidou de descrever a Natureza: a arte era pois a Natureza vista através de um temperamento. Assim, como que se limitaria a ela.

A descoberta da América, de fato, influuiu muito nessa descrição da Natureza. Mas, neste caso, não era a Natureza que se impunha à arte; com a descoberta da América, a curiosidade era pelo continente descoberto, e o fato histórico do momento é que provocava a curiosidade pelo novo mundo encontrado, que a arte passava a se referir.

Chateaubriand, com a imaginação que possuía, celebrou-se fazendo da Natureza americana grandioso assunto em que a prosa francesa chegou a uma expressão poucas vêzes atingida. A atenção de todos voltada para a América é que provocou o grande êxito das páginas escritas, não sendo a perfeição delas que lhes dava celebridade, mesmo porque as *Memórias de além túmulo*, em que o estilo de Chateaubriand alcançou uma perfeição ímpar, publicaram-se entre certa frieza.

Pensando que a literatura era a revivescência da impressão recebida do ambiente, Taine ainda criou a teoria do meio... a literatura seria o espelho do meio e o meio pode-se ainda considerar nesse caso do famoso historiador, como sendo a Natureza. Sim; mas vale a compreensão histórica que se tiver dessa Natureza; a história da expressão ao meio, e o meio se esclarece, se torna de algum modo compreensível por meio da história.

Com o Sr. Calmon as coisas ficaram certas. A literatura é história. E' elemento de compreensão do passado. E' o momento histórico, como êle fôr na ocasião. E' a sociedade na época, como procura dela saber a História. Neste caso a História vai buscar na Literatura, o documento de que precisa.

O espírito de historiador já tão trabalhado no Sr. Calmon, favoreceu-o para que êle desse feição tão profundo à *História da Literatura Baiana*.

* * *

A posição que os jesuítas tiveram na História, e essa posição que êles perderam! De uma coisa para outra, há transformação completa. O Sr. Calmon dá muito bem por ela. Tudo sofre pois grande modificação, com a expulsão dos jesuítas, do Brasil.

Não mais uma diretiva certa, não mais um objetivo social preciso e bem marcado para levar adiante a sociedade. Porém a censura: “a grande providência tomada pela Coroa foi a instituição da Mesa Censória”, observa Calmon.

A substituição não satisfaz.

A censura para reconduzir o que houvesse e ficara disperso; porém não mais a unidade, a energia de orientação, a segurança que recorda Calmon escrevendo: “com o fechamento do Colégio (da Companhia de Jesus) se encerra o ensino orgânico das Artes, dissipa-se o humanismo cultivado nesse curso metódico de conhecimentos gerais, latinidade e filosofia, dispersaram-se os mestres casuistas e retóricos”.

Quer dizer: perdera-se uma estrutura de pensamento, de dialética, de discussão, de aparelhamento das razões que os homens haviam de trocar formando o seu pensamento.

Daí em diante, isto é, sem os jesuítas a figurarem mais na história da literatura, o Sr. Calmon deduz os títulos dos capítulos que havia então de escrever. Vem logo: *Geração bocagiana*. E o autor da *História da Literatura Baiana*, não despreza lembrar “a fama, de que Bocage, nos seus fracos estudos, era mau latino”.

Que são bocagianos da Bahia? Uma “*escola* arcádica e boêmia”.

Gente orientada por motivos menores e reunida a esmo pelo espírito chistoso de fazer literatura.

Depois, sim, virá orientação duradoura e mais expressiva, relacionada com nova gente inspirada pelas ciências econômicas. Com esta é que surge José da Silva Lisboa, economista; há também os naturalistas com quem muito se preocupam na época. Representavam estudos sérios por que se interessaram os reis de Portugal, principalmente Dom João VI.

Assim é que o século XVIII, no Brasil, ainda veio a ter certa consciência enfronhada nas ciências, então em grande desenvolvimento universalmente.

Falara Calmon que este século XVIII começou com a expulsão dos jesuítas do Brasil. Falou com isso em transformação.

A principal transformação é a das diretrizes do espírito social. Não mais aquela dos jesuítas com tão segura compreensão histórica. Em vez dela, as novas ciências: a Economia Política e as Ciências Naturais que se desenvolveram, que se aprofundaram, que interessaram um Goethe, que dariam no século XIX um Darwin a transformar os conceitos gerais e a modificar o espírito das ciências.

O Brasil acompanhava esse movimento, não propriamente interessado na modificação de conceitos lançados pelas ciências naturais, mas interessado na pesquisa da fauna e flora brasileira e seu aproveitamento econômico. O interesse era tanto que, em um dos primeiros discursos pronunciados no Instituto Histórico, um seu presidente e historiador de fato se preocupa com a história natural, para dizer repetindo Vitor Cousin:

“Dai-me a carta de um país, sua configuração, seu clima, suas águas, seus ventos e toda a sua geografia física; informai-me de suas produções naturais, de sua flora, de sua zoologia... e eu me comprometo a dizer *a priori* — a idéia que este país é chamado a representar”.

Mas as letras?

O Sr. Calmon volta a elas dizendo o que são: *Velha poesia em século novo*; pois assim intitula um capítulo do seu livro.

Refere-se Calmon a *Nova Arcádia*, a retomar com monotonia os clássicos por modelo. Há nessa poesia de imitação muito verbalismo. Ela caminha com o imitar. Isto enquanto não surge um Junqueira Freire; uma vida atribulada que explica a grande inspiração do poeta baiano.

Porém “Domingos Borges de Barros — depois visconde da Pedra Branca — é o maior da época”. Sim, o maior de um convívio literário de gente que se agrada das letras, com elas se divertindo.

“Poeta de fibra embotada pelo refinamento social e pela fortuna política, estrangeirado nas suas viagens e imbuído, com os bacharéis contemporâneos, de cultura francesa, ficaria improdutivo ou medíocre, se a dor não lhe despertasse o sentimento delicado. Não

importa o que tenha escrito, aliás esporadicamente, numa vida de um diplomata, em cujos ócios, na Bahia, o achamos a chefiar uma roda de poetas..." Quer dizer: mundanismo e letras, uma vez que estas estavam implantadas na sociedade baiana. Vivía entre os seus, como o meio o levava a viver. Porém com espírito. Com elegância importada da Europa. O seu poemeto "*Os tumultos* é sua obra-prima, senão o que fez de mais belo numa poesia desigual, ora do gosto antigo, ora conceituosa, ou crítica". Ora enfadonha.

Mas o retrato está perfeito. A poesia era do gosto da sociedade; a elegância mundana era Domingos Borges de Barros. A figura expressiva destaca-se então de corpo inteiro na história da literatura para se conservar definitiva prestigiando as letras mesmo que o poeta revelasse deficiência: mas lhes empresta espírito, finura, prestígio social, que não faltava a Pedra Branca.

Essa poesia ainda não desprezava ser uma volta ao passado, aos clássicos. Mas havia então evolvido a *Eloquência sacra*.

Ela se modificou muito, e não é mais a do tempo dos jesuitas.

Frei Bastos, que Calmon cita, profere o sermão congratulatório pelo nascimento do príncipe da Beira, reverenciando todo o tempo ao rei. Dessa eloquência se chegará a Monte Alverne, o tom é o mesmo, e as circunstâncias iguais. Porém como já se está longe de Vieira que é censura a todos, que invetiva a política contra os holandeses, e que se aventura a proferir apóstrofes atrevidas?

Assim foi o Sr. Calmon coligindo o que faz compreender os gêneros literários e o destino que foi tendo as letras na Bahia... Viu. Disse tudo com muita finura e elegância. Depois de tratar das letras eruditas, dos jornalistas, historiadores, dramaturgos, mestres e pedagogos, gramáticos filósofos, de tudo que uma sociedade culta vai adquirindo, fala então n'*Os médicos*.

Os médicos seriam então uma atividade do pensamento.

Eles é que foram alcançando conhecimentos que se vão armazenando: um capital que a sociedade vai tendo. Mas antes daqueles espíritos de uma independência elegante, como Pedra Branca; antes da cultura científica que se foi formando com os médicos; antes de haver uma poesia acadêmica, mas já, propriamente, sem haver mais academia: academias existiram no Brasil, academias com o seu feito legítimo.

Houve academias durante o vice-reinado. "Coincidia quase a fundação da Academia dos Renascidos com a expulsão da Companhia de Jesus", diz Calmon. E' que uma coisa substituiria a outra.

O jesuíta orientava a cultura; a academia vai policiar a manifestação do pensamento. A diferença entre uma coisa e outra, está em que uma é a grande política, é política na sua expressão mais culta; a outra é policiamento uma vez que o Estado se enfraquece à medida que corre o século XVIII: um Estado que vai cair na mão dos burgueses sem grande formação cultural.

* * *

Em matéria de erudição, as coisas, de fato, se recompuseram de algum jeito. O Brasil politicamente subiu de categoria chegando a Vice-Reinado, e as letras o acompanharam tomando expressão oficial na *Academia dos Esquecidos*. O autor da *História da Literatura Baiana* insiste em dizer que a convocação dos literatos era “provocação de Dom João V, que criara em 1720 a Academia Real da História Portuguesa”, mandando, em 31 de março de 1722 “que se fizesse coligir as informações precisas “para a composição da história Portuguesa que encarreguei” “a Academia Real”, na parte relativa ao Brasil”.

Também no Brasil se ia fazer mais ou menos o mesmo com as letras: “O vice-rei... lhes deu ensejo, fundando em palácio a *Academia Brasileira dos Esquecidos*.

Deu-lhes oportunidade de aparecerem em público, uma vez que os poetas eram muitos como conta o Peregrino da América, a quem cita Calmon: “No nosso Estado da Bahia (falo dos nacionais da cidade da Bahia e seu recôncavo), foram e são tantos os poetas, que bem pudera eu dizer, que nêle estava aquêlê decantado monte Parnaso, onde disseram os antigos existiam as Musas; porque, verdadeiramente, apenas se acharam, entre cem filhos do Brasil que versaram e versam os estudos, dez que não sejam poetas, porque os 90 todos fazem versos latinos e vulgares”.

As academias, em certo tempo, estiveram em moda, mas foram meio de governar. Eram o govêrno que se prolongava através das letras, como o fazia, na Roma de Mecenas, reunindo Virgílio, Horácio, que se tornaram propagandistas da economia agrária, naquela ocasião a interessar o Estado.

A Academia de Letras Francesa, foi, depois da Fronda em que se envolveram os literatos conhecidos por *libertinos*, a política de Richelieu a convocar escritores para estarem assim no partido do Estado.

Eis que Dom João V, em nada atrasado no que tinha de fazer, abriu os olhos para o que ia em França. Quis academias. E houve

academias no Brasil, na Bahia. Bem as explica assim o Sr. Calmon.

Calmon, historiando a *Academia dos Esquecidos* e a dos *Renascidos*, tira das duas que houve, a história do academismo daquele tempo, no Brasil.

A primeira teve motivo em uma política, pelo menos, ilustrada. A segunda que era a dos *Renascidos* tomou respiração provocada por uma iniciativa pessoal.

Gente de boas letras teve assento nessas tertúlias. Da primeira, a dos *Esquecidos*, o título já indica o fim que ela teve. Viveu deslemburada, e sem maior expressão: uma vida à margem que não era aquela que, na França, o cardeal ministro de Luís XIII procurou dar aos homens de letras.

A dos *Renascidos* fôra uma reabilitação do esquecimento a que voltaram os *Esquecidos*. Viveu descuidada. A iniciativa de um homem despertara, com ela, o academismo.

Mas eis que surge uma política nova, imperiosa, intransigente, presunçosa. Em Portugal a intolerância; no Brasil a Academia dos *Renascidos*, distraída do governo português, e a aceitar no seu seio quem estava no desagrado dos poderosos. Isto a levou à perdição.

Estava assim provado que o regime pombalino não suportou academias...

* * *

No desaparecimento da *Academia dos Renascidos*, não devemos ver senão um caso particular de desentendimento entre dois homens, e, nesse sentido, se compreendam as palavras do Senhor Calmon.

Uma ocorrência, um desentendimento entre Pombal e o desembargador José Mascarenhas que presidia a reunião de letrados, um "acontecimento superveniente", precipitou tudo, agravou culpas, e fez acabar a *Academia*.

De fato ela se reunira "sem licença régia, autorização de Pombal, apoio ou tolerância daquele tenebroso despotismo. Isto mesmo objetaram, na sessão inaugural, pessoas prudentes como o chanceler da Relação (Tomás Roby), o procurador da coroa (Luís Quintela) o provedor da fazenda (Pegado Serpa) e o sargento-mor Ferrão Castelo Branco. Pensou José Mascarenhas que os "outeiros", dedicados à glória de el-rei e ao seu ministro lhes aquietariam as prevenções, e acabariam aprovando a idéia. Diga-se

desde logo, não foi a fundação da Academia que a perdeu”. Houve o que “agravou-lhe as culpas: a demora, na Bahia, da esquadra francesa do comandante Marnier, tão favorecida aí que os ingleses se apressaram em apresentar ao governo de Lisboa uma queixa formal. Aquilo abalava a aliança...

“Pombal encolerizou-se e mais se irritou com o desembargador Mascarenhas, por ter incluído Mr. Disiers, um dos oficiais franceses, como supra numerário na *Academia dos Renascidos*; e expediu ordens fulminantes, José Mascarenhas foi enviado, prisioneiro de Estado, por tôda a vida, para a fortaleza de Santa Catarina; e assim terminou o seu sonho literário na América”.

Este não era pois um caso geral de incompatibilidade com as letras, que levava a um tal desfecho. A política de Portugal com o Brasil não era, porém, de restringir a cultura. Muito pelo contrário. E o Sr. Calmon, no capítulo *Bacharéis de Coimbra*, mostra qual o interesse da Coroa em assunto de cultura no Brasil.

Brasileiros frequentavam a Universidade portuguesa, como alunos e ali passaram ao professorado. Eram então muitos da Bahia, a célula mater da formação social e administrativa que Portugal descobrira.

Esses bacharéis hão de ser apreciados de duas maneiras.

Eram gente brasileira que Portugal chamava a si, formando-lhes o espírito, dando-lhes alta cultura, e já os apontou a história por diversas vezes.

Latino Coelho os colige na biografia de José Bonifácio, em que o escritor português diz quantos filhos do Brasil chegaram a professôres em Coimbra. Uma aluvião dêles. Quase que o professorado da Universidade na parte em que se lia o direito e as ciências naturais.

Esse aproveitamento de brasileiros era para fazer Portugal integrar-se com o Brasil e o Brasil com Portugal. Política muito ampla e de formação muito profunda.

Compulsar os nomes de brasileiros nomeados mestres em Coimbra, também os compulsou Oliveira Martins. Oliveira Martins e Latino Coelho o fizeram para dizer da cultura da gente do Brasil.

Mas é necessário compreender a política portuguesa vendo que ela proporcionou sempre ilustração aos que nasceram no Brasil.

Das coletâneas de nomes de brasileiros que foram a Portugal completar a cultura superior, hoje a maior lista de nomes não é a

que orçou Latino Coelho, na biografia de José Bonifácio, nem a que Oliveira Martins deu em *O BRASIL E AS COLONIAS PORTUGUESAS*. O Sr. Calmon estende muito mais a enumeração, pormenorizando então as informações a respeito do êxito de cada um desses brasileiros: eis uma página em que se percebe melhor aquela política de unidade cultural fomentada como elemento de união entre Brasil e Portugal.

A verdade é que com a criação das valiosas ou desvaliosas academias estava-se em transição da época dos jesuítas para o futuro. Isto no século XVIII que ficou sendo um século de apreensões para o Brasil. Século das fronteiras a se gizarem, já se esboçando assim o quadro das futuras nações da América do Sul. Século em que se começa de modo definitivo o traçado do mapa do Brasil. Mas das academias sem sucesso, accitas para suprir a falta dos jesuítas que se retiraram do Brasil. Isto era pois contar com a sociedade ainda em formação, e que, perdendo os seus formadores, se desnorream ameaçando decair.

Um recurso deficiente para manter o que houvera. O que existia, mostra-se um todo coeso, uniforme e de grande projeção; o que veio a ser, não passava de um conjunto de medidas para remediar o que faltava. Certo policiamento, isto sim e que levasse a sociedade além daquele estado de coisas. Alguém sem sistema e sem conjunto para manter o que fôra um sistema então desaparecido. E neste caso revelava-se a dispersão que incentivava a violência da reação para coibir a tumultuosa agitação com que se apresentava por toda parte o século XVIII dispersivo.

Século em que no Brasil se perde muita coisa; mas se esboçam outras.

Cultura de humanidades, que ficou subsistindo. Certo policiamento violento; e nenhum outro critério de conduzir os homens. Uma época de vacilações. Contudo, grande expectativa!

Muita gramática latina se continuou lecionando... Aritmética e Geometria.

Sim: e anatomia e cirurgia principiam a ser ensinadas no Brasil! Estas se destinavam ao aprendizado de uma gente meã e concertavam o hábito de curar divulgado entre o povo. E' fazer pois distinção entre a terapêutica médica e a cirurgia. Ver então como esta, subserviente, acompanhava aquela. Aquela apanagiava tradições, rebuscava na Grécia os seus precursores. Com Hipócrates à frente, imitava a filosofia na dialética, nas máximas, como acontecia

com os outros ramos do saber que na sua expressão máxima se tornavam filosóficos. Enquanto isto, a cirurgia vinha de uma prática corriqueira e da observação modesta dos fatos.

Aponta o Sr. Calmon, na história do pensamento da Bahia, os médicos. Médicos cientistas a história conta muitos ali. A enumeração dêles dada pelo Sr. Calmon é extensíssima. Mas para chegar à quantidade notável, é partir daquela aula de anatomia cirúrgica. E pôr os olhos no quanto produziram, é andar de um ponto para o outro, do princípio para o fim da lista enorme de trabalhos. E isso se faz meditando no que foi o alargamento da cultura de um povo. Tem-se a impressão (ao menos tive-a eu, que sou leigo no assunto) de que se trata de uma cultura seguida, arquitetada na experiência reveladora. Não sei que se possa dizer dessa estruturação contínua, que se corrige, que se reajusta, que se repõe, que se desdobra com o que ela colhe na experiência.

E' assim que se saiu daquele século XVIII século de transição.

De fato, a lista de trabalhos especializados, faz que a pessoa se demore diante da surpresa, admirando. Louvo a apresentação dessa face da cultura baiana, em um livro que é a história do pensamento.

Dessa cultura médica é que se partiu para chegar a um Nina Rodrigues que levou longe o nome da Bahia.

* * *

A cultura do Direito muito deve à Bahia. Ou melhor, muito se deve aos baianos juristas.

IIá uma diferença a fazer entre jurisprudência e o que é o ensino do Direito, a parte didática.

Aquela se hospeda nos tribunais, dêles se convizinha, e os mais altos juízos, no Brasil, ficavam no Sul, na capital do país onde assistiram os juristas.

Ou então se abrem as portas do Parlamento a essa jurisprudência, para se fazerem os códigos, para se traçarem as Constituições, e o lugar a que ela então havia de vir ainda é a capital do país. A essa capital chegaram, pois, Teixeira de Freitas e Rui Barbosa. Viveram nela. Entraram em contacto com a realidade do Direito, nela. Um durante o Império; o outro, na República. Nela firmaram o gênio de juristas.

O ensino do Direito, no Brasil, ficou afastado dêsse centro.

Esteve em São Paulo e Pernambuco. Recite caminha para a revolução dêsse ensino, para a sua transformação, e seu imiscuir-se com ciências algumas; delas novas como a sociologia. E então se *intrometeram* em filosofia, em psicologia, em ciências naturais, a desgarrarem-se da jurisprudência, a que Clóvis Bevilacqua representa a volta em tempo.

Os baianos que o Sr. Calmon aponta, e insiste em distinguir, foram juristas. Nêles fala assim:

“Nas letras jurídicas e nos Anais do parlamento se destacam os três conselheiros que maiores responsabilidades tiveram na elaboração da Carta constitucional do Império, de 25 de março de 1824, os irmãos Carneiro de Campos e Luís José de Carvalho e Melo, visconde da Cachoeira. Dêste patenteia-se a ciência em várias memórias, orações e manifestos, no exame do parecer sôbre o Código Penal Militar, e na regulamentação dos cursos jurídicos. E’ nos *estatutos* do visconde de Cachoeira, pelos quais se regeram em 1827 êsses cursos, que se reflete a sua perspicácia de jurista”...

* * *

Enfim a geração brasileira de grande significação!

A geração insigne — outro capítulo do Sr. Calmon.

Domina-a Castro Alves, em cujo luminoso rastro poético Calmon aponta Francisco de Castro, dizendo Calmon ter Francisco de Castro publicado “um único livro de versos, *Harmonias errantes*, concessão às letras de um médico de gênio, que só teria tempo, mais tarde, para a cátedra e a clínica”.

Mas embora grande médico, poeta que não esquecer!

Era de uma geração que teve um modo novo de sentir. Uma vibração nunca vista. Um novo modo de sentir, porque para isso concorreu uma situação especial. Já apontou Euclides da Cunha Castro Alves nos comícios e a viver em uma ocasião de grande acontecimentos, para Castro Alves, moço que era, se exaltar com o que via.

De fato, a ambição política é que prepara essa geração de que era o poeta. E a poesia então era própria de quem vivia com o espírito em ânsia, na expectativa e confiança no futuro de que esperava uma grandiosa transformação, para nela tomar parte. Tudo isto prepara uma sensibilidade especial naquela geração de moços.

Ainda ocorre que era ocasião de afluírem notícias de tôda parte a transformação de meios de comunicação, de modo que em pouco tempo sabia-se do que acontecia em todo o mundo. A impressão era de que o andamento universal era uma transformação completa. A expectativa da mocidade era de tomar parte nessa transformação política do mundo. A expressão dela era pois de anseio.

Esse seu anseio enchia o país.

E, quando aqueles moços olhavam para a natureza, até ela mesma dava a impressão de que prenunciava algo de excepcional. E interrogava Francisco de Castro:

*As vêzes eu pergunto, a meditar comigo
No descampado a sós, da noite ao desabrigo:
— Que música inaudita é essa que povoa...?*

A ânsia cria a impressão de demora e de incerteza, que salteou a Castro Alves, e com que Francisco de Castro se emociona, para dizer o que sente de um destino que não poupa e desperta sempre a criatura humana:

*Sou Ahasversus. Dai-me um pouso;
Eu partirei amanhã...
Uma hora de repouso
Para o filho de Natan...*

De fato quantos símbolos, quantas figuras simbólicas, essa geração revolveu! Geração inquieta! Quanta ânsia e inquietude, ela traduziu!

Tinha as suas razões essa inquietude nos moços baianos.

A Bahia, quero me referir a distância em que êsse norte do Brasil ficava da sede do governo, o lugar em que assistia o imperador... — a distância, a visão de longe, a ânsia de uma mocidade que se forma para governar mais tarde o país, e tomar parte nos grandes acontecimentos, tudo isto deu pois forma ao gongorismo baiano.

Mais para o sul, estavam os ministros, o Senado, a Câmara, o governo com os seus atos. Mais sisudez, mais precisão e realismo neste sul.

Neste sul o panfleto. O jornal de crítica.

Naquele norte, a mocidade acadêmica, o estro, o anseio pelo seu tempo de governar, é a expectativa, a poesia que falava nas

promessas divinas da esperança.

Esta explicação geográfica de um capítulo da literatura brasileira talvez esteja certa. Aquela poesia gongoreira precisa de encontrar as suas razões nacionais. Sim, é que a Côrte não tinha a mocidade acadêmica; e a mocidade acadêmica esperava enlevada pela sua chegada à política. Aquela poesia era pois um anseio.

O caso é que ela jorrou inconfundível. Grandiosa como as esperanças daqueles moços. E o povo brasileiro, elegendo o seu maior poeta, consagrou aquele que foi outrora essa expressão de mocidade e ânsia pelo porvir.

Dessa geração veio Rui; o seu espírito, porém, não ficou sendo mais o dessa mocidade: êle se tornou na consciência que amadureceu com a grande experiência política no Brasil do seu tempo, já de República.

* * *

“Rui Barbosa ocupa na cultura brasileira, entre 1880 e 1923 a situação que teve o padre Vieira no Brasil seiscentista”, escreve Pedro Calmon. A literatura veio ter grande papel na formação nacional: com Vieira a defender o Brasil do elemento invasor que lhe trincaríia o destino; e com Rui a influir na formação do espírito de liberdade, posto à sombra do Direito, de que êle foi um dos grandes apóstolos principalmente com a insistência com que frequentava os tribunais dando significação aos pedidos de *habeas corpus* contra a opressão em uma época dramática de transformação política do país.

A coragem de ambos os emparelha. A ousadia nos dois os torna iguais. A responsabilidade que assumiram, não é mais em um nem menos no outro. Insuperáveis, devem-se pois comparar Vieira e Rui.

Com o que fizeram, serviram às letras, se muito serviram elas no que êles fizeram, um do púlpito e o outro da tribuna judiciária. Foram assim o maior pregador e o maior orador político do Brasil.

A frase de Calmon a respeito de Rui e Vieira eleva-os logo à altura da História da Literatura, uma vez que esta, na qualidade de história, não é a crônica a se estender ao lado do simples desdobrar do tempo. A história é o lugar marcado em que ficam os gran-

des vultos da formação de um povo. A crônica, prestando-se a informar, é, entretanto, outra coisa que não é história.

Mas a respeito de Rui, tudo fala. Informa a crônica.

Esta resenha as competições em que cada um toma partido seu, por motivos pessoais como no seguinte caso:

— A Bahia motivou um grande livro, em que a vida literária de outrora enredou o nome de Rui: refiro-me a *Os Sertões* de Euclides da Cunha.

Quando êsse livro veio a público, agitou-se o mundo das letras e a crônica entrou em explicações. Fez reviver o conceito de que a descrição da Natureza deve ser objeto da literatura. Euclides de fato como que refizera essa descrição. Já iam surgindo os livros de imitação e um dêles é o *Inferno Verde* de Alberto Rangel.

Na verdade o vigor de expressão das imortais páginas não se reproduzia, nem os imitadores mostravam a oportuna intuição política com que *Euclides* escreveu para que os livros dêles, sem a acuidade de *Os Sertões*, não ficassem como o de Euclides ficou na história do país.

Calmon, no 3.^o tomo da sua *História Social do Brasil* é que explica o sentido histórico do livro de Euclides, dizendo da campanha de Canudos, que deu ensejo à obra famosa:

“Em outra época seria um “caso” de policiamento do sertão: mas a imprensa, interessada em documentar o perigo que corria o regime, contra o otimismo conciliador de Prudente, romantizou a rebeldia...” Romantizou. Levantou alarme contra o govêrno. O livro de Euclides veio focar em cheio as consequências da reação preparada com o assomo da opinião pública.

Lembra-as o Sr. Calmon:

“De fato o “Conselheiro” não compreendia a República. E a República não compreendia o “Conselheiro”... De certo lhe disseram em 1890 que a Igreja se separara do Estado, o casamento civil dispensava o religioso, o lema da bandeira era ímpio, suprimira-se “Deus guarde” das saudações, enfim o regime começara acatólico... O “beato” ligou facilmente as ameaças policiais à nova ordem de coisas; deu-se como perseguido pelo Anti-Cristo; concentrou em Canudos a ralé celerada dos “perdões”. O govêrno — em contrapartida — considerou o demente um revoltoso...”

Os Sertões são neste caso um livro que descreve ao vivo êsse drama que Calmon analisa, e bem. *Os Sertões* se relaciona com o momento político em que apareceu, e descreve fatos ocorridos de maneira impressionante, e com a mesma censura que há nas páginas de Tácito.

Ficou o livro de Euclides na história da época fazendo que melhor a compreendam e a História da Literatura colheu nas páginas de Euclides o que traduz a alta expressão histórica das literaturas.

Mas os literatos, da obra de Euclides, queriam a literatura pura.

Sílvio Romero, em que pesa a sua preferência para com certos literatos, é o apologista de Euclides pela maneira de Euclides descrever. A natureza do assunto era do que se valer para que Sílvio encarecesse a obra de Euclides.

Mas o estilo de Euclides foi se tornando mania geral.

Aproveitou-se disto Araripe Jor, para molestar a Rui com quem se malquistou discutindo a ação política dêsse como ministro da Fazenda, que teve a República. Escreveu então o artigo, que incluíram nos *Contrastes e Confrontos*, outro livro de Euclides. Procura nêle empanar o estilo de Rui com o êxito de Euclides. Compara. Considera a prosa de Rui um arrazoado de advogado, demonstrativo, “belo, é verdade, cheio de conceitos e aparelhado das provas morais e até dos depoimentos da imprensa que transcreve”: — isto quando Rui fala de Rosas e França. Adverte que a linguagem de Euclides era a imaginação, a sutileza com que penetrava psicologias e devassa almas.

Porém Euclides usaria da pena para descrever brilhantemente aqueles dois heróis e bandidos.

Eis antipatias que opõem Euclides a Rui, e que são para destrinçar...

O conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira que se desentendeu com Sílvio por querer êste elevar Tobias Barreto, nas letras jurídicas, à altura de um grande reformador dos estudos de Direito no Brasil, bem como, na poesia, o querer classificar muito acima de Castro Alves, aceitou combate com Sílvio, defendendo Machado de Assis. Não foi só Machado que Lafayette tomou a peito, cuidou até da filosofia escrevendo um famoso panfleto intitulado *Vindictiae*, em que mostrou tanto conhecimento de técnica filosófica qual se revelara jamais no Brasil, e com o que desacreditou o adversário que preconizava o positivismo de Spencer.

Surpresa geral.

Panfleto sem resposta.

E mais ainda...

— A *História da Literatura Brasileira* de José Veríssimo traz um prolongado estudo sobre Machado de Assis em quem Veríssimo encontra o reaparecimento da língua portugueza perfeita nas suas

tradições. Aprazia-lhe fazer exaustiva apreciação da linguagem de Machado, e estar, assim, em posição oposta à de Sílvio, que despreza o estilo de Machado e cuida de ser inovador de idéias, estribado em citação de um novo espírito científico e filosófico a revolver o mundo, fazendo então alarde de ser sociólogo para falar com uma suficiência que não suportava reproche.

Sílvio era de fato um divulgador de talento expondo novas idéias com espírito de polêmica e desprezo pelos que não as acolhiam. Mas Sílvio e Veríssimo (êste apegado acirradamente à tradição) eram êles temperamentos que diferentes se repeliam a ponto de se inimizarem e menoscabarem-se destratando-se.

Sílvio impulsionava adiante idéias novas com certa desordem e a citar enfático as novas nomeadas no mundo não deixando em paz o que já estava fundamentado na tradição.

Perturbador, não era aceito por todos.

E Machado é a quem foi êle buscar na Academia Brasileira de Letras para lhe opor Euclides da Cunha; porém Machado era benquistado de todos e não foi Sílvio feliz na campanha política ensaiada nos arraiais das letras.

Rui, que, cioso das letras jurídicas e esmerado cultor do vernáculo, não estava para se distrair com a renovação do pensamento filosófico, e cuja cultura era outra, tinha-a êle sintetizado e alicerçado no que estudava metódico desde menino; Rui ficava pois do lado da tradição. Ficava do lado do que era positivo. Continuará como fôra desde cedo. É' assim que para compreendermos a vida de Rui temos de partir do que êle já veio sendo em casa dos pais, do que êle já vinha sendo em menino de colégio. Sílvio é que começa a ser o que foi, com a influência que recebeu de Tobias Barreto, com a surpresa que teve com a renovação das ciências, havendo então muita diversidade naquele momento que o seu pensamento se ampliava e se tornava êle por vêzes exagerado, extremado e combativo.

Rui, sendo de temperamento um grande concentrado, tudo tomava nêle aspecto grave. Uma noção de responsabilidade exagerou-se-lhe logo. A responsabilidade prende o homem ao meio, e no seu caso o meio era a Bahia com a cultura tradicional da língua, do Direito, da Justiça que rege a sociedade. A Bahia, antiga sede do governo, e berço da administração do governo, é onde ficaram as tradições portuguesas como o é a língua. Marcou pois a terra com o estigma do seu passado, a alma do seu filho genial. Daí as emoções que enchiam o peito, a Rui, serem as mesmas que vinha sentindo o Brasil na sua velha gente baiana.

Quando desapareceu Machado de Assis, que, na sua discreção e pelo “lado moral da sua entidade” tanto agradava a Rui Barbosa na sua alma profunda, e trabalhada de grandes sentimentos e de tantas máguas, com que êle se recolhia a si, como que só em uma vida de desenganos, de debates, e de provações — Rui havia de se voltar para o companheiro nas letras, e dizer à beira da sepultura a que baixava o corpo daquele:

— “prosava como Luís de Sousa e cantava como Luís de
[Camões”].

Camões e Luís de Sousa: a língua portugêsa! a tradição!

Silvio não era pois essa tradição.

Euclides da Cunha, a quem Silvio exaltava talvez com o mesmo excesso que Araripe Júnior, êsse mesmo Euclides, certa vez em São Paulo, diante de Júlio de Mesquita e de Numa de Oliveira (que mo repetiu) dizia na verdade emocionado: — No Brasil há dois grandes estilos, o meu e o do Rui!

Êle sentia a grandiosidade e a profundidade do gênio de quem, em tudo e por tudo, representou a Bahia.

* * *

Êsses amargores literários, êsses rancores idos e vividos, êsses dissabores passados, incorrem numa crônica penosa; entretanto nem sempre é assim e outra há que conforta, agrada e eleva. Assim o Sr. Calmon, na sua *História da Literatura Baiana* traçou encerrando o livro, uma página redigida de coração, referindo-se a Afrânio Peixoto, grande nome das letras da Bahia e que a Bahia lhe deu por amigo, para Calmon se prender a Afrânio por uma amizade viva há pouco que abroliada em saudades transparentes na pena do escritor emocionado.

Afrânio e Calmon se estimaram, se apreciaram. Aquêles via neste o moço coestadoano, tão cedo a se revelar brilhante e elegante de inteligência, trabalhador e esforçado, ansioso de conhecimentos para assim já estar entre os baianos de escol representativos da sua terra; êste via naquele o mestre perfeito principalmente na maneira de viver, na arte de viver elegantemente.

Calmon com um afeto sem esmorecimentos, com uma amizade sempre a mesma, com uma sinceridade em que há bondade, acode no terminar o livro de unção àcerca do seu chão de nascimento e à cerca da sua grei, a dizer de Afrânio:

— “Podia ser julgado na sua “forma”, em que se entremeiam eloquência, realismo, doçura e malícia, e na intuição social, biográ-

fica, irônica ou simplesmente descritiva de seus romances, pela seleção do que êle próprio achava ser o melhor dêles. Em estilo, em que se acharia a limpidez vernácula de Machado com um ressaibo regionalista de Euclides da Cunha, nas emoções novelescas de José de Alencar — que de fato, há nos seus romances enrêdo, paisagem e interiorismo, ao sabor dos três mestres — tinha uma “personalidade” rija, às vêzes tempestuosa, sempre exclusiva. Era no fim o estilo pessoal, da conversação da parábola, do pessimismo, da lição, em todo caso repassado de uma elegância sem afetação, lisa e risonha, trepidante e colorida, amável e grave...”

Um retrato. Uma página como o Sr. Calmon gosta de escrever. Uma página de amizade e de acuidade do escritor que observa afetuoso e sincero.

Mas neste caso é um vulto da Bahia que êle ressalta estremoso. E' um da sua gente. Um da *Nova Cruzada*. Talvez então mais, uma daquelas em que os baianos saem da sua terra, espalham-se pelo Brasil para a cruzada em que sempre se apresentam à pátria.

ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO

RELATÓRIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO, VIR- GÍLIO CORRÊA FILHO, APRESENTADO NA SESSÃO DE 21 DE OUTUBRO DE 1949

De início, cumpre ao relatório das ocorrências do último período social, que patenteiam a vitalidade operosa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realçar-lhes a significação.

Mercê de fecunda iniciativa do seu presidente perpétuo, embaixador José Carlos de Macedo Soares, que delineou, organizou e com aprimorado tato lhes promoveu a realização, dois centenários de brasileiros insígnies foram comemorados neste augusto recinto por meio dos cursos "Joaquim Nabuco" e "Rui Barbosa".

Ultimou-se o primeiro com êxito cabal, ao passo que êste, apenas encetado, já entremostra irá conquistar análogas vitórias.

Bastariam as magistrais alocações então proferidas por abalizados conferencistas, para comprovar a atuação do grêmio venerando, em assuntos que se lhe relacionam com o programa de estudos.

Não se restringiu, porém, a celebrá-los, mediante ensaios eruditos, testemunhados e aplaudidos por assistência numerosa e atenta.

Com igual fervor também cuidou da execução de congressos, de História e Geografia, que lhe aumentaram os créditos à benemerência nacional, como adiante constará mais pormenorizadamente.

No mês último de 1948, mais de uma conferência evidenciou que as férias do Instituto nem sempre serão de repouso irrestrito.

Assim foi que em dezembro, a 21, abriu-se êste salão para que se comemorassem dois centenários de nascimento e um bi-centenário de falecimento.

Dêste ocupou-se, com o seu conhecimento profundo dos fastos da Companhia de Jesus, o padre Serafim Leite, para evocar o famoso cartógrafo, padre Diogo Soares, incumbido por Dom João V de trabalhos geográficos no Brasil.

De Domingos Nogueira Jaguaribe Filho definiu-lhe a preceito as características o professor Feijó Bittencourt, enquanto do vulto de Joaquim Murtinho coube ao primeiro secretário relembrar as feições características.

E, antes de terminar a semana, à tribuna assomou o douto consócio Barbosa Lima Sobrinho para versar, com a sua palavra autorizada, tema que éo fervorosas recordações causa à alma pernambucana: "*A Revolução Praieira*".

Embebida fortemente dos mesmos anseios de liberalismo, que impediu a luta os correligionários de Nunes Machado, a documentada alocução constituiu um dos mais expressivos atos comemorativos do impressionante successo, que encerrou por assim dizer a série de agitações iniciadas no primeiro Reinado e intensificadas na Regência, para transbordarem até após a declaração da Maioridade.

CONGRESSO DE HISTÓRIA

Maior atividade desenvolveu todavia o Instituto nos meses seguintes, quer por iniciativa própria, quer por solidariedade com associações congêneres.

Embora já se empenhasse na organização do Congresso de História Nacional que ideara, para comemorar o 4.^o centenário da instituição do Governo Geral no Brasil, aplaudiu a reunião, na cidade do Salvador, do I Congresso de História da Bahia.

O que foi aquela reunião de doutos, empenhados em contribuir para o exame de tudo que se relacionasse com as quatro centúrias de vida baiana, bem se lembram quantos participaram das discussões, não raro acaloradas, em que se lhe espelhou a vitalidade e competência, no decurso das sessões iniciadas a 19 de março.

Por dias de intensa vibração cívica, desenvolveram-se as cerimônias comemorativas, que transbordavam do Instituto Geográfico e Histórico para as ruas e sítios evocativos, percorridos pelos congressistas.

À sombra do edificio acolhedor, erguido pelo esforço coletivo, sollicitamente coordenado por Bernardino de Souza, reuniam-se as comissões para o exame das teses recebidas e o plenário, que as julgava por fim.

Eram 118, ao todo, número que bem evidência a simpatia de acolhida pelos estudiosos, da solicitação do seu concurso.

E distribuíam-se pelas seguintes seções:

História Geral	44
História política e administrativa	7
História económica e social	15
História religiosa da Bahia	6
Letras e Artes	17
Etnologia	2
Biografia	15
Bibliografia	12

118

Fora, ultimavam-se os preparativos para o grandioso cortejo histórico, formado com engenho e arte, que maravilhou, na tarde radiosa de 29, o povo baiano e os visitantes irmanados no mesmo entusiasmo comunicativo que alagava os ares.

Além do primeiro secretário honrado com a vice-presidência do Congresso, por desvanecedora homenagem ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, participaram da comissão que o representou, o Dr. Pedro Calmon, os professores Américo Jacobina Lacombe, Hélio Viana e Afonso Costa.

Mal decorrera um mês, e já se abria este salão, a 21 de abril, para a sessão inaugural do IV Congresso de História Nacional.

Diferente, neste particular dos anteriores, ufanou-se com a presença de sabedores lusitanos solicitados a colaborar nas reuniões, pois que o fato histórico, motivador da convocação, inscreveu-se igualmente nos anais de Portugal.

E em nome do seu governo compareceu, com as credenciais de embaixador especial, o presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Júlio Dantas, cuja conceituosa alocução, repassada do encanto verbal de que tem o segredo, lhe proporcionou ensejo de entregar, por oferta cativante do marechal Carmona, as insígnias da Grã Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada, com que se digna manifestar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em nome da nação portuguesa, o seu reconhecimento e o seu apreço”.

Tornou-se memorável aquela sessão, honrada com a presença dos Senhores presidente e vice-presidente da República, Sua Eminência o cardeal Dom Jaime Câmara, o presidente da Câmara dos Deputados, de embaixadores, da Espanha, Itália, Portugal, de ministros de Estado, das Relações Exteriores, da Justiça, do Trabalho, do governador do Estado do Rio de Janeiro e vice-governador de São Paulo, além de senadores, deputados e altas autoridades civis e militares.

Iniciado de tal maneira auspiciosa, o IV Congresso de História Nacional correspondeu ao que previam os seus organizadores.

O número de teses e comunicações submetidas ao seu exame montou a 132, distribuídas por oito Seções, a saber:

1 — História Geral	37
2 — Geografia Histórica e Cartografia	3
3 — Etnografia	2
4 — História Econômica e Social	17
5 — História Militar e Diplomática	9
6 — Religião, Ciências, Letras, Artes	21
7 — Instituições políticas e jurídicas — Evoluções das cidades	10
8 — Bibliografia	19
9 — Contribuições avulsas	14
	<hr/>
	132

Das vèzes anteriores, as contribuições não ultrapassaram a primeira centena.

Mais exatamente, o primeiro congresso de 1914, recebeu 98 teses, o segundo, de 1931, apenas 56.

O terceiro, comemorativo do centenário do Instituto, em 1938, assinalou 80, correspondente quase à média entre os dois anteriores.

Pelo simples cotejo estatístico, já ressalta a magnitude do IV Congresso, cuja valia cultural se fundamenta no ineditismo da maioria das contribuições, esteadas em pesquisas sagazes.

Merece realce a cooperação dos historiadores d'ultramar, que trouxeram valiosos depoimentos, baseados na opulenta documentação existente em arquivos de Portugal.

Por desventura, já não regressará ao Brasil, como desejaria, consoante manifestou mais de uma vez, o douto Eduardo Dias, que teve ensejo de revelar o seu saber, tanto na Bahia, como igualmente nesta Capital.

A saudade, que levou, como português de velha têmpera, expressou-a em cartas de tocante amabilidade.

Mas, inesperadamente para os amigos, cuja estima soube captar, baqueou há poucos dias, conforme noticiou a imprensa.

Além das contribuições que ofereceu ao Congresso, como "A Terra da Vera Cruz", e foram premiadas com os aplausos dos sabedores, coube-lhe a palavra, quando ia encerrar-se a derradeira sessão, para explicar a significação da placa de bronze indicativa do certame realizado em circunstâncias admiráveis.

Avultou-lhe neste lance o crédito à gratidão do Instituto, que lhe deplora o falecimento, como se fôra um dos seus membros.

Credenciais sobejavam-lhe para a admissão a que faltou, todavia, a necessária oportunidade, como por vêzes ocorre com historiadores de comprovado saber.

O número dêles será limitado apenas pelas faculdades que os individualizem e o amor às pesquisas, ao passo que, restrito, o quadro social do Instituto não poderá acolher todos que lhe mereçam a simpatia.

Os dois objetos preciosos, que recordam expressivamente a sessão de abertura do IV Congresso e a final, a Grã Cruz e a placa, derivavam, destarte, da iniciativa ou da cooperação lusitana, interpretada por aplaudidos expoentes de sua cultura.

Além dos Congressos comemorativos da missão de Tomé de Souza e suas conseqüências na formação política do Brasil, com repercussão em tôdas as atividades da colônia francesa, outro ainda se realizou à sombra da centenária instituição.

Não se continha, porém, fronteiras a dentro, como o da Bahia e do Rio, com a única exceção dos convites a Portugal.

Desta vez, era o próprio Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que decidira convocar delegados de todos os países que o constituem, para a sua I Reunião de Consulta sobre Geografia.

A circunstância de ter sede nesta Capital uma de suas três Comissões, confiada ao Conselho Nacional de Geografia, determinou-lhe a escolha para acolher os geógrafos das repúblicas irmãs.

A tradição do Instituto Histórico, fortalecedora dos elos ideológicos e sentimentais que geraram o pan-americanismo, em suas amplas modalidades, proporcionaria à Comissão Organizadora a cooperação de que havia mister para o êxito do empreendimento.

As comemorações anuais de 14 de abril, dia destinado, por proposta brasileira, a proclamar as luminosas aspirações dos povos do Continente, mostram de sobejo quando lhe apraz, por todos os modos, concorrer para apertar os laços de cordialidade e compreensão que os irmanam.

De mais a mais, não poderia excusar-se ao dever de repetir a oferta de 1932, quando, por solicitação do governo federal, proporcionou local à "Assembleia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História", cujos altos propósitos foram então definidos pelo ministro das Relações Exteriores, Dr. Afrânio de Melo Franco.

"E" um enorme instrumento de trabalho continental dentro dessa atmosfera. Seu fim é aprofundar o conhecimento científico do material humano e do material geográfico dos povos da América".

Neste recinto venerando aflorou, nessa data, a organização promissora, que ainda uma vez a procurou, em setembro, para versar temas relacionados com a geografia.

Tanto viçara e frondejara no intervalo decorrido, que bastava um só dos seus órgãos, para ocupar o espaço em que anteriormente se acomodara o Instituto completo.

Por duas semanas, a principiar do dia 12, empenharam-se as subcomissões de estudos em resolver os problemas que lhes foram propostos pelos delegados oriundos da América do Norte, como do Sul, orientados todos pelo mesmo sadio idealismo.

Embora operasse apenas uma de suas alas, incumbidas mais especialmente de desenvolver os conhecimentos geográficos, desde a formação de especialistas e pesquisas até a didática e divulgação, foi ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cedeu a sua própria sede, por lhe reconhecer a semelhança de objetivos, posto que em maior âmbito, internacional, e os compromissos decorrentes da estréia, que favoreceu com a sua assistência prestante.

CONFERÊNCIAS

Como de costume, mas antecipadamente, por coincidir o dia 14 de abril com a quinta-feira Santa, o Instituto realizou a sessão consagrada às comemorações pan-americanas, em que, saudado pelo Dr. Pedro Calmon, orou o Dr. Ariosto D. Gonzalez, portador de amistosa mensagem dos seus confrades.

Por tema, discorreu a respeito de "A Obra de Alexandre Dumas — Montevideu ou "Une Nouvelle Troie", com a perspicácia de quem investigara esmeradamente o assunto.

E valeu-se da oportunidade para entregar os diplomas de sócios correspondentes do Instituto Histórico do Uruguai, cuja presidência estava exercendo, ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, Drs. Pedro Calmon e Cláudio Ganns.

No mês seguinte, a 27, o professor Morales de los Rios Filho lembrou a pessoa e feitos de seu ilustre progenitor, de igual nome, que se devotou ao Brasil, com o calor do entusiasmo espanhol.

Arquiteto, planeou mais de um edifício, que ainda se mantem na Avenida Rio Branco, apesar das substituições de maior número.

Urbanista, ideou melhoramentos que deveriam afirmosear, arejando-a, a capital dos seus amores, cuja história estudou carinhosamente.

Escritor e desenhista, cabiam-lhe à justa os louvores com que lhe exaltou a memória a dedicação filial.

Antes de decorrido um mês, promoveu a Sociedade Brasileira de Geografia, com o apoio dos Ministérios da Educação e Saúde e da Agricultura, interessante série de conferências, que deveriam examinar aspectos diversos do legado científico do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Recebeu o Secretário do Instituto Histórico a incumbência de considerar o naturalista baiano, tão sábio quanto desditoso, como historiador.

Dai se causou a palestra de 24 de junho.

O mês de julho dedicou-se exclusivamente, a Joaquim Nabuco, mas, a 15 de agosto, outro centenário levou à tribuna o ministro Augusto Tavares de Lira.

O sagaz conhecedor da história do Brasil, especialmente do segundo Reinado e da República, na quadra em que appareceu e atuou Amaro Cavalcanti, ainda uma vez provou quanto lhe são familiares tais assuntos.

O panorama, que traçou, da vida política, administrativa e econômica do país, para explicar a ascensão do humilde nordestino, que tanto prestígio grangeou entre os patricios, mercê da sua inteligência peregrina, cultivada por decidida força de vontade, evidenciou que ainda continua a ser o mesmo atilado pesquisador, a quem o Instituto consagra o maior aprêço e admiração.

Convidado para relembrar o vulto imponente de Goethe, coube ao Doutor Abraão Ribeiro falar no dia 29, com a segurança de quem se esfronhou na obra do genial criador do Fausto e sabe perceber as incorreções dos tradutores, que a interpretaram em sua linguagem infiel.

Ainda acêrca do poeta alemão o Dr. Luís Felipe Vieira Souto revelou os estudos minuciosos que vem fazendo de longa data, em conferência de 30 de setembro.

Na mesma semana, dias antes, a 26, o almirante Alvaro de Vasconcelos analisou a atuação do almirante Custódio de Melo na Revolução de 1893, como quem acompanhou com ardor a pugna fratricida, de que saiu mal ferida a Marinha Brasileira, a maior vítima dos desentendimentos entre os seus chefes.

CURSO “JOAQUIM NABUCO”

Bem que não se alterasse o ritmo de suas conferências costumeiras, mais avultou a atividade cultural do Instituto por meio de congressos e cursos promovidos pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Ainda neste particular, revive-se auspiciosa tradição, de que derivou a Academia de Altos Estudos de influência tão acentuada nos meios intelectuais.

Ao convidar individualidades estranhas ao quadro social, para se incumbirem de explanações referentes a Joaquim Nabuco e a Rui Barbosa, sabia o presidente perpétuo do Instituto que de igual modo procederam os seus antecessores, animados dos mais louváveis propósitos.

E desta maneira conseguiu ultimar o “Curso Joaquim Nabuco”, em condições merecedoras de aplausos gerais, tanto dos conferencistas como da assistência, que um dia só não faltou com a sua atenção e louvores aos mestres.

Entretanto, a matrícula impunha obrigações semanais de comparecimento, por mais de dois meses, conforme indica a relação abaixo.

1 de julho — O acadêmico e o homem de letras, pelo acadêmico Antônio Austregésilo.

6 de julho — Formação moral e intelectual de Joaquim Nabuco, pelo desembargador José Duarte.

13 de julho — O publicista e o historiador, pelo deputado Aureliano Leite.

20 de julho — Atividades jornalísticas de Joaquim Nabuco, pelo acadêmico Múcio Leão.

27 de julho — A vida e a obra de Joaquim Nabuco, pelo acadêmico Aníbal Freire.

3 de agosto — O apóstolo da Abolição, pelo acadêmico Ceiso Vieira.

10 de agosto — Joaquim Nabuco, Diplomata e Geógrafo, por D. Odete de Carvalho e Sousa.

17 de agosto — As atividades políticas de Joaquim Nabuco, pelo professor Artur Cesar Ferreira Reis.

24 de agosto — Nabuco, cidadão de Recife, pelo Dr. Aníbal Fernandes.

31 de agosto — As antecipações político-sociais da vida e da obra de Joaquim Nabuco pelo deputado Gilberto Freire.

6 de setembro — O orador, pelo acadêmico Gustavo Barroso e encerramento pelo acadêmico Pedro Calmon.

O número de pessoas inscritas elevou-se a 271, sem que se notasse falha no livro de frequência, em que deixavam a sua assinatura.

Certo, quem ouviu as formosas alocações, acostumou-se a bem compreender a singular individualidade patricia, em que se enfeixaram os mais nobres atributos da raça, aprimorados por esmerada educação.

E o ambiente em que soube atuar, como orador incomparável, ou escritor embebido de generosos sentimentos de solidariedade humana.

Para lhe realçar os dotes intelectuais, a figura apolínea extrema-o entre os contemporâneos, que lhe proclamavam a superioridade inegalável de harmônica formação mental e física, à maneira de ateniense extraviado na vida moderna.

Viveu engolfado em sadio idealismo e bem mereceu as homenagens que lhe prestou a Posteridade admiradora de seus ensinamentos.

CURSO "RUI BARBOSA"

Antes que se completasse o primeiro mês após o encerro do referido Curso, já outro se abria, com análogo êxito, em homenagem a Rui Barbosa, cujo centenário também se comemora. As matrículas subiram à cifra de 415.

Das conferências previstas, quatro já se realizaram, com agrado geral, ao passo que outras aguardam a sua vez, acorde com a relação adotada.

28 de setembro — Rui e as Instituições Nacionais — Acadêmico Pedro Calmon.

4 de outubro — Rui e o Folclore — Professor Joaquim Ribeiro.

12 de outubro — Rui, Ministro da Fazenda — Deputado Aliomar Baleeiro.

19 de outubro — Rui jornalista — Deputado Luiz Viana.

25 de outubro — Rui e a história política no Império e na República — Professor Américo Jacobina Lacombe.

28 de outubro — Rui homem de letras — Acadêmico Rodrigo Octávio Filho.

31 de outubro — Rui e os escritos religiosos — Professor Mário Pena da Rocha.

5 de novembro — A benemerência de Rui — Acadêmico Levy Carneiro.

8 de novembro — Rui e a Marinha Nacional — Capitão de Mar e Guerra Carlos da Silveira Carneiro.

11 de novembro — Rui e a língua portuguesa — Professor Clóvis Monteiro.

14 de novembro — Rui na intimidade — Deputado Edgard Batista Pereira.

18 de novembro — Rui no cenário internacional — Professor Haroldo Valadao.

22 de novembro — Rui parlamentar — Senador Aloysio de Carvalho.

25 de novembro — A pedagogia de Rui Barbosa — Professor Lourenço Filho.

29 de novembro — Encerramento do curso — Deputado João Mangabeira.

QUADRO SOCIAL

Após a derradeira Sessão Magna, o quadro social do Instituto foi desfalcado de prestantes colaboradores, emudecidos quando podiam ainda contribuir com o seu saber para o esclarecimento de questões históricas.

Não decorrera bem uma semana depois da reunião de encerramento, e já a 25 tombava o primeiro, João da Costa Ferreira, que, além de mestre da engenharia, quis historiar os fatos memoráveis do município, cuja Sub-Diretoria de Obras e Viação chefieou competentemente.

Em pouco, tornou-se a máxima autoridade contemporânea em assuntos relacionados com a evolução da cidade do Rio de Janeiro e seu têrino, título do ensaio que lhe valeu, justos louvores.

A 15 de dezembro, outro engenheiro militar e educador, general Liberato Bijencourt, também desaparecia, depois de ter beneficiado com as suas luzes pedagógicas inúmeras gerações de discípulos.

A curiosidade intelectual impeliu-o para vários domínios, além do que lhe era fundamental à cultura.

Madrugando no estudo das matemáticas, em que se tornou autoridade, occupou-se por último, da história da Literatura Brasileira, a respeito da qual publicou vários volumes, que revelam esforços desproporcionados à velhice em que já entrara.

Dois vieram da Bahia, que se ufanava de Braz Hermenegildo do Amaral, seu filho estremo, e Bernardino José de Souza, sergipano afeiçoado à terra vizinha, onde passou a quadra mais gloriosa da sua existência.

Ambos professores, devotaram-se aos estudos históricos e grangearam fama de pesquisadores sagazes, como provam as obras que lhes trazem o nome.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia considerava-os representantes da velha guarda, que o fundou e dotou de sede condigna, graças especialmente ao abnegado esforço do filho adotivo.

A sua energia incansável conseguiu agremiar parceiros de boa vontade, a cuja solicitação atenderam governos e particulares com o seu tributo, para a construção da denominada "Casa da Bahia".

Aqui também se tornaram beneméritos, e juntos contribuíram para o engrandecimento da associação, a que Braz do Amaral evidenciou alto apreço.

Não obstante preocupado em atender à organização do Congresso da sua terra, ainda conseguiu terminar e enviar monografia elaborada às vésperas por assim dizer de succumbir a 2 de fevereiro, precedido de poucos dias pelo confrade, que expirou a 11 de janeiro.

Por último, ao findar o mês de julho, desapareceu, em Lisboa, o coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, que aprofundara as suas pesquisas no Arquivo Militar, especialmente em assunto de sua profissão, de que se tornou um dos mais abalizados sabedores.

Para substituir os consócios desaparecidos, a Assembléa Geral de 15 de agôsto escolheu colaboradores apontados por obras que lhes atestam os pendoros naturais para as investigações históricas.

Primeiramente, galardeou com o título de benemerito o professor A. L. Feijó Bitencourt, abnegado segundo secretário, e Cláudio Ganns, diretor da "Revista", por bem lhes apreciar a atuação.

Basta a citação das individualidades então admitidas no Instituto, para justificativa do acôrto da escolha que lhe trará novos paladinos para altas campanhas culturais.

Foram então eleitos :

Sócio honorário — Senador Aloísio de Carvalho.

Sócios efetivos — Deputado Afonso Arinos de Melo Franco, professor Afonso Pena Júnior, F. R. Mozart Monteiro, Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa.

Correspondente — Ariosto Gonzalez, vice-presidente do Instituto Histórico do Uruguai.

E assim se preencheram as vagas existentes no quadro social com pesquisadores conceituados, em cuja eficiente cooperação confia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que os acolheu, para manter sempre ardente a flama do idealismo acesa pelas gerações precedentes.

PUBLICAÇÕES

A intensa manifestação da atividade intellectual não tem correspondido o movimento de publicações, por motivos que a Diretoria se empenha em afastar, a fim de que a Revista recupere o atrazo e os "Anais do Congresso" possam vir a lume em curto prazo.

Para cuidar daquela, a Presidência nomeou uma Comissão, de que fazem parte o Dr. Cláudio Ganns, seu diretor até essa época, o general E. Leitão de Carvalho e o professor A. L. Feijó Bitencourt.

Dêstes, incumbiu-se outra Comissão, formada pelo Dr. Cláudio Ganns, coronel J. B. Magalhães e o primeiro secretário.

BIBLIOTECA E ARQUIVO

A realização de Congressos e Cursos não impediu que fôsse a Biblioteca freqüentada pelos estudiosos, conforme assinala o movimento respectivo.

Consultas de livros	33.625
Consultas de revistas	17.629
Consultas de jornais	12.341
Consultas de mapas	5.962
Consultas de documentos	40.255
Visitantes do Museu	597

O acervo de obras foi acrescido de :

Livros	156
Periódicos	929
Mapas	9

EXPEDIENTE

A estatística relativa à correspondência acusa :

Offícios, cartas e telegramas recebidos ..	3.837
Offícios, cartas e telegramas expedidos ..	4.385

O trabalho dos funcionários não se limita apenas a auxiliar os consulentes e manter em dia a correspondência, assim merecendo os melhores louvores, pela sua dedicação e esforços eficientes, sob a chefia incansável de Adelina Adelaide Alba.

Ainda se applicou à revisão e catalogação de 11 volumes de cópias do Conselho Ultramarino, antes mencionados apenas englobadamente, sem descrição dos assuntos que versassem.

Dos livros de mais 31 estantes da biblioteca, das 194 que assim ficaram em condições de facilitar consulta.

Dos documentos contidos em 456 latas do Arquivo.

Também se ultimou a arrumação das miscelâneas, que serão brevemente guardadas em latas especiais.

Durante as operações fez-se necessário ampliar as prateleiras no depósito de livros e substituir as que já se achavam danificadas, como igualmente encadernar 938 volumes.

De igual maneira, o mobiliário foi restaurado em parte, assim como várias molduras arruinadas por insetos vorazes.

Tornaram-se exequíveis êstes melhoramentos, mercê de escasso aumento da subvenção concedida pelo Congresso Nacional, que assim fez jus ao reconhecimento do Instituto.

Entretanto, cumpre frisar que não resolvem o defeito orgânico da instalação em edificio invadido pelo cupim.

Além de sobremaneira exiguo para comportar as coleções do Instituto, de livros e documentos, expostos, por isso, a inevitáveis estragos.

Impõe-se a urgência de sede nova, apropriada a conservar-lhe o patrimônio, antes que seja irremediável a deterioração.

PRÊMIOS

Bem que tomasse as primeiras providências para a concessão de prêmios, não conseguiu ainda o Instituto ultimá-la.

Entretanto, vão aumentando os saldos a êsse fim destinados, acrescido de novas doações, que não raro o Instituto recebe.

Ainda em setembro ultimo, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, que iniciou o depósito especial para custear o prêmio Max Fleiuss, ajuntou às suas entregas anteriores mais 25 ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, do valor de Cr\$ 200,00, cada uma, assim fazendo jus à gratidão do Instituto.

Ademais, acha-se cunhada a medalha respectiva, de cujo trabalho artístico se incumbiu o emérito professor Girardet.

CONCLUSÃO

Ao terminar, faz-se mister sintetizar as atividades do Instituto registradas no período anual que hoje finda.

Materialmente, esforçou-se a administração por melhorar as condições do edifício, desde o telhado, que passou por completa remodelação, até o soalho, afistulado de grotas indicativas da voracidade alarmante do cupim.

No tocante à parte cultural, porém, mais avantajadas se lhe apresentam os resultados, graças aos congressos de História e Geografia e dos Cursos Especiais, dedicados a Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, ideados por seu presidente perpétuo, ao redor de quem se formou a plêiade ilustre de abalizados conferencistas, cuja palavra douta encontrou ressonância da parte das centenas de ouvintes empolgados pela eloquência dos seus mestres.

Sem dúvida, o fato importou em clara vitória de cooperação. E basta a sua ocorrência para evidenciar que o Instituto Histórico, prestigiado pelas tradições de mais de um século, ufana-se também de rejuvenesce-, para melhor cumprir o seu programa cultural.

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO.

ORAÇÃO DO SR. PEDRO CALMON

(NA SESSÃO MAGNA DE 21 DE OUTUBRO DE 1949)

O problema capital do País é a formação da sua consciência, na autonomia do seu destino e na emancipação de sua cultura. Das riquezas tangíveis, dos fatos econômicos, das realidades materiais se incumbem as rijas forças da terra, que estas não criam espírito, não elaboram pátria, não fazem história, não inspiram e animam a soberania dos povos. Conservam-se êles, amadurecem na maioria política, forram-se das subordinações morais, adquirem o direito à liberdade num vibrante ambiente de debate, conquistam o seu lugar neste estreito mundo, onde as civilizações dominantes escondem ou esmagam as formas coloniais de existência — graças ao pensamento criador. Não se conta em verdade pela cronologia dos acontecimentos medíocres a vida das nações : mede-se pela estatura de seus homens representativos, classifica-se pelos períodos intelectuais de sua evolução, numera-se pelos livros, pelas idéias, pelas contribuições originais, apresentadas à crise da sociedade, pelos heróis dignos de memória, pelas gerações que deixaram de si um nobre e profundo vestígio.

A antiguidade dos países não é uma questão de arqueologia, mas um argumento de influência. Restringe-se ao campo erudito da pesquisa, ou se limita ao academismo da curiosidade, a velhice pacata dos que, se tendo antecipado às grandes correntes do progresso universal, lá se fecharam entre os muros do seu apagado isolamento. São, no oceano dos tempos, as ilhas irreveladas, sem as quais a geometria babilônia ensinou aos egípcios os símbolos arquitectônicos, a engenharia dos faraós transmitiu aos gregos a arte das acrópoles, o gênio helênico legou aos romanos a imponência dos monumentos, a sensibilidade ocidental comunicou aos bizantinos, êstes aos árabes, êstes aos bárbaros, a estética suntuosa dos templos, o perfil airoso das tôrres, a linha elegante das arcadas e a antiga beleza das colunas.

Valorizamos as origens, exatamente porque delas deriva — como das suas nascentes mais distantes — o caudal da história. Interessamos, na continuidade das épocas, o passado, de onde se desdobram, isto é, pelo estudo da humanidade que já não existe a ténpera e o rumo da humanidade existente. Importa-nos a procedência, a hereditariedade, o prosseguimento, como caracteres e condições que não se perdem na linhagem dos Estados. O tributo pago pela sucessão à anterioridade. A coerência natural do parentesco, no desenvolvimento inevitável das qualidades distintivas: ou seja, no nexa das virtudes raciais, a uniformidade dos sentimentos dirigentes. Chamaram-lhe os primitivos — a autoridade patriarcal, sombra de avós, “penates”, “in penitíssima aedium parte”, deuses lares da honra familiar. Chamamos-lhe, sem essa mística, porém com sinceridade equivalente, o culto dos valores imortais. Nisto resumimos as energias atávicas que enfibram a nacionalidade, a sua alma lírica tocada do milagre do civismo, que é a expressão pública do zelo coletivo por sua independência e por seu governo, a reverência aos ilustres mortos e o consenso que une os cidadãos no preito que lhes devemos. Nenhuma homenagem excede em dignidade a esta austera espécie de julgamento, a esta forma quase religiosa de evocação, a este modo imemorial de respeitar a morte, atribuindo-lhe, não o poder mesquinho da eliminação, mas o divino dom da perpetuação do nome, no reconhecimento da posteridade.

Êstes são os sentimentos que nos inspiram e nos convocam.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro solenemente os proclama; e anualmente os confirma.

COSTA FERREIRA

Quando, em 22 de agosto de 1931, propôs Max Fleuiss para sócio efetivo o engenheiro João da Costa Ferreira, o título que lhe atribuiu — suficiente para quem tanto esmiuçara a história da Capital da República — foi o de autor de “A Cidade do Rio de Janeiro e seu termo”.

Docente de Desenho Topográfico da Escola Politécnica, diretor do Cadastro da Prefeitura, ilustrado pelo “Ensaio urbanológico” em que descreveu a fisionomia da metrópole traçando-lhe as linhas mestras, era um desses amigos que o Rio de Janeiro tem, zelosos, tenazes e beneméritos, cujo trabalho disperso, porém construtivo, vai impedindo que tudo se perca e se transforme, na sua inevitável desfiguração. Dedicava-lhe o amor paciente dos que lhe estudam as

origens, identificam as zonas tradicionais, delineiam as diretivas de crescimento resguardando o pitoresco, o belo, o poético, de modo a associar ao progresso, que não para, a arte que não passa. Neste sentido, a engenharia de Costa Ferreira, se não se enfeitou das galas polêmicas de outros advogados ou apologistas da graça e da paisagem carioca, teve a vantagem de ser defensiva, erudita e impessoal. Alistara-se, desde a mocidade, entre os servidores da cidade que conheceu como ninguém, amando-a como raros : e tanto lhe pesquisou o patrimônio, na magistratura burocrática, que desempenhou honradamente, como na perseverança, quase silenciosa, de suas investigações, muitas das quais vieram a lume na imprensa periódica e nas revistas científicas. Como os velhos Pizarro e Silva Lisboa, Moreira de Azevedo, Joaquim Manuel de Macedo e Vieira Fazenda — êste, mais próximamente, seu professor de entusiasmo fluminense — João da Costa Ferreira valia por uma biblioteca de assuntos cariocas. Ingressou nesta casa como legítimo representante dessa erudição : podíamos até dizer, como intérprete oficial dessa desmaiada história urbana, que, aos olhos enlevados do “turista”, não está escrita nos livros, mas imobilizada na cantaria dos solares, arqueada no perfil dos aquedutos, suspensa dos morros ainda esquecidos da renovação geral ou liricamente escondida como uma flor bizarra na selva de cimento armado, em certos recantos pacatos onde à austeridade das mansões antigas se junta, num contraste tropical, a festa da natureza exuberante. Trouxe-nos a mensagem dos urbanistas nas razões do historiador ; a linguagem dos técnicos no sentimento dos estetas ; a palavra atual envolta num grande respeito pelo passado, em cuja lógica encontrava os traços coerentes da grandeza do Rio de Janeiro. Queixam-se, os que aqui nascem, de que a inundação dos forasteiros de tal sorte lhes cosmopolitiza a terra invadida, que mal reconhecem, na idade madura, cenas e coisas do seu tempo de meninos-e-moços. E’ que a ventania da civilização movimentada com volubilidade todo êsse areal, como sucede às dunas movediças ; e de tal jeito, que já não se acham palácios, que serviam de ponto de referência, quarteirões, que tinham ares clássicos, bairros, que se esmaltavam de história, e praças, e ruas, da mais velha fama. O progresso é linear, e portanto demolidor ; é voraz, e de crescente apetite na gula com que tem tragado os aspectos clássicos da cidade ; é inclemente, porque sistemático ; e se locupleta de utilidade, abandonando, em proveito do conforto, os quadros veneráveis da tradição. Que diria a geração de Bilac e Coelho Neto da orografia de arranha-céus cujos topos geométricos

cerram sôbre as nossas montanhas de granito as suas cortinas pardas ? Que diria dêsses recortes de New York colados à topografia da Guanabara a sensibilidade de Melo Morais Filho, que lhe cantou os costumes arcaicos, o lampeão de gás e a alnia popular, na época do "tilbury" e do trovador ? Que diria dessas pasmosas novidades o espírito severo daqueles homens ciumentos do passado, que flo-reavam a sua indignação contra as audácias do exotismo pediam bom gôsto, às administrações que lhes ofereciam as soluções estran-geiras importadas com o vapor que trazia a idéia, o livro e a moda ? Tudo tão diferente... Mas se devia salvar o que fôsse digno de salvação. O que não pode desaparecer sem o desfalque da riqueza comum, não contada em valores comerciáveis, porém avaliada em têrmos de eternidade. O que há de sobreviver às novas e indispen-sáveis formas de civilização, como padrões do desenvolvimento nacional os seus marcos comemorativos. Essa forte poesia de anti-guidade e civismo que protege com o seu doce sortilégio as relíquias da cidade — pergaminhos que ela exhibe à surpresa das gerações, como seus documentos de cultura e seus títulos de imortalidade.

Prezou-os, com superior estima, o engenheiro Costa Ferreira, cujo desaparecimento, em 24 de outubro de 1948, repercutiu dolorosa-mente nos meios universitários e administrativos dêste seu Rio de Janeiro.

LIBERATO BITTENCOURT

Da velha cidade do Desterro, onde nasceu a 30 de outubro de 1869, o general Liberato Bittencourt entrou em 1912 para o Instituto Histórico, com a sua "Psicologia do barão do Rio Branco". Era até aí um matemático, que servira abnegadamente à república ao lado do marechal Floriano — seu ajudante de campo em 1893 — e mantinha a tradição filosófica da Escola Militar de 89. Engenheiro, homem de ciência, literato, escritor de copiosa bibliografia que soma dezenas de volumes de densa e douta matéria, não podemos dizer que a sua fôsse a vocação das armas. Tinha, desenganada, a do ensino. O professor, como o poeta, não se faz : nasce-se. Viera do berço com a vasível e benfazeja inclinação para transmitir aos outros a sua mensagem interior, nessa obsessiva tendência que, desde a moci-dade, sagra os mestres, por isso mesmo vinculados, pelo resto da vida, ao ofício de ensinar. O Colégio 28 de Setembro foi assim a sua casa, o terreno experimental de sua pedagogia, o seu seminário, a sua tribuna, o final objetivo de sua carreira sem ambições mundanas, sem transigências morais, sem compromissos estranhos a sua límpida

singeleza. Ali pontificou o ensino em todos os graus, partindo da matemática elementar, da cartilha do primeiro ano, das Lições de coisas, dos rudimentos de estilo, das noções de álgebra, dos casos de português, para atingir o altiplano da crítica literária e iluminar com a análise esmiuçante os gloriosos brasileiros de que tanto se ocupou. Machado, Tobias, Bilac, Rui, Afrânio. Tentou até um balanço dos valores atuais resenhando os que integram a Academia; e, de envolta com essa apresentação psico-biográfica, foi buscar aos Estados o discreto brilho das constelações locais — de Sergipe, da Paraíba. Polemista das “impurezas de linguagem”, expositor de “vernaculidade”, brigando forte com “críticas e críticos”, apologista das reputações immaculadas e adversário espontâneo da tartufice intelectual, sabia ser generoso no retrato, leal no combate, amplo no elogio, veemente no libelo, equânime na sentença, quer se tratasse de “duas dúzias de imortais”, quer “do falso Aristaco” e da “vindicta”. Indicamos alguns de seus livros. Na generalidade, dêles o que transparece, estalando o esmalte da discussão, é a exaltação patriótica subtilizada pela filantropia social. Nas ressonâncias de sua interminável inquietação predominava o amor do Brasil, não contemplativo ou declamatório, mas laborioso, dialético, educativo, definindo-se no culto da língua, na comemoração dos que melhor a trabalharam, na reivindicação da verdade contra o erro, na indicatura literária que desempenhou com esplêndida assiduidade. Era dos que servem à sua gente, em todos os campos onde se faz necessário o serviço: no quartel, na batalha, na escola, à luz de sua lâmpada estudiosa ou à barra do tribunal das idéias, militando, doutrinando, escrevendo, e com tempo ainda para narrar, em obra numerosa, a sua confiança na pátria.

Faleceu a 15 de dezembro de 1948. Quem tanto falou de tudo, não teve, ao morrer, o barulho, glorificador, da publicidade. O decôro de uma modestia ativa envolveu-lhe em silêncio os últimos dias. Parece-nos maior, nessa discreção melancólica.

FERREIRA LIMA

Português de lei, o coronel Henrique de Campos Ferreira Lima pertencia àquela nobre família de soldados escritores, que deu a Portugal e ao Brasil alguns de seus mais acreditados cronistas. Trocou os ócios da reforma — na carreira que ilustrara — pelo intenso trabalho de dirigir o Arquivo Histórico Militar de Lisboa, passando, sem modificação de ambiente da rotina da caserna para o

convívio das glórias do exército. Dedicou-se a estudá-las numa série, que se distribui por dezenas de volumes, de ensaios acêrca de grandes figuras das armas portuguezas e, em conexão com elas, de ilustres vultos das letras e das artes, como Garrett, Machado de Castro, os pintores Sequeira e José Alves Ferreira Lima. Ingressou com êxito na história da cultura, a propósito da Academia das Ciências — de que era sócio — e, desdobrando a pesquisa num fértil terreno documental, não houve ano em que nos não brindasse com duas ou três monografias de boa informação, que valiam como esboços biográficos, miniaturas impressionistas e reivindicações cívicas, e visitou o Brasil e mereceu a sagração dêste Instituto, em 1937. No quadro dos membros correspondentes, sobressaiu a sua assídua colaboração com as nossas atividades. O Brasil ficou sendo uma constante preocupação da sua literatura. Mexendo a papelada do seu Arquivo, senhor dos segredos de uma formidável massa de inéditos, cuja classificação tinha primores de fichário americano, especializou-se no amável fornecimento de dados verídicos, a quem lho pedia — para esclarecer uma dúvida, acertar um pormenor, corrigir um erro, juntar uma nota desconhecida nos domínios da história militar de antanho. Várias vêzes nos socorremos dos seus préstimos. Elevara a sua Repartição à altitude de um centro de estudos, à perfeição de um consultório de pura e sóbria verdade — que assim concebia e organizou o Arquivo, onde se empilham, com os maços inumeráveis, e se guardam em pacotes, e se conservam em estantes, e se separam em algarismos e índices, todos os ecos da guerra plurisecular da Raça, “certíssima esperança — de aumento da pequena Cristandade”.

Quando aqui veio, comparecia Ferreira Lima às sessões da gala com o seu uniforme azul avivado d’ouro de coronel de artilharia adornado com o grande officialato de Aviz, a Ordem de Santiago, as palmas académicas e várias medalhas estrangeiras que lhe constelavam o peito. Nessa pompa marcial estimulava a suave humildade de um temperamento de filósofo, em que o tradicionalismo romântico e a desinteressada ciência ressaltavam a elegância espiritual. Faleceu em Lisboa a 30 de julho último, deixando no prelo vários livros e, enobrecida por uma vida útil, a duradoura recordação de seus altos méritos.

BERNARDINO DE SOUSA

De Bernardino José de Souza não me dizem outros testemunhos : sou informante direto, no comovido depoimento do aluno que louva o mestre, do confrade que recorda o companheiro, do amigo saudoso

do amigo que desde a infância se habituou a admirar, conhecendo-o na intimidade de suas idéias, na trama delicada de seus sentimentos, na vastidão de sua cultura, sobretudo na sua missão de educador, dos mais completos e puros da história nacional do ensino. Seu discípulo no Ginásio, discípulo seu na Faculdade de Direito da Bahia, ouvi-lhe, no primeiro banco, as lições torrenciais sôbre as civilizações clássica e moderna, e o seu internacionalismo reverberante de um jovem entusiasmo de justiça e ordem. Parece que ainda o vejo, a voz clara, as palavras bem recortadas, um timbre oratório dando à aula certa ênfase, de conferência, severo no pensamento, no gesto, na frase e... nas notas, inclemente na disciplina e duro na reprimenda, fazendo pairar na sala a gravidade de um tribunal e entretanto, êle próprio, um simples, com o seu jeito, quase rústico, de sertanejo, a cara redonda, de nordestino, a que o bigode curto e a mandíbula espessa davam uma expressão de vigor, os cabelos rentes, os olhos miúdos, a palavra autoritária, a memória prodigiosa nos seus recursos inesgotáveis... Tinham-lhe mêdo os quartanistas do Ginásio, que se cotizavam para antepor-lhe, nas sabatinas, o colega que quizesse “expor o ponto”. Saía a vítima voluntária para êsse exercício com um suor frio na testa, a palavra gaguejada, sem ânimo para declamar a enfiada de nomes de que se constituía o assunto sorteado. Passado, porém, o primeiro instante, cobrava coragem o menino, estimulava-se com a benevolente atenção do professor, lançava-lhe em desafio tôdas aquelas datas e todos aqueles apelidos, e salvava a turma, enchendo a hora do suplício. Bernardino de Sousa gostava disto; tinha o fraco da aplicação; distinguia os que prometiam ser como êle, bem falantes, de forte memória, alinhando fluentemente os algarismos de larga táboa cronológica; e se achava a si mesmo, na encantadora sinceridade do seu espírito, lá fora, na rua que corre à sombra do convento da Lapa, até onde o seguia, escoltando-o respeitosamente, o grupo dos devotos. Entre os devotos, sempre estive eu. Lá estava com aqueles palradores colegas de 1918, alguns sumidos para sempre no turbilhão da vida, outros por aí evidentes e distintos, formando, entre as gerações doutrinadas pelo querido lente, a que melhor lhe conservava a estima. Mais tarde, na Faculdade, diminuiu-se a distância entre êle e nós. A alguns, já nos pungia o buço; e começávamos a opinar com independência. O seu direito era um formidável direito das gentes enrançado de filosofia e tradição, portanto diferente da realidade do mundo ou a ela antecipado: mas belo, sugestivo, ideal, por isso mesmo fácil de aprender, mais fácil ainda de negar. Citando muito Bonfils, sublinhando de civismo e marchetando de história a preleção, dava-nos — em 1921 — uma paisagem otimista das relações internacionais pinceladas, aqui e ali, de

confortável utopia. Sentíamos, é certo, que se estava no limiar de uma outra era; que para trás ficavam as promessas de Wilson, da paz estável, e a retórica da propaganda anti-imperialista da guerra de 1914; e a sombra da violência descia metódicamente, da crise europeia, sobre as chancelarias desatentas, como dos altos céus descem sobre a terra desabrigada as nuvens carregadas de temporal. Mas a sua fé era poderosa e aliciante. Nela vibrava um sonoro e esplêndido entusiasmo, que se lhe desatava, das culminâncias da cátedra, pra tôdas as formas da atividade criadora. Movia-o essa bendita inquietação, de operário infatigável, de indormido artifice do bem público, de extraordinário promotor de cultura. Secretário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, recebeu-o, em 1914, desanimado e pobre, e logo o reergueu à categoria de pujante instituição, com casa assejada, sessões resplandecentes, prestígio inexcedível e boas contas. Não se satisfez com isto: porque em 1923 se completaria o século da Independência, quiz que tivesse palácio, traçado com audácia de proporções, que lhe valesse o título de Casa da Bahia. Fêz prodígios de sacrificio, na campanha financeira para transformar em realidade o seu sonho, arrancando à avareza, à esquivaça, à descrença ou ao assembro dos ricos, e também à humildade e à confusão dos que pouco tinham, os enormes recursos necessários para a construção do monumento, para o seu mobiliário, para o seu esplendor. A Casa da Bahia foi, por dizê-lo, levantada, pedra sobre pedra, por seu vigor físico. Trouxe-a, moralmente, aos ombros. Suspendeu-a do nada, como um escravo das pirâmides suspendendo sobre as areias do deserto o monolito imperecível. E abriu-a na data marcada — como um penitente que cumpre o seu voto — à reverência do Brasil. Praticou semelhante aventura com a Faculdade de Direito da Bahia, de que foi diretor benemérito. Devia ter também o seu palácio. E êle não lhe faltou, pondo abaixo o solar antigo, em que funcionara com modéstia exímia, e no lugar dêste levantou o pórtico ateniense que lá está. Achávamos que possuía o condão de transmutar em obra nova a antiqualha, de varrer a poeira do abandono às coisas que ia administrar, de soprar-lhes o alento vital, que as rejuvenescia, semeando pelo seu caminho o suor do rosto, que ao contacto do solo se convertia em alicerces, florescia em arquitetura, copava em ilustres abóbadas e alteava, sobre o panorama da mediocridade, em que à sua volta restejavam as iniciativas, um arrogante perfil de dominação.

Os acontecimentos posteriores a 1930 trouxeram-no, com importantes comissões confiadas à sua magnífica probidade, para o Rio de Janeiro. Precisava-se de um exemplar presidente para o serviço de

reajustamento econômico : seria êle. Ao Tribunal de Contas da República convinha um ministro de extremos escrúpulos : eêe o foi. Desdenhoso dos bens da fortuna, que o não atraíam ; cumprindo o seu dever com a obstinação, às vêzes rude, de um temperamento insensível aos convites do comodismo ou às intimações do interesse ; andando em linha reta, pelo seu conhecido horror à tergiversação, ao recuo, à doblez dos fracos ; e, por tôda a vida, intelectual puro, a escrever os seus livros nos escassos intervalos do trabalho extenuante — Bernardino de Sousa merecia as honras dessa magistratura. Merecia principalmente o aplauso dos antigos discípulos, a quem dera, nos bancos escolares, a lição teórica e dava agora, no supremo magistério da moralidade, a lição prática do patriotismo.

Genro de Carneiro Ribeiro, ligara-o ao mestre da filologia uma afinidade espiritual que cêdo se definiu como uma digressão ambiciosa nos mais variados campos do saber. Geografia, vernaculidade, linguística, a pátria história e a dos povos, biografia, etnologia, letras clássicas, indianismo, onomástica brasileira, jurisprudência, política, economia e finanças, foram sucessivamente os temas da sua curiosidade inesgotável. Tipo de monografia a que deu a paciência de suas investigações, é a que se intitula “Pau brasil”. Mas a obra prima dessa perseverança seria a que não chegou a publicar : a sua exaustiva notícia do carro de boi na tradição nacional — esmiuçante e erudita memória, com as proporções de tratado e os pormenores de literatura regional, que pretendia utilizar em desagravo, senão em glorificação, do mais tardio dos nossos veículos. Porque, na era do motor a jacto, quando as mais inesperadas espécies de propulsão fazem irrisório o transporte primitivo, chiando e gemendo pelas estradas do sertão, decidiu êle dedicar ao carro de bois dez anos de peregrinação pelas bibliotecas, pelas regiões históricas, pelos arquivos, pelo “folk-lore” e pelo sentimentalismo da nossa gente ? Explicava : exatamente para lavar o seu protesto contra a ingratitude. Para dizer o que devia o país àquelas duas rodas maciças, àqueles seis vitelos, àquele carreiro cantador, àquela preguiçosa traquitana e àquele honrado tempo !

BRAZ DO AMARAL

Braz Hermenegildo do Amaral não quis ser senão o historiador da Bahia. Oriundo de uma família de revolucionários de 1837, dessa “Sabinada”, cujo elogio, estampado na Revista do Instituto, em 1909, lhe valeu a eleição para sócio correspondente — conservou até morrer a obstinação dêsse voto. A sua inalterável disposição de desvendar o longo mistério de sua terra, através de um estudo interminável, materializado nos sete tomos das Memórias, de Inácio

Accioli, por êle anotadas. nos dois das Cartas de Vilhena, que achou, comentou e imprimiu, nos dois de Discursos e Conferências, em que se compendiam os seus melhores ensaios, numa densa História da Bahia do Império à República, nas Reminiscências regionais, com que a completou, sem falar nas numerosas comunicações que escreveu para ambos os Institutos, êste, que lhe mereceu assídua colaboração, e o baiano, que ajudou a fundar em 1894. Era médico, professor da Faculdade de Medicina e do Ginásio, jubilado em 1914, parlamentar, com honras de republicano histórico, tribuno de eloquência esmerada, e, ardentemente, advogado do seu Estado em todos os problemas de limites. Por fôrça dêste mandato, em que o confirmou a confiança de sucessivos governadores, freqüentou os arquivos portugueses, remexeu os nacionais, entesourou grande soma de provas cartográficas e de preciosos inéditos e elaborou memórias sábias, cujo conhecimento se torna imprescindível a quem pretenda estudar a história e a geografia do país. À medida que o pêso dos anos lhe foi opulento a experiência, com a autoridade, de seus probos serviços, e o renome, de seus pacientes trabalhos, se avantajou a sua estatura de homem público, que reunia à mais respeitável erudição um vibrante e belo civismo.

Cronista da terra natal, foi como tantos outros escritores fiéis à província, que, por circunscreverem a área do seu interesse, podem esquadrihá-la em todos os seus segredos. Para êle não havia uma região histórica, insulada na imensidade do passado, mas um pequeno e completo mundo que lhe bastava à curiosidade e ao amor. Notar-se-lhe-á porventura a espaços, nos livros de muito louvor aos pátrios lares, uma ressonância tardia de inconformidade, derivada do período belicoso da Regência em que a “sabinada” — como uma expressão simétrica do regionalismo autonomista dos “farrapos” — levantara as barricadas nas ladeiras da Bahia. Participava da intransigência do seu espírito essa feição litigante de defesa da terra, êsse crepúsculo de resistência particularista pintando de côres alegóricas a serenidade do seu próprio ocaso — ou seja, de sua vida branda e estudiosa que chegava ao fim, consagrada e festejada pela admiração pública. Encerrou-se imprevistamente a vésperas da grande celebração do quarto centenário daquela sua cidade do Salvador, a cujo programa intelectual dispensara os melhores cuidados, querendo que tivesse a importância de uma festa nacional, com o prestígio de um Congresso de História, o 1.º de História da Bahia, que lhe fôsse o coroamento literário. Fulminou-o a morte quando iam adiantados os preparativos para as esplêndidas cerimônias de 29 de março; e, dest'arte, o Congresso, que organizara — com os confrades capazes de o reali-

zar com êxito memorável — começou as suas atividades prestando-lhe a homenagem da justiça e da veneração, comemorando o historiador da Bahia. Esta bem o compreendia. Impregnada de tradição, com o presepe dos mosteiros e dos campanários enchendo as colinas, sôbre o mar, de uma pompa imperial de muralhas e cruzes, cujo áureo patinado tem ao longe tons quentes de púrpura quando a veste o crepúsculo de suas côres majestosas — tem as ressonâncias e as perspectiva de um passado singularmente presente. E' a terra das lembranças vivas, cujos ecos animam de um sentimentalismo forte a sua paisagem emotiva; ladeiras calçadas de História, montes recobertos de reminiscências ilustres, horizontes cheios de monumentos comemorativos, pela amplitude de seu cenário, dramático e soberbo, o encontro das épocas, na sucessão das formas antigas... Para êle, tinha o sortilégio dos enigmas, o mistério denso do seu texto de pedra — livro formidável dos séculos, em cujas linhas velhas queria recompor a formação brasileira. E a serenidade augusta dos templos! Foi o altar da pátria; e continua a ser o seu mais rico santuário.

ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO DIA PAN-AMERICANO
EM 12 DE ABRIL DE 1949 (Sessão 1781)

*A sessão comemorativa do Dia Panamericano — Oração do presidente
do Instituto Histórico do Uruguai — Sócios correspondentes das duas
entidades*

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou em seu salão nobre, às 17 horas de 12 de abril do ano de mil novecentos e quarenta e nove, a sessão assinalada para a comemoração do Dia das Américas.

Assumindo a Presidência, o vice-presidente, ministro Augusto Tavares de Lyra, convidou para tomarem parte na mesa os Srs. embaixador do Chile, Dr. Osvaldo Vial, o encarregado de negócios do Uruguai, Sr. Carlos A. Massané, Sr. Ariosto Gonzalez, além do primeiro secretário do Instituto Histórico.

Em seguida, explicou ter sido escolhido para orador naquela cerimônia de significação continental, um dos nossos mais distintos consócios, professor Feijó Bittencourt, membro da Diretoria, como dedicado secretário, cuja palavra, aplaudida mais de uma vez neste recinto lhe comprova o esclarecido saber. Em homenagem a visitante ilustre, Dr. Ariosto Gonzalez, preferiu, entretanto, adiar a sua anunciada conferência sobre o "Padre Antonio Vieira e o Pan Americanismo, para que o presidente em exercício do Instituto Histórico do Uruguai pudesse proferir a sua oração.

Na tribuna, discorreu o Dr. Ariosto Gonzalez a respeito de "Alexandre Dumas e a Troia Americana". O Sr. presidente agradeceu ao conferencista declarando que seu trabalho será publicado oportunamente.

Voltando à mesa, foi de novo franqueada a palavra ao Dr. Ariosto Gonzalez para dar conta da incumbência que trazia, proferiu ele o seguinte discurso:

"Trago-vos os cumprimentos comovidos e cordiais do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, o centro de estudos fundado por Andrés Balmes e Teodoro Miguel Vilardebó, em Montevidéu, no ano de 1843, à semelhança e segundo o modelo desta ilustre casa, onde nos encontramos hoje congregados para falar de nobres bens espirituais comuns.

Trago-vos, também, como efetiva expressão concreta de nosso afã de cooperação, de solidariedade e de entendimento, os diplomas que tornam Membros correspondentes do Instituto Histórico do Uruguai no Brasil, os doutores José Carlos de Macedo Soares, Pedro Calmon e Claudio Ganns.

Não assinalarei, nem sequer em breve síntese, os títulos e merecimentos especiais que singularizam e destacam esses eminentes colegas. O doutor Macedo Soares é o escritor e estadista, com obra própria e definitiva, que, superando a linha média do nível normal, constitui uma glória para seu país, seu tempo e sua raça. O Dr. Calmon, deslumbrante de bordados universitários, é jornalista e tribuno de mérito autêntico, lido e admirado em todos

os países de língua espanhola. O doutor Ganns junta a seus livros e opúsculos de alto valor seu impressionante trabalho como diretor da Revista dêsse Instituto.

Devo sublinhar, com um propósito de precisão, que a designação do doutor Macedo Soares como correspondente do Instituto Histórico do Uruguai foi feita a 17 de maio de 1935 e que, por um erro nos trâmites do diploma, novamente é expedido. E já que êsse erro, confere-me a oportunidade e a honra de entregar-lhe o seu título acadêmico, seja-me permitido acrescentar que o doutor José Carlos de Macedo Soares é figura familiar e querida em Montevidéu, onde poderia concorrer à difícil prova de disputar com méritos legítimos, a seu irmão, embaixador José Roberto de Macedo Soares, a primazia na consideração e no afeto dos uruguaios. Faz pouco tempo, por motivo da apresentação, no Instituto Histórico, do distinto diplomata e historiador Alvaro Teixeira Soares, tive a oportunidade de ouvir de um de nossos mais distintos colegas, o professor Simon Lucuix, os seguintes conceitos que passo a ler com muito gosto :

“Diplomatas e historiadores foram o visconde de Pôrto Seguro, Joaquim Nabuco, Joaquim da Silva Caetano, Manoel Oliveira Lima, príncipe dos historiadores brasileiros, Alfredo Varela, tão ligado aos estudos de nossa história e da terra fronteiriça do Rio Grande, Pandiá Calogeras, Hélio Lobo, membro correspondente dêste Instituto, e a cuja sempre lembrada atuação em Montevidéu, devemos êsse admirável livro *A democracia Uruguiaia*, a melhor síntese sôbre uma época de nossa história; e deixei de propósito para o fim o doutor José Carlos de Macedo Soares, ilustre ministro das Relações Exteriores do Brasil para quem o Instituto Histórico do Uruguai tem motivo especial de reconhecimento, já que, em meio das graves preocupações de uma guerra que golpeava sombriamente todos os recantos do mundo, fez uma pausa na sua pesada tarefa e veio até nós trazer a saudação fraternal do Instituto Histórico do Brasil, cuja presidência exerce com tanta dignidade, por ocasião do nosso primeiro centenário”.

Senhores :

Estes títulos acadêmicos nada acrescentam à nomeada e a glória dos doutores Macedo Soares, Calmon e Ganns, porque sua glória e nomeada são definitivas e completas. Significam simplesmente que lá no Sul há alguns trabalhadores desinteressados e assíduos, que pertencem à mesma estirpe espiritual que vós e que fizeram testemunhar-lhes suas simpatia e sua admiração. Quanto a mim, modesto intérprete dêsses sentimentos superiores, só desejo acrescentar que esta casa, êste ambiente, esta honrosíssima recepção, transportam-me a tempos que declaro, melancolicamente, longínquos, de minha meninice e fizeram-me reviver, numa visão fugidia e aérea, aquêles aniversários de 7 de setembro passados na fazenda paterna, quando meu pai içava, com suas próprias mãos, sob o céu azul na solidão dos campos junto às árvores que começavam a reverdescer, a bandeira de sua pátria brasileira ao lado da bandeira uruguiaia da pátria de seus filhos...

Agora, como então, e como sempre, sinto, senhores, a irmandade viva de nossos povos, de nossos ideais e de nossos destinos e digo-vos que trabalhar juntos com espírito de compreensão, é empresa indeclinável e sagrada que devemos cumprir como um mandato da história, como uma imposição do presente, como uma esperança do futuro.

Em resposta à valiosa oferta, envolta em cativantes expressões de cordialidade o Sr. professor Pedro Calmon agradeceu em nome dos eleitos contestando que as láureas distribuídas a três membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fóssem de somenos valia, como declarara modestamente

o ofertante. Ao contrário, cartas de cidadania espiritual seriam guardadas com todo o carinho pela alta significação que continham. Consideravam-se os possuidores de tão expressivo certificado de amizade também historiadores uruguaios.

E cumpria-lhes intensificar o intercâmbio cultural entre as duas associações de estudos históricos organizadas com menos de uma década de intervalo.

Em seguida, o Dr. Cláudio Ganns, com a palavra, informou que antes de saber que o Instituto Histórico do Uruguai deliberara elegê-lo sócio correspondente e mais os seus dois ilustres companheiros, foram assinadas as seguintes propostas para sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

"Indicamos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Dr. Ariosto Gonzalez — eminente historiador e polígrafo do Uruguai — e atual vice-presidente do Instituto Histórico do país irmão.

Incansável trabalhador, o ilustre escritor tem uma grande bagagem literária e histórica, no qual se destacam: Os Partidos Tradicionais", "Análise da época de Rosas", "A missão de Santiago Vasquez a Buenos Aires", "O manifesto de Lamas de 1855", "Da Revolução do Quebracho à conciliação de Novembro", "As primeiras fórmulas constitucionais nos países do Prata", "Luís Melian Lafinur", "Um campo de concentração em Durazno", "José Serrato", "Escritos de Andrés Lamas", "Orientais ou Uruguaios", "Direito Aduaneiro Uruguaio", "O dever da verdade no labor histórico" e "História dos uruguaios". Colaborou na "História da América", dirigida por Ricardo Levene. Tem representado o seu país em diversas conferências internacionais e é um dos negociadores do Tratado de Comércio com o Brasil ainda em elaboração.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1948 — (aa) José Carlos de Macedo Soares — Cláudio Ganns — Augusto Tavares de Lira — João Batista Magalhães — Francisco Marques dos Santos — Virgílio Corrêa Filho — José Pedro Leite Cordeiro — Didio Iratin A. da Costa — Leopoldo Antônio Feijó Bitencourt — Hélio Lôbo — Alcindo Sodré — Afonso Costa — Artur César Ferreira Reis — Pedro Calmon — Aureliano Leite".

"Indicamos para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Dr. Daniel Castelanos, notável advogado e ex-catedrático de história universal no Uruguai. Secretário da Presidência da República (1927-1931) representante diplomático do Uruguai na Espanha e em Londres. Ex-ministro da Instrução Pública e Previdência Social. Atual ministro das Relações Exteriores.

E' autor de numerosos trabalhos de caráter histórico: v g — "O colegiado através da história": "La Estrella del Sur" — em campo de hipóteses. — E' membro efetivo da Academia de Letras do Uruguai e do Instituto Histórico daquele país.

Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1948. — (aa) José Carlos de Macedo Soares — Cláudio Ganns — Artur César Ferreira Reis — Augusto Tavares de Lira — Pedro Calmon — Francisco Marques dos Santos — João Batista Magalhães — Virgílio Corrêa Filho — José Pedro Leite Cordeiro — Didio Iratin A. da Costa — Alcindo Sodré — Afonso Costa — Pedro Calmon — Hélio Lôbo — Leopoldo Antônio Feijó Bitencourt".

"Indicamos para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Dr. Rafael Schiaffino, ilustre médico e historiador uruguaio, catedrático de higiene da Faculdade de Medicina de Montevidéu e dos Institutos Normais, diretor de Higiene no Ministério da Saúde Pública. Foi ministro da Indústria e do Trabalho e representante do Uruguai em diversos congressos internacionais.

Presidente do Instituto Histórico do Uruguai em 1928 ao alto cargo tornou em três períodos consecutivos, desde 1940 — exercendo-o ainda atualmente. É autor de uma *História da Medicina no Uruguai*, em 2 vols. e premiada pela Faculdade de Medicina; *Vida do Dr. Miguel Heodoró Viladerbó* e outras muitas publicações relacionadas especialmente com a história colonial do Uruguai.

Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1948. — (aa) José Carlos de Macedo Soares — Cláudio Ganns — Artur César Ferreira Reis — Francisco Marques dos Santos — Augusto Tavares de Lira — João Batista Magalhães — Virgílio Corrêa Filho — José Pedro Leite Cordeiro — Dídio Iratin — Afonso Costa — Alcindo Sodré — Pedro Calmon — Hélio Lôbo — Aureliano Leite — Leopoldo Antônio Feijó Bitencourt”.

Em seguida, como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente levantou a sessão, depois de agradecer a todos quantos honraram com a sua presença a referida sessão.

Entre a seleta assistência notamos os Srs. Dr. Justo Pastor Benitez, Antônio Luís Coelho, representando o Sr. ministro da Agricultura, tenente Jason Soares, representando o Sr. ministro da Justiça, Sr. José Vaen, representando o Sr. ministro da Fazenda, capitão Carvalho, representando o Senhor general Lima Câmara, chefe de Polícia, o secretário da Sociedade Brasileira de Geografia, Luís Alfredo Escagnolle, professor Sílvio Júlio, Válder de Azevedo, José Antônio Soares de Sousa, V. E. Aricsta, Adelson d'Araújo e Sra. Lourenço Pereira, Sra. Sebastião José dos Santos, e Sra. Elene Braga de Pereira da Cunha”.

Encerrou-se às 19 e meia horas.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA EM 27 DE MAIO DE 1949

(Sessão 1782)

Aos vinte e sete dias do mês de maio de 1949, se reuniu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão ordinária para ouvir a conferência do sócio professor Adolfo Morales de los Rios Filho, neste dia empossado sócio efetivo.

Às 17 horas ocupou a presidência o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto, que convidou para tomarem lugar na mesa, o representante do Sr. presidente da República, o Sr. conde de Casa Rojas, embaixador da Espanha e o ministro Ataúlfo de Paiva.

O Sr. Virgílio Corrêa Filho, 1.º secretário do Instituto, leu as efemérides do barão do Rio Branco referentes ao d'a, e comunicou que se achavam sobre a mesa as trs propostas de sócios que passam a ser transcritas :

Proposta — Propomos para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o professor Dr. Edgardo Castro Rebelo, consagrado professor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em que é catedrático de Direito Comercial. O Dr. Edgardo Castro Rebelo é jurista de nomeada, notável conhecedor de Direito em seus muitos ramos, comentador arguto e profundo a quem de fato vale uma cultura histórica especializada. Dessa cultura histórica tem êle dado provas, mostrando-se um insistente pesquisador, comprovado por especializados trabalhos. É um dêles a tese apresentada ao IV Congresso de História Nacional, realizado no corrente ano, intitulada — *As inscrições lapidares da Igreja da Vitória e o local da Vida Velha*,

monografia esta em que versa problema muito especial de história colonial, recorrendo-se o autor de dados que pesquisou para discutir conceitos expendidos pelos historiadores de nomeada, aos quais se contrapõe com sagacidade e especiais conhecimentos históricos: já conhecido como sabedor da história política, econômica e financeira, principalmente do segundo reinado, eis que desta vez revela pois uma nova face da sua grande cultura.

O nome do professor Edgardo Castro Rebelo na verdade se assinala com os méritos e projeção incontestável, que fazem que o proponhamos para fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1949. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, José Carlos de Macedo Soares, Nelson de Senna, Virgílio Corrêa Filho, Estêvão Leitão de Carvalho, Afonso Costa, João Batista Magalhães, Adolfo Morales de los Rios Filho.

Proposta — É o Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa médico e cientista de grande cultura que já se distinguiu ao se doutorar, com a tese — *Eletividade patogênica e biotóxica, e neuropatologia*, trabalho que logrou nomeada, citado pelas conclusões que encerra. Especialista em moléstias da nutrição e aparelho digestivo, o Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa fez curso em Berlim, tendo sido aluno do professor de notoriedade universal, Dr. Urbert. Ainda o recomenda como cientista os seguintes trabalhos: *Metabolismo basal e sua aplicação na clínica — Ação dinâmica da albumina e glândula hipofisária*. Mas como os grandes nomes da medicina na Europa, que tiveram as vistas voltadas à história da ciência que professam o Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa se tornou um pesquisador metuculoso dos pontos da história da medicina no Brasil, chegando a uma concepção de conjunto esplanada em cinco teses, que se completam e com que concorreu ao IV Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto Histórico. Estudou ele :

Primeiro : *Letras e Ciências no Século XVI e XVII*. Esta monografia vem a ser a indagação feita através dos primeiros cronistas e escritos que trataram do Brasil, para neles que principalmente se demoram em assuntos pertinentes a ciências naturais, encontrar o médico informes elucidativos colhidos logo ao primeiro contacto que o europeu ia tendo com a América.

Segundo : *Doenças do Brasil Colonial*. Já o quadro desta vez apresentado, sendo expressivo, de muito serve para formar uma idéia a respeito da história da medicina no Brasil.

Terceiro : *A medicina dos índios*.

Quarto : *A medicina dos colonizadores; os agentes*.

Quinto : *Espírito médico dos séculos XVI e XVII*.

Revelando pois maneiras especiais de enquadrar o assunto, o Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa adiantou como encargar a história nos seus vários aspectos históricos. É, pois, um espírito culto e de grande intuição, que merece, pelo valor que revela, estar entre os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, razão por que o propomos para sócio efetivo.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1949. — José Carlos de Macedo Soares, Leopoldo Feijó Bittencourt, Nelson de Sena, Virgílio Corrêa Filho, Estêvão Leitão de Carvalho, João Batista Magalhães, Adolfo Morales de los Rios Filho.

Proposta — Com variado número de teses a respeito de História da Medicina, concorreu ao IV Congresso de História Nacional recentemente realizado, o Dr. Ordival Cassiano Gomes, formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, onde se doutorou, membro titular da Sociedade

Brasileira de Urologia e membro efetivo da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, como também membro associado da Societé Belge D'Urologie, o que o distingue na profissão que exerce, ocorrendo, porém, que com especiais pendores pelos estudos históricos, se tornou, um dos especialistas, que, na sua geração, mais se tem distinguido, pela originalidade, largueza de compreensão dos assuntos de História de Medicina. Já é êle sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, e na qualidade de sócio fundador, faz parte do Instituto Brasileiro de História da Medicina, onde atualmente exerce o cargo de Secretário Geral. Elegeram-no para membro, a Sociedade de História de Medicina (Buenos Aires) bem como o quiz para membro honorário o Instituto Baiano de História da Medicina. Entre o que escreveu, são trabalhos de História :

— *Sífilis da Bexiga* (História e Clínica) — Trabalho laureado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1940 e publicado na Revista Médica Brasileira — março de 1940.

A Escola de Salerno — Atualidades Terapêuticas — Ns. 2 e 3, vol. I 1946.

— *José Correia Picanço* — Sep. de Atualidades Terapêuticas — 1946.

— *Thomas Sydenham, Sua Época e Sua Obra* — Revista Médica Brasileira, XXII, 3, I, 1947.

— *O Visconde de Santa Isabel* — Esboço Biográfico — Trabalho apresentado ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, em abril de 1947.

— *O Maestro Alfredo Nascimento* — Brasil Médico-Cirúrgico 10, página 501, 1948.

— *Viçeira Fazenda* — O Médico e o Historiador — Trabalho lido por ocasião do centenário do seu nascimento no Instituto Brasileiro de História da Medicina, em 11 de abril de 1947.

— *Vida e Obra do Cirurgião Antônio José Alves* (Pai do poeta Castro Alves) — Revista do Instituto Brasileiro Histórico e Geográfico, vol. 194, 1947.

— *Introdução à Medicina do Século XVII* — Trabalho apresentado ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, em 26 de maio de 1947.

— *A Escola de Alexandria* — Trabalho apresentado ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, em 25 de agosto de 1948.

A Fundação do Ensino Médico no Brasil — José Correia Picanço — Trabalho apresentado ao I Congresso de História da Bahia, 1949.

— *Formação e Espírito da Medicina Brasileira no Século XVI* — Trabalho apresentado ao IV Congresso de História Nacional, 1949.

Sendo a História da Medicina assunto que sempre interessou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para dêle já terem saído obras hoje consideradas clássicas como as que produziu Alfredo Nascimento, vemos no nome de Ordival Cassiano Gomes, um continuador brilhante dessa tradição para que lhe proponhamos o nome para o quadro de sócio efetivo.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1949. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, João Batista Magalhães, José Carlos de Macedo Soares, Nelson de Seña, Estêvão Leitão de Carvalho, Virgílio Corrêa Filho, Afonso Costa e Adolfo Morales de los Rios Filho.

O Sr. embaixador Macedo Soares, presidente do Instituto, deu a palavra ao segundo secretário, Sr. Feijó Bittencourt, que dirigindo-se ao professor

Morales de los Rios Filho declarou fazê-lo em lugar do orador oficial por se achar fora do país. Lastimou o Sr. Feijó Bittencourt não estar ali a verdadeira eloquência própria para aquela solenidade e, referindo-se à personalidade do novo sócio, afirmou que não podia deixar de se referir à sua família tão significativa na História de Espanha. O povo espanhol foi objeto de apreciação para que fossem apontadas as suas qualidades de idealismo e espírito realista com que o espanhol se voltou para a realidade social, para o homem da multidão de que provém a questão social: essas qualidades o orador as apontou num homem, o professor Adolfo Morales de los Rios, pai daquele que entrava para o Instituto.

Analizou o orador a educação de Morales de los Rios pai na Espanha, e a sua formação intelectual completada em Paris no curso de Arquitetura. Assinalou a sua atividade de arquiteto na Espanha, a sua partida para o Chile, encarregado de missão de ensino, a que não pôde chegar, e volta para a Europa, ficando, entretanto, no Brasil, onde uma transformação geral em que pôs mãos a República depois do primeiro período de incertezas e agitações que lhe seguiram a proclamação.

A transformação da cidade do Rio de Janeiro, na fase republicana, foi o momento interessante para um arquiteto, e que o professor Morales de los Rios encontrou. Foi assinalada a sua posição ao lado de Francisco Passos, o destaque do professor de arquitetura, o homem de grande cultura e espírito social. Marcou o orador a projeção de figura significativa na sociedade da época, que se caracterizou por especial significação com que transitava do Império para a República.

Confrontando as personalidades de pai e filho, quem estava com a palavra disse a esse que o seu progenitor lhe imprimira na mente um dever: o de tornar a sua profissão uma obra social, integrando nela artífices, os que se educavam nas escolas profissionais, razão por que Morales de los Rios ampliou a sua atividade até no ensino de desenho, pode-se dizer que dado ao povo.

O orador que o conheceu como professor nessa época, estranhou ver uma figura de tanta atividade profissional, como o era Morales de los Rios Filho, empenhado naquele ensino, concluiu que lhe compreendeu esse feito ao fixar os olhos em Morales de los Rios pai, e na extensão, no sentido que ele dava à arte de ser uma educação ampliada até o povo.

Demorou-se o orador na apreciação de Morales de los Rios Filho chamando a atenção para a sua operosidade a fim de reunir a classe de engenheiros e arquitetos, lhe dar espírito de unidade, legislação social com que se apresentou e se transpondo ao terreno internacional, principalmente sul americano proferiu cursos nas Universidades, nos demais centros culturais, a fim de avivar o espírito de todos para o espírito da arquitetura e sua expressão filosófica. Nesse particular foi dito que era de entrever um sentido panamericano a que Morales de los Rios dava a profissão de arquiteto, mas sendo esse sentido panamericano um dos sentidos da história presente no equilíbrio político universal o orador declarava que fazia o seu louvor ao professor brasileiro.

A entrada de Morales de los Rios Filho para o Instituto (foi-lhe então lembrado) era a consequência lógica dos trabalhos que ele apresentou em congresso promovido pelo Instituto. As obras de tomo — *O ensino artístico no Brasil; Grandejean de Montigny e seu tempo; o Rio de Janeiro Imperial* — que são uma série de livros que lançou em público o nome do historiador, partindo, entretanto, do primeiro, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promoveu. Insistiu o orador em dizer que muita diretiva de historiador, o sentido especial que tomou a obra de escritores brasileiros (citou, no caso, Euclides da Cunha e Oliveira Viana) representam a solicitação do

Instituto, com o que ela chama a si os que reconhecem serem dos seus. Este era o caso do professor Morales de los Rios Filho. E estando todos ali presentes reunidos para ouvirem o recipiendário, o orador pediu, estando dadas as boas vindas que falasse a respeito do seu pai, a grande sombra, o grande vulto de que todos se recordavam ao verem aquela solenidade, naquele dia, expressivo na vida de um brasileiro intellectual de tanto renome.

Ocupou a tribuna o professor Adolfo Morales de los Rios Filho, que proferiu a conferência a respeito de Adolfo Morales de los Rios, pai, agradecendo, porém, com as seguintes palavras a sua eleição para sócio efetivo do Instituto Histórico. E disse :

“Exm.^o Senhor embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Exm.^o Sr. Dr. Augusto Rocha, representante de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.

Conde de Casas Rojas, embaixador da Espanha.

Representantes dos Srs. ministros da Guerra, do Trabalho, da Justiça e da Agricultura.

Senhoras, senhores, dignos consócios.

Antes de cumprir com a nossa incumbência, devemos expressar a S. Ex.^a, embaixador José Carlos de Macedo Soares, eminente presidente perpétuo desta Casa da História do Brasil — varão que, pela sua sabedoria e dignidade, enche de orgulho a nacionalidade brasileira —, nosso profundo reconhecimento pela maneira generosa e sumamente delicada com que fez pronunciar, pela voz de um notável brasileiro, Dr. Teixeira de Freitas, nossa admissão, bem como pelas palavras que, na mesma sessão pública, se dignou dedicar ao nosso trabalho *O Rio de Janeiro Imperial*, e a forma cativante com que acolheu a proposta de admissão e assinando-a em primeiro lugar — contribuiu para aumentar nossa gratidão.

Essa, se consubstanciará nos propósitos de dedicar-lhe toda a estima, acatar-lhe as determinações e de contribuir sem valimento mas com sã vontade, para a alta finalidade deste Instituto, padrão de glória do Brasil e da cultura histórica mundial.

Nosso reconhecimento volta-se, outrossim, para as demais ilustres figuras que subscreveram a proposta : secretário geral, engenheiro Dr. Virgílio Corrêa Filho : 2.^o secretário, professor Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt ; Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho ; almirante engenheiro-naval Thiers Fleming ; Dr. Cláudio Ganns ; acadêmico Rodrigo Otávio Filho ; Dr. Alcindo Sodré ; acadêmico e engenheiro Afonso de E. Taunay ; acadêmico e magnífico reitor Dr. Pedro Calmon ; engenheiro e geógrafo Dr. Cristóvam Leite de Castro ; Dr. Arthur Cesar Ferreira Reis e ministro Jerônimo de Avelar Figueira de Melo.

Tributo análogo devemos a quantos se dignaram aprovar nas comissões de História e de Admissão de Sócios — a referida proposta : ministro Doutor Augusto Tavares de Lira, general de divisão Valentim Benício da Silva, professor Basílio de Magalhães, professor Alfredo Nascimento Silva, bem como os já referidos Drs. Ganns e Feijó Bittencourt. E, mais, aos sócios que lhe deram voto favorável.

Por fim, como agradecer as palavras que acaba de pronunciar o douto consócio Dr. Feijó Bittencourt, cujo fulgor intellectual sabe converter um nada em alguma coisa que ao menos um pouco possa brilhar ?

Não há expressões para isso. Ouça, pois, quem é grande entre os grandes desta instituição o bater, reconhecido, de nosso coração.”

Não tendo mais quem pedisse a palavra, o Dr. embaixador José Carlos de Macedo Soares agradeceu a todos os presentes e os representantes das autoridades, dando por encerrada a sessão.

Estiveram presentes os seguintes sócios : José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Nelson de Sena, Adolfo Morales de los Rios Filho, Alfredo Valadão, Estêvão Leitão de Carvalho, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Hélio Viana, Afonso Costa, João Batista Magalhães, Valentim Benício da Silva, Oliveira Belo, Ataulfo de Paiva, Cláudio Ganns, Carlos Carneiro, Haroldo Valadão, Artur César Ferreira, Elmano Cardim, Julião Rangel de Macedo Soares.

Justificaram a ausência os sócios Srs. ministro Augusto Tavares de Lira, general Pedro Cavalcanti e comandante Thiers Fleming. Enviaram telegrama e ofício os Srs. ministro Adroaldo Mesquita da Costa, general Lima Câmara, Associação Brasileira de Imprensa e Touring Club.

Notavam-se entre os presentes os representantes dos Srs. ministro da Fazenda, da Agricultura; representando o Sr. ministro da Guerra. E. Domingues; representando o coronel comandante do Corpo de Bombeiros o major Jônatas Rocha; representando o Sr. ministro do Trabalho, o Sr. João R. Pereira Júnior; representando o comandante do Ensino Técnico do Exército, tenente Cláudio Kamnitzu; ministro Adroaldo Mesquita da Costa, representado pelo tenente Jackson Soares; ministro da Viação e Obras Públicas, representado pelo Sr. Egidio Costa; Dr. Luis Pinheiro Guedes, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Dr. Ivolino de Vasconcelos, pelo Instituto Brasileiro de História da Medicina; Dr. Dulfe Pinheiro Machado, representado pelo Sr. Anibal Machado; Dr. Ildefonso Marcarenhas da Silva; Dr. Antônio Carlos Lafaiete de Andrada; Dr. Almeida Morales de los Rios; Clara Whitaker; Sra. Joana de Sousa da Silveira; engenheiro Luís Rodolfo Cavalcanti; engenheiro Caio Pedro; Laurindo Ramos; Sra. Henrique Rocha; Jaime Salse Júnior; Sra. engenheiro Ismael de Sousa; Sra. Menina Berardi; Bonifácio Bennor; Ricardo Antunes e senhora; engenheiro Eusébio Naylor; engenheiro Henrique Coelho da Rocha; Paulo Candiota; Paulo Dantas; Clonicortes e senhora; Antônio W. de Araújo Pinho e senhora; Ferdinando da Silveira Filho; Ferdinando de Sousa da Silveira; Sra. Vítor Hugo da Costa, Luciano Jacques de Moraes e Ortegal Barbosa.

Encerrou-se a sessão às 19 horas — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA EM 24 DE JULHO DE 1949

Conferência do Dr. Virgílio Corrêa Filho sobre Alexandre Rodrigues Ferreira, historiador — (Sessão 1783)

Reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, às 17 horas do dia 24 do corrente, sob a presidência do vice-presidente, ministro A. Tavares de Lira, que principiou por convidar o general E. Leitão de Carvalho para a mesa e também para tomarem lugar no recinto os representantes das altas autoridades, o general Silvino de Melo e o vice-almirante Figueiredo de Medeiros.

Aberta a sessão, o primeiro secretário leu a parte das efemérides do barão do Rio Branco referentes ao dia.

Em seguida, o ministro A. Tavares de Lira disse que a reunião fôra promovida para ainda uma vez ser prestada a homenagem devida ao sábio

brasileiro, A. Rodrigues Ferreira, a cuja glorificação o Instituto se devotou, desde os seus primeiros tempos. E deu a palavra ao primeiro secretário Virgílio Corrêa Filho, que, de início, apontou as razões da cerimônia, causada pela surpreendente exposição dos trabalhos do Dr. Alexandre e seus auxiliares, promovida pela Sociedade Brasileira de Geografia e Museu Nacional.

Graças à dedicação esforçada do Dr. Ribeiro Mendes, que a organizou, com elementos colhidos na Biblioteca Nacional, no Museu, e de outras procedências, o conjunto de memórias inéditas, mapas e desenhos de plantas e animais, exibidos no salão do Ministério da Educação e Saúde, testemunha intenso trabalho científico, admirável para a época e ainda útil na atualidade, após século e meio de elaboração doutrinária, nos domínios das ciências naturais.

Para analisar a valia das contribuições do viajante, que por outubro de 1783 saltou em Belém, a comissão organizadora promoveu expressiva série de conferências, para uma das quais foi solicitada a colaboração do Instituto Histórico.

Por ter já publicado uma biografia do baiano imortal não pôde o orador esquivar-se à incumbência que por fim aceitou, de repetir em parte o resultado de suas pesquisas anteriores.

Lembrou que para a consagração dos méritos do Dr. Alexandre, não cessou jamais de contribuir o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a cujas instâncias foi promovida a transferência do seu espólio literário, de Lisboa para o Rio de Janeiro.

Em sua Revista veio a lume boa parte dos escritos relacionados com a "Viagem Filosófica", inclusive o "Diário".

E, assim, ufana-se o Instituto de ter divulgado mais de um mérito, que jazia desconhecido nos arquivos aos quais foi recolhida a bagagem literária do desventurado polígrafo, cuja prioridade em descobertas científicas lhe arrebataram os invasores de Portugal, quando o esbulharam dos resultados de suas acuradas investigações.

A exposição, embora parcial, de seus trabalhos, entretanto, evidencia a relevância da missão que desempenha em operosa década vivida na Amazônia, bem merecendo os louvores da posteridade.

Terminada a conferência e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o presidente agradeceu a presença das autoridades e de todos que compareceram à reunião, afinal encerrada.

Estiveram presentes os senhores sócios: Augusto Tavares de Lira; Virgílio Corrêa Filho; Vieira Ferreira; João Batista Magalhães; Afonso Costa; Luís F. Vieira Souto; Herbert Canabarro Reichardt; Aureliano Leite; Agnelo Bittencourt; Adolfo Morales de los Rios Filho; frei Pedro Sinzig, O.F.M.; Carvalho Mourão; Estêvão Leitão de Carvalho; Alfredo Valadão; Valentim Benício da Silva; Dodsworth Martins; Julião Rangel de Macedo Soares e Joaquim de Sousa Leão Filho.

Notamos entre os presentes: o tenente Jason Soares, representando o Senhor ministro da Justiça; o general Silveira de Melo; vice-almirante Flávio Figueiredo de Medeiros; capitão Euclides Bóia, representando a Polícia Militar do Distrito Federal; ministro Joaquim de Sousa Leão Filho; Dr. Lindolfo Xavier; Maria dos Santos Pereira; Edelvita Lisboa; Berta Alves Campelo; Leonor Sampaio; Maria Porto Samico; Edite Taunay Guimarães Amaral; Cacilda Pereira Fernandes; Manuel Carlos de Sousa; Clara Lopes do Amaral; Heloísa F. Cunha; Ângela Carneiro Felipe; Otília Brasil; Maria Morales de los Rios; Luís Arlindo Tavares de Silva; Dr. Leal Ferreira; Adolfo Alexandre Ferreira; etc.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas. — *Feijó Bittencourt*, 2.º Secretário.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EM 15 DE AGOSTO DE 1949

(Sessão n.º 1784)

Presidência : *Embaixador José Carlos de Macedo Soares*

Tendo sido convocada por edital publicado a 26 de julho uma Assembleia Geral que deveria reunir-se às 14 horas do dia 15 do corrente mês de agosto do ano de mil novecentos e quarenta e nove, à hora marcada, o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assumiu a presidência. Passando-se à verificação de sócios presentes concluiu-se que ainda não havia o número exigido. Às 16 horas, conforme fôra divulgado pelo edital já citado, realizou-se a segunda convocação tendo assinado a lista de presença 30 sócios: José Carlos de Macedo Soares; Augusto Tavares de Lira; Virgílio Corrêa Filho; João Batista Magalhães; Cláudio Ganns; Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Afonso Costa; Thiers Fleming; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; José Luis Batista; Rodrigo Otávio Filho; Carvalho Mourão; frei Pedro Sinzig, O.F.M.; frei Basílio Rower, O.F.M.; Álvaro Alberto; Hélio Viana; Agnelo Bittencourt; Francisco Marques dos Santos; Herbert Canabarro Richardt; Mário Augusto Teixeira de Freitas; Oliveira Belo; Rodrigo Melo Franco de Andrada; Álvaro Rodrigues de Vasconcelos; Cincinnati César da Silva Braga; Cristóvão Leite de Castro; Pedro Calmon; Alfredo Valadão; Cândido Mariano da Silva Rondon; Américo Jacobina Lacombe; Eugênio Vilhena de Moraes.

Tendo sido dada a palavra ao primeiro secretário Virgílio Corrêa Filho, leu este o seguinte parecer.

“Tendo examinado as contas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro referentes ao exercício de 1948 e os respectivos comprovantes, a Comissão de Fundos e Orçamentos é de parecer que sejam aprovadas, com um voto de louvor ao dedicado tesoureiro, comandante Carlos da Silveira Carneiro.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1949. — *João M. de Carvalho Mourão.* — *Manuel Tavares Cavalcanti.* — *Christovam Leite de Castro.*

Submetendo o presidente o parecer acima a votação da assembleia, foi ele, unanimemente, aprovado.

Em seguida leu o primeiro secretário a seguinte proposta para depois ser submetida à assembleia com o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, também abaixo transcrito :

“Determina o artigo 8.º dos Estatutos : “A classe dos beneméritos será constituída somente por sócios efetivos ou correspondentes, que houverem prestado serviços notáveis ao Instituto ou exercido cargos na Diretoria por mais de dez anos consecutivos”.

Ora, entre os sócios que mais constantes serviços vem prestando ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobressai o professor Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, desde quando, por solicitação da diretoria, elaborou a magnífica série de biografias dos “Fundadores”.

Não há incumbência, reveladora de cultura, que não o encontre sempre solícito em desempenhá-la, quando conveniente à agremiação.

Inúmeras as conferências que proferiu, com seguro conhecimento, a respeito de questões históricas, assim como as suas contribuições para a “Revista”, nas quais examina com sagacidade e comprovado saber os livros submetidos à sua análise.

De tal maneira dedicado ao Instituto, foi em boa hora escolhido para o cargo de segundo secretário, depois de ter longamente participado de mais de uma comissão permanente.

Faz jus, pelos trabalhos realizados, assim como pelos cargos exercidos, ao título de sócio benemérito.

É o que propomos.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1949. — *José Carlos de Macedo Soares*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *Thiers Fleming*. — *Claudio Ganns*. — *Alfredo Valladão*. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Basilio de Magalhães*. — *Afonso Costa*. — *João Baptista Magalhães*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *José Luiz Baptista*. — *Rodrigo Octavio Filho*. — *Frei Pedro Sinzig, O.F.M.* — *Frei Basilio Rower O.F.M.*

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — A proposta que indicou o professor Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt para sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro inclui-se perfeitamente na lista das que dispensa análise.

Tão relevantes são os serviços que vem prestando à agremiação, que bem merece a elevação à referida categoria, com que o Instituto costuma preñar os seus eficientes colaboradores. É, portanto, a Comissão de Admissão de Sócios de parecer que seja aprovada a proposta.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1949. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Claudio Ganns*. — *Afonso Costa*.

Oferecendo o presidente a palavra a quem quizesse manifestar-se a respeito do que se propunha, dela ninguém usou e foram proposta e parecer unânimemente aprovados.

Leu, após o primeiro secretário, a seguinte proposta e parecer, abaixo transcritos :

“Já desde 1942 vem o Dr. Cláudio Ganns servindo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na qualidade de, primeiramente, diretor substituto, e depois de diretor, sucedendo no cargo ao sócio, por muitos títulos, sócio grande benemérito, Max Fleiuss, o que o recomenda à Instituição a que tantos serviços vem prestando, com inteligência, cultura e relêvo, sendo êle um nome conhecido mesmo fora do país, principalmente na América do Sul a que levou a sua palavra de conferencista e o nome da instituição que tem procurado pôr em contacto com as figuras mais destacadas nas letras históricas sul americanas. Vemos no sócio tão prestante os méritos que o recomendam para o quadro de sócios beneméritos, e vimos, pois, levados pelo aprêço de que é merecedor o nome indicado, propor o acesso do Dr. Cláudio Ganns a sócio benemérito.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1949. — *José Carlos de Macedo Soares*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *Alfredo Valladão*. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Basilio de Magalhães*. — *João Baptista Magalhães*. — *Thiers Fleming*. — *Afonso Costa*. — *José Luiz Baptista*. — *Rodrigo Octavio Filho*. — *Frei Pedro Sinzig, O.F.M.* — *Frei Basilio Rower, O. F. M.*

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — “Considerando a proposta referente ao sócio Cláudio Ganns, indicado para benemérito, a Comissão de Admissão de Sócios é de parecer que seja aprovada, pois que se trata do “Diretor da Revista”, cargo em que vem atuando há muito, e bastante, só por si, para lhe justificar a merecida promoção.

De mais a mais, cita-lhe a proposta os méritos comprovados em vários ensaios e conferências que lhe evidenciam o saber nos domínios da história e o empenho de contribuir para aclarar as dúvidas existentes.

Desta maneira, é ativo realizador dos altos propósitos do Instituto, e faz jus ao título de benemérito.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1949. — *Augusto de Lyra*. — *Afonso Costa*. — *José Luiz Baptista*.

Não havendo quem quizesse usar da palavra a respeito do que se propunha, foram unânimemente aprovados a proposta e o parecer.

O primeiro secretário leu a seguinte proposta acompanhada do correspondente parecer da Comissão de Admissão de Sócios :

“Propomos para sócio honorário do Instituto Histórico o Sr. Aloísio de Carvalho Filho, professor de direito, homem de letras, jurista e parlamentar, nome dos de maior evidência no Senado, é de toda a Justiça a inclusão do seu nome no quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1949. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Pedro Calmon*. — *Afonso Costa*. — *Rodrigo Octavio Filho*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *João Baptista Magalhães*. — *Francisco Marques dos Santos*. — *Cláudio Ganns*. — *José Pedro Leite Cordeiro*. — *Didio Iratim A. da Costa*. — *Artur César Reis*. — *Aureliano Leite*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Hélio Lôbo*. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *José Carlos de Macedo Soares*. — *Julião Rangel de Macedo Soares*. — *Mário Melo*. — *Pedro Cavalcanti*.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — A Comissão de Admissão de Sócios, apreciando a proposta relativa ao escritor Aloísio de Carvalho Filho, indicado para sócio honorário, dá-lhe o seu completo apoio, de acôrdo com o art. 7.º dos Estatutos, que prescreve : “Sócios honorários somente poderão ser as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado competência especial em matéria de História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia”

Ora, trata o caso presente de individualidade, que tanto se enquadra na primeira condição, como igualmente na segunda.

Ensaista, participou do 4.º Congresso de História Nacional, em uma de cujas seções examinadoras de teses teve ensino mais de uma vez de evidenciar os seus conhecimentos históricos, de que se acham embebidos os seus escritos.

Jurista, proporciona à mocidade ensinamentos dos grandes mestres do direito, cátedra que enobrece com a sua culta inteligência.

Senador, a sua palavra está sempre a serviço de nobres causas, que lhe realçam o prestígio.

Assim é que merece de sobejo ser incluído entre os sócios honorários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conforme opina a Comissão de Admissão de Sócios.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Claudio Ganns* — *Alfredo Valladão*.

Submeteu o presidente a proposta e parecer à discussão da Assembléa e não havendo quem pedisse a palavra, submetendo-os a votação, foram unânimemente aprovados.

Em seguida, o primeiro secretário leu os pareceres abaixo, a respeito da proposta do Dr. Afonso Pena Júnior para sócio efetivo, já há tempos apresentada. Ninguém tendo querido usar da palavra uma vez submetidos à discussão, foram unânimemente aprovados ao serem submetidos à votação. São os pareceres os seguintes :

Parecer da Comissão de História — Número de sócios a satisfazer a exigência dos estatutos, apresentaram o Dr. Afonso Pena Júnior, para sócio

efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As qualidades do nome proposto já apontadas pelos que firmaram a proposta, a projeção dele, o mérito das obras de que é autor o Dr. Afonso Pena Júnior, e o sentido histórico de livros que publicou, recomendam-no de fato para fazer parte de uma instituição que vem contando através de sua existência nomes de relevo no país. Submetemos pois, à Assembléia Geral com parecer favorável, a proposta do Dr. Afonso Pena Júnior para sócio efetivo do Instituto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1949. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *Herbert Canabarro Reichardt*. — *Basilio de Magalhães*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*.

“A Comissão de Admissão de Sócios é de parecer que seja aceita a proposta referente ao Dr. Afonso Pena Júnior, indicado para sócio efetivo do Instituto Histórico.

Além de pesquisador consciencioso, que não se apressa em formular conclusões, antes de esclarecer as últimas dúvidas, como evidenciar o estudo magistral a respeito da *Arte de Furtar e seu Autor*, mantido na forja da erudição por duas décadas, avulta-lhe a individualidade prestigiosa, entre os contemporâneos de maior realce.

Professor, secretário de Estado, ministro da Justiça, reitor da Universidade, deputado, por toda a parte se revelou o exemplar cidadão devotado ao bem da coletividade.

E quando lhe permitem os vagares da vida afanosa, consagra-se a estudos de sua predileção de humanista, que tão de perto interessam aos altos propósitos culturais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cujo quadro social lucrará com o seu ingresso.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1949. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Alfredo Valladão*. — *Claudio Ganns*.

O primeiro secretário leu os seguintes pareceres relativos à proposta do Dr. Afonso Arinos de Melo Franco para sócio efetivo já apresentada e lida na assembléia de 16 de dezembro de 1947.

Parecer da Comissão de História — “No tocante à proposta para admissão do Dr. Afonso Arinos de Melo Franco na categoria de sócio-efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apresentada na Assembléia Geral realizada em 16-12-1947, a Comissão de História poderia cingir-se à simples formalidade de opinar favoravelmente. Tanto importaria em render merecida homenagem a um brilhante historiador, jurista, literato e parlamentar, conhecido de sobejo no país e com renome no exterior notadamente em Paris, Buenos Aires e Montevideú, em cujas Universidades já teve ensejo de reger alguns cursos.

Professor catedrático da Universidade do Brasil (Faculdade de Ciências Econômicas) e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, o Dr. Afonso Arinos exerce também o professorado do Instituto Rio Branco, títulos estes que bem atestam a sua intelectualidade e só por si dispensariam a citação de trabalhos de sua lavra, alguns dos quais premiados pela Academia Brasileira de Letras.

Não obstante, não se exime a Comissão ao dever de apontar, ainda que sucintamente, as principais obras publicadas pelo Dr. Afonso Arinos, como sejam : — *Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas*, 1929. — *Introdução à Realidade Brasileira*, 1933. — *Preparação ao Nacionalismo*, 1934. — *Conceito de Civilização Brasileira*, 1936. — *Idéia e Tempo*, 1936. — *Espelho de Três faces*, 1936. — *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, 1937. — *Roteiro Lírico de Ouro Preto*, 1937. — *Síntese da História Econômica do Brasil*, 1938.

Terra do Brasil, 1939. — *Homens e Terras do Brasil*, 1939. — *Introdução às "Cartas Chilenas"*, 1940 (premiado pela Academia Brasileira). — *Mar de Sargaços*, 1940. — *Portulano*, 1941. — *Dirceu e Marília*, 1942. — *Um soldado do Reino e do Império* (O general Calado), 1942 (premiado pela Biblioteca Militar). — *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*, 1942. — *Literatura Brasileira*, Buenos Aires, 1945. — *História do Banco do Brasil*, 1948 (premiado pela Academia Brasileira). — *As leis Complementares da Constituição*, 1948. — *História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro*, 1948.

Desnecessário se afigura à Comissão de História alongar esta resenha, completando-a com a relação de trabalhos avulsos publicados em jornais e revistas, ou ainda com a indicação de importantes discursos pronunciados na Câmara dos Deputados.

Quando não bastassem ao Dr. Afonso Arinos de Melo Franco os títulos honrosos inicialmente lembrados, a simples indicação de sua obra cultural faria jus à sua admissão como sócio efetivo do Instituto.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1949. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *Basilio de Magalhães*.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — "A Comissão de Admissão de Sócios deverá dizer, consoante reza o art. 5.º dos Estatutos, em seu § 4.º, a respeito da "idoneidade do candidato e conveniência de sua admissão".

O Sr. Afonso Arinos de Melo Franco, acêrca de cujos méritos de escritor já se pronunciou favoravelmente a Comissão de História, lembra, pelo nome, douto consócio, prematuramente arrebatado ao convívio dos seus pais, e também o do chanceler que tão dedicado se mostrou sempre ao Instituto, Afrânio de Melo Franco, seu eminente progenitor. E como se não bastassem as credenciais de família, ou melhormente para sustentá-las a correção e elegância do seu proceder, na imprensa, no parlamento, nas associações literárias, ou onde quer que apareça, sempre revela nele o esmero da educação e preocupações culturais, que o tornarão sobremaneira eficiente no quadro social do Instituto Histórico.

A Comissão de Admissão de Sócios, portanto, é de parecer que seja aceita a proposta que o indicou para sócio efetivo.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1949. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Claudio Ganns*. — *Alfredo Valadão*.

Submetidos à discussão, não tendo ninguém querido usar da palavra foram, unânimemente, aprovadas.

Leu o secretário os dois seguintes pareceres a respeito da proposta do professor Francisco Mozart do Rêgo Monteiro para sócio efetivo do instituto, apresentada na sessão de 14 de abril de 1948. Submetidos à discussão sem que nenhum sócio quizesse usar da palavra, foi eleito por grande maioria tendo tido dois votos contra.

Parecer da Comissão de História — Foi proposto o Dr. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro, historiador que se recomenda pelas pesquisas feitas, e pela originalidade na maneira de rever os assuntos históricos, para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor e jornalista ilustre, autor de copiosos trabalhos históricos assinalados na proposta que está subscrita por grande número de sócios satisfazendo assim à exigência dos estatutos a regerem o caso, é do julgamento os membros da Comissão de História, que

assinam o presente parecer, merecer êle, pelas suas qualidades de especialista em história e pelos serviços prestados ao sodalício a que tantas vèzes se tem referido nas colunas da imprensa encarecendo dos seus mèritos, a cadeira de sócio efetivo para a qual foi indicado. Com parecer favorável que subscrevemos pensamos, a proposta do Dr. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro deve ser submetida à votação da Assembléia Geral.

Rio de Janeiro, 12 de agôsto de 1949. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt.* — *Basílio de Magalhães.* — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.*

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — De pleno acôrdo com o parecer da Comissão de História, a Comissão de Admissão de Sócios também se manifesta a favor da proposta que indica o professor Mozart Monteiro para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A sua atuação na imprensa e no magistêrio, há muito o recomendou às lisonjeiras apreciações dos seus admiradores, que lhe apontaram o nome para uma das vagas existentes.

Bem a merece quem tão continuamente se tem desvelado no exame das questões atinentes à história do Brasil.

Rio de Janeiro, 12 de agôsto de 1949. — *Augusto Tavares de Lyra.* — *Claudio Ganns.* — *Alfredo Valladão.*

O primeiro secretário leu os seguintes pareceres a respeito da proposta do Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, para sócio efetivo, já apresentada na sessão de 27 de maio de 1949.

Submetidos à discussão e ninguém querendo usar da palavra, passou-se à votação para o nome proposto, que foi eleito por maioria, tendo tido dois votos contrários.

Parecer da Comissão de História — O Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, cientista e estudioso da história, cujo capítulo referente à medicina fez êle assunto de sua especialidade prestando colaboração valiosa ao Congresso de História comemorativa do quarto centenário da fundação da cidade do Salvador, tem pois o merecimento incontestável para figurar no quadro dos sócios efetivos do Instituto.

Submetemos, pois, êste nosso parecer favorável à proposta em aprêço, à Assembléia Geral.

Rio de Janeiro, 13 de agôsto de 1949. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt.* — *Herbert Canabarro Reichardt.* — *Basílio de Magalhães.*

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — “Entre os colaboradores que apresentaram teses ao IV Congresso de História Nacional, sobressai o Dr. Manuel Xavier Pedrosa, pelo número avultado de contribuições, que mereceram lisonjeira apreciação da Comissão julgadora.

Evidenciou desta maneira o seu amor às pesquisas históricas e empenho de trabalhar de acôrdo com o programa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

É por isso de parecer a Comissão de Admissão de Sócios que seja aprovada a proposta que o indicou para sócio efetivo.

Rio de Janeiro, em 12 de agôsto de 1949. — *Augusto Tavares de Lira.* — *Claudio Ganns.* — *Afonso Costa.*

Em seguida, leu o primeiro secretário a proposta apresentada em sessão de 12 de abril do corrente ano, indicando o Dr. Ariosto Gonzalez para sócio correspondente. É o seguinte o teor dos pareceres que vão transcritos :

Parecer da Comissão de História — “O Sr. Ariosto D. Gonzalez, que visitou o Brasil na qualidade de ministro acreditado junto ao Governo Brasileiro para negociar o tratado de comércio firmado com o Uruguai no corrente ano, é uma figura de alta expressão em seu país exercendo o cargo de diretor do Departamento Econômico-Comercial do Ministério das Relações Exteriores. Teve êle ensêjo, a convite do Instituto, de pronunciar a conferência “Alexandre Dumas e a Nova Troia”, acontecimento que se tornou expressivo para a comemoração do dia pan-americano. É o ilustre homem público uruguaio, aquêle de quem ninguém melhor que o Dr. R. Antônio Ramos escritor paraguaio, afirmou que “Ariosto D. Gonzalez, não escreve história por escrever. O passado o interessa como um meio de trazer a luz à verdade”.

De fato, jornalista, redator político que foi do *Imparcial* para debater as questões políticas com os mais destacados dirigentes da opinião pública no seu país, economista posto à prova das modificações sociais que sempre acarretam os fenômenos econômicos, é uma inteligência elegante e afinada pelas questões mais significativas que êle com grande brilhantismo tem sabido apresentar. É, pois, um inovador dos assuntos históricos que estuda desde o campo da economia política até a literatura ampliando a compreensão dêles a tôda a América como o fez no seu trabalho *As primeiras fórmulas constitucionais nos países do Prata*. Debateu velhos temas cuja importância vem dando aso a uma compreensão mais perfeita. Tem publicado além das obras que a proposta apontou os seguintes livros : *Emílio Zola, o Centenário da Independência*. É de parecer a Comissão de História que o Dr. Ariosto D. Gonzalez tem títulos valiosos para sócio correspondente do Instituto, o que vem ela submeter à Assembléia Geral.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1949. — *Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt*. — *Basilio de Magalhães*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — A Comissão de Admissão de Sócios, apoiando o parecer da Comissão de História aceita a indicação do Dr. Ariosto Gonzalez para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelas razões da proposta respectiva.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1949. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Claudio Ganns*. — *Alfredo Valladão*.

Submetidos à discussão e ninguém tendo pedido a palavra, passou-se à votação para que fôsse eleito aquêle publicista uruguaio, que alcançou a maioria, havendo, porém, um voto em contrário.

Pediu a palavra o sócio comandante Álvaro Alberto para dizer do pesar ocorrido com a morte do coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, para que se lançasse em ata um voto de pesar no que foi acompanhado pela Assembléia que se manifestou por unanimidade.

Foram apresentadas à mesa as seguintes propostas :

“Meus senhores, tenho a honra e o prazer de, aproveitando esta oportunidade, apresentar ao nosso preclaro presidente perpétuo embaixador José Carlos de Macedo Soares muito sinceras felicitações pelo brilhante êxito das justas e patrióticas homenagens à memória de Joaquim Nabuco, promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assistindo a diversas e cruditas conferências neste recinto — em meu espírito — mais se grava, como ponto cardeal, na vila de Nabuco a sua heróica campanha pela “Abolição”. Assim sendo, venho, com a devida venia, reiterar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o pedido, que fiz em ofício de 13 de maio de 1948, de sua

ação junto dos poderes Executivo e Legislativo para que o Brasil resgate a dívida de gratidão nacional à princesa Isabel, a Redentora — trasladando os seus sagrados despojos para a catedral de Petrópolis.

Uma publicação por mim feita, no *Jornal do Comércio*, de 17 de maio d'êste ano, dá tôdas as informações necessárias à execução da minha patriótica lembrança. — *Thiers Fleming*. — *Feijó Bittencourt*.

Trasladação dos despojos da princesa Isabel e do conde D'Eu para a catedral de Petrópolis. — Tendo em alta consideração a justa homenagem à princesa Isabel, que a *Tribuna de Petrópolis* lhe vem prestando em seu suplemento histórico-literário, tomo a liberdade de relembra a sua patriótica campanha, iniciada em 1 de março de 1945, para a trasladação dos despojos dos condes D'Eu para o Brasil, sendo depositados na catedral de Petrópolis ao lado dos de Dom Pedro II e Dona Tereza Cristina. Houve dois decretos para a trasladação; aprovação da família imperial; projeto e orçamento do monumento na catedral de Petrópolis pelo escultor Leão Veloso; projeto na Câmara dos Deputados apresentado pelo deputado federal Aureliano Leite e subscrito por cinquenta deputados, concedendo o crédito de mil contos para o transporte e monumento; promessa do ministro da Aeronáutica em ceder um avião para o transporte, devendo ser pilotado pelo príncipe Dom João de Orleans e Bragança; promessa do presidente da República em concorrer para que o Brasil resgate essa dívida de gratidão nacional; e apêlo final ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, presidido pelo eminente e prestigioso embaixador José Carlos de Macedo Soares — pedindo seu valioso concurso para a realização d'êste ideal. Mas, como muito bem acentuou o *Jornal do Comércio* em uma das suas brilhantes "várias": "a falta de continuidade é um dos defeitos capitais na vida pública brasileira", de modo que se projeta, planeja e programativa — mas — não se executa. — *Thiers Fleming*. (Transcrito do *Jornal do Comércio*, de 17-5-49.)

Proposta. — "Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico o Dr. Aluísio Napoleão de Freitas Rêgo, nascido em 20 de novembro de 1914, em Belém do Pará. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Universidade do Rio de Janeiro em 1936; diplomata, por concurso, iniciou na classe J, servindo na Secretaria do Estado até 1942. Aí, dirigiu a Mapoteca, organizou os arquivos particulares do Itamarati, inclusive os do barão do Rio Branco. Cônsul em Portland (U.S.A.), em 1943. Em dezembro d'êste último ano foi promovido à classe K e designado, como 2.º secretário, para a embaixada de Washington, onde serviu até abril de 1949, quando foi removido para a Secretaria de Estado, estando servindo na Divisão Cultural. Foi promovido, por merecimento, a secretário, em 30 de junho último (1949).

Trabalhos publicados: *Segrêdo* (contos) 1935 — *O Segundo Rio Branco*, 1942. — *Os arquivos particulares do Itamarati*, 1941. — *Santos Dumont e a Conquista do Ar*, 1942 (traduzido para o francês, o inglês e o espanhol). — *Imagens da América* (crônicas) 1945. — *O Barão do Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*, 1947. — *O Arquivo do Barão do Rio Branco* (no prelo). — *F. D. Roosevelt* (em preparação, biografia) (Nota: os ns. 3, 4, 6 e 7 d'êsses trabalhos foram mandados escrever pelo govêrno).

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1949. — *Claudio Ganns*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *Herbert Canabarro Reichardt*. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Luiz de Oliveira Bello*. — *João Batista Magalhães*. — *Feijó Bittencourt*. — *H. C. Leão Teixeira Filho*. — *Rodrigo Mello Franco de Andrada*. — *Francisco Marques dos Santos*. — *Pedro Calmon*. — *Hélio Vianna*. — *José Luiz Batista*. — *Alvaro Rodrigues de Vasconcelos*.

Nada mais havendo para resolver, e ninguém pedindo a palavra, foi encerrada a sessão, às 16 horas e cinquenta minutos. — *Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO DR. AMARO CAVALCANTI

Conferências do ministro Augusto Tavares de Lira
Em 15 de agosto de 1949 — Sessão n.º 1.785

Presidência : José Carlos de Macedo Soares

Reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro às 17 horas do dia 15 de agosto de 1949 para comemorar a data do centenário de nascimento do Dr. Amaro Cavalcanti sob a presidência do Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo.

Compareceram os seguintes sócios : José Carlos de Macedo Soares; Augusto Tavares de Lira; Virgílio Corrêa Filho; João Batista Magalhães; Cláudio Ganns; Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Afonso Costa; Thiers Fleming; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; José Luís Batista; Rodrigo Otávio Filho; Carvalho Mourão; frei Pedro Sinzig O.F.M.; frei Basílio Rowêr, O.F.M.; Álvaro Alberto; Hélio Viana; Agnelo Bittencourt; Francisco Marques dos Santos; Herbert Canabarro Reichardt; Mário Augusto Teixeira de Freitas; comandante Oliveira Belo; Rodrigo Melo Franco de Andrade; Álvaro Rodrigues de Vasconcelos; Cincinato César da Silva Braga; Cristóvam Leite de Castro; Pedro Calmon; Alfredo Valadão; Cândido Mariano da Silva Rondon; Américo Jacobina Lacombe; Eugênio Vilhena de Moraes.

Tomaram assento à mesa que presidiu a sessão, convidados pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares, os Srs. ministro José Linhares, ex-presidente da República; ministro Eduardo Espínola, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal; general Cândido Rondon, presidente do Serviço Nacional de Proteção ao Índio; o sócio mais antigo do Instituto Histórico, Dr. Cincinato Braga; deputado José Augusto, vice-presidente da Câmara dos Deputados; professor Ildefonso Mascarenhas da Silva e professor Virgílio Corrêa Filho, secretário-geral do Instituto.

Estiveram presentes ainda, além de outras pessoas gradas, a viúva Amaro Cavalcanti e membros da família do ilustre brasileiro, o desembargador Júlio César de Faria, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; o Sr. Almirante Álvaro Alberto e o ministro Otávio do Nascimento Brito, secretário-geral da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, fundada por Amaro Cavalcanti, que também foi seu primeiro presidente.

Falou sobre a vida e os feitos do grande brasileiro o Sr. ministro Augusto Tavares de Lira, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Encerrando a sessão, o presidente agradeceu a presença do Sr. vice-presidente da Câmara dos Deputados, do representante da "Sociedade Brasileira de Direito Internacional" e de todas as pessoas gradas e figuras representativas que compareceram à mesma.

Encerrou-se a sessão às 19 horas. — *Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL, EM 29 DE AGOSTO DE 1949, COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE JOHANN WOLFGANG VON GOETHE

(Sessão 1786)

Presidência : Embaixador José Carlos de Macedo Soares

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de mil novecentos e quarenta e nove realizou-se a sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em comemoração do centenário de nascimento de Johann Wolfgang von Goethe.

Às 17 horas, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto Histórico declarou aberta a sessão convidando para tomar parte da mesa o Sr. Dr. Abrahão Ribeiro, frei Pedro Sinzig O.F.M. e o Dr. Teodoro Heuberger da "Pro Arte do Brasil".

Aplaudido calorosamente o professor Abrahão Ribeiro pela numerosa assistência que enchia o salão nobre Pedro II, seguiu-se com a palavra frei Pedro Sinzig, O.F.M., para agradecer a cooperação do Instituto nas comemorações do centenário de Goethe.

Achavam-se presentes os seguintes sócios : José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Herbert Canabarro Reichardt; general Estêvão Leitão de Carvalho; frei Pedro Sinzig, O.F.M.; frei Basílio Rower, O.F.M.; Afonso Costa; coronel João Batista Magalhães; Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Nelson de Sena e Luís Felipe Vieira Souto.

Terminada a conferência e não havendo mais quem quizesse usar da palavra, agradecendo a presença do numeroso e seletto auditório, o Sr. embaixador Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto, deu por encerrada a sessão.
— Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA EM 26 DE SETEMBRO DE 1949

(Sessão 1787)

Conferência do almirante Álvaro de Vasconcelos sobre "O almirante Custódio de Melo e a revolução de 1893"

Presidência : Embaixador José Carlos de Macedo Soares

Aos dias vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta e nove, realizou-se a sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para ouvir a conferência do almirante Álvaro de Vasconcelos sobre a vida e os feitos do almirante Custódio José de Melo, historiando a sua destempera atuação na revolução de 1893 e traçando o seu perfil de militar ilustre.

Convidados pelo Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomaram lugar à mesa os Srs. ministros Daniel de Carvalho; Aníbal Freire, do Supremo Tribunal Federal e da Academia Brasileira de Letras; almirante Dodsworth Martins; deputado José Augusto, vice-presidente da Câmara dos Deputados; capitão de mar e guerra Carlos Carneiro; brigadeiro Alves Sêco; ministro brigadeiro Apolônio de Carvalho; ministro Ataúlfo de Paiva; almirante Milanez, presidente do Superior Tribunal Militar; ministro Ari Pires do Superior Tribunal Militar; almirante Ernesto Araújo, diretor da Escola de Guerra Naval e ministro Fernando Lôbo.

Estavam presentes os seguintes sócios : José Carlos de Macedo Soares, José Luís Batista, Lucas A. Boiteux, Valentim Benício da Silva, Afonso Costa, Herbert Canabarro Reichardt, Carlos Carneiro, Rodrigo Otávio Filho, Alfredo Valadão, Estêvão Leitão de Carvalho, Thiers Fleming, Alcindo Sodré, Jorge Dodsworth Martins, Agnelo Bittencourt, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Elmano Cardim, Ataúlfo de Paiva, Álvaro Alberto, Américo Lacombe, Francisco Marques dos Santos, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Luís Felipe Vieira Souto, Afonso de Taunay.

Terminada a conferência que o auditório aplaudiu calorosamente, e não havendo mais quem quizesse usar da palavra, o presidente declarou encerrada a sessão e agradeceu a presença do ilustre auditório.

Encerrou-se a sessão às 17 e meia horas. — *Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

SESSÃO ESPECIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 1949

(Sessão n.º 1788)

Comemorativa do bicentenário do nascimento de Goethe

Aos trinta dias de setembro de mil novecentos e quarenta e nove realizou-se a sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para comemorar o bicentenário de nascimento de Goethe.

As 17 horas, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto declarou aberta a sessão convidando para tomar parte da mesa os sócios Dr. Afonso Costa, desembargador Ferreira Vieira e o Sr. Luís Felipe Vieira Souto o conferencista do dia.

Estavam presentes, além dos sócios já mencionados, os seguintes Drs. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Artur César Ferreira Reis, Afonso Arinos.

Terminada a conferência que pronunciou o orador, o sócio do Instituto Dr. Luís Felipe Vieira Souto, o auditório aplaudiu; e, não havendo mais quem usasse da palavra, deu o presidente por encerrada a sessão. — *Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 111.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1949

(Sessão 1789)

Presidência : Embaixador José Carlos de Macedo Soares

Aos dias vinte e um de outubro de mil novecentos e quarenta e nove, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em Sessão Magna para comemorar o seu 111.º aniversário de fundação.

As 17 horas, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto, declarou aberta a sessão, convidando a tomar assento à mesa os Srs. general João Valdetaro, chefe da Casa Militar da Presidência da República, representante do Sr. presidente Eurico Gaspar Dutra; ministro Aldroaldo Mesquita da Costa, titular da pasta da Justiça, general Cândido Rondon, sócio efetivo do Instituto Histórico; e professor Virgílio Corrêa

Filho, 1.º secretário do Instituto. O professor Virgílio Corrêa Filho, que fez um relato das atividades da instituição durante o ano social.

A seguir, usou da palavra o ministro Adroaldo Mesquita da Costa, membro efetivo do Instituto, que propôs que se fizesse constar da ata um voto de louvor ao padre Serafim Leite, o qual, incumbido pela Ordem de escrever a história da Companhia de Jesus, na parte referente ao Brasil, foi o primeiro a concluir seu trabalho, que consta de nove volumes, entre todos os encarregados do mesmo mistér, em outras partes do mundo.

O Dr. José Pedro Leite Cordeiro propôs a seguir que essa homenagem do Instituto ao ilustre sacerdote e intelectual se traduzisse também numa medalha comemorativa. Após os agradecimentos do padre Serafim Leite, discursou o acadêmico Pedro Calmon, reitor da Universidade do Paraguai e orador oficial do Instituto, que fez o necrológico dos sócios, falecidos durante o ano social : engenheiro João da Costa Ferreira, general Liberato Bittencourt, ministro Bernardino José de Sousa, professor Braz Hermenegildo do Amaral e coronel Henrique de Campos Ferreira Lima.

Estiveram presentes ainda, além de outras pessoas gradas, os Srs. Francisco Paim Filho, antigo senador gaúcho; Dom Francisco arcebispo de Cuiabá; almirante Dodsworth Martins, antigo ministro da Marinha; Dom Frederico Lunardi, arcebispo de Side e núncio apostólico do Paraguai; major Vladimir Bolsas, representante do chefe do Estado Maior do Exército; Antônio Lopes, representante do Instituto Histórico do Maranhão; Francisco Campos, representante do ministro do Trabalho; o representante do ministro da Guerra; o representante do comandante do Corpo de Bombeiros; os deputados Soares Filho e Afonso Arinos de Melo Franco; representantes de entidades culturais.

Compareceram os seguintes sócios : José Carlos de Macedo Soares; Frederico Lunardi, arcebispo de Side, núncio apostólico no Paraguai; Virgílio Corrêa Filho; João Batista Magalhães; José Pedro Leite Cordeiro; Adroaldo Mesquita da Costa; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Adolfo Morales de los Rios Filho; Luís de Oliveira Belo; Afonso Costa; Cândido Mariano da Silva Rondon; Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Pedro Calmon; Haroldo Valadão; Cristóvam Leite de Castro; Dom Francisco, arcebispo de Cuiabá; Serafim Leite, S.J.; Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa; Jorge Dodsworth Martins; Raja Gabaglia; Carlos da Silveira Carneiro; Álvaro Alberto Mota e Silva; Cláudio Ganns; Afonso Arinos de Melo Franco; Álvaro Rodrigues de Vasconcelos.

Justificaram ausência os Srs. comandante Thiers Fleming, general Pedro Cavalcanti.

Enviam telegramas. ofícios os Srs. ministros Raul Fernandes; ministro Daniel de Carvalho; deputado Cirilo Júnior; ministro Fonseca Hermes; a diretoria do Real Gabinete Português de Leitura; Associação dos Empregados do Comércio; Touring Club do Brasil e Associação Brasileira de Imprensa.

Ninguém mais pedindo a palavra e nada mais havendo de que se tratar, o presidente declarou encerrada a sessão e agradeceu a presença do ilustre auditório. — *Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

Em 18 de novembro de 1949 o sócio Luís Felipe Vieira Souto realizou, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma conferência a respeito do primeiro centenário do falecimento de Chopin.

ASSEMBLÉIA GERAL — ELEIÇÃO DA DIRETORIA PARA 1950-1951

(SESSÃO 1790)

Aos dias vinte e oito de dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e nove, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sua sede na rua Augusto Severo n.º 4, reuniu-se, às quatorze horas, em assembléia geral, pela segunda vez convocada nos termos do artigo 25 parágrafo único dos Estatutos, para o que foi convocado nas publicações do *Jornal do Comércio*, nos dias 23, 24 e 25, 26, 27 e 28 dêste mês de dezembro, visto por falta de número, não se ter reunido em primeira convocação, marcada para o dia 15 daquêlê mês, como consta das publicações do referido jornal, nos dias 22 e 27 do mês de novembro e os dias 2, 7, 8, 14 e 15 de dezembro.

Instalada a assembléia à hora e dia emprazados, o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fez que, em cumprimento dos artigos 24 e 25 do referido Estatuto, se procedesse à eleição da diretoria, uma vez que, tendo assinado a lista de presença 19 sócios, havia, nos termos do artigo 63, parágrafo único, o número suficiente para deliberar.

Apurada a eleição nos termos do artigo 26, §§ 1.º e 2.º, foram proclamados membros da diretoria: 1.º vice-presidente, ministro Dr. Augusto Tavares de Lira; 2.º vice-presidente, Dr. Alfredo Nascimento e Silva; 3.º vice-presidente, Dr. Vanderlei de Araújo Pinho; 1.º secretário, Dr. Virgílio Corrêa Filho; 2.º secretário, Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; orador, Dr. Pedro Calmon Muniz de Bittencourt; tesoureiro, capitão de mar e guerra, Carlos da Silveira Carneiro.

Os nomes mencionados, eleitos para o período de 1950 e 1951, foram sufragados pela assembléia na sua maioria absoluta, tendo, entretanto, o professor Haroldo Valadão, um voto para primeiro vice-presidente; o Dr. Herbert Canabarro Reichardt, um voto para primeiro secretário; o Dr. Afonso Costa, um voto para segundo secretário; o Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho, um voto para orador; comandante Francisco Radler de Aquino, um voto para tesoureiro.

Em seguida passou-se à eleição das comissões permanentes, com exercício no referido período, que corre de 1949 a 1951.

Apurada a votação, foram proclamados eleitos:

História — Dr. Leão Teixeira Filho, general Valentim Benício da Silva, Dr. Basílio de Magalhães, Dr. Feijó Bittencourt, Dr. Canabarro Reichardt;

Fundos e Orçamentos — Ministro Carvalho Mourão, Dr. Tavares Cavalcanti, Dr. Oliveira Viana, Dr. M. A. Teixeira de Freitas, Dr. Claudio Ganns.

Geografia — Almirante Raul Tavares, comandante Radler de Aquino, comandante Carlos da Silveira Carneiro, Dr. Virgílio Corrêa Filho, comandante Lucas Boiteaux.

Arqueologia e Etnografia — Dr. Alcindo Sodré, Dr. Rodrigo Melo Franco, Dr. Roquete Pinto, Dr. José Luís Batista, Dr. Gustavo Barroso.

Bibliografia — Dr. Alfredo Nascimento, Dr. Afonso Costa, Hélio Viana, desembargador Vieira Ferreira, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes.

Estatutos — Dr. Levi, Carneiro, general E. Leitão de Carvalho, Dr. Rodrigo Otávio Filho, Dr. Pedro Calmon, Dr. Edmundo da Luz Pinto.

Admissão de Sócios — Coronel João Batista Magalhães, ministro Augusto Tavares de Lira, ministro Alfredo Valadão, Dr. M. Xavier Pedrosa, Dr. Cris-tóvão Leite de Castro.

Esses nomes foram sufragados por maioria absoluta de votos, tendo-se, entretanto apurado os seguintes votos: Para a Comissão de História — Dr. Afonso Costa, dois votos; para Comissão de Geografia — L. F. Vieira Souto, dois votos; para a Comissão de Bibliografia — professor Haroldo Valadão, um voto; comandante Dídio Iratim Afonso da Costa, um voto; para a Comissão de Estatutos — Dr. Canabarro Reichardt, um voto; para a Comissão de Admissão de Sócios — Dr. Afonso Costa, um voto.

O sócio Luís Felipe de Vieira Souto fez ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o seguinte oferecimento: retrato de Dr. Luís Gastão de Escragnole Dória; de Dr. Luís Rafael Vieira Souto; de A. Carlos Gomes; medalha comemorativa do centenário do Dr. Vieira Souto; da Revista do Clube de Engenharia, volume XXI — n.º 158 dedicado a L. R. Vieira Souto. O senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro agradeceu o oferecimento.

O sócio Virgílio Corrêa Filho, usando da palavra, apresentou a seguinte proposta:

“Entre os historiadores brasileiros, distingue-se o professor d’Escragnolle Taunay pela amplitude e profundidade de suas pesquisas, que de costume esgotam o assunto a que se apliquem. Assim ocorreu com a “História do Café”, esplanada em 15 volumes, que minudenciam a evolução da lavoura cafeeira no Brasil, desde os seus primórdios, até o máximo florescimento, quando se desdobrou a onda verde dos cafezais pelo território paulista. e igual modo, a “História das Bandeiras”, ainda inacabada, enfiça em seus 10 tomos impressos o surto do bandeirismo, de tão intensas consequências na configuração definitiva do Brasil. É a exploração do território que a pouco e pouco se torna conhecido e ocupado, mercê de jornadas intrépidas, realizadas por afoitos devassadores de paragens impérvias. É a luta contra os indígenas, condenados ao cativeiro, quando vencidos. É a procura do ouro e do diamante, que atraiu para a hinterlândia os aventureiros litorâneos. É, afinal, a formação do Brasil, que os bandeirantes definiram com a sua epopeia anônima de gigantes de ação. Em série menor, cuidou da história da cidade de São Paulo, de que já publicou seis volumes, e ensaios avulsos, que abrangem biografias linguísticas, história da arte, crônicas e vários assuntos em que se revela o mesmo erudito escritor, que a Academia Brasileira de Letras admitiu em seu quadro social. Merece, pela amplitude e exaço de sua obra impressa, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o apresente à Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e História para ser galardoado com o prêmio prometido a eminentes historiadores, conforme decidiu a Primeira Reunião de Consulta, ao preceituar: “La Comision de História honrará con la adjudicacion de algún título o distinción especial a todos aquellos historiadores de tierras americanas, sean generales o regionales, que por la importancia de su obra, cualitativa y cuantitativamente considerada,

mereçam por justiça y como estímulo tal reconhecimento expreso". Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1949. — *José Carlos de Macedo Soares*, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *V. Benício da Silva*. — *Alcindo Sodré*. — *A. Tavares de Lira*. — *Xavier Pedrosa*, *Hélio Viana*. — *A. Canabarro Reichardt*. — *Jorge Dodsworth Martins*. *Feijó Bittencourt*. — *Carlos Carneiro*. — *Américo Jacobina Lacombe*. — *Alvaro Rodrigues de Vasconcelos*.

Submetida essa proposta a votação pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares, foi ela aprovada por unanimidade, para ser a deliberação acolhida por grande salva de palmas.

O primeiro secretário Virgílio Corrêa Filho, tendo em mesa uma proposta para preenchimento da vaga existente, de sócio benemérito, leu-a, a fim de que fosse recebida, fazendo o presidente embaixador José Carlos de Macedo Soares remetê-la às comissões que deverão pronunciar-se a respeito.

"Propomos para sócio benemérito o engenheiro Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro admitiu em seu quadro social, a 22 de agosto de 1931, de acôrdo com o parecer do relator Epitácio Pessoa, endossado pelos dois outros membros da Comissão Especial, Ramiz Galvão e Agenor de Roure, pois que "participou do Congresso de 1931 com o trabalho "Tentativa de golpe de Estado — A Constituição de Pouso Alegre — A atitude de Honório Hermeto — Entendimento entre os liberais" e fez no Instituto uma conferência sobre o "visconde de Cruzeiro". A partir dessa data, não deixou de continuar as suas pesquisas, que o habilitaram a esplanar duas teses, apresentadas ao 3.º Congresso de História Nacional, "A atitude parlamentar de Teixeira Júnior em 1870" e "Quem seria o autor da Biografia do marquês de Paraná, publicada pelo *Jornal do Comércio*, em 13 de setembro de 1856?" Eleito seu primeiro secretário, contribuiu eficientemente para o bom êxito das reuniões comemorativas do primeiro centenário da fundação do Instituto, a cuja tribuna mais de uma vez assumou para versar temas históricos. De igual modo, foi-lhe apontado o nome para secretário do IV Congresso de História Nacional, realizado em abril último, em que evidenciou, como anteriormente, análoga dedicação e competência. Já então participava dos trabalhos de comissões várias, entre as quais vem permanecendo mais longamente na de História. Em tais condições sobejam-lhe credenciais para ser elevado à classe de sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1949. — *José Carlos de Macedo Soares*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *A. Tavares de Lira*. — *Carlos Carneiro*. — *A. J. Lacombe*. — *Coronel J. B. Magalhães*. — *Pedro Calmon*. — *Luiz Felipe Vieira Souto*. — *Afonso Costa*. — *Alcindo Sodré*. — *A. Canabarro Reichardt*. — *Feijó Bittencourt*. — *M. Xavier Pedrosa*. — *V. Benício da Silva*. — *Hélio Viana*. — *Jorge Dodsworth Martins*. — *Alvaro Rodrigues de Vasconcelos*."

Pediu a palavra o sócio comandante Carlos da Silveira Carneiro, para dizer que, na última reunião do Instituto em 1949, não podia deixar em silêncio as atividades daquele ano. Referiu-se ao IV Congresso de História Nacional, realizado sob a presidência do ministro Dr. Augusto Tavares de Lira, a quem dirigiu palavras de respeito e consideração, lembrou o êxito dos cursos comemorativos do centenário de nascimento dos dois grandes vultos nacionais Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, para encarecer a repercussão do que tiveram. Não deixava de considerar excepcional o ano transcorrido pelo que, propunha se congratulassem os membros do Instituto com o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, pelo brilho com que vem presidindo a vetusta instituição, a merecer sob a sua presidência o alto critério de devoção e aprêço com que se consagrou no país.

Em seguida, o Sr. ministro Ataúlfo de Paiva declarou que não podia de coração deixar de honrar a maneira pela qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se mostrou à altura da sua grande tradição. Suas atividades no ano de 1949 foram exaltadas pela repercussão que tiveram no país inteiro, considerando-as o orador como grandes serviços prestados à cultura nacional.

Referindo-se o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto, cujos altos méritos é levado a reconhecer, fez referência ao ministro Dr. Augusto Tavares de Lira, pela elevação e cultura com que dirigiu o 4.º Congresso da História Nacional. Insistiu o orador na espontaneidade de sentimentos com que usava da palavra, congratulando-se com a instituição benemérita que tanto êxito alcançava em uma grande missão cultural.

O Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares agradeceu as referências a ele feitas, exaltando, porém, o mérito dos que muito colaboraram para o êxito do programa traçado e executado no ano de 1949. Aproveitava-se do ensejo para prestar as homenagens devidas ao sócio do Instituto Histórico, nome nacional, ministro Dr. Augusto Tavares de Lira, que êste ano que findava, mais serviços de alta monta acrescentara aos muitos que dedicadamente prestou ao Instituto e à cultura histórica brasileira. O Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares ainda se congratulou com o Instituto por se achar presente o sócio Sr. Afonso Costa, restabelecido de grave enfermidade. Ninguém mais pedindo a palavra e nada mais havendo a deliberar, o Sr. presidente embaixador José Carlos de Macedo Soares deu por encerrada a assembléia. — *Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

SÓCIOS FALECIDOS

O Instituto Histórico teve, neste trimestre de outubro a dezembro o pesar de ver o seu quadro social desfalcado de mais dois dos seus componentes, o sócio benemérito Rodolfo Garcia, falecido nesta capital, a 14 de novembro, e o sócio correspondente Estêvão de Mendonça, desaparecido em Cuiabá, a 2 de dezembro.

I — *Rodolfo Garcia*. Historiador ilustre e pesquisador eminente, nasceu em Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, a 25 de maio de 1873.

Estudou as primeiras letras na sua cidade natal, ingressando na Escola Militar do Ceará e, depois, na do Rio de Janeiro, para onde foi transferido. Não seguiu, entretanto, a carreira das armas. Em 1908 formou-se, em Recife, em ciências jurídicas e sociais. Antes, o seu pendor para as letras o levou a exercer o jornalismo, em Pernambuco, em 1895, quando também foi professor.

De 1930 a 1932 exerceu a direção do Museu Histórico Nacional, de onde, nesse último ano, passou para a direção da Biblioteca Nacional, cargo em que se manteve até dezembro de 1945, quando foi, então, aposentado.

Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos de Pernambuco, do Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas, membro fundador da Sociedade Capistrano de Abreu, membro correspondente da Academia Portuguesa de História, do Instituto Histórico do Uruguai e membro da Comissão Permanente do Livro do Mérito.

Ocupava na Academia Brasileira de Letras a cadeira n.º 30, cujo patrono era Francisco Adolfo Varnhagen, e que foi ocupada sucessivamente por Oliveira Lima, Alberto Faria e Rocha Pombo, que eleito, não chegou a tomar posse.

Entre os numerosos trabalhos publicados pelo ilustre escritor, destacam-se: "Dicionário de Brasileirismos" (1915); "Nomes de aves em linguagem tupi" (1929); "Glosário das palavras e frases da língua tupi in "Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle et Maragnan", par le R. P. Claude d'Abbeville" (1922); "Ensaio bibliográfico sobre Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Pôrto Seguro" (1928); "Tratados da Terra e da Gente do Brasil", do Padre Fernão Cardim (introdução e notas) (1925); "Cartas do Brasil", do padre Manuel da Nóbrega (notas) (1929); "Diálogos das Grandezas do Brasil" (notas) (1930); "História do Brasil", de frei Vicente do Salvador (notas); "Primeira Visitação do Santo Offício às Partes do Brasil" (introdução e notas) (1929); "História Geral do Brasil", do visconde de Pôrto Seguro (notas e comentários) (5 vols.).

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, publicou: "O Diário do padre Samuel Fritz" (introdução e notas) e "A Capitania de Pernambuco no Governo de José César de Menezes" (1774-1787).

“Nomes Geográficos peculiares ao Brasil” in “Revista da Língua Portuguesa” — n.º 8 (janeiro de 1924); “Etnografia indígena” in “Dicionário Histórico e Geográfico do Instituto Histórico”; “História das explorações científicas no Brasil” (ibidem); “Os judeus no Brasil colonial”, in “Os judeus na História do Brasil”; “História do Colégio da Capitania de Pernambuco”, in *Anais da Biblioteca Nacional*; “O Santo Ofício na Bahia, em 1618”, (ibidem); “Documentos sobre o Tratado de 1750”, ibidem, vols. LII e LIII; “Cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos”, ibidem, volume LVI; “Maria Graham no Brasil”, ibidem, vol. LX; “Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais” (1833-1835), ibidem, vol. LXII; “História da República Jesuítica do Paraguai”, pelo cônego João Pedro Gay; “Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasileira Nação Kiriri” do padre Luís Vicêncio Mamiani; “Exotismos franceses originários da língua tupi”; “Nunca fui parentesco em língua tupi”; “Discurso de paraninfo de Capistrano de Abreu”; “Brasil Açucareiro”, vol. XIX.

Publicou, ainda, o Dr. Rodolfo Garcia: “F. Al. de Varnhagen — Florilégio de Poesia Brasileira ou coleção das mais notáveis composições de poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos deles, tudo precedido de um ensaio sobre as letras no Brasil — 3 tomos, 2.ª edição — publicação da Academia Brasileira de Letras — coleção Afrânio Peixoto — Rio — 1946.

Ultimamente, entre outras tarefas a que se entregava, o Dr. Rodolfo Garcia vinha fazendo a revisão das “Efemérides” do harão do Rio Branco, para a coleção completa organizada pelo ministério das Relações Exteriores, tendo publicado, ainda, três monografias, uma sobre “As orfãs”, outra, sobre “Alexandre Rodrigues Ferreira” e a terceira sobre a “Maioridade de Dom Pedro II”.

Rodolfo Garcia entrou para o Instituto Histórico, como sócio efetivo, onde já exercia por muitos anos o cargo de bibliotecário, em substituição a Vieira Fazenda, por proposta de Afonso Celso, João de Lira Tavares, Agenor de Roure e Afrânio Peixoto — datada de 24 de setembro de 1919. Teve parecer favorável da “Comissão de História”, de 7 de agosto de 1920 — de que foi relator Viveiros de Castro e está assinado por Pedro Lessa, Jônatas Serrano, Clovis Bevilacqua e Aurelino Leal e, em consequência, eleito pela Assembléia Geral de 6 de agosto de 1921 — depois do parecer da “Comissão de Admissão” assinado por Ramiz Galvão, Tavares de Lira, Manuel Cícero, Antônio Olinto e Miguel de Carvalho — pareceres êsses aprovados unânimemente pela dita assembléia.

Por proposta de 22 de fevereiro de 1943, assinada por J. C. Macedo Soares, Tavares de Lira, Radler de Aquino, Afonso Taunay, Virgílio Corrêa, Feijó Bittencourt, Alexandre Sommer, Leão Teixeira e Claudio Ganns, submetida à assembléia geral de 9 de julho de 1943, passou a sócio benemérito — depois da “Comissão de Sócios”, composta de Alfredo Nascimento, A. Tavares de Lira e Alfredo Valadão, haver emitido, em 29 de junho de 1943, parecer que lhe foi favorável. Rodolfo Garcia fazia parte, há muito, da Comissão de arqueologia e etnografia do Instituto. Há, de Rodolfo Garcia, uma bi-bibliografia publicada nesta *Revista* (vol. 183) da autoria da Sta. M. C. Max Fleiuss.

II. — *Estêvão de Mendonça* — Natural de Mato Grosso, nasceu a 25 de dezembro de 1870. Advogado e professor de história no Liceu Cuiabano. Cronista de apreciáveis dotes, consubstanciados no livro: “*Datas Matogrossenses*” que serviu de base à proposta, datada de 16 de junho de 1919, para a sua entrada no Instituto Histórico. Essa proposta estava assinada por Max Fleiuss, Basílio de Magalhães, C. Guilhobel, Dr. Souto Maior, Sebastião de Vasconcelos Galvão. Encaminhada à “Comissão de História”, sendo relator Laudelino

Freire, deu-lhe esta parecer favorável e, assim, na assembléia geral de 22 de agosto de 1938. Depois de lido parecer de Epitácio Pessoa, da "Comissão de Admissão de Sócios", foi, Estêvão de Mendonça, eleito sócio correspondente do Instituto.

Em comemoração do centenário de nascimento de Joaquim Nabuco, o Instituto Histórico promoveu um curso de conferências sobre o ilustre brasileiro — cuja inscrição foi aberta ao público — confiando-se as palestras a escritores de renome nas letras, no direito e na política. Falaram sobre Joaquim Nabuco os académicos Antônio Austregésilo, Aníbal Freire, Celso Vieira, Múcio Leão, Pedro Calmon e Gustavo Barroso, e os Srs. desembargadores José Duarte, deputados Gilberto Freire e Aureliano Leite, jornalista Aníbal Fernandes, a consulesa D. Odete de Carvalho e Sousa, o nosso consócio Dr. Artur César Ferreira Reis.

CURSO RUI BARBOSA

Celebrando-se, neste ano, o centenário de nascimento de Rui Barbosa, o Instituto Histórico aderiu às manifestações culturais para lembrar esse singular acontecimento, promovendo na sua sede, uma série de conferências sobre o grande homem — que estiveram a cargo dos Srs. Pedro Calmon, Joaquim Ribeiro, deputado Aliomar Baleeiro, Luís Viana Filho, Edgar Batista Pereira e João Mangabeira, Drs. Américo Jacobina Lacombe, Rodrigo Otávio Filho, almirante Carlos da Silveira Carneiro, professor Clovis Monteiro, senador Aloísio de Carvalho, professores Haroldo Valadão e Lourenço Filho, académico Levi Carneiro e professor Mário Pena da Rocha.

CURSO JOAQUIM NABUCO

Inscreveram-se no curso as seguintes pessoas :

Olimpiades Guimarães Correia, Isabel B. Bulcão de Moraes, Marciano Santiago, Nivalda Guirós Leitão, Maria Carolina Fleiuss, Cera Lino Teles da Silva, Marina de Barros Pereira, Sílvia Moura Brasil do Amaral, Adelaide Alba, Armando Rezende Filho, Maria Cesária Jesus, Demóstenes de Oliveira Dias, Diógenes Viana Guerra, Izilda Bezzi, Maria José K. Castanheira, Berta Alves Campelo, Maria de Lourdes A. Pinto, Zilá Santos, Eudi Carado Jardim, Cecica Rodrigues Machado, Néelson Melo de Mesquita, Cecilda Pereira Fernandes, Raimundo Abelardo de Araújo, Noemil Portela Ferreira Alves, Ataíde Barros da Silva, Estela Portela Ferreira Alves, Carmela Gomes Pereira, João Freire Sobrinho, Maria Pôrto Samico, Albertina Clotilde Aymez, Leonor Sampaio, Carlos Miguez Garrido, Carlos Pedrosa, Otilia dos Santos Pereira, Antoniete J. Freire, Júnio Pereira Gama, Danton de Andrade Figueira, Luís Henrique Alves da Cunha, Judite Brito de Paiva e Sousa, Rui Vieira da Cunha, Luís Felipe Vieira Souto, Afonso Costa, Hélio Sachser de Sousa, Geralda Ferreira Armond, Laerte Fernandes Barreto, Álvaro Correia Vale, Ediberto Luz Bastos, Abelardo F. Montenegro, Nilva Rêgo Souto, Durval Bomfi, Doutor Abel A. Caminha, Antonieta Correia da Silva, Leonor Feitosa Dantas, Mário de Mendonça, Edson Gueiroz Leitão, Ângela Maria de Castro Lira Pôrto, Gulnar Dias de Alcântara, Baszka Borenstain, Maria Luísa de Castro Lira Pôrto, Arnaldo Vicente de Carvalho, Déia Freire de Medeiros, Darci

Daniel de Deus, César Augusto Wiechers de Mesquita, Clarisse Ribeiro Bessa, Clória Fernandes de Freitas, Constança Ladeira, Terezinha da Câmara Coelho, Maria da Luz Costa, José Miguel Dias de Figueiredo, João José de Araújo, Josias Pires Ferreira, Cinira Barros, Wilson Távora Maia, José Guimarães Lôbo, Írio Augusto Pais Leme, Maurício Simões Gonçalves, Rômulo Coelho, Astêlio Fernandes Porto, Aurelino Barroso Santos, Raul Tôres Filho, Mário de Oliveira Pacheco, Hélio de Oliveira Ribeiro, Amadeu Santos, Clodomir Lôbo de Oliveira Lima, América Monteiro de Araújo, Maria Luísa da Silva Lessa, Rute Matos Almeida Simões, Violeta Lopes da Costa Moreira, Rute Bouchaud Lopes da Cruz, Beatriz Célia Correia de Melo, Ariadne Soares Souto Maior, Noêmia F. de Barros, José Lamberto Carvalho, Napoleão Costa Ferreira, Paulo Barreto Marim, Benito Lanzelote, Anderson Gouveia de Azevedo, Maria Grinspun, Adolfo Rodrigues de Almeida, José Correia, Guiomar Cepontí Correia, Nadir Pinto Bertier, Edésio Assunção, Ailton Alves Coentro, Inês Mariz, Manuel Martins Júnior, Esmeralda de Faria Kunicki, Alice de Figueiredo, Fernando Pereira, Eponina Lemos de Sousa Barros, Sílvia Nunes Pereira Romano, Ofélia G. B. Sobrinho, Neila Maria Lôbo Ferreira, Maria da Glória Guri, Isachi Feldman, Marialina Norris, Antônio José Pinheiro Chagas, Valdeci Valência, Léia de Oliveira, Cleonice Cruz, Zélia Menezes Gonçalves, Dulce de Sousa Teixeira, Clodia de Melo Lima, Heloísa M. de Matos, Maria Luísa Maier, Armando da Silva Brandão, Hélio Dantas, Henrique Silva, Názila M. de Carvalho, Jorge Nascimento de Castro, José Rocha Campos, Eloi Peres Machado, Cecília da S. Maçol, Válder Leite Handler, Evandro Gomes da Silva, Mirtes Marques, Rodolfo Pinto Barbosa, Virmar Ribeiro Soares, Válder Mata, Ceurio Roberto de H. Oliveira, Cacilda P. da S. Costa, Erotides Malta do Nascimento, Armando da Gama e Sousa, Guiomar Cândida Mota, Elizabeth R. dos Santos, Luís Arlindo Tavares de Lira, América R. de Castro Rebelo, José Castedo da Silva, Moisés H. de F. Neto, Antônio Horácia de A. Caldeira, Rosa de Sousa Vargas, João Leonard de Sousa Vargas, Luís Trote, Elson dos Santos Matos, Zoé Príncipe, Mário Lopes da Costa Moreira, Arnaldo Vieira Lascasas, Heloísa Figueira Duarte Moreira, Casimiro V. Pinto, Agostinha Ferreira Cunha Lima, Lauro Geraldo de Araújo, Antônio Conceição, Gilvando de A. Domingues, Afonso Martins de Matos, Antônio de F. Ferreira da Silva, Antônio I. Ferreira Santos, Arnaldo Nuno de Barros Pereira, Arinéia de Paiva Carrão, Carmen Roso, Orlando Ruffier dos Santos, Osvaldo Almeida Fischer e Eli Benedetti.

DIRETORIA

A assembléia geral de 28 de dezembro último confirmou no lugar de tesoureiro, na vaga do comandante Radler de Aquino, o comandante Carlos da Silveira Carneiro — ilustre oficial da Armada e dedicado sócio benemérito do Instituto Histórico.

Para os demais postos da diretoria foram reeleitos os seus antigos ocupantes.

COMISSÕES

Na assembléia geral de 28 de dezembro foi confirmado na “Comissão de Arqueologia e Etnografia” o sócio efetivo Dr. Alcindo Sodré e eleito para a vaga deixada pelo Dr. Rodolfo Garcia, o Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Para a “Comissão de Fundos e Orçamentos”, foi transferido o Dr. Cláudio Ganns, e, na vaga deste, na “Comissão de Admissão de Sócios” foi eleito o coronel João Batista Magalhães, entrando ainda nessa comissão o Dr. M. Xa-

vier Pedrosa, na vaga do Sr. Braz do Amaral e Dr. Cristóvam Leite de Castro, transferido da "Comissão de Fundos e Orçamentos".

Para a "Comissão de Bibliografia" foi transferido o Dr. Alfredo Nascimento Silva, da "Comissão de Sócios", na vaga aberta com o falecimento de Bernardino de Sousa, e eleitos o Dr. Afonso Costa, na vaga do general Liberato Bittencourt, e o professor Hélio Viana.

Para a "Comissão de Estatutos" foi ainda transferido o Dr. Rodrigo Otávio Filho, da "Comissão de Bibliografia", e eleito o general Leitão de Carvalho, na vaga do ex-consócio Costa Ferreira.

QUADRO SOCIAL

Pela assembléia geral de 21 de agôsto, foram promovidos a sócios beneméritos, nas vagas dos Srs. Braz do Amaral e Bernardino de Sousa, os sócios efetivos : Dr. Leopoldo Feijó Bittencourt, 2.º secretário, e Cláudio Ganns, da comissão diretora desta *Revista*.

Nessa mesma assembléia foram admitidos : como sócio correspondente, o Dr. Ariosto Gonzalez (do Uruguai) ; como sócio honorário, o senador Aloísio de Carvalho Filho; e como sócios efetivos, os Srs. académicos Afonso Pena Júnior, deputado Afonso Arinos de Melo Franco e professôres Mozart Monteiro e Xavier Pedroza.

A preferência do Instituto para essas promoções e escolhas acha-se plenamente justificada nos pareceres das respectivas comissões de "Admissão de Sócios" e de "História".

CONDECORAÇÕES

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante as solenidades do 4.º Congresso de História Nacional, recebeu das mãos do embaixador Júlio Dantas, chefe da Delegação Portuguesa, as insígnias da Gran Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada, que lhe foi conferida por decreto especial do Govêrno Português.

SUBVENÇÃO

Pela Lei n.º 720, de 25 de maio dêste ano, sancionada pelo Sr. vice-presidente da República e referendada pelos ministros Adroaldo Mesquita da Costa e Correia e Castro, foi o Instituto Histórico, subvencionado com a importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) "para a restauração e conservação do seu arquivo e biblioteca".

Pelo art. 2.º da mesma lei a subvenção anual do Instituto, que era anteriormente de Cr\$ 200.000,00, passou a ser de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), a contar da data da sua publicação ("Diário Oficial" de 2-6-49).

Dita lei é oriunda do projeto n.º 572, de 1947, de iniciativa do deputado Edmundo Barreto Pinto e mais 42 congressistas.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Outubro de 1949

- Revista Geográfica do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, ns. 13 e 24, tomos V/VIII. 1949. Rio de Janeiro.
- Anais da Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuitas, ano X, vol. X/XI. Rio de Janeiro.
- Itamarati — Boletim do Serviço de Informações para o Exterior, n.º 42, 15 de agosto de 1949. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia. 28 de setembro de 1949. N.º 2-746, ano XI. Minas Gerais.
- Revista Nacional, tomo XLI, año XII, febrero de 1949, n.º 122. Montevidéu.
- Boletim de la Academia Nacional de Letras. Junio de 1949. Tomo II, n.º 7. Montevidéu. Revista Florestal. 1947, ano VI (único).
- Riquezas de Nossa Terra, n.º 35. Abril a junho de 1948.
- Informação Agrícola. 1 de março de 1949, n.º 42. Rio de Janeiro.
- Boletim Indigenista. Junio e septiembre de 1949. Ns. 2 e 3, vol. IX. México, D.F.
- Revista do Museu Paulista, nova série, vol. II e Anais do Museu Paulista, tomo XIII, 1949. São Paulo.
- Guía quincenal de la actividad intelectual y artistica argentina, año III, n. 50, 1.ª quincena de septiembre de 1949. Buenos Aires.
- Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, vol. XXIII, ns. I, II e III. Rio de Janeiro.
- Saúde, outubro de 1949, n.º 22, ano II. Rio de Janeiro.
- Estudio, ns. 196 a 198, marzo 31 de 1949, año XVIII. Bucaramanga.
- Boletim de la Academia Nacional de Historia. Junio de 1949, n.º 73, vol. XXIX. Quito, Ecuador.
- Revista do Club Militar, junho de 1949, n.º 98. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro, ano XVII, vol. XXXIV, julho de 1949, n.º 1. Rio de Janeiro.
- Léa, 1949, agosto, n.º 6. Washington.
- Um novo esclerocaliptino, n.º 47, agosto de 1948.
- Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, anos XXIX-XXX, 1947-1948, tomos LVII a LX. Cuiabá.
- Boletín de Reconstitucion, vol. III, n.º 7, julio de 1949. Paris.
- Boletín de la Biblioteca Nacional, diciembre de 1948, n.º 11, año V. Lima.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos, n.º 76, outubro de 1949, ano VII. Rio de Janeiro.
- The Educational Focus, september 1949, n.º 2, vol. XX. New York.
- Boletim Geográfico, maio, junho, julho e agosto de 1949, ns. 74-77, ano VII. Rio de Janeiro.

- Revista Brasileira de Geografia, janeiro-março de 1949, n.º 1, ano XI. Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Público, ano XII, vol. III, n.º 1, julho de 1949. Rio de Janeiro.
- Boletín de Historia y Antigüedades, ns. 411 a 413, vol. XXXVI, enero a marzo de 1949. Bogotá.
- Anais da Biblioteca Nacional, vol. 68 (Catálogo de documentos sobre a Bahia existente na Biblioteca Nacional). Rio de Janeiro.
- Américas, outubro, vol. 1, n.º 7, outubro de 1949. Rio de Janeiro.
- Revista Marítima Brasileira, abril, maio e junho de 1949, ns. 10, 11 e 12, ano LXVIII. Rio de Janeiro.
- Programa da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, de 12 a 24 de setembro de 1949. Rio de Janeiro.
- Revista do Club Militar, n.º 99, julho de 1949. Rio de Janeiro.
- Portugal em revista, janeiro a dezembro, ns. de 1 a 13, ano I. Portugal e Colónias.
- Saúde, novembro de 1949, n.º 23, ano II. Rio de Janeiro.
- Boletim A.E.C., agosto de 1949, n.º 63, ano V. Rio de Janeiro.
- Think, september 1949, n.º 9, vol. XV. New York.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, junho e julho de 1949, ns. 268 e 269, ano XXIV. São Paulo.
- Revista de Aracajú, 1949, n.º 3, ano III. Sergipe.
- Rodovia, julho de 1949, n.º 114, ano XI. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro, ano XVII, vol. XXXIV, agosto de 1949, n.º 2. Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Histórico de Alagoas, ano de 1947, vol. XXV. Alagoas.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, abril e maio de 1949, ns. 266 e 267, ano XXIV. São Paulo.
- Guia quincenal de la actividad intelectual y artistica argentina, año III, n.º 51, 2.ª quincena de septiembre de 1949. Buenos Aires.
- Boletim do Clube Naval, 4.º trimestre de 1947, n.º 112, ano XXVII. Rio de Janeiro.
- Bulletin of The New York Public Library, september 1949, vol. 53, n.º 9. New York.
- Engenharia, setembro de 1949, n.º 85, ano VIII, vol. VIII. São Paulo.
- Nação Brasileira, setembro de 1949, n.º 313, ano XXVII. Rio de Janeiro.
- Impulso (sucede al “Boletín de Reconstitucion”), vol. III, ns. 8-9, agosto-septiembre de 1949. Paris.
- Endeavour, vol. VIII, n.º 31, 1949, julio. Londres.
- Boletín de Arqueología, enero-diciembre de 1947, ns. 5-6, vol. II. Colombia.
- The Geographical Journal, vol. CXIII, june de 1949. London.
- Quarterly Journal of current acquisitions — August 1949, n.º 4, vol. 6. Washington.
- Zemepisny Magazin-cis 101 e 2.
- Ocidente, n.º 137, vol. XXXVII, setembro de 1949. Lisboa.
- Rubicón, 9 de outubro de 1949, n.º 308. Barbacena.
- The Hispanic American Historical Review, august 1949, n.º 3, vol. XXIX. U.S.A.
- Boletim Bibliográfico, vol. XIII, 1949. São Paulo.
- Revista Brasileira de Estatística, junho de 1949, n.º 38, ano X. Rio de Janeiro.

- Revista Duperial do Brasil, n.º 50, julho-agosto, de 1949. São Paulo.
- Agronomia, abril-junho de 1949, vol. 8, n.º 2, ano VIII. Rio de Janeiro.
- Papers of the Michigan Academy of Science Arts and Letters, vol. XXXIII, 1947.
- Educación, abril-mayo de 1949, año X, n. 59. Venezuela.
- Geographical Review, october 1949, number 4, volume XXXIX. New York.
- Publications of the American Jewish Historical Society, number XXXIX, september 1949, part 1. New York.
- Boletín de la Academia Chilena de Historia, 2.º semestre de 1948, n.º 39, año XV. Santiago de Chile.

Novembro de 1949

- Correio do Sul, 18 de agosto de 1949, n.º 1.659, ano XXX. Faro.
- O Puritano, 10 de agosto de 1949, n.º 1949, ano LI. Rio de Janeiro.
- Quaterly Journal (The Library Congress) of Current Acquisition, august of 1949, vol. 6, number 4. Washington.
- Engenharia, setembro e outubro de 1949, ns. 85-86, ano VIII, vol. VIII. São Paulo.
- Moçambique, junho de 1949, n.º 58, Lourenço Marques.
- Revista Nacional, tomo XLI, año XII, marzo de 1949, n.º 123. Montevideu.
- Boletim da Biblioteca, n.º 1, 1949. Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Relatório da Biblioteca 1.º decênio, 1938-1948. Santos.
- Catálogo de Exposición de Libros Mexicanos de Historia, 4 al 9 de septiembre de 1949. México.
- Catálogo General, 1949. Universidad Nacional de Tucuman. Tucuman.
- Noticiario de las Naciones Unidas, 27 de octubre de 1949, n.º 42, ano 4. Rio de Janeiro.
- Oie, febrero de 1949, año IV, n.º 37, II época. Madrid.
- Boletim Informativo, julho de 1949, n.º 51, ano VII. Rio de Janeiro.
- Catalogue of Canadian and American, n.º 39. 1949. Canadá.
- Nação Brasileira, outubro de 1949, n.º 314, ano XXVII. Rio de Janeiro.
- Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, n.º 6, 1949. Rio de Janeiro.
- State Geological Survey Report of Investigations, ns. 136, 140 e 142, Urbana Illinois. 1949.
- Contributions from the museum of paleontology, may 13, 1949, vol. VII, n. 7. University of Michigan.
- Simbolos do Estado do Paraná. Decreto n.º 2.457, de 31 de março de 1947, janeiro de 1948. Curitiba.
- Norwegian Bibliography. The University Library Oslo. 1947.
- Anais da Faculdade de Ciências do Porto, vol. XXXIII, ns. 1 e 2. Porto.
- Portugal e o Pacto do Atlântico. O Pensamento de Salazar. 1949. Lisboa.
- A Fátima Brasileira, outubro de 1949, n.º 71, ano X. Rio de Janeiro.
- Organização sindical, III, 1949. Rio de Janeiro.

- Belgique Amerique Latine, 20^e september de 1949, n.º 48, nouvelle serie. Bruxelles.
- Estatística Industrial, I, 1949. Rio de Janeiro.
- Gé Nabrink's, n.º 73, varia XII.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, maio-julho de 1949, vol. XXI, nova série. Lisboa.
- Catalogue n.º 78, vol. 3, part VIII. London.
- Libreria Forni. Bolletino ns 29 e 30. Bolognes.
- Douro-Litoral, 3.^a série VI, 1949. Pôrto.
- News Bulletin, october 1, 1949, vol. 25. New York.
- Britain To-Day, august 1949, n.º 160, e september, n.º 161. London.
- International Health Division, Anual Report 1948. Rio de Janeiro.
- Catalogue Export 1949 (Book News) 2. Copenhagen.
- Ex-combatente, setembro de 1949, n.º 33, ano III. Rio de Janeiro.
- Sanmartinita, n.º 1. Buenos Aires.
- O Puritano, 10 de abril de 1949, n.º 1941, ano L. Rio de Janeiro.
- Imprensa Rural, 23 de outubro de 1949, n.º 2, ano I, Santa Cruz, D.F.
- Correio de Uberlândia, 10 números de agosto, setembro e outubro de 1949, ano XI. Minas Gerais.
- O Puritano, 10 e 25 de outubro de 1949, ns. 1953 e 1954, ano LI. Rio de Janeiro.
- Correio do Sul, 1 de setembro e 20 de outubro de 1949, ns. 1661 e 1667, ano XXX. Faro.
- Imprensa Rural (jornal), 23 de outubro de 1949, n.º 2, ano I. Santa Cruz.
- Catálogo (fôlhas avulsas), setembro de 1949, n.º 6. Rio de Janeiro.
- The Geographical Journal, september 1949, vol. CXIV, ns. 1/3. London.
- Occidente, n.º 138, vol. XXXVII, outubro de 1949, Lisboa.
- Catalogue n.º 692. Livres anciens et modernes. Haye.
- Oie, marzo e abril de 1949, ns. 38 e 39, ano IV, II época. España.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos, novembro de 1949, n.º 77, ano VII. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico Mexicano, mayo-junio de 1949, ns. 113-114, ano X. México, D.F.
- Codington Chronicle, vol. XXXVII, 1949. Califórnia.
- Correio do Sul, 29 de setembro de 1949, ano XXX, n.º 1665. Faro.
- Correio de Uberlândia, 4 de novembro de 1949, n.º 2.772, ano XI. Minas Gerais.
- Sésinho, outubro de 1949, n.º 23. Rio de Janeiro.
- University of Kentckcy-Lexington, 1949.
- Relatório apresentado à Assembléia Ordinária de 17-4-1949. Rio de Janeiro.
- Britain To-Day, october 1949, n.º 162. London.
- Belgique Amerique Latine, 20 octobre 1949, n.º 49, nouvelle serie. Bruxelles.
- Bulletin for Libraries Unesco, vol. III, n.º 9, september, 1949.
- For World Economic and Social Progress, 1 de abril, vol. VI, n.º 7.
- Américas, novembro de 1949, n.º 8, vol. 1. Rio de Janeiro
- A Biblioteca, ano IV, vol. IV, ns. 7-12-1947, julho e dezembro. Rio de Janeiro.

- Les Moissons de l'esprit, automne, 1949 (bulletin trimestriel des Pres-ses Universitaires de France). Paris.
- Guía quincenal de la actividad intelectual y artistica argentina, año III, n.º 53, 2.ª quincena de octubre de 1949. Buenos Aires.
- Revista Nacional, tomo XLII, ano XII, abril de 1949, n.º 124. Mon-tevidéu.
- Guia Levi, fevereiro de 1942. Rio de Janeiro.
- Anais do IV Congresso Interamericano e IV Brasileiro Americano de Cirurgia, 7 a 14 de setembro de 1947, vol. I. Rio de Janeiro.
- Justitia, outubro de 1949, vol. 2, ano VII. São Paulo.
- Seção de Numismática, 1º volume, 1.ª parte : moedário, moedas do Brasil. Rio Grande do Sul.
- Bulletin of The New York Public Library, october 1949, vol. 53, n.º 10. New York.
- Imprensa Rural, 19 de novembro de 1949, n.º 3, ano I. Santa Cruz.
- Correio de Senac, 24 e 21 de outubro de 1949, ns. 15 e 16, ano I. Rio de Janeiro.
- Annual Report of The Librarian of Congress for the Fiscal Year Ending, june 30, 1948. Washington.
- Tribuna de Petrópolis (arte e literatura), agosto de 1949, n.º 1, ano I. Petrópolis.
- Ex-combatente, outubro de 1949, n.º 34, ano III. Rio de Janeiro.
- The Catholic Historical Review, october 1949, n.º 3, vol. XXXV. Washington.
- Boletín del Archivo General de la Nacion, tomo XX, 1949. México.
- Correio de Uberlândia, 12 de novembro de 1949, n.º 2778, ano XI. Minas Gerais.
- A Lâmpada, ano XIX, n.º 64, julho, agosto e setembro de 1949. Curitiba.
- Saúde, dezembro de 1949, n.º 24, ano II. Rio de Janeiro.
- Boletim R. A. E. (Repartição de Águas e Esgotos), julho de 1949, n.º 21, ano II. São Paulo.
- Brasil Açucareiro, ano XVII, vol. XXXIV, setembro de 1949, n.º 3. Rio de Janeiro.
- Catalogue n.º 195. Annual Catalogue, 1949. Journals Periodicals and Serials. U.S.A.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, agosto de 1949, n.º 270, ano XXIV. São Paulo.
- Engenharia, novembro de 1949, n.º 87, vol. VIII, ano VIII. São Paulo.
- União Sulamericana de Associações de Engenheiros (boletim), maio de 1949, n.º 41, ano XIV. Rio de Janeiro.
- Sul América, julho e setembro de 1949, n.º 117, ano XXX, Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos, janeiro-junho de 1949, nú-mero 15, vol. VII. Rio de Janeiro.
- Américas, novembro de 1949, n.º 8, vol. 1. Rio de Janeiro.
- América Indígena, outubro de 1949, n.º 4, vol. IX. México, D.F.
- Revista da Faculdade de Letras, tomo XIV, 2.ª série, n.º 3, 1948. Uni-versidade de Lisboa.
- Correio de Uberlândia, 18 de novembro de 1949, n.º 2.782, ano XI. Minas Gerais.

Dezembro de 1949

- Anais do Museu Histórico Nacional, vol. V, 1944. Rio de Janeiro.
- Occidente, n.º 139, vol. XXXVII, novembro de 1949. Lisboa.
- Boletín de Historia y Antigüedades, ns. 414-416, vol. XXXVI, abril, mayo e junio de 1949. Bogotá.
- Boletín Informativo, mayo, junio e julio de 1949, n.º 23, ano V. Universidad de Chile.
- Catálogo Infantil n.º 18, 1949-50. Rio de Janeiro.
- Revista do Clube Militar, n.º 100, agosto de 1949. Rio de Janeiro.
- Revista da Academia Paraibana de Letras, outubro de 1949, n.º 5, ano III. João Pessoa. Estado da Paraíba.
- Guía quincenal de actividad intelectual y artistica argentina, año III, n.º 54, 1.ª quincena de noviembre de 1949. Buenos Aires.
- Américas, vol. I, n.º 9, dezembro de 1949. Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante, boletim ns. 10 e 11, outubro e novembro de 1949. Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.
- Anales de la Universidad de Chile, sumário de los ns. 65-66, 1.º y 2.º trimestres de 1947, año CV. Santiago de Chile.
- Anuário Açucareiro, 1945-46-47. Rio de Janeiro.
- O Momento, outubro de 1949, n.º 268, ano 25. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico Agir, n.º 1, dezembro de 1949, ano 2. Rio de Janeiro.
- O Puritano, 25 de novembro de 1949, n.º 1956, ano LI. Rio de Janeiro.
- Hojas Militares, volumen II. 1949. Caracas.
- Catalogue n.º 28, bibliography. U.S.A.
- Correio do Sul, 3 de novembro de 1949, ano XXX, n.º 1.669. Faro.
- Agronomia, julho 1949, n.º 3, vol. 8. Rio de Janeiro.
- Publicações do Arquivo do Estado da Bahia, vol. V, 1948. Bahia.
- Lea, number 7, septiembre of 1949. Washington, D.C.
- Memórias do Instituto Osvaldo Cruz, ano 1948, tomo 46, fascículo 4. Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Público, ano XII, vol. III, n.º 3, setembro de 1949. Rio de Janeiro.
- Arquivos do Instituto de Direito Social, vol. 8, n.º 2, 1949. São Paulo.
- Boletim Informativo, febrero-julio de 1948, n.º VI, año VI. Quito, Ecuador.
- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval, setembro de 1949, n.º 31, ano X. Rio de Janeiro.
- Catalogo General, 1949. Casa de la Cultura Ecuatoriana.
- The McGraw-Hill, september 1949. Overseas Book News.

OBRAS OFERECIDAS

Outubro de 1949

- *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII (1735-1765)*, vol. I, 1.ª parte — Afonso de E. Taunay — Arquivo Histórico — São Paulo 1949.
- *O Papel Moeda e o Câmbio* — Dr. Vieira Souto — Impr. de Vau-girard — Paris, 1925.
- *Índios do Brasil do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso*, vol. I

- Cândido Mariano da Silva Rondon — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1946 (3 volumes).
- *Honduras-Maya-Etnologia y Arqueologia de Honduras* — Monsenhor Frederico Lunardi — Tegucigalpa D. C. — Honduras C. A.
- *Da Fiscalização Financeira* — Rubem Rosa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1949.
- *Casas de Câmara e Cadeia* — Paulo Tedim Barreto — Rio de Janeiro, 1949.
- *Historia de la Nacion Argentina* — Ricardo Levene — Impr. de la Universidad — Buenos Aires, 1949.
- *As Boticas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira* (separata) fim do século XVIII — Américo Pires de Lima — Pôrto, 1949.
- *O Idioma Pátrio* — Sua riqueza na linguagem das côres — Professor Dr. Artur de Vasconcelos — Rio de Janeiro, 1949.
- *Viagem ao México* — Dr. Virgílio Corrêa Filho — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1949.
- *Correspondência Oficial de Welwitsch* — Américo Pires de Lima — A. G. das Colônias, 1949.
- *La Fundacion de la Ciudad de Graças Adios y de las Primeras Villas y Ciudades de Honduras* — Monsenhor Federico Lunardi — Tegucigalpa — Honduras, C.A., 1946.

Novembro de 1949

- *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado*, por ocasião da sessão legislativa de 1940 a 1949. Moisés Lupion — Curitiba — Paraná. 1948.
- *Figuras da Província* — João Dornas Filho — Edit. Panorama — Minas Gerais, 1949.
- *O Ensino no Brasil em 1942* — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1947.
- *Cartas de Navegar Retangulares* — Gago Coutinho — Lisboa — 1949.
- *De Como o Plano Português da Índia Levou ao Descobrimento da América* (abril de 1949), Gago Coutinho — Lisboa, 1949.
- *Como Nasceu o Aeroplano* — Gago Coutinho. Lisboa, 1949.
- *Planificação de Obras para o Estado do Paraná* — Governo Moisés Lupion — Paraná, 1948.
- *Barão do Rio Branco* — A. Tavares de Lira, Rio de Janeiro, 1943.
- *Garcia Moreno*, Luís Robalino Dávila — Talleres Gráf. Nacion, Quito, Ecuador, 1949.
- *Manifesto* — Campos Sales — Tip. Diário Oficial — São Paulo, 1898 (Oferta do Dr. Virgílio Corrêa Filho).
- *A Ciência e a Técnica pela Democracia* — Ademar de Barros — São Paulo, 1949.
- *Discurso Proferido pelo Governador Ademar de Barros*, São Paulo, 1949.
- *Santa Casa de Misericórdia de Marília* (Relatório apresentado pelo provedor Dr. Joaquim A. Sampaio Vidal) — São Paulo, 1949.
- *Leis, Decretos e Atos* — Prof. Ildo Meneghetti — Impr. Oficial — Pôrto Alegre, 1949.
- *Relatório Apresentado à Câmara Municipal* — Prof. Ildo Meneghetti — Livr. do O Globo — Pôrto Alegre, 1949.

- *Batismo do Avião* (Discurso) — Deputado Aureliano Leite — Rio de Janeiro, 1949.
- *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* — Rubens Borba de Moraes — Graf. Edit. Sousa — Rio de Janeiro, 1949.
- *Rui Barbosa e a Lógica Jurídica* — João Mendes Neto — Edição Saraiva — São Paulo, 1949.

Dezembro de 1949

- *Distritos dos Diamantes e Litoral do Brasil*, vol. 210 — Augusto de Saint Hilaire — Comp. Edit. Nacional — Rio de Janeiro, 1941.
- *Etnologia Sulamericana* — vol. 218 — Wilhelm Schmidt — Com. Edit. Nacional — Rio de Janeiro, 1942.
- *Viagens ao Nordeste do Brasil* — vol. 221 — Henry Koster — Companhia Edit. Nacional — Rio de Janeiro, 1942.
- *Árvores e Plantas Úteis* — vol. 251 — Paul de Cointe — Com. Edit. Nacional — Rio de Janeiro, 1947.
- *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil* — vol. 258 (Duplicata) — J. Cruls — Comp. Edit. Colonial — Rio de Janeiro, 1947.
- *Flora da Bahia* — vol. 264 A. Inácio de Menezes — Comp. Edit. Nacional — Rio de Janeiro, 1949.
- *As Raias de Mato Grosso — I e II* — Virgílio Corrêa Filho — O Estado de São Paulo — São Paulo, 1924-25.
- *História da Universidade de Coimbra nas suas Relações com a Instrução Pública Portuguesa* — tomos I, II, III e IV — anos : 1289-1555, 1555-1700, 1700-1800 e 1801-1872 — Teófilo Braga — Academia Real das Ciências de Lisboa — 1892-1902.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1949

4.º Trimestre	<i>Outub.</i>	<i>Novemb.</i>	<i>Dezemb.</i>	<i>Total</i>
Obras oferecidas	14	18	12	44
Revistas nacionais, estrangeiras	83	78	40	203
Catálogos recebidos	--	5	12	17
Jornais recebidos	9	27	19	55
Arquivo :				
Documentos consultados	5.004	5.731	5.534	16.869
Museu Histórico :				
Visitantes	35	10	95	148
Sala pública de leitura :				
Consultas —				
Obras	5.537	5.660	5.491	16.688
Jornais	3.051	3.055	2.946	9.032
Revistas	3.974	3.983	3.871	11.828
Mapas	--	--	--	--
Secretaria :				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos ..	420	--	--	--
Ofícios, cartas e telegramas expedidos ..	820	--	--	--

LISTA DOS SÓCIOS

LISTA DOS SÓCIOS

PRESIDENTES HONORÁRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Venceslau Braz Pereira Gomes	15.12.1915	Itajubá — Minas
2. Dr. Artur da Silva Bernardes ..	15.12.1923	Rua Valparaíso, 40 — Rio de Janeiro — Te- lefone: 28-2458
3. Dr. Washington Luís Pereira de Sousa	18. 7.1927	São Paulo
4. Dr. Getúlio Dorneles Vargas ..	9. 1.1934	São Borja — R. G. do Sul ou av. Rui Bar- bosa, 430, apto. 1.001 — Rio
5. General Eurico Gaspar Dutra ..	13. 5.1947	Palácio Catete

Sócios Grandes Beneméritos (5) — (A)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Alfredo Nascimento Silva	12.12.1890	Rua S. Clemente, 413 Tel. 26-1891 — Rio

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
2. Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva	21. 7.1905	Rua das Palmeiras, 54 — Botafogo — Rio — Tel. 26-0740
3. Ministro dr. Augusto Tavares de Lira	16. 9.1907	Rua das Laranjeiras n.º 550 apto. 701 — Tel. 45-1484 — Rio
4. Professor Basílio de Magalhães	27. 8.1914	Rua Paulino Fernandes, 27 — Rio — Tel. 26-7815
5. Embaixador José Carlos de Macedo Soares	6. 8.1921	Praia do Flamengo, 2 Rio — Tel. 25-3311

Sócios Beneméritos (15) (B)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Nélson Coelho de Sena ..	23. 8.1901	Rua Bernardino Guimarães, 1.082 — Belo Horizonte — Minas
2. Capitão de mar e guerra Francisco Radler de Aquino	26. 8.1911	Rua Raul Pompéia, 133 — Copacabana — Rio — Tel. 27-0308
3. Dr. Afonso d'E. Taunay	2. 9.1911	Rua Lupércio de Camargo, 74 — Jardim América — S. Paulo
4. Ministro Dr. Alfredo Valadão .	19. 7.1912	Regina Hotel — Rua Ferreira Viana, 29 — Rio — Tel. 25-7280
5. Almirante Raul Tavares	23. 8.1912	Rua Visconde de Carandaí, 23 — Rio — Tel. 26-1755

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
6. Capitão de mar e guerra Carlos da Silveira Carneiro	6. 8.1921	Rua Aníbal de Mendonça, 151 — Copacabana — Rio — Telefone 27-4949
7. Ministro Dr. Francisco José de Oliveira Viana	18. 6.1924	Alameda S. Boaventura n.º 41 — Niterói — Est. do Rio — Telefone 2-0208
8. Arcebispo Dom Francisco José de Aquino Correia	10. 7.1926	Cuiabá — Est. de Mato Grosso ou Colégio Santo Inácio — São Clemente, 226
9. Dom Ricardo Levene	1.10.1928	Melo, 2.134 — Buenos Aires
10. Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	22. 8.1931	Rua Santa Clara, 415 — Copacabana — Rio — Tel. 37-4004
11. Dr. José Vanderlei de Araújo Pinho	22. 8.1931	Avenida Pasteur, 415 Praia Vermelha — Rio — Tel. 26-1536, ou Sete de Setembro n.º 379 — Cidade do Salvador — Bahia
12. Virgílio Corrêa Filho	22. 8.1931	Praca André Rebouças n.º 17 — Engenho Velho — Rio — Telefone 28-0864
13. Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt	12. 5.1937	Rua Otávio Correia, 84 — Urca — Rio — Tel. 26-1501
14. Dr. Cláudio Ganns	15.12.1939	Av. Copacabana, 90, apto. 501 — Rio — Tel. 37-0767

Sócios Efetivos (40) — (C)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Embaixador Dr. José Bonifácio de Andrade e Silva	15. 7.1911	Rua Voluntários da Pátria, 371 — Rio — Tel. 26-6076
2. Ministro Hélio Lôbo	6. 7.1912	Praia do Russel, 158, apto. 101 — Glória — Rio — Tel. 25-5898
3. Dr. Edgar Roquete Pinto	4. 8.1913	Avenida Beira Mar, 210, apto. 504 — Telefone 42-3275
4. Capitão de mar e guerra Thiers Fleming	10. 7.1918	Praia do Flamengo, 186 — 5.º — apartamento 503 — Telefone 25-2626 — Rio
5. Dr. Eugênio Vilhena de Moraes	6. 8.1921	Arquivo Nacional — Praça da República — Rio — Tel. 22-4441
6. Coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz	22. 8.1931	Rua Japeri, 32A, apartamento 1 — Rio Comprido — Rio
7. Desembargador Dr. Fernando Luís Vieira Ferreira	22- 8-1931	Rua Moreira César, 66 — Niterói — Estado do Rio de Janeiro
8. Dr. Gustavo Barroso	22. 8.1931	Rua Sá Ferreira, 123 — Copacabana — Rio — Tel. 27-2895
9. Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho	22. 8.1931	Av. Rio Branco, 311 — 5.º — Rio — Telefone 22-2147, ou São Clemente n.º 259-A, apto. 3 — Tel 26-3421
10. Dr. Levi Fernandes Carneiro ..	22. 8.1931	Rua Gustavo Sampaio n.º 92 — Leme — Rio — Tel. 27-4871

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
11. Capitão de mar e guerra Lucas Alexandre Boiteux	22. 8.1931	Rua Delgado de Carvalho, 30 — Rio — Tel. 28-4120
12. Dr. Luís Felipe Vieira Souto ..	22. 8.1931	Rua Voluntários da Pátria, 69 — Rio — Tel. 26-1700
13. Dr. Manuel Tavares Cavalcanti	22. 8.1931	Rua Urbano dos Santos, 58 — Urca — Rio — Tel. 26-1046
14. Ministro Dr. Otávio Tarquínio de Sousa	22. 8.1931	Rua Gago Coutinho n.º 66, apto. 902 — Catete — Rio — Tel. 26-3623
15. Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho	22. 8.1931	Rua São Clemente, 421 — Rio — Tel. 26-0953
16. Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	22- 8-1931	Rua da Assunção, 77 — Botafogo — Rio — Tel. 26-4861, ou Palácio do Governo — Recife — Pernambuco
17. Dr. Artur César Ferreira Reis	4.12.1936	Rua Jardim Botânico n.º 305 apto. 302 — Rio, ou Ministério do Trabalho — Telefone 42-8080 ramal 614
18. Dr. Herbert Canabarro Reichardt	12. 5.1937	Rua das Laranjeiras, 29 — Rio — Tel. 25-0022
19. Dr. Alcindo Sodré	31. 5.1939	Rua Sá Earp, 99 — Petrópolis — E. do Rio
20. Dr. Edmundo da Luz Pinto ...	31. 5.1939	Rua Ribeiro de Almeida, 36 — Laranjeiras Rio — Tel. 25-2684
21. Dr. José Luís Batista	31. 5.1939	Rua Miguel Lemos, 21 apto. 701 — Copacabana — Rio — Telefone 27-1014

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
22. Dr. Cristóvão Leite de Castro ..	26. 6.1940	Rua Barão de Jaguaribe 366 — Tel. 47.0457
23. Ministro Ruben Rosa	29. 5.1941	Praia de Botafogo, 48 — apto. 25 — Rio — Tel. 25-5800
24. Ministro dr. João Martins de Carvalho Mourão	9. 7.1943	Rua São Salvador, 38 — Rio — Tel. 25-3718
25. Dr. Rodrigo Melo Franco de Ar- drade	9. 7.1943	Rua Bulhões de Car- valho, 181 — Copaca- bana — Rio — Tele- fone 27-2503
26. General Pedro de Alcântara Ca- valcanti de Albuquerque	19. 5.1944	Rua Uruguai, 526 — Tel. 38-4321 — Ti- juca — Rio
27. Francisco Marques dos Santos..	21.10.1944	Travessa Soledade, 14 Tel. 28-5595 — Enge- nho Velho — Rio
28. Professor Hélio Viana	27.12.1944	Av. Alexandre Ferrei- ra, 55 — Tel. 26-1980 Lagoa — Rio
29. Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas	27.12.1944	Rua Dr. Satamini, 77 — Tel. 28-0804 — Tiju- ca — Rio
30. Dr. Américo Jacobina Lacombe	28. 9.1945	Rua 19 de Fevereiro, 105 — Tel. 26-7914 — Botafogo — Rio
31. General Valentim Benício da Silva	17.12.1945	Rua Paissandú, 191 — Tel. 25-1655 — Fla- mengo — Rio
32. Afonso Costa	13. 5.1947	Rua Correia Dutra, 24 apto. 13 — Telefone 25-6361 — Rio
33. Coronel João Batista Magalhães	16.12.1947	Rua Júlio de Castilhos, 83 — Copacabana — Tel. 27.8799 — Rio

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
34. Professor Fernando Raja Gabaglia	31. 8.1948	Av. Pasteur, 419 — Urca — Rio
35. Dr. José Honório Rodrigues ...	31. 8.1948	Av. Afrânio Melo Franco, 16 apto. 2 — Tel. 27-3346
36. Professor Adolfo Morales de los Rios Filho	31. 8.1948	Rua Senador Vergueiro, 159, apto. 602 — Rio de Janeiro
37. Dr. Afonso Arinos de Melo Franco	15. 8.1949	Rua Anita Garibaldi, 19 — Copacabana — Rio — Tel. 37-5977
38. Dr. Afonso Pena Júnior	15. 8.1949	Rua Pereira da Silva, n.º 220 — Laranjeiras — Rio — Tel. 25-1973
39. Professor Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	15. 8.1949	Rua General Glicério n.º 407, apto. 1.001 — Laranjeiras — Rio — Tel. 45-2104
40. Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	15. 8.1949	Rua Álvaro Ramos, 137 casa 4 — Botafogo — Rio — Tel. 26-6157

Sócios Correspondentes (40) — (D)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Professor José Feliciano de Oliveira	19. 2.1904	Rue de Longchamp, 25 —Cros de Cagnes — Alpes — Mmes-des Amandes — Paris — França
2. Dr. Washington Luís Pereira de Sousa	4. 5.1912	São Paulo

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
3. Dr. Eugénio de Andrade Egas ..	28. 6.1913	Rua Bela Cintra, 801 — São Paulo
4. Dr. Fidelino de Figueiredo	28. 7.1913	Caixa Postal, 2.926 — São Paulo
5. Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo	31. 5.1917	Recife — Pernambuco
6. Ministro Dr. Sílvio Rangel de Castro	13. 9.1930	Embaixada do Brasil em Haia — Holanda
7. Embaixador dr. Carlos Magalhães de Azeredo	22. 8.1931	Via de Vila Emiliani, 9 Parioli — Roma
8. Dr. Djalma Forjaz	22. 8.1931	Rua Rodrigo Cláudio, 225 — S. Paulo
9. Embaixador Dr. Hildebrando Acioli	22. 8.1931	Rua Sousa Lima, 87 — Tel. 27-7029 — Rio
10. Luís Enrique Azarola Gil	30. 7.1934	Frederico Lacroze, 2.100 — Buenos Aires
11. Dr. Ageu de Segadas Machado Guimarães	30. 7.1934	Embaixada do Brasil em Haia — Holanda
12. Dr. Luís da Câmara Cascudo ..	30. 7.1934	Natal — Rio Grande do Norte
13. Ministro Caio de Melo Franco	30. 7.1934	Av. Copacabana, 1.424 — Tel. 27-3004
14. Dr. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	15.12.1934	Rua Carlos Sampaio, 118 — S. Paulo
15. Ministro Joaquim de Sousa Leão Filho	15.12.1934	Rua República do Perú, 193 — Copacabana — Tel. 37-2427 — Rio
16. Dr. Antônio Augusto Mendes Correia	15.12.1934	Rua do Moreira, 263 — Pôrto — Portugal
17. Prof. Armando de Matos	15.12.1934	Rua São João da Foz do Douro — Portugal

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
18. Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho	15.12.1934	Palace Hotel — Av. Rio Branco — Rio, ou rua Esperança, 164 Lisboa — Portugal
19. Monsenhor Frederico Lunardi ..	28. 5.1935	Honduras — América Central
20. Enrique de Gandia	4. 12.1936	Calle Charcas, 3.440 — Buenos Aires
21. Desembargador José de Mesquita	12. 5.1937	Cuiabá — Mato Grosso
22. Dr. Buenaventura Caviglia (hijo)	13. 4.1938	Calle Paraguai, 1.291 — Montevideu
23. Dom Henrique Pereira de Cernache (conde de Campo Belo)	13. 4.1938	Vila Nova de Gaia — Portugal
24. Desembargador Jorge Hurley ..	31. 5.1939	Av. Nazaré, 189 — Belém — Pará
25. Dr. Luís Norton de Matos	31. 5.1939	Ministério dos Estrangeiros — Lisboa
26. Padre Serafim Leite, S.J. ...	31. 5.1939	Rua São Clemente, 226 — Rio — Tel. 26.7555
27. Dr. Ernesto Sousa Campos ...	21. 8.1939	Rua Bela Cintra, 1.768 — S. Paulo
28. Dr. Aureliano Leite	29. 9.1942	Rua Brigadeiro Luís Antônio, 2.791 — São Paulo, ou av. Prado Júnior, 23, apto. 903 Tel. 37-7019 — Rio
29. João Fernando de Almeida Prado	27-12-1944	Av. Brigadeiro Luís Antônio, 966 — São Paulo
30. Dr. Luís Viana Filho	27-12-1944	Faculdade de Direito de Salvador — Bahia ou Av. Churchill, 60, apto. 2 — Rio

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
31. Nestor dos Santos Lima	27-12-1944	Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Norte — Natal
32. Professor Válder Spalding	28. 9.1945	Prefeitura Municipal de Porto Alegre — R. G. do Sul
33. Dr. Osvaldo R. Cabral	21.10.1946	Rua Esteves Júnior, 138 — Florianópolis — Santa Catarina
34. Dr. José Pedro Leite Cordeiro	21.10.1946	Alameda Jaú, 212 — S. Paulo
35. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira	21.10.1946	Câmara dos Deputados
36. Dr. Renato Costa de Almeida ..	13. 5.1947	Conde de Irajá, 117 — Rio
37. Dr. Renato Mendonça	16.12.1947	Fernando El Santo, 6 Madri — Espanha — Embaixada do Brasil, ou Aníbal Mendonça, 80 — Rio
38. Ministro Orlando Guerreiro de Castro	31. 8.1948	Rua Haddock Lobo, 220 ou Embaixada do Brasil (Portugal)
39. Dr. Ariosto Gonzales	15. 8.1949	—

Sócios Honorários (50) — (E)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Cincinato César da Silva Braga	28. 8.1895	Rua das Laranjeiras, 83 — Rio — Telefone 25-1320

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
2. Embaixador José Manuel Cardoso de Oliveira	22. 5.1903	Rua General Dionísio, 64 — Rio — Telefone 26-1659
3. Dr. Norival Soares de Freitas..	5.10-1908	Rua São José, 33 — Rio — Tel. 22-6356, ou Visconde de Itaboraí, 474 — Niterói — E. do Rio
4. Henry R. Lang	22. 6.1911	New York — Estados Unidos da América do Norte
5. Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva	6. 6.1912	Rua Valparaíso, 36 — Rio — Tel. 28-0416
6. Francisco Agenor de Noronha Santos	6. 6.1912	Av. Antenor Navarro, 414 — Braz de Pina — Rio
7. Dr. Alberto Lamego	28. 7.1914	Rua Gomes Carneiro, 161, apto. 201 — Copacabana — Rio
8. Professor Carlos Delgado de Carvalho	6. 8.1921	Rua Siqueira Campos, 7 — Tel. 47-3611 — Rio
9. Ministro Dom Diego Carbonell	20. 7.1923	Caracas — Venezuela
10. Dr. Dom Pedro Dulanto	18. 7.1927	Lima — República do Peru
11. Embaixador Luís Martins de Sousa Dantas	29. 6.1928	Embaixada do Brasil — Paris — França
12. Professor Paul Rivet	13. 9.1930	Rua Buffon, 61 — Paris
13. Padre Paul Coulet, S. J.	22. 6.1931	Paris
14. Dr. Joaquim Bensaúde	22. 8.1931	Boulevard Frandrin, 56 — Paris

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
15. Ministro Hubert Knipping	22. 8.1931	Waldhausen Linzers- trasse, 3 — Hanover — Alemanha
16. Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira	27.10.1934	Patriarcado — Lisboa
17. Dr. Luís Pasteur Vallery Radot	27. 8.1937	Faculdade de Medicina de Paris — França
18. Dr. Elmano Cardim	17.12.1937	Av. Portugal, 38 — Urca — Tel. 26-5595 — Rio
19. Embaixador Martinho Nobre de Melo	19.10.1938	Rua Joaquim Nabuco, 11, apto. 850 — Rio
20. General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon ...	14. 4.1939	Av. Copacabana, 1.394 3.º — Tel. 27-2318 — Rio
21. Professor Clarence Henry Ha- ring	14. 4.1939	Universidade de Cam- bridge, Mass. — Es- tados Unidos da América do Norte
22. Ministro Hermenegildo Rodri- gues de Barros	14. 4.1939	Rua Hermenegildo de Barros, 158 — Santa Tereza — Telefone 22-7113 — Rio
23. Dr. Júlio Dantas	14. 4.1939	Rua Castilho, 30, 2.º — Lisboa — Portugal
24. Professor Nels Andrew Néelson Cleven	14. 4.1939	Universidade de Pitts- burg, Pensilvania — Estados Unidos da América do Norte
25. Dr. Tobias do Rêgo Monteiro ..	14. 4.1939	Rua Bela Vista — Pe- trópolis
26. Dr. Ernesto Leme	21. 8.1939	Rua Tupi, 425 — São Paulo
27. Dr. Waldo Gifford Leland	21. 8.1939	Washington, D.C. — Estados Unidos

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
28. Embaixador Dr. Osvaldo Aranha	15.12.1939	Rua Campo Belo, 199 — Laranjeiras — Rio — Tel. 25-1119
29. Frei Pedro Sinzig (O.F. M.)	15.12.1939	Convento Santo Antônio — Largo da Carioca — Rio
30. Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva	29. 6.1940	Alameda Itu, 911 — São Paulo
31. General Estêvão Leitão de Carvalho	29. 9.1942	Rua Uruguai, 572 — Tijuca — Rio — Telefone 38-0432
32. Dr. Félix Guisard	29. 9.1942	Taubaté — São Paulo
33. Reverendo Joseph F. Thorning	29. 9.1942	Emmitsburg, Maryland Est. Unidos da América do Norte
34. Dom Pedro de Orleans e Bragança	29. 9.1942	Palácio Grão Pará — Petrópolis
35. Contra almirante Augustin H. Beauregard	9. 7.1943	Embaixada Norteamericana — Rio de Janeiro
36. Capitão de mar e guerra Alvaro Alberto da Mota e Silva ...	9. 7.1943	Rua Barata Ribeiro, 560 — Copacabana — Rio Tel. 27-4434
37. Coronel Laurênio Lago	9. 7.1943	Rua Dom Pedrito, 383, apto. 204 — Leblon — Rio de Janeiro
38. Capitão de mar e guerra Dídio Iratín Afonso da Costa	21.12.1943	Rua Afonso Pena, 10, apto. 604 — Telefone 28-5272 — Rio
39. Desembargador Julião Rangel de Macedo Soares	19. 5.1944	Rua Santo Amaro, 21 — Tel. 25-8070 — Rio
40. Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara	5. 9.1944	Palácio Arquiepiscopal — Rua Glória, 106 — Tel. 42-0551 — Rio

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
41. Ministro Heitor Lira	9. 7.1945	Embaixada do Brasil em Copenhague — Dinamarca
42. Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos	28. 9.1945	Av. Portugal, 102 — Tel. 26-1593 — Urca — Rio
43. Almirante Jorge Dodsworth Martins	17.12.1945	Av. Atlântica, 950 — Copacabana — Rio
44. Frei Basílio Rower (O.F.M.)	13. 5.1947	Convento de Santo Antônio — Largo da Carioca — Rio
45. Dr. Haroldo Teixeira Valadão	13. 5.1947	Praça 15 de Novembro, 20, 5.º — Rio
46. Dr. Afonso Bandeira de Melo	13. 5.1947	Rua Senador Vergueiro, 45 — Rio
47. Ministro Adroaldo Mesquita da Costa	31. 8.1948	Visconde de Caravelas, 55 — Botafogo — Rio de Janeiro
48. Professor Agnelo Bittencourt ..	31. 8.1948	Jardim Botânico, 228, apto. 7 — Rio
49. Capitão de mar e guerra Luís de Oliveira Belo	31. 8.1948	Palmeiras, 80 — Rio
50. Senador Aloísio de Carvalho Filho	31. 8.1949	Av. Churchill, 60, apartamento 42

RELAÇÃO CRONOLÓGICA

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
1. Alfredo do Nascimento e Silva	12.12.1890	Grande benemérito e 2.º vice-presidente
2. Cincinato César da Silva Braga	25. 8.1895	Honorário
3. Nélson Coelho de Sena	23. 8.1901	Benemérito

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
4. José Manuel Cardoso de Oliveira	22. 5.1903	Honorário
5. José Feliciano de Oliveira	19. 2.1904	Correspondente
6. Manuel Cícero Peregrino da Silva	21. 7.1905	Grande benemérito
7. Augusto Tavares de Lira	16. 9.1907	Grande benemérito e 1.º vice-presidente
8. Norival Soares de Freitas	5.10.1908	Honorário
9. Henry R. Lang	22. 6.1911	Honorário
10. José Bonifácio de Andrada e Silva	15. 7.1911	Efetivo
11. Francisco Radler de Aquino ...	26. 8.1911	Benemérito e tesoureiro
12. Afonso d'E. Taunay	2. 9.1911	Benemérito
13. Washington Luís Pereira de Sousa	4. 5.1912	Correspondente e presidente honorário
14. Ataulfo Nápoles de Paiva	6. 6.1912	Honorário
15. Francisco Agenor de Noronha Santos	6. 6.1912	Honorário
16. Hélio Lôbo	6. 7.1912	Efetivo
17. Alfredo Valadão	19. 7.1912	Benemérito
18. Raul Tavares	23. 7.1912	Benemérito
19. Eugênio de Andrada Egas	28. 7.1913	Correspondente
20. Fidelino de Figueiredo	28. 7.1913	Correspondente
21. Edgar Roquete Pinto	4. 8.1913	Efetivo
22. Alberto Lamêgo	28. 7.1914	Honorário
23. Basílio de Magalhães	27. 8.1914	Grande benemérito
24. Mário Carneiro do Rêgo Melo	31. 5.1917	Correspondente
25. Thiers Fleming	10. 7.1918	Efetivo
26. Carlos Delgado de Carvalho ...	6. 8.1921	Honorário
27. Carlos da Silveira Carneiro ...	6. 8.1921	Benemérito
28. Eugênio Vilhena de Moraes ...	6. 8.1921	Efetivo
29. José Carlos de Macedo Soares .	6. 8.1921	Grande benemérito e presidente perpétuo
30. Diego Carbonell	20. 7.1923	Honorário
31. Francisco José de Oliveira Viana	18. 6.1924	Benemérito
32. Dom Francisco de Aquino Correia	10. 7.1926	Benemérito
33. Pedro Dulanto	18. 7.1927	Honorário
34. Luís Martins de Sousa Dantas ..	26. 6.1928	Honorário
35. Ricardo Levene	1. 1.1928	Benemérito
36. Paul Rivet	13. 9.1930	Honorário
37. Sílvio Rangel de Castro	13. 9.1930	Correspondente
38. Paul Coulet	22. 8.1931	Honorário
39. Joaquim Bensaúde	22. 8.1931	Honorário
40. Antônio Leôncio Pereira Ferraz	22. 8.1931	Efetivo
41. Carlos Magalhães de Azeredo ..	22. 8.1931	Correspondente

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
42. Djalma Forjaz	22. 8.1931	Correspondente
43. Fernando Luís Vieira Ferreira.	22. 8.1931	Efetivo
44. Gustavo Barroso	22. 8.1931	Efetivo
45. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho	22. 8.1931	Efetivo
46. Hildebrando Accioli	22. 8.1931	Correspondente
47. Hubert Knipping	22. 8.1931	Honorário
48. José Vanderlei de Araújo Pinho	22. 8.1931	Benemérito e 3.º vice-presidente
49. Levi Fernandes Carneiro	22. 8.1931	Efetivo
50. Lucas Alexandre Boiteux	22. 8.1931	Efetivo
51. Luís Felipe Vieira Souto	22. 8.1931	Efetivo
52. Manuel Tavares Cavalcanti	22. 8.1931	Efetivo
53. Otávio Tarquínio de Sousa	22. 8.1931	Efetivo
54. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	22. 8.1931	Benemérito — orador
55. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho	22. 8.1931	Efetivo
56. Virgílio Corrêa Filho	22. 8.1931	Benemérito — 1.º secretário
57. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	22. 8.1931	Efetivo
58. Argeu de Segadas Machado Guimarães	30. 7.1934	Correspondente
59. Caio de Melo Franco	30. 7.1934	Correspondente
60. Luís da Câmara Cascudo	30. 7.1934	Correspondente
61. Luís Enrique Azarola Gil	30. 7.1934	Correspondente
62. Manuel Gonçalves Cerejeira	27.10.1934	Honorário
63. Antônio Augusto Mendes Correia	15.12.1934	Correspondente
64. Armando de Matos	15.12.1934	Correspondente
65. Carlos Viegas Gago Coutinho	15.12.1934	Correspondente
66. Joaquim de Sousa Leão Filho	15.12.1934	Correspondente
67. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	15.12.1934	Correspondente
68. Frederico Lunardi	28. 5.1935	Correspondente
69. Artur César Ferreira Reis	4.12.1936	Efetivo
70. Enrique de Gândia	4.12.1936	Correspondente
71. Herbert Canabarro Reichardt	12. 5.1937	Efetivo
72. José de Mesquita	12. 5.1937	Correspondente
73. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt	12. 5.1937	Benemérito — 2.º secretário
74. Luís Pasteur Vallery Radot	27. 8.1937	Honorário
75. Elmano Cardim	17.12.1937	Honorário
76. Buenaventura Caviglia (hijo)	13. 4.1938	Correspondente

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
77. Henrique Pereira de Cernacho (conde de Campo Belo)	13. 4. 1938	Correspondente
78. Martinho Nobre de Melo	19.10.1938	Honorário
79. Cândido Mariano da Silva Rondon	14. 4. 1939	Honorário
80. Clarence Henry Haring	14. 4. 1939	Honorário
81. Hermenegildo Rodrigues de Barros	14. 4. 1939	Honorário
82. Júlio Dantas	14. 4. 1939	Honorário
83. Nels Andrew Nelson Claven ..	14. 4. 1939	Honorário
84. Tobias do Rêgo Monteiro	14. 4. 1939	Honorário
85. Alcindo Sodré	31. 5. 1939	Efetivo
86. Edmundo da Luz Pinto	31. 5. 1939	Efetivo
87. Jorge Hurley	31. 5. 1939	Correspondente
88. José Luís Batista	31. 5. 1939	Efetivo
89. Luís Norton de Matos	31. 5. 1939	Correspondente
90. Serafim Leite	31. 5. 1939	Correspondente
91. Ernesto Leme	21. 8. 1939	Honorário
92. Ernesto de Sousa Campos	21. 8. 1939	Correspondente
93. Valdo Gifford Leland	21. 8. 1939	Honorário
94. Cláudio Ganns	15.12.1939	Benemérito
95. Osvaldo Aranha	15.12.1939	Honorário
96. Pedro Sinzig	15.12.1939	Honorário
97. Cristóvão Leite de Castro	26. 6. 1940	Efetivo
98. Manuel Augusto Pirajá da Silva	29. 6. 1940	Honorário
99. Rubem Rosa	29. 5. 1941	Efetivo
100. Aureliano Leite	29. 5. 1942	Correspondente
101. Estêvão Leitão de Carvalho	29. 9. 1942	Honorário
102. Félix Guisard	29. 9. 1942	Honorário
103. Joseph F. Thorning	29. 9. 1942	Honorário
104. Pedro de Orleans e Bragança ..	29. 9. 1942	Honorário
105. Augustin T. Beauregard	9. 7. 1943	Honorário
106. Álvaro Alberto da Mota e Silva	9. 7. 1943	Honorário
107. João Martins de Carvalho Mourão	9. 7. 1943	Efetivo
108. Laurênio Lago	9. 7. 1943	Honorário
109. Rodrigo Melo Franco de Andrade	9. 7. 1943	Efetivo
110. Dídio Iratín Afonso da Costa ..	21.12.1943	Honorário
111. Julião Rangel de Macedo Soares	19. 5. 1944	Honorário
112. Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque	19. 5. 1944	Efetivo
113. Jaime de Barros Câmara	5. 9. 1944	Honorário
114. Francisco Marques dos Santos ..	21.10.1944	Efetivo
115. Hélio Viana	27.12.1944	Efetivo
116. Mário Augusto Teixeira de Freitas	27.12.1944	Efetivo

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
117. João Fernando de Almeida Prado	27.12.1944	Correspondente
118. Luís Viana Filho	27.12.1944	Correspondente
119. Nestor dos Santos Lima	27.12.1944	Correspondente
120. Heitor Lira	9. 7.1945	Honorário
121. Américo Jacobina Lacombe	28. 9.1945	Efetivo
122. Álvaro Rodrigues de Vasconcelos	28. 9.1945	Honorário
123. Válder Spalding	28. 9.1945	Correspondente
124. Jorge Dodsworth Martins	17.12.1945	Honorário
125. Valentim Benício da Silva	17.12.1945	Efetivo
126. Osvaldo R. Cabral	21.10.1946	Correspondente
127. José Pedro Leite Cordeiro	21.10.1946	Correspondente
128. José Carlos de Ataliba Nogueira	21.10.1946	Correspondente
129. Afonso Costa	13. 5.1947	Efetivo
130. Renato Costa de Almeida	13. 5.1947	Correspondente
131. Frei Basílio Rower (O.F.M.)	13. 5.1947	Honorário
132. Haroldo Teixeira Valadão	13. 5.1947	Honorário
133. Afonso Toledo Bandeira de Melo	13. 5.1947	Honorário
134. Renato Mendonça	16.12.1947	Correspondente
135. João Batista Magalhães	16.12.1947	Efetivo
136. Fernando Raja Gabaglia	31. 8.1948	Efetivo
137. José Honório Rodrigues	31. 8.1948	Efetivo
138. Adroaldo Mesquita da Costa ...	31. 8.1948	Honorário
139. Orlando Guerreiro de Castro ...	31. 8.1948	Correspondente
140. Agnelo Bittencourt	31. 8.1948	Honorário
141. Luís de Oliveira Belo	31. 8.1948	Honorário
142. Adolfo Morales de los Rios Filho	31. 8.1948	Efetivo
143. Afonso Pena Júnior	15. 8.1949	Efetivo
144. Aloísio de Carvalho Filho	15. 8.1949	Honorário
145. Afonso Arinos de Melo Franco	15. 8.1949	Efetivo
146. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	15. 8.1949	Efetivo
147. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	15. 8.1949	Efetivo
148. Ariosto Gonzales	15. 8.1949	Correspondente

ORDEM ALFABÉTICA

ACIOLI (Hildebrando) — Correspondente
 ALBUQUERQUE (Pedro de Alcântara Cavalcanti de) — Efetivo.
 ALMEIDA (Renato Costa de) — Correspondente
 ANDRADE (Rodrigo Melo Franco de) — Efetivo
 AQUINO (Francisco Radler de) — Benemérito
 ARANHA (Osvaldo) — Honorário

AZEREDO (Carlos Magalhães de) — Correspondente
AZEVEDO (Vicente de Paula Vicente de) — Correspondente
BATISTA (José Luís) — Efetivo
BARROS (Hermenegildo Rodrigues de) — Honorário
BARROSO (Gustavo) — Efetivo
BEAUREGARD (Augustin T.) — Honorário
BELLO (Luís de Oliveira) — Honorário
BENSAUDE (Joaquim) — Honorário
BITTENCOURT (Agnelo) — Honorário
BITTENCOURT (Leopoldo Antônio Feijó) — Benemérito, 2.º secretário
BOITEUX (Lucas Alexandre) — Efetivo
BRAGA (Cincinato César da Silva) — Honorário
BRAGANÇA (Pedro de Orleans e) — Honorário
CABRAL (Osvaldo R.) — Correspondente
CALMON (Pedro Calmon Moniz de Bittencourt) — Benemérito, orador
CÂMARA (Dom Jaime de Barros) — Honorário
CAMPOS (Ernesto de Sousa) — Correspondente
CARBONELL (Diego) — Honorário
CARDIM (Elmano) — Honorário
CARNEIRO (Carlos da Silveira) — Benemérito
CARNEIRO (Levi Fernandes) — Efetivo
CARVALHO FILHO (Aloísio de) — Honorário
CARVALHO (Carlos Delgado de) — Honorário
CARVALHO (Estêvão Leitão de) — Honorário
CASCUDO (Luís da Câmara) — Correspondente
CASTRO (Cristóvão Leite de) — Efetivo
CASTRO (Orlando Guerreiro de) — Correspondente
CASTRO (Sílvio Rangel de) — Correspondente
CAVALCANTI (Manuel Tavares) — Efetivo
CAVIGLIA (hijo) (Buenaventura) — Correspondente
CEREJEIRA (Dom Manuel Gonçalves) — Honorário
CERNACHE (Henrique Pereira de) (Conde de Campo Belo) — Correspondente
CLAVEN (Nels Andrew Nelson) — Honorário
CORDEIRO (José Pedro Leite) — Correspondente
CORREIA (Antônio Augusto Mendes) — Correspondente
CORREIA (Dom Francisco de Aquino) — Benemérito
CORRÊA FILHO (Virgílio) — Benemérito — 1.º Secretário
COSTA (Adroaldo Mesquita da) — Honorário
COSTA (Afonso) — Efetivo
COSTA (Dídio Iratim Afonso da) — Honorário
COULET (Padre Paul) — Honorário
COUTINHO (Carlos Viegas Gago) — Correspondente
DANTAS (Júlio) — Honorário
DANTAS (Luís Martins de Sousa) — Honorário
DULANTO (Pedro) — Honorário
EGAS (Eugênio de Andrada) — Correspondente
FERRAZ (Antônio Leôncio Pereira) — Efetivo
FERREIRA (Fernando Luís Vieira) — Efetivo
FIGUEIREDO (Fidelino de) — Correspondente
FLEMING (Thiers) — Efetivo
FORJAZ (Djalma) — Correspondente

FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — Efetivo
FRANCO (Caio de Melo) — Correspondente
FREITAS (Mário Augusto Teixeira de) — Efetivo
FREITAS (Norival Soares de) — Honorário
GABAGLIA (Fernando Raja) — Efetivo
GANDIA (Enrique de) — Correspondente
GANNIS (Cláudio) — Efetivo
GIL (Luís Henrique de Azarola) — Correspondente
GONZALES (Ariosto) — Correspondente
GUIMARÃES (Argeu de Segadas Machado) — Correspondente
GUISARD (Félix) — Honorário
HARING (Clarence Henry) — Honorário
HURLEY (Jorge) — Correspondente
KNIPPING (Hubert) — Honorário
LACOMBE (Américo Lourenço Jacobina) — Efetivo
LAGO (Laurênio) — Honorário
LAMEGO (Alberto) — Honorário
LANG (Henry R.) — Honorário
LEÃO FILHO (Joaquim de Sousa) — Correspondente
LEITE (Aureliano) — Correspondente
LEITE (Padre Serafim) — Correspondente
LELAND (Valdo Gifford) — Honorário
LEME (Ernesto) — Honorário
LEVENE (Ricardo) — Benemérito
LIMA (Nestor dos Santos) — Correspondente
LIMA SOBRINHO (Alexandre José Barbosa) — Efetivo
LIRA (Augusto Tavares de) Grande benemérito e 1.º vice-presidente
LIRA (Heitor) — Honorário
LÔBO (Hélio) — Efetivo
LUNARDI (Monsenhor Frederico) — Correspondente
MAGALHÃES (Basílio de) — Grande benemérito
MAGALHÃES (João Batista) — Efetivo
MARTINS (Jorge Dodsworth) — Honorário
MATOS (Luís Norton de) — Correspondente
MELLO (Afonso Bandeira de) — Honorário
MELO (Mário Carneiro do Rêgo) — Correspondente
MELO (Martinho Nobre de) — Honorário
MENDONÇA (Renato) — Correspondente
MENESSES FILHO (Rodrigo Otávio de Langgaard) — Efetivo
MESQUITA (José de) — Correspondente
MONTEIRO (Francisco Mozart do Rêgo) — Efetivo
MONTEIRO (Tobias do Rêgo) — Honorário
MORAIS (Eugênio Vilhena de) — Efetivo
MORALES DE LOS RIOS FILHO (Adolfo) — Efetivo
MOURÃO (João Martins de Carvalho) — Efetivo
NOGUEIRA (José Carlos de Ataliba) — Correspondente
OLIVEIRA (José Feliciano de) — Correspondente
OLIVEIRA (José Manuel Cardoso de) — Honorário
PAIVA (Ataulfo Nápoles de) — Honorário
PEDROSA (Manuel Xavier de Vasconcelos) — Efetivo
PENNA JUNIOR (Afonso) — Efetivo
PINHO (José Vanderlei de Araújo) — Benemérito e 3.º vice-presidente
PINTO (Edgar Roquete) — Efetivo

PINTO (Edmundo da Luz) — Efetivo
PRADO (João Fernando de Almeida) — Correspondente
RADOT (Luís Pasteur Vallery) — Honorário
REICHARDT (Herbert Canabarro) — Efetivo
REIS (Artur César Ferreira) — Efetivo
RIVET (Paul) — Honorário
RODRIGUES (José Honório) — Efetivo
RONDON (Cândido Mariano da Silva) — Honorário
ROSA (Ruben) — Efetivo
ROWER (O.F.M.) (Frei Basílio) — Honorário
SANTOS (Francisco Agenor de Noronha) — Honorário
SANTOS (Francisco Marques dos) — Efetivo
SENNA (Nelson Coelho de) — Benemérito
SILVA (Alfredo do Nascimento) — Grande benemérito, 2.º vice-presidente
SILVA (Álvaro Alberto da Mota e) — Honorário
SILVA (José Bonifácio de Andrada e) — Efetivo
SILVA (Manuel Cícero Peregrino da) — Grande benemérito
SILVA (Manuel Pirajá da) — Honorário
SILVA (Valentim Benício da) — Efetivo
SINZIG (Frei Pedro) — Honorário
SOARES (José Carlos de Macedo) — Grande benemérito, presidente per-
pétuo
SOARES (Julião Rangel de Macedo) — Honorário
SODRÉ (Alcindo) — Efetivo
SOUSA (Otávio Tarquínio de) — Efetivo
SOUSA (Washington Luís Pereira de) — Correspondente
SOUTO (Luís Felipe Vieira) — Efetivo
SPALDING (Walter) — Correspondente
TAUNNAY (Afonso d'Escagnolle) — Benemérito
TAVARES (Raul) — Benemérito
TEIXEIRA FILHO (Henrique Carneiro Leão) — Efetivo
THORNING (Reverendo Joseph F.) — Honorário
VALLADÃO (Alfredo) — Benemérito
VALADÃO (Haroldo Teixeira) — Honorário
VASCONCELOS (Álvaro Rodrigues de) — Honorário
VIANA (Francisco José de Oliveira) — Benemérito
VIANA (Hélio) — Efetivo
VIANA FILHO (Luís) — Correspondente

SÓCIOS FALECIDOS EM 1949

Ministro Bernardino José de Sousa — Eleito sócio correspondente em 6-8-1921, transferido para a classe de efetivo em 12-5-1937 e para benemérito em 23-8-1944. Nasceu no Engenho Mirta, município de Vila Cristina, estado de Sergipe. Faleceu no Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1949.

Braz Hermenegildo do Amaral — Eleito sócio correspondente em 26-6-1911, passou para benemérito em 4-12-1936. Falecido a 2 de fevereiro de 1949, no Rio de Janeiro.

Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima — Eleito sócio correspondente em 13 de abril de 1938. Faleceu em Lisboa, a 30 de julho de 1949.

Dr. Estêvão de Mendonça — Eleito sócio correspondente a 22 de agosto de 1931. Faleceu em Cuiabá, em novembro de 1949.

ADMITIDOS

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
Dr. Afonso Pena Júnior	15. 8.1949	Efetivo
Professor Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	15. 8.1949	Efetivo
Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	15. 8.1949	Efetivo
Dr. Ariosto Gonzalez	15. 8.1949	Correspondente
Senador Aloísio de Carvalho Filho ..	15. 8.1949	Honorário
Dr. Afonso Arinos de Melo Franco ..	15. 8.1949	Efetivo

TRANSFERIDOS PARA BENEMÉRITOS

Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt
Dr. Claudio Ganns

ÍNDICE DA REVISTA N.º 205

Outubro-Dezembro de 1949

Págs.

I — *Curso Rui Barbosa*, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

- 1) *Instalação solene do Curso* — Discurso do Embaixador José Carlos de Macedo Soares. Dia 28 de setembro
- Rui e as Instituições nacionais*, pelo orador oficial do Instituto Histórico professor Pedro Calmon 3
- 2) *Rui e o folclore* — Professor Joaquim Ribeiro. Dia 4 de outubro 8
- 3) *Rui e a história política do Império e da República* — Professor Américo Jacobina Lacombe. Dia 25 de outubro 21
- 4) *Rui, homem de letras* — Doutor Rodrigo Otávio Filho. Dia 28 de outubro 35
- 5) *Rui e os escritos religiosos* — Professor Mário Pena da Rocha Dia 31 de outubro 51
- 6) *Rui e a Marinha Nacional* — Capitão de mar e guerra Carlos da Silveira Carneiro. Dia 8 de novembro 67
- 7) *Rui na intimidade; a casa da rua S. Clemente* — Deputado Edgard Batista Pereira. Dia 14 de novembro 110
- 8) *Rui parlamentar* — Senador Aloísio de Carvalho. Dia 22 de novembro 132
- 9) *Benemerência de Rui* — Acadêmico Levi Carneiro. Dia 6 de dezembro 145

II — *Publicações a respeito de Rui Barbosa*.

- 10) *Rui e a mocidade*. Embaixador José Carlos de Macedo Soares. 160
- 11) *Rui Barbosa e o Tribunal de Contas*. Ministro Ruben Rosa.. 168
- 12) *A Geografia na obra de Rui Barbosa*. Virgílio Corrêa Filho... 173
- 13) *Rui e a educação*. Ministro Clemente Mariani 187

III — *Retificações*

	Págs.
14) <i>Museu e conservação de obras de arquitetura em Ouro Preto.</i> Rodolfo de Melo Franco de Andrada	203
15) <i>Evolução do ensino de engenharia e arquitetura</i>	207

IV — *Trabalhos transcritos.*

16) <i>Apointamentos cronológicos da província de Mato Grosso, pelo</i> <i>Barão de Melgaço</i>	208
17) <i>Alexandre Rodrigues Ferreira e o Instituto Histórico.</i> Virgílio Corrêa Filho	386
18) <i>Estevão Mendonça.</i> Virgílio Corrêa Filho	395

V — *Instituições do Rio de Janeiro Colonial.*

19) <i>Os quadrilheiros.</i> Lopes Gonçalves	401
--	-----

VI — *Crítica de livros.*

20) <i>História da literatura baiana de Pedro Calmon.</i> Feijó Biten- court	412
---	-----

VII — *Atividades culturais do Instituto Histórico.*

21) <i>Relatório do Primeiro Secretário Dr. Virgílio Corrêa Filho...</i>	437
22) <i>Oração do Sr. Pedro Calmon (Na sessão magna de 21-10-49)</i>	448
23) <i>Atas das sessões</i>	459
24) <i>Noticiário</i>	485
25) <i>Publicações recebidas</i>	490
26) <i>Estatística</i>	498
27) <i>Lista de Sócios</i>	499

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

COMISSÕES PERMANENTES EM 1948-1949

HISTÓRIA:	{ <i>Leão Teixeira Filho</i> <i>Basílio de Magalhães</i> <i>Feijó Bittencourt</i> <i>Canabarro Reichardt</i> <i>Valentim Benício da Silva</i>
FUNDOS E ORÇAMENTOS: ...	{ <i>Carvalho Mourão</i> <i>Tavares Cavalcânti</i> <i>Oliveira Vianna</i> <i>M. A. Teixeira de Freitas</i> <i>Cristovão Leite de Castro</i>
GEOGRAFIA:	{ <i>Raul Tavares</i> <i>Radler de Aquino</i> <i>Carlos da Silveira Carneiro</i> <i>Virgílio Corrêa Filho</i> <i>Lucas Boiteux</i>
ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA:	{ <i>Rodolfo Garcia</i> <i>Alcindo Sodré</i> <i>Roquete Pinto</i> <i>José Luis Batista</i> <i>Gustavo Barroso</i>
BIBLIOGRAFIA:	{ <i>Rodrigo Otávio Filho</i> <i>Vieira Ferreira</i> <i>Eugênio Vilhena de Moraes</i>
ESTATUTOS:	{ <i>Levi Carneiro</i> <i>Costa Ferreira</i> <i>Wanderley Pinho</i> <i>Pedro Calmon</i> <i>Edmundo da Luz Pinto</i>
ADMISSÃO DE SÓCIOS:	{ <i>Alfredo Nascimento e Silva</i> <i>Augusto Tavares de Lyra</i> <i>Alfredo Valadão</i> <i>Cláudio Ganns</i>

